

HIS

PRÉ-VESTIBULAR
HISTÓRIA

2



Avenida Dr. Nelson D'Ávila, 811
Jardim São Dimas – CEP 12245-030
São José dos Campos – SP
Telefone: (12) 3924-1616
www.sistemapoliedro.com.br

Coleção PV

Copyright © Editora Poliedro, 2021.

Todos os direitos de edição reservados à Editora Poliedro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal, Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ISBN 978-65-5613-100-9

Autoria: Gilberto Elias Salomão

Direção-geral: Nicolau Arbex Sarkis

Direção editorial: Alysson Ribeiro

Gerência editorial: Emília Noriko Ohno e Wagner Nicaretta

Coordenação de projeto editorial: Brunna Mayra Vieira da Conceição

Edição de conteúdo: Camila Caldas Petroni

Analista editorial: Débora Cristina Guedes

Assistente editorial: Gabriel Henrique Siqueira Neves, Grazielle Baltar Ferreira Antonio e Julia Ostapczuk Pereira

Gerente de design e produção editorial: Ricardo de Gan Braga

Coordenação de revisão: Rogério Salles

Revisão: Amanda Andrade Santos, Ana Rosa Barbosa Ancosqui, Ellen Barros de Souza, Mait Paredes Antunes, Rafaella de A. Vasconcellos e Sonia Galindo Melo

Coordenação de arte: Fabrício dos Santos Reis

Diagramação: Daniela Capezzuti, Leonel Nascimento Maneskul e Walter Tierno

Projeto gráfico e capa: Aurélio Camilo

Coordenação de Cartografia: Alexandre Bueno

Assistente de Cartografia: Suellen Sílvia Machado

Coordenação de licenciamento e iconografia: Leticia Palaria de Castro Rocha

Pesquisa iconográfica: Fernanda Soares Bitencourt

Planejamento editorial: Maria Carolina das Neves Ramos

Coordenação de multimídia: Kleber S. Portela

Gerência de produção gráfica: Guilherme Brito Silva

Coordenação de produção gráfica: Rodolfo da Silva Alves

Produção gráfica: Anderson Flávio Correia, Fernando Antônio Oliveira Arruda, Matheus Luiz Quinhones Godoy Soares e Vandré Luis Soares

Colaboração externa: Diego da Mata Ramos (Edição), Flávio Marcelo Vianna de Oliveira ME (Revisão), Lima Estúdio Gráfico (Diagramação) e Madrigais Produção Editorial

Impressão e acabamento: PifferPrint

Fotos de capa e frontispício: RicSou/Shutterstock.com

A Editora Poliedro pesquisou junto às fontes apropriadas a existência de eventuais detentores dos direitos de todos os textos e de todas as imagens presentes nesta obra didática. Em caso de omissão, involuntária, de quaisquer créditos, colocamo-nos à disposição para avaliação e consequente correção e inserção nas futuras edições, estando, ainda, reservados os direitos referidos no Art. 28 da lei 9.610/98.

Sumário

Frente 1

5 O fim do pacto colonial no Brasil	5
O Governo Joanino no Brasil, 6	Textos complementares, 18
A Revolução Liberal do Porto, 10	Resumindo, 20
A regência de D. Pedro e a Independência, 11	Quer saber mais?, 21
Revisando, 12	Exercícios complementares, 21
Exercícios propostos, 12	
6 A montagem do Estado brasileiro	25
O Primeiro Reinado, 26	Texto complementar, 42
O Período Regencial, 31	Resumindo, 47
Revisando, 35	Quer saber mais?, 47
Exercícios propostos, 36	Exercícios complementares, 47
7 O Segundo Reinado	51
A política interna do Segundo Reinado, 52	Textos complementares, 78
A economia do Segundo Reinado, 55	Resumindo, 83
A política externa do Segundo Reinado, 58	Quer saber mais?, 83
A crise do Império e o movimento republicano, 62	Exercícios complementares, 84
Revisando, 66	
Exercícios propostos, 66	

Frente 2

5 O Antigo Regime	91
As reformas religiosas, 92	Exercícios propostos, 116
O mercantilismo, 97	Textos complementares, 129
Os impérios coloniais na Idade Moderna, 100	Resumindo, 131
O absolutismo, 106	Quer saber mais?, 132
A Revolução Inglesa do século XVII, 114	Exercícios complementares, 132
Revisando, 115	
6 O fim do Antigo Regime e a montagem do mundo burguês	139
A Revolução Industrial, 140	Exercícios propostos, 161
O Iluminismo, 142	Textos complementares, 177
A independência dos Estados Unidos, 146	Resumindo, 178
A Revolução Francesa, 149	Quer saber mais?, 178
O Período Napoleônico e o Congresso de Viena, 155	Exercícios complementares, 179
Revisando, 159	
Gabarito	187



Pedro Américo/ Coleção Museu Paulista, São Paulo

Pedro Américo. *Independência ou morte*, 1888.
Óleo sobre tela, 415 x 760 cm.
Coleção Museu Paulista. São Paulo, SP.

FRENTE 1

CAPÍTULO

5

O fim do pacto colonial no Brasil

Neste capítulo, iremos estudar o processo que levou à independência do Brasil. Para compreender esse tema, será importante entender a relação entre os eventos ocorridos no país e a realidade que se desenrolava na Europa no início de século XIX. Será fundamental perceber as ligações entre a Revolução Francesa, particularmente o Período Napoleônico, e a vinda da família real portuguesa para o Brasil.

Também é importante compreender o alcance da abertura dos portos e dos tratados de 1810 nesse contexto. Ademais, outro aspecto que deve ser salientado é a forma como se processou a independência, sendo mantida a estrutura social e econômica colonial.

O Governo Joanino no Brasil

O panorama europeu do final do século XVIII e início do XIX

A Europa, no começo do século XIX, foi marcada por dois processos igualmente importantes iniciados durante o século anterior: a **Revolução Industrial** inglesa e a **Revolução Francesa**.

Este último evento teve como seu corolário a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, consolidando os interesses burgueses na França. Assim, no plano interno, Napoleão instituiu uma autêntica ditadura, capaz de reprimir os focos de oposição, ao mesmo tempo que assegurava a propriedade privada e os lucros da burguesia.

Externamente, a política de Napoleão voltou-se à tentativa de ampliar os interesses franceses na Europa. Essa política apresentava uma dupla ação, uma no campo político e outra no campo econômico. Seu componente político levou a França a um confronto com os países absolutistas da Europa e com a Inglaterra. Cabe ressaltar que a Revolução Francesa havia destruído o absolutismo e os privilégios dos nobres na França, em uma Europa em que, à exceção da Inglaterra e agora da França, era, majoritariamente, governada por regimes de caráter absolutista. Dessa forma, a Revolução sempre representou uma ameaça a esses governos. Desde o início, as monarquias absolutistas europeias não procuraram, de modo algum, esconder seu interesse em atacar a França, restaurar a Monarquia e eliminar os “abomináveis princípios franceses”. Assim, Bonaparte tinha como principais inimigos, no plano político, a Áustria, a Prússia, a Rússia e o Sacro Império.

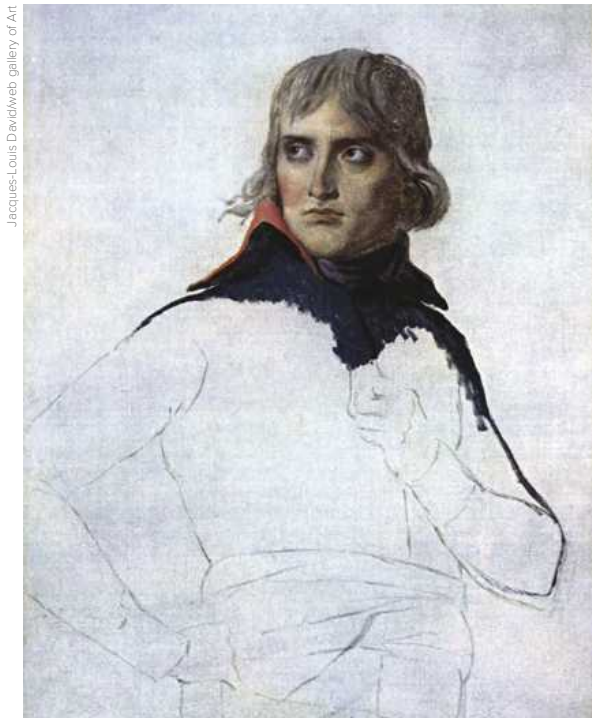


Fig. 1 Jacques-Louis David. *General Napoleão Bonaparte*, 1797. Óleo sobre tela, 81 x 65 cm. Museu do Louvre, Paris. As Guerras Napoleônicas tiveram influência na vinda da Corte real portuguesa para o Brasil.

Entretanto, em termos econômicos, a Inglaterra era o rival mais significativo e poderoso. Esta se consolidara, ao longo do século XVIII, como a principal potência europeia devido ao processo de industrialização e ao poderio marítimo. A Inglaterra caracterizava-se por monopolizar os principais tráficos da Europa para as colônias em outros continentes e inundava o planeta com sua produção têxtil que, em fase industrial exclusiva, atingia rapidez e baixo custo inigualáveis. Dessa forma, os ingleses não estavam dispostos a dividir com Napoleão a hegemonia que detinham sobre a economia europeia.

Desde o início das Guerras Napoleônicas, Portugal manteve uma política exterior de neutralidade, ou seja, não apoiava a França oficialmente, mas também não integrava as coligações comandadas pela Inglaterra. Na prática, porém, os portugueses estavam vinculados aos interesses ingleses devido aos já mencionados vínculos de dependência econômica estabelecidos durante os séculos anteriores. A política de neutralidade revelava a fragilidade do Reino português: não podia aliar-se abertamente à França nem fazer frente a qualquer ameaça de Napoleão.

Até 1805, porém, os portugueses tentaram usufruir de algumas vantagens dessa política, pois, apesar de privilegiarem o comércio com a Inglaterra, aumentaram os valores das trocas com a França. Procuraram, por meio de vários acordos, preservar seu território europeu, sempre ameaçado por uma possível aliança franco-espanhola, e assegurar os tráficos coloniais dependentes da Inglaterra.

Naquele ano, porém, Napoleão alteraria sua política para com a Península Ibérica. Vitorioso no Oriente, mas derrotado militarmente pelos ingleses, em novembro de 1806, decretou o Bloqueio Continental contra a Inglaterra. Para a concretização do bloqueio, que consistiria no isolamento comercial da ilha britânica face ao mercado do continente europeu, a França napoleônica precisava contar com a privilegiada posição do território português. Assim, no final de 1806, Napoleão Bonaparte notificou o Reino Português que seus portos deveriam estar fechados para as mercadorias inglesas.

Ante a relutância do governo português, o qual cedia a pressões inglesas e mantinha relações comerciais com a Inglaterra, Napoleão firma com a Espanha o **Tratado de Fontainebleau**, em 1807, o qual determinava a invasão de Portugal por uma tropa franco-espanhola, a extinção da dinastia de Bragança e o desmembramento do Império Colonial luso entre os dois países.



Reprodução/In: Brasil – 500 anos. Editora Nova Cultura. Idbr. p. 245.

Fig. 2 D. Maria I, rainha de Portugal até o início do século XIX. Declarada insana, foi afastada dos negócios do reino. Seu filho, D. João, assumiu como príncipe regente.

Assim, a monarquia portuguesa, até então relutante em tomar qualquer medida drástica, ampliou os entendimentos com a Inglaterra. Esses entendimentos, conduzidos pelo embaixador inglês em Lisboa, **Lord Strangford**, levaram à assinatura de uma Convenção Secreta, a qual estabelecia que a Inglaterra protegeria Portugal contra os franceses em troca de vantagens comerciais no Brasil e da transferência da Corte para sua colônia de ultramar.

Em novembro de 1807, o exército napoleônico já se encontrava em território português, ao mesmo tempo que a Corte e o governo portugueses eram transferidos para o Brasil. A decisão não foi tranquila e veio a público às vésperas da viagem, isso porque se optou por abandonar o território português nas mãos dos invasores e, em contrapartida, privilegiar os domínios coloniais, bem como o apoio da Inglaterra.

Henry L'Évêque/wikipedia



Fig. 3 Henry L'Évêque. *Embarque do príncipe regente de Portugal, D. João, e toda a família real para o Brasil no cais de Belém, 1815*. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa, Portugal.

Em Portugal, iniciava-se, assim, uma fase de desalento. Formalmente, o Reino seria dirigido por um Conselho de Regência, nomeado pelo príncipe D. João, antes da partida, e constituído por representantes da nobreza. Na prática, porém, todos sabiam que, em breve, um militar francês passaria a comandar o país em nome do imperador Napoleão.

No Brasil, por outro lado, a transferência da Corte introduziria profundas transformações. Consumava-se aquilo que se convencionou chamar de **“inversão brasileira”**: o Brasil, de colônia, assumia a condição de sede da Monarquia. Iniciava-se um processo que levaria à independência, porém já lançando as bases para que essa independência assumisse um caráter peculiar em comparação à dos demais países da América.

Brasil, sede da monarquia: o Governo Joanino

Há um aspecto que deve aqui ser abordado, sob pena de não compreendermos o real alcance, para a família real portuguesa, de sua transferência para o Brasil. Por tudo o que foi descrito até aqui, somos levados a crer que a transformação do Brasil em sede da monarquia tenha sido um fenômeno meramente circunstancial, gerado pela invasão francesa e pela necessidade de transferência da Coroa. Entretanto, ao estudarmos a presença do governo de

D. João no Brasil, deparamo-nos com uma série de medidas que vão muito além da ideia de uma permanência meramente provisória.

Assim, percebemos não apenas a instituição de um aparato de governo, incluindo órgãos públicos, Casa da Moeda, Banco do Brasil etc., como também medidas que visavam **integrar a aristocracia brasileira à nobreza portuguesa**. Esse movimento manifestava-se na ocupação de cargos públicos e na concessão de títulos de nobreza a aristocratas brasileiros.

Mais que isso, é sintomático que, com a derrota de Napoleão e a retirada das tropas francesas que ocupavam Portugal, a família real não tenha retornado, optando por permanecer no Brasil, elevando o país à condição de Reino Unido e rompendo institucionalmente com a estrutura colonial.

Tudo isso nos remete a uma questão de fundo, que remonta ao período da Restauração em Portugal. Já naquele momento, ante a decadência portuguesa, havia um projeto da nova dinastia Bragança de fazer do Brasil a sede da monarquia portuguesa. Apresentava esse projeto a imensa vantagem de, em se tratando de um território riquíssimo, de dimensões continentais, o Brasil proporcionar aos Bragança a oportunidade de comandarem uma potência regional, fato que jamais ocorreria na Europa.

Evidentemente, tal projeto esbarrava em um sem-número de dificuldades, por exemplo, a resistência da nobreza e dos militares portugueses, ou o inevitável desguarnecimento do território português.

Entretanto, a invasão francesa lançou todos esses obstáculos por terra. A transferência da Coroa tornava-se premente e irreversível. Dessa forma, para os Bragança, conquanto lamentável, esse episódio abria a possibilidade de que o velho projeto fosse concretizado.



Fig. 4 Jean-Baptiste Debret. *D. João VI*. Óleo sobre tela. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, Brasil.

Jean-Baptiste Debret/Wikipedia

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro criou uma situação única no mundo ocidental: pela primeira vez um país europeu via seu rei abandoná-lo para se instalar em uma colônia distante. Cerca de quinze mil pessoas acompanharam D. Maria, a rainha declarada louca desde 1792, e o príncipe regente D. João, responsável desde então pelos negócios do reino. Dentro dessa caravana encontravam-se elementos de todos os segmentos sociais portugueses.

A burocracia portuguesa transferia-se para o Brasil: ministros, conselheiros, juizes, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Essa estrutura era acompanhada pelo tesouro real, pelos arquivos do governo e por várias bibliotecas. De fato, a partir de então, ocorria uma inversão nas relações entre metrópole e colônia.

A viagem, preparada às pressas, foi bastante tumultuada e serviu para a criação de diversas imagens satíricas. Uma tempestade dividiu a frota, composta de navios superlotados e sofrendo de desabastecimento. A marinha inglesa, que escoltava a expedição, encarregou-se de fornecer as trocas de roupas necessárias para a viagem.

D. João chegou primeiro à Bahia, com uma parte de sua frota. Ali, tomou as primeiras medidas coerentes com as exigências da nova situação. Decretou, em 28 de janeiro de 1808, a Carta Régia, que estabelecia a **abertura dos portos às nações amigas**, findando os trezentos anos de monopólio imposto pelo pacto colonial e retirando de Lisboa o papel de entreposto comercial para as mercadorias do Brasil. A partir desse momento, já não mais se pode falar em relações de pacto colonial entre Portugal e Brasil.

Sabia-se que a Inglaterra seria a nação privilegiada com a nova medida, pois, devido ao Bloqueio Continental, tornava-se mais importante poder escoar sua produção para a América sem restrições. Por outro lado, o porto da Bahia encontrava-se sobrecarregado por não encontrar saída

para sua produção que era consumida pela Europa, então em guerra. Assim, a opção pelos domínios coloniais e pela aliança com a Inglaterra tomava corpo com a nova medida.

D. João VI chegou ao Rio de Janeiro no mês de abril. Então, completou as tarefas iniciadas na Bahia: revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia (com o alvará de liberdade para as indústrias), suspendeu os impostos que incidiam sobre a matéria-prima necessária para a indústria, ofereceu subsídios para a indústria da lã, da seda e do ferro e encorajou a introdução de novas máquinas.

Como consequência dessas medidas, o porto do Rio de Janeiro logo se tornaria o principal entreposto para as mercadorias inglesas, tanto para o Brasil quanto para o Rio da Prata e a costa do Pacífico, e, por isso, passaria a receber uma grande quantidade de comerciantes ingleses. Os outros portos do Brasil também se beneficiaram da medida, pois estavam livres para o comércio com os ingleses e também com os negociantes de outras nacionalidades. Proprietários de terras e produtores de bens para a exportação também foram contemplados pela medida, pois ela barateava a exportação de sua produção. No entanto, novos conflitos seriam introduzidos nas colônias portuguesas.

A primeira e mais evidente tensão ocorreu com os comerciantes que se beneficiavam do monopólio, tanto no Brasil quanto em Portugal. Uma parcela significativa deles havia enriquecido e estruturado seus interesses ao longo de três séculos, a partir do monopólio comercial. A adequação às novas regras implicava a perda de privilégios e uma lucratividade comercial muito menor.

Apesar das pressões desses comerciantes, nada deteve a escalada inglesa, pois a situação europeia não se modificava. Em 1810, Portugal e Inglaterra assinaram o tratado que determinou definitivamente essa nova relação.

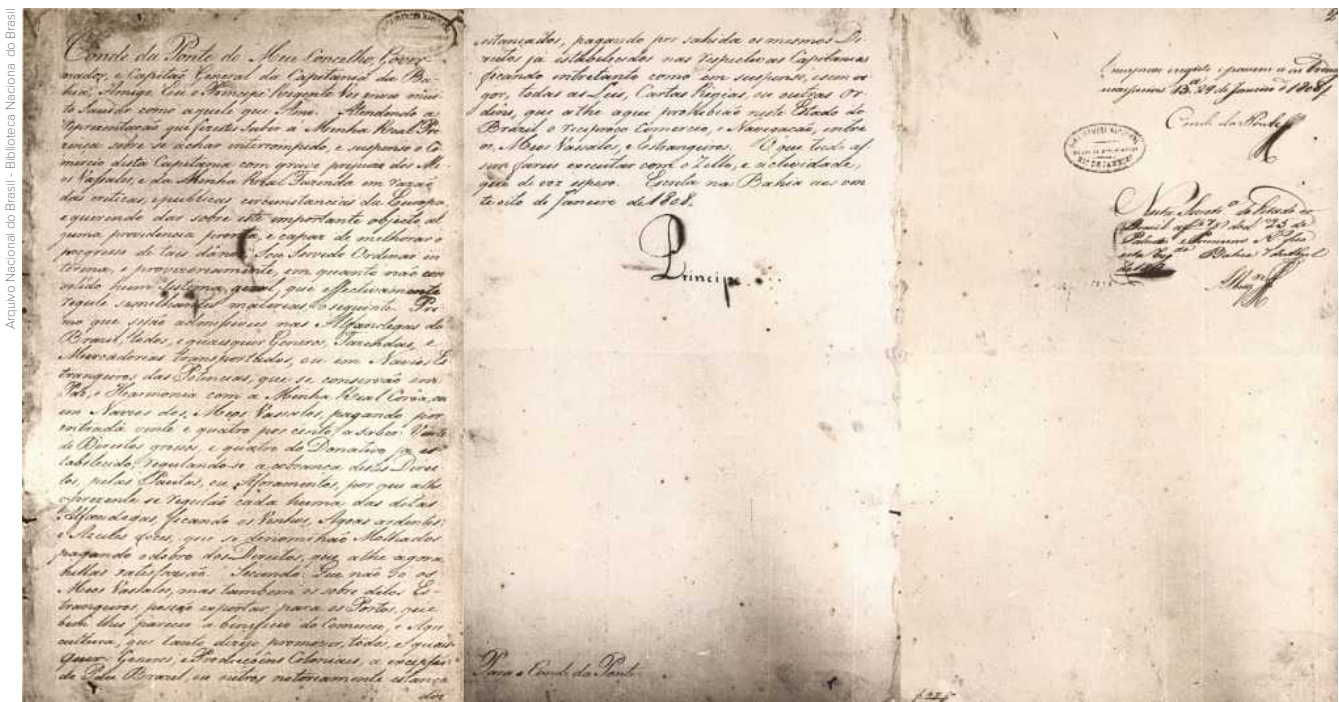


Fig. 5 Carta Régia de abertura dos portos brasileiros que deu fim ao pacto colonial.

O **Tratado de Navegação e Comércio** taxava em 15% o imposto sobre as mercadorias da Inglaterra, ao passo que a taxa sobre as portuguesas continuava fixada em 16%. A prioridade aos produtos ingleses era concedida, portanto, mesmo sobre os produtos portugueses, e o mercado para sua produção industrial era mantido. Com relação ao imposto pago pelos produtos advindos dos demais países, os tratados eram omissos, mantendo-se, portanto, a taxa antiga de 24%.

Também em 1810, outro termo de compromisso era assinado: o **Tratado de Aliança e Amizade**. Nele, a Coroa portuguesa comprometia-se a limitar o tráfico de escravizados, atendendo a mais uma das pressões da Inglaterra que, de principal transportadora de escravizados, passara a ser, desde o final do século XVIII, a maior inimiga da atividade.

Além disso, o tratado fazia óbvias concessões a outros interesses ingleses. Portugal comprometia-se, por exemplo, a permitir a liberdade religiosa e a não instalar no Brasil o Tribunal da Inquisição, assegurando a tranquilidade dos ingleses, que não seriam molestados por perseguições religiosas. E, em uma situação limite de submissão, Portugal reconhecia a extraterritorialidade da justiça britânica, estendida aos territórios de Portugal e do Brasil. Assim, os súditos ingleses no Brasil não estavam submetidos às leis portuguesas. Para julgar seus eventuais crimes, a Inglaterra nomearia um magistrado, o Juiz Conservador da Nação Britânica, o qual seria a única autoridade judiciária à qual os cidadãos ingleses, em Portugal ou no Brasil, estariam submetidos. Tratava-se de uma concessão formidável. O princípio da territorialidade da justiça é uma das bases jurídicas mais sólidas em que se apoiou a constituição dos Estados desde o final da Idade Média. Por esse princípio, a justiça de um país é soberana até onde vão os limites de seu território. Sua ruptura é, portanto, um fenômeno de gravíssimas implicações, sintetizando, mais que qualquer outra medida, a total dependência portuguesa em relação à Inglaterra.

No âmbito da política externa, duas medidas tomadas por D. João merecem destaque. A **conquista da Guiana Francesa**, em represália à invasão de Portugal pela França, foi consumada em 1809. Entretanto, o Congresso de Viena, em 1815, determinaria que a Guiana fosse devolvida aos franceses.

Um evento, sem dúvida, muito mais significativo foi a anexação da região que hoje corresponde ao Uruguai, então chamada pelos brasileiros de Banda Oriental, incorporada em 1816, com o nome de **Província Cisplatina**. O termo Banda Oriental explica-se pelo fato de ser essa a região situada a leste, ou seja, do lado oriental do rio Uruguai.

O interesse português por essa região vinha de séculos, como se pode ver nas lutas pela posse da região de Sacramento. Aproveitando-se do enfraquecimento espanhol, em função de seu envolvimento com a França napoleônica e dos movimentos de independência de suas colônias na América, D. João ordenou a invasão da Banda Oriental, estendendo os domínios portugueses até o Rio da Prata. A região ficou primeiro sob domínio de Portugal e, após 1822, do Brasil, até 1828, quando alcançou sua independência.

Com relação à política interna de D. João, a partir de 1808, o Rio de Janeiro recebeu investimentos privilegiados para tornar a cidade compatível com o novo *status* de sede da Coroa portuguesa. Foram criados órgãos públicos, tais como ministérios e tribunais, a **Casa da Moeda** e o **Banco do Brasil**. D. João buscou também ampliar a produção cultural com o patrocínio da vinda de missões artísticas europeias, a criação do **Jardim Botânico**, do **Teatro Real**, da **Imprensa Régia**, da **Academia Real de Belas Artes**, além de uma série de outras medidas. Cada uma delas evidencia uma intenção de permanência, atitude incompatível com a ideia de que a presença da Corte no Brasil seria fortuita e provisória.

Saiba mais

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e uma relativa circulação de ideias foram marcas distintas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de D. João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 125.

Todas essas obras eram feitas a partir da cobrança de impostos sobre o comércio e demais atividades desenvolvidas em todas as regiões do Brasil. No entanto, apesar da cobrança generalizada, as demais regiões não eram beneficiadas por tais melhorias.

A situação foi cristalizada em 1815, com a elevação do Brasil à categoria de **Reino Unido a Portugal e Algarves**, consolidando-se a permanência da família real e dando-se mais um passo na constituição do novo império.

Naquele ano, Napoleão fora finalmente derrotado na Europa e o **Congresso de Viena**, iniciado ainda em 1814, reunia os países vencedores para refazer as linhas de fronteira do continente. Adotava-se, para tanto, o critério da legitimidade dinástica, ou seja, as casas reinantes antes das invasões napoleônicas deveriam reaver os seus domínios. Esse seria, portanto, o momento adequado para o retorno da Corte portuguesa para Lisboa, mas não foi o que ocorreu.

No Congresso de Viena, todo o esforço dos representantes portugueses foi no sentido de preservar os domínios da América (na região do Prata e nas Guianas), bem como para a manutenção do tráfico de escravizados, duramente combatido pelos representantes ingleses. Nesse congresso, reconheceu-se a permanência da Corte no Rio de Janeiro.

Percebe-se assim a inexistência de qualquer medida que apontasse no sentido do retorno da família real para Portugal. Por outro lado, sua decisão de submeter as demais províncias a partir do Rio de Janeiro acentuava os conflitos regionais, como atesta a Revolução Pernambucana de 1817.

Ao mesmo tempo, essa situação gerava óbvios descontentamentos em Portugal, motivando igualmente uma explosão revolucionária de amplas implicações para o desenrolar do próprio processo de independência do Brasil. Trata-se da Revolução Liberal do Porto, em 1820, da qual trataremos a seguir.

A Revolução Liberal do Porto

Em agosto de 1820, uma nova onda revolucionária atingiu os domínios da monarquia lusa. O processo iniciou-se na cidade do Porto, em Portugal, com uma conotação liberal explícita. Os envolvidos mantiveram contatos com os liberais da Espanha que, desde janeiro daquele ano, sustentavam um movimento pela adoção de uma Constituição a ser jurada pelo rei. Os habitantes de Portugal passaram a exigir a mesma postura de D. João VI.

Ao final do ano, os liberais do Porto haviam conseguido a adesão de todo o reino português. Formaram um governo provisório em Lisboa, que convocava as cortes para exercer o papel de Constituinte da nação portuguesa e exigia o retorno de D. João e todos os seus acompanhantes. Portugal reagia, agora, à situação de abandono: seus habitantes sofriam as consequências da perda do monopólio comercial sobre as colônias, das sucessivas subordinações (aos franceses e, depois, aos ingleses), da submissão de seus exércitos ao comando do general inglês Beresford e, principalmente, ao fim do estatuto colonial do Brasil depois da transferência da Corte.

Deram à reunião o nome de **Cortes**, termo que, no passado português, correspondia à reunião de representantes dos três estados: nobreza, clero e povo, mas utilizavam novos critérios para a sua instalação: essas novas Cortes, porém, seriam compostas de deputados eleitos na proporcionalidade da população de cada província. Ou seja, o critério tradicional caía por terra. E, coerentes com o ideário liberal, atribuíam a esses representantes a incumbência de constituir novas leis para a nação portuguesa.



Fig. 6 Oscar Pereira da Silva. *Sessão das Cortes de Lisboa*, 1920. Óleo sobre tela. Museu Paulista. São Paulo, SP.

A convocatória para a eleição dos deputados estendia-se aos habitantes do Brasil e cada capitania que obedecesse ao chamado passaria a ser considerada província da nação que se constituía. A Constituinte, ou o Soberano Congresso, reuniu-se em Lisboa em janeiro de 1821 e manteve os seus trabalhos até o final do ano de 1822. Durante todo esse período, quarenta e cinco deputados do Brasil participaram dessas atividades.

Os processos eleitorais, porém, revelaram todas as contradições das diferentes regiões brasileiras. No Nordeste, todas as insatisfações aplacadas em 1817 explodiram com toda a força. A adesão ao movimento liberal começou na Bahia com a deposição do governo nomeado por D. João e a formação de uma Junta Provisória subordinada a Lisboa. Esta libertou os presos de 1817 e, entre outras atividades, encaminhou a eleição dos deputados. A partir de então, o movimento constitucional se espalhou na região contra os governadores interventores, buscando na Constituinte de Lisboa uma saída para as dificuldades regionais.

No Sul, os conflitos provenientes da instalação da Corte também se manifestaram. Os beneficiados com os privilégios comerciais (proprietários de terras ou negociantes, nascidos no Brasil ou em Portugal) tentaram impedir a partida de D. João. No entanto, as pressões para a sua partida foram mais fortes, e ele, finalmente, embarcou para Lisboa em abril de 1821, deixando seu filho Pedro como regente do Reino do Brasil.



Fig. 7 A volta da família real para Portugal retratada por Debret.

Diversos grupos políticos digladiavam-se no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais e não se pode realizar uma simples divisão por local de nascimento ou ocupação profissional para definir as posições dos demais grupos políticos no período, mas é possível dizer que, no sul do Brasil, concentraram-se aqueles que defenderam a permanência do príncipe regente no Rio de Janeiro e a conservação do estatuto de Reino para o Brasil. Esses foram alguns dos pontos centrais das discordâncias com os deputados de Portugal em Lisboa.

Os parlamentares reunidos do outro lado do Atlântico, todos reverentes à soberania do Congresso, tiveram dois temas como alvo de divergências: a organização do Estado luso-brasileiro e as relações econômicas.

Para os deputados de Portugal, a estrutura político-administrativa do Império deveria ser toda centralizada em Lisboa e, por isso, chamavam o príncipe D. Pedro a retornar para a Europa. Os representantes do Brasil pleiteavam a autonomia das províncias para essa mesma organização. E os deputados do sul desejavam a conservação do Reino Unido e a permanência de D. Pedro para atingir esse objetivo.

Quanto à economia, os parlamentares de Portugal reivindicavam a extinção dos tratados de 1808 e 1810 e a re colocação de Lisboa como entreposto comercial para todas as atividades desenvolvidas no Império. Em outras palavras, isso seria a volta ao monopólio português, o que era inadmissível para todos os representantes do Brasil.

Manifestava-se, assim, o impasse que tornaria impossível a concretização do projeto de uma monarquia luso-brasileira ou da manutenção da unidade da nação portuguesa. À medida que crescia a pressão portuguesa no sentido da recolonização, cristalizava-se mais a ideia das elites brasileiras no sentido da ruptura.

A regência de D. Pedro e a Independência

Todo esse processo até agora estudado transcorre ao mesmo tempo que as colônias da Espanha tornavam-se independentes e a luta na América espanhola trazia elementos que apavoravam as elites brasileiras.

O envio de tropas pela Espanha para conter a luta de suas colônias obrigara as elites coloniais a buscar o apoio das camadas populares livres e mesmo dos escravizados. Esse processo comprometia as camadas de baixa renda com o projeto político da independência, trazendo-as para o centro dos acontecimentos políticos, com suas reivindicações e necessidades, as quais, obviamente, chocavam-se com os interesses das elites. Dessa forma, nas antigas colônias da Espanha, a independência foi obtida, porém a um preço que as elites brasileiras recusavam-se a pagar. Os novos países da antiga América espanhola nasciam incorporando algumas conquistas populares, como a libertação dos escravizados e as formas mais democráticas da organização política, que reduziam em muito o predomínio político da aristocracia.

Em um caso ainda mais sensível para a aristocracia brasileira, a independência do Haiti, ocorrida ao final do século XVIII, havia sido fruto de uma rebelião de escravizados, incorporando um forte componente social, atemorizante para uma aristocracia brasileira em tudo dependente dessa mão de obra.

Ante esses exemplos que as apavoravam, as elites brasileiras buscaram conduzir o inevitável processo de ruptura com Portugal de uma forma que isolasse o máximo possível os setores populares. Nesse sentido, a figura de D. Pedro assumia um papel fundamental. A condução da independência dar-se-ia de forma protocolar, oficialista, passando por dentro das instâncias de poder já existentes. Da mesma forma, e paralelamente, D. Pedro beneficiou-se dessa condição. A postura das elites fazia dele a liderança oficial do processo. Assim, toda a articulação, ao menos aquela que se verificou vitoriosa, deu-se em torno de sua figura.



Gianni/Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 8 Gianni. *D. Pedro I do Brasil*, c. 1830. Litogravura, 22,5 × 20,5 cm. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa, Portugal.

Todo o período da regência de D. Pedro constituiu-se em uma disputa de força entre as elites brasileiras e as Cortes portuguesas. A cada medida criada pelas Cortes que restringia a autonomia brasileira seguia-se uma pressão da elite colonial sobre o governante, o qual, sabedor da inevitabilidade da ruptura, inclinava-se sempre em direção aos interesses brasileiros.

Assim, à pressão das Cortes no sentido de que voltasse a Portugal, D. Pedro respondeu aceitando um abaixo-assinado que lhe foi encaminhado em 9 de janeiro de 1822, no qual mais de dez mil assinaturas de habitantes do Rio de Janeiro pediam sua permanência no Brasil. Era o **Dia do Fico**.

Mais que isso, no momento em que a pressão das Cortes se intensificava, retirando de D. Pedro o controle sobre as províncias, ele reagiu com o decreto do **Cumpra-se**, estabelecendo que nenhuma lei aprovada em Lisboa entraria em vigor no Brasil sem sua aprovação. Consumavam-se assim, a ruptura com Portugal e o centralismo, a partir do Rio de Janeiro, sobre as demais províncias.

D. Pedro nomeou um ministério brasileiro, tendo como figura central **José Bonifácio**, nome que articulava o processo de criar um Estado centralizado sobre todos os domínios portugueses na América do Sul ao mesmo tempo que se rompia com Portugal.

Em junho de 1822, D. Pedro convocou uma **Assembleia Constituinte** brasileira. Tal ato, mais até do que o 7 de Setembro, consumou a ruptura definitiva com Portugal. Ante a recusa portuguesa em aceitar a separação, só restava uma opção: a de proclamar uma ruptura, nem que para isso fosse necessária a luta armada, para a qual, sabia-se, Portugal não estaria minimamente preparado.

O 7 de Setembro assumiu, assim, um caráter muito mais emblemático, o de um marco a ser exaltado, do que um episódio real de ruptura.

Cumpria agora realizar duas tarefas básicas: conter os focos isolados de reação portuguesa à ruptura dentro do território brasileiro e criar um Estado que fosse capaz de aglutinar os diferentes interesses regionais e impedir a dispersão política. De qualquer forma, tal ação dar-se-ia dentro de uma nova perspectiva, a de um país que se colocava como independente de sua antiga metrópole.

Revisando

1 Que relação pode ser estabelecida entre as Guerras Napoleônicas e a fuga da família real para o Brasil?

2 Qual o significado da abertura dos portos, decretada em 1808, e da assinatura dos tratados de Navegação e Comércio e Aliança e Amizade entre D. João e a Inglaterra, em 1810?

3 Para muitos historiadores, a Revolução do Porto, de 1820, apresenta um duplo caráter. A um só tempo ela seria liberal e conservadora. Em que consistem essas duas características do movimento?

4 Qual era o objetivo das elites brasileiras ao estabelecerem D. Pedro como condutor do processo de independência do Brasil?

Exercícios propostos

1 **Unifesp** Em 1808, a família real portuguesa se transferiu para o Brasil. Esta transferência está ligada à:

- A tentativa portuguesa de impedir o avanço inglês na América.
- B disputa entre Inglaterra e França pela hegemonia europeia.
- C perda, por Portugal, de suas colônias na costa da África.
- D descoberta recente de ouro na região das Minas Gerais.
- E intenção portuguesa de proclamar a independência do Brasil.

2 Que razões concretas impedião D. João de acatar o Bloqueio Continental imposto por Napoleão sobre a Inglaterra?

3 Leia:

[...] mais do que nunca a cidade mostrava-se o ponto de encontro de burocratas e militares, de negociantes e capitalistas, de nobres e delegações diplomáticas; a todos eles se agregariam os plantadores de Saquarema.

Ilmar R. Mattos. *O tempo de Saquarema*. São Paulo: Hucitec – INL, 1987. p. 51. In: Mario Schmidt. *Nova história crítica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Editora Nova Geração, 1996, p. 85.

O texto acima descreve a cidade do Rio de Janeiro após a chegada das Cortes portuguesas ao Brasil. Sobre isso:

- a) explique o motivo da transferência da família real portuguesa para o Brasil.
- b) dê dois exemplos de mudanças político-administrativas no Rio de Janeiro com a chegada das Cortes.

- 4 UEMG 2018** Quanto à vinda da Corte portuguesa ao Brasil, assinale a alternativa correta.
- A** Em janeiro de 1808, Portugal estava prestes a ser invadido pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Sem condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente de Portugal, D. João, resolveu transferir a Corte portuguesa para o Brasil, sua mais importante colônia. Para isso, obteve a ajuda de alguns aliados, apenas franceses, contrários a Napoleão.
- B** Nos quatorze navios, além da família real, vieram centenas de funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas à Corte portuguesa. Porém, trouxeram pouco dinheiro, deixando suas obras de arte, livros, bens pessoais, objetos de valor e joias em Portugal, na pressa para vir para o Brasil, fugindo das tropas francesas de Napoleão.
- C** Uma das principais medidas tomadas por D. João foi abrir o comércio brasileiro aos países amigos de Portugal. A principal beneficiada com a medida foi a Inglaterra, que passou a ter vantagens comerciais e a dominar o comércio com o Brasil. Os produtos ingleses chegavam ao Brasil com impostos de 15%, enquanto os de outros países chegavam com impostos de 24%. Essa prerrogativa fez com que, no Brasil, chegassem muitos produtos ingleses, por vezes, desnecessários. Tal medida acabou atrasando o desenvolvimento da indústria brasileira.
- D** Dom João adotou várias medidas econômicas que favoreceram o desenvolvimento brasileiro. Entre as principais, encontram-se: desestímulo ao estabelecimento de indústrias no Brasil em prol das importações, construção de estradas, reforma de portos, criação do Banco do Brasil e instalação da Junta de Comércio.
- 5 UFJF 2020** A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 abrange um conjunto de transformações únicas que significaram um marco e um “impacto dramático” para a vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro e para todos os súditos que integravam este vasto império. Das alternativas abaixo, marque a alternativa correta.
- A** A abertura dos portos às nações amigas em 1808 criou disposições legais que prejudicaram o desenvolvimento industrial do Brasil e ainda contribuíram para o fim da escravidão.
- B** Com a vinda da família real ao Brasil, instituiu-se uma distribuição de propriedades privadas, via sistema de sesmaria, com objetivos de ampliar a doação de terras para os súditos da nova sede da monarquia portuguesa.
- C** A transferência da Corte para o Rio de Janeiro levou à criação de um conjunto importante de instituições, tais como a Intendência Geral da Polícia e o primeiro banco a funcionar em terras brasileiras, o Banco do Brasil.
- D** Uma das primeiras medidas da família real ao se instalar no Rio de Janeiro foi abrir espaço para maior participação dos setores populares nas questões políticas do império português.
- E** Dentre as transformações mais impactantes ocorridas com a chegada da Corte em 1808, pode-se mencionar a modernização do Brasil e a abolição da escravidão, prejudicando os cafeicultores e grandes proprietários rurais.
- 6** Leia:
- As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta, as palavras Superfino de Londres saltam aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham podem ser obtidas nas lojas do Brasil a um preço um pouco mais alto do que em nossa terra.
- Essa descrição das lojas do Rio de Janeiro foi feita por Mary Graham, uma inglesa que veio ao Brasil em 1821.
- a)** Como se explica a grande quantidade de produtos ingleses à venda no Brasil desde 1808 e, sobretudo, depois de 1810?
- b)** Quais os privilégios que os produtos ingleses tinham nas alfândegas brasileiras?
- 7** A pressão dos interesses dominados pelo pensamento liberal explica as transformações ocorridas durante o período em que o Brasil foi sede da Monarquia portuguesa. Essas transformações se exemplificam pela:
- A** adoção do livre-comércio e da livre produção.
- B** permissão a estrangeiros residentes no Brasil para que pudessem ser proprietários de terras.
- C** aceitação de restrições, ao menos no plano legal, ao tráfico negro.
- D** promessa de não estabelecer a Inquisição no Brasil.
- E** todas as alternativas combinadas.
- 8** A abertura dos portos, realizada por D. João (1808), teve amplas repercussões, pois na prática significou:
- A** o aumento sensível das exportações sobre as importações, com a restauração da balança de pagamentos.
- B** o estabelecimento de maiores laços comerciais com Lisboa, conforme o plano de Manuel Nunes Viana, paulista de grande prestígio.
- C** a manutenção da política econômica mercantilista, segundo defendia José da Silva Lisboa.
- D** o rompimento do pacto colonial, iniciando um novo processo que culminou com a independência.
- E** a intensificação do processo da independência econômica do Brasil, em face da liberdade industrial.
- 9** Após o tratado, pelo regime de virtual privilégio do comércio britânico, ficou sendo o seguinte o estado legal das relações mercantis no Brasil: livres, as mercadorias estrangeiras que já tivessem pago direitos em Portugal, e bem assim os produtos da maior parte das colônias portuguesas; sujeitas à taxa de 24% “ad valorem” as

mercadorias estrangeiras diretamente transportadas em navios estrangeiros; sujeitas à taxa de 16% as mercadorias portuguesas, e também as estrangeiras importadas sob pavilhão português; sujeitas à taxa de 15% as mercadorias britânicas importadas sob pavilhão, ou português.

Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 256.

O acontecimento histórico abordado no texto está diretamente relacionado com:

- A a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808.
 - B o repúdio à manutenção do pacto colonial.
 - C o Tratado de Comércio e Navegação de 1810, celebrado entre Inglaterra e Portugal.
 - D o processo de emancipação política do Brasil, iniciado em 1810.
 - E a independência da economia portuguesa em relação aos interesses capitalistas britânicos.
- 10** A abertura dos portos, em 1808, que favoreceu os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação:
- A revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia.
 - B limitou o tráfico negreiro aos portos de Belém e São Luís, favorecendo a cultura do algodão.
 - C produziu como efeito imediato uma aceleração do processo de industrialização, atendendo aos reclamos dos ingleses.
 - D ampliou o controle econômico metropolitano sobre a colônia através da criação do “exclusivo comercial”.
 - E contrariou os interesses dos comerciantes e provocou grandes protestos no Rio de Janeiro e em Lisboa.

- 11 Fac. Albert Einstein 2017** A vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada. Seria esta a única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial, agravadas pelas agitações do constitucionalismo português e pela fermentação mais generalizada no mundo inteiro da época, que a Santa Aliança e a ideologia da contrarrevolução na Europa não chegavam a dominar.

Maria Odila Leite da Silva Dias. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

O texto oferece uma interpretação da independência do Brasil, que implica:

- A o reconhecimento da importância do processo de emancipação, que influenciou a luta por autonomia na Europa e em outras partes da América, impulsionou a economia mundial e estabeleceu as bases para um pacto social dentro do Brasil.
- B a caracterização da emancipação como um ato meramente formal, uma vez que ela não foi acompanhada de alterações significativas no cenário político, nem de reformas sociais e econômicas capazes de romper a dependência externa do Brasil.

- C o reconhecimento da complexidade do processo de emancipação, afetado simultaneamente por movimentos como os reflexos da Revolução Francesa, a Revolução do Porto, as disputas políticas na metrópole e na colônia e as tensões sociais dentro do Brasil.
- D a caracterização da emancipação como uma decorrência inevitável do declínio econômico português provocado pela invasão napoleônica, pelo endividamento crescente com a Inglaterra e pela redução nos recursos obtidos com a colonização do Brasil.

- 12** O certo é que, se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução social e política dos povos não se estribassem unicamente nos caracteres externos e formais dos fatos, mas refletissem a sua significação íntima, a independência brasileira seria antedatada de 14 anos...

Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil*. 2 ed. [s.l.], [s.n.], 1947.

O fato histórico mencionado no texto e que praticamente anulou nossa situação colonial foi (foram):

- A a criação do Ensino Superior.
- B o Alvará de Liberdade Industrial.
- C os tratados de 1810 com a Inglaterra.
- D a Abertura dos Portos.
- E a elevação do Brasil a Reino Unido.

- 13 UEM 2018** Sobre o período entre a vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808) e a Proclamação da Independência brasileira (1822), e assuntos correlatos, assinale o que for correto.

- 01 A vinda da Corte para o Brasil relaciona-se às pressões sofridas pela Coroa portuguesa decorrentes do Bloqueio Continental estabelecido por Napoleão Bonaparte contra a Inglaterra.
- 02 Com a abertura dos portos às nações amigas, estabelecida por D. João logo após a chegada da Corte, os produtores brasileiros puderam iniciar a exportação de seus produtos diretamente para a França, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros naquele País.
- 04 Apesar do crescimento urbano que vinha ocorrendo desde o século anterior, principalmente nas regiões de mineração, quando a família real chegou ao Brasil encontrou uma sociedade predominantemente agrária.
- 08 Foi criado o Museu Real, constituído para acolher coleções e materiais diversos nas áreas de História Natural para fins de estudo e pesquisa. Posteriormente, transformou-se no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, recentemente destruído pelo fogo.
- 16 Com a chegada da Corte foi necessário criar uma estrutura administrativa que pudesse enfrentar as novas necessidades de gestão do poder público surgidas com a transferência da sede do império luso.

Soma:

14 Uerj Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que [...] nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império.

Luís Gonçalves dos Santos. *Memórias para servir à História do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.

O texto citado revela o entusiasmo e as esperanças daqueles que assistiram à chegada da família real portuguesa ao Brasil. Indique duas inovações de caráter científico ou cultural decorrentes da política de D. João. Indique também uma mudança política ou econômica observada durante a permanência da Corte e sua respectiva consequência para o Brasil.

15 PUC-RS A chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, representou o início do desenvolvimento estrutural do Brasil, e também a introdução de princípios do Liberalismo Econômico na Colônia, com a “abertura dos portos às nações amigas”. Essa abertura ocasionou:

- A a diminuição dos laços coloniais, baseados no monopólio comercial mercantilista.
- B a diminuição das liberdades coloniais, fundadas na estrutura liberal.
- C o aumento da opressão colonial portuguesa, privilegiando-se a Inglaterra no comércio com o Brasil.
- D o aumento de restrições ao comércio com a Inglaterra.
- E o aumento da distribuição de privilégios aos franceses, quanto ao comércio com o Brasil.

16 Não se inclui entre os elementos da política externa de d. João VI durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil:

- A uma maior aproximação com a Inglaterra, decorrente do agravamento da dependência portuguesa a partir das Guerras Napoleônicas.
- B a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, de modo a legitimar sua condição de Rei de Portugal perante o Congresso de Viena, ao mesmo tempo que se decidia pela permanência no Brasil.
- C a invasão da Banda Oriental, não apenas numa represália à Espanha, como também pelo antigo interesse português de estender seus limites na América até o Rio da Prata.
- D a invasão da Guiana Francesa, como uma represália à França Napoleônica.
- E a política de abrir o mercado brasileiro a todos os demais países, sem que se estabelecessem restrições ou preferências de qualquer espécie.

17 UEPG 2018 A vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808) significou o início do processo de emancipação da colônia e do nascimento do Brasil monárquico. A respeito desse episódio, assinale o que for correto.

- 01 Um dos principais atos de D. João VI, príncipe regente de Portugal, foi proclamar o Brasil como parte integrante do Reino Unido lusitano, juntamente com Portugal e Algarves.
- 02 A abertura dos portos, a criação da Imprensa Régia e do Jardim Botânico compõem o quadro de mudanças importantes promovidas pela família real portuguesa no Brasil.
- 04 Uma vez no Brasil, a família real portuguesa fixou residência em Salvador (Bahia) então capital da colônia.
- 08 A não obediência portuguesa à ordem napoleônica do bloqueio dos portos europeus aos navios ingleses foi o motivo que levou a família real a deixar Portugal e vir para o Brasil.

Soma:

18 Comente a afirmação a seguir:

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido, em 1815, veio não apenas coroar todo o processo iniciado em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, como também explicita, de modo claro, que, para a família real portuguesa, essa nova condição nada tinha de fortuita ou provisória.

19 Vunesp No contexto da independência política do Brasil de Portugal, é correto afirmar que:

- A no Congresso de Viena, os adversários de Napoleão I tomaram várias decisões a favor do Liberalismo.
- B a Revolução Constitucionalista do Porto (1820) defendia a ampliação do poder real.
- C o regresso de D. João VI a Lisboa significou a vitória da burguesia liberal portuguesa.
- D ao jurar a Constituição de 1824, D. Pedro I aderiu às teses democráticas de Gonçalves Ledo.
- E a abertura dos portos e os tratados de 1810 favoreceram os comerciantes portugueses.

20 Leia atentamente o texto a seguir:

A ameaça de retorno do Príncipe colocava a classe política, representante dos grandes proprietários de terras e escravos, em uma situação difícil. De um lado, era preciso deter a ameaça de recuo, do outro, era preciso impedir o avanço de uma revolução, visto que apavorava o exemplo da América espanhola.

Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil*.

Com base no texto e em seus conhecimentos, responda. De que trata o texto? O que são a “ameaça de retorno do príncipe” e a “ameaça de recuo” às quais o autor se refere?

21 UEMG 2017

Ouvi, ó Povos, o grito,
Que vamos livres erguer;
O Brasil sacode o jugo,
Independência ou Morrer.

Congresso opressor jurara
Nossos povos abater:
Em seu despeito amamos
Independência ou Morrer.

Depois de trezentos anos
Livre o Brasil vai viver:
Deve a Pedro a Liberdade,
Independência ou morrer.

“Independência ou morrer”. Poesia anônima, publicada pela Tipografia do Diário no ano de 1822, Rio de Janeiro. *Apud*: José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos & Marcelo Basile (Orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 257-258. 4 v.

No cenário político em que a poesia anterior foi elaborada, as relações entre Brasil e Portugal agravaram-se devido à/ao:

- A tentativa das Cortes portuguesas de recolonizar o Brasil.
- B objetivo das elites brasileiras de expulsar o Príncipe Regente.
- C expectativa dos liberais portugueses em fortalecer o Absolutismo.
- D esforço dos deputados escravistas para criar a Constituição cidadã.

22 Uece 2018

Atente ao seguinte fragmento da obra da historiadora Emília Viotti da Costa, a respeito do processo de independência do Brasil:

A ordem econômica seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria subordinada à economia colonial, passando do domínio português à tutela britânica. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e a escravidão da maioria dos habitantes do país. Conquistar a emancipação definitiva da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais seria tarefa relegada aos pósteros.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987. p.125.

Considerando o processo de independência do Brasil, assinale a afirmação verdadeira.

- A Não ocorreu nenhuma ocultação dos reais problemas sociais e econômicos do país após a independência, já que a elite local buscou solucioná-los imediatamente.
- B Apenas ocorreu a independência econômica do Brasil, mas não a política, pois a elite nacional europeizada submeteu-se aos interesses da Inglaterra.
- C Pelo fato de a monarquia ter sido logo adotada como forma de governo, a independência não representou mudanças sociais significativas, pois estas ficariam a cargo de gerações futuras.

D Não houve acordo de independência com os Britânicos, que reagiram o quanto puderam à independência do Brasil, já que ela representaria a real autonomia econômica do país.

23

A independência do Brasil, proclamada por Pedro I, foi, para Portugal, um fato gravíssimo, porque destruiu os alicerces da economia nacional. Ou voltava o Brasil a ser colônia, alimentando a metrópole com suas riquezas, ou tinha-se de organizar a metrópole para a sua autossuficiência.

Antonio Sérgio.

O texto citado, do historiador português Antonio Sérgio, trata do aspecto econômico da independência brasileira, que representou para a metrópole o fim definitivo do pacto colonial.

- a) Quais eram as bases do pacto colonial?
- b) Por que, segundo o texto citado, a independência do Brasil foi um “fato gravíssimo” para a economia portuguesa?

24 Fac. Albert Einstein 2017

D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 16 de Dezembro de 1815. Essa medida objetivou, entre outros fatores:

- A atender a uma exigência das Cortes de Lisboa, de acordo com os princípios liberais da Revolução do Porto.
- B impedir a ampliação do império francês nas Américas, com as guerras por territórios coloniais extraeuropeus.
- C apaziguar a elite brasileira do Nordeste, que era favorável à abolição da escravidão e da implementação da república.
- D legitimar a dinastia de Bragança, de acordo com os princípios restauradores invocados pelo Congresso de Viena.

25

Caio Prado Júnior, falecido em novembro de 1990, foi um dos mais importantes historiadores brasileiros do século XX. No livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, escreveu:

O início do século XIX não se assinala para nós unicamente por esses acontecimentos relevantes que são a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil e os atos preparatórios da emancipação política do Brasil. Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova.

Para cada um dos “terrenos” mencionados por Caio Prado Júnior (“social, político e econômico”) indique e analise uma transformação importante ocorrida no século XIX.

- 26 A transferência da Corte portuguesa para o Brasil conferiu à nossa independência política uma característica singular, pois favoreceu a:
 - A ruptura do pacto colonial, sem graves convulsões sociais e, também, sem a fragmentação territorial.
 - B manutenção do exclusivo colonial e a continuidade dos investimentos portugueses.

- C coesão partidária sem contestação e a unidade em torno do novo regime.
- D alteração da estrutura social anterior e, também, da organização econômica.
- E permanência dos funcionários ligados à Corte e, também, dos burocratas lusos.

27 Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre a independência do Brasil, **exceto**:

- A A crença no liberalismo de D. Pedro I e a expectativa positiva quanto a uma constituição brasileira estavam presentes em 1822.
- B A declaração de independência estava diretamente relacionada às determinações das Cortes de Lisboa enviadas a D. Pedro.
- C A ideologia monárquica enraizada fez que o povo e os políticos apoiassem o príncipe.
- D A ideia do federalismo era mais importante para os radicais do que a defesa da República.
- E A participação popular determinou os rumos da constituição do novo Estado Nacional.

28 Enem 2016 É hoje a nossa festa nacional. O Brasil inteiro, da capital do Império a mais remota e insignificante de suas aldeias, congrega-se unânime para comemorar o dia que o tirou dentre as nações dependentes para colocá-lo entre as nações soberanas, e entregou-lhe os seus destinos, que até então haviam ficado a cargo de um povo estranho.

Gazeta de Notícias, 7 set. 1883.

As festividades em torno da Independência do Brasil marcam o nosso calendário desde os anos imediatamente posteriores ao 7 de setembro de 1822. Essa comemoração está diretamente relacionada com:

- A a construção e manutenção de símbolos para a formação de uma identidade nacional.
- B o domínio da elite brasileira sobre os principais cargos políticos, que se efetivou logo após 1882.
- C os interesses de senhores de terras que, após a Independência, exigiram a abolição da escravidão.
- D o apoio popular às medidas tomadas pelo governo imperial para a expulsão de estrangeiros do país.
- E a consciência da população sobre os seus direitos adquiridos posteriormente à transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

29 Vunesp Sobre o processo de independência da colônia portuguesa na América, no início do século XIX, é correto afirmar que:

- A foi liderado pela elite do comércio local, por intermédio de acordos que favoreceram colonizados e a antiga metrópole.
- B a ruptura com a metrópole europeia provocou reações e, dentre elas, guerras em algumas províncias, entre portugueses e brasileiros.
- C os acordos comerciais com a Inglaterra garantiam o comércio português de escravos para a agricultura brasileira.

- D a vinda da família real limitou o comércio de exportação para portugueses e ingleses, assegurando o monopólio da metrópole.
- E as antigas colônias espanholas, recém-emancipadas, auxiliaram os brasileiros nas guerras contra a metrópole portuguesa.

30 Famerp 2020 A independência foi, desse modo, ruptura e continuidade.

Miriam Dolhnikoff. História do Brasil Império, 2019.

Na independência brasileira, uma ruptura e uma continuidade podem ser exemplificadas, respectivamente:

- A pelo esforço de unificação nacional e pelo respeito aos direitos trabalhistas.
- B pelo afastamento da Grã-Bretanha e pela aproximação com os Estados Unidos.
- C pela fragmentação política do território e pela hegemonia política das elites rurais.
- D pelo rompimento em relação ao império português e pela preservação da escravidão.
- E pela implantação do sistema republicano e pelo estímulo à produção agrícola.

31 Com relação ao processo de independência do Brasil, seria válido afirmar que:

- A as camadas dominantes, fortemente comprometidas com as ideias liberais, buscavam, com a independência, não apenas uma separação política em relação a Portugal, como também uma forte alteração das estruturas socioeconômicas do país.
- B fazia parte do ideário independentista que norteou a prática política da elite brasileira a defesa da libertação dos escravos.
- C a independência brasileira, processo que seria absolutamente pacífico, dada a reação portuguesa, acabou se convertendo em um movimento marcado por ampla participação popular.
- D a Revolução Liberal do Porto contribuiu para acelerar o processo de independência brasileira, uma vez que, ao defender a recolonização brasileira, obrigava a elite a agir no sentido da ruptura com Portugal.
- E a participação popular no processo de independência do Brasil refletiu, em grande parte, o mesmo processo que já vinha ocorrendo nas antigas colônias espanholas em sua luta pela independência.

32 Fuvest 2016 O papel da imprensa, como agente histórico, foi decisivo para a Independência do Brasil na medida em que significou e ampliou espaços de liberdade de expressão e de debate político, que formaram e interferiram no quadro da separação de Portugal e de início da edificação da ordem nacional. A palavra impressa no próprio território do Brasil era então uma novidade que circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas e constituiu-se em significativo mecanismo de interferência, com suas singularidades e interligada a outras dimensões daquela sociedade que aliava permanências e mutações.

Marco Morel, Independência no papel: a imprensa periódica. I. Jancsó (Org.). Independência: história e historiografia. Adaptado.

- a) Explique por que a imprensa pode ser considerada “uma novidade” no Brasil à época da Independência.
- b) O texto se refere a “outras dimensões daquela sociedade que aliava permanências e mudanças”. Dê dois exemplos dessas dimensões, relacionando-as com o “início da edificação da ordem nacional” no Brasil da época da Independência.

33 UEM 2013 Sobre a vinda da Corte portuguesa e sua permanência no Brasil no início do século XIX, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

- 01 A Missão Artística Francesa, promovida pela Coroa Portuguesa, influenciou o ambiente cultural brasileiro e introduziu nas artes plásticas o neoclassicismo, movimento artístico que se inspirava na arte greco-romana.
- 02 Com a vinda da Corte, ocorreu um processo de urbanização; e o Brasil, até então um país agrário, com a maioria da população exercendo atividades agrícolas, tornou-se um país caracterizadamente urbano.
- 04 A vinda da Corte portuguesa e a transposição dos principais órgãos do Estado metropolitano tornaram o Brasil a sede do Império Português.
- 08 A vinda da Corte decorreu das Guerras Napoleônicas e criou condições para a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas” em 1808.

- 16 A presença da Corte portuguesa promoveu uma maior autonomia e contribuiu decisivamente para o processo que conduziu o Brasil à independência.

Soma:

34 Leia atentamente o texto abaixo:

[...] todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos [...] Se se continua a falar dos direitos dos homens, da igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos que em qualquer outra parte [...]

Luiz Mott. “Um documento inédito para a história da Independência.”
In: Carlos Guilherme Mota (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 482.

O texto, escrito provavelmente entre 1823 e 1824, é parte de uma carta enviada por um observador europeu a D. João VI. Com base nele, comente os limites sociais do processo brasileiro de independência e até que ponto as ideias liberais, consideradas como base de todas as lutas pela independência, no Brasil ficavam seriamente entravadas.

Textos complementares

I. Carta Régia de Abertura dos Portos Brasileiros

“Conde da Ponte, do meu Conselho, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia”

Amigo,

Eu, o Príncipe Regente, vos envio muito saudar, como àquele que amo. Atendendo à representação que fizestes subir à minha Real presença, sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo de meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte: Primeiro: Que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada 24 por cento; a saber, 20 de direitos grosso, e 4 de donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforamentos, porque até o presente se regulam cada uma das ditas. Alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nela se satisfaziam. Segundo: Que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros, possam exportar para os portos que bem lhe parecer, a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitánias, ficando, entretanto, como em suspenso e sem vigor todas as leis, cartas régias ou outras ordens, que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e

navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e atividade que de vós espero.

“Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808, Príncipe.”

II. A elevação à categoria de Reino Unido

D. João por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves etc.

Faço saber aos que a presente carta de lei virem que, tendo constantemente em meu real ânimo os mais vivos desejos de fazer prosperar os estados que a providência divina confiou ao meu soberano regime, e dando ao mesmo tempo a importância devida à vastidão e localidade dos meus domínios da América, à cópia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que eles em si contêm, e, outrossim, reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fiéis vassallos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus reinos de Portugal e dos Algarves e os meus domínios do Brasil, erigindo estes àquela graduação e categoria política que pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus domínios já foram considerados pelos plenipotenciários das potências que formaram o Congresso de Viena, assim no tratado de aliança concluído ao 8 de abril do corrente ano, como no tratado final do mesmo Congresso, sou, portanto, servido e me praz ordenar o seguinte:

1. Que desde a publicação desta carta de lei o estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência e denominação de reino do Brasil;
2. Que os meus reinos de Portugal, Algarves e Brasil formem de ora em diante um só e único reino debaixo do título: Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves;
3. Que aos títulos inerentes à coroa de Portugal e de que até agora hei feito uso se substitua em todos os diplomas, cartas de leis,

alvarás, provisões e atos públicos o novo título de Príncipe Regente do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, daquém e dalém-mar, em África de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia etc.

E esta se cumprirá, como nela se contém [...].

Dada no palácio do Rio de Janeiro aos 16 de dezembro de 1815.

O príncipe com guarda Marquês de Aquiar.

III. O Manifesto do Fico

O povo do Rio de Janeiro, conhecendo que os interesses das Nações reunidos em um centro comum de ideias sobre o bem Público devem ser os primeiros objetos da vigilância daqueles, que estão revestidos do caráter de seus Representantes, e de mais convencido de que nas circunstâncias atuais se constituiria responsável para com as gerações futuras, se não manifestasse os seus sentimentos à vista da medonha perspectiva que se oferece a seus olhos pela retirada de Sua Alteza Real, se dirige com a última energia à presença de Vossa Senhoria, como seu legítimo Representante, esperando que mereçam toda a sua consideração os motivos, que neste se expõem, para se suspender a execução do Decreto das Cortes sobre o regresso de Sua Alteza Real para a antiga Sede da Monarquia Portuguesa.

O Povo sempre fiel à causa comum da Nação julga que não se desliza da sua marcha representando os inconvenientes, que podem resultar de qualquer providência expedida, quando ela encontre no local em que deve ser executada obstáculos a esta ideia de prosperidade pública, que o Soberano Congresso anunciou altamente à face da Europa e que até o presente tem sido motivo de nossa firme adesão aos princípios Constitucionais. Na crise atual, o regresso de Sua Alteza Real deve ser considerado como uma providência inteiramente funesta aos interesses Nacionais de ambos os Hemisférios. Não, não é a glória de possuir um Príncipe da Dinastia Reinante, que obriga o Povo a clamar pela sua residência no Brasil à vista do mesmo Decreto, que o chama além do Atlântico: nós perderíamos com lágrimas de Saudade esta glória, que acontecimentos imprevistos, e misteriosamente combinados, nos trouxeram, abrindo entre nós uma época que parecia não estar marcada pela providência nos nossos Fastos, e ao mesmo tempo fazendo a emancipação do Brasil justamente na idade em que, possuído da indisputável ideia de suas forças, começava a erguer o colo para repelir o sistema Colonial; mas a perda desta Augusta Posse é igualmente a perda da segurança e da prosperidade deste rico e vastíssimo Continente; ainda avançamos a dizer, respeitosamente, que essa perda terá uma influência mui imediata sobre os destinos da Monarquia em geral. Se os Políticos da Europa maravilhados pela Resolução de Sua Majestade o Senhor D. João VI em passar-se ao Brasil realizando o projeto que os Holandeses conceberam quando Luís IV tropejava às portas de Amsterdam, que Filipe V tinha na ideia quando a fortuna o ameaçava de entregar a Espanha ao seu rival, que o ilustre Pombal premeditava quando o Trono da Monarquia parecia ir descer aos abismos abertos pelo terremoto, que Carlos IV já mui tarde desejou realizar; sim, se os Políticos disseram que o Navio que trouxe ao Brasil o Senhor D. João VI alcançaria entre os antigos Gregos maiores honras do que esse, que levou Jason e os Argonautas a Colcos, o Povo do Rio de Janeiro julga que o Navio que reconduzir Sua Alteza Real aparecerá sobre o Tejo com o Pavilhão da Independência do Brasil.

Talvez que Sua majestade Criando o Senhor D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, tivesse diante dos olhos estas linhas traçadas pelo célebre Mr. Du-Pradt “Si le passage du Roi n’avait eu lieu, le Portugal perdait le Brésil de deux manières, 1. Par l’attaque qu’auraient fait les Anglais sous prétexte de guerre avec le Portugal soumis aux Français; 2. Par l’Indépendance dans laquelle ce grand Pays séparé de la Métropole par la guerre ne pourrait manquer de tomber, comme ont fait les Colonies Espagnoles, et par la même raison, et avec le même succès. Aussi est il bien évident que si jamais le Souverain établi au

Brésil repasse en Portugal il laissera derrière lui l’Indépendance établie dans les comptoirs de Rio de Janeiro.” – Se a passagem do Rei se não verificasse, Portugal perdia o Brasil por dois modos, primeiro por ataque que fariam os Ingleses com o pretexto de guerra com Portugal submetido aos Franceses; segundo pela independência, que infalivelmente este grande País separado da Metrópole pela guerra proclamaria, como fizeram as Américas Espanholas com a mesma razão e com o mesmo sucesso. É logo bem evidente que se algum dia o Soberano estabelecido no Brasil voltar para Portugal, deixará após de Si a Independência firmada em todas as feitorias do Rio de Janeiro. Conhece-se qual é o estado de oscilação e de divergência em que estão todas as Províncias do Brasil; o único centro para onde parece que se encaminham suas vistas e sua esperança é a Constituição, e a primeira vantagem que se espera deste plano regenerador é a conservação inalienável das atribuições, de que se acha de posse esta antiga Colônia transformada em Monarquia; menos para autorizar a residência do Augusto Chefe da Nação, do que pelo grande peso que o seu Comércio de exportação lhe dava na balança mercantil da Europa, pelas suas diferentes relações com os diversos Povos desse antigo Hemisfério e pelo progressivo desenvolvimento de suas forças físicas e morais.

O Brasil, conservado na sua Categoria, nunca perderá de vista as ideias de seu respeito para com a sua ilustre e antiga Metrópole, nunca se lembrará de romper esta cadeia de amizade e de honra que deve ligar os dois Continentes através da mesma extensão dos mares que o separam; e a Europa verá com espanto que, se o espaço de duas mil léguas foi julgado mui logo para conservar em vigor os laços do Reino Unido, sendo o fiador desta união um frágil lenho, batido pelas ondas e exposto às contingências da Navegação, este mesmo espaço nunca será capaz de afrouxar os vínculos de nossa aliança, nem impedirá que o Brasil vá ao longe com mais alegria, com a mão mais cheia de riquezas do que ia dantes, engrossar a grande artéria da Nação.

O Povo do Rio de Janeiro conhecendo bem que esses são os sentimentos de seus coirmãos Brasileiros protesta à face das Nações pelo desejo que tem de ver realizada essa união tão necessária, e tão indispensável para consolidar as bases da prosperidade Nacional: entretanto o mais Augusto penhor da infalibilidade destes sentimentos é a Pessoa do Príncipe real no Brasil, porque nele reside a grande ideia de toda aptidão para o desempenho desses planos, como o primeiro vingador do sistema Constitucional. As Províncias do Brasil, aparecendo nas pessoas dos seus Deputados em roda do Trono do Príncipe Regente, formaram uma liga de interesses comuns, dirigindo sempre a marcha das suas providências segundo a perspectiva das circunstâncias, sendo um dos seus objetos de empenho estreitar mais e mais os vínculos de nossa Fraternidade Nacional.

Se o motivo que as Cortes apresentaram para fazerem regressar Sua Alteza Real é a necessidade de instrução de economia Política, que o Mesmo Senhor deve adquirir viajando pelas Cortes da Europa assinadas no Decreto, o Povo julga que se faz mais necessário para a futura glória do Brasil que Sua Alteza Real visite o interior deste vastíssimo Continente desconhecido na Europa Portuguesa, e por desgraça nossa examinado, conhecido, descrito, despojado pelas Nações Estrangeiras, em cujas Cartas, como ultimamente na de Mr. La Pie, nós com vergonha vamos procurar as Latitudes e as Longitudes das Províncias centrais, a direção dos seus grandes rios e a sua posição geográfica, os justos limites que as separam umas das outras e até conhecer a sua capacidade para as riquezas de agricultura pela influência das diversas superfícies que elas oferecem.

Portugal, considerando o Brasil como um País que só lhe era útil pela exportação do ouro e de outros gêneros com que ele paga o que importam os Estrangeiros, esquecendo-se que esta mesma exportação era resultado mais das forças Físicas do Brasil do que de estímulo das Artes de indústria comprimidas pelo mortífero sistema Colonial e abandonadas a uma cega rotina não se dignou em tempo algum

entrar no exame deste Continente, nunca lançou os olhos sobre o seu termômetro político e moral para conhecer a altura em que estava a opinião pública, e bem mostra agora pela indiferença com que se anuncia a seu respeito: é, portanto, de primeira necessidade que o Príncipe Regente dê este passo tão vantajoso para maior desenvolvimento da vida moral e física do Brasil.

As Cortes da Europa, hoje decaídas daquele esplendor que elas apresentavam em outras épocas, ainda conservam grandes Sábios e famosos políticos, porém, estas classes se consideram mudas e paralisadas pelas diversas facções, que as combatem com uma prepotência irresistível: Sua Alteza Real não encontrará hoje nelas mais do que intrigas diplomáticas, mistérios cabalísticos, pretensões, ideais, projetos efêmeros, partidos ameaçadores, a moral pública por toda a parte corrompida, os Liceus das Artes e das Ciências na mais miserável prostituição, uma política cega concebendo e abortando, em uma palavra, Sua Alteza Real achará em toda a Europa vestígios desse vulcão, que rebentando ao Meio-Dia levou estragos além das Ilhas e dos Mares. Não, não foi em crises tão fatais que viajaram o Imortal Criador do império da Rússia, Pedro Primeiro, e o grande filho de Maria Tereza, José Segundo, assim como outros Príncipes que voltaram aos seus Estados enriquecidos de conhecimentos, que fizeram a prosperidade de suas Monarquias. Depois que o interesse passou a ser, como diz o Abade Condillac, a mola Real dos Gabinetes da Europa, a Política começou a esconder sua marcha, e quase sempre as ideias ostensivas são inteiramente diversas daquelas que aparecem nos planos das negociações. É bem de esperar que o Príncipe Herdeiro de uma Monarquia, olhada hoje com ciúme pelas Nações Estrangeiras, não seja admitido a comunicação dos seus mistérios Eleusinos, que veja as novas Tirois e Cartagos só pela perspectiva de sua economia pública, e que se faça todo o empenho para desviar da conhecida agudeza de seu Engenho a Carta dos interesses Ministeriais.

Nas províncias do Brasil Sua Alteza Real achará um Povo que o adora e que suspira pela sua presença: nas mais polidas encontrará homens de talentos, bem dignos de serem admitidos ao seu Conselho, em outras achará a experiência dos velhos, que o Discípulo de Xenofonte encontrou nas bocas do Nilo; conhecerá de perto as forças locais deste imenso País, em cujo seio ainda virgem, como diz o célebre Mr. de Sismondi, pode-se perflhar as plantações, que nutrem o orgulho das margens do Indo, do Ganges, da antiga Taprobana, e que obrigam o altivo Adamastor a se embrazeirar tantas vezes contra os Europeus. Os Povos experimentaram esses estímulos de entusiasmo e de brio que inspira a presença criadora de um Príncipe; sobre todas as vantagens enfim; Sua Alteza Real terá uma que não é pequena, conhecer por Si mesmo a herança de Sua Soberania, e não pelas informações dos Governadores, que tudo acham inculto, atrasado, com obstáculos difíceis ou invencíveis, para se desculparem assim de sua inação ou para depois mostrarem em grande mapa colorido o pouco que fizeram, deixando entre as sombras as concussões violentíssimas que sofreram as vítimas de seu despotismo.

Tal é a ideia que o nosso insigne Vieira oferece em suas Cartas quando analisa a conduta destes Régulos de bastão e ferro, praga tão funesta ao Brasil, ou ainda mais, do que o mesmo sistema Colonial.

Sendo, pois, esta viagem de tão grandes consequências para o progressivo melhoramento do Brasil, fica demonstrada a sua importância e sua necessidade; os conhecimentos adquiridos por Sua Alteza Real, sendo confrontados com os votos daqueles que possuem a verdadeira estatística do Brasil, servirão muito para organizar o plano do regime que deve animar a sua vida física e moral.

Há uma distância mui considerável entre o Meio-dia da Europa, e o Meio-dia da América; a Natureza humana aqui experimenta uma mudança sensível, um novo Céu, e por isso mesmo uma nova influência sobre o caráter de seus indivíduos; é impossível que Povos classificados em oposição física se possam reunir debaixo do mesmo sistema de governo; a Indústria, a Agricultura, as Artes em geral, exigem no Brasil uma Legislação particular, e as bases deste novo Código devem ser esboçadas sobre os locais onde depois hão de ir ter sua execução. Se o Brasil, agrilhado em sua infância, e com mui poucas homenagens na sua mocidade, avançou rapidamente através das mesmas barreiras que tolhiam sua marcha, quanto não avançará depois de ser visitado, e perfeitamente conhecido pelo Príncipe Herdeiro da Monarquia, que na sua passagem verá a justiça que se lhe fez tirando-se-lhe as argolas Coloniais e dando-se-lhe o Diadema? O Povo do Rio de Janeiro, tendo em vista o desempenho deste projeto verdadeiramente filantrópico, e conhecendo que Sua Alteza Real, anuncia o mais energético entusiasmo em realizá-lo com grande vantagem da Nação em geral, não pode, portanto, convir no seu regresso, e julgando que tem dito quanto basta para que V.S. faça ver a Sua Alteza Real a delicadeza com que o Mesmo Senhor se deverá haver nas circunstâncias já ameaçadoras no horizonte político do Brasil, espera ser atendido na sua representação, de cujas consequências (não o sendo) o mesmo Povo declara V. S. responsável, igualmente espera que o Soberano Congresso a receba e a considere como um manifesto da vontade de irmãos Interessados na prosperidade geral da Nação, no renovo de sua mocidade e de sua glória, que, sem dúvida, não chegará ao Zenith, a que espera subir se não estabelecer uma só medida para os interesses recíprocos dos dois Hemisférios, atendendo sempre às diversas posições locais de um e outro. Sendo, portanto, de esperar que todas as Províncias do Brasil se reúnam nesse centro de ideias, logo que se espalhe a lisonjeira notícia de que não se verificou o regresso de Sua Alteza Real, o Povo encarrega a V. S. de fazer ver ao mesmo Senhor a absoluta necessidade de ficarem por agora suspensos os dois decretos 124 e 125 das Cortes, porque não se pode presumir das públicas intenções do Soberano Congresso que deixe de aceder a motivos tão justos e de tão grandes relações com o bem geral da Nação.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1821.

Resumindo

Este capítulo tratou do processo que levou o Brasil à condição de nação formalmente independente, rompendo os laços de submissão colonial com Portugal. Alguns aspectos desse processo devem ser enfatizados, especialmente por sua importância na forma como se constituiu o novo país independente. Em primeiro lugar, há que se ter em conta o fato de que a independência decorre da própria presença da Corte portuguesa em território brasileiro desde 1808. Foi dessa situação que resultou o processo que levou à independência do Brasil.

Essa situação, no entanto, deu ao processo um caráter único no quadro de ruptura do Sistema Colonial. O Estado que aqui nasceu foi montado a partir da herança da estrutura política criada pela presença da Corte. Isso dá à independência brasileira um caráter oficialista, protocolar, fundamental no intento das elites de manter a população pobre, essencialmente a massa de escravizados, distante de qualquer possibilidade de reivindicação social no novo Estado que nascia.

Daí decorre outra característica do modelo político aqui implantado. Ele não significou uma ruptura com o passado colonial nem em termos sociais e nem em termos econômicos. A independência se fez de modo a assegurar a estrutura latifundiária, escravista e essencialmente elitista que caracterizou a formação social colonial e que se manteve ao longo de todo o período monárquico.



Livros

- **PORTA, Paula.** *A Corte portuguesa no Brasil (1808-1821)*. São Paulo: Saraiva. (Coleção Que História é essa?)
- **MATTOS, Ilmar Rohloff et al.** *Rio de Janeiro, Capital do Reino*. São Paulo: Atual. (Coleção A vida no tempo)
- **BARROS, Edgard Luiz de.** *Independência*. São Paulo: Ática. (Coleção O cotidiano da história)
- **KARASCH, Mary C.** *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



Filme

- **Carlota Joaquina.** Direção: Carla Camurati. Brasil, 1995.

Exercícios complementares

1 A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, proporcionou:

- A a ampliação do controle metropolitano sobre as atividades coloniais e o maior enquadramento do Brasil às estruturas do Antigo Sistema Colonial.
- B o estabelecimento de interesses convergentes entre membros da burocracia imperial, proprietários rurais e comerciantes, base sociopolítica decisiva para o processo de emancipação política.
- C a mudança da capital do vice-reino do Brasil para o Rio de Janeiro e a compensação da perda do poderio político baiano por meio de uma ampla autonomia econômica autorizada a toda a região nordestina.
- D a emergência de uma burguesia mercantil interessada em modernizar o Brasil pelo rompimento dos laços coloniais com Portugal e a abolição imediata da escravidão.
- E maior dispersão dos domínios portugueses na América, em função das rivalidades regionais acen tuadas e ampliadas com a elevação da cidade do Rio de Janeiro à condição de capital do império colonial.

2 Em que termos a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, em 1815, contribuiu para o agravamento da tensão política em Portugal?

3 **UFSM 2013** No texto “O Império enfermo”, Cláudio Bertolli Filho afirma:

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 determinou mudanças na administração pública colonial, inclusive na área de saúde. Como sede provisória do império lusitano e principal porto do país, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o centro das ações sanitárias. Com elas, D. João VI procurou oferecer uma imagem nova de uma região que os europeus definiam como território da barbárie e da escravidão.

Fonte: BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História da saúde pública no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 8.

As ocorrências mencionadas estão inseridas numa sucessão em que podem ser destacados, seja como antecedentes, seja como consequentes, os seguintes processos:

- I. a Primeira Revolução Industrial e a busca da Inglaterra pela hegemonia comercial na Europa e no mundo.
- II. a Revolução Francesa e as tentativas de expansão das conquistas dos revolucionários burgueses para a Europa.
- III. as disputas entre a Inglaterra e a França, o decreto do Bloqueio Continental com as repercussões para a Espanha e Portugal e seus domínios ultramarinos.
- IV. a crise do sistema colonial, os processos de independência nas Américas e a implantação de Estados Nacionais em ex-colônias da Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

Estão corretas:

- A apenas I e II.
- B apenas I e IV.
- C apenas II e III.
- D apenas III e IV.
- E I, II, III e IV.

4 Essa medida, decretada pelo Príncipe D. João de Bragança, praticamente eliminou a exclusividade metropolitana sobre o comércio da Colônia, desferindo um golpe mortal no pacto colonial luso, além de constituir o primeiro grande passo para a independência efetiva do Brasil. Trata-se do(a):

- A abertura dos portos brasileiros às nações amigas.
- B Grito do Ipiranga.
- C alvará de liberdade industrial.
- D elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.
- E fundação do Banco do Brasil.

5 A vinda de D. João VI para o Brasil dá início a um processo político institucional que nos levaria à independência nacional. É **incorreto** dizer:

- A D. João veio para o Brasil fugindo das tropas de Napoleão.
- B a Inglaterra não era aliada de Portugal naquela fase e ajudou a expulsar a família real de Lisboa.
- C no período de D. João VI, no Rio, foi instalada a Casa de Suplicação.
- D a elevação do Brasil a Reino Unido foi um passo importante para o rompimento brasileiro com Portugal.
- E D. João VI voltou a Portugal por exigência das Cortes portuguesas, reunidas em assembleias de representantes do povo.

6 Uece 2019 Durante treze anos a família real portuguesa esteve no Brasil, que foi sede do império ultramarino português. Nesse período, diversas medidas tomadas pela Corte proporcionaram transformações profundas na economia, na política e na cultura do Brasil. Assim, é correto afirmar que, nesse período, ocorreu:

- A a Confederação do Equador, em 1824, que foi uma rebelião das províncias nordestinas contra o autoritarismo, que pretendia a fundação de uma república por estas partes do Brasil.
- B a Revolução Pernambucana, em 1817, contra a opressão dos tributos para custear a Corte no Rio de Janeiro, que marcou a insatisfação dos brasileiros contra a exploração portuguesa.
- C a Noite das Garrafadas, episódio que envolveu apoiadores do rei e seus opositores, logo antes de sua abdicação e retorno para Portugal.
- D expulsão do rei português de terras brasileiras, por sua resistência em aceitar a constituição elaborada pela Assembleia Constituinte e a imposição de uma constituição por ele outorgada.

7 Uerj O impacto da vinda da família real portuguesa para o Brasil implicou alterações significativas para a cidade do Rio de Janeiro que se prolongaram durante todo o período conhecido como “joanino”. Essas alterações produziram uma nova dinâmica socioeconômica e redefiniram, em vários aspectos, a inserção da cidade no contexto internacional. Uma função urbana associada a essa nova inserção está indicada em:

- A crescente polo turístico em função da chegada da Missão Artística Francesa.
- B expressivo núcleo comercial, articulado à nascente rede ferroviária brasileira.
- C principal porto brasileiro relacionado à importação legal de manufaturas britânicas.
- D importante centro religioso decorrente da instalação do Tribunal da Santa Inquisição.

8 PUC-Rio A imagem a seguir, do pintor Jean-Baptiste Debret, intitulada “Um funcionário do governo sai a passeio com a família”, constitui um registro do cotidiano daqueles que habitavam o Rio de Janeiro no tempo do governo joanino (1808-1821).



A partir da observação da gravura e de seus conhecimentos sobre o período:

- a) Apresente dois elementos que identifiquem a posição dos diferentes grupos sociais na hierarquia da sociedade da época. Justifique.
- b) Explique por que, durante o governo de D. João VI, o Rio de Janeiro passou a ser identificado como “nova Lisboa”.



BECK, A. "Armandinho" *Diário Catarinense*. Edição de 5 set. 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/entretenimento/noticia/2017/09/confira-a-tira-do-armandinho-desta-terca-feira-9887947.html>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

No contexto da independência brasileira, a charge ironiza o(a):

- A influência econômica inglesa sobre o Brasil.
- B imperialismo dos Estados Unidos sobre a América do Sul.
- C controle napoleônico sobre Portugal.
- D domínio brasileiro sobre a Província Cisplatina.
- E vigência da União Ibérica.

- 10 [...] a iniciativa e a orientação do movimento revolucionário pertenceu predominantemente a homens de formação liberal, de origem burguesa,[...]. Os liberais herdaram uma situação cheia de contrastes.

Miriam Halpern Pereira.

A revolução liberal do Porto, em 1820, foi importante para o processo de independência política do Brasil. Os liberais portugueses visavam ao fim do Absolutismo e à liberalização do regime em seu país, mas se mostraram intolerantes com a chamada "inversão brasileira".

Assim, as medidas tomadas pelas Cortes liberais com relação ao Brasil podem ser classificadas como:

- A liberalizantes, pois pretendiam implementar no Brasil o regime constitucional e a liberdade de comércio nos portos.
 - B ditatoriais, pois visavam fortalecer o regime absolutista de D. João VI no Brasil, forçando sua permanência nesta colônia.
 - C recolonizadoras, pois pretendiam: a extinção das instituições administrativas criadas por D. João VI, o retorno do Príncipe e a volta do pacto colonial.
 - D democráticas, porque defendia a ampla participação popular nas decisões governamentais, condenando o Absolutismo no Brasil.
 - E progressistas, pois partiam do princípio de que a plena liberdade econômica e administrativa brasileira seria importante para a recuperação de Portugal.
- 11 A respeito da independência do Brasil, pode-se afirmar que:
- A consubstanciou-se com os ideais propostos na Confederação do Equador.
 - B instituiu a monarquia como forma de governo a partir de um amplo movimento popular.
 - C propôs, a partir das ideias liberais das elites políticas, a extinção do tráfico negreiro, contrariando os interesses da Inglaterra.
 - D provocou, a partir da Constituição de 1824, profundas transformações nas estruturas sociais e econômicas do país.
 - E implicou na adoção da forma monárquica de governo e preservou os interesses básicos dos grandes senhores de terras e escravos.
- 12 No Brasil, antes e depois da Revolução Francesa, lavrou uma inquietação revolucionária, conjugada a um dado novo, a Independência da Colônia, no momento em que exauria o pacto colonial. No século XVIII, fermentam, timidamente, sem a ação aberta, as Conjurações das Minas (a Inconfidência), no final dos anos 80, a Conjuração do Rio de Janeiro (1794), a Inconfidência Baiana (1798).

Raymundo Faoro. "Senhor sobre a revolução francesa".
Isto É. Suplemento especial.

As mobilizações revolucionárias no Brasil Colônia deram à Independência do Brasil um caráter de:

- A aliança social e política.
- B compromisso administrativo.
- C pacto metropolitano.
- D rompimento econômico.
- E transição emancipacionista.

13 Unifesp Os membros da loja maçônica fundada por José Bonifácio em 2 de junho de 1822 (e que no dizer de Frei Caneca não passava de um “clube de aristocratas servís”) juraram “procurar a integridade e independência e felicidade do Brasil como Império constitucional, opondo-se tanto ao despotismo que o altera quanto à anarquia que o dissolve”. Na visão de José Bonifácio e dos membros da referida loja maçônica, o despotismo e a anarquia eram encarnados, respectivamente:

- A pelos que defendiam a monarquia e a autonomia das províncias.
- B por todos quantos eram a favor da independência e união entre as províncias.
- C pelo chamado partido português e os republicanos ou exaltados.
- D pelos partidários da separação com Portugal e da união sul-americana.
- E pelos partidos que queriam acabar com a escravidão e a centralização do poder.

14 UFG 2014 Analise as imagens a seguir.



Independência ou morte ou O grito do Ipiranga, de Pedro Américo, óleo sobre tela, 1888. São Paulo: Museu Paulista.



Proclamação da Independência, de François-René Moreaux, óleo sobre tela, 1844. Petrópolis: Museu Imperial.

As duas pinturas representam a Proclamação da Independência do Brasil (1822) e a figura de D. Pedro I. Com base na análise comparativa das imagens,

- a) explique as diferenças de sentido nas representações das imagens do príncipe D. Pedro I, da guarda real e do povo, em cada uma das pinturas.
- b) descreva um elemento comum a ambas as pinturas que corrobora uma mesma concepção de história e explique que concepção de história é essa.



Jean-Baptiste Debret, Thiersy Frères, "Coroação Sacra de D. Pedro I, Imperador do Brasil", in: Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, Tomo terceiro, Paris: Firmin Didot Frères, 1835, p. 71, pl. 48/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ

Detalhe de obra de Jean-Baptiste Debret que mostra a coroação de D. Pedro I.

FRENTE 1

CAPÍTULO

6

A montagem do Estado brasileiro

Este capítulo trata do processo de montagem do Estado brasileiro após a ruptura com Portugal. Cabe destacar alguns pontos: o caráter elitista que esse novo Estado assume, mantendo o predomínio das elites agrárias e a ordem escravista; e o caráter das lutas políticas do Primeiro Reinado, nas quais a aristocracia brasileira procurou tomar o poder de D. Pedro I para exercer efetivamente o domínio do país.

Ademais, é relevante salientar que grande parte das perspectivas liberais e descentralizadoras dessa aristocracia viu-se frustrada pela instabilidade que marcou o Período Regencial. Essa instabilidade e o risco que as revoltas representavam para as elites agrárias geraram um consenso em torno da ideia de retorno à centralização monárquica. Esse é o sentido do Golpe da Maioridade, que antecipou o advento do Segundo Reinado.

O Primeiro Reinado

A Guerra de Independência

Uma das tarefas colocadas para o novo governo foi a de conter os focos de resistência portuguesa em nosso território. Esses focos eram mais fortes quanto maior a concentração de tropas na região.

Fez parte da política de D. Pedro I, nesse sentido, a reestruturação das milícias, de modo que lhes desse a forma de um Exército centralizado, e a contratação de experientes militares franceses e ingleses, como Grenfell, Cochrane, Labatut e Taylor.

O maior foco de conflitos militares concentrou-se na Bahia, onde a resistência das tropas portuguesas lideradas pelo general Madeira de Melo estendeu-se até julho de 1823. Atacadas por Labatut e Cochrane, as tropas portuguesas, mesmo após terem vencido as primeiras batalhas, acabaram rendendo-se em 2 de julho. Nos meses seguintes, os focos de resistência no Piauí, Maranhão e Pará foram igualmente derrotados.

Saiba mais

O francês Labatut teve um importante papel na luta pela independência do Brasil. Sofreu, no entanto, um motim e foi substituído pelo general brasileiro José Joaquim de Lima e Silva, que assumiu o comando geral do Exército no dia 3 de junho. O general comandou uma grande investida contra o exército português. A Marinha brasileira fez um cerco à cidade de Salvador, que estava sob domínio português, impedindo a entrada de matéria-prima de primeira necessidade. Sob a força de violentos ataques e das necessidades que estavam passando, o general português Madeira de Melo declarou sua rendição. Com a vitória, o Exército brasileiro entrou em Salvador consolidando a retomada da cidade e o fim da ocupação portuguesa no Brasil.

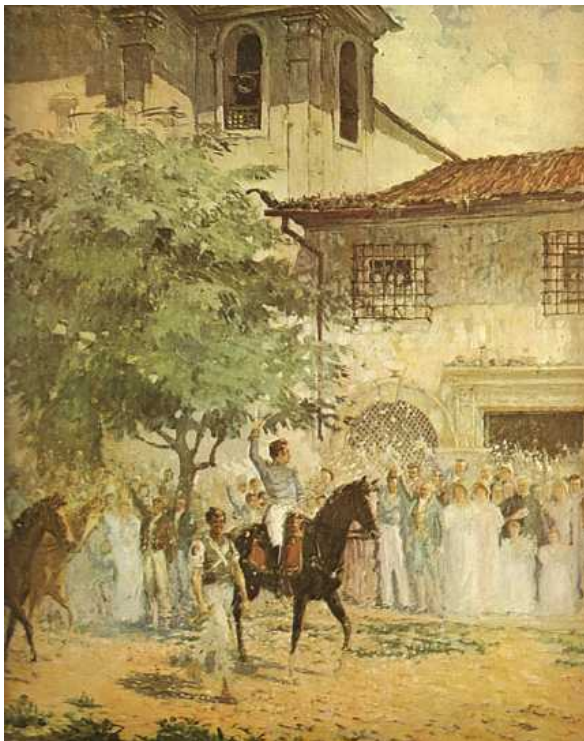


Fig. 1 Prisciliano Silva. *Exército brasileiro adentrando Salvador após a rendição das forças portuguesas, 1823.*



Fig. 2 Maria Quitéria, uma das heroínas da guerra pela independência na Bahia.

Outro sério foco de resistência, embora não portuguesa, foi a Cisplatina. Ali, após a expulsão dos portugueses, a população passou a ter como objetivo o separatismo em relação ao governo do Rio de Janeiro, dando início a uma luta pela independência que se estenderia até 1828, como veremos a seguir.

A montagem do Estado: a Constituinte de 1823 e a Constituição de 1824

A política de D. Pedro I levava a uma **centralização** a partir do Rio de Janeiro. Essa centralização, no entanto, não necessariamente seria aceita pelas demais províncias. O projeto imperial de manter um Estado rigidamente centralizado, controlador de várias províncias que, em sua somatória, geravam um país de dimensões continentais, era apenas um dos planos que tentava se consolidar com a independência do país.

Ao encontro desse projeto centralizador, havia uma série de interesses regionais, defendendo não apenas uma maior autonomia das províncias em relação ao Rio de Janeiro, mas também, em alguns casos, a própria constituição de Estados **independentes**. É nesse clima, de conflito entre os interesses centralistas e as aspirações regionais, que se reuniu, em 1823, a Constituinte que D. Pedro I havia convocado em maio de 1822.

Obviamente, a figura de D. Pedro I encarnava o centralismo que gerava tamanhas dissensões entre os vários setores da elite. Assim, a postura de antagonismo ao governante fica clara já na solenidade de posse da Constituinte. Por exemplo, alguns parlamentares recusaram-se a aceitar o discurso do imperador, no qual ele afirmava esperar que a Assembleia que ali se reunia fosse capaz de elaborar uma Constituição digna dele e da nação. A revolta na Assembleia aconteceu porque os constituintes acreditavam que a Constituição não deveria dignificar o imperador, mas, apenas, a nação.

Vários dos parlamentares, agora no Rio de Janeiro, haviam participado das Cortes de Lisboa. Isso não quer dizer, porém, que a maioria dos constituintes fosse formada por radicais revolucionários. Na verdade, a tônica dos debates revelaria uma postura liberal moderada que nada mais pretendia do que defender uma monarquia constitucional, garantindo os direitos individuais e limitando os poderes do imperador, ao mesmo tempo que salvaguardava os interesses da elite.

Imediatamente, surgiram divergências entre esta maioria e D. Pedro I, sempre assessorado por José Bonifácio. Os deputados não queriam que o monarca tivesse o direito de dissolver a Câmara dos deputados que viria a ser formada, nem que tivesse o poder de veto absoluto, ou seja, o poder de invalidar leis aprovadas pelo Legislativo. Mas, convencido de que era necessário fortalecer o Executivo, D. Pedro I não abria mão dessa prerrogativa. Certamente, ele temia perder o controle da elaboração das leis em uma época de total instabilidade política.

O próprio José Bonifácio de Andrada e Silva foi afastado do Ministério em julho de 1823, pois sofria críticas de ambos os lados: dos mais radicais, afastados por ele de qualquer contato com o imperador, e dos mais conservadores, que consideravam excessivas as concessões feitas até aquele momento. A situação de José Bonifácio, portanto, era crítica até que foi destituído de sua posição. A partir desse momento, ele organizaria oposição ao governo, apoiado por seus dois irmãos, Martim Francisco e Antonio Carlos, ex-participantes das Cortes de Lisboa e autores do **anteprojeto constitucional de 1823**.

O projeto em questão, que norteou as discussões da Assembleia, caracterizava-se pela diminuição dos poderes do monarca, como já foi dito. Além disso, retomava outro ponto importante já discutido pelos deputados do Brasil em Lisboa: a ampliação dos poderes das províncias, conferindo-lhes uma relativa autonomia.

O controle do Legislativo sobre o imperador e a defesa da autonomia provincial não eram sinais de anseio democrático. As regras eleitorais para a futura Assembleia Legislativa esclareciam este aspecto: seguindo o critério **censitário** diziam que, para ser “eleitor de paróquia”, “eleitor de província”, deputado ou senador era preciso, respectivamente, uma renda anual que correspondesse a 150, 250, 500 e 1000 alqueires de farinha de mandioca. Por isso, o “apelido” desse projeto constitucional era **Constituição da Mandioca**.

Depois da oposição com os irmãos Andrada, D. Pedro I se chocou diretamente com a Constituinte. A disputa entre os poderes acabou levando-o à **dissolução da Assembleia** em 12 de novembro de 1823 com o apoio dos militares. Vários deputados foram presos, entre eles os três irmãos Andrada, no episódio que ficou conhecido como a **Noite da Agonia**.

No lugar da Assembleia, o imperador nomeou um **Conselho de Estado**, composto de dez membros, encarregado da redação de um novo projeto. Este, ainda muito influenciado pelo primeiro texto de Antonio Carlos, seria transformado na **primeira Constituição do Brasil**.

Algumas características desse texto constitucional devem ser resgatadas. A primeira delas diz respeito ao que não consta em seus artigos: os escravizados estavam excluídos

de sua abrangência. Nenhuma referência é feita à escravidão a não ser indiretamente quando se fala dos libertos.

A Constituição restringia-se, então, à população livre, branca ou mestiça, que podia votar e ter participação na vida política. Para essa parcela minoritária da população, ela garantia direitos individuais e previa deveres. Definia o governo como monárquico, hereditário e constitucional e, assim, vigorou no Brasil, com modificações, até o fim do Império.

Não se previa a possibilidade de uma aristocracia de sangue, pois os títulos deveriam ser concedidos pelo imperador (barão, duque, conde etc.) e não seriam hereditários. A religião oficial seria a Católica Apostólica Romana e a prática de outros cultos seria permitida, desde que não fosse pública. No entanto, haveria uma submissão da Igreja em relação ao Estado brasileiro, com o padroado representando um instituto pelo qual o imperador poderia nomear e instituir cargos eclesiásticos e com o beneplácito garantindo ao Estado o poder de aprovar ou vetar decretos papais.

O Poder Legislativo era dividido em duas casas: Senado e Câmara, sendo que as eleições para o primeiro eram vitalícias e, para a segunda, eram temporárias. Os senadores deveriam ser indicados em lista tríplice pelas províncias e escolhidos pelo imperador. Além disso, as eleições eram indiretas, com eleitores selecionados em um primeiro nível, aos quais cabia a escolha dos parlamentares.



Saiba mais

As eleições de acordo com a Constituição de 1824

O voto era indireto e censitário. Indireto, porque os votantes, correspondentes hoje à massa dos eleitores, votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas de primárias; esse corpo eleitoral é que elegia os deputados. Censitário, porque só podia ser votante, fazer parte do colégio eleitoral, ser deputado ou senador quem atendesse a alguns requisitos, inclusive de natureza econômica, chamados de “censo”.

A eleição para a Câmara de Deputados se processava da seguinte forma. Nas eleições primárias, votavam os cidadãos brasileiros, inclusive os escravos libertos, mas não podiam votar, entre outros, os menores de 25 anos, os criados de servir, os que não tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego. Os candidatos, por sua vez, só podiam ser pessoas que, além dos requisitos dos votantes, tivessem renda de, no mínimo, 200 mil-réis anuais e não fossem escravos libertos. Os escolhidos nessas eleições primárias formavam o corpo eleitoral que elegeria os deputados. Para ser candidato nessa segunda etapa, as exigências aumentavam: além dos requisitos anteriores, era necessário ser católico e ter uma renda mínima anual de 400 mil-réis. Não havia referência expressa às mulheres, mas elas estavam excluídas desses direitos políticos pelas normas sociais. Curiosamente, até 1882 era praxe admitir o voto de grande número de analfabetos, tendo em vista o silêncio da Constituição a esse respeito.

FAUSTO, Boris. “A Constituição de 1824”. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999, p. 151.

Esse conjunto de medidas completava-se com dois aspectos essenciais. Em primeiro lugar, instituíam-se o **Conselho de Estado** e o **Poder Moderador**, que foram marcas distintivas da organização política do Império do Brasil e sintetizam o espírito absolutista do Primeiro Reinado.

O Conselho de Estado era composto de homens com mais de quarenta anos, indicados pelo imperador, com renda superior a 800 mil-réis e que, ocupando cargos vitalícios, deveriam ser consultados para assuntos “graves” da política do Estado.

O Poder Moderador era inspirado nas obras de Benjamin Constant. Esse filósofo francês julgava ser necessária a existência de um poder neutro cuja função seria equilibrar o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, buscando repará-los e regulá-los, situando-se acima deles. A existência desse poder permitia ao imperador o controle sobre o Executivo, uma vez que ele nomeava o Conselho de Estado e os Ministros, e também a mediação das possíveis disputas entre os poderes. Para exercer essa função, ele nomeava os senadores, tinha o poder de dissolver a Câmara dos Deputados e sancionava as leis, detendo, assim, o poder de veto sobre elas. Dessa forma, uma das grandes polêmicas da Constituinte era resolvida, atribuindo a D. Pedro I o controle total sobre as atividades parlamentares. Da forma como foi concebido, o Poder Moderador representava uma clara deturpação do princípio liberal de separação entre os poderes, atribuindo ao imperador a prerrogativa de atuar pela via do Executivo e, ainda, acima dos demais poderes.

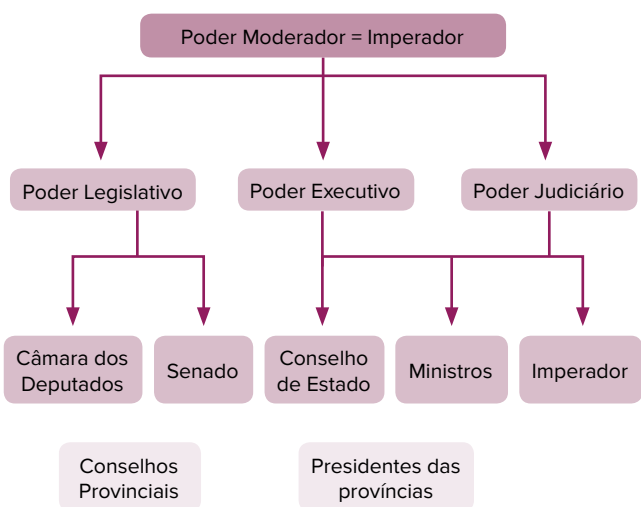


Fig. 3 Organograma do Estado com base na Constituição de 1824.

Por fim, a polêmica sobre a autonomia provincial também era resolvida de forma favorável às opiniões do imperador. Os presidentes de todas as províncias do Brasil deveriam ser nomeados por D. Pedro I e não se previa a formação de governos autônomos, reivindicação pendente desde 1820.

A Constituição foi **outorgada** em 25 de março de 1824. Chocou-se com as reivindicações dos deputados da dissolvida Assembleia Constituinte e com várias reivindicações das diversas regiões do Brasil, acirrando o conflito com o governo do Rio de Janeiro. Dessa forma, as reações não tardaram a aparecer e foram marcas da história do Brasil durante toda a organização do Império.

A Confederação do Equador

A primeira reação à Constituição outorgada aconteceu em Pernambuco, já em 1824. Foco previsível de insatisfações devido às atividades revolucionárias em 1817, os pernambucanos impulsionaram novamente uma organização republicana no Nordeste: a **Confederação do Equador**.

A situação econômica da região não se havia modificado no período entre 1817 e 1824 e a carga tributária cobrada sobre suas atividades ainda era grande. A esta situação somou-se a indignação diante do fechamento da Constituinte e a imposição da nova Constituição. Os deputados pernambucanos presentes no Rio de Janeiro voltaram para a sua província apresentando um texto de discordância diante das medidas do imperador e estas foram motivo de contestação em diversos periódicos regionais.

Como consequência da Constituição de 1824, D. Pedro I nomeou um novo governador para a província de Pernambuco, Francisco Paes Barreto, que não foi aceito por boa parte da população. Retomando as atitudes de 1817 e de 1821, os pernambucanos formaram uma junta governativa, presidida por Paes de Andrade, que se dirigia às províncias do Norte e Nordeste conclamando-as à rebeldia.

Ou seja, tal como em 1817, o governo de Pernambuco chamava as outras províncias a formarem juntas autônomas e a desobedecerem ao governo central do Rio de Janeiro. Associadas em uma Confederação, elas deveriam romper com o governo monárquico de D. Pedro I e formar uma república no Nordeste, assumindo, para isso, a Constituição da Colômbia. Como resultado desse chamado, obtiveram as adesões do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Cabe salientar que a óbvia inspiração no modelo dos Estados Unidos servia para contemplar aquela que era a grande reivindicação das províncias do Nordeste, frustrada na Constituição de 1824, qual seja, a autonomia regional.

No entanto, mais uma vez, a repressão sobre a região revolucionária foi violenta. Os almirantes Cochrane e Taylor lideraram as expedições marítimas e auxiliaram na contenção do processo revolucionário. Seguiu-se a isso uma série de prisões e a execução de um dos principais líderes do movimento, Frei Caneca.

Saiba mais

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca nasceu no Recife, no dia 20 de agosto de 1779, recebendo o nome de Joaquim da Silva Rabelo. Filho do português Domingos da Silva Rabelo e Francisca Maria Alexandrina de Siqueira, que moravam em Fora de Portas, próximo do demolido Arco do Bom Jesus. Seu pai era tanoeiro – fabricava vasilhames de flandres, daí o apelido de Caneca.

Em 1796, aos 17 anos, tomou o hábito carmelita e aos 22, com licença do Núncio Apostólico de Lisboa, ordenou-se padre passando a chamar-se Joaquim do Amor Divino, acrescentando o apelido Caneca, em homenagem a seu pai. Foi um dos grandes pensadores literários no momento da Independência brasileira. Vivia em Pernambuco quando da inquietação em torno da separação com Portugal e lugar onde a agitação era maior do que no resto do país.

Muito combativo, lutava contra o despotismo (o poder absoluto e autoritário) e as relações de dependência que caracterizavam a situação colonial.

Foi professor de retórica e Geometria e depois de Filosofia racional e moral, em Pernambuco e Alagoas.

Em 1817, Frei Caneca iniciou sua ação política com a Revolução Republicana em Pernambuco. Com o fracasso do movimento foi preso e enviado para Salvador, sendo libertado em 1821 pelo movimento constitucionalista de Portugal, regressando então a Pernambuco. Escreveu, em 1822, *Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria e, em 1823, O caçador atirando à arara pernambucana e as Cartas de Pítia a Damão.*

Redige e publica, também em 1823, o *Typhis Pernambucano*, jornal de sua propriedade, do qual foi fundador e principal editor. O jornal era semanal e autofinanciado, e um veículo usado por Frei Caneca para criticar a situação política do seu tempo e atingir as massas, esclarecendo-as sobre a defesa dos seus direitos.

Em 1824, tornou-se um dos conselheiros da junta de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, opinando contra o reconhecimento de Francisco Paes Barreto como presidente de Pernambuco, a favor da invasão de Alagoas e contra o juramento da Constituição outorgada por D. Pedro I.

Neste mesmo ano, as províncias do Norte se opõem ao poder imperial formando a Confederação do Equador. Frei Caneca foi um dos seus chefes e, após o seu fracasso, retirou-se para o interior, na companhia de parte das tropas, ocasião em que escreveu o *Itinerário*.

Ainda em 1824, foi preso no Ceará e submetido a julgamento pela Comissão Militar, sendo condenado à morte por enforcamento.

A 13 de janeiro de 1825, foi executado no Forte das Cinco Pontas, no Recife. Porém, na ocasião da execução não houve carrasco que se prestasse a enforcá-lo, sendo então fuzilado, ocasião em que demonstrou grande serenidade e coragem.

Foi enterrado no Convento do Carmo, no Recife e sua morte foi considerada heroica, cercada de uma auréola de legenda mística pelo povo do Nordeste.

DOBBIN, Elizabeth. "Frei Caneca". *Pesquisa Escolar Online*. Fundação Joaquim Nabuco, 6 maio 2004. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=424&Itemid=185>. Acesso em: 28 set. 2020.

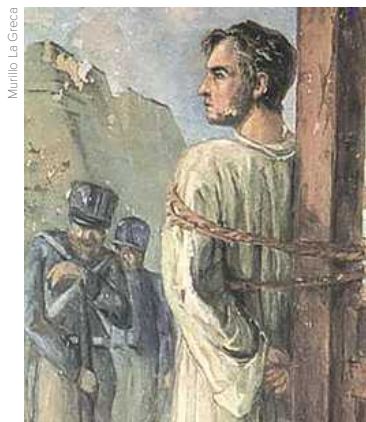


Fig. 4 Frei Caneca.

A política externa do Primeiro Reinado

Dois elementos marcam a política externa de D. Pedro I: as negociações pelo reconhecimento da independência do Brasil e a guerra de independência da Cisplatina.

Não podemos nos esquecer do panorama internacional no qual as negociações, para que o novo Estado fosse reconhecido, foram travadas. A derrota napoleônica abriu espaço à organização do Congresso de Viena, com vistas na restauração europeia. Por "restauração" devemos entender não apenas a legitimidade dinástica anterior a 1789 como também de todo o *statu quo* internacional.

Assim, o momento é altamente reacionário, o menos propício para que uma antiga colônia tivesse reconhecida sua independência pelas potências europeias. Isso dificultava as negociações, por um lado, mas abria perspectivas de outro. Não por acaso, o primeiro país a reconhecer a independência brasileira foram os Estados Unidos, em 1824.

As razões para esse rápido reconhecimento prendem-se ao momento vivido então pelos Estados Unidos. A independência do país, libertando-se da opressão inglesa, abriu espaço para a intensificação da industrialização interna. Entretanto, era, aos Estados Unidos, inviável competir no mercado europeu com países com um grau maior de industrialização. Assim, restava-lhe disputar os mercados dos recém-independentes países americanos, revestindo sua disposição por dominar seus mercados com uma justificativa política.

Isso explica a política do presidente James Monroe, conhecida como Doutrina Monroe. Tal política visava colocar as jovens nações da América Latina na órbita do capitalismo estadunidense, usando a luta anticolonial como bandeira que mascarava seus reais propósitos econômicos. Assim, a frase que serviu como elemento propagandístico dessa postura "A América para os americanos" significa apenas uma tentativa de vestir o interesse imperialista dos Estados Unidos com uma capa supostamente fraternal, de defesa mútua dos povos do continente contra as pressões restauradoras das potências europeias.

Coube à Inglaterra intermediar as negociações entre o Brasil e Portugal, em 1825. Interessada em ver o Brasil inserido na ordem mundial, sob seu controle econômico e sem as antigas amarras do colonialismo, os ingleses pressionaram Portugal a reconhecer a independência do Brasil. Para tanto, o governo português exigiu que o Brasil assumisse uma dívida de 2 milhões de libras que Portugal tinha com a Inglaterra. Mais que isso, pelo tratado de Paz e Aliança firmado então entre Brasil e Portugal, concedia-se a D. João VI, rei de Portugal, o título de Imperador Honorário do Brasil.

A Inglaterra tinha como interesse o controle do mercado brasileiro. Assim, as questões de legitimidade não afetavam a atitude inglesa, a qual colocou como elemento básico para reconhecer a independência do Brasil a renovação dos tratados de 1810. Assim, em 1827, a Inglaterra reconhecia o novo governo brasileiro, submetendo-o, ainda, a um tratado no qual D. Pedro I comprometia-se a abolir o tráfico de escravizados para o Brasil até 1830.

Quanto à Cisplatina, o grande temor do governo brasileiro era que a região passasse ao controle argentino. Esse fato faria do rio da Prata um rio interno ao território argentino, inviabilizando a navegação naquela que era a grande via de ligação entre as regiões interioranas do Brasil e o Atlântico.

Assim, quando a Argentina passou a apoiar a luta da Cisplatina, o governo de D. Pedro I intensificou o envio de tropas, mantendo a guerra até 1828. Nesse ano, sob mediação inglesa, consumou-se um acordo no qual a Cisplatina seria um país independente, tanto do Brasil quanto da Argentina, constituindo um novo país ao qual se deu o nome de República Oriental do Uruguai.

A região da Cisplatina – século XIX



As lutas internas e a abdicação

Várias são as razões que levaram ao desgaste do governo de D. Pedro I ante as elites e intelectuais brasileiros.

Em primeiro lugar, analisemos a situação econômica vivida pelo país. Havia uma questão de fundo que independia da atuação de D. Pedro I: a edificação do novo Estado fazia-se em um momento em que toda a atividade econômica brasileira encontrava-se em decadência. Essa decadência foi, em parte, resultado da ausência de uma diversificação econômica, já que, mesmo independente,

o Brasil manteve sua economia próxima ao modelo colonial. Assim, o início do século XIX é um período no qual as atividades econômicas que historicamente haviam alavancado a economia colonial encontravam-se enfraquecidas.

A própria atuação de D. Pedro I contribuiu para agravar o quadro. Os gastos desmedidos com a repressão à Confederação do Equador e com a guerra de independência da Cisplatina, bem como os dois milhões de libras que D. Pedro I havia assumido como dívida em troca do reconhecimento da independência brasileira por Portugal, além dos gastos naturais da montagem do aparelho de Estado, todos esses elementos, somados à retirada de divisas por D. João ao sair do Brasil, levaram as finanças do Império à bancarrota, tanto que o Banco do Brasil teve sua falência decretada em 1829.

Tal situação interna obrigava o governo a sucessivas emissões de moeda, o que contribuía para desvalorizar ainda mais a moeda brasileira internacionalmente. Tal fato, se por um lado até poderia contribuir para facilitar as exportações, tornava, entretanto, as importações muito mais caras, fato ruinoso em um país que importava praticamente todas as suas necessidades de consumo. Com isso, os setores populares passam a sentir na pele os efeitos da desastrosa política econômica do imperador, passando, também eles, a se constituir em um foco de tensão.

Porém, os fatores mais sérios de antagonismo a D. Pedro I estão diretamente ligados ao aspecto da organização política do país. Já nos episódios de 1823/24 (fechamento da Constituinte e outorga da Constituição) iniciava-se um desgaste de D. Pedro I ante as elites econômicas. As maiores críticas ao imperador associavam-no a uma postura absolutista. Lembremos que esta caracterização assume uma conotação mais grave nesse momento histórico, determinado pelas influências liberais que vinham desde a Revolução Francesa.

Por outro lado, havia a inevitável vinculação que se fazia entre D. Pedro I e os interesses portugueses. Essa vinculação tornava-se maior pelo envolvimento do imperador na disputa sucessória do trono de Portugal. Em 1826, D. João VI havia morrido, fato que tornava D. Pedro I, seu filho mais velho, herdeiro do trono português. Ante o medo brasileiro de que isso representasse um passo no sentido da recolonização do Brasil, D. Pedro I abdicou do trono português em favor de sua filha, Maria da Glória, então com apenas sete anos de idade. Nomeou, ao mesmo tempo, seu irmão mais novo, D. Miguel, regente do trono português até a maioridade da rainha herdeira.

D. Miguel, entretanto, apoiado pela nobreza portuguesa, a qual pretendia um retorno à ordem política anterior a 1820, proclama-se rei de Portugal, levando D. Pedro I a mover uma guerra contra ele, fato que onerava ainda mais os recursos brasileiros, ampliando o descontentamento.

Ao mesmo tempo, a política econômica de D. Pedro I beneficiava os comerciantes portugueses, ainda detentores das melhores fatias do comércio interno. Estes

passam a representar o principal polo social de apoio ao imperador, ampliando ainda mais as críticas que se fazia à sua inclinação em direção a Portugal.

O foco mais intenso de oposição vinha da imprensa. Em 1830, Líbero Badaró, jornalista do *Observador Constitucional* e um dos mais ferrenhos opositores de D. Pedro I, foi encontrado morto. Esse fato acirrou ainda mais a oposição ao imperador. De todas as províncias partiram manifestações de repúdio à morte do jornalista. Em viagem a Ouro Preto, por exemplo, capital da província das Minas Gerais, D. Pedro I encontrou a cidade cheia de faixas pretas, em luto pela morte de Badaró.

É interessante frisar que a propaganda política contra D. Pedro I assumiu posições diferenciadas ao longo do tempo. Em um primeiro momento, teve como bandeira política básica a denúncia da vinculação entre o imperador e os portugueses, jogando com o receio da recolonização. Não por acaso, os opositores de D. Pedro I autoproclamaram-se **Partido Brasileiro**, identificando seus partidários, independentemente de sua origem, como **Partido Português**. A terminologia “partido” foi empregada apenas como uma forma de representar determinados grupos políticos; não possuía a definição conceitual que seria aplicada a partir da República, no Brasil.

A partir de 1830, entretanto, esta postura sofreria uma modificação. As razões para isso ligam-se aos episódios em curso na Europa naquele ano, no qual uma vaga revolucionária derrubava vários dos governos absolutistas que haviam sido restaurados no Congresso de Viena, recolocando na pauta dos debates, com todo o peso político, as ideias liberais. O liberalismo volta a ser a grande bandeira política no plano internacional. Aqui no Brasil, isso teve por efeito deslocar o foco maior das críticas a D. Pedro I para seu autoritarismo. Assim, seus opositores assumem a denominação de **Partido Liberal**.

De volta da desastrosa viagem a Minas Gerais, D. Pedro I encontrou o Rio de Janeiro convulsionado por lutas entre “brasileiros” e “portugueses”. Estes últimos haviam organizado uma manifestação de júbilo pelo retorno do imperador, a qual se realizaria no Paço Imperial. Opositores de D. Pedro I impediram a manifestação, ocupando o Paço. Os portugueses subiram aos prédios em torno e passaram a atirar garrafas sobre a multidão. Esse fato degenerou em um conflito generalizado, conhecido como **Noite das Garrafadas**.

É nesse clima de oposição generalizada que D. Pedro I, tentando resgatar o apoio das elites brasileiras, nomeou, em março de 1831, um ministério formado por brasileiros. Entretanto, o antagonismo já era intransponível, a um ponto em que, em 5 de abril, esse ministério foi destituído, sendo nomeado em seu lugar o “ministério dos marqueses”, composto de aliados do imperador.

Como resultado, o Campo da Aclamação foi tomado por milhares de populares que exigiam a volta do ministério anterior. Mais que isso, a oposição, ante à iminência de uma luta generalizada, obtivera o apoio militar para pressionar D. Pedro I a abdicar.



Fig. 5 Aurélio de Figueiredo. *Abdicação de D. Pedro I*, 1911. Óleo sobre tela. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono brasileiro, em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade. Isso gerava uma situação delicada, pois a Constituição era vaga com relação ao que se fazer no caso da menoridade do herdeiro. Estabelecia que seria instituída uma regência até a maioridade, nada dizendo sobre a composição ou os poderes dessa regência.

Assim, as elites dominantes puderam utilizar a abdicación para edificar seu modelo de Estado. O 7 de abril assume, assim, um caráter de consolidação da independência. Afastava a ameaça de recolonização, ao mesmo tempo em que expulsava o principal obstáculo para que as elites do Centro-Sul assumissem de fato o poder.

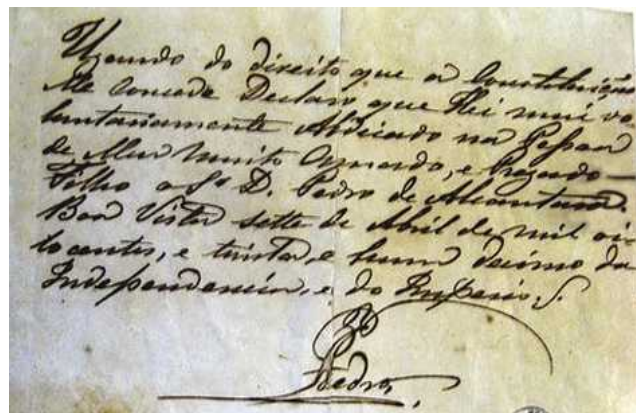


Fig. 6 Carta de D. Pedro I abdicando do trono: *Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Senhor D. Pedro de Alcântara.*

O Período Regencial

Considerações iniciais

Como visto anteriormente, a abdicación de D. Pedro I consolidou os ideais que norteavam a luta pela independência. Tal afirmação deve ser complementada com a observação de que há um forte componente liberal na luta que levou à queda de D. Pedro I. Dessa maneira, são as ideias liberais que ganham corpo, em um primeiro momento, tendendo a contemplar a luta, não apenas contra os instrumentos de absolutismo do império, tais como o Poder Moderador, mas também os anseios de autonomia das províncias.

Reprodução



Fig. 7 Arnaud Julien Pallière. *Retrato do imperador D. Pedro II, com 4 anos, 1830.* Óleo sobre tela. 90 × 66 cm. Museu Imperial, Petrópolis, Brasil.

Do ponto de vista da organização política, veremos que, logo no início da **Regência**, as facções políticas dividem-se em três grandes vertentes. O antigo Partido Liberal, articulador da luta contra D. Pedro I, cindiu-se em duas facções, até certo ponto antagônicas, os **exaltados** e os **moderados**.

Os exaltados constituíam um setor da elite que pretendia destruir imediatamente todas as medidas constitucionais que fortaleciam o poder imperial: Conselho de Estado, vitaliciedade do Senado, poder de dissolução da Câmara e Poder Moderador. Esse grupo transitava para o ideal republicano. Não busquemos aqui um ideal de apoio às camadas populares nesse setor. Voltamos a insistir que se trata de setores da elite, os quais viam na descentralização um instrumento que lhes permitiria melhor atender aos seus interesses, notadamente de autonomia diante do poder central.

Os **moderados** acreditavam que o mesmo controle, antes exercido pelo imperador, deveria ser realizado, agora, diretamente por setores da elite brasileira. Basicamente, eram comerciantes da zona portuária do Rio de Janeiro e proprietários de terras e escravizados, que queriam gerenciar seus próprios interesses sem mediações. Trata-se, portanto, dos setores predominantes da elite, os quais viam na queda de D. Pedro I unicamente a forma de assumirem de fato o poder, sem qualquer modificação no funcionamento do Estado.

Por fim, os **restauradores** representavam o antigo Partido Português, o setor partidário de D. Pedro I, que passa

a defender seu retorno. Convém lembrar que esse grupo perdeu o seu propósito fundamental quando D. Pedro I faleceu em Lisboa no ano de 1834, mas continuaram a agir no sentido de manter a centralização, aproximando-se assim dos moderados.

Alguns restauradores acreditavam que a aproximação com a realeza era uma maneira de promover mudanças, utilizando a influência que obtiveram ao conceder apoio à monarquia.

Naquele momento, entretanto, eram os restauradores o setor a ser politicamente isolado. Assim, ante a omissão da Constituição no que tocava à composição da Regência, optou-se por um acordo entre moderados e exaltados, ou seja, a formação de um governo que contasse com um representante de cada uma dessas facções e um militar que deveria atuar como fiel da balança. Criava-se assim uma regência trina a qual teria como papel apenas elaborar as bases em que se elegeria uma regência definitiva. Por isso, o primeiro governo regencial foi chamado de **Regência Trina Provisória**.

As regências trinas

A Regência Trina Provisória governou por um espaço muito curto de tempo, de abril a junho de 1831. Dela fizeram parte **Carneiro de Campos**, **Campos Vergueiro** e o brigadeiro **Francisco de Lima e Silva**. A atuação desse governo limitou-se a uma preparação de terreno para o Período Regencial propriamente dito.

Assim, a regência provisória readmitiu o “ministério brasileiro” deposto por D. Pedro I, anistiou prisioneiros políticos e decretou a suspensão do Poder Moderador. Sua principal realização foi a elaboração da **Lei Regencial**, a qual procurava preencher as lacunas constitucionais com relação a quanto e quais seriam a composição e os poderes da Regência.

Por essa lei, definia-se que a Regência seria composta de três membros, eleita pelos deputados e teria um caráter permanente, ou seja, deveria governar até a maioria. Estabelecia que os regentes não utilizariam o Poder Moderador, atribuindo também uma autonomia maior às províncias.

Assim, já em junho, foi eleita a **Regência Trina Permanente**. Dela faziam parte **Bráulio Muniz**, **Costa Carvalho** e **Lima e Silva**, mantendo-se o equilíbrio entre moderados e exaltados.

Um nome que despontaria na cena política brasileira nesse período ocupava o cargo de ministro da Justiça da Regência. Trata-se do padre **Diogo Antônio Feijó**. Dele partiram as principais medidas do período, entre elas a criação, em 1831, da Guarda Nacional.

A criação dessa guarda mostra que não havia nenhum caráter democrático no novo momento político vivido pelo país. Tratava-se de uma tropa de elite, organizada em âmbito municipal, tendo como comandantes locais os próprios grandes proprietários. Assim, seu papel fundamental era o de mantenedora da ordem interna, entendendo-se por este termo o predomínio da elite e o sufocamento a qualquer foco de rebelião social.



Fig. 8 Soldados da Guarda Nacional em uniforme de gala, em gravura do século XIX.

A política de fortalecimento da autoridade local ficou clara em outra medida de Feijó, a aprovação do Código de Processo Criminal, em 1832, o qual dava plena autonomia judiciária aos juízes de paz, no âmbito municipal. Convém lembrar que esses juízes eram normalmente nomeados entre os grandes proprietários de uma região.

Como vimos, as ideias liberais e descentralizadoras ganhavam força durante a regência. Elas atingiram seu ponto mais alto quando, em 1834, foi aprovado o **Ato Adicional**. Tratava-se de um ato que, sob a capa de uma complementação à Constituição de 1824, na verdade alterava-a em aspectos bastante significativos. De acordo com esse texto, a Regência deveria se tornar **una, eletiva e temporária**, com mandato de quatro anos. Ele também suprimia o Conselho de Estado e instituía as Assembleias Legislativas Provinciais, mas a nomeação do presidente das províncias era de responsabilidade do Regente. Por outro lado, esse presidente da província, pelo texto do Ato, não poderia vetar as decisões da Assembleia. Assim, dava-se às aristocracias locais o controle não apenas do Legislativo, mas também do Executivo provincial. De qualquer modo, reforçava de forma intensa a autonomia das províncias, além de, em certos aspectos, apresentar uma abertura aos ideais republicanos.

Essa vertente republicana manifestava-se em outro elemento trazido pelo Ato Adicional, que era o de tornar a Regência una e eletiva. Assim, o regente passaria a ser apenas um, eleito pelos eleitores, e não mais pela Câmara.

Com a aprovação do Ato, os moderados apresentaram o nome do padre Diogo Antônio Feijó, o qual, despontando como o grande articulador desse momento político, venceu facilmente as eleições para regente. Iniciava-se, assim, uma nova fase, a das regências unas.

A Regência de Feijó (1835-1837)

Feijó governou entre 1835 e 1837 em nome dos moderados. Indispôs-se com a Câmara durante esse período e tentou cercear a oposição que se organizou contra ele.

Sua posição contrária ao celibato clerical e as questões religiosas que se abriram nessa época foram os principais motivos para que ele impugnasse a nomeação de um bispo para o Rio de Janeiro. Essa interferência só fez aumentar

a tensão entre ele e a ala conservadora do parlamento. Assim, acabou renunciando dois anos depois de eleito, favorecendo um nome da facção adversária.

No entanto, esses não foram os problemas mais sérios enfrentados por Feijó durante a sua regência. Três importantes rebeliões iniciaram-se no ano de sua posse: a **Cabanagem** no Pará (1835-1840), a **Revolução Farrroupilha**, ou **Guerra dos Farrapos**, no Rio Grande do Sul (1835-1845), e a **Revolta dos Malês** na Bahia (1835).

A particularidade da **Revolta dos Malês**, que eclodiu em 1835 e durou apenas um dia, foi o teor religioso dado pela presença de escravizados muçulmanos hauçás e iorubás, ainda que não tenha ficado restrita à participação desses indivíduos. Assim como a aversão à escravidão, a religião estava presente nas demandas desses revoltosos, que contestavam as conversões forçadas dos escravizados muçulmanos. Assim, exigindo a libertação dos escravizados, os revoltosos pretendiam também conquistar o poder em Salvador.

Outro aspecto indireto a ser salientado da religião muçulmana, a qual se expandia entre os africanos que viviam na Bahia, foi a presença de materiais escritos (livros, amuletos e anotações em papéis) produzidos por eles, o que colocou os escravistas em uma situação delicada. Isso porque a escrita era considerada um dos elementos de civilização – porém o domínio dela, no islamismo, é essencial para a compreensão da palavra divina; assim, muitos desses escravizados eram mais instruídos que os senhores, os quais, em grande parte, eram analfabetos. Na elaboração da revolta, os malês aproveitavam os encontros religiosos para, entre rezas e estudos corânicos, organizar a conspiração.

A abordagem que a imprensa da época deu aos malês evidenciou estereótipos religiosos e se assemelha com a que se costuma verificar atualmente com relação aos praticantes do islamismo. Os planos sobre o levante vazaram e a revolta, então, foi violentamente reprimida pelo governo. Os revoltosos ou foram mortos ou condenados à prisão, ao banimento e ao açoite. Como resultado, os africanos passaram a ser vigiados e reprimidos de forma ainda mais abusiva.

O movimento causou a revisão da legislação repressiva, das políticas de imigração e do debate sobre a extinção gradual do tráfico. As duras retaliações ao movimento limitaram quaisquer heranças do islamismo para a história da província ou do país, na medida em que os acusados prontamente negavam pertencer à religião. Porém, atualmente, o movimento negro tem considerado a Revolta dos Malês como símbolo das lutas dos africanos por liberdade no Brasil.

A Cabanagem tinha um caráter popular e federalista, assumindo, nos últimos, um desejo separatista. Era uma reação ao governo regencial e ao presidente da província, nomeado pelo Executivo. O nome da rebelião provém de um partido local, o Cabano, que se apoderou do governo local, alegando que não receberia qualquer presidente indicado pela Corte enquanto D. Pedro II não atingisse a maioria. Com essa alegação, os paraenses comandados pelos cabanos chegaram a impor três presidentes à província, até que o governo regencial chegasse a controlar os revoltosos. Isso só aconteceu, porém, sob o comando do regente Araújo Lima.

Durante os cinco anos da Cabanagem, a região do Pará governou-se autonomamente e, por isso, chamou a atenção dos países com os quais mantinha fronteiras. Foi o caso dos franceses que, ambicionando levar a fronteira da Guiana até o rio Araguari, cobiçavam toda a região Norte do Brasil. Em 1835, estabeleceram um forte na margem direita do citado rio para poder avançar em seguida. Somente em 1839, o governo do Rio de Janeiro conseguiu organizar uma resposta às investidas francesas. A violenta repressão, ao longo da revolta, levou à morte cerca de 30 mil pessoas.

Paralelamente, no outro extremo do Brasil, iniciou-se uma outra revolta que duraria dez anos: a **Farroupilha**. Assim como os cabanos, os farroupilhas eram federalistas e republicanos e também se negaram a aceitar os presidentes indicados pelo Rio de Janeiro.

Da mesma forma, a elite rio-grandense se sentia prejudicada pelas decisões da Assembleia Nacional. Considerava que sua representação era desproporcional nesta Câmara e, como consequência, sofria medidas não condizentes com suas necessidades. Era o caso da decisão relativa ao imposto cobrado sobre o sal. A tributação, decidida no Rio de Janeiro, encarecia a produção e, conseqüentemente, o preço final do charque (tipo de carne salgada e seca ao sol), um dos principais produtos da região Sul do país. Tal cobrança abria espaço para o consumo dos similares argentino e uruguaio.

Os gaúchos proclamaram a República Rio-Grandense e escolheram um presidente. Este chegou a ser preso no Rio de Janeiro, mas conseguiu escapar e voltar para a sua província.

A recém-criada república recebeu apoio dos governos uruguaio e argentino e, acreditando em sua força, os revolucionários farroupilhas tentaram estender seus domínios até Santa Catarina. Ali, com a ajuda de Giuseppe Garibaldi, proclamaram, em 1839, a **República Juliana**.

O moderado Feijó enfrentava, portanto, o risco de perder importantes partes do território do Brasil, ao norte e ao sul, e a facção conservadora soube explorar bem essa dificuldade. Alegavam que o regente não havia tomado as medidas necessárias para controlar os revoltosos, que se negavam a aceitar sua autoridade, e exigiam medidas enérgicas. Isolado, sem o apoio da elite que o elegera, Feijó foi obrigado a renunciar em 1837.



Fig. 9 A luta dos farrapos contra o governo central.

A Regência de Pedro de Araújo Lima (1837-1840)

Os opositores de Feijó apresentaram o nome de Pedro Araújo Lima para substituí-lo “com mão de ferro”. Quando o novo governante chegou ao poder, os conservadores lançaram uma campanha com o lema “**regresso à ordem**”, clamando pelo restabelecimento integral da Constituição de 1824. Era a reação natural de setores da elite à instabilidade política desencadeada pela descentralização gerada pelo Ato Adicional. A partir de então, duas alas configuravam-se claramente: progressistas e regressistas, as quais darão origem aos dois grupos partidários fundamentais da vida política brasileira nos anos seguintes: **Partido Liberal** e **Partido Conservador**.

Como resposta ao “regresso”, os liberais defendiam todas as mudanças implementadas após o 7 de abril, inclusive o Ato Adicional de 1834. No entanto, percebiam que a tendência do novo governo era a de reinterpretar as medidas ali previstas.

Desse modo, o que pode parecer um paradoxo, os liberais passariam a defender a **antecipação da maioria de Pedro II**. Este seria o melhor recurso para tirar o poder das mãos dos conservadores, já que depois do governo Feijó os liberais não tinham chances de vitória.

No entanto, Araújo Lima não teve mais sorte em seu governo, entre 1835 e 1837, pois também teve de enfrentar diversas rebeliões. Herdou a Cabanagem e a Farroupilha, já em andamento. Mas novas revoltas explodiriam depois: a **Sabinada** na Bahia (1837-1838) e a **Balaçada** no Maranhão (1839-1841).



Fig. 10 Fabricantes de cestos feitos de palha, chamados de balaia, século XIX.

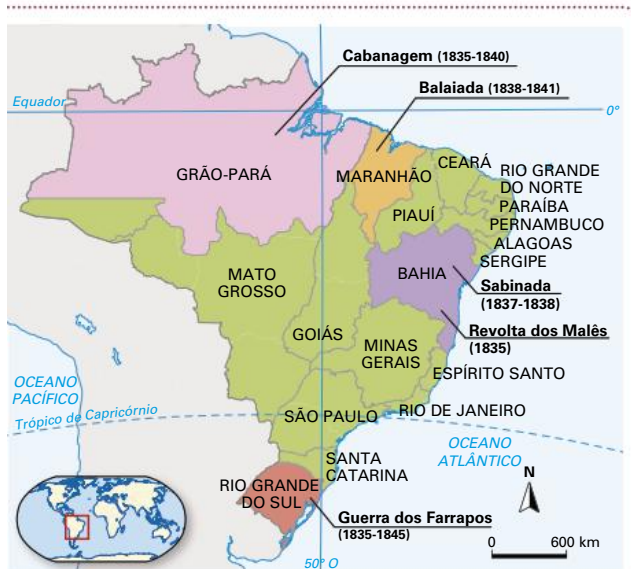
Apesar da distância que separa a Bahia do Rio Grande do Sul, a Sabinada foi diretamente influenciada pelos farroupilhas. Bento Gonçalves, principal líder da revolta no Sul, foi preso nos cárceres baianos e ali conseguiu apoio de intelectuais e militares que já haviam participado da luta pela independência. O médico baiano Sabino Álvaro da Rocha foi a principal figura do movimento e, por isso, a ela emprestou seu nome.

Dr. Sabino conseguiu reunir um número significativo de apoiadores, expulsou o presidente da província e proclamou a República Baiense em Salvador. Assim como os cabanos, os revoltosos baianos pretendiam se reintegrar ao Império quando D. Pedro II atingisse a maioria, porém também acabaram assumindo um caráter separatista ao final da revolta.

No entanto, a repressão comandada por Araújo Lima foi tremenda. A força militar concentrada na ilha de Itaparica terminou a revolta. Os processos arrastaram-se por dois anos e a lista de acusados crescia a cada dia. Finalmente, os principais líderes foram condenados à pena última, ou seja, foram confinados ao porão de um navio e daí transportados para o Forte do Mar. Só viriam a ser anistiados, anos mais tarde, por D. Pedro II.

No **Maranhão**, a Balaiada eclodiu depois, quando a oposição entre liberais e conservadores enfraqueceu completamente o governo local. Francisco dos Anjos Ferreira, o balaio, chegou a reunir dois mil apoiadores na contraposição ao governo central – a revolta promovia uma defesa pelo federalismo. Foram reprimidos, porém, sob a liderança de alguém que se tonaria famoso: o então coronel Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias.

Revoltas no Período Regencial



O Golpe da Maioridade

A incapacidade do governo de Araújo Lima, mesmo com toda a sua retórica e medidas altamente conservadoras, no sentido de restaurar a estabilidade, serviu de combustível para a campanha dos liberais no sentido de antecipar a maioria de D. Pedro II. Em 1840, fundaram o **Clube da Maioridade**, o qual foi o principal instrumento propagandístico de sua campanha no sentido da antecipação. No entanto, a aproximação com a facção áulica era uma maneira de conter as reformas conservadoras – por meio do apoio à monarquia – e, ainda, de promover novamente as políticas de cunho liberal.

A campanha concentrou-se na pressão sobre o Senado, a quem caberia aprovar uma eventual antecipação. Interessante frisar que o Senado era de ampla maioria conservadora. Mesmo que o retorno à monarquia fosse parte da campanha liberal, os conservadores não poderiam ir contra tal medida. A retomada dessa forma de governo, em princípio, parecia ser condizente com os valores defendidos pelo grupo conservador. Vale ressaltar que ambos eram defensores dos interesses da aristocracia; acima das diferenças partidárias, cumpria garantir a ordem política e sufocar as rebeliões sociais.

Com isso, em julho de 1840, D. Pedro II, com 15 anos incompletos, era coroado imperador, pondo fim à longa fase de instabilidade que caracterizara a Regência e dando início ao Segundo Reinado.



Fig. 11 D. Pedro II é aclamado imperador aos cinco anos de idade (evento representado nessa imagem, de autoria de Jean-Baptiste Debret) e assume o poder aos 14 anos.

Revisando

1 Quais diferenças básicas pode-se estabelecer entre o projeto de Constituição que poderia ser aprovado na Constituinte de 1823 e a constituição imposta por D. Pedro I em 1824?

2 Em que aspectos podemos dizer que a derrubada de D. Pedro I significou uma consolidação da independência do Brasil?

- C dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.
- D foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador D. Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando a guerras de independência.
- E diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

- 5** Proclamada a Independência em 1822, a primeira Constituição, de 1824, perdurou por todo o Império. Dela, destacam-se, dentre outros, os seguintes aspectos:
- A não conseguiu evitar o caráter autoritário e praticamente assegurou uma verdadeira ditadura militar sobre o governo.
 - B mantinha o sistema clássico de divisão em três poderes, o que garantiu uma estrutura bastante democrática.
 - C assegurou o pluripartidarismo.
 - D outorgada, instituiu o voto censitário e criava o Poder Moderador, que possuía uma grande parcela de participação no poder.
 - E assumindo uma postura profundamente nacionalista, rapidamente criou inúmeros conflitos com os ingleses.

- 6** Legisladores! Trata-se de um dos maiores atentados; de um atentado que ataca a segurança e a dignidade nacional [...]. Na noite do dia tal, foi atacado em sua Botica no largo e ao pé da guarda carioca o boticário Davi Pamplona, pelo sargento-mor Lapa e pelo capitão Moreira (militares portugueses), e horripelantemente espancado. E por quê? Por ser brasileiro resolutivo. [...] Infames! Assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, [...] Que fatalidade, brasileiros! Vivem entre nós monstros, e vivem para nos devorarem! [...]

Esse trecho é do discurso proferido por Martim Francisco Ribeiro de Andrada às vésperas da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. Sobre a dissolução da Constituinte de 1823 é correto afirmar que:

- A à época da Constituinte de 1823, já havia praticamente acabado a rivalidade entre portugueses e brasileiros.
- B D. Pedro I estava dando apoio integral ao seu funcionamento, pois sabia que ela era a garantia da independência do Brasil em relação a Portugal.
- C atendendo à sugestão de D. João VI, rei de Portugal, pai de D. Pedro I, este resolve dissolver a Assembleia Constituinte como forma de dificultar a concretização da independência do Brasil.

- D com a crescente rivalidade entre lusos e brasileiros, D. Pedro I, atendendo à reivindicação dos militares, cuja maioria era portuguesa, decide dissolver a Constituinte composta em sua maioria de brasileiros.
- E o episódio em questão não teve maiores decorrências, dado que D. Pedro acabou acatando todos os artigos do projeto constitucional de 1823.

- 7 ESPM 2016** [...] uma Constituição não é outra coisa que a ata do Pacto Social que fazem entre si os homens, quando se juntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Citado por Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota in *História do Brasil: uma interpretação*.

As palavras do Frei Caneca foram proferidas a propósito de crítica ao modelo autocrático-imperial de Pedro I. Assinale a alternativa que apresente a revolução republicana e separatista que eclodiu no Nordeste, ocorrida contra o governo de Pedro I.

- A Revolução Pernambucana de 1817
- B Sabinada
- C Cabanagem
- D Balaiada
- E Confederação do Equador

- 8 Uece 2017** Observe o seguinte enunciado:

“Com a dissolução da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, aumentou a insatisfação com o governo de D. Pedro I, sobretudo no Nordeste. Em 2 de julho de 1824, em Pernambuco, Manuel Carvalho Paes de Andrade lança o manifesto que dá origem ao movimento. Contudo, antes da manifestação ocorrida no Recife, apoiada por Cipriano Barata e por Joaquim da Silva Rabelo (o Frei Caneca), ambos experientes revoltosos, a província do Ceará já tinha sua manifestação contrária ao Imperador, ocorrida no município de Nova Vila do Campo Maior (hoje Quixeramobim), em 9 de janeiro de 1824 e liderada por Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Melo (o Padre Mororó)”.

O movimento ocorrido no Brasil durante o Império a que o enunciado acima se refere é denominado:

- A Revolução Pernambucana.
- B Revolução Praieira.
- C Contestado.
- D Confederação do Equador.

- 9** Em 1824, Frei Caneca criticou a Constituição outorgada por D. Pedro I dizendo que o moderador era chave mestra da opressão da nação brasileira e que a Constituição não garantia a independência do Brasil, ameaçava sua interioridade e atacava a soberania da nação.

Frei Caneca. “Crítica da Constituição Outorgada”. In: *Ensaios Políticos*. Rio de Janeiro: Documentário. [s.d.]. p. 70-5.

- a) Defina o Poder Moderador.
- b) O que foi a Confederação do Equador, da qual Frei Caneca participou?

- 10** O reconhecimento da Independência brasileira por Portugal foi devido, principalmente:
- A à mediação da França e dos Estados Unidos e à distribuição do título de Imperador Perpétuo do Brasil a D. João VI.
 - B à mediação da Espanha e à renovação dos acordos comerciais de 1810 com a Inglaterra.
 - C à mediação de Lord Strangford e ao fechamento das Cortes portuguesas.
 - D à mediação da Inglaterra e a transferência para o Brasil de dívida em libras contraída por Portugal no Reino Unido.
 - E à mediação da Santa Aliança ao pagamento à Inglaterra de indenização pelas invasões napoleônicas.

- 11** São fatores que levaram os Estados Unidos a reconhecerem a independência do Brasil em 1824:
- A Doutrina Monroe (América para os americanos) e os fortes interesses econômicos emergentes nos Estados Unidos.
 - B a aliança dos capitais ingleses e americanos interessados em explorar o mercado brasileiro e a crescente expansão do mercado da borracha.
 - C Doutrina Truman e a indenização de 2 milhões de libras pagos pelo Brasil ao governo americano.
 - D a subordinação econômica à Inglaterra e o interesse de aliar-se ao governo constitucional de D. João VI.
 - E a identificação com a forma de governo adotada no Brasil e interesses coloniais comuns.

- 12 Udesc 2017** Em 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a Constituição Política do Império do Brasil. Em relação à Constituição de 1824, assinale a alternativa correta.
- A O Texto Constitucional foi construído coletivamente pela Câmara de Deputados, votado e aprovado em 25 de março de 1824. Expressava os interesses tanto do partido liberal quanto do partido conservador, para o futuro na nação que recém conquistara sua independência.
 - B A Constituição de 1824 instaurava a laicidade no território nacional, extinguindo a religião católica como religião oficial do império e expressando textualmente que “todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.”
 - C A organização política instaurada pela Constituição de 1824 dividia-se em 4 poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, sendo que este último determinava a pessoa do imperador como inviolável e sagrada.
 - D A Constituição de 1824 determinou a cidadania amplificada e o direito ao voto para todos os nascidos em solo brasileiro, independentemente de gênero, raça ou renda.
 - E A Constituição de 1824 promoveu, em diversos artigos, ideais de cunho abolicionista. Tais ideais foram respaldo para movimentos políticos posteriores, tais como a Revolta dos Farrapos e a Revolta dos Malês.

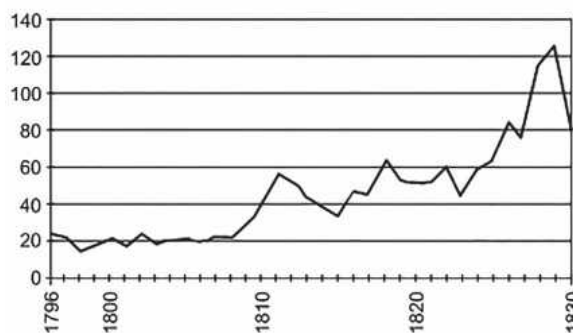
- 13** Usando do direito que a Constituição me concede, que declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Sr. D. Pedro de Alcântara. Boa Vista – 7 de abril de 1831, décimo da Independência e do Império – D. Pedro I.

Nesses termos, D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro no culminar de uma profunda crise, que **não** se caracterizou por:

- A antagonismo entre o Imperador e parte da aristocracia rural brasileira.
- B empréstimos externos para cobrir o déficit público gerado, em grande parte, pelo aparelhamento das forças militares.
- C aumento do custo de vida, diminuição das exportações e aumento das importações.
- D pressão das elites coloniais que queriam o fim do Império e a implantação de uma República nos moldes dos Estados Unidos.
- E conflitos entre o Partido Brasileiro e o Partido Português e medo da recolonização.

- 14 Fuvest 2016** Examine o gráfico.

VARIAÇÃO DA QUANTIDADE DE NAVIOS NEGREIROS QUE ATACARAM NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, 1796-1830



Manolo Florentino. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Adapt.).

- O gráfico fornece elementos para afirmar:
- A Apesar de uma ligeira elevação, o tráfico negreiro em direção ao Brasil era pouco significativo nas primeiras décadas do século XIX, pois a mão de obra livre já estava em franca expansão no país.
 - B As grandes turbulências mundiais de finais do século XVIII e de começos do XIX prejudicaram a economia do Brasil, fortemente dependente do trabalho escravo, mas incapaz de obter fornecimento regular e estável dessa mão de obra.
 - C Não obstante pressões britânicas contra o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ele se manteve alto, contribuindo para que a ordem nacional surgida com a Independência fosse escravista.
 - D Desde o final do século XVIII, criaram-se as condições para que a economia e a sociedade do Império do Brasil deixassem de ser escravistas, pois o tráfico negreiro estava estagnado.
 - E Rapidamente, o Brasil aderiu à agenda antiescravista britânica formulada no final do século XVIII, firmando tratados de diminuição e extinção do tráfico negreiro e acatando as imposições favoráveis ao trabalho livre.

- 15** A organização do Estado brasileiro que se seguiu à independência resultou no projeto do grupo:
- A** liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado.
 - B** maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do executivo e a extinção da escravidão.
 - C** liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembleia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.
 - D** cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico.
 - E** liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.

16 Relativamente ao Primeiro Reinado, considere as afirmações a seguir.

- I. A dissolução da Constituinte, o estilo de governo autoritário e a repressão à Confederação do Equador aceleraram o desgaste político de Pedro I.
- II. O temor de uma provável recolonização, caso fosse restabelecida a união com Portugal, aprofundou os atritos entre brasileiros e portugueses.
- III. O aumento das exportações agrícolas, a estabilidade da moeda e a redução de endividamento externo foram os pontos favoráveis do governo de Pedro I.
- IV. A cúpula do exército, descontente com a derrota militar na Guerra Cisplatina, aderiu à revolta, que culminou na Abdicação do Imperador.

Então:

- A** todas estão corretas.
- B** todas são falsas.
- C** apenas I e II estão corretas.
- D** apenas I, II e IV estão corretas.
- E** apenas III está correta.

17 USF 2017 O Brasil independente nasceu em meio a uma profunda crise. Uma crise política marcada pela contestação da autoridade do imperador e por guerras de independência em várias províncias, pelos conflitos em torno da elaboração da primeira Constituição brasileira de 1824 e pelo autoritarismo de D. Pedro I. Finalmente, o imperador abdicou, em 1831.

Piletti, Nelson. *História do Brasil*. Ática, 1996. São Paulo. p. 170. (Adapt.)

A respeito do assunto proposto no texto:

- a) caracterize a Constituição de 1824 em relação ao voto.
- b) cite duas razões que concorreram para a abdicação de D. Pedro I.

18 Diante do trono vazio defrontavam-se as províncias, com a propriedade territorial lhes ditando a contextura política, sequiosas de comandar o governo-geral, espreitadas

por um gigante tolhido. Mas ameaçador: o elemento monárquico, agarrado, em parte, ao manto roto de D. Pedro I e às fraldas do Imperador menino.

Identifique o período da história do Brasil a que se refere o texto acima e ofereça subsídios adequados à compreensão dos motivos para as agitações políticas e sociais.

19 Uepa 2014 A crise política do I Império Brasileiro, que resultou na abdicação de D. Pedro I, teve como cerne a disputa entre a inclinação centralista-absolutista do monarca e a defesa do federalismo pelas elites econômicas regionais. A renúncia do imperador em 1831 resultou:

- A** na transferência de poder às elites regionais e aos regentes, ordem política que se mostrou frágil e abriu caminho para levantes oposicionistas e populares.
- B** na transformação imediata de Pedro II em monarca do Reino Português na linha de sucessão da Casa de Bragança.
- C** no fortalecimento de movimentos separatistas regionais, em desacordo com a manutenção do regime monárquico e da escravidão.
- D** no surgimento de grupos políticos republicanos, que seriam embrionários do movimento que promoveu a Proclamação da República em 1889.
- E** na emergência de uma identidade nacional brasileira, em oposição a qualquer posição de mando de autoridades portuguesas em território nacional.

20 Uece 2018 Entre 7 de abril de 1831 e 24 de julho de 1840, o Brasil foi governado por regentes. Isso deveu-se à abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro em favor de seu filho que tinha então cinco anos e quatro meses de idade. Esse Período regencial, de pouco mais de 9 anos, teve inicialmente duas regências trinas, e após um ato adicional, em 1834, que alterou o modelo de regência previsto na Constituição Imperial de 1824, teve, também, duas regências unas. Essa época da história brasileira foi marcada por:

- A** várias rebeliões em províncias do norte, nordeste e sul do país, algumas delas com objetivos separatistas e outras com caráter de defesa da monarquia.
- B** grandes avanços nos direitos sociais e uma maior unificação e pacificação interna, se comparada aos períodos de governo dos dois imperadores.
- C** acentuar o espírito republicano do povo brasileiro, o que levou à crise e queda imediata da monarquia e à adoção da república como forma de governo.
- D** efetivar o consenso entre restauradores e trabalhistas que se mantiveram no poder alternadamente, mas não realizaram nenhuma inovação federalista no modelo monárquico brasileiro.

21 Dois partidos lutam hoje em nossa pátria: O Restaurador e o Moderado. O primeiro foi leal ao monarca que abdicou e defende os inquestionáveis direitos do Sr. Pedro II. O segundo é partidário do sistema republicano e quer reduzir o Brasil em inúmeras Repúblicas “fracas” e “pequenas”. E assim seus membros poderiam tornar-se seus futuros ditadores.

O Caramuru. [s.l.], 12 abr. 1832. In: Arnaldo Contier. Imprensa e ideologia em São Paulo. [s.l.], 1979. (Adapt.)

A partir do texto, responda:

- em que período da história política do Brasil o texto foi escrito?
- qual o regime político defendido pelos partidos citados no texto?
- quais são as críticas que o jornal *O Caramuru* faz ao partido Moderado?

22 FGV-SP 2017 Sobre a regência do paulista Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837, é correto afirmar que:

- o regente conseguiu vencer a eleição devido ao apoio recebido dos produtores de algodão do Nordeste, classe emergente nos anos 1830, o que possibilitou o combate às rebeliões regenciais e o início do processo de centralização político-administrativa.
- o apoio inicial que Feijó recebeu de todas as forças políticas do Império foi, progressivamente, sendo corroído porque o regente eleito mostrou simpatia pelo projeto político da Balaiada, que defendia uma monarquia baseada no voto universal.
- a opção de Feijó em negociar com os farroupilhas e com a liderança popular da Cabanagem provocou forte reação dos grupos mais conservadores, especialmente do Partido Conservador, que organizaram a queda de Feijó por meio de um golpe de Estado.
- o isolamento político do regente Feijó, que provocou a sua renúncia do mandato, relacionou-se com a sua incapacidade de conter as rebeliões que se espalhavam por várias províncias do Império e com a vitória eleitoral do grupo regressista.
- as condições econômicas brasileiras foram se deteriorando durante a década de 1830 e provocaram um forte desgaste da regência de Feijó, que renunciou ao cargo depois de um acordo para uma reforma constitucional.

23 A publicação do Ato Adicional em 1834 foi de importância significativa porque:

- restaurou a paz no Império, tendo em vista o término das rebeliões no oeste do país.
- antecipou a maioria de D. Pedro, evitando assim um golpe de Estado dos conservadores.
- limitou os poderes excessivos das Câmaras Municipais que poderiam fragmentar a Nação.
- possibilitou a tomada do poder pelos conservadores que formavam a aristocracia rural.
- ampliou a autonomia das províncias, neutralizando a tendência centralizadora do I Reinado.

24 O período regencial que se iniciou em 1831 teve no Ato Adicional de 1834 um alento de abertura e um ensaio de um regime menos centralizado. Para os monarquistas conservadores, a Regência foi uma “verdadeira” república, que mostrou sua ineficiência. Tal período é caracterizado como sendo de CRISE.

Segundo o texto, pode-se dizer que a crise ocorreu porque:

- a descentralização era um desejo antigo dos conservadores.
- a centralização “encarnava” bem o espírito republicano.
- a partilha do poder não se coadunava com o espírito republicano.
- a descentralização provocou a reação dos meios conservadores.
- a descentralização se opunha aos princípios liberais.

25 UFJF 2017 Leia atentamente o texto abaixo e em seguida responda.

O Ato Adicional de 1834 reformou a constituição em sentido descentralizante. Criou as assembleias provinciais, concedendo mais poder às províncias, e aboliu o Conselho de Estado. À maior descentralização seguiu-se um recrudescimento dos conflitos e revoltas provinciais. Nunca houve período mais conturbado na história do Brasil.

J. M. Carvalho. D. Pedro II: ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 36.

As revoltas ocorridas durante o período regencial expressavam um grande descontentamento com o projeto centralizado de Estado, liderado pelas elites enraizadas na Corte. Sobre as revoltas regenciais é correto afirmar que:

- os revoltosos eram formados, exclusivamente, por grandes proprietários de terra que disputavam entre si o direito de maior representatividade e projeção no cenário nacional.
- em sua maioria, as revoltas regenciais ameaçavam a unidade do Império por meio de reivindicações que poderiam levar à fragmentação do território em pequenas repúblicas.
- índios e africanos foram os grupos sociais que representaram maior resistência aos movimentos revoltosos, lutando ao lado do governo imperial.
- a luta contra a escravidão era uma reivindicação comum a todas as revoltas que ocorreram no período, representando o início das manifestações abolicionistas no país.
- o sucesso dos conflitos armados contribuiu para que as províncias alcançassem maior autonomia administrativa e suas elites pudessem implementar projetos políticos baseados no federalismo.

26 O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do

Brasil, e o centro do debate político foi denominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.

Boris Fausto. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995, p. 161.

Sobre as várias revoltas nas províncias durante o período da Regência, podemos afirmar corretamente que:

- A eram levantes republicanos em sua maioria, que conseguiam sempre empolgar a população pobre e os escravos.
- B a principal delas foi a Revolução Farroupilha, acontecida nas províncias do nordeste, que pretendia o retorno do Imperador D. Pedro I.
- C podem ser vistas como respostas à política centralizadora do Império, que restringia a autonomia financeira e administrativa das províncias.
- D em sua maioria, eram revoltas lideradas pelos grandes proprietários de terras e exigiam uma posição mais forte e centralizadora do governo imperial.

27 Leia:

[...] explodiu na província do Grão-Pará o movimento armado mais popular do Brasil [...]. Foi uma das rebeliões brasileiras em que as camadas inferiores ocuparam o poder [...]

Ao texto pode-se associar:

- A a Regência e a Cabanagem.
- B o I Reinado e a Praieira.
- C o II Reinado e a Farroupilha.
- D o Período Joanino e a Sabinada.
- E a Abdicação e a Noite das Garrafas.

28 **Ifsul 2017** A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, Província da Bahia, na noite de 24 de janeiro de 1835, durante o Brasil Império, mais precisamente durante o Período Regencial (1831 a 1840), representou uma rápida rebelião organizada pelos escravos e que foi reprimida pelas tropas imperiais.

Disponível em: <www.todamateria.com.br/revolta-dos-males/>. Acesso em: 22 jul. 2016. (Adapt.)

Essa revolta representou a mobilização de cerca de 1.500 escravos africanos, os quais lutavam pela:

- A libertação dos negros de origem islâmica e pela tomada do poder.
- B libertação dos índios guaranis e de outros escravos dos engenhos vizinhos.
- C independência do Brasil e pelas ideias republicanas.
- D defesa da religião católica e pela manutenção de suas crenças, cultos e costumes.

29 A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835-1845) eclodiu como uma reação ao(s):

- A pesados impostos cobrados pela Coroa, que diminuía a capacidade de concorrência dos produtos gaúchos, especialmente do charque.

- B regime de propriedade das terras gaúchas, que favorecia a concentração da posse de latifúndios nas mãos dos nobres ligados à Corte.
- C intensos movimentos do exército imperial no Rio Grande do Sul, que limitavam a atuação política dos estancieiros gaúchos.
- D sistema de representação eleitoral, que excluía a possibilidade de participação política das camadas populares da sociedade gaúcha.
- E impostos instituídos pelo governo de D. João VI para custear as despesas da Corte no Rio de Janeiro.

30 **UPF 2019** É praticamente um consenso historiográfico a interpretação de que onde houve escravidão, houve resistência. Os escravos jamais se conformaram com a perda da liberdade e as rebeliões representaram a principal forma de resistência coletiva. Sobre o tema, responda: qual foi a maior revolta de cativos no Brasil, liderada por escravos muçulmanos, tendo a participação de africanos e crioulos, escravos e libertos, atingindo mobilização de cerca de 600 revoltosos?

- A Revolta de João Congo
- B Revolta de Nazaré das Farinhas
- C Levante dos Malês
- D Insurreição do Haiti
- E Revolta de Carrancas

31 Leia atentamente o texto a seguir.

Fui liberal. Então, a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos; não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam, tudo comprometeram; a sociedade que corria risco pelo poder, hoje corre risco pela desordem e pela anarquia.

Discurso do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos na Câmara de Deputados, em 1837.

Com base no texto e em seus conhecimentos, estabeleça uma análise demonstrando a que momento está ligado esse texto e qual o significado dessas ideias básicas, ante a postura geral da aristocracia brasileira no momento a que o texto se refere.

32 O Golpe da Maioridade que colocou Pedro II no trono em 1840 representou:

- A a vitória dos liberais que retornaram ao governo, convidados para formar o primeiro ministério do Segundo Reinado.
- B a ascensão dos conservadores afastados do poder desde o Avanço Liberal.
- C o enfraquecimento do regime monárquico e o crescimento do republicanismo.
- D o declínio da aristocracia rural, já que o governo não apoiava a manutenção de seus privilégios.
- E o fortalecimento da democracia, fato comprovado na primeira eleição do Segundo Reinado, a “eleição do cacete”.

I. Primeira Constituição brasileira – Constituição Política do Império do Brasil**Em nome da Santíssima Trindade****Título I****Do império do Brasil, seu território, governo, dinastia e religião**

- Art. 1. O império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma nação livre e independente, que não admite com qualquer outra, laço algum de união ou federação, que se oponha à sua independência.
- Art. 2. O seu território é dividido em províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas como pedir o bem do Estado.
- Art. 3. O seu governo é monárquico hereditário, constitucional e representativo.
- Art. 4. A dinastia imperante é a do Sr. D. Pedro I, atual imperador e defensor perpétuo do Brasil.
- Art. 5. A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.

Título II**Dos cidadãos brasileiros**

- Art. 6. São cidadãos brasileiros:
- I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço da sua nação.
 - II. Os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no império.
 - III. Os filhos de pai brasileiro que estivesse em país estrangeiro em serviço do império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.
 - IV. Todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta, expressa ou tacitamente, pela continuação da sua residência.
 - V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião. A lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalização.

[...]

- Art. 8. Suspende-se o exercício dos direitos políticos:
- I. Por incapacidade física ou moral.
 - II. Por sentença condenatória a prisão ou degredo, enquanto durarem seus efeitos.

Título III**Dos poderes e representação nacional**

- Art. 9. A divisão e harmonia dos poderes políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a constituição oferece.
- Art. 10. Os poderes políticos reconhecidos pela constituição do império do Brasil são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial.

[...]

Título IV**Do Poder Legislativo****Capítulo I****Dos ramos do Poder Legislativo e suas atribuições**

- Art. 13. O Poder Legislativo é delegado à Assembleia Geral, com a sanção do imperador.
- Art. 14. A Assembleia Geral compõe-se de duas câmaras: câmara de deputados e câmara de senadores ou senado.
- Art. 15. É da atribuição da Assembleia Geral:
- I. Tomar juramento ao imperador, ao príncipe imperial, ao regente ou regência.
 - II. Eleger a regência ou o regente, e marcar os limites da sua autoridade.
 - III. Reconhecer o príncipe imperial como sucessor do trono, na primeira reunião logo depois do seu nascimento.
 - IV. Nomear tutor ao imperador menor, caso seu pai o não tenha nomeado em testamento.
 - V. Resolver as dúvidas que ocorrerem sobre a sucessão da coroa.

[...]

- VIII. Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las.
- IX. Valer na guarda da Constituição e promover o bem geral da nação.
- X. Fixar anualmente as despesas públicas e repartir a contribuição direta.
- XI. Fixar anualmente, sobre a informação do governo, as forças de mar e terra ordinárias e extraordinárias.

XII. Conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar dentro do império ou dos portos dele.

XIII. Autorizar ao governo para contrair empréstimos.

XIV. Estabelecer meios convenientes para pagamentos da dívida pública.

[...]

Art. 16. Cada uma das câmaras terá o tratamento de augustos e digníssimos senhores representantes da nação.

Art. 17. Cada legislatura durará quatro anos e cada sessão anual quatro meses.

[...]

Capítulo II

Da Câmara dos deputados

Art. 35. A Câmara dos deputados é eletiva e temporária.

Art. 36. É privativa da Câmara dos deputados a iniciativa:

I. Sobre impostos.

II. Sobre recrutamentos.

III. Sobre a escolha da nova dinastia, no caso da extinção da imperante.

[...]

Capítulo III

Do Senado

Art. 40. O senado é composto de membros vitalícios e será organizado por eleição provincial.

Art. 41. Cada província dará tantos senadores quantos forem metade de seus respectivos deputados, com a diferença que, quando o número dos deputados da província for ímpar, o número dos seus senadores será metade do número imediatamente menor, de maneira que a província que houver de dar onze deputados dará cinco senadores.

Art. 42. A província que tiver um só deputado elegerá, todavia, o seu senador, não obstante a regra acima estabelecida.

Art. 43. As eleições serão feitas pela mesma maneira que as dos deputados, mas em listas tríplexes, sobre as quais o imperador escolherá o terço na totalidade da lista.

[...]

Art. 45. Para ser senador requer-se:

I. Que seja cidadão brasileiro, e que esteja no gozo dos seus direitos políticos.

II. Que tenha de idade 40 anos para cima.

III. Que seja pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferência os que tiverem feito serviços à pátria.

IV. Que tenha de rendimento anual por bens, indústria, comércio, ou empregos, a soma de oitocentos mil réis.

Art. 46. Os príncipes da casa imperial são senadores por direito, e terão assento no senado logo que chegarem à idade de 25 anos.

[...]

Capítulo IV

Da proposição, discussão, sansão e promulgação das leis

Art. 52. A proposição, oposição e aprovação dos projetos competem a cada uma das câmaras.

Art. 53. O Poder Executivo exerce por qualquer dos ministros de Estado a proposição que lhe compete na formação das leis; e só depois de examinada por uma comissão da câmara dos deputados, onde deve ter princípio, poderá ser convertida em projeto de lei.

[...]

Art. 56. Se não puder adotar a proposição, participará ao imperador, por uma deputação de sete membros, da maneira seguinte: "A câmara dos deputados testemunha ao imperador o seu reconhecimento pelo zelo que mostra em vigiar os interesses do império; e lhe suplica respeitosamente se digne tomar em ulterior consideração a proposta do governo".

[...]

Art. 66. O imperador dará ou negará a sanção em cada decreto dentro de um mês, depois que lhe for apresentado.

[...]

Art. 70. Assinada a lei pelo imperador, referendada pelo secretário de Estado competente, e selada com o selo do império, se guardará o original no arquivo público, e se remeterão os exemplares dela impressos a todas as câmaras do império, tribunais e mais lugares aonde convenha fazer-se pública.

Capítulo V

Dos conselhos gerais de províncias e suas atribuições

Art. 71. A Constituição reconhece e garante o direito de intervir todo o cidadão nos negócios da sua província e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares.

Art. 72. Este direito será exercitado pelas câmaras dos distritos, e pelos conselhos, que com o título de conselho geral da província se devem estabelecer em cada província onde não estiver colocada a capital do império.

Art. 73. Cada um dos conselhos gerais constará de vinte e um membros nas províncias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul; e nas outras de treze membros.

[...]

Art. 80. O presidente da província assistirá à instalação do conselho geral que se fará no primeiro dia de dezembro, e terá assento ao do presidente do conselho, e à sua direita; e aí dirigirá o presidente da província sua fala ao conselho, instruindo o do estado dos negócios públicos, e das providências que a mesma província mais precisa para seu melhoramento.

Art. 81. Estes conselhos terão por principal objeto propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias, formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências.

[...]

Art. 83. Não se podem propor nem deliberar nestes conselhos projetos:

- I. Sobre interesses gerais da nação
- II. Sobre quaisquer ajustes de umas com outras províncias.
- III. Sobre imposições, cuja iniciativa é da competência particular da câmara dos deputados. Art. 36
- IV. Sobre execução de leis, devendo, porém, dirigir a esse respeito representações motivadas à Assembleia Geral e ao Poder Executivo conjuntamente.

Art. 84. As resoluções dos conselhos gerais de províncias serão remetidas diretamente ao Poder Executivo, pelo intermédio do presidente da província.

[...]

Capítulo VI

Das eleições

Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos conselhos gerais das províncias, serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais os eleitores de províncias e estes os representantes da nação e província.

Art. 91. Têm voto nestas eleições primárias:

- I. Os cidadãos brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.
- II. Os estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

- I. Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e oficiais militares que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.
- II. Os filhos-famílias que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos.
- III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guardas-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da casa de comércio, os criados da casa imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas.
- IV. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem renda líquida anual 100 mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas assembleias primárias de paróquias não podem ser membros nem votar na nomeação de alguma autoridade efetiva nacional ou local.

Art. 94. Podem ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província, todos os que podem votar na assembleia paroquial. Excetuam-se:

- I. Os que não tiverem de renda líquida anual duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.
- II. Os libertos.
- III. Os criminosos pronunciados em querela ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser eleitores são hábeis para serem nomeados deputados. Excetuam-se:

- I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda, líquida, na forma dos artigos 92 e 94.
- II. Os estrangeiros naturalizados.
- III. Os que não professarem a religião do Estado.

Art. 96. Os cidadãos brasileiros em qualquer parte que existam são elegíveis em cada distrito eleitoral para deputados ou senadores, ainda quando aí não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Art. 97. Uma lei regulamentar marcará o modo prático das eleições e o número dos deputados relativamente à população do império.

Título V

Do Imperador

Capítulo I

Do Poder Moderador

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos.

Art. 99. A pessoa do imperador é inviolável e sagrada.

[...]

Capítulo II Do Poder Executivo

- Art. 102. O imperador é o chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus ministros de Estado. São suas principais atribuições:
- I. Convocar a nova Assembleia Geral ordinária no dia 3 de junho do terceiro ano da legislatura existente.
 - II. Nomear bispo e prover os benefícios eclesiásticos.
 - III. Nomear magistrados.
 - IV. Prover os mais empregos civis e políticos.
 - V. Nomear os comandantes da força de terra e mar, e removê-los quando assim o pedir o serviço da nação.
 - VI. Nomear embaixadores e mais agentes diplomáticos e comerciais.
 - VII. Dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras.
 - VIII. Fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva de subsídio e comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembleia Geral, quando o interesse e segurança do Estado o permitirem. Se os tratados concluídos em tempo de paz envolverem cessão ou troca de território do império ou de possessões a que Império tenha direito, não serão ratificados sem terem sido aprovados pela Assembleia Geral.
 - IX. Declarar a guerra e fazer a paz, participando à assembleia as comunicações que forem compatíveis com os interesses e segurança do Estado.
 - X. Conceder carta de naturalização na forma da lei.
 - XI. Conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado; dependendo as mercês pecuniárias da aprovação da assembleia, quando não estiverem já designadas e taxadas por lei.
 - XII. Expedir os decretos, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis.
 - XIII. Decretar a aplicação dos rendimentos destinados pela assembleia aos vários ramos da pública administração.
 - XIV. Conceder ou negar o beneplácito aos decretos dos concílios e letras apostólicas, e quaisquer outras constituições eclesiásticas que se não opuserem à constituição; e precedendo aprovação da assembleia, se contiverem disposição geral.
 - XV. Prover a tudo que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da constituição.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: 1824.

II. 1831 – A abdicação de D. Pedro I

Proclamação em nome da Assembleia Geral aos povos do Brasil, dando conta dos acontecimentos do dia 7 de abril de 1831, e da nomeação da Regência Provisória, e recomendando o sossego e tranquilidade pública.

Brasileiros!

Um acontecimento extraordinário veio surpreender todos os cálculos da humana prudência; uma revolução gloriosa foi operada pelos esforços, e patriótica união do povo, e tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada uma só gota de sangue: sucesso ainda não visto até hoje, e que deve honrar a vossa moderação, energia, e o estado de civilização a que haveis chegado.

Brasileiros! Um Príncipe mal-aconselhado, trazido ao princípio por paixões violentas, e desgraçados prejuízos antinacionais, cedeu à força da opinião pública, tão briosamente declarada, e reconheceu que não podia ser mais o Imperador dos brasileiros. A audácia de um partido que todo se apoiava no seu nome, os ultrajes que sofremos de uma facção sempre adversa ao Brasil, a traição com que foram repentinamente elevados ao Ministério homens impopulares, e tidos como hostis à Liberdade, nos pôs as armas nas mãos.

O Gênio Tutelar do Brasil, a espontaneidade com que a força armada, e o povo correu à voz da pátria oprimida, tiraram aos nossos inimigos o conselho, e a coragem; eles desmaiaram; e a luta foi decidida, sem que se nos tornasse mister tingir as armas no sangue dos homens. D. Pedro I abdicou em seu Filho, hoje o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil.

Privados por algumas horas de Governo, que fizesse mover regularmente as molas da Administração Pública, o primeiro cuidado de vossos representantes, membros de uma e de outra câmara, reunidos, foi o de nomear uma Regência Provisional com as atribuições que pela Constituição lhe são marcadas. Esta Regência, cuja autoridade durará só pelo tempo que decorrer até a reunião da Assembleia Geral, para a instalação da qual não há ainda o número suficiente, era quanto antes reclamada pelo império das circunstâncias, e não podia estar sujeita às condições do Art. 124 da Lei Fundamental do Estado, porque deixara de haver Ministério, e impossível era satisfazer por tanto as cláusulas requeridas nesse Artigo.

As pessoas nomeadas para tão importante cargo têm a vossa confiança; patriotas sem nódoa, eles são amigos ardentes da nossa Liberdade, e não consentirão que esta padeça a menor quebra, nem hão de transigir com as facções que ofenderam a Pátria. Cidadãos! Descansai em seus cuidados, e zelo; mas por isso não afrouxeis em vossa vigilância, e nobres esforços. O patriotismo, a energia sabe aliar-se facilmente com a moderação, quando um povo chega a ter tantas virtudes como as que haveis mostrado nesta formidável empresa. Corajosos em repelir a tirania, em sacudir o jugo que a traição mais negra vos pretendia lançar, mostrastes-vos generosos depois da vitória, e os vossos adversários tiveram a empalidecer a um tempo de temor e de vergonha.

Brasileiros! A vossa conduta tem sido superior a todo o elogio; essa facção detestável, que ousou insultar-nos em nossos lares, veja na moderação que guardamos depois da vitória, mais uma prova da nossa força. Os brasileiros adotivos, que se tem querido desvairar com sugestões pérfidas, reconheçam que não é sede de vingança, sim o amor da Liberdade que nos armou; convençam-se de que o seu repouso, pessoas, propriedades, tudo será respeitado, uma vez que obedeçam às Leis da Nação Magnanima a que pertencem.

Os brasileiros abominam a tirania, têm horror ao jugo estrangeiro; mas não é de sua intenção fazer pesar mão de ferro sobre os vencidos, nem valer-se do triunfo para satisfazer paixões rancorosas. Têm muita nobreza de alma para que isso possa reacear-se deles. Quanto aos traidores, que possam aparecer no meio de nós, a justiça, a lei, e somente elas, devem puni-los segundo seus crimes.

Pouco falta para que se preencha o número dos Representantes da Nação requerido, a fim de que se forme a Assembleia Geral. É dela que deveis esperar as medidas mais enérgicas, que a Pátria instantaneamente reclama. Os vossos delegados não deixarão em esquecimento os vossos interesses; bem como a vós, esta terra lhes é cara. Este Brasil até hoje tão oprimido, tão humilhado por ingratos, é o objeto do vosso, e do seu entusiasmo. Não sofrerão aqueles que o Brasil elegeu por livre escolha, que a sua glória, o seu melindre passe pelo mínimo pesar. Do dia 7 de abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos brasileiros, e livre.

Concidadãos! Já temos Pátria, temos um Monarca, símbolo da vossa união, e da integridade do Império, que educado entre nós receba quase no berço as primeiras lições da Liberdade Americana, e aprenda a amar o Brasil, que o viu nascer, o fúnebre prospecto da anarquia, e da dissolução das Províncias, que se apresentava aos nossos olhos, desapareceu de um golpe, e foi substituído por cena mais risonha. Tudo, tudo se deve à resolução, e sonhos insensatos da tirania. Cumpre que uma vitória tão bela não seja maculada; que prossigais em mostrar-vos dignos de vós mesmos, dignos da Liberdade, que rejeita todos os excessos, e a quem só aprazem as paixões elevadas e nobres.

Brasileiros! Já não devemos corar deste nome: a Independência da nossa Pátria, as suas Leis vão ser desde este dia uma realidade. O maior obstáculo, que a isso se opunha, retira-se do meio de nós; sairá de um país onde deixava o flagelo da guerra civil, em troca de um Trono que lhe demos.

Tudo agora depende de nós mesmos, da nossa prudência, moderação, e energia; continuemos como principiamos, e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas.

Viva a Nação brasileira!

Viva a Constituição!

Viva o Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro III!

Bispo Capelão-Mor, Presidente.
Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Secretário.

III. Cabanagem

Uma proclamação

Corajosos Paraenses, valentes defensores da Pátria e da Liberdade! Depois de nove dias de fogo mortífero com outras tantas noites, estamos senhores da formosa Belém, capital da província! Os dois estrangeiros Manuel Jorge Rodrigues e João Taylor lá se vão de fugida e duma maneira vergonhosa: o primeiro à frente de seus aguerridos e briosos batalhões de voluntários, e o segundo à frente de sua esquadra de intrépidos marinheiros! Esta cidade, que ainda há poucos dias era governada por um presidente rebelde, apresentava um quadro risonho e encantador. Girava o comércio, funcionavam todas as repartições públicas, havia sossego, paz e ordem. Hoje o que vemos nós? Com dor o digo, esta tão bela cidade, tão cheia de encantos, está reduzida a um montão de ruínas! Para todas as partes, onde lançamos as nossas vistas, só vemos a imagem da dor e da tristeza!

Amados patrícios! Seremos nós os responsáveis perante Deus por tantos males que hoje pesam sobre o Pará? Certamente que não. Os dois monstros e fugitivos estrangeiros Jorge e Taylor serão os únicos responsáveis diante do Ser Supremo e perante a história, pelas grandes desgraças que hoje pesam sobre a inocente família paraense! Amparo e proteção para milhares de famílias inocentes, que neste momento estão sob nossa guarda! Seja cada um de vós um pai, um protetor da inocência desvalida! Procedendo assim bem teremos merecido da pátria e das gerações futuras.

Meus amados patrícios! Eu vos afiançei que o infame e opressor jugo estrangeiro havia de cair por terra e que seríamos os vencedores. Realizaram-se os meus bons desejos e gratas esperanças. Vós sois dignos do nome paraense! Vós todos, soldados da liberdade, estais coberto de glória pelo vosso patriotismo, valor e constância! Os nossos inimigos são os primeiros a confessar o vosso valor e heroísmo! Nos combates desesperados que sustentamos, eu fui o que menos fiz: porém sempre me achei ao vosso lado e onde havia perigo. Era um dever de honra a cumprir. A nossa obra ainda não está concluída, ainda resta muito a fazer. Antes de tudo, peço-vos que modereis o vosso ardor guerreiro, e amanhã ou depois teremos que aclamar um presidente que mereça a nossa estima, confiança e respeito.

Dignos chefes de todas as colunas, vós todos sois merecedores dos maiores louvores e elogios pelo vosso valor, firmeza de caráter e lealdade.

Vivam os descendentes dos Ajuricabas e Anagaíbas! Vivam os paraenses livres! Viva o Pará!

IV. Carta de demissão do Regente Feijó

19 de setembro de 1837

Ilmo. e Exmo. Sr.

Estando convencido de que a minha continuação na Regência não pode remover os males públicos, que cada dia se agravam pela falta de Leis apropriadas; e não querendo de maneira nenhuma servir de estorvo a que algum Cidadão mais feliz seja encarregado pela Nação de reger seus destinos, pelo presente me declaro demitido no Lugar de Regente do Império para que V. Ex.^a, encarregando-se interinamente do mesmo Lugar, como determina a Constituição Política, faça proceder a eleição de novo Regente, na forma por ela estabelecida.

Rogo a V. Ex.^a queira dar publicidade a este ofício e ao manifesto incluso.

Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos, 19 de setembro de 1837.

Ilmo. e Exmo. Sr. Pedro d'Araújo Lima

Ass. Diogo Antônio Feijó

P. S. Acresce achar-se atualmente gravemente enfermo.

Resumindo

A estruturação do Estado brasileiro foi um produto da herança colonial e do período em que o Brasil foi sede da monarquia portuguesa. Ainda que pesem algumas tentativas separatistas, como o caso da Confederação do Equador ou da Farroupilha, ou populares, como a Balaiada, a Sabinada e em alguns aspectos a Cabanagem, não houve com a independência uma ruptura significativa em relação às estruturas sociais, econômicas e mesmo políticas.

Salvo o período inicial da Regência, no qual se tentou certa modernização política que incluía a adoção de alguns princípios liberais (descentralização política, eleição dos regentes pelo voto dos eleitores, mandato temporário para os regentes, maior autonomia jurídica aos municípios), o país independente herdou muitas características de seu passado colonial. A opção por uma rígida centralização, por um modelo altamente elitista na atribuição de direitos políticos, a manutenção da escravidão e mesmo a opção pelo regime monárquico foram as formas utilizadas pela aristocracia agrária para assegurar a preservação de seus privilégios e o monopólio do poder. Tal fato fica claro quando, ante a instabilidade que marcou o período regencial, a solução encontrada foi a antecipação da maioria de D. Pedro II, de modo que possibilitasse a reedificação da ordem monárquica e assim restaurasse a ordem perdida durante os nove anos da Regência.

Quer saber mais?



Livros

- **FAUSTO, Boris.** *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1999.
- **CHIAVENATO, Júlio José.** *Cabanagem: o povo no poder.* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- **FLORES, Moacyr.** *A Revolução Farroupilha.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1985.

Exercícios complementares

1 **FGV-SP** Observe o quadro.



Flavio de Campos e Miriam Dolhnikoff. *Atlas História do Brasil.*

O quadro apresenta:

- A as transformações institucionais originárias da reforma constitucional de 1834, chamada de Ato Adicional.
- B a mais importante reforma constitucional do Brasil monárquico, com a instituição da eleição direta a partir de 1850.
- C a reorganização do poder político, determinada pela efetivação do Brasil como Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815.

D a organização de um parlamentarismo às avessas, em que as principais decisões derivavam do poder legislativo.

E a organização do Estado brasileiro, segundo as determinações da Constituição outorgada de 1824.

2 **Enem** Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

Paul Singer. “Evolução da economia e vinculação internacional”. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Org.). *Brasil: um século de transformações.* São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações anteriores, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

- A se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
- B extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- C se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- D se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- E teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

3 UFPE Uma análise das relações sociais de poder no Brasil Império mostra mudanças importantes com relação ao período colonial. Na época do Império, a sociedade brasileira:

- A tornou-se mais democrática, com o declínio acentuado da escravidão depois de 1840, e com a vinda de imigrantes europeus que traziam ideias modernizadoras.
- B manteve a escravidão como fonte de produção de riqueza, embora restrita à cultura do café, no oeste paulista e no interior do Rio de Janeiro.
- C conseguiu livrar-se das influências europeias, afirmando uma matriz, respeitando as tradições seculares de sua história.
- D permaneceu marcada pelo escravismo, embora já houvesse mudanças de muitos hábitos, por influência da modernização de alguns setores.
- E conviveu com rebeliões políticas frequentes, lideradas pelos liberais radicais e movidas por ideias abolicionistas e republicanas.

4 UFPel Art. 91 - Têm voto nestas eleições primárias:

1. os cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos. [...]
Art. 92 - São excluídos de votar nas assembleias paroquiais: [...]
5. os que não tiverem de renda líquida anual cem mil-réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. [...]
Art. 94 - Podem ser eleitores e votar nas eleições dos deputados senadores e membros dos conselhos de Província, todos os que podem votar na assembleia paroquial.
Excetuam-se:
 1. os que não tiverem de renda líquida anual duzentos mil-réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. [...].
Art. 95 - Todos os que podem ser eleitores são hábeis para serem nomeados deputados.
Excetuam-se:
 1. os que não tiverem quatrocentos mil-réis de renda líquida, na forma dos artigos 92 e 94. [...]
 3. os que não professarem a religião do Estado.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: 1824.

De acordo com o texto e seus conhecimentos, é correto afirmar que a constituição:

- I. era democrática, considerando-se que os cargos para o poder Legislativo eram ocupados através do voto universal e secreto.
- II. adotava o chamado “voto censitário”.
- III. garantia a liberdade religiosa a todos os residentes no Brasil, inclusive para os candidatos a cargos eletivos.
- IV. foi outorgada por D. Pedro I.

Estão corretas apenas:

- A I e II.
- B II e III.
- C I e IV.
- D II e IV.
- E III e IV.

5 Mackenzie 2018 “A cena de uma rua é, a um só tempo, a mesma de todo o quarteirão. Os pés de chumbo (portugueses) deixam que a cabralhada (brasileiros) se aproxime o mais possível. E inesperadamente, de todas as portas, chovem garrafas inteiras e aos pedaços sobre os invasores. O sangue espirra, testas, cabeças, canelas... Gritos, gemidos, uivos, guinchos.

É inverossímil.

E a raça toda, de cacete em punho, vai malhando...

E os corpos a cair ensanguentados sobre os cacos navalhantes das garrafas ”

Correia, V., 1933, p.42.

O episódio, descrito acima, relata o enfrentamento entre portugueses e brasileiros, em 13/03/1831, no Rio de Janeiro, conhecido como Noite das Garrafadas. Essa manifestação assemelhava-se às lutas liberais travadas na Europa, após as decisões tomadas pelo Congresso de Viena.

A respeito dessa insatisfação popular, presente tanto na Europa, após 1815, quanto nos conflitos nacionais, durante o I Reinado, é correto afirmar que:

- A D. Pedro II adota a mesma política praticada por monarcas europeus; quando, ao outorgar uma carta constitucional, contrariou os interesses, tanto da classe oligárquica, fiel ao trono, quanto das classes populares, as quais permaneceram sem direito ao voto.
- B o governo brasileiro também se utilizou de empréstimos junto à Inglaterra, aumentando a dívida externa e fortalecendo a economia inglesa, a fim de sanar o déficit orçamentário e suprir os gastos militares em campanhas contra os levantes populares.
- C D. Pedro I, buscando recuperar sua popularidade, iniciou uma série de visitas às províncias revoltosas do país, adotando a mesma estratégia diplomática que alguns regentes europeus, nessa época, praticaram, sem contudo, lograrem nenhum sucesso político.
- D as guerras travadas contra o exército napoleônico, na Europa, e o envolvimento do Brasil, na Guerra da Cisplatina, provocaram, em ambos os casos, a enorme insatisfação popular e revolta, diante do elevado número de combatentes mortos.

E a retomada de políticas absolutistas, como o estabelecimento do Poder Moderador, no Brasil, dando plenos poderes a D. Pedro I e, na Europa, a dura repressão contra as ideias liberais, deflagradas pela Revolução Francesa, ocasionaram uma enorme insatisfação popular.

- 6 Enem 2019** Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias, serão feitas por eleições, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e província.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

- I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, os oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras.
- II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem a ofícios públicos.
- III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.
- IV. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego.

BRASIL. *Constituição de 1824*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2015. (Adapt.)

De acordo com os artigos do dispositivo legal apresentado, o sistema eleitoral instituído no início do Império é marcado pelo(a):

- A representação popular e sigilo individual.
- B voto indireto e perfil censitário.
- C liberdade pública e abertura política.
- D ética partidária e supervisão estatal.
- E caráter liberal e sistema parlamentar.

- 7 Enem PPL 2019** Uns viam na abdicação uma verdadeira revolução, sonhando com um governo de conteúdo republicano; outros exigiam o respeito à Constituição, esperando alcançar, assim, a consolidação da monarquia. Para alguns, somente uma monarquia centralizada seria capaz de preservar a integridade territorial do Brasil; outros permaneciam ardorosos defensores de uma organização federativa, à semelhança da jovem República norte-americana. Havia aqueles que imaginavam que somente um Poder Executivo forte seria capaz de garantir e preservar a ordem vigente; assim como havia os que eram favoráveis à atribuição de amplas prerrogativas à Câmara dos Deputados, por entenderem que somente ali estariam representados os interesses das diversas províncias e regiões do Império.

MATTOS, I. R.; GONÇALVES, M. A. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991. (Adapt.)

O cenário descrito revela a seguinte característica política do período regencial:

- A instalação do regime parlamentar.
- B realização de consultas populares.
- C indefinição das bases institucionais.
- D limitação das instâncias legislativas.
- E radicalização das disputas eleitorais.

- 8 Mackenzie** Em 1838, o deputado Bernardo Pereira Vasconcelos escrevia:

Fui liberal, então a liberdade era nova para o país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo, fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram [...].

Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: João Camilo de Oliveira Torres. *Os construtores do Império*. [s.d.], p. 55.

O texto se reporta:

- A ao Ato Adicional, à instabilidade política decorrente e às constantes ameaças de fragmentação do território.
- B ao Golpe da Maioridade, estratégia usada pelos liberais, que favoreceu o grupo de políticos palacianos.
- C ao declínio do império, abalado pelas crises militar e da abolição.
- D à crise sucessória portuguesa e à consequente abdicação de Pedro I.
- E ao Ministério da Conciliação, marcado pela estabilidade econômica e pela aliança entre liberais e conservadores.

- 9 Fatec** O período da história do Brasil entre 1831 e 1840, conhecido como Período Regencial e cujas datas correspondem respectivamente à abdicação e à maioria de D. Pedro II, tem como um de seus traços marcantes:

- A a constante luta das correntes liberais contra o sistema escravista e a monarquia.
- B a perda da influência da economia inglesa sobre o Brasil, devido à crise da produção algodoeira no Egito e na Índia.
- C o aumento do comércio de produtos primários de exportação, superando a crise do Primeiro Reinado.
- D o rompimento definitivo dos laços com Portugal, em virtude da ascensão dos liberais ao poder.
- E a instabilidade política e social, decorrente de numerosos movimentos revolucionários.

- 10 PUC-Minas** O período regencial no Brasil (1830-1840) foi um dos mais agitados da história política do país. Foram questões centrais do debate político que marcaram esse período, **exceto**:

- A a questão do grau de autonomia das províncias.
- B a preocupação com a unidade territorial brasileira.
- C os temas da centralização e descentralização do poder.
- D o acirramento das discussões sobre o processo abolicionista.

11 UFC Leia o texto a seguir.

Não há sombra de dúvidas sobre o papel central desempenhado pelos muçulmanos na rebelião de 1835. Os rebeldes – ou uma boa parte deles – foram para as ruas com roupas usadas na Bahia pelos adeptos do islamismo. No corpo de muitos dos que morreram a polícia encontrou amuletos muçulmanos e papéis com rezas e passagens do Qur'ân usados para proteção.

João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 158.

Considerando os fatos descritos no episódio acima e o tema do islamismo, responda ao que se pede a seguir.

- Por qual nome ficou conhecida a rebelião de que trata o texto?
- A imigração forçada de africanos ao Brasil trouxe para trabalhar como escrava uma população de diversas etnias, que pode ser englobada genericamente em dois grupos bastante distintos, com claras diferenciações culturais e linguísticas.
 - De qual desses dois grupos se originou a maior parte dos africanos islamizados?
 - De qual área geográfica da África esse grupo procede?
- Como ocorreu a propagação da religião islâmica entre as populações da região africana citada acima?

No período regencial (1831-1840), uma série de conflitos surgiu em algumas províncias brasileiras. Sobre esse contexto, responda ao que se pede.

- Cite e analise duas características do contexto no qual ocorreram esses conflitos assinalados no mapa.
- Eleja um desses conflitos e analise-o.

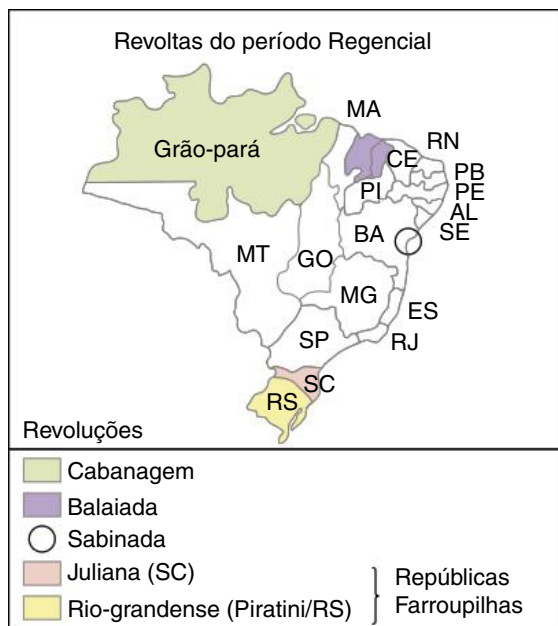
13 Fuvest Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações... O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: aplicai a tempo o remédio.

Padre Antônio Feijó, 1836.

Essa reflexão pode ser explicada como uma reação à:

- revogação da Constituição de 1824, que fornecia os instrumentos adequados à manutenção da ordem.
- intervenção armada brasileira na Argentina, que causou grandes distúrbios nas fronteiras.
- disputa pelo poder entre São Paulo, centro econômico importante, e Rio de Janeiro, sede do governo.
- crise decorrente do declínio da produção cafeeira, que produziu descontentamento entre proprietários rurais.
- eclosão de rebeliões regionais, entre elas, a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no sul do país.

12 UFJF Observe o mapa:



Fonte: Baseado em *Isto É Brasil, 500 anos*; Atlas histórico. São Paulo: Três, 1998. (Adapt.).

14 UFC O Ato Adicional, decretado no período das regências no Brasil pela Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, estabeleceu algumas modificações na Constituição de 1824. Acerca dessas alterações, assinale a alternativa correta.

- O Conselho de Estado foi reorganizado para que fosse possível conter os conflitos provinciais.
- Os presidentes provinciais passaram a ser eleitos e a ter o poder de aprovar leis e resoluções referentes ao controle dos impostos.
- O estabelecimento da Regência Una, ao invés da Regência Trina, significou a eleição de um único regente, com mandato até a maioria de D. Pedro II.
- As assembleias legislativas provinciais foram criadas para proporcionar autonomia política e administrativa às províncias no intuito de atender às demandas locais.
- A Corte, com sede no Rio de Janeiro, por meio da aliança entre progressistas e regressistas, continuou centralizando as ações em defesa da Constituição de 1824.



Pedro Américo. *O discurso do imperador*, c. 1872. Óleo sobre tela, 288 × 205 cm. Museu Imperial do Brasil, Petrópolis, RJ.

FRENTE 1

CAPÍTULO

7

O Segundo Reinado

Neste capítulo, iremos estudar o Segundo Reinado no Brasil, destacando três elementos fundamentais. Em primeiro lugar, a compreensão da estrutura política e de como os partidos Liberal e Conservador, como representantes da aristocracia, submetem-se ao centralismo do imperador, fundamental para garantir a ordem social e a escravidão.

Um segundo aspecto são as transformações econômicas que o país conheceu a partir do desenvolvimento do café. O terceiro, decorrente deste, é perceber como essas transformações e a modernização econômica e social, com o advento de novos setores de elite e o próprio declínio da escravidão, inviabilizaram a própria permanência do sistema monárquico.

A política interna do Segundo Reinado

O primeiro Gabinete Liberal

Vimos que o Golpe da Maioridade, conquanto fosse uma manobra altamente conservadora e apoiada pelo Partido Conservador, constituiu-se essencialmente em um movimento do Partido Liberal com vistas à retomada do poder. Tal postura poderá ser melhor compreendida a partir da análise que faremos, em seguida, sobre o caráter dos partidos brasileiros à época.

Com efeito, tão logo é coroado imperador, D. Pedro II nomeia um ministério formado pelos irmãos Andrada, Martim Francisco e Antônio Carlos, e outros liberais. Trata-se do **Ministério dos Irmãos**, ou Gabinete Liberal da Maioridade. Entretanto, a Câmara seguia tendo a maioria conservadora, tendência que se firmara desde a queda de Feijó. Para que os liberais pudessem obter governabilidade, era necessária a existência de uma sintonia entre o Executivo e o Legislativo. Em 1841, haveria eleições para deputados, ou seja, uma troca de legislatura.

Os liberais, detentores dos cargos controladores das eleições (juizes, chefes de polícia e demais cargos de indicação pelo governo central), utilizaram-se de todos os mecanismos possíveis de fraude e compressão eleitoral para garantir-lhes a vitória na Assembleia, não poupando, inclusive, métodos caracterizados pela violência, a tal ponto que essas eleições ficaram conhecidas pelo apelido pitoresco, mas significativo, de **“eleições do cacete”**.

Entretanto, mesmo com maioria parlamentar, os liberais encontravam sérias dificuldades para governar. A instabilidade no Sul persistia, com a continuidade da Farrroupilha. Da mesma forma, a reação dos conservadores à derrota eleitoral traduziu-se em utilizar os cargos em suas mãos para demitir liberais importantes, e o ministério de D. Pedro II começou a

apresentar fissuras. Ao mesmo tempo, uma ampla campanha denunciava os métodos dos liberais nas eleições, resultando em imensa perda de prestígio. Assim, já em março de 1841, D. Pedro II, aos 15 anos, em represália demitiu os ministros liberais e cancelou as eleições parlamentares. Organizou um novo ministério, cercado por uma maioria conservadora. A linha do “regressismo” adotada por Araújo Lima voltaria a ser aplicada, a partir de então, avançando para a **centralização**.

O Código de Processo Criminal foi modificado em 1841, fazendo voltar para as mãos do governo central todo o aparelho administrativo e judiciário. Os juizes de paz permaneciam com alguma autonomia, mas perdiam toda a importância, pois chefes de polícia, nomeados pelo Ministro da Justiça para os municípios, passavam a assumir as antigas funções dos juizes.

A Guarda Nacional também foi reformada: os oficiais passavam a ser nomeados pelo ministério e aumentava-se a exigência de renda para que eles assumissem os postos de comando. Enquanto o Exército responsabilizava-se pela defesa exterior (de fronteiras), a Guarda Nacional passava a ter outra função definida, ou seja, a defesa interna, mantendo a ordem requerida pelo imperador e seus apoiadores.

Assim, consolida-se uma tendência centralizadora, de acordo com a plataforma regressista, adotada desde o período final da Regência.

As respostas liberais a essas medidas não tardaram a aparecer. Entre maio e junho de 1842, duas províncias, pacíficas até o momento, revoltaram-se contra a centralização: São Paulo e Minas Gerais. Diogo Antonio Feijó, entre outros, figura entre os líderes do movimento, demonstrando seu cunho liberal, uma reação em defesa do modelo que caracterizara o Ato Adicional de 1834.

Cidades envolvidas nas revoltas de 1842



O caráter dos partidos no Império

Nada mais liberal que um conservador na oposição, nada mais conservador que um liberal no poder.

A frase, usualmente atribuída ao historiador Oliveira Vianna, demonstra de forma clara uma faceta da atuação e do próprio caráter dos partidos brasileiros. Em primeiro lugar, não podemos perder de vista a própria característica maior da sociedade brasileira, elitista e escravista, na qual os mecanismos de participação política alijavam os setores populares de qualquer poder decisório.

Assim, tanto liberais quanto conservadores, em que pesem algumas diferenças menores, são, acima de tudo, diferentes agrupamentos em defesa dos interesses de uma mesma elite, interesses que encontram na monarquia sua grande defensora.

Cabia, assim, acima de tudo, preservar a monarquia como mantenedora da ordem interna e da unidade territorial. É esse fato que explica a submissão dos partidos ao jogo político que sempre teve no imperador a figura central.

Proprietários de terras, comerciantes, setores urbanos e burocratas eram encontrados nos dois partidos. Todos pretendiam, por intermédio de algum grupo, aproximar-se da Corte para obter privilégios.

As diferenças ideológicas não pareciam ser muito sólidas. Se, por um lado, os liberais definiram-se desde cedo pela descentralização, depois de 1830 aceitaram a política centralizadora sem grandes constrangimentos e, até as últimas décadas desse período, pouco falaram sobre liberdades individuais – se tratava de ser liberal no interior de uma sociedade escravista.

No entanto, as diferenças regionais, já registradas anteriormente, foram renovadas nessa divisão partidária. As elites do Nordeste, pressionadas pelas revoltas separatistas, tendiam majoritariamente para o Partido Conservador. As do Sul, convivendo com a Corte e toda sua estrutura burocrática centralizadora, alinhava-se com o liberalismo brasileiro. E, depois de 1870, principalmente em São Paulo, passariam a defender a república como única forma de conseguir a desejada autonomia provincial. Entretanto, a consolidação dessa tendência decorreu, acima de tudo, de um processo de transformações econômicas que rompeu com a antiga correlação de forças.

Apesar das diferenças, elites do Norte e do Sul decidiram “viver juntas” sob a mesma organização do Estado. Um aspecto ainda não abordado diretamente pode auxiliar na compreensão dessa opção: a permanência da escravidão enquanto durou o Império, na maior parte de seus domínios.

Outros pontos aproximavam os setores livres do Norte e do Sul, liberais ou moderados. Eles constituíam uma minoria branca diante de uma massa de escravizados; formavam uma superfície letrada sobre uma maioria de analfabetos; eram todos formados nas poucas universidades disponíveis e mantinham estreitos contatos pessoais entre si; eram os únicos possíveis gerenciadores do Estado e peregrinavam pelos mesmos centros administrativos, realizando trocas de favores e aprofundando a unificação. Ou seja, viviam uma aproximação intelectual e administrativa que viabilizava a união entre as elites e, conseqüentemente, a unidade territorial.

O “parlamentarismo às avessas”

O “regresso” apontava uma tendência que seria seguida durante todo o Segundo Reinado. Era necessário estabelecer regras para a convivência entre os diferentes partidos, regiões e interesses econômicos que integravam o Império.

Pode-se dizer que, nesse período, um acordo foi alcançado entre as elites: mantinha-se o Poder Moderador e o Conselho de Estado, mas, por outro lado, algo parecido com o parlamentarismo passaria a funcionar. Esse novo palco, reivindicado desde 1820, seria a arena para acordos entre os setores divergentes.

Assim, a Constituição de 1824 era mantida, mas, a partir de 1847, criavam-se alguns mecanismos que introduziam a prática parlamentar. Passava a existir, então, a figura do Presidente do Conselho de Ministros, o qual deveria formar e chefiar o gabinete. Essa era uma prática comum do sistema parlamentarista. Porém, esse presidente deveria ser escolhido pelo imperador, e não pela Câmara. E, ainda, em casos de conflito entre gabinete e Câmara, D. Pedro II dissolvia essa última e convocava novas eleições, as quais, sob seu controle, refaziam a harmonia desejada. Dessa forma, durante um governo que durou cinquenta anos, o Brasil teve trinta e seis gabinetes, que revelam a alternância entre os dois partidos já citados como forma de encontrar o equilíbrio.



Fig. 1 Ilustração de 1878 mostrando D. Pedro II controlando o carrossel político do país.

Tal prática revelava uma inversão completa do funcionamento dos regimes parlamentaristas, o que é comum atualmente. Ao contrário de um modelo no qual a composição do Legislativo, definida por eleições, definia o Executivo, no Brasil é o Executivo e o Moderador quem determinavam, por qualquer meio, a composição do Legislativo, sendo esse, na prática, um legitimador das decisões do governo imperial.

De qualquer forma, como vimos, os dois partidos submetiam-se a essa prática. Em 1853, o recém-nomeado presidente do Conselho de Ministros, Honório Hermeto Carneiro de Leão, o marquês do Paraná, montou um gabinete

que incorporava ministros de ambos os partidos. Iniciava-se, assim, um período de conciliação, coroando o aspecto básico do Segundo Reinado, ao menos em suas décadas iniciais: uma fase de relativa tranquilidade e estabilidade política, notadamente se comparada à efervescência do Primeiro Reinado e da Regência.

A Revolução Praieira

Fechando o ciclo revolucionário que se estendia pelo país desde o final do século XVIII e que caracterizava a tradição contestadora da região de Pernambuco, em 1848 eclodia ali um movimento revolucionário de características bastante particulares, o qual se estendeu por quase dois anos: **a Revolução Praieira**. O nome “Praieira” fora tirado do fato de o jornal que propagandeava as ideias dos revolucionários, o *Diário Novo*, ter sua sede na Rua da Praia, no Recife.

É importante frisar o ano em que tal movimento ocorre: 1848, no qual aconteceu a Primavera dos Povos, uma onda revolucionária que se estendeu por boa parte da Europa e por regiões da América Latina. Essas revoluções tinham por características centrais a combinação de ideias **liberais** e **nacionalistas** com as propostas de caráter social, fruto do início da industrialização e da formação do proletariado urbano na Europa.

É essa combinação de ideias que está presente no *Manifesto ao mundo*, no qual os principais líderes do movimento praieiro, **Pedro Ivo** e **Borges da Fonseca**, apresentam um programa revolucionário que incluía propostas tais como voto livre e universal, liberdade de imprensa, garantia do trabalho como fonte de uma sobrevivência digna, nacionalização do comércio (lembrando que os portugueses continuavam controlando o comércio na região), abolição da escravidão e Proclamação da República.

! Atenção

Itens do *Manifesto ao mundo*:

1. O voto livre e universal do povo brasileiro.
2. A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa.
3. O trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros.
4. O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros.
5. A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.
6. A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar.
7. O elemento federal na nova organização.
8. Completa reforma do poder judicial, em ordem a assegurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos.
9. Extinção da lei do juro convencional.
10. Extinção do atual sistema de recrutamento.

É interessante frisar que a revolta, mesmo com seu programa que chegava a ultrapassar em muito os limites do liberalismo brasileiro, flertando com ideias populares e socialistas, chegou a obter o apoio de alguns senhores de engenho descontentes com a situação econômica da região e com o quadro rigidamente centralizador que se abria.

Mais uma vez, a rebelião foi esmagada por tropas imperiais, e seus líderes presos e/ou mortos. Entretanto, os focos de descontentamento estenderam-se na região até 1852.

💡 Saiba mais

Para Marcus J. M. de Carvalho – “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849” (*Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, jul./2003) –, a Revolução Praieira foi uma correção tardia da independência do Brasil, que não melhorou a situação econômica do povo. Outro destaque do movimento foi o fato de ter provocado alterações na cultura política pernambucana.

Revolução Praieira (1848-1850)



A economia do Segundo Reinado

O café, a expansão da lavoura cafeeira e a questão da mão de obra

O café era plantado no Rio de Janeiro desde o final do século XVIII, integrando a série de produtos utilizados para o consumo imediato da população local.

A produção comercial desenvolveu-se, primeiro, entre São Paulo e Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba. A região já era cortada por inúmeras trilhas que haviam servido como acesso para a região do ouro em Minas Gerais. Além disso, reunia as condições favoráveis para o início do empreendimento: terra disponível, clima favorável e proximidade do porto do Rio de Janeiro.

A organização da empresa cafeeira iniciou-se no início do século XIX, assumindo a velha forma da *plantation*. Assim, vemos que, no **Vale do Paraíba**, o café obedeceu aos mesmos parâmetros da produção tipicamente colonial. Além da mão de obra escravizada, esses fazendeiros utilizaram técnicas muito rudimentares e cultura extensiva, esgotando rapidamente as terras apropriadas e, por conta disso, sempre avançando para novas áreas.

A aquisição de terras, porém, seguia o padrão das doações. Os limites entre as propriedades eram mal definidos e os domínios sobrepunham-se uns aos outros. Assim, durante todo o período, prevaleceu a “lei do mais forte”.

O sucesso da empreitada dependia da aceitação do produto no **mercado externo** e isso veio a ocorrer com a disseminação do consumo do café em função de dois elementos básicos. Em primeiro lugar, o café assumiu a condição de um dos principais símbolos de consumo da emergente burguesia europeia. Nos Estados Unidos, disseminava-se o uso em locais de trabalho, uma prática que visava substituir o álcool como estimulante.

Rapidamente, os Estados Unidos tornaram-se os principais consumidores do produto, seguidos pela Alemanha, Países Baixos e Escandinávia.

A Inglaterra consumia pouco e abastecia-se com a produção de suas colônias. Isso criava uma contradição para os brasileiros, pois os seus principais credores eram os banqueiros ingleses, mas as relações comerciais com a Inglaterra eram insuficientes para o pagamento da dívida assumida.

O desenvolvimento da produção acabou gerando o “complexo cafeeiro”, que envolvia uma série de outras atividades. Lentamente, algumas transformações foram introduzidas acompanhando o crescimento da atividade principal. Os portos do Rio de Janeiro e Santos foram aparelhados adequadamente. O transporte inicialmente feito por tropas de burros comandadas por escravizados evoluiu para as ferrovias, como veremos a seguir. Empregos e mecanismos de crédito foram criados para sustentar a atividade. E, para tudo isso, os futuros “barões do café” receberam incentivos do governo central, além dos próprios títulos de nobreza.

Essa ascensão do Sudeste do país foi acompanhada de uma lenta decadência do Norte e Nordeste, mas, como já foi apontado, havia um grande interesse unificador das elites das duas regiões: a continuidade do tráfico de escravizados.

Com o tempo, os cativos utilizados nas regiões decedentes seriam vendidos para o centro-sul, configurando uma rota para o comércio interno entre as duas áreas.

Mas, no início da atividade cafeeira, a solução encontrada para abastecê-la de mão de obra foi a ampliação da compra de escravizados do exterior. Da mesma forma, as áreas do Nordeste ainda sobreviviam graças a essa importação. No entanto, a já referida pressão inglesa dificultava a concretização dessa operação.

O Brasil adiou a extinção do tráfico o máximo possível. Já em 1810, com a presença de D. João, um compromisso havia sido firmado, pois o Tratado de Aliança e Amizade com a Inglaterra previa a extinção lenta do transporte de africanos para o Brasil. Em 1827, outro tratado definia o ano de 1830 como prazo para a realização do compromisso e, em 1831, o regente Feijó decretou o fim do tráfico. No entanto, o decreto permaneceu como letra morta; uma lei “**para inglês ver**”.

Desde 1826, a Inglaterra reservava-se o direito de inspecionar, em alto-mar, qualquer navio suspeito de comércio ilegal e, de fato, muitos deles foram apreendidos enquanto transportavam escravizados. Porém, em 1845 findava o prazo combinado para esse direito de visita aos navios ilegais. Por esse motivo, o Parlamento inglês aprovou um ato que autorizava a marinha inglesa a tratar os navios negreiros como os de piratas, o que significava que eles poderiam ser apreendidos e os envolvidos deveriam ser julgados pelos tribunais da Inglaterra. Encaminhado pelo ministro inglês das Relações Exteriores, Lord Aberdeen, o ato ficou conhecido no Brasil como “**Bill Aberdeen**”.

Em 1850, a partir de um projeto de lei elaborado pelo Ministro da Justiça, **Eusébio de Queirós**, o tráfico atlântico foi novamente proibido no Brasil. Porém, diferentemente do decreto de Feijó, essa lei foi realmente implementada. Algo havia acontecido, entre 1831 e 1850, para tornar viável a realização do antigo compromisso.



Fig. 2 Eusébio de Queirós retratado por Sébastien Auguste Sisson, 1861.

É fato que a pressão inglesa intensificou-se nesse período. Mas também é verdadeiro que os fazendeiros haviam se prevenido e, no final dos anos de 1840, detinham uma grande quantidade de escravizados. De qualquer forma, tentou-se a manutenção do comércio ilícito o máximo possível.

A partir de 1850, uma série de medidas deveriam ser tomadas como consequência da nova situação. A simples obstrução de uma “relação comercial” criou um quadro inteiramente novo no interior do Império. A escravidão tinha, agora, os seus dias contados, pois a ausência de abastecimento tornaria o número de cativos insuficiente para manter a produção. Por isso, tornava-se necessário pensar em alternativas.

Por outro lado, há de se frisar que em nenhum momento, mesmo no auge da luta contra a escravidão, a elite brasileira perdeu seu principal referencial, qual seja, o de garantir para si o total monopólio não apenas do poder mas também do próprio acesso à riqueza. Fica assim clara a razão de, ao mesmo tempo que era aprovada a Lei Eusébio de Queirós, o governo ter aprovado a **Lei de Terras**.

Trata-se de uma lei que já havia sido apresentada em 1843 e que só em 1850 fora definitivamente aprovada, a qual regulamentava a terra como propriedade imobiliária, podendo, portanto, ser comprada e vendida, e, principalmente, estabelecia que a compra passava a ser a única forma que possibilitava a posse e a propriedade da terra. Assim, impedia-se que não apenas os cativos que viessem a ser libertados, mas também os imigrantes que chegavam em grandes quantidades para substituir a mão de obra escravizada, tivessem acesso à terra, garantindo seu monopólio à velha elite agrária brasileira.

Imigração e modernização da produção

Em 1850, a economia cafeeira do Vale do Paraíba havia chegado ao auge. Portanto, a extinção do tráfico, a Lei de Terras e as outras medidas que comentaremos a seguir tocaram profundamente o desenvolvimento da região.

Como foi dito, a primeira das leis após a extinção do tráfico visava regularizar a propriedade rural que, sabemos, ocorrera segundo a tradição colonial via doações e não conhecera limites rígidos. Assim, a nova Lei determinava que as terras públicas, no futuro, deveriam ser vendidas; estabelecia normas para reconhecer a propriedade e forçava o seu registro. Além disso, estabelecia um preço alto para a venda, impedindo o acesso para os pequenos compradores e proibia a venda para estrangeiros antes de três anos após a sua chegada no Brasil.

Com essas medidas aguardava-se a chegada dos imigrantes, os futuros substitutos da mão de obra cativa, evitando que eles se tornassem proprietários de terras.

Ainda em 1850, a Guarda Nacional foi totalmente centralizada e foi aprovado o primeiro Código Comercial. Este definia os tipos de companhia permitidos no Brasil, visando à extinção do tráfico.

Dessa forma, inviabilizando-se um comércio que havia sido muito lucrativo durante séculos e impedindo que boa parte do capital fosse investido nessa atividade, liberavam-se grandes somas para um novo uso. O resultado foi, além

da enorme especulação financeira, a modernização e a abertura de novos setores de investimento.

Um dos primeiros setores a receber melhorias e capitais foi o transporte. Desde 1852, o governo central anunciava incentivos para quem ousasse nesse setor e, finalmente, em 1854 inaugurou-se a **primeira estrada de ferro** do Brasil, ligando a Baía da Guanabara a Fragoço, em direção a Petrópolis.

No entanto, a maior parte das ferrovias visavam ligar as regiões rurais, produtoras de bens exportáveis, aos principais portos. No Nordeste, Pernambuco foi a região pioneira e no Centro-Sul, iniciava-se em 1855 a construção da futura **Central do Brasil** para resolver o transporte do Vale do Paraíba.

Enquanto essa região vivia o apogeu de sua produção, o café começava a ser plantado em uma área de São Paulo: o **Oeste Paulista** (na verdade, a região de Campinas). Esta última usufruiria de algumas vantagens face à primeira. Tratava-se de uma região de terra “roxa”, o que a tornava naturalmente melhor para o cultivo do café – na verdade, trata-se da terra vermelha, rica em ferro, elemento que proporciona sua alta fertilidade. Os imigrantes chamavam-na de terra *rossa* – vermelha, em italiano – termo que foi adaptado para roxa. Mas as principais vantagens referem-se ao momento histórico em que se iniciou a empresa: o “Oeste” seria beneficiado pela “modernização”.

O Vale do Paraíba sofria as consequências da cultura extensiva, pois lidava, já em 1850, com o esgotamento de terras em uma região onde a expansão estava cerceada por limites naturais. Os proprietários da região, por sua vez, tinham enormes investimentos em escravizados e, em médio prazo, estavam condenados com o inevitável fim da escravidão. A Lei Áurea lhes daria o golpe final.

A agricultura do **Oeste Paulista** também era extensiva, mas ali existia uma enorme quantidade de terras à disposição, permitindo a expansão por muito tempo. Mas foi também nessa região que as novidades tecnológicas (como o arado e o despolpador) foram introduzidas. E, talvez o mais importante, nessa nova região cafeeira já se procurava alternativas para a força de trabalho escravizada. Ali foram feitas as primeiras experiências com imigrantes e foram acolhidas as grandes levas de europeus da segunda metade do século XIX.



Fig. 3 Trabalhadores em fazenda de café, em São Paulo, no início do século XX.

Formaram-se, assim, dois grupos de fazendeiros de café. O primeiro, do Vale, constituído pelos “barões”; grupo que havia sustentado a monarquia e que se separou dela quando percebeu que as medidas adotadas levavam ao fim da escravidão. O segundo, do Oeste, composto de uma “burguesia cafeeira”, que viria a acumular capitais e impulsionar a modernização capitalista do Centro-Sul e que conduziu os últimos anos do Império.

Como já dissemos, a região do café beneficiou-se da decadência econômica das outras regiões. Interrompido o tráfico externo, passou-se a utilizar outro, interno, forçando a transferência de escravizados de uma região para outra. Um novo tipo de traficante percorria as províncias e convencia os fazendeiros pobres a entregarem seus poucos escravizados. Esse recurso, porém, foi esgotado. Mas é fato que, no momento da abolição, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas concentravam a maioria dos escravizados do Brasil.

Sabia-se, porém, que outra forma de trabalho deveria ser encontrada. O preconceito e o medo não permitiam acreditar que os negros libertos pudessem ser bons trabalhadores livres. E essa ideia estendia-se também aos mestiços.

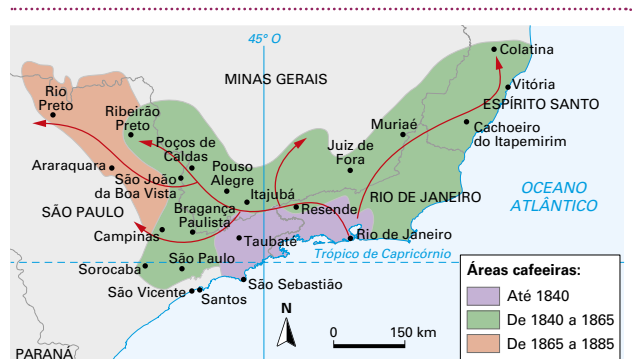
Assim, a ideia do trabalhador europeu imigrado apareceu cedo. A primeira experiência aconteceu em 1847, na fazenda do ex-regente Nicolau Campos Vergueiro. Utilizando-se de financiamento estatal, ele trouxe imigrantes alemães e suíços para trabalhar em algumas fazendas no regime de parceria. A tentativa terminou com uma revolta na fazenda em Ibicaba, do próprio Vergueiro, no ano de 1856. Os estrangeiros não suportaram as condições de quase escravidão, com uma rígida disciplina e um controle direto sobre suas vidas pessoais.

Em 1871, aprovava-se uma lei significativa para a futura abolição: a do **Ventre Livre**, ou seja, a partir de então eram livres todos os nascidos de mães escravizadas. No mesmo ano, uma lei provincial em São Paulo autorizava o governo local a subsidiar os fazendeiros para a introdução de trabalhadores em suas propriedades. A partir de então, companhias particulares subvencionadas pelo Estado procurariam atrair imigrantes. Mas, até 1880, o número de pessoas que se dirigiram à província foi pequeno.

Sabemos que, ao final, a grande maioria dessa imigração foi composta de italianos. Só no ano de 1888, São Paulo recebeu cerca de 90 mil pessoas e 90% delas era proveniente da Itália. Tratava-se de gente pobre que sofria as consequências do processo de unificação em seu país de origem e que se via atraída pelo pagamento do transporte e do alojamento garantido na emigração para o Brasil.

Assim, o trabalhador imigrante foi utilizado desde a extinção do tráfico e, principalmente, na região “moderna” do Oeste Paulista. A política para a atração de imigrantes teve início no Império, mas conheceria todas as suas consequências durante a República.

A expansão do café pelo Oeste Paulista



A modernização econômica

Como vimos, as perspectivas de uma industrialização interna no Brasil ficaram sempre obstaculizadas. Primeiro, pela própria condição de colônia, quando essas restrições ganharam inclusive um aspecto legal, com o Alvará de Proibição Industrial, de 1785. Com a vinda da Corte para o Brasil, a situação não se alterou, mesmo porque, apesar da revogação do antigo Alvará, os tratados de 1810 abriram amplamente o mercado brasileiro aos produtos ingleses, praticamente destruindo a possibilidade de produção interna.

Essa situação, entretanto, começou a sofrer ligeira modificação a partir do Segundo Reinado. Em primeiro lugar, os lucros que começavam a ser gerados pelo café podiam ser, em parte, reinvestidos em outra atividade econômica.

Contribuiu também para essa mudança a aprovação, em 1844, da **Tarifa Alves Branco**, a qual elevava sensivelmente a alíquota de importação para os produtos que entrassem no país, acabando, dessa maneira, com os privilégios tarifários ingleses no Brasil. O objetivo dessa lei era o de ampliar a arrecadação alfandegária da monarquia. Entretanto, ela acabou por exercer um papel protecionista para a produção manufatureira que, timidamente, começava a nascer no país.

Outro elemento a ser incluído nesse rol foi a **extinção do tráfico negreiro em 1850**. Os capitais que até então eram imobilizados na compra de escravizados passaram a estar liberados para outros tipos de investimento, inclusive a atividade produtiva, sendo em parte absorvidos pela industrialização.

Tudo isso, acrescido do fato de que a elevação da receita da monarquia permitia o investimento em obras de infraestrutura, tais como ferrovias, melhorias urbanas, modernização de portos, abria uma perspectiva, mesmo que pequena, para um surto de industrialização no país.

Chamamos a atenção para o fato de que antigos entraves a essa industrialização seguiam existindo. A inexistência de uma mão de obra urbana numerosa, a exiguidade do mercado interno, as pressões internacionais, tudo isso continuava presente. Entretanto, nos poros possíveis, uma incipiente industrialização começava a nascer, em parte preenchendo lacunas deixadas pela produção importada (como a indústria têxtil que surgiu no Brasil, produzindo basicamente tecidos baratos que a Inglaterra não exportava).

Assim, há um primeiro **surto de industrialização**, o qual teve como figura de importância fundamental para sua ocorrência o empresário e banqueiro Irineu Evangelista de Souza, o **barão de Mauá**.



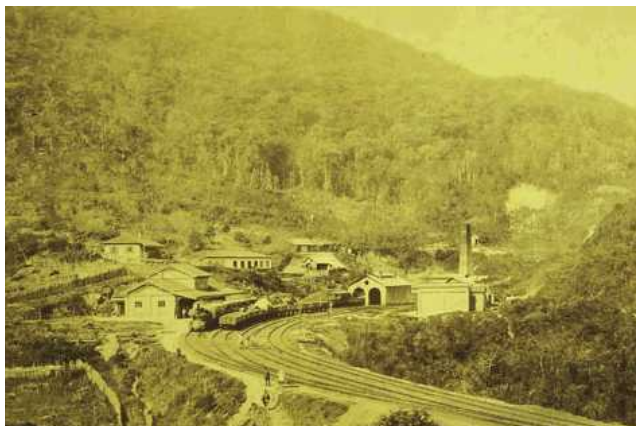
Édouard Vénier/Wikimedia Commons

Fig. 4 Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá.

De origem aristocrática, Mauá logo viu as possibilidades abertas pelo novo momento. O Banco Mauá passou a ser o grande financiador desse processo modernizador, com investimentos em empresas ligadas aos transportes urbanos, gás, navegação, construção naval, além da indústria têxtil. Associou-se ao governo na construção de estradas, sendo ainda o principal responsável pela instalação do cabo submarino que passou a permitir a comunicação telegráfica entre o Brasil e a Europa.

Assim, vemos a figura de Mauá como o grande artífice da tentativa de modificação das relações de dependência da economia brasileira. Essa tentativa, entretanto, esbarrava nas condições mais amplas, que ainda impunham elementos tais como endividamento e vulnerabilidade a pressões externas, as quais tenderam a se aprofundar a partir da década de 1870, principalmente após a Guerra do Paraguai.

Mesmo assim, várias iniciativas foram fundamentais, principalmente aquelas ligadas à infraestrutura. A construção das estradas de ferro Santos-Jundiá, Leopoldina, D. Pedro II (mais tarde chamada Central do Brasil), Curitiba-Paranaguá, Recife-São Francisco etc., assim como a já citada instalação das comunicações entre Brasil e Europa, as melhorias urbanas, todos esses elementos apontam no sentido de, ao menos em parte, uma ruptura com a estrutura rigidamente colonial que persistia após a independência.



Marc Ferrer/Wikipedia

Fig. 5 Estrada de ferro Santos-Jundiá, inaugurada em 1867.

Entretanto, essa modernização levava ao surgimento de uma nova correlação de forças políticas no país, a qual, cada vez mais, iria chocar-se com a estrutura sociopolítica da monarquia. Não por acaso, todo esse processo levaria ao desencadeamento de transformações políticas, as quais apontavam de forma cada vez mais intensa na direção da República, como veremos mais à frente.



Reprodução

Fig. 6 Fábrica de gás no Rio de Janeiro, construída por Mauá, em meados do século XIX.

A política externa do Segundo Reinado

Aspectos gerais

Conforme vimos até aqui, o Segundo Reinado apresentou um quadro marcado não apenas pela pacificação interna, mas também por uma relativa prosperidade econômica, notadamente quando comparado aos períodos anteriores, o Primeiro Reinado e a Regência. Essa nova condição refletiu-se de forma intensa na maneira como a monarquia procurou conduzir sua política externa. Nesse campo, dois aspectos tornam-se claros: ao mesmo tempo que procurou assegurar sua hegemonia na América do Sul, principalmente nas questões envolvendo a região platina, manteve uma postura de uma subserviência bem menor em relação às pressões inglesas, ao menos quando comparada à atitude mantida por D. Pedro I, por exemplo.

Não por acaso, os episódios marcantes da política externa brasileira durante o Segundo Reinado têm como protagonistas a Inglaterra ou os países platinos, gerando uma série de conflitos que analisaremos a seguir.

A Questão Christie

Uma série de atritos diplomáticos acabaram culminando com uma ruptura temporária de relações entre Brasil e Inglaterra, no início da década de 1860. Esses atritos, conhecidos usualmente como **Questão Christie**, marcaram a relação entre os dois países.

Não se pode entender esses atritos sem uma apreciação mais detalhada do que havia marcado o relacionamento entre os países até então e quais as modificações surgidas no período em questão. Sabemos de toda a dependência econômica brasileira em relação à Inglaterra, dependência que já se forjava desde a época colonial e que havia sido intensamente acentuada com a vinda da família real para o Brasil. Vimos a forma como os tratados de 1810 (Navegação e Comércio e Aliança e Amizade) colocavam o Brasil na órbita direta do capitalismo

inglês, pressupondo mesmo uma supremacia política inglesa sobre aspectos da vida brasileira. Vimos também que a renovação desses tratados foi a condição imposta pela Inglaterra para o reconhecimento de nossa independência.

Assim, o Brasil já nasceu como país independente atrelado aos interesses ingleses. Essa preponderância inglesa manteve-se sempre, mesmo após a queda de D. Pedro I. Assim, não nos causa espanto que o governo regencial tenha, por exemplo, aprovado uma lei, em 1831, que estabelecia o fim do tráfico negreiro para o Brasil, mesmo não havendo qualquer intenção real de fazer com que a lei fosse cumprida de fato, mas unicamente como forma de atender às pressões inglesas.

A realidade econômica do Segundo Reinado, entretanto, era bastante diferente. Os lucros gerados pelo café e a maior disponibilidade de recursos nas mãos da monarquia aliviavam até certo ponto a dependência econômica em relação aos capitais e financiamentos ingleses. Isso possibilitou algumas atitudes do regime brasileiro inaceitáveis para a Inglaterra. Em 1844, era assinada a **Tarifa Alves Branco**, a qual elevava as alíquotas de importação pagas pelos produtos que entrassem no Brasil. A Inglaterra, principal prejudicada pela medida, pela perda dos privilégios dos quais seus produtos gozavam aqui, reage prontamente. Em 1845, o Parlamento inglês aprovava o **Bill Aberdeen**, lei que abolia o tráfico negreiro no Atlântico Sul e dava aos navios ingleses o direito de busca e apresamento a todo navio suspeito de transportar escravizados.

Porém, o efeito imediato desse decreto foi gerar um aumento do preço do cativo, estimulando o tráfico para todo aquele que quisesse arriscar desafiar o poderio inglês. Assim, em um primeiro momento, o tráfico negreiro ampliou sua intensidade, levando os ingleses a medidas mais duras, aprisionando vários navios brasileiros e ameaçando resolver a questão “a fio de espada”, até que o governo brasileiro, altamente pressionado, acabou publicando a **Lei Eusébio de Queirós**, que, em 1850, acabava definitivamente com o tráfico negreiro para o Brasil.

Esses episódios demonstram o grau de tensão já presente nas relações entre Brasil e Inglaterra. Naturalmente, tudo isso acarretava um forte sentimento antibritânico no Brasil, servindo de estímulo a atitudes que avançavam em direção a uma maior autonomia, ao mesmo tempo que motivavam uma postura inglesa de buscar resgatar seu predomínio.

Em 1861, um episódio contribuiu para acentuar esse mal-estar. Um navio inglês naufragou no litoral do Rio Grande do Sul, tendo sua carga, destinada ao Uruguai, saqueada. O embaixador inglês William Christie, fez uma série de exigências, como a de que um oficial inglês conduzisse as investigações sobre o roubo e que o governo brasileiro ressarcisse a Inglaterra com o valor de 3.200 libras pelo roubo da carga, que sequer havia sido vistoriada pelas autoridades brasileiras por recusa do capitão inglês.

No ano seguinte, outro episódio ocorreria, antes que o caso do navio ficasse solucionado. Três marinheiros ingleses, em trajes civis e embriagados, foram presos por promoverem arruaças nas ruas do Rio de Janeiro. A reação

de Christie, mais uma vez, foi despropositada. Exigiu a demissão dos policiais que haviam feito a prisão, desculpas formais do governo brasileiro pela prisão de militares ingleses e ainda o imediato pagamento do valor referente à carga roubada do navio.

Com a negativa de D. Pedro II, Christie ordenou a prisão, por navios ingleses, de navios ancorados no porto do Rio de Janeiro.

Procurando uma solução rápida para a questão, Pedro II solicitou o arbitramento do rei da Bélgica, Leopoldo I, ao mesmo tempo que ordenava o pagamento do valor pretendido pelos ingleses pela perda da carga.

Em 1863 saiu o parecer de Leopoldo I, dando ganho de causa ao Brasil. Nesse meio tempo, a situação já havia atingido um grau de extrema tensão, com o ataque à embaixada inglesa por populares brasileiros. Ante a recusa do governo inglês em pedir desculpas pela atitude de seu embaixador, D. Pedro II decreta a expulsão dos diplomatas ingleses do território brasileiro. A Inglaterra, em contrapartida, expulsa a delegação brasileira em Londres, consumando-se assim a ruptura de relações entre os dois países.

Interessante frisar que a solução para esse conflito ocorreu em 1865, quando o governo inglês pediu desculpas formais ao governo brasileiro. Com isso, reataram-se as relações entre os dois países. Entretanto, não devemos ver nisso uma vitória da diplomacia brasileira, aparentemente obrigando os ingleses a se curvarem ante nosso governo. A aparente vitória brasileira foi, antes, fruto do interesse inglês, que necessitava de seu velho aliado na América Latina para empreender uma ação efetiva contra um país que ameaçava muito mais de perto seus interesses, o Paraguai. Esse assunto será alvo de análise nos tópicos seguintes.



Fig. 7 Victor Meirelles. *Estudo para a Questão Christie*, 1864. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, Brasil. O imperador D. Pedro II aclamado pela população por se negar a pedir desculpas à marinha britânica.

As Questões Platinas

Foi dito na introdução deste capítulo que a América do Sul, particularmente a região platina, foi alvo de constantes intervenções brasileiras. Várias razões explicam esse fato. Em primeiro lugar, o interesse brasileiro em manter a livre navegação no Rio da Prata esbarrava na instabilidade política da região, caracterizada por Estados fracos, como o Uruguai, e por interesses constantemente conflitantes e expansionistas, como os da Argentina.

Interessante notar que, já na época da luta pela independência da então Província Cisplatina, a Argentina

havia buscado anexá-la, contando com o apoio de setores da própria aristocracia da região. Tal fato tornaria o Prata não mais um rio fronteiro, mas um rio interno ao território argentino, inviabilizando a navegação brasileira na região, fato que de modo algum era aceito pelo governo brasileiro.

Além disso, não podemos esquecer a atitude imperialista que sempre caracterizou a relação entre o Brasil e seus vizinhos da região platina, com o governo brasileiro sempre buscando impedir o fortalecimento de qualquer Estado que pudesse ameaçar sua condição hegemônica na região.

Essas relações tenderam a se tornar mais tensas a partir de 1850, quando a ideia de criação de um único e forte Estado platino começou a ganhar força, tanto na Argentina quanto no Uruguai.

Dois partidos disputavam a hegemonia política no Uruguai. O Partido **Blanco**, composto de latifundiários, tinha como principal líder Manuel Oribe. Esse partido era favorável ao projeto de recriação do Vice Reino do Prata, que tinha como principal articulador o presidente argentino, Juan Manuel Rosas. O Partido **Colorado** tinha sua base fundamental formada por comerciantes, mais próximos aos interesses brasileiros, sendo, portanto, contrário à fusão. Seu líder era Frutuoso Rivera, o qual contava abertamente com o apoio brasileiro.

O conflito torna-se mais grave quando sabemos da existência de um grande número de estancieiros brasileiros com terras no Uruguai, os quais, ameaçados pelos projetos de Oribe, tendiam a se aproximar do Partido Colorado, justificando uma intervenção brasileira na região.

Em 1850, Oribe, com o apoio da Argentina, toma o poder, cercando a cidade de Montevidéu. Tal fato ameaçava os interesses brasileiros na região. Com isso, o governo brasileiro, a pretexto de salvaguardar os interesses de seus cidadãos, envia tropas para a região, ocupando Montevidéu e Buenos Aires e promovendo uma alteração política em ambos os países. No Uruguai, foi colocado no poder o colorado Frutuoso Rivera, enquanto que na Argentina o poder passou para as mãos de José Urquiza, opositor de Rosas e de sua pretensão de estabelecer a união dos países platinos.

Nova intervenção brasileira ocorreria em 1864. No ano anterior, havia tomado o poder no Uruguai Atanásio Cruz Aguirre, do Partido Blanco. Dentro da política unitarista que caracterizava o partido, Aguirre buscava apoio em um outro país platino, em franco crescimento na época, o Paraguai, governado por Solano López. Essa aliança preocupava o governo brasileiro, diante do óbvio poderio militar paraguaio e de sua inevitável pretensão expansionista.

Usando como pretexto os seguidos ataques de uruguaios a propriedades de brasileiros no Uruguai, o governo brasileiro invadiu mais uma vez o Uruguai, depondo Aguirre e colocando no poder o colorado Venâncio Flores.

Esse episódio tem particular importância quando sabemos que serviu de elemento agravador da tensão entre Brasil e Paraguai, tensão que explodiria no ano seguinte com a eclosão do mais sangrento conflito da História da América do Sul, a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai

Existem diferentes interpretações sobre a Guerra do Paraguai. Na versão tradicional da historiografia brasileira, a guerra foi uma resposta do Império ao desejo expansionista apresentado pelo ditador paraguaio, Solano López. Com esse intento, visando criar o “Paraguai Maior”, ele pretendia conquistar a hegemonia na América Latina, anexando determinados territórios da Argentina, do Uruguai e do Brasil, o que colocava em risco a soberania brasileira. Isso ficou evidente quando Solano López ordenou o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, no Rio Paraguai. A própria denominação da guerra como “Guerra do Paraguai” reforça o entendimento brasileiro sobre o conflito, uma vez que, no restante da América Latina, ela ficou conhecida como “Guerra da Tríplice Aliança”.

No Paraguai, a visão apresentada vai de encontro à perspectiva tradicional brasileira. Como forma de enaltecer o governo de Solano López, a disputa foi compreendida como de responsabilidade do Brasil, colocando, dessa forma, o Paraguai na condição de país inocente que sofreu com a pressão de seus “poderosos vizinhos”.

Na década de 1960, no contexto de polarização da Guerra Fria, surgiu uma nova interpretação sobre o fato, a qual se construiu sobre o enaltecimento do desenvolvimento socioeconômico paraguaio e que considerava o imperialismo britânico como principal razão para o início da guerra. A participação da Inglaterra passou a ser compreendida, nessa corrente historiográfica, como algo pertinente ao seu *status* de potência europeia: de conceder empréstimos e de vender armamentos aos envolvidos. As indústrias inglesas, entretanto, não precisavam se preocupar com uma possível concorrência paraguaia e também não tinham se desenvolvido o suficiente para ver, na guerra, uma possibilidade para a ampliação de seu mercado consumidor.

Não há como negar, contudo, a influência das intervenções imperialistas praticadas pelo Brasil no Uruguai e na Argentina, assim como não é possível excluir, entre os fatores relevantes para a guerra, a política expansionista durante o governo de Solano López. Não se pode, também, reduzir o conflito a um resultado das aflições britânicas acerca da indústria paraguaia, dada a magnitude da Inglaterra no comércio mundial.

Os historiadores Francisco Doratioto e Ricardo Salles, a partir da revisão dessas três perspectivas, compreendem a Guerra do Paraguai como um processo que relacionou a formação dos Estados nacionais na América Latina com uma disputa, movida por seus próprios interesses, por uma hegemonia no continente. A guerra foi um dos muitos conflitos



Fig. 8 Posto de comerciantes no Rio Paraná, século XIX.

entre os países da região do Prata durante o século XIX, sendo melhor compreendida dentro das relações de poder do cone sul.

O Paraguai, desde a sua emancipação no início do século XIX, não havia obtido uma significativa transformação político-econômica em relação ao restante da América Latina. Foi a partir da década de 1840 que o país buscou um crescimento econômico pautado no ideal europeu de modernização e uma ampliação de seu mercado externo, o que, entretanto, resumiu-se à exportação de produtos primários, como a erva-mate. Já os investimentos industriais, por sua vez, foram concentrados apenas na indústria bélica – o exército paraguaio tinha, em meados do século XIX, uma estratégia desenvolvida, uma hierarquia e uma disciplina bem treinadas, além de uma tecnologia militar superior à de qualquer país da América do Sul. O indício de suas restrições, no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, é que o Paraguai continuava importando produtos manufaturados da Inglaterra.

Já o Brasil, na primeira metade do século XIX, exercia sua hegemonia sobre a Argentina e, conseqüentemente, sobre o Uruguai, intervindo militarmente nos dois países, criando, dessa forma, uma tensão na região do Rio da Prata. Os territórios brasileiros fronteiriços com o Paraguai, além de terem um passado marcado por disputa de terras, representavam os principais concorrentes na exportação da erva-mate e, além dela, outros produtos dos dois países, como a madeira e o tabaco, competiam, ainda que em menor escala. Por fim, o clima entre os governos brasileiro e paraguaio tornou-se mais tenso quando o Brasil recusou ao Paraguai a livre navegação pelos rios Paraná e Paraguai, essenciais para os brasileiros. De fato, Brasil e Argentina queriam barrar o Paraguai, poder emergente e preocupante dentro do cone sul. Desconfiado das pretensões imperialistas da Argentina e do Brasil, Solano López se aliou aos blancos uruguaios.

Visto o clima tenso entre os países do Prata, em 1864, Atanásio Cruz Aguirre, da facção mais agressiva e extrema do partido dos blancos, ganhou a eleição no Uruguai, rejeitando todos os tratados estabelecidos com o Brasil. Com medo do estreitamento das relações entre os blancos e Solano López, os brasileiros começaram a concentrar navios de guerra e milícias da Guarda Nacional nas fronteiras. Em um momento após a Questão Christie, um clima de exaltação patriótica percorria o país, pelo qual rondavam boatos de que os blancos torturavam os brasileiros no Uruguai. Assim, os governos da Argentina e do Brasil intervieram no Uruguai, depondo Aguirre e trazendo os colorados de volta ao poder, na figura de Venâncio Flores, aliado do Brasil.

Um tratado de defesa mútua entre Aguirre e López foi o pretexto para que uma canhoneira paraguaia, em 11 de novembro de 1864, aprisionasse, no Rio Paraguai, o navio brasileiro Marquês de Olinda, que subia o rio rumo à Província de Mato Grosso, levando a bordo o coronel Frederico Carneiro de Campos, recém-nomeado presidente daquela província, o médico Antônio Antunes da Luz, entre outros. A tripulação e os passageiros foram encarcerados; na prisão, todos sucumbiram à fome e aos maus-tratos. Rapidamente,

as relações diplomáticas entre os dois países foram rompidas. A guerra teve início, porém, quando o Paraguai, em 23 de dezembro de 1864, atacou o Mato Grosso. Depois, pediu para os argentinos permissão para passar pela província de Corrientes, com o propósito de atacar o Rio Grande do Sul; mas o pedido foi negado.

Em março de 1865, López declarou guerra à Argentina e, em 1º de maio do mesmo ano, o Brasil, a Argentina e o Uruguai – já sob o domínio dos colorados – assinaram o Tratado da Tríplice Aliança.

O transcorrer da guerra evidenciou uma diferença entre os envolvidos: o Paraguai, embora mais preparado militarmente, possuía um peso demográfico inferior ao de seus adversários. As primeiras vitórias couberam ao Paraguai; contudo, à medida que a guerra ia avançando, seus recursos econômicos, militares e populacionais foram se esvaindo, o que proporcionou uma reviravolta em favor da Tríplice Aliança.



Fig. 9 Os três chefes de Estado do Uruguai, Brasil e Argentina, em uma caricatura da revista *Semana Ilustrada*, 1865.

Mesmo assim, o Paraguai sustentou a guerra durante cinco anos, tendo sua população sido quase totalmente destruída. Estima-se que quase toda a população economicamente ativa do Paraguai tenha morrido na guerra, ficando o país reduzido a uma população de velhos, mulheres, crianças e inválidos.

Ao mesmo tempo que o Paraguai definhava, as vitórias brasileiras iam-se avolumando, com o barão de Caxias derrotando um exército que contava com a presença de jovens de 16 anos, idade que ia sendo sistematicamente reduzida, na medida em que a população paraguaia ia morrendo no massacre. Uma série de vitórias decisivas para o Brasil: na Batalha do Riachuelo, o almirante Barroso

praticamente destruiu a frota fluvial paraguaia; na Batalha do Tuiuti, o general Osório conseguia a primeira grande vitória terrestre dos aliados; no ano de 1868, uma série de batalhas como Lomas Valentinas, Itororó, Angosturas e Avaí, já sob o comando de Caxias, aniquilavam as últimas defesas paraguaias e ampliavam o prestígio de Caxias. É sob seu comando que, em 1869, a cidade de Assunção foi tomada, gerando a fuga de Solano López para o interior.

Foi no ano seguinte que, sob o comando do conde D'Eu, genro de D. Pedro II e marido da princesa Isabel, a guerra teve seu fim, com a morte de Solano López e a rendição definitiva do Paraguai.



Fig. 10 Pedro Américo. *Batalha do Avaí*, 1872 a 1877. Óleo sobre tela, 600 x 1,100 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil.

Consequências da guerra

Poucos episódios foram tão decisivos para a vida de um país ou de uma região quanto essa guerra encerrada em 1870. Ela trouxe uma série infindável de efeitos, tanto para o Paraguai quanto para o Brasil, alguns deles presentes até hoje.

Para o Paraguai, a guerra significou seu expressivo aniquilamento, tanto econômico quanto demográfico. O Paraguai tornou-se exportador de produtos de pouca importância e, ainda, perdeu território – Brasil e Argentina tomaram do país 140 mil quilômetros quadrados. Em 1870, foi instaurada uma nova constituição liberal; no entanto, o Paraguai viveu um período de grande instabilidade política, sendo controlado por militares veteranos da guerra subordinados politicamente ao Brasil e à Argentina. O Paraguai, além de tudo, ficou endividado perante o Brasil (dívida que só foi perdoada por Getúlio Vargas, em 1943).

As consequências para o Brasil foram menos fatais, porém igualmente sérias e merecedoras de uma análise mais aprofundada. Em primeiro lugar, temos que salientar o fato de que toda a iniciativa militar brasileira dependeu de capitais e financiamentos ingleses. Assim, o Brasil saiu da guerra altamente endividado, com sua economia novamente dependente da Inglaterra.

Mais que isso, um fato pontuou as dificuldades brasileiras durante o conflito. A mão de obra, basicamente escravizada, representava um entrave à formação de um Exército poderoso. Assim, a alforria para os escravizados para que fossem engajados no Exército acabava significando um enfraquecimento do regime escravista, já em decadência desde a Lei Eusébio de Queirós.

O próprio Exército, com o seu fortalecimento durante a guerra, constituiu-se talvez no principal efeito que o combate trouxe para o Brasil. Devemos lembrar que, até ali, a principal força militar terrestre brasileira era a Guarda Nacional, tropa criada durante a Regência, como instrumento da elite agrária para garantir a ordem interna. Sua estrutura era, obviamente, insuficiente para sustentar uma guerra contra um exército bem-treinado e numeroso como o paraguaio. Foi necessária, para isso, a constituição de um exército forte. Esse exército saiu da guerra fortalecido e consciente de sua importância para o país. Por outro lado, essa importância militar contrastava com sua situação política. As leis da monarquia impediam os militares de se manifestarem em assuntos políticos. Os oficiais da Guarda Nacional, entretanto, eram todos grandes proprietários de terra, com sua atuação política garantida pelos cargos legislativos e executivos que ocupavam no regime. Criava-se, então, uma contradição que gerava profundo mal-estar dentro do Exército: sua importância militar não encontrava correspondência no plano político. A Guarda Nacional, bem menos importante para o país, como a guerra havia acabado de demonstrar, gozava muito mais das benesses do regime.

Mais que isso, o contato do Exército brasileiro com seus aliados platinos na guerra acentuou esse descontentamento. Tanto Argentina quanto Uruguai eram repúblicas nas quais o exército, até pelos constantes conflitos internos e externos que marcavam a vida desses países, tinha uma participação decisiva na vida política. Acentuava-se, assim, uma tendência dentro do Exército brasileiro de se constituir em uma força de oposição ao regime monárquico, permeável, portanto, às ideias republicanas que ganhavam força no país, como veremos a seguir.

Temos, então, um quadro altamente explosivo, abrindo-se ao final da guerra. Crise econômica, declínio do escravismo, descontentamento militar; tudo isso se articulando aos elementos citados no tópico anterior e aos novos setores econômicos em formação, os quais tendiam a se descolar do regime monárquico.

Não por acaso, o final da Guerra do Paraguai é o início de um processo que levaria ao fim da monarquia e à Proclamação da República no Brasil.

A crise do Império e o movimento republicano

Como vimos anteriormente, o final da Guerra do Paraguai assinala o início de um longo quadro de decadência da monarquia no Brasil, a qual foi produto da conjunção de uma série de elementos já citados e de elementos que foram surgindo a partir dali, incluindo conflitos com a Igreja, com as próprias elites dominantes, bem como o agravamento de sua relação com o Exército. Veremos também que, por trás desses graves problemas enfrentados pela monarquia, a propaganda republicana ganhava cada vez maior peso, apontando uma alternativa política que satisfazia melhor os interesses dos novos setores emergentes na vida econômica e política brasileira.

A campanha abolicionista e o fim da escravidão

O desenvolvimento da economia cafeeira no Oeste Paulista trazia, como vimos, uma série de elementos novos, entre eles a abertura para novas formas de mão de obra que apontavam no sentido do trabalho assalariado.

Além disso, esse novo setor econômico tinha ao seu lado uma série de elementos conjunturais. A aprovação da Lei Eusébio de Queirós, mesmo que fruto de pressões inglesas, apontava claramente para a impossibilidade de manutenção da escravidão. Mais que isso, a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, ao terminar com a vitória nortista e o consequente fim da escravidão naquele país, deixava o Brasil na insustentável condição de único país no continente onde a escravidão ainda era admitida.

Essa pressão antiescravista agravou-se com a Guerra do Paraguai. A necessidade de libertar escravizados para que fossem engajados no Exército serviu não apenas para enfraquecer o escravismo como também para alimentar toda a propaganda favorável à libertação dos cativos no país.

Assim, crescia a campanha abolicionista, a qual se articulava à propaganda republicana em crescimento. O grande alvo era a monarquia, com a questão da escravidão sendo usada como arma para apresentar o regime monárquico como retrógrado na medida em que ainda a sustentava. Uma forte campanha na imprensa era acompanhada por ações efetivas, como o surgimento do grupo dos **Caifazes**, que buscava combater a escravidão, inclusive ajudando escravizados em suas fugas.

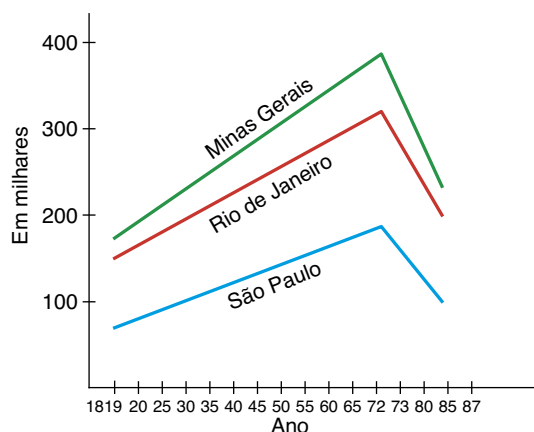


Fig. 11 População escravizada em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ante essa pressão, a qual incluía todo um desconforto nas suas relações com os demais países, a monarquia foi obrigada a agir no sentido de caminhar para a abolição. Em 1871, foi aprovada a **Lei do Ventre Livre**, que declarava livres todos os filhos de escravizados nascidos a partir daquela data. Tal lei tinha um efeito muito mais propagandístico que real. Por pressões das elites escravistas, essa lei incluía toda uma série de limitações. A criança ficaria sob guarda do proprietário da mãe até atingir 8 anos, quando o proprietário escolheria entre receber uma indenização ou utilizar os trabalhos daquela pessoa, supostamente livre, até os 21 anos.

Mesmo assim, a simples proposição dessa lei abriu fissuras definitivas nas relações entre a monarquia e sua

base maior de sustentação, a aristocracia escravista do centro-sul do país. Essa passava a ver o regime monárquico como frágil ante a pressão abolicionista, ao mesmo tempo que considerava inadmissível sua intromissão naquilo que via como seu direito exclusivo, o da propriedade sobre o escravizado.

Entretanto, a pressão só iria se intensificar nos anos seguintes, ao mesmo tempo que a campanha republicana colocava o regime contra a parede, obrigando-o a tomar medidas que amenizassem as críticas cada vez mais contundentes. Em 1885, outra lei restritiva à escravidão era aprovada, a **Lei dos Sexagenários**, declarando automaticamente livres todos os escravizados que atingissem a idade de 65 anos. Outra lei inócua na prática, dado que, obviamente, pouquíssimos escravizados atingiam essa idade.

Ao mesmo tempo, intensificavam-se fugas e revoltas de escravizados, as quais se aproveitavam da postura do Exército, contrário à escravidão. Não podemos nos esquecer da condição do Exército enquanto força de oposição ao regime monárquico, assim como da própria dificuldade que o regime escravista impunha ao fortalecimento numérico do Exército. Assim, vários oficiais recusavam-se a obedecer ordens para a captura de escravizados foragidos.

Mais que isso, algumas províncias, antecipando-se às decisões do governo imperial, libertaram os escravizados em 1884. A escravidão tornava-se insustentável, além do que era um elemento gerador de conflitos políticos cada vez mais intensos. Pressionada por todos os lados, a monarquia não tinha outra saída a não ser decretar, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, declarando livres todos os cativos ainda existentes no país.

Tal lei, entretanto, traria decorrências políticas gravíssimas para a monarquia. Seu texto, que não previa qualquer indenização aos proprietários de escravizados, bem como a época em que foi assinada, às vésperas do período de colheitas dos produtos que ainda utilizavam mão de obra escravizada, significou a definitiva retirada do apoio à monarquia pela aristocracia tradicional escravista, último setor que ainda a sustentava. A queda do regime monárquico no Brasil, apenas 18 meses após a assinatura da Lei Áurea, não é, de forma alguma, uma coincidência.

A Questão Religiosa

Outro elemento que muito contribuiu para o desprestígio do regime e para a perda de apoio por parte de um importante setor social foi o conflito entre a monarquia e a **Igreja**. As razões para esse conflito encontram-se na própria Constituição Imperial, a qual estabelecia o regime de **padroado**, ou seja, a submissão da Igreja ao Estado.

Essa condição era regulamentada pelo **beneplicito**, criado no Segundo Reinado, segundo o qual as ordens advindas de Roma somente entrariam em vigor no Brasil com o **"placet"** do imperador. Tal situação, por si só, era potencialmente geradora de desconforto nas relações entre Igreja e Estado.

Placet: direito do Estado de vetar as decisões da Igreja.

O rompimento ocorre em 1864. Nesse ano, o papa Pio IX publicou a bula *Syllabus*, que proibia a presença de membros da maçonaria dentro dos quadros da Igreja. Era uma medida que visava neutralizar o poder crescente que a maçonaria vinha alcançando dentro da Igreja Católica.

O imperador, ele próprio membro da maçonaria e cercado de políticos também ligados a essa sociedade secreta, não concedeu seu beneplácito a essa bula, criando um conflito de autoridade dentro da Igreja no Brasil.

Dois bispos, D. Vital de Oliveira, de Olinda, e D. Antonio de Macedo, de Belém, decidiram desobedecer às ordens do imperador e acatarem às determinações da bula, expulsando de suas dioceses párocos que se mantivessem como membros da maçonaria. D. Pedro II reagiu prontamente, processando os dois bispos e condenando-os à prisão, com trabalhos forçados.

O fato, em si, teve significado menor, até porque os dois bispos foram logo em seguida anistiados. Entretanto, seu efeito foi o de minar as relações entre a monarquia e setores da Igreja, que passam a ver com anseio a ideia de um regime no qual a Igreja fosse independente do Estado. Se considerarmos que esse era justamente um ponto do programa republicano, compreenderemos sua importância ao colocar mais um importante setor da sociedade em uma posição favorável ao fim da monarquia.

A Questão Militar

Vimos o quanto o Exército saiu fortalecido da Guerra do Paraguai e o grau de insatisfação da instituição ante sua quase nenhuma influência política junto à monarquia. Além disso, demonstramos elementos para explicar sua postura contrária em relação à escravidão.

Assim, a trajetória do Exército, após a guerra, é de franca e cada vez mais decidida oposição ao regime. Mais que isso, ao lembrarmos que a Guarda Nacional e a Marinha eram armas que atraíam a elite tradicional do Império, veremos que o Exército tende a absorver setores menos abastados da sociedade e menos comprometidos com o jogo político da monarquia.

A partir de 1870, vemos o Exército procurando fortalecer-se como instituição, buscando formar seus quadros internamente e preservar uma rígida hierarquia e autonomia. O espírito de corpo cresce, estabelecendo um antagonismo cada vez maior com um regime que procurava, por todos os meios, cercear-lhe a independência.

As escolas militares começavam a ganhar importância, particularmente a da Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Nelas, uma ideologia começaria a ganhar corpo, o **positivismo**. Essa ideologia, típica de uma burguesia consolidando-se como classe e de um capitalismo que não via limites ao seu progresso, apregoava o primado da ciência, da razão e da modernidade. Todos esses elementos contrastavam com a decadente ordem monárquica, alimentando o sentimento de que apenas o Exército, através de um regime caracterizado pela ordem e pela austeridade, poderia ser o elemento gerador da nova realidade.

Os conflitos eram apenas uma decorrência desse antagonismo. Em 1883, o **tenente-coronel Sena Madureira**

foi punido por declarar-se, pela imprensa, contra o projeto de aposentadoria dos militares. Mais que isso, o imperador proibiu qualquer manifestação política pelos militares.

Outro episódio envolveria o mesmo Sena Madureira, ainda em 1883. Um jangadeiro cearense, chamado Francisco Nascimento, foi por ele condecorado por se recusar a transportar escravizados em sua jangada. O governo considerou o ato de Sena Madureira uma tomada de postura política contra o escravismo, e mais uma vez ele foi punido.

Outros episódios agravariam ainda mais a tensão entre Exército e monarquia. Em 1885, políticos ligados ao regime criticaram publicamente o **coronel Cunha Matos** por ter ele punido o comandante da guarnição do Piauí por assuntos absolutamente internos ao Exército. O coronel defendeu-se das críticas pela imprensa, motivando nova punição.

Com isso, desencadeou-se uma série de manifestações por parte de militares em apoio ao coronel, configurando-se o conflito entre o “homem de farda” e o “homem de casaca”, que caracterizaria a posição do Exército a partir dali. Entre aqueles que se manifestaram contra a punição e contra a intromissão do regime estava um chefe militar de prestígio cada vez maior dentro do Exército, o **marechal Deodoro da Fonseca**, cuja importância política seria cada vez mais acentuada nos anos seguintes.

O movimento republicano

Em 1870 era publicado pelos jornais do Rio de Janeiro o **Manifesto Republicano**. Tratava-se de um documento propagandístico das novas ideias em crescimento no país, que ganhavam corpo a partir da cisão dentro do Partido Liberal.

Tal manifesto combatia o princípio centralizador do império, defendendo, como ponto central do programa, a ideia federativa de governo. Além disso, suas propostas, que apontavam na direção de uma modernidade política, contaram com o apoio imediato de toda uma camada de intelectuais e jornalistas da capital do Império.

Essas ideias teriam sua primeira expressão prática quando, em 1873, foi fundado o **Partido Republicano Paulista**. Esse partido contou com a quase imediata adesão dos grandes cafeicultores da província de São Paulo, os quais, na Convenção de Itu, posicionaram-se em defesa da república.

É fácil compreender a posição da aristocracia cafeeira paulista. Tratava-se de um setor que havia ascendido à posição hegemônica em termos econômicos no país ao longo do Segundo Reinado, quando as bases políticas da monarquia já estavam em mãos das velhas aristocracias escravistas. Assim, o predomínio econômico do setor cafeeiro não encontrava correspondência na sua importância política dentro do regime monárquico. Por outro lado, mesmo a autonomia local desse setor ficava fortemente comprometida pelo modelo rigidamente centralizador da monarquia.

Qualquer possibilidade de emergência desse novo setor econômico ao poder ficava fortemente prejudicada pelo imobilismo político do regime monárquico. O Senado era vitalício, fato que perpetuava no poder representantes de setores francamente decadentes. As eleições eram

controladas pelo velho jogo político dominado pelo Poder Moderador, o qual, mais que isso, amordaçava qualquer pretensão do setor cafeeiro de fazer valer seus direitos através da via parlamentar.

Com isso, apenas a mudança do regime atenderia às demandas da aristocracia paulista, a qual passa a usar os elementos republicanos como bandeira para, lentamente, atrair o apoio dos demais setores da população. A Igreja era seduzida com a proposta republicana de separação entre Igreja e Estado. As províncias menores viam na república a possibilidade de uma autonomia inviável na monarquia, através da bandeira do federativismo incorporada ao ideário republicano. O Exército tendia a se aproximar da proposta republicana pelas suas desavenças cada vez maiores com a monarquia, bem como pela possibilidade que vislumbrava uma maior intervenção na vida do país. Os intelectuais e setores médios urbanos enxergavam um projeto modernizador da vida nacional. Além disso, os republicanos usavam habilmente a bandeira do abolicionismo como instrumento de propaganda política e forma de enfraquecer as elites tradicionais e o próprio regime monárquico que sustentava a escravidão.

Assim, a proposta republicana ganhava espaço cada vez maior no país, ao mesmo tempo que a monarquia assumia uma imagem retrógrada e incompatível com a nova realidade, inclusive internacional.

A queda da monarquia e a Proclamação da República

O quadro de decadência política do regime monárquico consolidou-se a partir da Lei Áurea, como vimos, com a retirada, por parte das velhas elites, do apoio que davam ao regime monárquico, responsabilizando-o por sua ruína econômica e pela falta de quaisquer mecanismos que amenizassem os efeitos da libertação dos escravizados.

Ao mesmo tempo, a propaganda republicana ganhava cada vez mais força, aproveitando-se das fissuras abertas no regime, e arrastava consigo um apoio sistemático do Exército. Configurava-se de forma cada vez mais clara a aliança decisiva para a queda do regime, entre a oligarquia cafeeira paulista e o Exército.

Ante esse quadro de cada vez maior isolamento, D. Pedro II nomeou como presidente do Conselho de Ministros o liberal Afonso Celso de Oliveira Figueiredo, **visconde de Ouro Preto**, com a função de empreender um amplo projeto de reformas políticas. Essas reformas, com clara inspiração no programa republicano, eram uma tentativa de salvar o regime monárquico, aliviando a pressão representada pelos republicanos. Incluíam a liberdade de culto, autonomia para as províncias, fim da vitaliciedade do Senado, ampliação do direito de voto e redução dos poderes do Conselho de Estado.

Esse projeto, entretanto, foi violentamente combatido por todos os lados. Os setores conservadores consideraram-no excessivamente radical, notadamente os senadores, desejosos de manter seus privilégios. Os republicanos, vendo no plano uma manobra para perpetuar a monarquia, acusavam-no de moderado. Assim, o projeto foi rejeitado pelo Legislativo, levando o imperador a usar o velho artifício do Poder Moderador e dissolver a Câmara, convocando novas eleições.

Ouro Preto também buscou reduzir a crescente mobilização do Exército, dissolvendo alguns batalhões mais ostensivamente opositores do regime e propondo a reorganização e fortalecimento do Guarda Nacional. Foi o suficiente para ampliar a insatisfação do Exército, da qual os republicanos se aproveitaram, disseminando o boato de que o governo preparava uma ampla ofensiva contra as lideranças do Exército, incluindo as prisões de Deodoro da Fonseca e do principal ideólogo da tropa, Benjamin Constant, cujas críticas ao regime e pregação da ideologia positivista faziam dele um dos principais líderes dos militares.

Na noite de 14 de novembro começou a rebelião. Guarnições do Exército do Rio de Janeiro mobilizaram-se e, na manhã seguinte, ocuparam o centro da cidade. As tropas, sob o comando de Deodoro da Fonseca, tomaram o palácio e depuseram o imperador. Nessa mesma tarde, a Câmara declarava a monarquia extinta, proclamando a República como nova forma de governo.

A queda da monarquia decorreu não de um simples golpe, mas do apodrecimento de suas instituições e da inadequação às transformações que o país conheceu a partir de 1850. Isolada, sem apoio dos setores emergentes, e perdendo sistematicamente a sustentação junto a setores que tradicionalmente sempre haviam estado ao seu lado, a estrutura monárquica lentamente ia-se esvaindo. Bastou uma passeata militar, sem qualquer resistência mais significativa, sem que um único destacamento da Guarda Nacional procurasse defendê-la, para que ela caísse definitivamente.



Fig. 12 Benedito Calixto. *Proclamação da República*, 1893.

Revisando

- 1 Quais características do regime parlamentarista brasileiro permitem que ele seja considerado como “às avessas”?

- 2 Que razões explicam a vinda de imigrantes para trabalhar nas fazendas de café do Oeste Paulista?

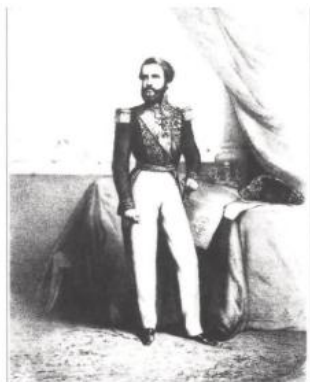
- 3 Que elementos possibilitaram uma tentativa de mudança na política externa brasileira em relação à Inglaterra durante as primeiras décadas do Segundo Reinado?

- 4 As razões que levaram à Guerra do Paraguai são usualmente vistas como fruto de uma fusão entre três elementos. Quais são eles?

- 5 Qual foi o papel do federativismo na propaganda republicana?

Exercícios propostos

1 Enem 2015



SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. (Adapt.)

Essas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um:

- A jovem imaturo que agiria de forma irresponsável.
- B imperador adulto que governaria segundo as leis.
- C líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.
- D soberano religioso que acataria a autoridade papal.
- E monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

- 2 No Segundo Reinado, o parlamentarismo não ofusca a importância do Poder Moderador, mas o sistema como um todo expressa a hegemonia dos grandes proprietários e o compromisso entre a centralização e o poder local, de modo que:
 - A os dois partidos – Conservador e o Liberal – dependiam estreitamente do Poder Moderador para implementarem seu projeto político centralizador.
 - B com o apogeu do Estado Imperial, foi possível reduzir a intervenção política do Poder Moderador, e assim abrir caminho à centralização administrativa.
 - C em oposição ao Primeiro Reinado, houve uma tendência para ampliar o poder em mãos dos chefes políticos locais – os coronéis – em ordem do fortalecimento da “Nação”.

- D esse regime parlamentar foi a forma encontrada para solucionar os conflitos entre o poder local e o central, garantindo-se, com a Guarda Nacional e o Senado vitalício, a autoridade provincial.
- E a vida política assegurava a livre participação de todos os cidadãos, através de eleições democráticas e diretas em todos os níveis.

3 O processo de centralização monárquica que ocorreu no Brasil, após 1840, acentuou-se através da:

- A promulgação do Ato Adicional à Constituição de 1824, que suprimia o Conselho de Estado, conservava o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado e criava Assembleias nas províncias.
- B criação da Guarda Nacional em 1931, constituída de milícias compostas por fazendeiros e seus subordinados, cujo objetivo era manter a ordem e reprimir a anarquia.
- C promulgação do Código de Processo Criminal que, além de reforçar e ampliar o poder do juiz de paz – que detinha funções policiais e judiciárias nos municípios –, aumentava a influência dos potentados locais.
- D aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional e da reforma do Código do Processo Criminal, que diminuía os poderes das Assembleias Provinciais e colocava a polícia judiciária sob o controle do Executivo Central.
- E dissolução da Regência Trina Permanente e a eleição do padre Antônio Diogo Feijó para a Regência Una, que propunha o fortalecimento do Executivo como forma de acabar com a anarquia nas províncias.

4 No século XIX, as décadas de 1850 e 1860 são consideradas como o período de apogeu da história do império. Assinale a opção que apresenta uma característica desse período.

- A A superação das rebeliões que marcaram o período anterior e a estabilidade política simbolizada pela Conciliação.
- B A consolidação política dos liberais, que amenizou a organização centralizada do Estado imperial.
- C O encaminhamento da Abolição, o qual favoreceu o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba.
- D A revogação da autonomia das províncias e a ocorrência de movimentos revolucionários no Norte e Nordeste.
- E O desenvolvimento material do período, a “Era Mauá”, que propiciou a consolidação do movimento republicano.

5 Uece 2017 Atente aos dois excertos a seguir que tratam da legislação eleitoral durante o período imperial no Brasil. O primeiro diz respeito às alterações promovidas no sistema eleitoral do Império pela Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846, e o segundo apresenta o artigo 2º do Decreto nº 2.675 de 20 de outubro de 1875, que reformava a legislação eleitoral:

De acordo com a legislação eleitoral do período, as faixas mínimas de rendas estabelecidas para participação no pleito eram as seguintes:

- a) 200\$000 para ser eleitor de primeiro grau;
- b) 400\$000 para ser eleitor de segundo grau, candidatar-se a Juiz de Paz e candidatar-se a vereador;
- c) 800\$000 para candidatar-se a deputado;
- d) 1.600\$000 para candidatar-se a senador.

Vanessa Silva de Faria. *Eleições no Império: considerações sobre representação política no segundo reinado*. On-line. XXVII Simpósio nacional ANPUH. Natal, 2013, p. 2.

Disponível em: <www.snh2013.anpuh.org/resources/.../1364925577_ARQUIVO_artigoanpuh2013.pdf>.

Art. 2º O Ministro do Imperio fixará o numero de eleitores de cada parochia sobre a base do recenseamento da população e na razão de um eleitor por 400 habitantes de qualquer sexo ou condição, com a unica excepção dos subditos de outros Estados. Havendo sobre o multiplo de 400 numero excedente de 200, accrescerá mais um eleitor.

Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacaooriginal-65281-pl.html>.

Com base nos textos anteriores, pode-se concluir acertadamente que durante o império:

- A havia limitações à participação popular no processo eleitoral.
- B havia uma representatividade muito maior do que a atual, pois um a cada quatrocentos habitantes podia votar como eleitor de primeira.
- C o sistema de colégio eleitoral fazia com que o eleitor de primeira pudesse escolher o chefe do executivo provincial e do executivo imperial.
- D apesar da limitação no número de eleitores, o acesso da população à candidatura era bem mais fácil.

6 No início do Segundo Reinado, apenas os partidos Liberal e Conservador figuravam na política brasileira, sendo chamados “farinha do mesmo saco”.

Sobre a expressão em destaque, é correto afirmar, **exceto**:

- A os dois partidos eram formados por grandes proprietários de terras e escravos.
- B os partidos não tinham diferenças ideológicas.
- C os dois partidos eram a favor da abolição da escravidão.
- D os dois partidos lutavam apenas pelo poder.
- E os dois participaram do poder no Segundo Reinado.

7 UEM 2019 Queremos Pedro II / Embora não tenha idade / A nação dispensa a lei / E viva a maioridade

SCHWARCZ, L. M. As barbas do imperador. In: FREITAS-NETO, J. A.; TASINAFIO, C. R. *História Geral e do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2011. p. 547.

Esse fragmento se refere ao golpe da maioria que levou à coroação de Pedro de Alcântara como sagrado imperador com o título de D. Pedro II. A respeito do Segundo Reinado, assinale o que for correto.

- 01 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado nesse período e recebeu apoio do próprio imperador D. Pedro II.

- 02 A Questão Christie, a Questão Platina e a Guerra do Paraguai foram conflitos internacionais que marcaram a política externa no Segundo Reinado.
- 04 O Parlamentarismo teve início no Segundo Reinado com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, quando houve a extinção do Poder Moderador.
- 08 Durante o governo de D. Pedro II dois partidos políticos alternaram-se no poder: o Partido Conservador, apelidado de “saquarema”, e o Partido Liberal, apelidado de “luzia”. Apesar de defenderem interesses distintos, esses partidos governaram juntos no período da conciliação. Em 1853, criou-se o chamado Ministério da Conciliação por iniciativa do marquês do Paraná, o mineiro Honório Carneiro Leão.
- 16 A Revolta Praieira, liderada por Pedro Ivo e Borges da Fonseca, propôs a extinção do Poder Moderador e o fim do voto censitário.

Soma:

- 8 Os partidos políticos do império – o Liberal e o Conservador – revezaram-se no poder ao longo do século XIX, proporcionando o aparecimento de lideranças políticas expressivas e de governos zelosos da coisa pública. É **incorreto** dizer que:
- A os partidos Liberal e Conservador começam a se formar no tempo das regências para se fortalecerem no fim da década de 1860.
- B Zacarias de Góis, José Bonifácio (o moço), Teófilo Otoni e Conselheiro Lafaiette foram renomados líderes do Partido Liberal no Império.
- C o Partido Conservador era dominado por elites políticas mais ligadas ao meio rural, enquanto o Partido Liberal se identificava mais com lideranças urbanas.
- D além do Partido Conservador e do Liberal, após 1860 começaram a entrar no cenário político o Partido Agrário e o Partido Socialista Republicano.

- 9 **USF 2017 (Adapt.)** Leia o excerto a respeito da política brasileira durante o Segundo Reinado.

Conservadores e liberais, apesar de lutarem intensamente pelo poder, representavam basicamente os mesmos interesses, ou seja, os interesses dos grandes proprietários rurais. A afirmação da época “nada mais parecido com um conservador do que um liberal no governo” tanto era verdadeira que, no início da segunda metade do século XIX, liberais e conservadores chegaram a participar do mesmo ministério. Durante quase todo o Segundo Reinado, predominou o regime parlamentarista.

Sobre a política do Segundo Reinado, assinale a alternativa correta.

- A O Brasil adotou o regime parlamentarista sob os moldes britânicos, extinguindo o Poder Moderador, valorizando, assim, as atividades do Poder Legislativo.
- B O Ministério da Conciliação foi formado por representantes dos partidos Restaurador e Farrroupilha,

constituindo uma ala progressista de apoio ao governo imperial.

- C O Exército brasileiro participou ativamente da política brasileira nesse período, defendendo desde o início do império ideias positivistas.
- D A Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, apresentava caráter republicano liberal, tendo influência das revoluções europeias de 1848.
- E Ao final do império, os partidos Republicano Paulista e o Republicano Mineiro promoveram um golpe de Estado que resultou no novo regime a partir de 1889.

- 10 A Revolução Praieira, como lembra o historiador Caio Prado Júnior, foi o último suspiro de vida do liberalismo radical no Brasil dos oitocentos, encerrando, portanto, a fase de intensa agitação social iniciada no Período Regencial. Desse momento até a década que antecede a República, o perfil político do Brasil caracterizou-se pelo(a):

- A revezamento político entre os restauradores e conservadores, que buscavam ajustar os interesses dos grandes proprietários rurais escravistas aos da monarquia.
- B revezamento político entre liberais e conservadores, que buscavam atenuar os conflitos e acentuar a reciprocidade de interesses entre o governo e os partidos.
- C constante conciliação entre o poder moderador e os conservadores, afastando o partido liberal, que pleiteava reformas econômico-sociais.
- D conciliação entre liberais e conservadores, que se alternavam no poder, como forma de afastar o governo monárquico das decisões políticas.
- E distensão entre os partidos Conservador e Liberal, pois o último passou a defender a extinção do poder moderador, da escravidão e da guarda nacional.

- 11 Sobre a sociedade brasileira no Segundo Império, é correto afirmar:

- A A divisão social existente não apontava uma oposição radical entre senhores e escravos, pois no Brasil sempre predominou a democracia racial e social.
- B A estrutura social era integrada, também, por setores intermediários, que se opunham radicalmente à organização social vigente.
- C A proibição do tráfico negreiro e a redução de escravos, em território brasileiro, acarretaram uma miscigenação e uma harmonia social e racial gradativa.
- D A elite brasileira, embora apresentasse certos aspectos civilizados e modernos, mantinha um comportamento extremamente conservador.
- E A europeização dos costumes e da cultura brasileira levou à aceitação pacífica da escravidão, elevando os setores intermediários da sociedade ao topo da pirâmide social.

12 Leia atentamente o texto abaixo.

[...] Sigamos os passos da política centralizadora e veremos que é a centralização das luzes o seu complemento. A interpretação do ato adicional roubou às províncias o melhor do seu poder, reconcentrando na Corte a maior parte das atribuições das assembleias. As reformas judiciárias avocaram para o mesmo centro a nomeação de quase todos os empregos judiciais. As províncias se acham pois já esgotadas de seus recursos; porque até se lhes tirou a administração da maior parte de seus rendimentos. Suas forças físicas, o recrutamento as tem extenuado. Que faltava pois tirar-lhes? A Instrução, o único apoio que lhes resta.

O Athleta, 16 set. 1843.

Com relação ao panorama histórico do Brasil Imperial as afirmativas abaixo são corretas, **exceto**:

- A o problema da centralização do poder foi um dos que mais gerou conflito ao longo do século XIX.
 - B movimentos de contestação armada tais como a Farroupilha, a Rebelião Praieira ou a Cabanagem tinham em comum, uns em maior, outros em menor grau, a crítica à centralização do poder.
 - C o federalismo, uma das principais bandeiras do movimento republicano, procurava, aparentemente, responder aos interesses mais especificamente locais das elites dominantes.
 - D alguns dos princípios jurídicos que permitiram o centralismo imperial foram criados já na Constituição de 1824 e mantidos mesmo após a abdicação de D. Pedro.
 - E durante o período imperial, não obstante a retórica ilustrada do imperador, os três poderes não eram independentes e harmônicos entre si.
- 13 Discuta, exemplificando, as dificuldades enfrentadas pela monarquia nas décadas de 1830 e 1840, para a manutenção da unidade territorial brasileira.

- 14 Em 1848, Pernambuco viveu um processo revolucionário que “representou a máxima expressão das possibilidades de consciência e organização política das massas populares, no período de formação do Estado nacional”.

Antonio Mendes Jr.; Luís Roncari; Ricardo Maranhão.
Brasil História, v. 2. (Império).

Identifique o movimento descrito acima e comente o contexto socioeconômico no qual ocorreu.

- 15 Se o despotismo atrever-se
A sair do seu covil
Ferro e fogo encontrará
Nos valentes cinco mil

Os versos anteriores foram extraídos de um dos Hinos dos Praieiros, dos revoltosos pernambucanos, que questionaram elementos do Segundo Reinado no Brasil. A respeito desse movimento podemos afirmar que:

- I. expressa o descontentamento popular em relação à forma como se organizava a economia da

- província: latifúndios concentrados nas mãos de poucos e comércio monopolizado por estrangeiros.
- II. pode ser relacionado à mudança de orientação na política do império que, em 1848, instituiu um governo conservador, visto nos versos dos liberais radicais, como *despótico*.
- III. sofreu influências das Revoluções Liberais europeias de 1848 e do pensamento socialista utópico, tendo, no entanto, resguardado suas críticas à sociedade e à permanência do trabalho escravo.
- IV. situa-se enquanto marco divisor entre um período “despótico” e um período onde os liberais radicais assumiram o controle político do Império.

Assinale:

- A se somente a afirmativa I está correta.
- B se somente a afirmativa II está correta.
- C se somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- D se somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- E se somente a afirmativa IV está correta.

- 16 IFSC 2016 Em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido definitivamente. Sobre a importação de escravos e sua proibição, assinale a alternativa correta.

- A A Lei Eusébio de Queiroz foi uma resposta à pressão estrangeira, principalmente exercida pela França sobre o Brasil, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- B O fim do tráfico de escravos baseou-se em mais uma lei sem aplicação no Brasil, pois quando ela foi promulgada, já não existia mais escravidão no país.
- C O fim do tráfico foi resultado dos crescentes movimentos armados empreendidos pelos escravos brasileiros.
- D A proibição do tráfico de escravos para o Brasil não surtiu efeito, pois o trabalho realizado por eles já não era economicamente relevante.
- E A Lei Eusébio de Queiroz levou ao aumento do comércio interno e do preço dos escravos entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

- 17 Colégio Naval 2017 Leia a frase a seguir.

Nada se assemelha mais a um “saquarema” do que um “luzia” no poder.

Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863), político do Império do Brasil.

“Saquarema” e “Luzia” eram os apelidos dados aos membros dos partidos Conservador e Liberal, respectivamente. De acordo com o sistema político vigente no Brasil Império, é correto afirmar que o relato do então senador Holanda Cavalcanti evidencia:

- A a presença de ideais políticos de igualdade e liberdade nos dois grupos que lutavam juntos pela implantação do socialismo no Brasil nos mesmos moldes de países europeus, como a França, a Inglaterra e a Alemanha.

- B o empenho dos políticos em buscar atender os interesses de seus eleitores, não importando serem classificados como pertencentes ao grupo dos “Saquarema” ou ao grupo dos “Luzias”, desde que seus projetos de lei fossem aprovados.
- C que os dois principais grupos políticos do Brasil Império não chegavam a representar interesses ou projetos políticos, pois aceitavam e defendiam a manutenção da escravidão e do monopólio da terra, discordando apenas na questão da centralização, ou não, do poder.
- D a incapacidade dos revolucionários “Luzias” em implantar medidas políticas, como voto universal e secreto, durante sua participação no poder no lugar dos conservadores “Saquaremas” que, por sua vez, desejaram a manutenção do voto censitário.
- E o revezamento dos partidos Liberal e Conservador no poder foi devido a um acordo entre as oligarquias cafeeiras das províncias de Minas Gerais e São Paulo, que ficou conhecido como política dos governadores ou política do café com leite.

18 Uece 2019 Durante o segundo reinado, havia, no Brasil, cerca de 20 mil pessoas que podiam ser eleitores e escolher deputados e senadores (0,4% da população), eles eram homens, católicos e com renda anual superior a 200 mil-réis. Havia ainda no Brasil 2,2 milhões de mulheres livres, 1,8 milhão de homens livres pobres, algo em torno de 1,7 milhão de escravos e escravas e outro grande número de pessoas sem acesso ao voto (praças, estrangeiros, religiosos em regime de clausura, mendigos e não católicos em geral).

Fonte: Brasil 500 anos. IstoÉ, p. 72. Estabilização no Império.

Considerando esse aspecto da política brasileira, durante o império, explícito nos dados citados, é correto afirmar que:

- A havia uma representação proporcional dos variados grupos sociais na política e no poder durante a monarquia no Brasil, daí poder-se dizer que se tratava de um sistema democrático.
- B se estabelecia uma participação política de caráter censitário, ou seja, usava-se um critério, o do rendimento anual, para restringir o direito a votar e a ser votado.
- C apenas o homem, com qualquer renda, poderia ser candidato nas eleições durante a monarquia; a exclusão das mulheres era fator comum a todas as nações do mundo.
- D a restrição do direito ao voto aos estrangeiros, praças, mendigos e analfabetos que havia no império tem sido mantida até hoje no Brasil.

19 UPF 2017 A partir da década de 1840, o café se consolidou como o principal produto de exportação do Brasil. Em função da cafeicultura, criou-se toda uma rede de infraestrutura, com aparelhamento dos portos, melhoria dos transportes, instituição de novos mecanismos de crédito e estímulo à vinda de imigrantes europeus para diversificação da mão de obra.

A cafeicultura definiu o deslocamento do polo econômico do país para as zonas:

- A Recôncavo Baiano e Chapada Diamantina.
- B Grão-Pará e Costa do Sauípe.
- C Vale do Paraíba e Oeste Paulista.
- D Sertão pernambucano e Triângulo mineiro.
- E Vale do Itajaí e Oeste Catarinense.

20 Unesp 2016 Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado, tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias ou como escravos.

Thomas Davatz. *Memórias de um colono no Brasil* (1850), 1941.

O texto aponta problemas enfrentados por imigrantes europeus que vieram ao Brasil para:

- A trabalhar nas primeiras fábricas, implantadas na região Sudeste do país, para reduzir a dependência brasileira de manufaturados ingleses.
- B substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café e cana-de-açúcar, após a decretação do fim da escravidão pela Lei Áurea.
- C trabalhar no sistema de parceria, estando submetidos ao poder político e econômico de fazendeiros habituados à exploração da mão de obra escrava.
- D substituir a mão de obra indígena na agricultura e na pecuária, pois os nativos eram refratários aos trabalhos que exigiam sua sedentarização.
- E trabalhar no sistema de colonato, durante o período da grande imigração, e se estabeleceram nas fazendas de café do Vale do Paraíba e litoral do Rio de Janeiro.

21 UFJF 2018 Observe os documentos abaixo:

Documento 1

O fotógrafo português Cristiano Junior retratou os tipos de trabalhadores característicos das ruas da Corte do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX.



Diversos tipos de trabalhadores das ruas. Fotografia Cristiano Junior, Museu Histórico Nacional.

Documento 2

Em 18 de janeiro de 1858, a Câmara Municipal de Três Pontas enviava o seguinte ofício ao Presidente da Província de Minas Gerais:

A falta de braços ocasionada pela morte dos escravos tem também influenciado consideravelmente para a diminuição

da produção porque o agricultor não acha meios de os substituir em razão de o pequeno número de trabalhadores livres que existe neste município achar um salário maior do que aquele que razoavelmente se pode pagar para cultivar a terra, na condução de gado, porcos e tropas para o mercado da Corte [...]

Adaptado de: Martins, Marcos Lobato. O debate sobre trabalho escravo, abolicionismo e trabalho livre no Sul de Minas (décadas de 1870- 1880), Revista Esboços, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 208-235, dez. 2012, p. 215. (Adapt.)

Utilizando as informações presentes nos documentos acima, e seus conhecimentos sobre a sociedade e o mundo do trabalho no Brasil do Segundo Reinado, assinale a alternativa correta.

- A Os melhores salários eram pagos para os que atuavam no trabalho agrícola das cidades para as áreas rurais.
- B Na maioria das cidades brasileiras do século XIX conviviam trabalhadores livres e escravos, que podiam exercer atividades distintas.
- C As mulheres negras, escravas ou não, eram proibidas de exercer ofícios fora das casas.
- D A mão de obra assalariada só pode ser adotada no Brasil após a abolição da escravidão.
- E O trabalho de crianças, fossem elas livres ou escravas, era proibido por lei e regulamentado pelo Estado.

- 22** Gradativamente, a produção [de café] concentrada no Vale do Paraíba entrou em decadência. Antes da Proclamação da República, o chamado Oeste Paulista superava a região do vale como grande centro produtor.

Boris Fausto. *Pequenos ensaios de História da República, 1889/1945.*

O deslocamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista deveu-se, entre outros fatores:

- A ao desenvolvimento pouco adequado do sistema de transportes.
- B à excepcional expansão do mercado interno no Oeste Paulista.
- C à presença da pequena propriedade como célula básica da agroexportação.
- D à inexistência de mão de obra escrava no Oeste Paulista.
- E às condições geográficas do Oeste Paulista, superiores às do Vale do Paraíba.

- 23** Na historiografia referente ao binômio abolicionismo-imigrantismo, a noção que assume o Oeste Paulista é de importância capital. A designação de Oeste, quando se trata dessa etapa histórica da cafeicultura, tem como referência notória o Vale do Paraíba.

Paula Beiguelman. *A crise do escravismo e a grande imigração.*

O texto acima refere-se à/ao:

- A questão da mão de obra na cafeicultura.
- B queda do regime monárquico.
- C oposição casa-grande e senzala.
- D êxodo de nordestinos em direção aos grandes centros urbanos.
- E queda da produção cafeeira em consequência da Crise de 1929.

- 24** “O Brasil é o café e o café é o Vale”, essa era uma frase corriqueira no Brasil de meados do século XIX. O que levou à formulação dessa frase foi:

- A O crescimento da produção de café no Vale do São Francisco, o que fez com que o Brasil se tornasse o maior produtor mundial do produto.
- B O incremento da produção cafeeira no Vale do Ribeira em São Paulo, o que alavancou a província e sua elite ao primeiro plano de importância no período em questão.
- C A grande produção cafeeira no Vale do Paraíba, que levou à supremacia dos “barões do café” no período.
- D A supremacia da oligarquia mineira na produção cafeeira no século XIX, notadamente a do Vale do Paraíba.
- E O aumento da produção cafeeira no Oeste Paulista, o que levou o segmento oligárquico paulista a controlar a política imperial.

- 25** Leia o texto e responda.

A economia brasileira prosperou durante toda a segunda metade do século XIX. Esse desenvolvimento deveu-se, principalmente, ao progresso continuado da cafeicultura [...]. Diante dos problemas criados pela expansão econômica, sobressai a escassez do fator mão de obra. O estancamento do tráfico de africanos, a taxa negativa de crescimento vegetativo da população escrava e o referido desenvolvimento econômico traduzem-se numa efetiva fome de braços.

Octávio Ianni. *História Geral da Civilização Brasileira.*

- a) Como se pode explicar a limitação do crescimento vegetativo da população negra escravizada?
- b) Quais foram as soluções práticas adotadas pelos cafeicultores para contornar a falta crescente de mão de obra?

- 26 Enem 2017** Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp. 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de:

- A reforma agrária.
- B expansão mercantil.
- C concentração fundiária.
- D desruralização da elite.
- E mecanização da produção.

- 27** Reunir capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável.

Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá.

Resposta:

- a) A qual comércio ilícito Irineu Evangelista de Souza (Barão e Visconde de Mauá) faz referência?
- b) O referido comércio foi revogado através de que lei?
- c) Em sua opinião, essa é a única explicação para o impulso de desenvolvimento econômico no Segundo Reinado?

28 Não obstante, o processo de industrialização foi imensamente influenciado pela onda de imigração europeia. Em contraste com a força de trabalho nativa, os imigrantes haviam sido, amiúde, habitantes de cidades ou tinham, pelo menos, experiência de trabalho assalariado e eram sensíveis aos seus incentivos.

Warren Dean. "A industrialização durante a república velha". In: Sérgio Buarque de Holanda; Boris Fausto. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. [s.n.t.].

Caracterize, de maneira sumária, a importância da imigração europeia e do trabalho assalariado para o desenvolvimento industrial do Brasil.

29 Durante o império, a economia brasileira foi marcada por sensível dependência em relação à Inglaterra e a outros países europeus. Essa situação foi alterada em 1844 com:

- A a substituição do livre-cambismo por medidas protecionistas, através da Tarifa Alves Branco.
- B a criação da presidência do Conselho de Ministros, que fortaleceu a aristocracia rural.
- C a aprovação da Maioridade, que intensificou as relações econômicas com os Estados Unidos.
- D a eliminação do tráfico de escravos e a consequente liberação de capitais para novos investimentos.
- E o estabelecimento do Convênio de Taubaté com a intervenção do Estado na economia.

30 Enem 2015

Estimativa do número de escravos africanos desembarcados no Brasil entre os anos de 1846 a 1852

Ano	Número de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64.262
1847	75.893
1848	76.338
1849	70.827
1850	37.672
1851	7.058
1852	1.234

Disponível em: <www.slavevoyages.org>. Acesso em: 24 fev. 2012. (Adapt.)

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queiróz que, em 1850:

- A aboliu a escravidão no território brasileiro.
- B definiu o tráfico de escravos como pirataria.
- C elevou as taxas para importação de escravos.
- D libertou os escravos com mais de 60 anos.
- E garantiu o direito de alforria aos escravos.

31 A adoção do sistema de parceira, como alternativa para o suprimento de mão de obra livre na lavoura cafeeira, representou experiência:

- A única para o acesso legal à propriedade da terra.
- B ensaiada pelo governo federal apesar da forte oposição oferecida pelo governador Nicolau Vergueiro.
- C que dispensava acordo contratual.
- D que se revelou prejudicial aos imigrantes, conforme relato elaborado por um colono europeu.
- E que não implicava no reembolso de despesas e endividamento prolongado.

32 UEPG 2019 Entre 1822 e 1889, o Brasil viveu sua fase monárquica. Nesse período, o país foi governado por dois imperadores – D. Pedro I e D. Pedro II – e também viveu uma experiência regencial. Esse momento marca, para a história brasileira, o nascimento de uma estrutura de Estado e também de sentimento nacional. A respeito desse período histórico, assinale o que for correto.

- 01 Longo e desgastante conflito bélico, a Guerra do Paraguai colocou o Brasil na condição de adversário dos três países com quem fazia fronteira em sua região sul: o Paraguai, o Uruguai e a Argentina.
- 02 A "Noite das Garrafadas" foi um episódio que teve como palco a cidade do Rio de Janeiro e colocou frente a frente grupos que apoiavam Pedro I e outros que pediam maior liberdade para a imprensa e para a participação na vida política nacional.
- 04 A Lei Eusébio de Queiróz, assinada no reinado de Pedro II, proibiu o tráfico de africanos escravizados para o Brasil e, na medida em que barrou a substituição do braço escravo no país, teve papel fundamental para o final do sistema escravocrata em 1888.
- 08 A partir da década de 1870, dois movimentos ganharam força na sociedade brasileira e foram decisivos para a queda do imperador Pedro II: o abolicionismo e o republicanismo.
- 16 A Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia, foi protagonizada por negros islamizados, isto é, que professavam a religião muçulmana. A Revolta teve como uma de suas motivações principais a discriminação religiosa que sofriam em solo brasileiro.

Soma:

33 Unesp 2016 O fato de ser a única monarquia na América levou os governantes do Império a apontarem o Brasil como um solitário no continente, cercado de potenciais inimigos. Temia-se o surgimento de uma grande república liderada por Buenos Aires, que poderia vir a ser um centro de atração sobre o problemático Rio Grande do Sul e o isolado Mato Grosso. Para o Império, a melhor garantia

de que a Argentina não se tornaria uma ameaça concreta estava no fato de Paraguai e Uruguai serem países independentes, com governos livres da influência argentina.

Francisco Doratioto. *A Guerra do Paraguai*, 1991.

Segundo o texto, uma das preocupações da política externa brasileira para a região do Rio da Prata, durante o Segundo Reinado, era:

- A estimular a participação militar da Argentina na Tríplice Aliança.
- B limitar a influência argentina e preservar a divisão política na área.
- C facilitar a penetração e a influência política britânicas na área.
- D impedir a autonomia política e o desenvolvimento econômico do Paraguai.
- E integrar a economia brasileira às economias paraguaia e uruguaia.

34 As relações brasileiras e argentinas entraram em crise devido ao(à):

- A reação do governo imperial ao projeto de incorporação do Uruguai à Confederação Argentina.
- B intervenção rosista, apoiando o republicanismo e o separatismo dos farroupilhas.
- C reconhecimento da independência do Paraguai pelo Brasil.
- D série de conflitos fronteiriços provocados pelos oribistas, aliados de Rosas.
- E todas as respostas combinadas.

35 Embora a chamada Questão Christie tenha surgido em função de incidentes secundários, seu fundamento mais profundo deve ser estudado na pretensão inglesa de:

- A extinguir o tráfico clandestino de escravizados para o Brasil.
- B tentar restaurar o “juiz conservador da nação inglesa”, no Brasil.
- C obter maiores regalias para o exercício da pregação por missionários evangélicos.
- D obter um tratado de comércio com tarifas preferenciais.
- E tutelar a política brasileira no Rio de Janeiro.

36 Sobre a Questão Christie, é válido afirmar que:

- A os choques entre Brasil e Inglaterra culminaram com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.
- B o responsável pela referida questão foi o próprio imperador, o qual mandou prender toda a tripulação do barco inglês “Príncipe de Gales”, depois de ter ordenado o seu saque.
- C a Questão Christie não tem relação com a Tarifa Alves Branco ou “Bill Aberdeen”.
- D apesar dos esforços do habilidoso embaixador William D. Christie, o Brasil optou pelo rompimento diplomático com a Inglaterra.
- E a partir da Questão Christie com a Inglaterra, o Brasil procurou aproximar-se dos Estados Unidos.

37 Antes da guerra com o Brasil, o Paraguai tinha uma economia estável, com estradas de ferro, siderurgia e grande número de indústrias. A balança comercial era favorável e não havia analfabetismo infantil no país.

- a) Compare as situações socioeconômicas do Paraguai e do Brasil, em meados do século XIX.
- b) Nesse contexto, explique por que a Inglaterra financiou a guerra que levou à destruição do Paraguai.

38 Unesp 2017 Art. 3º O governo paraguaio se reconhece obrigado à celebração do Tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio de 1865, entendendo-se estabelecido desde já que a navegação do Alto Paraná e do Rio Paraguai nas águas territoriais da república deste nome fica franqueada aos navios de guerra e mercantes das nações aliadas, livres de todo e qualquer ônus, e sem que se possa impedir ou estorvar-se de nenhum modo a liberdade dessa navegação comum.

“Acordo Preliminar de Paz Celebrado entre Brasil, Argentina e Uruguai com o Paraguai (20 junho 1870)”. In: Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.). *Textos políticos da história do Brasil*, 2002. (Adapt.)

O tratado de paz imposto pelos países vencedores da guerra contra o Paraguai deixa transparente um dos motivos da participação do Estado brasileiro no conflito:

- A o domínio de jazidas de ouro e prata descobertas nas províncias centrais.
- B o esforço em manter os acordos comerciais celebrados pelas metrópoles ibéricas.
- C a garantia de livre trânsito nas vias de acesso a províncias do interior do país.
- D o projeto governamental de proteger a nação com fronteiras naturais.
- E o monopólio governamental do transporte de mercadorias a longa distância.

39 Após a Guerra do Paraguai, os temas mais polêmicos debatidos no parlamento brasileiro eram a(s):

- A abolição da escravidão e a nova estratégia militar para a ocupação do Paraguai e Uruguai.
- B abolição da escravidão e a legitimidade do poder absoluto do imperador.
- C Lei do Ventre Livre e o novo liberalismo econômico.
- D abolição do tráfico negreiro e a propaganda republicana.
- E Leis do Sexagenário e do 13 de maio e o positivismo.

40 IFSul 2016 A Guerra do Paraguai teve seu início no ano de 1864, a partir da ambição do ditador Francisco Solano Lopes, que tinha como objetivo aumentar o território paraguaio e obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do Prata.

Uma das consequências dessa guerra foi que:

- A acarretou para o Brasil uma redução considerável em sua dívida externa, bem como uma crescente influência política e social do Exército na política vigente.

- B ocorreu a união entre Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia, para combater as tropas de Solano Lopes e acabar com seu sonho de chegar ao Oceano Atlântico através da Bacia do Prata.
- C estimou-se uma pequena perda de soldados paraguaios e as importações chegavam ao dobro das exportações no final da guerra.
- D acarretou a destruição para a indústria paraguaia, que ficou arrasada após a guerra.

41 Considere os itens a seguir.

- I. [...] contribuem em grande parte para trazer à tona as contradições próprias do Império Brasileiro: a escravidão que até então se mantinha como sua sólida base...
- II. foi o primeiro momento de afirmação do Brasil como nação soberana e não mais como um território com autoridade do tipo colonial...
- III. [...] ao se fortalecer, o Exército, que então superou a tradicional Guarda Nacional – braço armado das oligarquias rurais – tomou consciência do seu poder, recusando as lideranças civis que ocupavam as pastas militares...
- IV. [...] reintegrou o Brasil nos quadros do comércio internacional graças à eliminação da concorrência dos países da região do Prata...

Identificam as consequências da Guerra do Paraguai para o Brasil:

- A I e II.
- B I e IV.
- C I, II e III.
- D II, III e IV.
- E todas.

42 Que elementos explicam as constantes intervenções do Brasil sobre o Uruguai e a Argentina durante o Segundo Reinado?

43 **IFBA 2016** Neste país, que se presume constitucional e onde só deverão ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei, e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. (Trecho do Manifesto Republicano, publicado no Jornal A República, do Rio de Janeiro, em dezembro de 1870.)

Disponível em: <www.historiamais.com/manifesto.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

A crítica apresentada pelo Manifesto Republicano de 1870 pode ser associada:

- A ao despotismo de D. Pedro II, no desrespeito à Constituição Imperial.
- B aos amplos e ilimitados poderes garantidos ao imperador pelo Poder Moderador.
- C à irresponsabilidade de D. Pedro II no trato com o dinheiro e com as finanças públicas.
- D ao estado de corrupção e fraudes que envolvia D. Pedro II e grande parte de seus assessores.

E aos prejuízos econômicos do país nas negociações que D. Pedro II realizou com a Inglaterra.

44 Leia o texto com atenção:

Estou incumbido de expressar a Vossa Majestade Imperial o pesar com que Sua Majestade a Rainha viu as circunstâncias que acompanharam a suspensão das relações de amizade entre as Cortes do Brasil e da Grã Bretanha, e de declarar que o Governo de Sua Majestade nega, da maneira mais solene, qualquer intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil; e que Sua Majestade aceita completamente e sem reserva a decisão de Sua Majestade o rei dos belgas; e será feliz em nomear um ministro para o Brasil.

O trecho acima reflete uma situação que ocorreu no Brasil na época imperial. Identifique-a, entre as opções abaixo.

- A o pedido de desculpas do governo inglês após o rompimento de relações provocado pela Questão Christie.
- B o pedido de desculpas do governo inglês relativamente ao afundamento do navio *Wales*, por ocasião da Guerra do Paraguai.
- C o adendo secreto dos Tratados de 1810, que garantiam à Inglaterra concessões tarifárias nos portos brasileiros.
- D o preâmbulo do Tratado da Tríplice Aliança, pelo qual a Inglaterra se comprometia a financiar os aliados contra o Paraguai.
- E o pedido de desculpas da Inglaterra por não poder reconhecer a independência brasileira em virtude de suas boas relações com Portugal.

45 O Paraguai, há mais de 100 anos, era uma exceção na América Latina. Seu nacionalismo desagradava à Inglaterra. Assinale a alternativa correta.

- A a guerra contra a nação paraguaia acarretou para o Brasil uma redução considerável em sua dívida externa, bem como uma crescente influência política e social do Exército.
- B para combater as tropas do país guarani, o Brasil se uniu à Argentina, Uruguai e Bolívia.
- C no início da segunda metade do século passado as importações paraguaias chegavam ao dobro de suas exportações.
- D o Paraguai perdeu em combate, na guerra contra o Brasil e seus aliados, apenas uma pequena parcela do total de seus soldados.
- E desde o final da primeira metade do século passado o Paraguai já havia erradicado o analfabetismo e desenvolvia uma vasta indústria artesanal.

46 **UFRGS 2019 (Adapt.)** Observe a tabela a seguir, que apresenta o número de africanos escravizados que desembarcaram no Brasil, após a independência, e considere o texto do historiador Sidney Chalhoub.

- C devido a sua indolência e a incapacidade física, o índio brasileiro não se adaptou ao trabalho escravo.
- D a utilização de ferramentas e máquinas foi muito restrita na sociedade escravista; com isso, o escravo negro foi o elemento principal de toda a atividade produtiva colonial.
- E a abolição da escravidão, em 1888, deve-se principalmente à resistência dos escravos nos quilombos e às ideias abolicionistas dos setores mercantis.

50 Considere os itens a seguir.

- I. Abolição do tráfico como golpe à hegemonia dos “senhores de engenho” e dos “barões do café”.
- II. Apoio da pequena burguesia urbana à escravidão e à monarquia.
- III. Término da Guerra do Paraguai e a ampliação e reorganização do Exército.
- IV. Aliança entre a monarquia e a Igreja.
- V. Oposição dos cafeicultores paulistas ao centralismo e a defesa do federalismo.

O período compreendido entre 1870 e 1889 assinala, no Brasil, o “declínio” do império. Os fatores, entre outros, responsáveis por esse declínio podem ser identificados em apenas:

- A I, II e IV.
- B I, III e IV.
- C I, III e V.
- D II, III e V.
- E II, IV e V.

51 O descontentamento do Exército, que culminou na Questão Militar no final do império, pode ser atribuído:

- A às pressões exercidas pela igreja junto aos militares para abolir a monarquia.
- B à propaganda do militarismo sul-americano na imprensa brasileira.
- C às tendências ultrademocráticas das Forças Armadas, que desejavam conceder maior participação política aos analfabetos.
- D à ambição de iniciar um programa de expansão imperialista na América Latina.
- E à predominância do poder civil que não prestigiava os militares e lhes proibia o debate político pela imprensa.

52 Quintino Bocaiuva, pouco antes da Proclamação da República, disse:

Sem a força armada ao nosso lado, qualquer agitação de rua seria não só um ato de loucura... mas principalmente uma derrota de rua antecipada.

A propósito da participação dos militares na Proclamação da República, pode-se afirmar que:

- A o republicanismo era um movimento uniforme, articulado em torno de proposições como a de uma aliança sólida e permanente com os militares.
- B Silva Jardim e Benjamim Constant eram partidários de uma revolução popular, apoiada pelos militares, visando universalizar a cidadania.

- C a pluralidade de propostas políticas e sociais existente se traduzia em divergências variadas, como o papel dos militares na eclosão do movimento.
- D revela o desinteresse de todas as lideranças do exército com relação à questão da cidadania, da adesão popular e da participação democrática.
- E o republicanismo brasileiro foi inspirado pelos Estados Unidos, pois militares estadunidenses desempenharam um papel preponderante na criação do Regime Republicano.

53 Sobre o contexto responsável pela Proclamação da República, não se inclui:

- A a insatisfação dos setores escravocratas com o governo monárquico após a Lei Áurea.
- B a ascensão do Exército após a Guerra do Paraguai, passando a exigir um papel na vida política do país.
- C a perda do prestígio do governo imperial junto ao clero, após a questão religiosa.
- D a oposição de grupos médios urbanos e fazendeiros do Oeste Paulista, defensores de maior autonomia administrativa.
- E o alto grau de consciência e participação de massas urbanas em todo o processo de Proclamação da República.

54 Considere os seguintes itens.

- I. Decadência da aristocracia tradicional.
- II. Aspirações das diferentes camadas sociais que exigiam mudanças significativas.
- III. Instituição do padroado e do beneplácito, que agradou os diversos setores do clero.
- IV. Falta de consciência política do Exército que se transformou em aliado do imperador.
- V. Aparecimento de uma aristocracia cafeeira mais dinâmica, moderna, rica e poderosa.

A crise do Império se deve a uma série de fatores que, interagindo, levaram à mudança do regime. Assinale a alternativa que reúne corretamente esses fatores.

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, III e V.
- D II, III e V.
- E II, IV e V.

55 UPF 2016 Convencidos de que a escravidão estava destinada a desaparecer, da mesma maneira que os americanos da época estavam convencidos da inevitabilidade da democracia (uma convicção nunca compartilhada pelos brasileiros), os latifundiários brasileiros decidiram preparar-se para o inevitável.

DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 245.5

Assinale a alternativa que apresenta corretamente elementos relativos à conjuntura de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

- A Os fazendeiros ofereceram aos escravos leis sociais que os beneficiavam, tais como a lei do Ventre Livre e dos Sexagenários.
- B O governo imperial propôs indenizar todos os fazendeiros que perderiam seus escravos com a abolição.

- C O movimento abolicionista foi o principal fator na libertação dos escravos das fazendas.
- D A contratação de imigrantes chineses foi a opção mais rentável e os chineses adaptaram-se muito bem aos trópicos.
- E A vinda dos imigrantes europeus substituiu, ao menos momentaneamente, o braço escravo no trabalho nas fazendas de café.

56 A República do Paraguai se defendia heroicamente contra as agressões do Império do Brasil. [...] Para todas as nações, o heroísmo da resistência de tão pequena república contra aliados tão poderosos excitava a simpatia que sempre há pelo fraco [...].

Domingo Faustino Sarmiento. *Questões americanas*. [s.l.]: Ática, [s.d.], p. 124 (Grandes Cientistas Sociais).

- a) Como Sarmiento representa nesse texto o conflito entre o Brasil e o Paraguai?
- b) De que modo essa representação de Sarmiento ilustra o conflito político ideológico no Brasil após a Guerra do Paraguai?
- c) Por que a Guerra do Paraguai contribuiu para o movimento abolicionista no Brasil?

57 Fatec 2017 Observe a imagem.



Disponível em: <<http://tinyurl.com/z96ytss>> Acesso em: 14 fev. 2017.

A charge faz referência ao cenário político brasileiro do fim do Segundo Reinado. O movimento republicano ganhara fôlego a partir da década de 1870 e a pressão sobre D. Pedro II se intensificou na década seguinte.

Sobre o contexto político que culminou na Proclamação da República no Brasil, é correto afirmar que:

- A a República foi proclamada por representantes das classes populares, insatisfeitas com as condições de vida oferecidas pelo Império.
- B a abolição da escravidão aumentou a popularidade da monarquia, que tornou-se mais forte, adiando por meio século o projeto republicano.

- C a Princesa Isabel, opositora do Imperador e defensora da igualdade jurídica entre brancos e negros, foi uma das principais partidárias da República.
- D os comandantes das Forças Armadas, prestigiados após a vitória na Guerra do Paraguai, defenderam a monarquia em troca de melhores postos e salários.
- E o movimento republicano se transformou em uma força política decisiva quando a monarquia perdeu o apoio dos cafeicultores, da Igreja Católica e dos militares.

58 Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constituiu uma medida de caráter mais político que econômico.

Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*.

Interprete o texto acima, começando pela análise dos interesses divergentes escravista/antiescravista.

59 Mackenzie 2017 Em uma perspectiva de longo prazo, tem-se a alternativa republicana conectada ao processo de transformação estrutural da sociedade brasileira. Mais precisamente, o sentido histórico de seu surgimento, implantação e consolidação afirmou-se no período que se pode balizar pelos anos 1850 e 1900.

Renato Lemos. "A alternativa republicana e o fim da monarquia". In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Império: volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 405.

Considere o período mencionado e assinale a alternativa que contenha, respectivamente, elementos sociais, culturais e econômicos que contribuíram para a crise da monarquia e para o golpe que resultou na implantação da República no Brasil.

- A Surgimento do operariado organizado e que passou a exigir melhorias trabalhistas; difusão dos ideais socialistas entre trabalhadores urbanos; início do processo de industrialização do país, consolidado apenas na Era Vargas.
- B Promulgação da Lei de Terras, consolidando uma política de acesso à terra por imigrantes recém-chegados; difusão da filosofia positivista em setores do Exército; crescimento da produção cafeeira do Oeste Paulista.
- C Promulgação da Lei Áurea, consolidando o trabalho livre e assalariado no país; difusão dos ideais liberais e positivistas, entre setores do alto escalão do Exército; início de uma série de modernizações, conhecidas como "Era Mauá".
- D Migrações internas e imigração europeia, em virtude da extinção do tráfico de escravos; difusão, entre diversos segmentos sociais, do liberalismo e do cientificismo; crescimento da produção cafeeira do Oeste Paulista.
- E Crescimento do abolicionismo, em função da grande participação de negros na Guerra do Paraguai; difusão dos ideais positivistas e cientificistas no conjunto da sociedade; início da implantação de indústrias e modernizações no país.

60 A ideologia republicana ganhou forças a partir de 1870, porque o desenvolvimento das relações de produção capitalista em andamento no Brasil exigia mudanças que o Império não podia realizar. Todavia, o movimento republicano não foi homogêneo; ele congregou diferentes segmentos sociais que, defendendo interesses específicos, opunham-se à continuidade do Império e ao atraso por ele representado. Entre esses segmentos sociais não se encontrava:

- A o operariado representado por líderes sindicais e políticos, que viam na consolidação da república a possibilidade de fortalecimento da sua organização.
- B parte da oficialidade do Exército, ligada à ideologia passivista e que propunha a consolidação de uma república autoritária.
- C a burguesia industrial, ligada à produção ainda incipiente de bens de consumo e interessada em garantir mais industrialização.
- D a burguesia cafeeira do Oeste Paulista, interessada em promover a descentralização política como forma de garantir a ampliação do seu poder.
- E a classe média dos centros urbanos, representadas por ideólogos liberais, defensores de um sistema federativo nos moldes da Constituição norte-americana.

61 Leia atentamente o texto abaixo.

O último decênio do Império é de completa decomposição. Arrastado, a despeito de si próprio, ia cedendo em doses homeopáticas; mas com isso desgostava gregos e troianos: uns porque fazia de menos, outros, porque fazia demais. A Abolição, afinal decretada em 1888, em nada contribuiu para reforçar as instituições vacilantes: confiança perdida dificilmente se recupera, e por isso serviu a Abolição apenas para alienar do trono as últimas simpatias com que ainda contava. Quando Ouro Preto pensou recuperar o Império com seu amplo programa de reformas, era tarde: ele já agonizava. Uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro...

C. Prado Jr. *Evolução política do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 90.

No texto anterior, o autor procura definir a situação do regime monárquico brasileiro às vésperas de sua queda. Com base no texto e em seus conhecimentos, estabeleça uma análise demonstrando de que forma as transformações econômicas e sociais que o Brasil conheceu ao longo do Segundo Reinado contribuíram para a desagregação do regime monárquico e demonstre por que o autor afirma que a abolição da escravidão foi decisiva para essa queda.

Textos complementares

I. A Lei do Ventre Livre

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º – Os filhos de mulher escrava que nascerem no império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1º – Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei [...]

§ 6º – Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

Art. 2º – O governo poderá entregar a associações, por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do Art. 1º – § 6º.

[...]

Art. 6º – Serão declarados libertos:

§ 1º – Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente.

§ 2º – Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§ 3º – Os escravos das heranças vagas.

§ 4º – Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§ 5º – Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob a inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço.

[...]

Art. 10º – Ficam revogadas as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 28 de setembro de 1871, 50º da Independência e do império – Princesa Imperial Regente – Teodoro Machado Freire Pereira da Silva.

II. Lei Áurea

Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

Declara extinta a escravidão no Brasil.

A princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Majestade o imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do império que a Assembleia Geral Decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º – É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

§ 67º – da Independência e do império.

a) Princesa Imperial Regente

Rodrigo A. da Silva

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral que Houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara. Para Vossa Alteza Imperial ver.

III. O Manifesto Republicano

Aos nossos concidadãos

É a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração, ou revogação da carta outorgada em 1824, está por ela mesma prevista e autorizada, é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferíveis direitos da nação.

Só a opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós.

Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecer.

Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas no regime das ficções e da corrupção, em que vivemos, discutir é o nosso dever.

As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria.

A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma obra de patriotismo, e não de exclusivismo, e aceitando a comparticipação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses ilegítimos.

[...]

Processo histórico

Para bem apreciar as causas que hão concorrido para o relaxamento moral que se observa, e conhecer-se até que ponto a ideia do direito foi desnaturada e pervertida, é necessário remontar à origem histórica da fundação do império.

Iniciado o pensamento da emancipação do Brasil, o despotismo colonial procurou desde logo surpreender, em uma emboscada política, a revolução que surgia no horizonte da opinião. Disfarçar a forma, mantendo a realidade do sistema que se procurava abolir, tal foi o intuito da monarquia portuguesa. Para isso bastou-lhe uma ficção – substituir a pessoa, mantendo a mesma autoridade a quem faltava a legitimidade e o direito.

Nos espíritos a independência estava feita pela influência das ideias revolucionárias do tempo e pela tradição ensanguentada dos primeiros mártires brasileiros. Nos interesses e nas relações econômicas, na legislação e na administração, estava ela também feita pela influência dos acontecimentos que forçaram a abertura dos nossos portos ao comércio dos pavilhões estrangeiros e a desligação dos funcionários aqui estabelecidos.

A democracia pura, que procurava estabelecer-se em toda a plenitude de seus princípios, em toda santidade de suas doutrinas, sentiu-se atraída pelo consórcio falaz da realeza aventureira. Se ela triunfasse, como deveria ter acontecido, resguardando ao mesmo tempo as garantias do presente e as aspirações do futuro, ficaria quebrada a perpetuidade da herança que o rei de Portugal queria garantir à sua dinastia.

Entre a sorte do povo e a sorte da família, foram os interesses dinásticos os que sobrepujaram os interesses do Brasil. O rei de Portugal, arreceando-se da soberania democrática, qualificando-a de invasora e aventureira, deu-se pressa em lecionar o filho na teoria da traição.

O voto do povo foi dispensado. A forma da aclamação fictícia preteriu a sanção da soberania nacional, e a graça de Deus, impiamente aliada à vontade astuciosa do rei, impôs com o império o imperador que o devia substituir.

O artifício era grosseiro. Cumpria disfarçado. A unânime aclamação dos povos carecia da corroboração nacional: a voz de uma constituinte era reclamada pela opinião. A realza improvisada sentia a necessidade de legitimar a sua usurpação. A constituinte foi convocada.

A missão dessa primeira assembleia nacional era árdua e solene. Assomando no horizonte político, tinha mais que uma nação para constituir, tinha um réu para julgar. A luta pronunciou-se, porque era inevitável. O intuito da realza sentiu-se burlado: o que ela pretendia era um ato de subserviência. A atitude da assembleia foi para ela uma surpresa.

Preexistindo a opinião e havendo-se constituído sem dependência do voto popular, não lhe convinha mais do que a muda sanção da sua usurpação; e nunca a livre manifestação da vontade do país.

A constituinte foi dissolvida à mão armada, os representantes do povo dispersos, proscritos e encarcerados.

A espada vitoriosa da tirania cortou assim violentamente o único laço que a podia prender a existência nacional e envenenou a única fonte que lhe podia prestar o batismo da legitimidade.

À consciência dos réprobos chega também a iluminação do remorso: o próprio receio, se nem sempre traz o arrependimento, presta ao menos a intuição do perigo. Cumpre iludir a opinião, indignada e dolorosamente surpreendida. As ideias democráticas tinham já então bastante força para que fossem desdenhosamente preteridas. A dissimulação podia, até certo ponto, suavizar a rudeza do golpe. A força armada, já destra nas manobras do despotismo, tranquilizava o ânimo do monarca quanto à veemência das paixões que pudessem prorromper. A carta constitucional foi outorgada. E para que ainda um simulacro de opinião lhe emprestasse a força moral de que carecia, foram os agentes do despotismo os próprios encarregados do impô-la a soberania nacional, sob a forma do juramento político.

Tal é a lei que se diz fundamental. Com ela firmou-se o império. Mescla informe de princípios heterogêneos e de poderes que todos se anulam diante da única vontade que sobre todos impera, é ela a base da monarquia temperada que, pela graça de Deus, nos coube em sorte.

Há 48 anos que o grande crime foi cometido; e dessa data em diante, de que se pode contar a hégira da liberdade entre nós, começou também esse trabalho longo e doloroso que tem exaurido as forças nacionais no empenho infrutuoso de conciliar os elementos contraditórios e inconciliáveis sobre que repousa toda a nossa organização artificial.

A revolução de 7 de abril, que pôs termo ao primeiro reinado, pela nobreza de seus intuitos, pela consciência dos males sofridos, pela experiência dos desastres, que anularam, no exterior, o prestígio da nossa pátria e, no interior, todas as garantias civis e políticas do cidadão, estava destinada a resgatar a liberdade, a desafrontar a democracia ultrajada e a repor sobre os seus fundamentos naturais o edifício constitucional.

A legislação do período da regência, apesar de haver sido truncada, desnaturada ou revogada, atesta ao mesmo tempo a elevação do pensamento democrático e o seu ardente zelo pela consolidação das liberdades públicas. Enquanto fora da influência da realza, os governos se inspiram na fonte da soberania nacional, os interesses da pátria e os direitos do cidadão parecem achar melhor garantia e resguardo.

Cidadãos eminentes, nobilíssimos caracteres, almas robustas e sinceramente devotadas a causa do país, empregaram durante esse período grandes, nobres, mas infrutíferos esforços. Se o sistema contivesse em si a força, que só a verdade empresta, se a vontade dos homens pudesse ser eficaz contra a influência dos princípios falsos, a causa do país houvera sido salva.

A ineficácia da revolução comprova-se pelo vício orgânico das instituições, deficientes para garantir a democracia e unicamente eficazes para perpetuar o prestígio e a força do poder absoluto.

A demonstração, oferece-a a própria reação efetuada em 1837 em diante.

A conspiração da maioria coincide com a obra da reação: procurou-se apagar da legislação até os últimos vestígios do elemento democrático que tentara expandir-se. A lei de 3 de dezembro de 1841, que confiscou praticamente a liberdade individual, é o corolário da lei da interpretação do ato adicional, a qual sequestrou a liberdade política, destruindo por um ato ordinário a deliberação do único poder constituinte que tem existido no Brasil.

Assim, pois, anulada a soberania nacional, sofismadas as gloriosas conquistas que pretenderam a revolução da independência de 1822 e a revolução da democracia em 1831, o mecanismo social e político, sem o eixo sobre que devia girar – isto é, a vontade do povo, ficou girando em torno de um outro eixo – a vontade de um homem.

A liberdade aparente e o despotismo real, a forma dissimulando a substância, tais são os característicos da nossa organização constitucional.

O primeiro, como o segundo reinado, são por isso semelhantes.

O sofisma em ação

O último presidente do conselho de ministros do ex-imperador dos franceses, em carta aos seus eleitores, deixou escapar a seguinte sentença: – A perpetuidade do soberano, embora unida à responsabilidade, é uma coisa absurda –, mas a perpetuidade unida à irresponsabilidade é uma coisa monstruosa.

Nessa sentença se resume o processo do nosso sistema de governo.

Por ato próprio, o fundador do império e chefe da dinastia reinante, consagrou-se inviolável, sagrado e irresponsável. A infalibilidade de arbítrio pessoal substituiu assim a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro.

Que outras condições, em diverso regime, constituem o absolutismo?

Quando não fossem bastantes estes atributos de supremacia, as faculdades de que se acha investido soberano pela carta outorgada em 1824, bastavam para invalidar as prerrogativas aparentes com que essa carta simulou garantir as liberdades públicas.

O poder intruso que se constituiu chave do sistema, regulador dos outros poderes, ponderador do equilíbrio constitucional, evocou a si e concentrou em suas mãos toda a ação, toda a preponderância. Nenhuma só das pretendidas garantias democráticas se encontra sem o corretivo ou a contradição que a desvirtua e nulifica.

Temos representação nacional?

Seria esta a primeira condição de um país constitucional representativo. Uma questão preliminar responde à interrogação. Não há nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre, onde a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública.

Militarizada a nação, arregimentada ela no funcionalismo dependente, na guarda nacional pela ação do recrutamento ou pela ação da polícia, é ilusória a soberania, que só pôde revelar-se sob a condição de ir sempre de acordo com a vontade do poder.

Ainda quando não prevalecessem essas condições, ainda quando se presumisse a independência e a liberdade na escolha dos mandatários do povo, ainda quando ao lado do poder que impõe pela força não existisse o poder que corrompe pelo favoritismo, bastava a existência do poder moderador, com as faculdades que lhe dá a carta, com o veto secundado pela dissolução, para danificar de fato o elemento democrático.

Uma câmara de deputados demissível à vontade do soberano, e um senado vitalício à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país. A liberdade de consciência nulificada por uma igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva – a liberdade da imprensa subordinada a jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, a disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do *habeas-corpus* pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo.

Um poder soberano, privativo, perpétuo e irresponsável forma, o poder executivo, escolhendo os ministros, o poder legislativo, escolhendo os Senadores e designando os deputados, e o poder judiciário, nomeando os magistrados, removendo-os, aposentando-os.

Tal é, em essência, o mecanismo político da carta de 1824, tais são os sofismas por meio dos quais o imperador reina, governa e administra.

Deste modo qual é a delegação nacional? que poder a representa? como pode ser a lei a representação da vontade do povo? como podem coexistir como poder absoluto, que tudo domina, os poderes independentes de que falava a carta?

A realidade é que, se em relação à doutrina, as contradições sufocam o direito, em relação à prática, só o poder pessoal impera sem contestação nem corretivo.

Consenso unânime

A democracia, acusa-na de intolerante, irritável, exagerada e pessimista. Suspeita aos olhos da soberania, que pretende ser divina, os seus conceitos são inquinados de malevolência e prevenção. É justo em tão melindrosa questão buscar em fontes insuspeitas as sentenças que apoiam as nossas convicções.

Para corroborá-la temos o juízo severo de homens eminentes do país, de todas as crenças e matizes políticos.

Nenhum estadista, nenhum cidadão que tenha estudado os negócios públicos, deixa de compartilhar conosco a convicção que manifestamos sobre a influência perniciosa do poder pessoal.

Todos somos concordes em reconhecer a lamentar a prestação moral a que nos arrastou o absolutismo praticado sob as vestes do liberalismo aparente.

[...]

A federação

No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Enquanto colônia, nenhum receio salteava o ânimo da monarquia portuguesa por assim repartir o poder que delegava aos vassallos diletos ou preferidos. Longe disso, era esse o meio de manter, com a metrópole, a unidade severa do mando absoluto.

As rivalidades e os conflitos que rebentavam entre os diferentes delegados do poder central, enfraquecendo-os e impedindo a solidariedade moral quanto às ideias e a solidariedade administrativa quanto aos interesses e às forças disseminadas; eram outras tantas garantias de permanência e solidez para o princípio centralizador e despótico. A eficácia do método havia já sido comprovada, por ocasião do movimento revolucionário de 1787 denominado – a Inconfidência.

Nenhum interesse, portanto, tinha a monarquia portuguesa quando homiziou-se no Brasil, para repudiar o sistema que lhe garantira, com a estrangulação dos patriotas revolucionários, a perpetuidade do seu domínio nesta parte da América. A divisão política e administrativa permaneceu, portanto, a mesma na essência apesar da transferência de sede monárquica para as plagas brasileiras.

A independência proclamada oficialmente em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial.

A ideia democrática representada pela primeira constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da assembleia nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o *statu quo* da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias a Corte, a sede do único poder soberano que sobreviveu a ruína da democracia.

A revolução de 7 de abril de 1881, trazendo à superfície as ideias e as aspirações sufocadas pela reação monárquica, deu novamente azo ao princípio federativo para manifestar-se e expandir-se.

A autonomia das províncias, a sua desvinculação da Corte, a livre escolha dos seus administradores, as suas garantias legislativas por meio das assembleias provinciais, o alargamento da esfera das municipalidades, essa representação resumida da família política, a livre gerência dos seus negócios, em todas as relações morais e econômicas, tais foram as condições características desse período de reorganização social, claramente formuladas ou esboçadas nos projetos e nas leis que formaram o assunto das deliberações do governo e das assembleias desse tempo.

A reação democrática não armou somente os espíritos para essa luta grandiosa.

A convicção de alguns e o desencanto de muitos, fazendo fermentar o levedo dos ódios legados pela monarquia que se desnacionalizara, a ação irritante do partido restaurador desafiando a cólera dos oprimidos da véspera, armou também o braço de muitos cidadãos e a revolução armada pronunciou-se em vários pontos de país sob a bandeira das franquezas provinciais.

Desde 1824 até 1848, desde a federação do Equador até a revolução de Pernambuco, pode-se dizer que a corrente elétrica que perpassou pelas províncias, abalando o organismo social, partiu de um só foco – o sentimento da independência local, a ideia da federação, o pensamento da autonomia provincial.

A obra da reação monárquica triunfando em todos os combates, pôde até hoje, a favor do instinto pacífico dos cidadãos, adormecer o elemento democrático, embalando-o sempre com a esperança do seu próximo resgate.

Mas ainda quando, por sinais tão evidentes, não se houvesse já demonstrado a exigência das províncias quanto a esse interesse superior, a ordem de coisas que prepondera não pôde deixar de provocar o estigma de todos os patriotas sinceros. A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos o arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande astro da Corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si – na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa.

O ato adicional interpretado, a lei de 3 de dezembro, o conselho de Estado, criando, com o regime da tutela severa, a instância superior e os instrumentos independentes que tendem a cercar ou anular as deliberações dos parlamentos provinciais, apesar de truncados; a dependência administrativa em que foram colocadas as províncias, até para os atos mais triviais; o abuso do efetivo sequestro dos saltos dos orçamentos provinciais para as despesas e para as obras peculiares do município neutro; a restrição imposta ao desenvolvimento dos legítimos interesses das províncias pela uniformidade obrigada, que forma o tipo da nossa absurda administração centralizadora, tudo está demonstrando que posição precária ocupa o interesse propriamente nacional confrontado com o interesse monárquico que é, de si mesmo, a origem e a força da centralização.

Tais condições, como a história o demonstra e o exemplo dos nossos dias está patenteando, são as mais próprias para, com a enervação interna, expor a pátria às eventualidades e aos perigos da usurpação e da conquista.

O nosso estado é, em miniatura, o Estado da França de Napoleão III. O desmantelamento daquele país que o mundo está presenciando com assombro não tem outra origem, não tem outra causa explicativa.

E a própria guerra exterior que tivemos de manter por espaço de seis anos, deixou ver, com a ocupação de Mato Grosso e a invasão do Rio Grande do Sul, quanto é impotente e desastroso o regime de centralização para salvaguardar a honra e a integridade nacional.

A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adaptamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: – Centralização-Desmembramento. Descentralização-Unidade.

[...]

Em conclusão

Expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito e a opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento.

Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada; – a convocação de uma assembleia constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime, é necessidade cardeal.

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social.

Negá-las absolutamente, fora uma obra ímpia porque se provocaria a resistência.

Aprazá-las indefinidamente, fora um artifício grosseiro e perigoso.

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, onde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

IV. A Proclamação da República

Concidadãos!

O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo.

Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir com a ordem pública a liberdade e o direito do cidadão.

Para comporem este Governo, enquanto a Nação Soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder a escolha do Governo definitivo, foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo os cidadãos abaixo assinados.

Concidadãos!

O Governo Provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o Governo da paz, da fraternidade e da ordem.

No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido, para a defesa da integridade da Pátria e da ordem pública, o Governo Provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do Governo proclamada pelo Povo, pelo Exército e pela Armada Nacional.

Concidadãos!

As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.

Fica, porém, abolida, desde já a vitaliciedade do Senado e bem assim o Conselho do Estado.

Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

Concidadãos!

O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório.

Aristides da Silveira Lôbo, Ministro do Interior.

Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro da Guerra.

Chefe de Esquadra Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha.

Quintino Bocaiuva, Ministro das Relações Exteriores e Interinamente da Agricultura, Comércio de Obras Públicas.

Resumindo

Há uma diferenciação entre dois momentos do Segundo Reinado. O primeiro período, que pode ser considerado quase que como de euforia, é o que se estende do Golpe da Maioridade, em 1840, até o final da Guerra do Paraguai. Ao longo dessas três décadas, o país viveu um período de pacificação política (salvo os anos de 1842 e 1848, nos quais ocorreram, respectivamente, as revoltas liberais e a Revolução Praieira), contando ainda com o fim de revoltas que remontavam ao Período Regencial, como a Farroupilha. Mais do que isso, a restauração da monarquia, após os anos de instabilidade da Regência, acomodou as disputas partidárias sob o manto do imperador e do Poder Moderador; tranquilidade política que foi também possibilitada pelo crescimento econômico trazido pelo café e pela modernização do período.

Há, portanto, uma evidente vinculação entre a tranquilidade política e o crescimento econômico, elementos determinantes dessas três décadas e que são características marcantes dessa primeira fase do Segundo Reinado.

Entretanto, o segundo momento desse governo apontou para caminhos bem diferentes. A crise que se abriu com o final da Guerra do Paraguai evidenciou as contradições cada vez maiores de um regime que já não se ajustava às transformações conhecidas pelo país. O declínio da escravidão, a ascensão de novos setores econômicos importantes, o crescimento mesmo que incipiente da urbanização e da indústria e o fim da prosperidade econômica foram elementos que mostravam de forma cada vez mais clara a superação da velha estrutura monárquica, ainda baseada nos pressupostos coloniais marcados pela escravidão, o latifúndio e a dependência externa.

O movimento republicano e o fim da ordem monárquica foram frutos exatamente dessa incapacidade do regime de absorver as transformações sociais e econômicas vividas pelo país.

Quer saber mais?



Livros

- **CARVALHO, José Murilo de.** *Dom Pedro II: ser ou não ser.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- **SCHWARCZ, Lília Moritz.** *As barbas do imperador.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



Filme

- **Mauá – o Imperador e o Rei.** Direção: Sergio Rezende, 1999. Duração: 132 min. Classificação indicativa: livre.

Exercícios complementares

1 UFMS 2020 Assinale a alternativa correta sobre o processo de industrialização no Brasil.

- A A industrialização do Brasil ocorreu imediatamente após o final da Guerra do Paraguai, pois uma das restrições impostas ao Paraguai derrotado era o pagamento da dívida de guerra e a transferência de seu pátio industrial para Uruguai, Argentina e Brasil, vitoriosos no conflito platino do século XIX.
- B Apesar de pouco explorado pela historiografia brasileira, o processo de industrialização do Brasil ocorreu ainda durante o período colonial no momento em que os holandeses administravam a lavoura açucareira e, conseqüentemente, transferiram para o Nordeste os insumos para o processamento da cana em açúcar e álcool para posteriormente serem comercializados na Europa.
- C A borracha foi o principal elemento que impulsionou a industrialização no Brasil, já que a exploração do látex na Amazônia e sua exportação para a indústria automotiva norte-americana fizeram surgir a Zona Franca de Manaus, com destaque na produção industrial ainda no início do século XX.
- D Os primeiros investimentos consideráveis no processo de industrialização do Brasil ocorreram por conta dos lucros obtidos por meio da lavoura cafeeira, já que a elite cafeicultora nacional promoveu a reaplicação dos recursos obtidos no próprio país.
- E Foram a mineração e a exploração de ouro e de diamante que chamaram a atenção da Inglaterra e promoveram o investimento estrangeiro da indústria de bens duráveis no Brasil, ainda no final do século XVIII, mas que pela escassez do ouro (chamado ouro de aluvião) teve duração efêmera e pausou este processo, sendo ele retomado somente no século XX.

2 Uerj Observe a charge a seguir.



O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país!

Joaquim de Nabuco. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. (Adapt.)

A caricatura de um jornal de época e o trecho do discurso do senador do Império Nabuco de Araújo retratam as práticas políticas vigentes no Império do Brasil, ao longo do Segundo Reinado.

Considerando os dados apresentados, cite uma diferença entre o parlamentarismo vigente no Império do Brasil a partir de 1847 e o parlamentarismo praticado na Inglaterra nessa época.

3 UFRGS 2020 Com relação às dimensões políticas, econômicas e sociais da escravidão, na formação do Estado brasileiro no século XIX, considere as seguintes afirmações.

- I. A proibição do tráfico de africanos, colocada em prática em 1850, ocasionou um aumento do fluxo interno de escravizados, oriundos da região norte, para atender a demanda de mão de obra nas lavouras cafeeiras do sudeste.
- II. As ameaças internacionais de grupos e entidades abolicionistas motivaram esforços de defesa do regime escravista, articulando interesses comuns de setores da elite brasileira com comerciantes da América hispânica e dos Estados Unidos.
- III. A dinâmica do mercado externo e o desenvolvimento do capitalismo industrial tornaram consensual, na elite política imperial, o apoio ao fim da escravidão, aproximando Luzias e Saquaremas, durante a chamada “grande conciliação”, ocorrida no Segundo Reinado.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E I, II e III.

4 Unifesp [...] dê o governo a essas duas classes [ligadas ao grande comércio e à grande agricultura] toda a consideração, vincule-as por todos os modos à ordem estabelecida, identifique-as com as instituições do país, e o futuro estará em máxima parte consolidado.

Justiniano José da Rocha, 1843.

A frase expressa, no contexto da época, uma posição política:

- A liberal.
- B republicana.
- C conservadora.
- D reacionária.
- E democrática.

A FALA DO TRONO



Pedro Américo, 1873.

BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

(Guerra do Paraguai)



Victor Meirelles, 1872.

A pintura histórica alcançou no século XIX importante lugar no projeto político do Segundo Reinado. Esse gênero artístico mantinha intenso diálogo com a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por meio da pintura histórica, forjou-se um passado épico e monumental, em que toda a população pudesse se sentir representada nos eventos gloriosos da história nacional. O trabalho de Araújo Porto-Alegre como crítico de arte e diretor da Academia Imperial de Belas Artes possibilitou a visibilidade da pintura histórica com seus pintores oficiais, Pedro Américo e Victor Meirelles.

Isis Pimentel de Castro. Adaptado de *periodicos.ufsc.br*.

Considerando as imagens das telas e as informações do texto, as pinturas históricas para o governo do Segundo Reinado tinham a função essencial de:

- A consolidar o poder militar
- B difundir o pensamento liberal
- C garantir a pluralidade política
- D fortalecer a identidade nacional

6 UFU Leia o fragmento a seguir.

Está sagrado o muito alto e muito poderoso Príncipe o Senhor D. Pedro II por graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, imperador Constitucional e defensor Perpétuo do Brasil. – Viva o imperador!

“Coroação de D. Pedro II”. *Jornal do Comércio*. [s.l.], 20 jul. 1841. In: Paulo Bonavides; Roberto Atila Amaral Vieira (Org.). *Textos políticos da história do Brasil: independência – império*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, [s.d.], p. 322.

Utilizando elementos do texto apresentado, responda: Como é possível explicar a adoção, no texto, das expressões “por graça de Deus” e “unânime aclamação dos povos”, referentes à chegada de D. Pedro II ao poder, e das expressões “Imperador Constitucional” e “defensor perpétuo do Brasil” como atributos deste governante?

7 Uerj Leia o trecho abaixo, extraído das memórias do barão e visconde de Mauá.

Era já então, como é hoje ainda, minha opinião que o Brasil precisava de alguma indústria [...] para que o mecanismo de sua vida econômica possa funcionar com vantagem; e a indústria que manipula o ferro, sendo a mãe das outras, me parecia o alicerce dessa aspiração.

Mary del Priore. *Documentos de História do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997. (Adapt.)

Considerando as ações empreendidas por Mauá, tanto no setor industrial quanto no setor de serviços, exemplifique:

- a) duas condições econômicas que possibilitaram essas ações.
- b) duas melhorias urbanas introduzidas na Era Mauá.

8 Unesp 2012 No século XIX a música brasileira teve sua maior expressão na obra de Antonio Carlos Gomes, aclamado uma personalidade musical da Corte de D. Pedro II. A estreia de sua ópera “O Guarani”, em 1870, nos teatros de Milão e do Rio de Janeiro, trouxe-lhe reconhecimento internacional. A ópera inspira-se no romance indianista *O Guarani*, de José de Alencar, publicado em 1857, que narra um triângulo amoroso entre a jovem Cecília, o índio Peri e o português D. Álvaro.

Coleção Folha grandes óperas. Carlos Gomes, vol. 07, 2011. (Adapt.)

Assinale a alternativa que se refere corretamente a fatos ocorridos na história do Brasil no período que se estende de 1850 a 1870.

- A A colonização do Brasil ultrapassou os limites geográficos da linha de Tordesilhas, provocando conflitos permanentes entre as metrópoles portuguesa e espanhola.
- B A incorporação do território do Acre pelo Estado brasileiro promoveu um desenvolvimento econômico na região da bacia do Rio Amazonas.
- C O fim do tráfico de escravos da África para o Brasil aumentou o investimento de capital inglês que serviu para fomentar a modernização e o crescimento urbano do Rio de Janeiro.

- D Com a proibição do tráfico de escravos, o governo imperial adotou uma série de medidas para facilitar o acesso da população brasileira à propriedade da terra.
- E Em São Paulo, a produção do café continuou restrita à faixa litorânea e ao vale do rio Paraíba, regiões favorecidas pela fertilidade da terra roxa.

9 Unifesp Na Bélgica haviam impresso e exposto à venda um folheto em flamengo, com tradução francesa, no qual se prometia aos trabalhadores o salário de seis a quinze francos diários. O folheto pareceu-me um chamariz para aliciar gente para o Brasil. Chegaram ao Rio vários navios com esses iludidos.

Robert Avé-Lallement. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, 1858*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

O relato mostra o incentivo à imigração europeia para o Brasil na metade do século XIX. Explique:

- a) por que o autor considera os imigrantes “iludidos”, explorando a semelhança com a experiência de alemães e suíços que vieram ao Brasil na década anterior.
- b) a importância e o significado da mão de obra imigrante no Brasil da metade do século XIX.

10 FGV Pouco a pouco, [os cafeicultores] se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabelecem nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. Suas atividades de comerciantes não se conciliavam com uma ausência prolongada dos centros de negócios cafeeiros.

Sérgio Silva. “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil”. In: Rubim Santos Leão de Aquino et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. [s.n.t.].

Considerando a estrutura econômica brasileira no século XIX e os dados presentes no texto, é correto afirmar que:

- A enquanto os produtores de açúcar do nordeste detinham o controle sobre todas as etapas da produção – do plantio da cana até a comercialização com grandes negociantes estrangeiros – os cafeicultores especializaram-se apenas na produção, obtendo com isso grandes lucros.
- B a alta produtividade – com o decorrente lucro maior do que o obtido pelo açúcar e tabaco – dos cafeicultores paulistas e fluminenses foi resultado da opção de utilizar-se prioritariamente a mão de obra livre e assalariada desde 1850, quando se efetivou o fim do tráfico negreiro para o Brasil.
- C os cafeicultores eram mais do que simples produtores de café, pois também atuavam em outras áreas econômicas, como a que comercializava o café, o que permitia uma maior circulação interna do capital e uma maior concentração dos lucros nas mãos desses produtores.
- D a expansão cafeeira, assim como toda a estrutura econômica do Segundo Reinado, seguiu a lógica que estava presente na organização da economia colonial, pois essa atividade não incorporou os avanços

tecnológicos oferecidos pela chamada Segunda Revolução Industrial.

- E a Lei Eusébio de Queirós e a lei de Terras, ambas de 1850, foram decisivas para o avanço da produção cafeeira no vale do Paraíba e no Oeste Paulista, pois incentivaram a entrada de imigrantes nessas regiões e democratizaram o acesso à propriedade fundiária de pequeno e médio porte.

11 UEPG 2018 Especialmente ao longo do segundo reinado (1840-1889), o Brasil viveu um momento de chegada de grandes levas de imigrantes europeus. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 A imigração italiana, a mais numerosa recebida pelo estado de São Paulo, não se expandiu pelo sul do Brasil.
- 02 Nicolau Campos Vergueiro, fazendeiro e político imperial, foi um dos precursores no emprego de imigrantes europeus em suas terras.
- 04 A presença de imigrantes europeus no sul do Brasil se deu, em grande parte, pela formação de colônias, muitas das quais mantêm suas raízes até os dias atuais.
- 08 A substituição do trabalho escravo nas fazendas de café se configurou em uma das principais razões para a vinda de imigrantes europeus ao Brasil.

Soma:

12 UFG O fim do tráfico de escravos (1850) exigiu uma política de substituição da mão de obra, cujo debate demonstrou grande preocupação em definir um tipo racial para o brasileiro. A percepção da raça como elemento determinante na formação de uma nação era aceita como verdade comprovada pela ciência. Com base nessas considerações, explique o posicionamento do Estado e das elites brasileiras no que se refere ao papel da política imigratória, nesse período.

13 PUC-Minas São mudanças significativas que ocorreram no Império Brasileiro a partir dos meados do século XIX, exceto:

- A incentivo à imigração europeia, com a supressão do trabalho escravo, através do sistema de parceria introduzido na lavoura cafeeira do Vale do Paraíba pelo Senador Vergueiro.
- B surto de desenvolvimento industrial sob o patrocínio do Barão de Mauá, garantindo a liberação de capitais ingleses, após a extinção do tráfico negreiro.
- C impulso às atividades urbanas em curso no país, propiciado pela decretação da tarifa protecionista Alves Branco, possibilitando o aumento das rendas governamentais.
- D disponibilidade de capitais, antes empregados no tráfico de escravos africanos que, após o decreto da Lei Eusébio de Queirós, foram canalizados para a modernização do país.

- 14 UEL** Os estrangeiros que chegavam ao Rio de Janeiro ou outras cidades costeiras ficavam espantados com os milhares de negros que viam carregando água, mercadorias e produtos, transportando seus senhores e senhoras em liteiras ou redes pelas ruas da cidade, ou vendendo uma grande variedade de produtos. Os proprietários de escravos exigiam seu trabalho, serviço e obediência totalmente amparados por uma complexa estrutura legal, pelo costume oficializado e pela doutrina da Igreja católica.

Robert Edgar Conrad. *Os Tumbeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7-8.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a escravidão no Brasil, considere as afirmativas a seguir.

- I. O fluxo crescente do tráfico de escravos da África para o Brasil, até a primeira metade do século XIX, indica que a elite fundiária se negava a optar pelo sistema de trabalho livre.
- II. As mortes frequentes de escravos, por fugas, doenças, maus tratos, entre outros, reduziram a mão de obra disponível e inviabilizaram o lucro proveniente do tráfico.
- III. O discurso liberal de franceses e anglo-americanos demonstrava forte oposição à ideia de posse de seres humanos por outros da mesma espécie.
- IV. Os proprietários de escravos brasileiros, durante a primeira metade do século XIX, concebiam a escravidão como um direito concedido pelo imperador e por Deus, defendendo-o como um privilégio natural.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

- 15 Unesp 2019** É particularmente no Oeste da província de São Paulo – o Oeste de 1840, não o de 1940 – que os cafezais adquirem seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais no modelo clássico da lavoura canavieira e do “engenho” de açúcar. A silhueta antiga do senhor de engenho perde aqui alguns dos seus traços característicos, desprendendo-se mais da terra e da tradição – da rotina rural. A terra de lavoura deixa então de ser o seu pequeno mundo para se tornar unicamente seu meio de vida, sua fonte de renda [...].

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, 1987.

O “caráter próprio” das fazendas de café do Oeste paulista de 1840 pode ser explicado, em parte, pelo:

- A menor isolamento dessas fazendas em relação aos meios urbanos.
- B emprego exclusivo de mão de obra imigrante e assalariada.
- C desaparecimento das práticas de mandonismo local.
- D maior volume de produção de mantimentos nessas fazendas.
- E esforço de produzir prioritariamente para o mercado interno.

- 16 UPE 2018** Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil viveu um período extremamente turbulento em sua História. Novos ideais emergiam diante de uma estrutura política, que não atendia aos interesses de um grupo, a nova burguesia urbana, que ascendia no cenário político da época, buscando representação e participação na vida política brasileira. Contudo, não encontravam espaço no sistema, que vigorava até então. A base de sustentação do Império – a monarquia monocultora e escravista – via-se, então, em processo de desestruturação, sendo alvo de pesadas críticas.

CARVALHO, Mariana Nunes de. *Intelectuais, imprensa e a contestação ao regime monárquico*. Disponível em: <www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212976674_ARQUIVO_MARIANA-ANPUH-2008.pdf>.

Esse momento relatado propiciou várias contestações do sistema político brasileiro, as quais tinham entre suas bandeiras:

- A o fim da monarquia e a abolição da escravidão.
- B a instituição do trabalho compulsório e da República.
- C o início da industrialização e a ampliação da escravidão.
- D o apoio à política migratória e a defesa do sistema parlamentar.
- E a reforma no modelo político e a demarcação das terras indígenas.

- 17 UEL** A Guerra iniciada em 1865 interessava, por diferentes motivos, a todos os Estados envolvidos. Os governantes desses Estados, com base em informações parciais ou falsas do contexto platino, anteviram um conflito rápido, cujos objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. [...] Dos erros de análise dos governantes envolvidos o de maior consequência foi o de Solano López, pois seu país viu-se materialmente arrasado no final da Guerra.

Francisco Doratioto. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 71-2.

Com base no texto acima e nos conhecimentos sobre a Guerra do Paraguai, considere as seguintes afirmativas.

- I. Solano López levou o Paraguai à guerra com o apoio da Argentina e Uruguai, o que lhe permitiu concretizar suas ambições de livrar a Região do Prata do domínio do Império brasileiro.
- II. Além dos problemas de fronteira e navegação, o Império brasileiro temia que os conflitos na Região do Prata alimentassem os sentimentos gaúchos de autonomia, anteriormente explicitados na Guerra dos Farrapos.
- III. Problemas internos na Argentina e no Uruguai, onde havia forte oposição aos poderes centrais, levaram seus governos a estabelecerem alianças com o Brasil, para deter a ameaça paraguaia e defender as respectivas integridades nacionais.
- IV. Terminada a guerra, de curta duração, como previram os governantes dos Estados envolvidos, o saldo foi positivo para todos e garantiu ao Paraguai a independência econômica.
- V. Um episódio como a Guerra do Paraguai, muitas vezes analisado através da personalidade de Solano López ou da influência britânica no continente, também deve ser interpretado historicamente em face dos interesses e estratégias dos países envolvidos.

Assinale a alternativa correta.

- A Apenas as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- B Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- C Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- D Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- E Apenas as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.

18 PUC-RS Responder à questão com base nas afirmativas a seguir, sobre o período em que ocorreu a Guerra do Paraguai (1864-1870).

- I. O Paraguai desenvolveu uma política econômica nacionalista e estatizante, voltada para o mercado interno e baseada no fortalecimento da agricultura, desenvolvida em pequenas e médias propriedades; na criação de fazendas estatais e fundições; e na construção de ferrovias e estaleiros.
- II. O Paraguai apresentava problemas para o desenvolvimento do comércio exterior, por não ter acesso ao mar, dependendo, assim, do Rio Paraná e do Rio da Prata – controlados por Brasil, Uruguai e Argentina.
- III. A Tríplice Aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai foi facilitada pela longa convergência de interesses políticos e econômicos dos três países na Região do Prata.
- IV. A Guerra do Paraguai acelerou uma crise e, em consequência, o fim do Império do Brasil, ao aprofundar as contradições internas entre Exército e lideranças civis, aumentou o desequilíbrio das finanças e colocou em questão o pacto escravista.

Pela análise das alternativas, conclui-se que somente estão corretas:

- A I e II.
- B I e III.
- C I, II e IV.
- D II e IV.
- E III e IV.

19 PUC-SP O Segundo Império brasileiro (1840-1889) realizou várias expedições na região do Prata. Entre os motivos dessas ações podemos destacar:

- A o esforço brasileiro de diminuir a influência inglesa na região e assegurar o controle estratégico do comércio e da exploração mineral no Prata.
- B a tentativa de impedir que a Argentina, logo após a independência, ampliasse seus domínios territoriais e anexasse parte do sul do Brasil.
- C o projeto do imperador brasileiro de estabelecer hegemonia militar e naval do Brasil nas Américas, rivalizando com os Estados Unidos.
- D a reação ao acelerado crescimento econômico do Paraguai e à tentativa de seu presidente de construir o primeiro Estado socialista de toda a América.
- E a intenção brasileira de ampliar sua influência política e comercial na região platina, expressa nas intervenções no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

20 Enem 2014



De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...

AGOSTINI. A vida fluminense, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870. In: LEMOS, R. (Org.). **Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)**. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001. (Adapt.)

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na:

- A negação da cidadania aos familiares cativos.
- B concessão de alforrias aos militares escravos.
- C perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- D punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- E suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

21 FMP 2016 O Império brasileiro passou por grandes transformações econômicas a partir, principalmente, de meados do século XIX.

Qual das seguintes causas de mudanças na estrutura econômico-social do país contribuiu diretamente para a crise da Monarquia?

- A Assinatura da Lei Áurea
- B Aprovação da Lei de Terras
- C Promulgação do Código Comercial
- D Financiamento de empresas do Barão de Mauá
- E Instituição das Tarifas Alves Branco

22 UFJF Leia, com atenção, o texto:

A Princesa Imperial Regente, em nome de sua Majestade o Imperador Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do império que a Assembleia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art.1º –É declarada extinta desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil.

Art.2º –Revogam-se as disposições em contrário.

13 maio 1888.

O importante fato revelado por esse documento histórico representa o fim de um longo processo, do qual participaram vários fatores sociais. Sobre esse processo, assinale a alternativa incorreta.

- A Com o fim do tráfico internacional de cativos, a reposição da mão de obra escrava no Brasil passou a depender da reprodução natural.
- B A Lei do Ventre Livre estabelecia que todas as crianças, filhas de mães escravas, nasceriam livres. Mas assegurava que os senhores podiam dispor de sua mão de obra até a idade de 21 anos.
- C A abolição do trabalho escravo foi resultado de um processo gradual, perceptível pelos decretos anteriores ao fim do tráfico e pelas leis do Ventre Livre e Sexagenários.
- D O movimento abolicionista foi liderado por todos os fazendeiros do sudeste cafeeiro, interessados na rápida substituição da mão de obra escrava pelo trabalhador livre.
- E A pressão antiescravista dos abolicionistas, associada às fugas e revoltas de escravos, pressionou a abolição da escravatura.

23 UFMG Analise esta charge:



Angelo Agostini

Na bandeira, lê-se: “Abaixo a monarquia abolicionista! Viva a República com indenização!”

Considerando-se as informações dessa charge, é correto afirmar que, nela, faz-se referência:

- A à intensa mobilização das camadas populares a favor de uma transição da monarquia para a República.
- B à adesão de muitos fazendeiros escravocratas à República, logo após a abolição da escravatura.
- C aos movimentos republicano e abolicionista no Brasil, que se fortaleceram desde a década de 1870.
- D à decidida opção do regime monárquico pela abolição da escravatura, apesar da oposição republicana.

- 24 Unesp** Cada vez mais se aproxima a completa extinção do trabalho escravo, sem que da parte dos [fazendeiros] haja o menor esforço em cuidar de sua substituição. [...] Por educação e por hábito do trabalho escravo, essencialmente barato, o fazendeiro, ensaiando o trabalho livre, quer reservar para si o mesmo lucro que teria se trabalhasse com escravos; daí vem a dificuldade de bons colonos; é do baixo salário o desgosto e essas contínuas queixas que tão maleficamente têm influenciado no espírito europeu contra a emigração para o Brasil.

A Província de São Paulo, 24 abr. 1878.

O autor do artigo:

- A defendia a adoção de medidas prejudiciais aos grandes proprietários de terra e a abolição imediata da mão de obra escrava.
- B argumentava que os salários elevados pagos na Europa impediam a transferência de trabalhadores brancos para o Brasil.
- C sustentava que o aumento do preço do escravo produziria uma alteração benéfica no comportamento dos plantadores paulistas.
- D entendia que a generalização do assalariamento exigiria mudanças de mentalidade e importação de mão de obra.
- E propunha a transformação dos escravos em colonos livres, como solução para a instituição de novas formas de trabalho.

- 25 PUC-Minas** Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa:

A abolição não correspondeu nem aos receios dos escravistas, nem às expectativas dos abolicionistas. Não foi catástrofe nem redenção.

Emília Viotti da Costa. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982, p. 96.

Todas as opções abaixo expressam as ideias dessa afirmativa, exceto:

- A Não houve a implantação de uma política de integração do negro na sociedade.
- B O fim da escravidão originou revoltas, abalando a estrutura social.
- C A produção agrária brasileira não foi arruinada após 13 de maio de 1888.
- D O ex-escravo continuou marginalizado social e politicamente.

- 26 Vunesp** A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Essa batalha continua hoje e é tarefa da nação.

José M. de Carvalho. “A abolição aboliu o quê?”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 13 maio 1988.

No texto, o historiador José Murilo de Carvalho refere-se à:

- A luta dos quilombolas para se inserirem em melhores condições sociais no interior da sociedade pós-escravista.
- B estratégia dos negros alforriados do sul do país para se inserirem na sociedade estratificada dos brancos.
- C não obtenção da cidadania plena, até os dias atuais, por parte dos negros brasileiros, que são as vítimas mais diretas da escravidão.
- D tática dos negros oriundos do norte para se inserirem na sociedade do sul do país.
- E não obtenção dos direitos de circulação, por parte da elite abolicionista, que foi o contingente mais afetado pelo trabalho compulsório.

27 FGV A respeito da abolição da escravatura no Brasil é correto afirmar:

- A Ocorreu fundamentalmente devido às pressões inglesas que obrigaram as autoridades brasileiras a extinguir a escravidão.
- B Ocorreu depois que os cafeicultores encontraram, na imigração europeia, uma forma de substituição da mão de obra escrava.

- C Ocorreu de maneira gradual, vinculada à política de promoção da cidadania dos libertos, apesar das pressões políticas dos abolicionistas na segunda metade do século XIX.
- D Ocorreu fundamentalmente devido à crise demográfica do continente africano, que não oferecia mais grandes contingentes humanos que pudessem ser comercializados.
- E Ocorreu devido à força com que as ideias ilustradas foram incorporadas pelas elites brasileiras à época da independência.

28 Unicamp O progresso econômico no Brasil da segunda metade do século XIX acarretou profundo desequilíbrio entre poder econômico e poder político. Na década de 1880, o sistema político concebido a partir de 1822 parecia pouco satisfatório aos setores novos. O Partido Republicano recrutou adeptos nesses grupos sociais insatisfeitos.

Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 15-6. (Adapt.)

- a) Dê duas características do sistema político brasileiro concebido em 1822.
- b) Quais as transformações ocorridas no Brasil da segunda metade do século XIX que levaram ao desequilíbrio entre poder econômico e poder político?



Hyacinthe Rigaud/Wikimedia

Hyacinthe Rigaud. *Retrato de Luís XIV*, 1701. Museu do Louvre, Paris, França.
Luís XIV, rei da França, símbolo máximo do absolutismo monárquico.

FRENTE 2

CAPÍTULO

5

O Antigo Regime

A designação Antigo Regime foi criada a partir de uma crítica a um conjunto de características comuns ao período de formação do mundo moderno.

Dessas características, podemos ressaltar o surgimento do absolutismo e a consolidação dos Estados europeus, além dos elementos econômicos do período, como o mercantilismo e o Sistema Colonial, os quais só encontram sentido se vistos como mecanismos de fortalecimento do Estado absolutista.

É importante atentar-se à discussão teórica sobre o absolutismo. Deve-se compreender também o significado teórico da Revolução Inglesa, na qual começam a se esboçar vários dos pensamentos que irão compor as ideias liberais e antiabsolutistas do século XVIII.

As reformas religiosas

O século XVI conheceu um intenso movimento de contestação à Igreja Católica, seus dogmas e seu poder, dando origem ao processo que genericamente chamamos de reformas religiosas. Esse processo se constituiu de manifestações de confronto com a Igreja de Roma, as quais deram origem a religiões e igrejas (as chamadas igrejas protestantes) que, embora cristãs, escapavam à doutrina e ao poder impostos por Roma. As reformas religiosas também se referem às reações da Igreja Católica à sua própria crise e ao avanço do protestantismo. Essa reação foi chamada de Contrarreforma, sua manifestação mais aguda.

Não se pode dissociar as reformas religiosas do contexto mais amplo de profundas transformações que a Europa atravessava desde a Baixa Idade Média. Mais do que um movimento religioso, as reformas expressam a superação da estrutura religiosa medieval e feudal, não apenas no que toca à fé católica, mas em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Há nas reformas a influência do Renascimento cultural, por exemplo, no sentido de romper com o monopólio cultural exercido pela Igreja Católica na Idade Média. Assim, podemos ver que o Renascimento teve de imediato o efeito de possibilitar a aceitação de conceitos e de visões de mundo diferentes daqueles impostos pela Igreja Católica. Em certo aspecto, as reformas protestantes são filhas do Renascimento e representaram, como este, uma adequação aos valores e às concepções espirituais, que, por sua vez, nasceram no contexto das transformações econômicas, sociais e culturais pelas quais a Europa passava.

Desde o início da Baixa Idade Média a Igreja vinha sofrendo uma forte pressão, até mesmo interna, por modificações na sua teologia e por uma abertura aos novos anseios intelectuais trazidos pelas transformações que a Europa vinha conhecendo. O humanismo que, em um primeiro momento, foi absorvido pela própria Igreja, através das universidades, e a nova teologia, representada pelo **tomismo**, podem ser vistos como uma abertura da Igreja ao racionalismo e a uma visão de mundo mais humanística, se comparada ao forte teocentrismo que prevalecera até ali. As universidades foram um canal por onde a influência do pensamento humanístico pôde penetrar, ao mesmo tempo que o tomismo fundia a fé com elementos do racionalismo greco-romano.

Esses elementos já dão mostra de uma pressão sobre a Igreja no sentido de uma modernização, ou, para usar um termo bastante comum na época, de uma reforma. Qualquer que seja o caráter que essa pressão assumisse, viesse ela de dentro ou de fora da Igreja, o elemento sempre presente era a constatação da inadequação da Igreja aos novos tempos.

Além de uma reação a essa inadequação, verificamos também, dentro da Igreja, movimentos visando sua purificação e um retorno ao comportamento original do clero, como o movimento de Cluny, no século XI. Há um intenso crescimento das críticas ao comportamento da Igreja, críticas opondo-se ao seu excessivo materialismo, ao seu envolvimento político, à sua excessiva riqueza e mesmo a alguns dogmas fundamentais do pensamento católico.

Dessa forma, verificamos que o processo que levou às reformas e à ruptura da unidade da Igreja na Idade Média foi fruto de uma série de elementos, todos eles integrantes do conjunto de intensas transformações vividas pela Europa no momento, e da inadaptação da Igreja a elas.

Os fatores gerais das reformas

A Igreja

Em qualquer abordagem que se faça sobre os fatores que levaram às reformas, a primeira questão a ser analisada é o desvirtuamento da Igreja e sua incapacidade de dar resposta aos anseios espirituais dos fiéis, notadamente em uma era marcada por profundas angústias e transformações, como a que a Europa atravessava. Essa questão tem origem no papel que a Igreja passou a ocupar a partir da Idade Média. O fato de ser ela a principal possuidora de terras na Europa, bem como a instituição mais poderosa politicamente, colocava-a ao lado da nobreza como a beneficiária e a responsável pela manutenção da estrutura feudal. Mais que isso, não podemos nos esquecer que desde o século XIII a Igreja adotou oficialmente o celibato clerical, a proibição aos membros do clero de casarem e terem filhos. Assim, não havia herdeiros legítimos para as terras ocupadas por bispos ou cardeais, verdadeiros feudos de interesse inegável para a nobreza. Em um quadro em que as terras cultiváveis na Europa esgotavam-se e em que, portanto, a quantidade de nobres sem terra aumentava, era fundamental à nobreza manter seus vínculos com a Igreja, única instituição que sempre tinha terras a doar. Daí nasceu a tradição comum a famílias nobres em várias regiões da Europa de que o segundo filho ingressasse no clero católico.

Dessa forma, estabelecia-se um vínculo orgânico entre a Igreja e a nobreza, a ponto de quase a totalidade do alto clero ser composta de nobres. Tal relacionamento criava distorções. A tendência era que as investiduras (nomeações para a ocupação de cargos na alta hierarquia da Igreja) obedecessem a critérios que passavam muito longe da vocação ou formação religiosa do postulante. Ao contrário, eram feitas levando-se em consideração o grau de riqueza, de poder e as benesses que a aliança com esta ou aquela família pudesse trazer para a Igreja.

A prática das chamadas investiduras leigas acabou acarretando graves problemas para a Igreja medieval. Em primeiro lugar, há os problemas políticos decorrentes da constante disputa com os poderes temporais para a ocupação de cargos e terras (a Querela das Investiduras serve como um bom exemplo). Mais grave que isso, entretanto, há o fato de gerar um clero inadequado às suas funções religiosas. O desregramento do clero evidencia-se, por exemplo, na ruptura do celibato clerical. Um exemplo seria a família Borgia, que produziu dois papas, Calisto III e Alexandre VI. Sobre o último sabe-se que era pai de pelo menos sete filhos, entre eles Lucrecia e o cardeal César Borgia.

Tomismo: fundamentos da filosofia de Tomás de Aquino (1225-1274), conservados e defendidos pelas correntes medievais e modernas que nele se inspiraram.

A constante busca por um aumento da renda que sustentasse o imenso luxo em que vivia o clero levou a Igreja a intensificar, durante a Idade Média, práticas como a venda de cargos eclesiásticos (simonia), ou seja, a investidura de um nobre para ocupar um cardinalato, um bispado ou uma abadia mediante o pagamento, pela família, à Igreja. Por extensão, simonia passou a ter um significado mais genérico, designando a venda de relíquias sagradas (ou supostamente sagradas) pela Igreja.

Entretanto, a prática cristã mais criticada foi a venda de indulgências. Provenientes da bula *Unigenitas* de 1343, elas ancoravam-se na ideia da Igreja de que o sacrifício de Jesus teria sido muito maior do que o necessário para redimir a humanidade. Por causa disso, a Igreja tinha o poder de conceder indulgências, isto é, o perdão a um castigo que o indivíduo receberia ainda nessa vida ou no purgatório. Sobre as punições do inferno, as indulgências não tinham influência alguma. Durante a Idade Média, elas foram concedidas apenas como prêmio a pessoas caridosas ou que participaram de guerras santas. Nessa época, no entanto, elas passaram a ser comercializadas por bispos, padres, monges e até mesmo banqueiros, como foi o caso dos Fugger. Em 1517, o papa Leão X promulgou a mais célebre de todas as indulgências, visando arrecadar fundos para a construção da nova Igreja de São Pedro, em Roma.



Fig. 1 Gravura alemã do século XVI retratando a venda de indulgências.

A reação dos fiéis a esse desvirtuamento intensificou-se ao longo da Baixa Idade Média. Sua principal manifestação foi o crescimento das **heresias**, termo então empregado para designar todas as manifestações de pensamento religioso discordante dos dogmas impostos pela Igreja Católica. Durante a Baixa Idade Média, particularmente no século XIII,

cresceu de modo significativo o número de seitas heréticas e o número de adeptos a essas seitas.

Ao contrário de uma primeira impressão, as heresias constituem-se em uma prova de fé. Evidenciam a existência de uma população imbuída de uma profunda religiosidade não contemplada pelos dogmas e pelo materialismo da Igreja. A Igreja, contudo, viu nelas o que representavam em termos de ameaça ao seu poder baseado na unidade da fé. Assim, sua reação às heresias concentrou-se na repressão. Não foi outra a função da criação do **Tribunal do Santo Ofício**, ou **Inquisição**, justamente no século XIII.

Da mesma forma, surgiam reações dentro do próprio clero. Uma evidência disso é o crescimento do chamado **clero regular**. Ordens como a beneditina, franciscana, dominicana e agostiniana cresceram significativamente no período. Embora tais ordens não significassem necessariamente uma quebra na hierarquia da Igreja, sua atitude em si, de defender uma vida baseada em uma rígida regra de conduta, estabelecida em votos como o de castidade e pobreza, já demonstravam uma reação por parte de setores do próprio clero às práticas usuais da Igreja medieval.

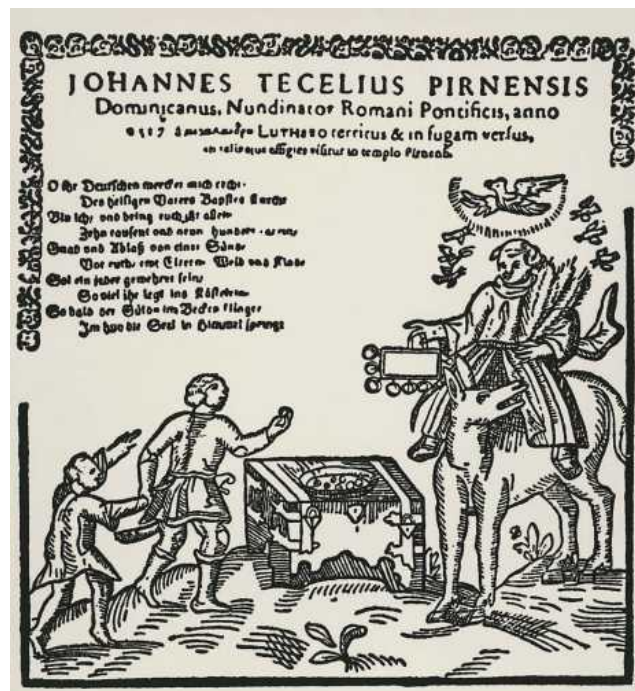


Fig. 2 Nesta caricatura anônima, o frade dominicano alemão Johann Tetzel vende indulgências. As últimas linhas da sátira dizem: “logo que o ouro tilinta na caixa, o céu recebe uma alma no seu seio”.

A política

Há outros elementos decisivos nesse processo de reformas. A questão política passou a ganhar um peso significativo a partir do início do processo de centralização do poder. Naturalmente, os reis, ao buscarem se fortalecer politicamente, entraram em choque com o poder da Igreja. Em muitos casos (e o exemplo da Inglaterra, que veremos a seguir, é apenas o mais evidente), romper com a Igreja Católica e criar uma nova igreja sob seu comando, ou pelo menos apoiar o surgimento de novas igrejas, foi a forma encontrada pelos reis para se libertar do poder político do papado.

Além disso, em um quadro de crescimento do comércio, os dogmas da Igreja de condenação à usura e ao lucro excessivo representavam um forte obstáculo para a burguesia nascente. Assim, também essa nova camada ascendente teve interesse em romper com os entraves impostos pelo catolicismo e adotar uma nova religião para a qual suas práticas não fossem pecado, mas sim dignificantes do ser humano.

A cultura

Culturalmente, as reformas protestantes encontram suas origens no Renascimento cultural. O racionalismo desenvolvido pelo Renascimento e a ampliação do mundo conhecido que este proporcionou, com sua enorme diversidade, alargaram os horizontes mentais europeus.

Essa nova visão gerou críticas bastante duras à Igreja, feitas pelos chamados pré-reformistas. John Wycliffe (1320-1384), professor da Universidade de Oxford, atacou o sistema eclesiástico e a opulência do clero, pregando o confisco das propriedades eclesiásticas na Inglaterra e o retorno do clero à condição de pobreza material do cristianismo primitivo. John Huss (1369-1415) endossou as teses de Wycliffe, insistindo serem as Sagradas Escrituras a verdadeira fonte de toda fé. Huss, liderando os anseios de independência da Boêmia, que pertencia ao Sacro Império, deflagrou sucessivas lutas regionais, transformando-se em herói nacional tcheco, símbolo de liberdade política e religiosa. Nesse exemplo, nota-se a vinculação entre as questões religiosas e políticas, que estará sempre presente no processo de reformas.

A reforma de Lutero

A série de movimentos reformistas protestantes que marcaram a Europa no século XVI teve origem na Alemanha, liderada por um então monge agostiniano chamado Martinho Lutero (1483-1546).

Ao lado das questões religiosas, a reforma luterana trouxe a solidificação de uma série de conflitos políticos que marcavam a região. Criado no século X como uma extensão temporal do poder do papado, o Sacro Império ainda tentou, durante o século XIV, oferecer alguma resistência ao poder de Roma. A vitória do papado na Querela das Investiduras, entretanto, aprofundou o poder político da Igreja na região.

Ao mesmo tempo, o reflexo de um processo mais geral se estendia por toda a Europa: inúmeros governantes locais lutavam por maior autonomia política frente ao Império e ao seu grande sustentáculo, a Igreja. Essa luta manifestava-se em crises políticas, disputas locais e reações contra o fato de a Igreja ser detentora de mais de um terço das terras cultiváveis, bem como em vários outros tipos de manifestações.

Por outro lado, o poder exercido pela Igreja na região tornava-a o local ideal para a venda de relíquias e indulgências. Empenhado na construção da Basílica de São Pedro, o papa Leão X (pontifício de 1513 a 1521) encarregou o dominicano John Tetzel de realizar uma maciça venda de indulgências através do Sacro Império (mais precisamente no território que hoje está a Alemanha).

O duque Frederico da Saxônia se voltou contra essa prática, impedindo a entrada de Tetzel em seu território, sob alegação de a Igreja ter feito um acordo com os Függer, família de banqueiros alemães, no qual estes emprestavam à Igreja o dinheiro necessário em troca da garantia de metade da renda obtida com a venda de indulgências.

Envolveu-se nesse conflito com o apoio de Frederico Lutero, professor de Teologia na Universidade de Wittenberg – as críticas de Lutero à prática da Igreja já eram antigas, encontrando nesse contexto o espaço certo para sua disseminação.

A cobrança de indulgências, para custear a basílica de São Pedro, motivou Lutero a escrever ao arcebispo de Mainz um texto intitulado *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências*, que consistia em 95 teses críticas às práticas da Igreja Católica. Embora cópias dessa carta tenham sido difundidas pela Europa, a ideia de que Lutero teria fixado esse texto na porta de uma catedral, vale frisar, é uma lenda. De qualquer forma, o texto dele fez críticas severas às práticas da Igreja: denunciou o uso do dinheiro das indulgências para financiar o luxo do clero, o desregramento, bem como se posicionou contra alguns dogmas. Ao afirmar que as indulgências eram incorretas, pois a salvação do fiel dá-se pela fé, e não pelos atos por ele praticados, Lutero apenas remontava às concepções de seu inspirador, Santo Agostinho.

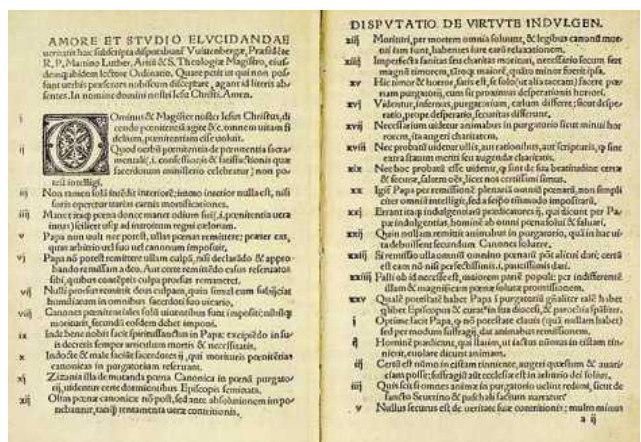


Fig. 3 Parte das 95 teses de Lutero, escritas originalmente em latim.

Com a publicação das teses, a atitude de Lutero deixou de ser uma mera questão de críticas ao comportamento da Igreja, passando a representar uma negação à doutrina. Do ponto de vista da Igreja Católica, Lutero incorria em heresia, expondo-se assim à ação da Inquisição.

Excomungado como herege, em 1520, Lutero recusou-se também a se retratar na Dieta de Worms, convocada pelo imperador Carlos V, em Habsburgo, e composta de todos os nobres laicos e eclesiásticos do Sacro Império. Estes, por sua vez, tinham interesse em apoiar Lutero, com o objetivo de livrar-se da autoridade papal e em limitar o poder do imperador, defensor do catolicismo. Foram os príncipes e a alta nobreza alemã que ocultaram Lutero em um castelo da Baviera, impedindo sua execução.

Durante os três anos em que ficou oculto, Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, em uma forma de tornar o

Reprodução

conhecimento contido no livro sagrado mais difundido entre a população, para provar o quanto a Igreja se afastou dos propósitos cristãos. Grande parte dos príncipes alemães declarou-se adepta da nova religião proposta por Lutero. Vendo nisso uma clara ameaça a seu poder, o imperador Carlos V impôs o catolicismo como religião oficial do Império. Os príncipes protestaram contra essa imposição (daí advém o termo **protestante**), dando início a um longo processo de **guerras de religião** no Sacro Império.

Por outro lado, além do apoio da nobreza, por razões políticas, as ideias de Lutero despertaram o apoio dos camponeses, que viram nos ataques à Igreja uma oportunidade de reduzirem o grau de profunda desigualdade e exploração a que estavam submetidos. Várias revoltas camponesas eclodiram; a principal delas foi liderada por Thomas Müntzer. Influenciado pela situação gerada pela reforma luterana, Müntzer organizou os camponeses alemães em uma revolta de grandes proporções, tentando confiscar terras notadamente da Igreja. A crença no milenarismo era um componente importante na ação de Müntzer, pois nela se pregava uma segunda vinda de Cristo, combatendo os males e instituindo o reino de Deus, que duraria mil anos, após o qual haveria o Juízo Final. Embora condenado como heresia na Idade Média, o milenarismo havia ganhado força no Sacro Império com os anabatistas, uma seita também condenada por heresia e que tinha em Müntzer seu principal líder.

Lutero voltou-se violentamente contra esses movimentos, não apenas pelo fato de contrariarem suas posições religiosas, mas também por estar dependente do apoio dos nobres; com isso, Lutero jamais poderia colocar-se ao lado de revoltas camponesas. Assim, o reformador defendeu uma postura mais agressiva contra esses movimentos.

A repressão aristocrática aos camponeses iniciou em 1524, durando 12 anos, e deixou mais de cem mil mortos.

Já em 1527, Lutero, juntamente com Melancton, elaborou a Confissão de Augsburg que estabelecia os princípios da nova doutrina: as Escrituras Sagradas eram o único dogma da nova religião; a fé era vista como a única fonte da salvação; a livre interpretação da Bíblia era possível; a negação da transubstanciação (transformação do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo, presente na fé católica) e a crença de que a presença de Cristo na eucaristia era espiritual; a adoção do alemão e não mais do latim como idioma nos cultos religiosos; a submissão da Igreja ao Estado e a manutenção de apenas dois sacramentos, o batismo e a eucaristia.



Fig. 4 Lutero.

Em 1555, a **Dieta de Augsburg** permitiu que cada príncipe escolhesse sua religião, que passaria a ser também a de seus súditos. O luteranismo triunfara na região da Alemanha. Em 1527, foi adotado também na Suécia e, em 1536, na Dinamarca e Noruega, como forma de afirmação dos poderes reais contra a interferência de Roma.

A reforma de Calvino

Diferentemente da Reforma luterana, a qual teve, ao lado da questão religiosa, um forte componente político, a Reforma calvinista encontra suas raízes nas transformações sociais e de pensamento advindas da superação do mundo feudal e do desenvolvimento de uma nova sociedade urbana e fortemente vinculada às práticas mercantis.

A Suíça está localizada praticamente no centro geográfico da Europa, por onde transitam as principais rotas comerciais continentais. Esse fato, aliado às montanhas que cercam o país, tornando-o quase invulnerável a invasões, possibilitou uma grande concentração de capitais na região. Algumas cidades, particularmente Genebra, tornaram-se centros financeiros desde a Idade Média, com grandes bancos e uma forte burguesia local. Mais que isso, a Suíça havia obtido a independência junto ao Sacro Império desde 1499, estando dividida em cantões politicamente autônomos.

As ideias reformistas de Lutero penetraram ali através de um discípulo dele, Ulrich Zwinglio, recebendo forte acolhida junto à burguesia local. A pregação de Zwinglio já havia gerado um violento conflito entre reformistas e católicos entre 1529 e 1531. Essa guerra civil fora encerrada com a Paz de Kappel, que dava autonomia religiosa aos vários cantões suíços.

Essa situação atraiu, para as cidades suíças, vários líderes reformistas perseguidos na Europa. Entre eles, João Calvino (1509-1564), que, fugindo da perseguição aos protestantes na França, refugiou-se na cidade de Genebra. Já em 1536, Calvino publicou sua obra *A instituição da religião cristã*, na qual ele apresentava uma ruptura bem mais severa com os dogmas católicos do que as ideias de Lutero e de Zwinglio. Segundo sua visão, a salvação só se alcança por meio da fé, mas ela é concedida por Deus a alguns eleitos (predestinação), sendo o ser humano pecador por natureza. O culto foi ainda mais simplificado, resumindo-se a comentários bíblicos feitos por sacerdotes sem paramentos, em igrejas simples e despojadas de imagens. A exemplo do luteranismo, apenas o batismo e a eucaristia foram conservados e, nesta última, também abandonando-se a ideia de transubstanciação.



Fig. 5 Calvino.

Para Calvino, era impossível ao ser humano saber os desígnios de Deus. Assim, foi mantido como absoluto dever considerar a si mesmo como escolhido de Deus, pois qualquer dúvida, deslize no comportamento ou perda de autoconfiança era resultado de fé insuficiente. Embora valorizasse o trabalho, o teólogo nunca disse claramente que o enriquecimento era um sinal inequívoco de salvação. Serão alguns calvinistas posteriores ao reformador – e não o próprio Calvino – os que defenderão como indícios da predestinação ao reino de Deus a resistência ao pecado, a disciplina, a serenidade e o êxito no trabalho.

Calvino foi amplamente aceito pela elite local. Elevado à condição de um líder religioso e político, Calvino, por meio das **Ordenações Eclesiásticas**, implantou leis rígidas, que davam à sua Igreja o controle total sobre a vida religiosa, moral e política dos cidadãos. A nova Igreja dividiu-se em fiéis, pastores e um conselho, o Consistório, que possuía amplos poderes.

O Consistório, composto de três pastores e doze representantes da sociedade local, eleitos por um conselho municipal, tinha poderes para regular cada aspecto do comportamento do cidadão, incluindo sua indumentária e as práticas sociais.

As ideias de Calvino difundiram-se rapidamente, muito mais do que as ideias luteranas, o que é outra mostra de sua consonância com a sociedade urbana em formação. Na França, os calvinistas foram chamados de huguenotes. Na Inglaterra, pelo tipo de comportamento preconizado pelos calvinistas, marcado pela seriedade, pela austeridade inclusive no vestir, pela dedicação fundamental ao trabalho, eles foram chamados de puritanos. Na Escócia, onde as ideias calvinistas foram introduzidas por John Knox, a Igreja calvinista foi organizada a partir de conselhos de pastores, os presbíteros, daí a designação de presbiterianos.

Vários historiadores defendem a forte vinculação entre o calvinismo e o capitalismo. Entre eles, Max Weber assinala, na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, que o calvinismo foi decisivo no sentido de criar uma mentalidade capitalista na Europa, valorizando o trabalho e a acumulação. Sustenta que nos países em que o calvinismo penetrou, como, por exemplo, a Inglaterra e a Holanda, o capitalismo desenvolveu-se de forma bem mais intensa que naqueles que se mantiveram arraigados a concepções católicas. Outras correntes da historiografia enxergam essa relação por um ângulo oposto, acreditando que foi o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista e urbana que criou condições para a expansão do calvinismo. De qualquer forma, em ambas concepções, fica clara a vinculação entre a atitude pregada pelo calvinismo e as demandas da nova sociedade em formação, superando os obstáculos representados pela ética e pelos dogmas católicos.

A reforma anglicana

Na Inglaterra, a reforma religiosa foi conduzida diretamente pelo rei Henrique VIII. Esse simples fato já é suficiente para percebermos seu forte caráter político, muito mais presente e claro que o religioso.

A Dinastia Tudor nasceu em um quadro de fortalecimento do poder real na Inglaterra, após o esmagamento dos setores dissidentes da nobreza na Guerra das Duas Rosas. O primeiro rei Tudor, Henrique VII, procurou consolidar esse poder, esbarrando, entretanto, no forte poder político e econômico exercido pela Igreja Católica no país.

Foi o seu filho, Henrique VIII, que vislumbrou a oportunidade de se voltar contra esse poder. Em meio à crise provocada no Sacro Império pelo movimento luterano, Henrique VIII aproveitou-se do momento favorável para estabelecer um confronto com o papado.



Hans Holbein the Younger/Wikipedia

Fig. 6 Hans Holbein. *Henrique VIII da Inglaterra*, 1536. Óleo sobre painel. Museu Thyssen-Bornemisza, Madrid, Espanha.

A razão ostensiva para esse confronto liga-se a uma questão política e dinástica. Casado com a nobre espanhola Catarina de Aragão, Henrique VIII tivera com ela uma filha, Mary. Impossibilitada de ter outros filhos, Catarina criava uma situação potencialmente perigosa para a monarquia inglesa. Sem filhos homens (o trono inglês jamais fora ocupado até então por uma mulher), Henrique VIII alegava o risco de morrer sem um herdeiro, o que tornava o rei da Espanha e Imperador do Sacro Império, Carlos V, sobrinho de Catarina, um dos pretendentes ao trono inglês.

Alegando a imperiosa necessidade de um herdeiro, Henrique solicita ao papa a anulação de seu casamento com Catarina. Tratava-se de uma manobra obviamente destinada a criar um confronto. Henrique tinha plena consciência de que o papa jamais iria se indispor contra Carlos V, seu principal aliado na luta contra Lutero.

Ante a recusa papal, Henrique VIII anulou por conta própria seu casamento, desposando em seguida Ana Bolena. Excomungado pelo papa, Henrique VIII reagiu, em 1534, com o **Ato de Supremacia**, por meio do qual criou uma Igreja nacional, a Igreja da Inglaterra, mais tarde chamada Anglicana, da qual era o chefe. Confiscou ainda os bens do clero católico na Inglaterra, distribuindo-os especialmente entre a *gentry*, a pequena e a média nobreza inglesa, oriunda muitas vezes da burguesia, o que lhes assegurou uma ampla base de apoio.

Henrique não fez mudanças no culto. Elas foram obra de seu filho Eduardo IV que, em 1549, impôs o *Livro de orações comuns*, em inglês, e, em 1553, suprimiu a missa e o celibato clerical.

A reforma anglicana completou-se no reinado de Elizabeth I, de 1558 a 1603, com a Lei dos 39 Artigos (1563). Adotou o calvinismo como conteúdo doutrinário, mas manteve a forma católica, preservando a hierarquia episcopal e parte da liturgia.

A Contrarreforma

A contínua expansão do protestantismo por toda a Europa colocou a Igreja Católica em uma situação crítica. Impunha-se uma reforma para moralizar o clero e, ao mesmo tempo, desencadear o combate às novas religiões, classificadas como heresias.

O papado hesitava quanto ao primeiro objetivo, em razão da luta interna contra a teoria conciliar. Era impossível realizar uma ampla reforma sem convocar um concílio, mas sua convocação implicaria na diminuição da autoridade pontifical, ou até mesmo na tutela do papa pelos bispos.

O surgimento da **Companhia de Jesus**, em 1534, por obra de Ignácio de Loyola, revelou-se fundamental para a realização da reforma católica. Os jesuítas, chamados de “soldados de Cristo”, devotando uma cega obediência ao papa, encarregaram-se de organizar um concílio.

Enquanto aguardava a instalação do concílio, o Papa Paulo III (pontificado de 1534 a 1549) tomou medidas para combater o protestantismo. Em 1542, a Inquisição (ou Tribunal do Santo Ofício) foi reativada. Dominada pelos dominicanos, conseguiu deter o avanço protestante na Itália, na Espanha e em Portugal, utilizando meios violentíssimos. Nos países ibéricos, o apoio real foi fundamental para a derrota do protestantismo. Em 1543, foi elaborado o *Index Librorum Prohibitorum*, ou simplesmente *Index*, um catálogo que listava obras de leitura proibida aos católicos.

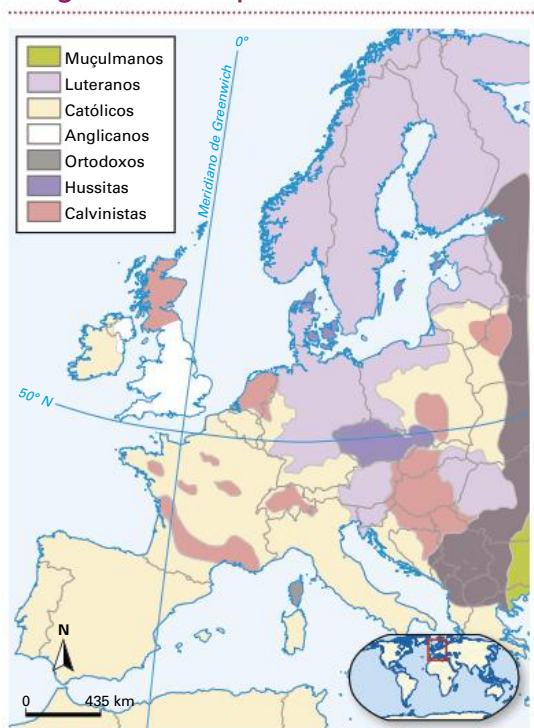
O **Concílio de Trento** reuniu-se finalmente em 1545, durando até 1563. Ele produziu uma Igreja reformada, embora os dogmas católicos não sofressem alteração: o princípio da salvação pelas boas obras foi confirmado; o culto à Virgem e aos santos foi reafirmado. Além dos dogmas, foram mantidos: a infalibilidade papal, o celibato clerical e a indissolubilidade do casamento. Graças às pressões dos jesuítas, a autoridade papal foi reforçada. A disciplina do clero restabelecida: fixaram-se condições e idades mínimas para o exercício das funções eclesiásticas; o acúmulo de bispados e paróquias foi proibido, bem como a venda de indulgências. Criaram-se seminários para a formação dos eclesiásticos e foram elaborados um Catecismo e um Missal.

Com a Igreja revigorada, os católicos dedicaram-se à **Contrarreforma**, com o sistemático combate às religiões protestantes. Internamente, a Inquisição encarregou-se de manter o controle sobre as populações católicas, perseguindo os heréticos e contendo a difusão das doutrinas protestantes.

Externamente, procurou-se em reconquistar as áreas perdidas para o protestantismo por meio da educação. Pelo empenho dos jesuítas, vários colégios encarregados do ensino primário foram fundados na Europa. O resultado dessa reconquista foi modesto. Após duas gerações, parte da Renânia, o sul dos Países Baixos e a Polônia haviam sido reconquistados.

O maior êxito da Contrarreforma deu-se pela difusão do catolicismo entre os povos pagãos por meio da catequese. Graças ao controle ibérico sobre a maioria da América, as massas indígenas foram convertidas, e os esforços, especialmente dos jesuítas, alcançaram a Ásia, a China e o Japão, embora com resultados modestos e passageiros.

Religiões da Europa – século XVI



O mercantilismo

Ao longo da Idade Moderna, desenvolveu-se uma ampla atividade econômica, à qual está associado o termo mercantilismo. Esse termo é normalmente utilizado em dois sentidos diferentes. Em primeiro lugar, em uma conotação mais ampla, como um termo genérico para designar toda a atividade econômica que marcou o período, incluindo o comércio, a exploração colonial, o acúmulo de capitais na Europa etc. Em segundo lugar, entende-se por mercantilismo o conjunto de leis, de práticas, de princípios, de imposições, bem como a visão de economia, por meio dos quais as monarquias absolutistas europeias buscaram controlar toda a atividade econômica do período; basicamente o comércio (esse sentido é o mais específico, o qual deve ser levado em conta neste capítulo). Mercantilismo é o conjunto de **práticas econômicas adotadas pelas monarquias absolutistas**.

Esse conjunto de práticas denota uma preocupação, quase obsessiva do Estado com a economia, que decorre do fato de que era somente através do comércio que o Estado arrecadaria os recursos necessários ao seu fortalecimento. Portanto, o objetivo fundamental das práticas mercantilistas era o fortalecimento do Estado. Dessa forma, podemos afirmar que o rei é o sujeito e o objeto do mercantilismo, pois executa as medidas mercantilistas, as quais beneficiam o próprio Estado.

Entretanto, há uma série de decorrências indiretas dessa política. Em primeiro lugar, ao gerar condições para o desenvolvimento econômico, o Estado absolutista foi o grande responsável pelo acúmulo de capitais na Europa, ou seja, possibilitou o enriquecimento europeu. Da mesma forma, essas práticas possibilitaram que esses capitais concentrassem-se nas mãos daqueles que de fato realizam a atividade econômica, ou seja, a burguesia. Em uma análise mais ampla, verifica-se que o Estado absolutista exerceu um papel contraditório: embora o absolutismo não possa, de maneira alguma, ser chamado de Estado “burguês”, as mesmas práticas utilizadas para seu fortalecimento serviram para a ascensão da camada que acabaria por derrubá-lo.

Era a atuação prática da burguesia, através dos mecanismos que o Estado lhe fornecia, que viabilizava a extração de excedente, ou seja, o enriquecimento. Visto através de uma forma simples, Estado e burguesia eram sócios, porém, sócios desiguais. Em princípio, a melhor parte cabia ao Estado. Todavia, este via suas despesas crescerem em um ritmo muito rápido: o corpo burocrático-administrativo ampliava-se; os exércitos eram cada vez maiores e as guerras constantes; o estilo de vida luxuoso das cortes reais tornava-se mais esplendoroso; as pensões e as regalias concedidas à nobreza eram cada vez maiores. A burguesia, ao contrário, mesmo sendo progressivamente mais taxada, reinvestia seus lucros em novos empreendimentos, acumulando recursos em uma espiral ascendente.



Fig. 7 A “Invencível Armada”, base do poderio militar e comercial espanhol.

Os momentos do mercantilismo

Embora traços mercantilistas possam ser encontrados desde a segunda metade do século XIV, especialmente na atuação de alguns Estados para regulamentar preços e salários com o objetivo de reativar suas economias, o mercantilismo, como política econômica, é característico da Idade Moderna.

Três fases do mercantilismo podem ser distinguidas cronologicamente: a do século XVI, a do XVII e a do XVIII.

O século XVI foi um período de extraordinária prosperidade para a Europa, pois obteve da América espanhola um crescente volume de ouro e, em especial, de prata. O impacto desse ingresso de metais preciosos sem

precedentes foi tal, que caracterizou a chamada **Revolução dos Preços**.

Como a Espanha possuía uma economia primária, de base agrícola e sem muitas manufaturas, ela pouco aproveitou da prosperidade. Na verdade, há uma questão essencial a ser considerada e que se constitui na essência de uma indagação básica: por que os países ibéricos, contemplados com as infinitas riquezas coloniais, não se beneficiaram dessa riqueza a ponto de se constituírem em principais potências europeias?

Uma das explicações mais aceitas situa-se justamente na questão da mentalidade predominante nesses países. Tanto Portugal como Espanha obtiveram colônias antes de desenvolver uma atividade capitalista sólida, bem como uma burguesia já dotada de uma mentalidade capitalista. Mesmo em Portugal, no século XIV, onde já havia uma camada mercantil relativamente sólida, a Revolução de Avis (1383-1385) colocou-a prematuramente no poder, antes que ela fosse capaz de forjar uma atitude efetivamente capitalista. Assim, a camada mercantil portuguesa passou a agir como uma nova aristocracia, usando o Estado em benefício próprio, sem que o elemento clássico da atitude capitalista, a noção de investimento e de reprodução de capital, estivesse consolidado.

No caso da Espanha, o exemplo é ainda mais gritante. A Espanha saiu diretamente da Guerra de Reconquista para a condição de detentora de um vasto continente e de gigantescas riquezas minerais. Toda essa riqueza ficou a serviço de uma monarquia semifeudal, retrógrada e incapaz de se adaptar a uma realidade capitalista.



Fig. 8 Interior do Palácio de Queluz, Portugal, construído no século XVIII. O ouro não significou o enriquecimento do país.

Portugal e Espanha assumiram uma condição típica da atitude aristocrática em relação ao dinheiro, ou seja, a forma de obter bens, riquezas e benesses. Nesse contexto, a Espanha representa o exemplo mais gritante dessa atitude aristocrática, pois o assombroso volume de riqueza conquistado no início da exploração feudal foi carregado para os demais países europeus de quem a Espanha comprava produtos. Foi ela a grande responsável pelo fato de a riqueza da América espanhola ter se disseminado por todo o continente europeu. Ao final do período, com a diminuição da produção mineira nas colônias espanholas, a prosperidade encerra-se e a Espanha decaía para uma posição de semiperiferia.

O século XVII foi caracterizado por uma longa depressão, durante a qual a prática mercantilista generalizou-se, provocando uma corrida colonial, especialmente às possessões americanas de Espanha e Portugal. Em uma fase de guerras constantes, Holanda, França e Inglaterra disputaram a hegemonia dentro da economia mundial. Ao final do século, a Holanda foi levada a uma posição secundária e a disputa restringiu-se a França e Inglaterra.

No século XVIII, outro período de crescimento econômico ocorreu devido à reativação da mineração de prata no México e à produção aurífera brasileira. A disputa entre França e Inglaterra decidiu-se em favor da segunda, que se tornou a única área central da economia. Essa acumulação de recursos permitiu à Inglaterra desenvolver a Revolução Industrial.

Os princípios e os tipos de mercantilismo

Para que se possa compreender efetivamente esse tópico, é fundamental saber que a expressão “mercantilismo” foi criada pelo liberalismo do século XVIII. Em verdade, os pensadores liberais precisavam criar um termo abrangente que pudesse designar de forma sintética uma série de práticas que haviam vigorado ao longo da Idade Moderna e contra as quais combatiam.

Assim, percebemos que não há uma política mercantilista rígida válida para todos os países. O que existe é uma atitude típica de uma época na qual as monarquias europeias tinham as mesmas características básicas e os mesmos interesses em relação à economia, o que gerou algumas posturas semelhantes em termos de política econômica.

Entre essas posturas, que podem ser vistas como princípios básicos do mercantilismo, está o **intervencionismo estatal** (notadamente, mas não só, naquilo que se refere às colônias), o qual implica em uma constante presença do Estado sobre a economia, regulamentando-a, definindo preços, cotas de importação e impostos, assumindo o controle direto sobre o fluxo econômico.

Um exemplo de intervenção do Estado sobre a economia é a preocupação em impedir que produtos de fora pudessem competir e prejudicar a produção interna. Essa prática, conhecida usualmente como protecionismo, é tão típica que, mesmo fazendo parte dos mecanismos incluídos no chamado intervencionismo estatal, pode ser vista como uma característica própria.

O mercantilismo implicou uma série de concepções e teorias acerca da atividade econômica. Um dos princípios típicos da época era a crença de que riqueza nacional e fortalecimento do Estado são sinônimos. Dessa forma, quanto mais rico é o país, mais forte será necessariamente o Estado. Ao mesmo tempo, outra concepção da época determinava que a riqueza e prosperidade de uma nação estavam diretamente vinculadas à quantidade de ouro e prata em circulação em seu território. Essa concepção era denominada metalismo, que decorreu da fome de metais preciosos do século XV, e impulsionou a expansão europeia.

Várias formas foram buscadas no sentido de ampliar os volumes de metais preciosos dentro do país. A mais simples

delas foi empregada pela Espanha; como era possuidora de colônias americanas produtoras de metais preciosos, todo o mercantilismo espanhol baseou-se na exploração direta desses metais, caracterizando um mercantilismo de tipo **metalista** ou **bulionista**. Outra forma era a **pirataria**, que consistia no saque aos navios espanhóis carregados com ouro e prata. Essa forma foi de particular importância, por exemplo, para a Inglaterra, para a qual a pirataria foi uma ação essencialmente estatal.

Entretanto, para os países que não eram detentores de regiões ricas em minérios, a forma mais efetiva ainda era o comércio. Buscou-se o que se chamou de uma **balança de comércio favorável** – que tratava de exportar sempre um valor bem superior às importações, sendo o superavit saldado em metais preciosos.

A Inglaterra foi especialmente bem-sucedida na obtenção de uma balança favorável, pois usou o peso do Estado para obter tratados de comércio vantajosos com os países vizinhos e, conseqüentemente, com um mercado assegurado, a produção nacional inglesa pôde rapidamente crescer.

A forma mais prática de assegurar uma balança comercial favorável era por meio do nacionalismo econômico. O Estado impunha uma legislação protecionista, a fim de incentivar a produção nacional a atingir uma situação de autossuficiência, e, ao mesmo tempo, dirigia esforços e capitais para o desenvolvimento de uma forte base manufatureira.

Largamente utilizado na França, pela presença estatal nas manufaturas de artigos de luxo, armamentos e construção naval, o nacionalismo econômico recebeu o nome de mercantilismo industrial, também conhecido como colbertismo, em referência ao ministro Colbert (1619-1683).



Fig. 9 Claude Lefebvre. *Retrato de Jean-Baptiste Colbert*, 1666. Óleo sobre tela. Palácio de Versalhes, Versalhes, França.

Claude Lefebvre/Wikipedia

Mesmo que a produção nacional fosse estimulada no limite, certos produtos, por condições, por exemplo, climáticas, teriam que vir de outras áreas, o que explica o **colonialismo**. Portanto, ter colônias tornou-se fundamental dentro do universo mercantilista. A colônia complementava a economia da metrópole e ainda proporcionava-lhe um mercado exclusivo, explorado por meio do monopólio, o que garantia a transferência de excedente econômico para o Estado metropolitano.

É assim que deve ser entendido o Sistema Colonial: não enquanto um mecanismo em si, mas como parte integrante de um contexto muito mais amplo de fortalecimento dos Estados europeus e de um conseqüente enriquecimento da burguesia.

Os impérios coloniais na Idade Moderna

Ao chegarem à América e iniciarem o processo de conquista e colonização, os europeus depararam-se com povos em estágios de desenvolvimento diferentes.

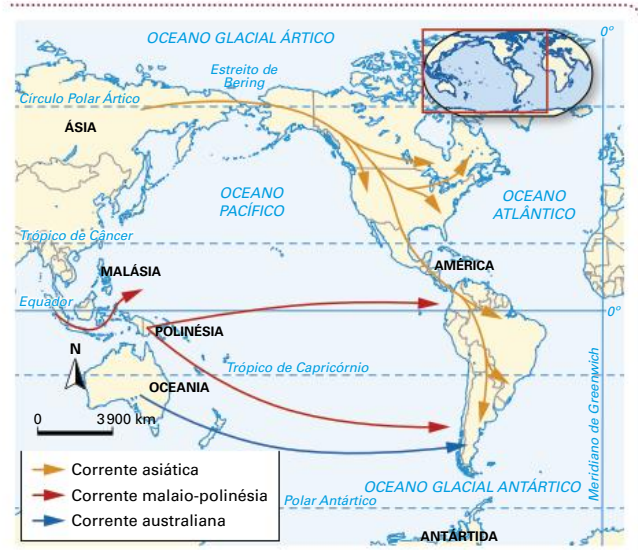
Um primeiro elemento a ser considerado é a origem das populações americanas. Sabemos que não se trata de uma população nativa, mas que aqui se estabeleceu ao longo de um amplo processo migratório. A hipótese mais provável é que essa migração tenha tido por caminho o Estreito de Bering, congelado durante as glaciações do Paleolítico, através do qual grupos nômades deslocaram-se da Ásia (corrente asiática).

Outras hipóteses devem ser consideradas: a hipótese malaio-polinésia, segundo a qual a migração para a América deu-se por povos que atravessaram o Pacífico através das ilhas; e a hipótese australiana, segundo a qual houve um deslocamento desses povos a partir do Pacífico sul. É possível que, na verdade, o povoamento da América tenha sido fruto de todas essas correntes migratórias, o que explicaria a diversidade cultural e as quase duas mil línguas existentes na América ao final do século XV, em uma população estimada em cerca de cinquenta milhões de pessoas.

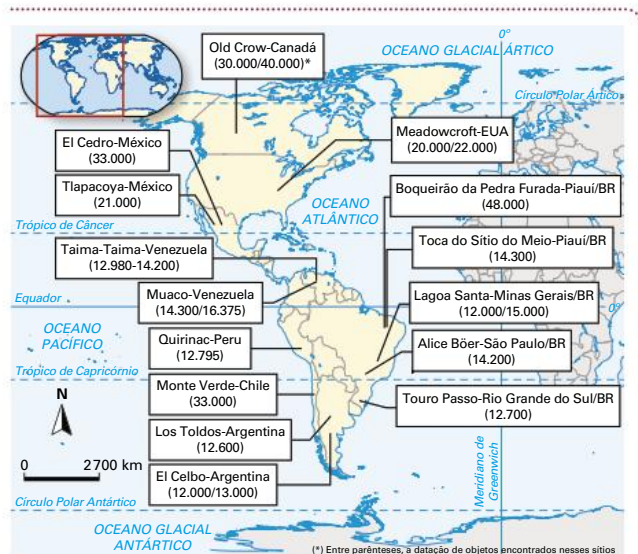
De um modo geral, quando ocorreu a chegada dos europeus, essas populações viviam em aldeias ou comunidades, segundo um sistema econômico coletivista, ancorado na caça, na coleta e, em alguns casos, em práticas de uma agricultura bastante rudimentar. No norte do continente, destacavam-se os esquimós, os nadenes, os iroqueses, os sioux e os apaches; e no sul, os arauaques, os jês, os tupis, os caribes, os guaranis e os araucanos.

Entretanto, em certas áreas da América Central e do Centro-Norte, alguns povos desenvolveram extensas estruturas urbanas, com estradas, templos, redes de irrigação, campos de jogos de bola (*tlachtli*) e cultos de caráter religioso, marcados por grandiosas solenidades em centros cerimoniais. Esses povos baseavam sua alimentação no milho; eles desenvolveram calendários, escrita e uma sociedade altamente hierarquizada. Ao contrário do português, o espanhol não precisou criar uma estrutura econômica totalmente nova na América, utilizando as formas de trabalho e as infraestruturas preexistentes.

Hipóteses de povoamento da América



Sítios arqueológicos onde foram encontrados registros da presença humana no continente americano



As civilizações da América Central

As análises mais aceitas sobre o desenvolvimento das civilizações na América Central dão conta de que, após um passado semelhante em termos de organização social e econômica baseada em um regime de caça e coleta, a sedentarização na região deve ter ocorrido entre 5000 e 4000 a.C., com o desenvolvimento da agricultura, com o cultivo intensivo de milho, feijão e abóbora.

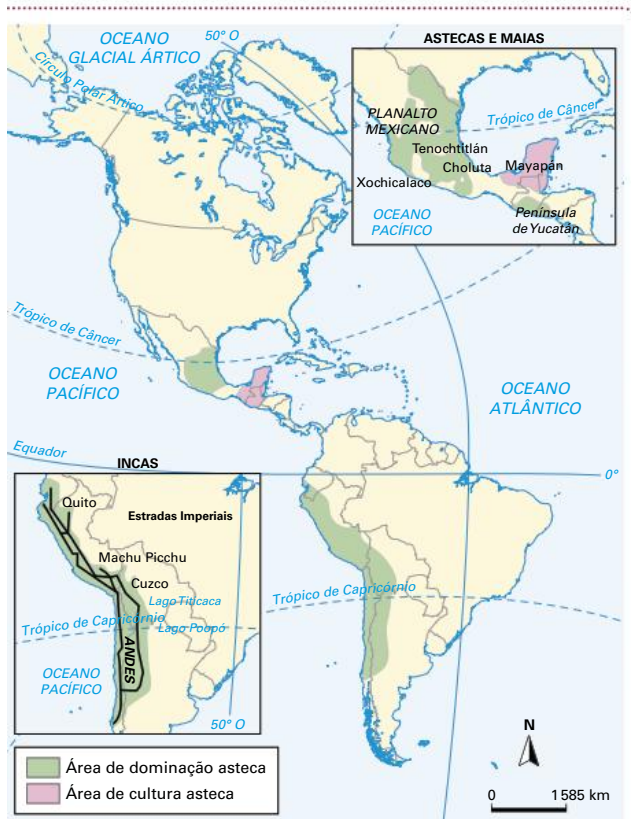
Já por volta de 2000 a.C., verificava-se um processo de urbanização com a formação de grandes cidades. Em um processo semelhante ao ocorrido nas civilizações do Antigo Oriente, uma elite sacerdotal começa a se formar, apropriando-se do excedente e gerando um Estado com fortes características teocráticas. Ao mesmo tempo, as condições para a agricultura igualmente dependiam de obras hidráulicas para transporte e contenção da água. Assim,

essas civilizações também podem ser caracterizadas como **civilizações de regadio** ou **hidráulicas**.

Algumas civilizações, cujos registros são bastante escassos, desenvolveram-se primeiro. Entre elas, a dos **olmecas**, por volta de 1500 a.C. Sua organização teve por base uma elite de sacerdotes comandando comunidades de camponeses. Essa civilização legou uma avançada técnica agrícola baseada na irrigação artificial, um sistema de escrita e numeração, um calendário e uma arquitetura religiosa. Acredita-se que a decadência olmeca tenha sido fruto da pressão de outros povos.

Sua sucessora foi a civilização de **Teotihuacán**, estabelecida no fértil vale do México, por volta de 700 a.C. Dominando as áreas vizinhas e construindo grandiosos monumentos arquitetônicos, manteve esse domínio até o século IX, aproximadamente. Igualmente pouco se sabe sobre seu fim, usualmente atribuído a doenças e conflitos internos.

América pré-colombiana



Outra importante civilização da região foi a **maia**, cuja história começa por volta de 2000 a.C., alcançando seu apogeu econômico e cultural por volta do século III d.C. Os maias não formaram um império unificado, mas estruturaram-se em cidades-Estados independentes. O predomínio social coube a uma elite hereditária de sacerdotes e militares, que dominava as populações das aldeias vizinhas, sujeitando-as ao trabalho compulsório coletivo. Entre suas realizações culturais, é possível citar a Astronomia e a Matemática, além de desenvolverem uma escrita bastante avançada, a hieroglífica.

Sua decadência ocorreu por fatores como escassez de alimentos, alterações climáticas e guerras.



Fig. 10 Chichén Itzá, pirâmide construída pelos maias, localizada em Yucatán, México.

Os **astecas**, por sua vez, desenvolveram um império que se estendeu do México até a região hoje compreendida pela Guatemala. Eles tinham como área central a atual Cidade do México, onde os astecas ergueram sua capital, Tenochtitlán, na qual se acredita que vivessem centenas de milhares de pessoas.

Sua organização econômica tinha por base a agricultura e a exploração das populações dominadas. A sociedade baseava-se em uma estrutura rígida, no topo da qual se encontrava uma camada de aristocratas e chefes militares, além dos sacerdotes. Estes mantinham o domínio sobre a massa de camponeses, que viviam sob um regime de servidão coletiva, além de um grande contingente de escravos, normalmente prisioneiros de guerra.

Da mesma forma que no Antigo Oriente, as populações camponesas organizavam-se em comunidades de aldeia, em um regime de posse coletiva da terra. Para administrar essas aldeias e para a coleta de tributos, a elite asteca contava com uma vasta burocracia de funcionários, apoiados em uma forte estrutura militar.

Os astecas formaram um império militarista, sustentado por tributos pagos pelos povos submetidos. Estabelecidos no vale do México desde o século XIV, os astecas conheceram seu apogeu sob **Montezuma II** (1502-1520), quando se tornaram senhores absolutos da região. Foi nessa época que se defrontaram com os conquistadores espanhóis, responsáveis pelo fim de sua civilização.

As civilizações dos Andes

Os primeiros núcleos de civilização desenvolveram-se a partir de 1200 a.C., com o cultivo sistemático do milho, o que possibilitou a sedentarização e o surgimento de várias cidades-Estados. A partir de 600 d.C. iniciou-se o processo de unificação desses núcleos, com o estabelecimento de impérios que ultrapassaram os limites originais dominando áreas mais vastas.

Entre esses impérios, destacaram-se sucessivamente o de Tiahuanaco, na região boliviana do lago Titicaca; o Huari, no vale do Mantaro, no Peru; e o de Chimú, no vale do Moche, também no Peru.

Foi a civilização inca que deu à região sua maior grandiosidade. Suas origens situam-se no século XII, quando ocorreu a reunião de vários povos sob o domínio do grupo inca ou quíchua, na região de Cuzco, no Peru. O longo processo de disputa bélica com povos vizinhos, pelo controle da região, desenvolveu uma forma de poder político na qual o imperador acumulou também a autoridade religiosa, tornando-se divino (o “filho do sol”).

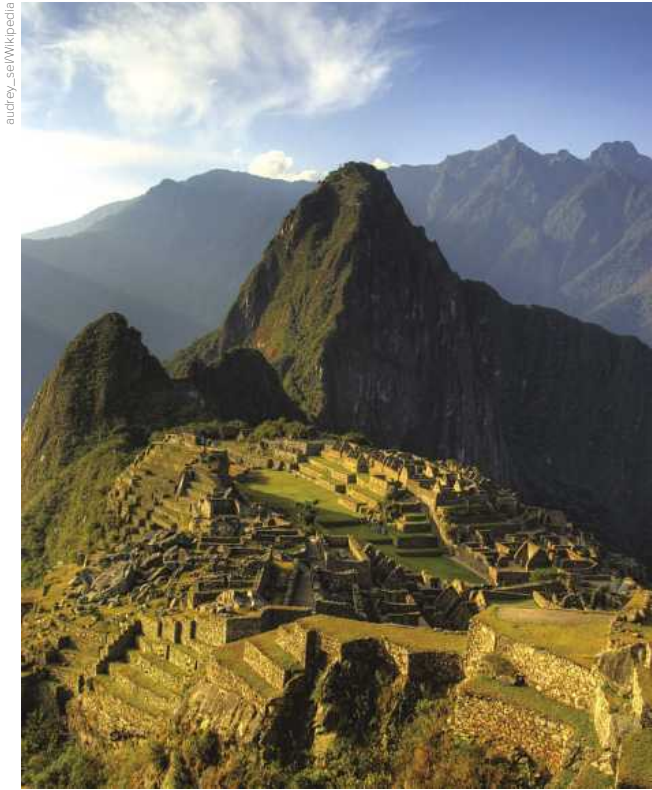


Fig. 11 Sítio arqueológico de Machu Picchu, um dos legados da cultura inca, Peru.

O período mais conhecido da história inca situa-se no século XV, com sua expansão territorial, que resultou em um império de mais de 4.500 quilômetros ao longo dos Andes e que ainda estava em fase de expansão quando os espanhóis alcançaram a região na segunda década do século XVI.

A sociedade inca era teocrática e piramidal. No topo, ficavam o soberano e sua parentela; depois os militares, os sacerdotes e os altos funcionários imperiais; mais abaixo, os trabalhadores especializados; e na base, os camponeses, submetidos à servidão coletiva.

A terra era considerada propriedade do imperador, portanto os camponeses apenas cultivavam-na. Eles também eram sujeitos à *mita*, o trabalho forçado nas obras públicas.

A administração era centralizada na capital, Cuzco, de onde partia uma extensa rede de estradas que interligava o império, dividido em quatro territórios governados por chefes, que assessoravam o inca (imperador). Cada território subdividia-se em províncias para fins de controle tributário.

Os incas não chegaram a elaborar uma escrita. Utilizaram-se apenas de pictogramas e ideogramas, mas desenvolveram um sistema contábil sofisticado, necessário em uma sociedade tributária controlada pelo Estado.

Quando os espanhóis chegaram ao império inca, Huascar e Atahualpa disputavam o poder. No mundo inca, o novo soberano poderia ser qualquer um dos filhos de qualquer esposa do último imperador ou mesmo um sobrinho, primo e até um irmão do antigo rei. Não havia qualquer tipo de escolha ou votação, de modo que detinha o poder máximo aquele que o tomasse pela força, formando alianças com as famílias poderosas e com a população. Dessa forma, no fim de cada reinado, era aberto um período de conflito. Os espanhóis se aproveitaram dessa disputa e formaram alianças no seio do mundo inca.

A chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492, desencadeou a competição europeia pelo seu domínio e exploração. Em um primeiro momento, os países ibéricos, pioneiros na expansão ultramarina, repartiram entre si o continente desconhecido por eles. Só em 1504 Américo Vespúcio provou que Colombo havia chegado a uma terra desconhecida, entre a Europa e a Ásia: em 1500, após o Tratado de Tordesilhas (1494), Portugal oficializou a descoberta de sua porção.

O século XVI foi o período da ocupação sistemática da América por Espanha e Portugal, a primeira devassando o interior do continente e o segundo permanecendo no litoral.

A conquista espanhola

Segundo o poeta chileno Pablo Neruda, a conquista espanhola foi realizada pela **cruz**, pela **espada** e pela **fome**. O catolicismo foi imposto pela força, aculturando o indígena e legitimando a dominação. A resistência nativa à nova fé, muitas vezes ingênua e não intencional, desencadeou o extermínio pela guerra justa ou, na melhor das hipóteses, a escravidão. A violência foi a marca registrada do relacionamento dos espanhóis com os indígenas: as armas, a pólvora, o cavalo, as armaduras e os **mastins** asseguraram a posse da terra. Além desses fatores, não se pode deixar de citar a fome, a subnutrição sob árduas e desumanas condições de trabalho, e as doenças, muitas delas desconhecidas na América, como gripe, sarampo e varíola, que dizimaram rapidamente aldeias inteiras.

Mastim: qualquer cão de guarda.

Nesse processo de conquistas espanholas, duas merecem destaque: a dos astecas e a dos incas.

Estabelecidos nas ilhas antilhanas desde finais do século XV, os espanhóis realizaram várias expedições de exploração do continente americano. A mais importante, sob o comando de **Hernán Cortés**, partiu de Cuba em 1519, desembarcando nas costas mexicanas, na atual Vera Cruz.

No livro *Sete mitos da conquista espanhola*, o historiador Matthew Restall mostra que é uma lenda a ideia de que os astecas submeteram-se aos espanhóis, acreditando que eles eram “deuses”. Os espanhóis, na realidade, forjaram muitas alianças com os povos dominados pelos astecas; foi por meio dessa estratégia que eles conseguiram a rendição do imperador Montezuma II.

Com o apoio de milhares de indígenas rebelados contra o domínio asteca, Cortez submeteu a capital do império,

Tenochtitlán, a um cerco de 75 dias, conquistando-a em 13 de agosto de 1521, após o extermínio de sua população por fome, sede (as águas foram envenenadas pelos espanhóis), doenças e combates.

Em 1522, os antigos territórios do Império Asteca tornaram-se a Nova Espanha.

A conquista do Império Inca foi facilitada pela guerra civil pelo trono, que opôs os irmãos Huascar e Atahualpa. Após duas tentativas fracassadas (1524 e 1526), Francisco **Pizarro** chegou à região em 1532, quando o recém-vitioso Atahualpa tentava controlar o império.

Como no México, os espanhóis foram tomados por “filhos dos deuses”. Também como no México, Pizarro prendeu o imperador para melhor controlar a população, após um massacre desnecessário. O pagamento do resgate de Atahualpa foi fixado em um aposento cheio de ouro e em dois cheios de prata. Após o pagamento, para o qual todo o império contribuiu, derretendo inclusive as estátuas dos deuses, o imperador inca foi condenado à morte.

Nomeando vários incas ligados a Huascar, sem nenhum poder efetivo, Pizarro fragmentou o império, acelerando sua conquista: Cuzco e Quito foram tomadas em 1533; e Lima, a nova capital espanhola, foi fundada em 1535.

América espanhola



A América espanhola

A extração mineral de ouro e, especialmente, de prata foi a base da produção colonial, estando centrada nos atuais México, Peru e Bolívia. Outras áreas integraram-se ao sistema através da produção de gêneros alimentícios, como o Chile e a América Central, ou pela criação de muaras, como a Argentina.

O predomínio da mineração provocou uma precoce urbanização, com grandes cidades dotadas de uma vasta gama de bens e serviços, inclusive universidades, e a forte presença fiscalizadora do Estado.

Na metrópole, havia o **Conselho Real e Supremo das Índias**, órgão que controlava a administração dos territórios

americanos, e as **Casas de Contratação**, por meio das quais passavam todas as questões relativas a impostos e comércio. Estabeleceu-se o sistema de porto único, segundo o qual toda transação comercial era feita por meio de um único porto espanhol (primeiro Sevilha e depois Cádiz) e de apenas três portos autorizados na imensa área dominada pela Espanha na América: Vera Cruz, no México; Porto Belo, no Panamá; Cartagena, na Colômbia, sendo o comércio intercolonial terminantemente proibido.

As colônias americanas suportaram uma pesada estrutura administrativa, a qual era composta de quatro **vice-reinos** – Nova Espanha (México e Califórnia), Nova Granada (Colômbia e Equador), Peru (Peru e Bolívia) e Rio da Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai) – e por quatro **capitanias gerais**, que formavam áreas estratégicas – Cuba (Antilhas), Guatemala (América Central), Venezuela (Venezuela e Guianas) e Chile.

Tanto os vice-reinos como as capitanias gerais subdividiam-se em audiências, com jurisdição sobre assuntos judiciais, religiosos, militares, financeiros e comerciais. Existiam ainda os *cabildos* ou *ayuntamientos* (câmaras municipais), encarregados da administração das vilas e cidades.

A exploração da mão de obra indígena constituiu o alicerce da produção colonial, exceto na área das Antilhas, na qual o escravizado africano foi predominante. É preciso ter cuidado quanto ao uso do termo escravidão indígena, que existiu apenas em casos excepcionais; o correto é usar a expressão servidão indígena.

A forma padrão de exploração indígena foi a **encomienda**, a qual consistia em usar o trabalho indígena como forma de pagamento pelos ensinamentos cristãos que recebiam dos **encomenderos** (proprietários de terras). As aldeias e comunidades indígenas foram cadastradas de modo que fornecessem um determinado número de homens, durante um período estabelecido, cabendo aos chefes tribais escolherem os mais aptos para o serviço requerido.

No Vice-Reino do Peru, o sistema da **mita**, adaptado pelos espanhóis, foi largamente usado. Em cada comunidade sorteava-se um número de indígenas, que eram utilizados na mineração sob um período estipulado, mediante um pagamento irrisório.

As duas formas de exploração contribuíram para arruinar a estrutura comunitária indígena, sendo também responsáveis pelo acentuado declínio da população nativa.

A Igreja teve um importante papel na América espanhola, pois auxiliava na submissão dos indígenas. Ela censurava as manifestações culturais e religiosas por meio dos Tribunais da Inquisição instalados nos vice-reinos de Nova Espanha e do Peru, acelerando o processo de aculturação indígena, e, com o estabelecimento de **missões** ou **reduções**, integrava-os aos costumes europeus, destruindo a estrutura de suas comunidades.



Fig. 12 Vista de Potosí, a maior mina de prata da América espanhola, em detalhe de mapa de Herman Moll, 1732.

A sociedade colonial espanhola, rigidamente hierarquizada segundo critério étnico (brancos, mestiços, indígenas e negros, em ordem decrescente), praticava uma discriminação institucionalizada. Os mais altos postos administrativos eram ocupados apenas por **chapetones**, espanhóis nascidos na metrópole, enquanto os **criollos**, brancos com ascendência espanhola nascidos na América, não tinham acesso à administração mesmo sendo grandes proprietários de terras e ricos comerciantes, formando a elite colonial. Mesmo no século XVIII, quando o domínio espanhol já começava a ser contestado por essa elite colonial, a presença dos **criollos** não era admitida na administração, a não ser em seu nível mais baixo, os **cabildos**.

A América inglesa

A entrada inglesa no processo colonial deu-se efetivamente no reinado de Elizabeth I (1558-1603), acelerando-se ao longo do século XVII com a criação de Companhias de Comércio para a exploração e ocupação das Antilhas e da América do Norte.

A ocupação britânica desde o início revelou uma característica dupla: as **colônias de exploração** e as **colônias de povoamento**.

A área das Antilhas e das colônias do sul da América do Norte (Geórgia, Carolina do Sul, Carolina do Norte e Maryland) formaram-se como colônias de exploração típicas, produzindo arroz, anil, tabaco (especialmente) e, posteriormente, algodão.

A área centro-norte ao longo do litoral atlântico da América do Norte, ao contrário, teve um caráter ocupacional, formando colônias de povoamento. Nelas predominavam a policultura, a pequena e média propriedade, o trabalho livre e o mercado interno.

Múltiplos fatores explicam essa exceção ao padrão de colonização americano. As condições geoclimáticas da região eram similares às inglesas (a parte norte foi batizada de Nova Inglaterra), o que lhe tirava o caráter econômico complementar. Ao longo do século XVI, a Inglaterra passou por profundos problemas religiosos e, no século XVII, por

um traumático conflito político: muitos abandonaram o país, buscando fugir do clima de intolerância religiosa e política. O avanço dos cercamentos, a ascensão econômica da burguesia e o grande crescimento demográfico que se iniciou no final do século XVII provocaram múltiplas crises sociais que encontraram solução na emigração. O grande incêndio de Londres de 1666 deixou uma multidão de desabrigados, que tiveram que procurar refúgio na América. A justiça inglesa incentivava a emigração de infelizes e **comutava** as longas penas de criminosos pela transferência para as colônias. Ademais, com a intensificação da colonização francesa no Canadá e ao longo do rio Mississippi, era importante contrapor um obstáculo entre os inimigos franceses e as colônias de exploração do sul.

O fundamental foi que as colônias do centro (Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia e Delaware) e as da Nova Inglaterra (Nova Hampshire, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut) desenvolveram uma ativa produção agrícola diversificada, que impulsionou a instalação de manufaturas, da atividade comercial interna, de uma urbanização baseada em inúmeras pequenas cidades e alguns portos significativos. A construção naval foi um dos setores que mais se desenvolveu, devido ao escoamento da produção e à obtenção de itens externos. Todo esse processo foi baseado no trabalho livre, assalariado ou em unidade familiar. Mesmo o disseminado recurso à servidão sob contrato (*indentured servitude*) contribuía para a difusão do trabalho livre. Trabalhadores pobres ou criminosos com penas comutadas tinham suas passagens para as colônias subsidiadas, em troca de um período de trabalho obrigatório (geralmente sete anos), ao final do qual eles tinham suas dívidas pagas com o Estado.

Já na passagem dos séculos XVII e XVIII, as áreas do norte estavam passando a desempenhar o papel de metrópole para as áreas do sul e antilhanas, integrando-as nos triângulos atlânticos. Comerciantes do norte navegavam até as Antilhas, onde compravam melaço, que era transportado de volta às destilarias do norte e transformado em rum. O rum ia para a África, onde era trocado por escravizados, que eram vendidos nas ilhas antilhanas, e, nessas ilhas, o melaço era comprado, dando prosseguimento ao triângulo. Ou então, os escravizados eram vendidos no sul, e os produtos da colônia, especialmente tabaco e algodão, eram comprados e transportados para Europa. Lá eles eram vendidos e, com o dinheiro da venda resultante desses produtos, quinquilharias e armas de fogo eram compradas; ou quando o destino era a África, reintroduzindo os escravizados no circuito, a colônia comprava manufaturas para serem revendidas no sul. Até meados do século XVIII, em razão de seus problemas políticos internos e pelo temor de uma aproximação do norte com as colônias francesas do Canadá, o que poderia redundar na perda das colônias de exploração do sul, a Inglaterra exerceu uma fiscalização muito frágil sob suas colônias americanas, tolerando o comércio triangular atlântico, que sob a ótica mercantilista só poderia ser classificado como contrabando.

Comutar: reduzir ou trocar (pena, castigo).

Da mesma forma, a América Continental Inglesa gozou de relativa liberdade político-administrativa e de ampla liberdade religiosa, o que reforçou suas estruturas de poder local e regional, controladas pela elite colonial.

Esse afrouxamento do pacto colonial por parte da Inglaterra recebeu o nome de **negligência salutar** e foi fator fundamental da crescente prosperidade das colônias continentais do centro-norte e do aprofundamento da ligação destas com as colônias de exploração do sul, por meio de interesses econômicos comuns.

Saiba mais

Povoamento e exploração?

A maioria dos historiadores, atualmente, rejeita a ideia de “**colônias de povoamento**” e “**colônias de exploração**”. Isso porque não houve um projeto de povoamento na América Inglesa (aliás, não houve projeto algum), como ocorreu na América espanhola, em que houve exploração e povoamento ao mesmo tempo – pois, nas condições do século XVI, era impossível fazer uma coisa sem a outra. Veja como o historiador Leandro Karnal explica esse problema no livro *História dos Estados Unidos*:

Por que os Estados Unidos são tão ricos e nós não? Essa pergunta já provocou muita reflexão. Desde o século XIX a explicação dos norte-americanos para seu “sucesso” diante dos vizinhos da América hispânica e portuguesa foi clara: havia um “destino manifesto”, uma vocação dada por Deus a eles, um caminho claro de êxito em função de serem um “povo escolhido”.

No Brasil, [...] criou-se aqui uma explicação tão fantástica quanto aquela. A riqueza deles e nossas mazelas decorreriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração.

As colônias de exploração seriam as ibéricas. [...] Nesse modelo, as pessoas saíam da Europa apenas para enriquecer e retornar ao país de origem. [...] o Estado ibérico só tinha o interesse na exploração do Novo Mundo e obter os maiores lucros no menor prazo possível. [...] a coroa ibérica seria idêntica a um certo molusco que só possuía sistema para a entrada e saída de alimentos. Estado sem cérebro, sem método, sem planejamento [...].

O oposto das colônias de exploração seriam as de povoamento. Para lá as pessoas iriam morar definitivamente. A atitude não era predatória, mas preocupada com o desenvolvimento local. Isso explicaria o grande desenvolvimento das áreas anglo-saxônicas como os EUA. Famílias bem-constituídas, pessoas de alto nível intelectual e sólida base religiosa: tais seriam os colonos que originaram o povo norte-americano.

[...]

Pronto! A explicação é perfeita! Somos pobres porque fomos fundados pela escória da Europa! Os Estados Unidos são ricos porque tiveram o privilégio da colonização de alto nível da Inglaterra. Adoramos explicações polares: Deus e o diabo, povoamento e exploração, preto e branco.

[...]

Na verdade, só podemos falar em projeto colonial nas áreas portuguesa e espanhola.

[...]

No século XVII, quando a América espanhola já apresentava universidade, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, a costa inglesa da América do Norte era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas pela fome.

A península ibérica enviava ao Novo Mundo homens de toda espécie. Dentre os primeiros franciscanos que foram ao México, por exemplo, estava Pedro de Gante, parente do próprio imperador da Espanha. No Brasil, a nova e entusiasmada ordem dos jesuítas veio com o primeiro governador-geral. Imaginar o Brasil povoado só por ladrões e estupradores é tão falso como supor que apenas intelectuais piedosos foram para as 13 colônias.

Decorridos cem anos do início da colonização, [...] a ibérica tornou-se muito mais urbana e possuía muito mais comércio, maior população e produções culturais e artísticas mais “desenvolvidas” que a inglesa. [...] As 13 colônias nascem sem a tutela direta do Estado. Por ter sido “fraca”, [...] a colonização inglesa deu origem à primeira independência vitoriosa da América.

[...]

O mundo ibérico dá a ideia de permanência. Construir e reformar ao longo de três séculos uma catedral como a da Cidade do México não é uma atitude típica de quem quer apenas enriquecer e voltar para a Europa.

[...] Quando os norte-americanos encontraram, enfim, ouro na Califórnia e no Alasca, o comportamento dos puritanos não ficou muito distante do dos católicos das Minas Gerais.

Leandro Karnal. “A formação da nação”. In: Leandro Karnal et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

A América francesa

A sistemática ocupação francesa da América deu-se no início do século XVII. Na América do Norte, no atual Canadá, foram fundadas as cidades de Port-Royal, no litoral atlântico, e de Quebec, à margem do rio São Lourenço. A partir de Quebec, exploradores e jesuítas alcançaram a região dos Grandes Lagos e, navegando até a foz do rio Mississipi (onde fundaram Nova Orleans em 1699), apossaram-se de uma vasta região, chamada **Louisiana** em homenagem ao rei Luís XIV (1661-1715).

Inicialmente, essa ocupação da América do Norte foi realizada por Companhias Privilegiadas de Comércio, que, em troca de monopólios comerciais, responsabilizavam-se pelo povoamento e pela evangelização dos indígenas. As condições climáticas adversas e o comércio de peles (de urso, cervo e especialmente de castor) atuaram no sentido de desestimular tanto a concentração demográfica francesa como uma colonização de tipo ocupacional, tentada na região de Quebec, com a transferência de famílias de agricultores católicos.

Ainda durante o reinado de Luís XIV, a coroa encarregou-se da administração colonial, que permaneceu centrada economicamente no comércio de peles. Como tal atividade não implicava ocupação de terras indígenas, as relações entre colonizadores e colonizados permaneceram amistosas e produziram um grande número de mestiços.

A ocupação da área antilhana acelerou-se a partir de 1664, com a concessão por 40 anos do monopólio de comércio e colonização à Companhia Francesa das Índias Ocidentais.

Em poucos anos, as ilhas de Martinica, Guadalupe e São Domingos (Haiti) tornaram-se grandes produtoras de cacau, algodão e, principalmente, açúcar, sob um sistema de *plantation* clássico.

A América holandesa

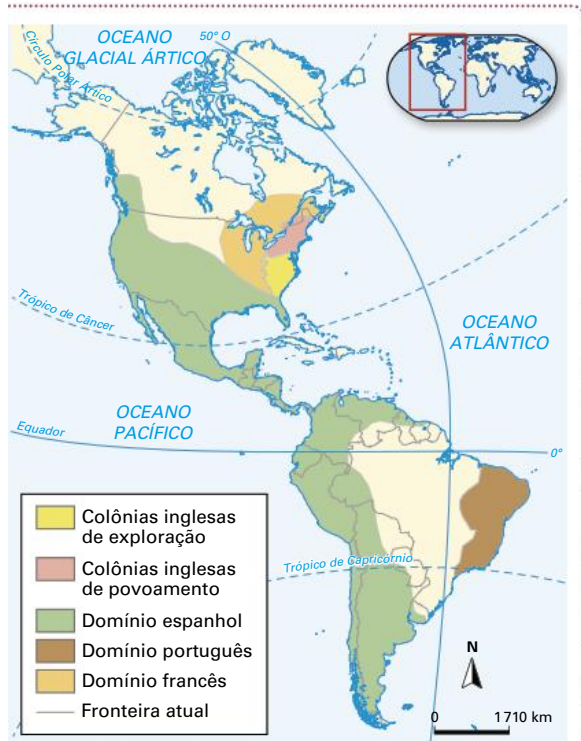
Os holandeses deram início à formação de seu império colonial durante o século XVII, em razão de sua guerra de independência contra a Espanha. Possuindo metade do total da tonelagem mercante europeia e tendo uma localização geográfica privilegiada, conquistaram a hegemonia no transporte marítimo, só quebrada em finais do século pela concorrência conjunta franco-inglesa.

Para coordenar seu imenso tráfico em escala mundial, organizaram companhias de comércio e navegação, como a **Companhia das Índias Ocidentais**, em 1621, que se especializou em traficar escravizados para as Antilhas e em exercer o contrabando com as colônias espanholas. Amsterdã transformou-se no empório europeu, reexportando com enormes lucros mercadorias de todas as procedências.

Por meio das companhias, os holandeses fundaram em 1623 **Nova Amsterdã**, que, conquistada posteriormente pelos ingleses, originou a cidade de Nova York; dominaram a Bahia entre 1624 e 1625; estabeleceram-se no Nordeste brasileiro de 1630 a 1654; apoderaram-se de uma área nas Guianas e exerceram uma ativa **guerra de corso** contra a navegação atlântica espanhola.

Nas Antilhas, onde se fixaram definitivamente, especialmente nas ilhas de Suriname e Curaçao, estabeleceram um eficiente sistema de *plantation*, destinado à produção de açúcar.

A América sob domínio europeu



O absolutismo

A partir da Baixa Idade Média, verificou-se um processo de fortalecimento da autoridade real. Esse fortalecimento deu-se em detrimento do poder autônomo da nobreza, fruto da própria crise feudal e do recrudescimento das reações camponesas. Ao mesmo tempo, as novas necessidades trazidas pelo comércio (unificação dos mercados internos, abolição das barreiras feudais) também impunham a criação de um Estado centralizado, capaz de estender seu poder por toda uma vasta área, submetendo toda a nação às suas leis, à justiça, à força militar, à administração e a regulamentações econômicas.

Tal processo explica a centralização de poder real que se verificou nos vários países europeus a partir da Baixa Idade Média, ou seja, é o processo de formação das monarquias nacionais. Por outro lado, uma série de circunstâncias paralelas a essa impôs, além da centralização, um determinado tipo de Estado: o absolutista.

Não se pode confundir os conceitos de Estado centralizado e poder absoluto. O primeiro conceito está presente na maioria dos Estados existentes hoje, nos quais a autoridade política estende-se até os limites da nação, de modo que as leis, regulamentações, impostos etc., estabelecidos pelo Estado, aplicam-se a todo o território do país, bem como sua força militar e a justiça. Entretanto, a partir do século XVIII, verificou-se a criação de uma série de mecanismos que limitou o poder do Estado, entre elas a imposição de elementos de participação da população nas decisões, tais como uma Constituição, um Parlamento independente, bem como o próprio princípio da divisão de poderes.

Nenhum desses elementos estava presente nos Estados que se consolidaram na Idade Moderna. Ao contrário, esse período caracterizou-se por um tipo de Estado monárquico, no qual não havia qualquer limite ao poder real. Essa forma de Estado corresponde ao **absolutismo**.

Há uma série de circunstâncias que possibilitaram esse tipo de Estado. Em primeiro lugar, como já dito, há que se levar em consideração o enfraquecimento da nobreza ditado pela crise feudal e pelo crescimento das revoltas camponesas, que ameaçavam diretamente suas terras, seu poder e sua hegemonia. Ao mesmo tempo, essa nobreza, dentro da forma de organização militar feudal, na qual a defesa baseava-se em tropas locais, era incapaz de conter revoltas que, muitas vezes, estendiam-se por vastas regiões, casos da *jacquerie*, na França, da revolta de Watt Tyler, na Inglaterra, ou das inúmeras revoltas na Alemanha.

Com todos esses fatores, percebe-se que a própria nobreza necessitava de um Estado forte, capaz de garantir-lhe suas terras, seus privilégios e seu poder, mesmo que em detrimento de sua autonomia política. Essa nova condição permitiu a essa nobreza ocupar cargos na administração e nos exércitos reais, contando com uma série de regalias, como pensões, cargos públicos, isenção de impostos, ao mesmo tempo que conservava suas terras e sua condição de camada hegemônica, detendo as pretensões políticas da nascente burguesia por vários séculos.

Guerra de corso: tipo de guerra irregular em que um comandante de navio mercante armado ou de guerra obtém autorização do Estado para atacar o tráfego marítimo do inimigo e suas instalações.

O caráter incipiente da burguesia também contribuiu para esse fortalecimento da autoridade real. Embora enriquecida com o crescimento da atividade mercantil, a nova camada burguesa ainda estava distante de uma condição em que pudesse suplantar o predomínio da nobreza e implementar as ações necessárias para um efetivo crescimento. A abertura de estradas, a construção de portos, a criação de um sistema tributário nacional, que superasse as alfândegas feudais, entre uma série de outros elementos, eram tarefas que a burguesia não conseguiria implantar e, para isso, necessitaria de um Estado forte, o qual ela ainda não tinha condições de controlar. Assim, também a burguesia viu-se obrigada a acomodar-se sob o manto real.

Por outro lado, a riqueza gerada pela atividade mercantil abria ao rei possibilidades imensas de tributação, gerando nas mãos do Estado recursos fundamentais para seu fortalecimento. Dessa forma, verifica-se uma simbiose entre os interesses do rei e da burguesia: a centralização do poder criava condições para o crescimento da atividade comercial, beneficiando a burguesia e, ao mesmo tempo, a atividade burguesa gerava recursos que permitiam ao rei arrecadar mais, possibilitando-lhe manter um exército poderoso, uma administração eficiente e uma justiça sob seu controle. Nunca houve uma aliança direta e explícita entre os reis e a burguesia; o que ocorreu foi que, por um lado, o Estado centralizado facilitou os negócios burgueses e, por outro, a ascensão da burguesia ampliou a taxaço por parte do Estado absolutista.



Saiba mais

A expressão **rei-burguesia**, largamente utilizada, costuma ser erroneamente interpretada como tendo um significado político. É importante que se note que a suposta aliança entre rei e burguesia não pode ser interpretada com o significado de que o Estado moderno tenha tido um caráter burguês. Ao contrário, o rei permanece ligado à nobreza: seus vínculos e compromissos estão diretamente vinculados a essa camada social.



Fig. 13 O quarto da rainha Maria Antonieta no Palácio de Versalhes: ostentação proporcionada pelo Estado absolutista.

A manutenção de uma divisão social **estamental**, herança da Idade Média, foi de suma importância para a consolidação do processo de fortalecimento real. A primeira categoria, a do **clero**, dividia-se em uma pequena camada privilegiada de bispos e abades (grandes proprietários de terra) e em uma grande massa de padres e vigários de paróquias rurais, que subsistiam em condições que beiravam a miséria. A segunda categoria, a da **nobreza**, repartia-se entre a aristocracia, o seletivo grupo formado pelos principais nobres do reino que, além de suas extensas propriedades rurais, recebiam pensões e regalias reais; a togada, composta de elementos de origem burguesa que ascenderam socialmente e que, normalmente, ocupavam cargos na magistratura; e a provincial, mais numerosa, que procurava sobreviver por meio de seus antigos direitos e privilégios senhoriais.

A terceira categoria social, o **Terceiro Estado**, que abrangia a esmagadora maioria da população, estava longe de ser homogênea, agrupando burgueses, artesãos e camponeses. A burguesia subdividia-se em alta, composta de descendentes do patriciado urbano da Baixa Idade Média e de elementos enriquecidos com o desenvolvimento manufatureiro e comercial propiciado pela exploração colonial; e em baixa, agrupando funcionários públicos, profissionais liberais e pequenos comerciantes. Os artesãos encontravam-se ainda sujeitos à organização segundo as normas das corporações de ofícios, com suas diferenças profissionais entre mestres, oficiais, aprendizes e jornaleiros. Os camponeses formavam uma gama enorme de população rural, que ia desde os pequenos proprietários, passando pelos cultivadores arrendatários e chegando até a massa oprimida por corveias e taxas senhoriais.

Em suma, o poder real alicerçava-se nos conflitos internos das três categorias sociais e apoiava-se no equilíbrio entre as duas mais fortes, a nobreza e a burguesia, fundamental para o fortalecimento da monarquia.

O absolutismo caracterizou-se por uma identificação entre a figura do soberano e as representações do Estado e da Nação. Esse sistema político pode ser visto como a evolução dos Estados nacionais, que se estabeleceram durante a Baixa Idade Média, contra o particularismo dos senhores feudais e o universalismo da Igreja, que transformou os vassalos em súditos, com uma abrangência nacional. Por meio da centralização, a retomada real dos poderes jurídico-administrativos, usurpados pela nobreza foi o objetivo básico dos soberanos. Uma vez destituída de poder político, a nobreza teve mantidas suas propriedades e seus privilégios, pois sem o apoio dos nobres só restaria aos reis o apoio da burguesia. A Igreja, durante o absolutismo, perdeu seu caráter universal e passou a ser um instrumento do poder real em nível nacional, especialmente depois dos conflitos generalizados produzidos pela Reforma. Vale ressaltar, nesse ínterim, que a ideia de nacionalismo é absolutamente estranha às monarquias modernas; embora já se fale em nação, só é possível falar em nacionalismo após a Revolução Francesa.

O mercantilismo, por meio de seu caráter de reforçar o controle do Estado sobre as atividades econômicas, também contribuiu para ampliar a força estatal e o papel

interventor do Estado sobre a sociedade. Um grande corpo burocrático constituiu-se progressivamente, reforçando o poder do rei. Esse corpo burocrático era composto de funcionários públicos encarregados de exercer uma padronização de âmbito nacional na aplicação da justiça, na cobrança de impostos e taxas, na manutenção do exército e na administração em geral.

Os teóricos do absolutismo

Vários teóricos produziram obras não apenas para justificar o poder absoluto dos reis, mas também para fornecer subsídios teóricos aos seus governos. A teoria do absolutismo foi sendo elaborada desde o final da Idade Média e acabou por conceituar o rei como o representante de Deus na Terra, defensor da pátria e da religião, legislador e representante legítimo do Estado, cujos interesses estavam acima dos interesses particulares. Dentre os teóricos do Absolutismo, alguns merecem destaque: Nicolau Maquiavel, Jean Bodin, Hugo Grotius, Thomas Hobbes e Jacques Bossuet.

O florentino republicano Nicolau **Maquiavel** (1469-1527), em sua obra *O príncipe*, não pode ser visto como um defensor do Estado absolutista, posto que, em sua época, não existia Estado centralizado na Itália, e o absolutismo não era uma realidade consolidada na Europa. Contudo, sua visão sobre a política foi fundamental na modernidade. O autor é o primeiro a defender que a ética cristã – que prega a transparência, a verdade e a sinceridade plenas –, por mais que seja adequada para a salvação da alma, não o é para a salvação da cidade. De acordo com o autor, no campo político, para garantir o bem comum, por vezes é necessário o uso de máscaras, traições e mentiras. Maquiavel nunca disse que “os fins justificam os meios” e a ideia de que o autor defendia a “maldade” pura e simples é equivocada; tudo o que está em *O príncipe* é a noção de que, para a manutenção do governo, é necessário ser bom sempre que possível, e mau quando necessário.



Fig. 14 Santi di Tito. *Retrato de Nicolau Maquiavel*. Aprox. segunda metade do século XVI. Óleo sobre tela. Palácio Vecchio, Florença, Itália.

Jean **Bodin** (1530-1596), francês, autor de *A República*, defendeu a teoria da **soberania não partilhada**, segundo a qual a autoridade real era semelhante à paterna, não podendo por isso sofrer restrições. Além disso, a soberania do rei emana das leis de Deus, por isso, pode legislar sem precisar do consentimento de ninguém.

Hugo **Grotius** (1583-1645), holandês, na obra *O direito da guerra e da paz*, justificou o despotismo e o poder ilimitado do Estado, como garantia contra o caos e a turbulência política.

Thomas **Hobbes** (1588-1679), inglês, consciente da natureza do Estado enquanto destruidor da liberdade, chamou-o de Leviatã, nome homônimo de sua obra fundamental. O próprio termo merece uma consideração: Leviatã era o nome de um monstro da mitologia fenícia que simbolizava o caos e que foi incorporado ao ideário cristão como uma das quatro bestas do Apocalipse, uma figura aterrorizante e destruidora.

É assim que Hobbes vê o Estado, um monstro, cuja própria existência destrói a liberdade. Mesmo assim ele o justifica, baseado em uma análise da evolução humana. Segundo Hobbes, o “estado de natureza” do homem é o estado de liberdade. Entretanto, o homem é dotado de características, de fraquezas e de paixões, as quais tornam a vida em liberdade impossível. Hobbes afirma, por exemplo, que o homem ama a liberdade e, ao mesmo tempo, o domínio sobre os outros. Se deixado livre, o homem se conduz a guerras que ameaçam sua própria sobrevivência (*homo lupus homini*, “o homem é o lobo do homem”). Por esse motivo, o homem vive em sociedade, na qual surge o Estado que, pela força, impõe regras ao homem, as quais ele é obrigado a respeitar por medo de ser castigado por não cumpri-las. Esse pacto, entre Estado e homem, garante a sobrevivência do indivíduo em sociedade.

Assim, para Hobbes, o poder absoluto de um rei ou de uma assembleia de homens é legítimo, uma vez que emerge do próprio caráter da humanidade. Mais do que isso, ao criar o Estado, o homem estava abrindo mão da liberdade, em troca da segurança.



John Michael Wright/Wikipedia

Fig. 15 John Michael Wright. *Retrato de Thomas Hobbes*, c. 1669-1670. Óleo sobre tela. National Portrait Gallery, Londres, Inglaterra.

Outro teórico, cuja obra possui uma análise mais simples, mas, ao mesmo tempo, extraordinariamente eficiente, foi Jacques **Bossuet** (1627-1704). Esse bispo francês, na obra *Política extraída da Sagrada Escritura*, estabeleceu o princípio do direito divino dos reis. Segundo ele, a autoridade do rei é sagrada, porque emana diretamente de Deus. O rei age como ministro de Deus na terra; portanto, discutir sua legitimidade é cometer sacrilégio e rebelar-se contra ele é rebelar-se contra Deus. É interessante frisar que a obra de Bossuet foi fruto da mesma realidade que produziu o poder de Luís XIV, rei da França, que representou o apogeu do absolutismo; inclusive, Bossuet foi professor do rei francês.

O absolutismo francês

Na França, verificou-se a forma mais clara de absolutismo. Na verdade, a própria conceituação desse tipo de regime, definido como uma forma de governo na qual não há limites legais ao poder real, é fruto da análise que se faz da monarquia francesa, consolidada durante a Dinastia Bourbon, particularmente no reinado de Luís XIV, cuja frase “O Estado sou eu” é a própria síntese dessa concepção de governo.

Entretanto, um longo processo levou a essa consolidação. Lembramos que o processo de fortalecimento da monarquia francesa tem como origem o quadro de enfraquecimento da nobreza a partir da baixa Idade Média. Esse enfraquecimento, fruto da crise feudal e do recrudescimento das revoltas camponesas, foi aproveitado pelos reis, que passaram a ocupar um espaço político muito maior.

Já ao final da Dinastia Capetíngia (primeira metade do século XIV), o poder real ganhou um impulso no reinado de Filipe IV, o Belo, que procurou inclusive impor-se sobre a Igreja, levando ao Cisma do Ocidente.

Durante o século XIV, o poder monárquico ganhou um forte impulso com a Dinastia Valois. Em 1337, no reinado do primeiro rei Valois, Filipe VI, irrompeu a Guerra dos Cem Anos contra a Inglaterra; os conflitos tiveram um significado profundo para a consolidação do Estado nacional e do poder real na França.

Lembramos que, em uma ótica feudal, o rei é o suserano máximo, condição que lhe dá, acima de tudo, o controle militar sobre a nobreza. Em um quadro de guerra, a tendência é a ampliação da dependência da nobreza em relação ao rei, condição que se amplia sobremaneira em uma guerra extremamente longa como a Guerra dos Cem Anos. Ao longo de mais de um século, não apenas se consolidou a autoridade do rei sobre a nobreza, como o próprio sentimento de união solidificou-se, criando as condições para que a imagem do rei enquanto soberano se cristalizasse.

Por outro lado, essa consolidação do poder real, que se ampliou a partir do término da guerra, não se fez sem despertar forte oposição de uma série de setores da sociedade francesa. Essa oposição vinha de setores da nobreza, descontentes com a perda da autonomia, e da burguesia, principalmente de Flandres, submetida a tributos e regulamentações reais.

Foi a partir do século XVI que a oposição ao poder real ganhou um forte elemento de unidade, representado pelo calvinismo. Contra o rei e a nobreza, ambos católicos, levantavam-se setores descontentes da nobreza e da burguesia, além do apoio de setores populares. A adoção da religião calvinista por esses setores descontentes, como forma de afirmarem sua autonomia, deu a essa luta uma conotação religiosa, tanto que as lutas políticas que assolaram a França a partir da segunda metade do século XVI foram chamadas de **Guerras de Religião**. Na verdade, verificou-se o mesmo processo que marcou toda a Europa durante esse período: conflitos políticos apresentarem-se mascarados como questões religiosas.

No reinado de Francisco II (1559-1560), houve o primeiro massacre de huguenotes e o confronto tornou-se

generalizado, inclusive com a interferência de países estrangeiros. Elizabeth I da Inglaterra apoiou os huguenotes (calvinistas franceses) e Felipe II de Espanha, os católicos.

Durante o governo de Carlos IX (1560-1574), cujos primeiros onze anos transcorreram sob a regência de sua mãe, Catarina de Médicis, a luta entre católicos e protestantes acirrou-se, adquirindo um caráter constante. Tentando pacificar os ânimos e reunificar o país, em 1562, Catarina, pelo Edito de Saint-Germain, concedeu aos huguenotes o direito de culto em algumas cidades e o direito de manter quatro fortalezas, entre elas La Rochelle.

Contudo, temendo a crescente influência do almirante Coligny, líder huguenote, sobre o rei, Catarina tramou com Henrique, duque de Guise, líder dos católicos, o assassinato de Coligny. O atentado falhou, mas acabou desencadeando o massacre de mais de três mil protestantes pelas ruas de Paris, em 24 de agosto de 1572. Esse episódio ficou conhecido como **Noite de São Bartolomeu**.



Fig. 16 François Dubois. *O massacre da noite de São Bartolomeu*, c. 1572-84. Óleo sobre madeira. 93,5 × 151,4 cm. Museu Cantonal de Belas Artes, Lausane, Suíça.

O massacre reacendeu a guerra civil, que se transformou na Guerra dos Três Henriques, correspondente ao reinado de Henrique III (1574-1589), irmão de Carlos IX. O poder real foi contestado por Henrique de Guise, que fundou a Liga Católica para pressionar o rei, e por Henrique de Navarra e Bourbon; este último era huguenote e sucessor presuntivo do trono por ser primo relativamente próximo do rei. A morte de Henrique III sem herdeiros diretos consolidou a pretensão de Henrique de Navarra e Bourbon. Entretanto, sua pretensão ao trono esbarrou na forte oposição dos setores católicos. Para contornar essa oposição, em 1589, o líder huguenote converteu-se ao catolicismo, proferindo a frase “Paris vale bem uma missa”, sendo coroado rei como Henrique IV.

Henrique IV deu início à Dinastia **Bourbon**, que consolidou o absolutismo francês. O rei pacificou o país e decretou o Edito de Nantes (1598), que concedia liberdade de culto aos huguenotes e o direito de conservar algumas fortalezas para sua proteção. O efeito de seu reinado foi o de pacificar internamente o país, eliminando os focos de oposição ao poder real. Essa pacificação criou a condição típica em

torno da qual se edifica o absolutismo: ao mesmo tempo que o rei se aproxima da nobreza, ele dá à burguesia condições para o seu desenvolvimento relativamente autônomo.

Com a morte de Henrique IV, em 1610, o trono passou para Luís XIII (reinou de 1610 a 1643), que, criança, teve como regente sua mãe, Maria de Médicis. A regente delegou o governo ao cardeal Richelieu (de 1624 a 1642), que se empenhou a fundo para fortalecer o poder real. Os Estados Gerais foram convocados pela última vez em 1612; os huguenotes, que formavam “um Estado dentro do Estado”, foram vítimas de uma luta implacável, até a derrota que lhes custou a perda dos direitos políticos e militares, conservando apenas a liberdade de culto; e a nobreza foi subjugada.

Externamente, Richelieu aliou-se aos protestantes, que lutavam contra os Habsburgo católicos, durante a **Guerra dos Trinta Anos** (1618-1648). Essa guerra teve como origem um conflito político no interior do centro do poder Habsburgo na Europa, o Sacro Império Romano-Germânico. A luta eclodiu quando um reino pertencente ao Império, o reino da Boêmia, procurou tornar-se independente, tendo como estopim uma questão religiosa (o reino da Boêmia era calvinista, ao passo que o Sacro Império era o grande bastião do poder católico na Europa).

Seria uma guerra específica ao Sacro Império, não fossem, de um lado, os antagonismos despertados pelo poderio dos Habsburgo e, de outro, o apoio de outras monarquias ao Império, sendo estas igualmente governadas pelos Habsburgo.

Os Habsburgo reinavam na Espanha e no Sacro Império, tendo ainda o domínio sobre o Franco Condado (um enclave no interior da França), do sul da Itália e de outras regiões na Europa. Esse poder era contestado pelo reino da Boêmia (em luta pela independência), pela Holanda (recém independente do domínio dos Habsburgo espanhóis), pela Suécia (que tinha uma disputa com o Sacro Império no mar Báltico) e pela Rússia (que tinha disputas de fronteiras com o Império). Dessa forma, ao eclodir a guerra, todos esses países colocaram-se contra o Sacro Império, o qual contou apenas com o apoio da Espanha.

Para a França, essa guerra abria a possibilidade de reduzir o poder Habsburgo na Europa e consolidar-se como principal monarquia europeia. Foi por essa razão que Richelieu colocou a França na guerra, criando uma situação aparentemente paradoxal. Afinal, a França era um país católico; seu rei, Luís XIII, era católico; mais de nove décimos da sua população era formada por católicos e seu governante de fato, Richelieu, era um cardeal da Igreja Católica. Mesmo assim, a França entrou na guerra ao lado dos protestantes da Boêmia contra o Império católico, o que mostra de forma clara que na história dos conflitos europeus da Idade Moderna os interesses religiosos eram sempre suplantados por interesses políticos.

De qualquer forma, os objetivos de Richelieu foram plenamente atingidos. A guerra, que se concluiu após a morte do cardeal, pela Paz de Westfália, deu à França as províncias da Alsácia e da Lorena e os bispados de Metz, Toul e Verdun, além de enfraquecer definitivamente o poder Habsburgo na Europa. A França, portanto, conseguiu alcançar a condição de grande potência continental.

O apogeu do absolutismo francês ocorreu no reinado de Luís XIV (de 1643 a 1715), chamado o Rei Sol, que subiu ao trono ainda criança. O governo foi exercido pelo cardeal Mazzarino (até 1660), que eliminou as frondas (associações de nobres e burgueses revoltados contra os constantes aumentos de impostos), afastando a última ameaça à consolidação do Absolutismo. Em 1661, quando o rei assumiu pessoalmente o governo, o grau de concentração de poderes na figura do monarca era tão amplo que a frase cunhada por Luís XIV (“*L’état c’est moi*”, “O Estado sou eu”) constituiu-se em uma verdadeira síntese da natureza do absolutismo.

Luís XIV encarnou com perfeição a figura do monarca absolutista, exercendo diretamente a mais alta função administrativa. A Corte foi transferida para Versalhes, onde a alta nobreza, envolta em um estilo de vida luxuoso, logo passou a depender das benesses reais. Em 1685, sob o princípio *um rei, uma lei, uma fé*, o Edito de Nantes foi revogado, o que levou muitos burgueses protestantes a emigrar, provocando uma fuga de capitais do reino. A burguesia católica viu abertas as portas da ascensão social: era possível comprar títulos de nobreza, tornando-se um membro da **nobreza togada**. Em toda a história da França, nunca houve um título desse que tenha sido colocado à venda e não tenha sido comprado. Enquanto Jean-Baptiste Colbert ampliou a ação econômica da monarquia, tendo por base a intensificação da produção manufatureira e ampliando largamente os recursos do Estado, a burguesia era pacificada por meio da possibilidade de ascensão social.

Externamente, a França consolidou sua expansão colonial, na América e na Índia, e envolveu-se em várias guerras europeias visando assegurar sua posição hegemônica.

Por outro lado, a situação econômica da França começou a deteriorar-se a partir do século XVIII. A revogação do Edito de Nantes revelou-se mais prejudicial do que se imaginava a princípio. Ela significou a perda, pela França, de capitais e dos cérebros pensantes em termos de negócios, enfraquecendo a atividade produtiva interna. Além disso, o século XVIII trouxe um imenso crescimento da produção manufatureira na Inglaterra, cristalizada com a Revolução Industrial, tornando impossível qualquer tipo de concorrência por parte da França.

A morte de Luís XIV e a posse de Luís XV marcam o início da derrocada da monarquia francesa. O novo rei teve de conviver com uma economia que dava sinais de esgotamento, com o descontentamento da burguesia e com a crescente reação popular. Em uma tentativa de reverter essa situação, Luís XV sustentou uma guerra contra a Inglaterra, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que ocasionou resultados catastróficos para a economia francesa: a perda do Canadá e da Índia, peças importantes do império colonial francês.

Ao mesmo tempo, o descontentamento interno começava a ganhar corpo por meio de uma nova visão de mundo que começava a se disseminar, a Ilustração ou Iluminismo. Tal visão serviu como base teórica para a luta que se começava a travar contra o absolutismo, os privilégios da nobreza e o controle do Estado sobre a economia. As novas ideias de liberdade e igualdade encontraram na França absolutista, com uma nobreza decadente e parasitária, um espaço perfeito para seu florescimento.

O próprio Luís XV foi capaz de compreender a natureza explosiva da combinação entre crise econômica, descontentamento da burguesia, fome e miséria nas camadas populares e o crescimento das ideias iluministas. Ao final de seu reinado, deixou uma frase que sintetizava a situação da monarquia francesa: “Depois de mim, o dilúvio”.



Fig. 17 Louis-Michel van Loo. *Retrato de Luís XV*. Óleo sobre tela. Biblioteca e Arquivo Canadá. O início do fim de uma era.

Palavras que se revelaram proféticas, pois no reinado de seu sucessor, Luís XVI, essa combinação de elementos provocou a Revolução Francesa, que varreu não apenas o absolutismo, mas a própria monarquia francesa.

O absolutismo inglês

O processo de centralização do poder e de fortalecimento da monarquia, comum aos países da Europa Ocidental durante a Idade Moderna, sofreu um revés na Inglaterra no início do século XIII. Ao se tratar da formação da monarquia inglesa, em 1215 os barões feudais ingleses, em uma reação às pesadas taxas impostas pelo rei João Sem-Terra, impuseram-lhe a **Magna Carta**. Esse documento estabelecia uma série de limitações ao poder real, criando o Grande Conselho, que é o embrião do **Parlamento** inglês.

A Magna Carta é considerada a base concreta da liberdade política na Inglaterra. Pelos seus termos, o rei não poderia criar impostos, convocar tropas ou declarar guerra sem a autorização do Grande Conselho, que reunia membros do clero e da nobreza. Mais tarde, com a incorporação de representantes do povo (setores não ligados ao clero ou à nobreza) em seus quadros, o Grande Conselho (ou Parlamento) significou um avanço expressivo na criação de um mecanismo de representação da população no poder.

Contudo, é igualmente claro que sua existência representou, ao menos teoricamente, um limitador claro ao poder real, impedindo formalmente o absolutismo.

Se o rei aceitou a Carta Magna, houve absolutismo na Inglaterra? A resposta a essa questão não pode ser formulada em termos rígidos. Naturalmente, a existência do Parlamento cria uma condição que foge à formatação teórica do absolutismo. Do ponto de vista formal, o poder do rei sempre esteve limitado pelo Parlamento, órgão que perdura até os dias atuais, excetuando-se um curto período de 12 anos no qual deixou de existir (entre 1628 e 1640). Por outro lado, veremos que, em alguns períodos, particularmente durante o reinado da Dinastia Tudor, o poder monárquico conheceu tamanho fortalecimento que permitiu ao rei um controle total sobre o Parlamento.



Fig. 18 Imagem do século XX mostrando o rei João Sem-Terra assinando a Magna Carta.

O Parlamento converteu-se em um órgão de legitimação do poder real e não de limitação a esse poder que, não teoricamente, mas na prática tornou-se absoluto. Além disso, como a Inglaterra era uma ilha, os reis absolutistas, embora dispusessem de uma poderosa marinha, nunca constituíram um exército nacional permanente – outro fato que limitou o poder do rei, sempre dependente da ajuda militar da nobreza. Assim, percebemos que na Inglaterra existiu uma forma particular de absolutismo, na qual a monarquia inglesa jamais se constituiu em um Estado absolutista **de direito**, mas sim **de fato**.

O poder monárquico sofreu um forte golpe com a Magna Carta. Entretanto, esse quadro começou a ser revertido a

partir das transformações econômicas que a Inglaterra passou a conhecer bem pelos efeitos da Guerra dos Cem Anos. O crescimento do comércio gerou uma transformação sensível nas atividades econômicas da nobreza. Os contatos cada vez mais intensos com a região de Flandres, rica na produção de manufaturas de tecidos, tornaram a produção da lã, matéria-prima para as manufaturas, a mais lucrativa atividade agrária. Grandes extensões de terra foram convertidas em pastagens para a criação de ovelhas. Apropriando-se dessas terras, os nobres cercavam-nas, delimitando sua propriedade e expulsando as populações camponesas. Esse processo, conhecido como **cercamentos**, não apenas impedia o acesso da população à terra como ainda reduzia drasticamente sua possibilidade de trabalho, dado que o pastoreio requeria uma quantidade bem menor de mão de obra.

Ao mesmo tempo, os interesses ingleses sobre a região de Flandres foram decisivos para a invasão desta, o que acabou por eclodir a Guerra dos Cem Anos.

A guerra trouxe um efeito duplo para a monarquia inglesa. Tem-se que uma guerra significava o fortalecimento do poder real, o qual, como suserano máximo, passava a ter o controle militar sobre a nobreza. Assim, em uma guerra particularmente longa como essa, fica difícil conseguir que a figura do rei não se cristalice como autoridade suprema. Paralelamente a isso, uma série de revoltas sociais, notadamente camponesas, eclodiu como resultado das dificuldades econômicas geradas pela guerra, o que enfraqueceu ainda mais a nobreza, tornando-a mais dependente do poder real.

Dessa forma, durante os anos da guerra, a monarquia inglesa conheceu um processo de fortalecimento. Entretanto, o fim da guerra trouxe uma realidade diferente. A derrota inglesa significou um agravamento da crise econômica, não apenas pelos gastos militares, mas pela perda do contato com a região de Flandres. Ao mesmo tempo, a derrota significou uma perda de prestígio para a monarquia. Todos esses elementos criaram as condições para uma intensa luta pela sucessão ao trono. De um lado, a família Lancaster, ligada à nobreza tradicional, e, de outro, a família York, vinculada a nobres aburguesados, guerrearam pelo poder. A luta gerou a mais intensa guerra civil da História inglesa, a **Guerra das Duas Rosas**, que se estendeu de 1455 a 1485. O nome da guerra deve-se ao fato curioso de que ambas as famílias tinham em seus brasões a figura de uma rosa (branca para os York e vermelha para os Lancaster).

A guerra concluiu-se com um acordo entre as duas famílias, que foi celebrado no casamento entre Henrique Tudor (herdeiro do trono pelo ramo dos Lancaster) e Elizabeth York. Esse casamento significou um arranjo político que aproximou os dois setores, ao mesmo tempo que famílias nobres não tão fortes politicamente haviam sido neutralizadas pela morte de seus principais líderes. Assim, Henrique Tudor foi coroado rei, com o nome de Henrique VII, cujo reinado (1485 a 1509) deu início à Dinastia Tudor, já contando com a pacificação interna da nobreza.

Restava ainda outro setor politicamente poderoso na Inglaterra, a Igreja Católica. Foi o filho de Henrique VII, **Henrique VIII** (reinado de 1509 a 1547), que neutralizou o

poder da Igreja na Inglaterra. Henrique VIII rompeu com a Igreja Católica e, por meio do **Ato de Supremacia** de 1534, tornou-se a maior autoridade sobre a Igreja Anglicana, a igreja nacional inglesa.

Embora o rei tenha tornado a Inglaterra anglicana, o fato é que a maioria da população – nobres, burgueses e camponeses – acabou por aderir ao calvinismo, fato que criaria muitos problemas no futuro. De qualquer maneira, o ato contou com o apoio da nobreza, interessada nas terras da Igreja, que totalizavam cerca de um terço das terras cultiváveis no país. Um grupo grande de burgueses, além do mais, por meio da compra da terra, conseguiu ascender socialmente, nascendo assim a *gentry* (os membros da *gentry* eram os chamados *gentlemen*), que, na época, representava a pequena nobreza (posteriormente, no século XIX, o nome passou a ser utilizado na Inglaterra para qualificar qualquer membro da classe média). Ao mesmo tempo, durante seu reinado, a Inglaterra conheceu um forte crescimento mercantil, notadamente pelos pesados investimentos da monarquia na marinha mercante.

O filho de Henrique VIII, Eduardo VI (reinado de 1547 a 1553), deu prosseguimento à política religiosa de seu pai. Entretanto, a morte prematura de Eduardo VI, que não deixou herdeiros, pôs no trono sua irmã, Maria I (reinado de 1553 a 1558). Casada com Felipe II, Habsburgo, rei da Espanha e fanático católico, ela restabeleceu o catolicismo e perseguiu ferozmente os protestantes. A violência das perseguições deu a ela o apelido de Maria, a Sanguinária (*Bloody Mary*).

Elizabeth I (ou Isabel), filha mais nova de Henrique VIII, restabeleceu em seu reinado, de 1558 a 1603, a política de compromisso entre a monarquia e os setores mais importantes da sociedade. Ela restabeleceu o anglicanismo, tornando-o novamente a religião de Estado e instrumento de poder, além de manobrar habilmente entre os opositores. Os calvinistas que haviam se refugiado no exterior voltaram ao país, passando a ser chamados, a partir de então, de **puritanos**. Foi em seu reinado que se iniciou a colonização efetiva da América do Norte, com a criação da colônia da Virgínia, em 1584. Ao mesmo tempo, o país passou por um notável crescimento econômico, que contemplou especialmente as manufaturas têxteis, a mineração de carvão e a construção naval. O comércio internacional desenvolveu-se por meio da formação de várias companhias privilegiadas de comércio e de uma feroz guerra de corso dirigida contra a navegação e as possessões coloniais espanholas. A monarquia implementava ações de pirataria que acabavam tendo como alvo principal os navios espanhóis, fato facilmente compreensível pela grande quantidade de metais preciosos que transportavam.



Saiba mais

A pirataria inglesa sempre teve como condição marcante sua vinculação ao Estado. Os piratas ingleses eram, na verdade, corsários, termo que designa uma atividade de pirataria de caráter oficial. Henry Morgan, Sir Francis Drake, Thomas Cavendish, Edward Fenton e vários outros conhecidos piratas ingleses eram comandantes da marinha inglesa e suas ações eram determinadas pela monarquia como política de Estado.



Fig. 19 Artista desconhecido. *Rainha Elizabeth I*, c. 1575. Óleo sobre painel. National Portrait Gallery, Londres, Inglaterra.

Essa rivalidade nos mares provocou uma guerra entre Inglaterra e Espanha. Contra a Inglaterra, Felipe II, rei da Espanha, lançou aquela que ele chamou de “Invencível Armada”, a qual foi, entretanto, destruída pela marinha inglesa. A vitória sobre a Espanha fortaleceu a Inglaterra, assegurando-lhe uma condição de supremacia nos mares, o que favoreceu em muito a economia do país inglês.

Além desses fatores, as condições sociais passavam por um processo de agravação, principalmente em função dos cercamentos dos campos, prática que se tornou mais intensa durante a Dinastia Tudor. A expulsão dos camponeses de suas terras bem como a falta de trabalho no campo provocavam um sensível êxodo rural, concentrando nas cidades uma massa de miseráveis que a atividade manufatureira, embora crescente, não conseguia absorver. Com isso, a miséria gerava um elemento de tensão social que se somava à crescente reivindicação da burguesia por maior autonomia econômica e pela participação nas decisões políticas. Contudo, todos esses elementos de tensão ficavam represados na autoridade pessoal de Elizabeth, cujo reinado, extremamente longo, conferiu-lhe uma aura de respeitabilidade que tornava qualquer oposição efetiva impossível.

Com a morte da rainha Elizabeth, em 1603, sem herdeiros para sucedê-la, o trono inglês passou para Jaime VI, rei da Escócia e primo distante de Elizabeth, que assumiu o trono inglês com o nome de Jaime I. Iniciava-se uma nova

dinastia na Inglaterra, a Dinastia **Stuart**, que viveu uma situação política totalmente diferente da de seus antecessores no trono inglês.

Durante seu reinado de 1603 a 1625, Jaime I enfrentou um crescente antagonismo. Ele tentou impor ao reino o direito divino, à maneira francesa, o que despertou a oposição do Parlamento. Ao mesmo tempo, a população calvinista, cada vez mais, via-o com repúdio pelas suas aproximações com o catolicismo – o que o historiador Lawrence Stone chamou de “*court against country*” (a Corte contra o país). Isso resultou na migração de uma parcela significativa desses calvinistas para a América do Norte, com a chegada dos primeiros puritanos ao que depois seria chamado de Massachusetts.

A tentativa de Jaime foi reforçada durante o reinado de seu filho, Carlos I (reinado de 1625 a 1648). Ignorando o Parlamento, Carlos publicou, em 1628, o *Ship Money*, imposto que incidiria sobre a construção naval e sobre o comércio marítimo. Contra isso, o Parlamento impôs ao rei a **Petição de Direitos**, documento no qual se exigia que o rei respeitasse os direitos do Parlamento, assegurados desde a Magna Carta. Com a Petição de Direitos, o Parlamento deixou evidente sua postura contra o poder real, o que resultou, por ordem do rei, em seu fechamento, que perdurou até 1640. Contudo, nesse mesmo ano, eclodiu uma revolta na Escócia e o rei Carlos I necessitava de fundos para combatê-la; para isso, o rei reconvocou o Parlamento, visando apoio para a criação de impostos que custeasse a guerra. Entretanto, a postura do Parlamento foi diversa daquela pretendida pelo rei, pois insistiu-se mais uma vez na limitação de poder real. O Parlamento foi novamente fechado pelo rei, porém esse novo fechamento desencadeou uma violenta reação que levou a uma guerra civil.



Fig. 20 Anthony van Dyck. *Carlos I*, 1636.

A Revolução Inglesa do século XVII

A **Revolução Puritana** (1642-1660) foi o ponto culminante da longa disputa entre o rei e o Parlamento pelo controle político do país.

O rei tinha o apoio da maioria da nobreza, da alta burguesia ligada às finanças, dos católicos, dos anglicanos e, de um modo geral, da população do norte e do oeste do país. As forças reais foram chamadas de Cavaleiros.

O Parlamento apoiava-se na burguesia mercantil, na *gentry*, nos puritanos e na população do sul e do leste da Inglaterra. Eles ficaram conhecidos como os cabeças redondas, porque não usavam perucas. Segundo o historiador José Jobson Arruda, na Revolução Inglesa “havia aristocratas de ambos os lados; havia *yeomen* (pequenos camponeses) de ambos os lados. Mas é a *gentry* que dá o tônus da Revolução Inglesa, e seu posicionamento é claro: pelo Parlamento, contra a monarquia. Foi essa classe que conduziu o processo revolucionário”. A pequena nobreza, a *gentry* (os “homens gentis”, a *nobilitas minor*), que controlava 70% da Câmara dos Comuns às vésperas da Revolução, era composta da média e da baixa nobreza inglesa, que se tornava cada vez mais rica. A *gentry* era uma camada empreendedora da nobreza e, de acordo com o historiador E. P. Thompson, era a “aristocracia capitalista”, que produzia para o mercado e estava desligada das funções militares. Ela dedicava-se à exploração direta de sua propriedade, vendendo lã, trigo e outros bens. Era, de fato, uma nobreza com “mentalidade empresarial”, desmilitarizada, vendo a terra como uma mercadoria e, por influência do puritanismo, ela não via essa atitude como degradante.

Após várias batalhas sem um vencedor, os Cavaleiros sofreram a decisiva derrota de Naseby, em 1645. Carlos I refugiou-se na Escócia, mas foi preso e entregue ao Parlamento.

O rei Carlos I fugiu em 1647 aproveitando-se da disputa interna entre as forças parlamentares, que opunha moderados, desejosos de um acordo vantajoso com o rei, e niveladores, puritanos e radicais que controlavam o exército e eram contrários a qualquer entendimento com Carlos I. Com a fuga, a guerra reiniciou-se.

Em 1649, a derrota dos Cavaleiros foi definitiva. O Parlamento foi depurado pelo exército liderado pelo puritano **Oliver Cromwell** – foram presos 47 deputados e excluídos 96, sendo conhecido como Rump Parliament (Parlamento Curto). Carlos I foi julgado, condenado e decapitado; a Câmara dos Nobres foi abolida e a República proclamada.

A execução do rei foi um fato inédito na história europeia. Pela primeira vez, os representantes da nação condenaram um monarca absolutista. O princípio da origem divina do poder real e de sua absoluta autoridade foi ultrapassado.



Fig. 21 Robert Walker. *Oliver Cromwell*, c. 1649. Óleo sobre tela. 125,7 × 101,6 cm. National Portrait Gallery, Londres.

A República Puritana (1649-1659)

Até 1653, Cromwell governou com o apoio do Parlamento, eliminando os radicais do exército e afastando as ameaças de reação realista. Em 1653, o Parlamento foi dissolvido e Cromwell assumiu o título de **Lord Protetor** da República, tendo sua ditadura pessoal durado até sua morte em 1658.

Cromwell exerceu o poder rigidamente e com grande intolerância, procurando impor seus princípios puritanos. Contudo, ele solidificou as condições necessárias para transformar a Inglaterra, no século seguinte, na potência hegemônica da Europa.

A realização mais importante de Cromwell foi o decreto dos **Atos de Navegação** (1651). Qualquer mercadoria importada pela Inglaterra só poderia ser transportada em navios dos países que a importaram ou em navios ingleses. A medida atingiu diretamente a Holanda, dona da maior frota mercante do período, e provocou a Primeira Guerra Anglo-Holandesa (1652-1654), cuja vencedora foi a Inglaterra. A construção naval e a atividade comercial sofreram notável impulso, dirigindo o país para a conquista da hegemonia marítima.

Após a morte de Cromwell, seu filho, Richard, o substituiu, mas ele não possuía a mesma autoridade de seu pai, o que fez com que a Inglaterra passasse por lutas internas e por instabilidade política. Richard foi deposto pelo exército em 1659.

A Restauração dos Stuart (1660-1688)

Com o apoio do exército, o Parlamento voltou a se reunir e ofereceu a coroa a Carlos II, filho de Carlos I. Procurava-se, através de uma monarquia com poderes limitados, reunificar o país e sepultar os ressentimentos surgidos nos longos anos de lutas internas.

Carlos II (reinou de 1660 a 1685), ao contrário do que esperava o Parlamento, procurou restabelecer as prerrogativas reais absolutistas. O Parlamento dividiu-se em dois partidos, os quais, até o século XIX, foram modelo político para quase todos os países do hemisfério ocidental. Eram eles: o partido Whig (do escocês “ladroes de cavalo”); os chamados **liberais**, antiabsolutistas, favoráveis a um governo com força do Parlamento, aceitando a teoria calvinista de resistência ao poder estabelecido (Locke é o mais famoso Whig); e o partido Tory (do irlandês “fora da lei”); os **conservadores**, monarquistas, favoráveis aos reis Stuart, aceitando a teoria luterana de não resistência ao poder estabelecido.

Irmão de Carlos e seu sucessor, reinando de 1685 a 1688, Jaime II, católico e franco adepto do absolutismo, procurou restaurar sua religião no país. Com isso, os católicos passaram a ser favorecidos, fato que irritou muitos ingleses. Quando o herdeiro de Jaime nasceu, a possibilidade de um novo soberano católico controlar a Inglaterra fez com que os partidos Whig e Tory se unissem para derrubar Jaime II.

A Revolução Gloriosa (1688-1689)

O Parlamento ofereceu a coroa a **Guilherme de Orange**, casado com Maria Stuart, filha de Jaime II. Guilherme, governador das Províncias Unidas, era protestante, o que o tornava aceitável para comandar a Inglaterra. Ele desembarcou na Inglaterra e Jaime II refugiou-se na França: foi uma revolução **incruenta**.

Em 1689, Guilherme de Orange assumiu o trono como Guilherme III, aceitando a **Declaração de Direitos** (*Bill of Rights*), que estabelecia as bases da monarquia parlamentar. De acordo com o documento, o rei não podia cancelar as leis baixadas pelo Parlamento, que detinha o poder sucessório da monarquia; o Parlamento reunir-se-ia regularmente, votaria o orçamento anual e fiscalizaria as contas reais; não seria mantido um exército em tempo de paz; a liberdade individual e a autonomia do judiciário eram asseguradas; e pelo Ato de Tolerância, assegurava-se a liberdade religiosa para todos os protestantes.

É um erro grave dizer que, com a Revolução Gloriosa, a burguesia tomou o poder. A burguesia inglesa só teve acesso ao parlamento britânico a partir do reinado da rainha Vitória, na década de 1830, como uma forma, aliás, de evitar a chegada de ideias e práticas revolucionárias, como aquelas que ocorreram na França no mesmo período. Apenas os capitalistas agrários, a pequena nobreza *gentry*, teve acesso ao Parlamento após 1688. Entretanto, não é incorreto chamar a Revolução Inglesa de “burguesa”. Chamamos essa e outras revoluções de Revoluções Burguesas não por serem feitas pela burguesia, mas por originarem mudanças institucionais indispensáveis ao avanço do modo de produção capitalista nesses países. Na Inglaterra, a revolução

eliminou o antigo modo de produção artesanal, suprimiu as barreiras para o avanço dos cercamentos e completou a chamada Revolução Agrária (cujos cercamentos, como já vimos, representaram a maior marca).

É outro erro acreditar que, após a Revolução Gloriosa, a monarquia inglesa tenha se tornado igual ao que conhecemos na atualidade. Após a Revolução Gloriosa, mantiveram-se o voto censitário e um enorme controle das elites sobre o processo político, a chamada *Old Corruption*; o rei tinha poder de veto sobre a Câmara dos Comuns. Além disso, a Câmara dos Lordes era composta de senadores com cargos vitalícios, diretamente nomeados pelo rei. Sendo assim, após a Revolução Gloriosa, a corrupção era mais regra do que exceção no Parlamento. O historiador E. P. Thompson conta que, para conseguir votos, os políticos jogavam pedaços de pão e queijo para as multidões, enquanto barris inteiros de cerveja eram colocados à disposição de eleitores. Thomas Paine – grande mentor de uma revolta por uma reforma parlamentar no fim do século XVIII – criticou o fato de que, devido à manutenção da corrupção, a Revolução Gloriosa tenha sido incompleta: “embora tenhamos sido suficientemente sábios para fechar e trancar a porta contra a monarquia absoluta, fomos ao mesmo tempo tolos o bastante para deixar a Coroa com a posse da chave”. Somente a partir do longo governo da rainha Vitória (1837-1901), nas reformas de 1832, os monarcas definitivamente tornaram-se limitados nos moldes atuais.

Incruento: sem derramamento de sangue.

Revisando

- 1 Em que aspectos podemos compreender o Renascimento cultural como um dos fatores que possibilitaram as reformas religiosas?

- 2 O que explica a posição contrária de Lutero às revoltas camponesas que ocorreram na Alemanha e que foram, indiretamente, impulsionadas pela reforma liderada por ele?

- 3 Analise a afirmação “O rei é o sujeito e o objeto do mercantilismo.”

4 O que era a **mita**? De que maneira os espanhóis a utilizaram para seus propósitos colonizadores?

5 Quais semelhanças e diferenças é possível estabelecer entre os **cabildos** da América espanhola e as Câmaras Municipais no Brasil colonial?

6 Analise a frase do rei Henrique IV “Paris vale bem uma missa”, segundo seus vários significados políticos.

7 Em que elementos se baseou o poder de Elizabeth I, considerada como o apogeu do absolutismo na Inglaterra?

8 Que relação se pode estabelecer entre a Magna Carta, de 1215, e a forma como se estabeleceu o fim da monarquia absoluta na Inglaterra?

Exercícios propostos

1 [...] comparar a Reforma com uma ponte que conduz não só de períodos escolásticos até ao nosso mundo do livre pensamento, mas, também, em direção oposta, adentro da Idade Média – talvez ainda mais além, sob a forma de uma transmissão cristã-católica, preservada do cisma, de um alegre amor à Cultura.

Mann, p. 13.

Associando seus conhecimentos à análise do texto anterior, conclui-se que a Reforma:

- 01 significou a reafirmação doutrinária e a reorganização institucional da Igreja de Roma.
- 02 buscou resgatar as doutrinas teológico-filosóficas predominantes na Idade Média, caracterizadas pelos conflitos entre a fé e a razão.

04 constituiu-se um renascimento religioso por se contextualizar no processo geral de mudanças da Idade Média para a Idade Moderna.

08 constituiu-se um marco cultural, vez que nos remete da Idade Média à Modernidade e, em sentido oposto, ao Mundo Antigo.

16 procurou recuperar o contato com as origens do pensamento cristão, impregnadas de simplicidade, de pureza e de amor à cultura.

32 caracterizou-se por um profundo revigoramento da espiritualidade católica e pela valorização da vida voltada para as coisas do espírito.

64 representou o fim da supremacia eclesiástica na Europa e o surgimento de diversas igrejas reformadas, denominadas genericamente de protestantes.

Soma:

2 PUC-RS 2017 O Parlamento Inglês, ao promulgar o chamado Ato de Supremacia (*Act of Supremacy*), em 1534, subordinou as leis da Igreja à soberania jurídica das leis civis, concedendo ao Rei Henrique VIII o poder de “único chefe supremo da Igreja”. O resultado do Ato de Supremacia foi/foram:

- A a difusão do protestantismo calvinista, principalmente pela Escócia.
- B o início do expansionismo inglês, constituindo as bases do seu império colonial.
- C a centralização de poder, que esteve na base da reforma anglicana.
- D a implantação do catolicismo, que gerou repressão tanto dos reformistas quanto do parlamento inglês.
- E os conflitos entre o Rei e o Parlamento, pois o primeiro buscava restaurar antigos direitos feudais retirados da Magna Carta de 1215.

3 UEG 2018 Leia o texto a seguir:

Por ter tido educação protestante, nunca achei que 31 de outubro é o dia das bruxas. Sempre foi o dia em que Lutero, em 1517, começou uma revolução.

LEITÃO, Míriam. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/os-500-anos-da-reforma-protestante-que-abalou-o-mundo.html>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

No ano de 2017, completam-se 500 anos da eclosão da Reforma Protestante. Do ponto de vista histórico, a Reforma pode ser considerada uma revolução

- A estética, pois foi a matriz ideológica da concepção barroca de mundo que se manifestou nos países ibéricos.
- B política, pois permitiu a centralização monárquica absolutista, ao legitimar a tese do direito divino dos reis europeus.
- C econômica, pois, com os puritanos, difundiu-se uma nova mentalidade econômica que gerou o capitalismo.
- D social, pois legitimou as aspirações revolucionárias dos camponeses europeus na luta contra a aristocracia.
- E intelectual, pois foi difusora do pensamento científico iluminista por meio de intelectuais protestantes, como é o caso de Voltaire.

4 PUC-Campinas 2018 (Adapt.) Considere o texto a seguir.

Regimes que se dizem cristãos e que derivam sua autoridade de um determinado corpo de textos já variaram do reino feudal de Jerusalém aos shakers, do império dos tsares russos à República Holandesa, da Genebra de Calvino à Inglaterra georgiana. Em épocas distintas, a teologia cristã absorveu Aristóteles e Marx. Todos afirmavam provir dos ensinamentos de Cristo – embora em geral desagravando a outros cristãos igualmente convencidos de sua cristandade.

HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo. Marx e o marxismo* (1840-2011). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 312

No texto de Eric Hobsbawm, há informações que nos fazem lembrar a Reforma protestante, a qual pôs um

fim no monopólio espiritual da Igreja Católica, oferecendo novas opções religiosas. Um dos efeitos do movimento, sobretudo a partir de Calvino, foi

- A a destruição da maioria das bibliotecas, restando algumas pertencentes à Igreja Católica que serviam de base para os movimentos heréticos.
- B o estímulo ao desenvolvimento capitalista, na medida em que criou uma ética favorável ao lucro, ao trabalho árduo e ao enriquecimento pessoal.
- C o fim das promoções eclesiásticas baseadas no critério da riqueza pessoal ou familiar dos sacerdotes, adquirida com a venda das indulgências.
- D a reafirmação da tese que defendia a salvação da alma pela fé e pelas boas obras, contrariando o dogma que determinava a salvação pela fé.
- E o incentivo ao surgimento de movimentos heréticos contra a prática religiosa desenvolvida por seitas rurais que deram origem às reformas.

5 FGV 2016 Em um dos diálogos da peça intitulada *Henrique VIII*, de William Shakespeare, encenada em 1613, a rainha católica Catarina, primeira esposa do rei, desabafava:

Mesmo aqui poderemos falar, pois, em consciência, até hoje nada fiz que não pudesse revelar francamente em qualquer parte. Prouvera ao céu que todas as mulheres pudessem declarar a mesma coisa com igual liberdade. Meus senhores, uma felicidade sempre tive: isso de não ligar nunca importância ao fato de meus gestos comentados serem por toda a gente, de ficarem sob a vista de todos, e como alvo dos ataques da inveja e da calúnia, tão certa me acho de ter vida limpa. Se vindes para examinar a minha conduta como esposa, sede francos. Sempre a verdade ama linguagem rude.

<www.ebooksbrasil.org/eLibris/oitavo.html>

O monarca Henrique VIII governou a Inglaterra entre 1509 e 1547. Durante esse turbulento período,

- A o catolicismo foi consolidado na Inglaterra, por ação direta do rei, que se manteve aliado a Roma contra os monarcas ibéricos.
- B a liberdade de culto foi implementada, favorecendo a constituição de diversos grupos religiosos após a Reforma Protestante.
- C o casamento civil, desvinculado da cerimônia religiosa, foi estabelecido como alternativa para os diversos matrimônios do rei.
- D uma nova religião se formou, marcada por uma estrutura sacerdotal ligada diretamente ao Estado inglês e aos interesses do rei.
- E medidas legais foram criadas para impedir as mulheres de participarem da linha sucessória na monarquia inglesa.

6 UPF 2017 A Reforma Protestante, iniciada em 1517 por Martin Lutero, rompeu a unidade cristã que existia na Europa, fazendo com que a Igreja Católica reagisse, promovendo também uma reforma religiosa, que ficou conhecida como a Contrarreforma.

Assinale a alternativa que **não** corresponde àquele momento histórico.

- A O combate ao lucro e à usura, bases da vida comercial e financeira que se dinamizava ao final da Idade Média, mostrava o descompasso da Igreja católica em relação às transformações ocorridas na sociedade.
- B As ideias de Martin Lutero centravam-se na salvação pela fé e na leitura direta e interpretação pessoal do Evangelho, além de contestarem a supremacia da Igreja sobre o Estado.
- C Exaltando o trabalho e a poupança como condutores da vida humana, ao mesmo tempo em que proibia o lazer e a diversão, o calvinismo consagra valores morais e políticos defendidos pela burguesia mercantil.
- D A Contrarreforma significou a tentativa da Igreja Católica de reorganizar-se com base em princípios liberais: abrandamento da hierarquia clerical e da autoridade papal, tolerância quanto aos hereges e abandono das práticas de censura.
- E Na Inglaterra, a reforma que originou a Igreja Anglicana foi promovida pelo rei Henrique VIII, que rompeu com a Igreja Católica romana por motivações políticas, encobertas sob suas complicadas questões matrimoniais.
- 7 Todas as alternativas apresentam fatores que permitiram o avanço do anglicanismo, **exceto**:
- A Fusão de dogmas protestantes ao formalismo ritual católico.
- B Popularização das doutrinas protestantes.
- C Fortalecimento do intervencionismo papal na Inglaterra.
- D Interesse pelas propriedades da igreja.
- E Objetivo real de fortalecer o poder monárquico.
- 8 Como instrumentos da Contrarreforma Católica destacaram-se, **exceto**:
- A A prática da venda de cargos eclesiásticos.
- B O Index.
- C Os jesuítas.
- D A Inquisição.
- E O Concílio de Trento.
- 9 UEM 2019 A Contrarreforma ou Reforma Católica foi um processo de reorganização da Igreja cristã no século XVI, diante do contexto de crise institucional motivado, dentre outros aspectos, pela Reforma Protestante. Sobre as ações da Contrarreforma ou Reforma Católica, assinale o que for **correto**.
- 01 A Companhia de Jesus, criada por Ignácio de Loyola, foi concebida para enfrentar os desdobramentos da Reforma na Europa e disseminar a doutrina católica em todas as partes do mundo.
- 02 A Igreja católica instituiu o Index, lista de autores e de livros proibidos que constituíam uma ameaça à fé. Tratava-se de livros de filosofia, de literatura,

de tratados de teologia que, conforme a instituição, não poderiam ser lidos.

- 04 O Concílio de Trento confirmou e definiu os dogmas e os rituais católicos, dentre os quais estavam os sete sacramentos, os cultos à Virgem Maria e aos santos, todos criticados pelos reformistas.
- 08 A reorganização do Tribunal da Inquisição deixou de ser um processo interno da Igreja e passou a investigar somente os religiosos, para se associar aos reinos católicos e investigar qualquer membro da corte suspeito de heresia.
- 16 Ao final do Concílio de Trento, o papa João XXIII iniciou os processos de beatificação e canonização do rei Henrique VIII, pela sua luta em defesa da Igreja católica na Inglaterra.

Soma:

10

Texto I:

Rivais dignos dos príncipes, os soberanos pontífices, os cardeais e os bispos... Hoje... Os bispos se preocupam em apresentar-se a si próprios, deixam o cuidado do rebanho a Cristo... esquecem que a palavra bispo significa trabalho, vigilância, solicitude. Servem-se apenas de tais qualidades quando pretendem recolher dinheiro...

Erasmus de Rotterdam apud Mello, p. 45.

Texto II:

Tese 2. O papa não quer, nem pode, perdoar alguma pena, exceto aquelas que ele tenha imposto por sua vontade...

Lutero apud Mello, p. 54.

Texto III:

Tese 21. Erram, pois, os pregadores das indulgências que dizem que, pelas indulgências do papa, o homem fica livre de toda pena e fica salvo.

Lutero apud Mello, p. 54.

Texto IV:

O trabalhador é o que mais se assemelha a Deus... Um homem que não quer trabalhar não deve comer... O pobre é suspeito de preguiça, o que constitui uma injúria a Deus.

Calvino apud Mello, p. 52.

A análise dos textos e os conhecimentos sobre a Reforma permitem concluir que:

- 01 o movimento luterano questionou a infalibilidade papal e o seu poder de conceder a salvação aos cristãos.
- 02 a Igreja Católica, no século XVI, foi contestada pelo caráter comercial que atribuiu às relações entre Deus e o fiéis.
- 04 os “pregadores das indulgências” mencionados na tese luterana contribuíram decisivamente para o aumento do poder real, pois atribuíam aos reis a

indicação definitiva dos que deveriam ser salvos para o reino da glória.

- 08 Erasmo de Rotterdam, quando afirmou que os bispos “deixam o cuidado do rebanho a Cristo”, demonstrou a preocupação dos dignitários da Igreja com a vida material e espiritual das camadas populares, no século XVI.
- 16 Calvino enalteceu a dignidade do trabalhador e reivindicou a melhoria das relações trabalhistas quando afirmou que “o trabalhador é o que mais se assemelha a Deus”.
- 32 “O pobre é suspeito de preguiça, o que constitui uma injúria a Deus”; a afirmativa de Calvino encorajava o trabalhador e o lucro, o que favoreceu significativamente a construção de uma justificativa ética para o enriquecimento da burguesia.
- 64 a crise da Igreja Católica, no século XVI, propiciou, entre outras transformações socioeconômicas e político-culturais, o desenvolvimento do nacionalismo no Estado Moderno.

Soma:

- 11 Embora a origem da Reforma de Lutero se deva a uma experiência pessoal, ela refletiu, na verdade, o estado de espírito comum a muitos seguidores da Igreja Romana. De fato, a iniciativa da livre interpretação da Bíblia deve ser compreendida como mais uma das muitas manifestações típicas do individualismo do homem renascentista.

Carmem Peris; Glória Vergés; Oriol Vergés. *El renacimiento*. Barcelona: Parramón Ediciones, [s.d.] p. 32.

- a) Quais foram as relações culturais da Reforma protestante com o Renascimento?
- b) Por que a livre interpretação da Bíblia era criticada pelo alto clero medieval?
- 12 O Rei Henrique VIII, aclamado defensor da fé pela Igreja Católica, rompeu com o papa Clemente VII, em 1534, por:
- A opor-se ao Ato de Supremacia que submetia a Igreja Anglicana à autoridade do papa.
- B rever todos os dogmas da Igreja Católica, incluindo a indissolubilidade do sagrado matrimônio, através do Ato dos Seis Artigos.
- C aceitar as 95 teses de Martinho Lutero, que denunciavam as irregularidades da Igreja Católica.
- D ambicionar assumir as terras e as riquezas da Igreja Católica e enfraquecer sua influência na Inglaterra.
- E defender que o trabalho e a acumulação de capital são manifestações da predestinação à salvação eterna como professava Santo Agostinho.

- 13 UEG 2016 Leia o texto a seguir.

O desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta

racional prática [...]. As forças mágicas e religiosas e as ideias éticas de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas de conduta.

Max Weber. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981. p. 9.

Uma das mais conhecidas explicações sobre a origem do capitalismo é a do sociólogo alemão Max Weber, que postula a afinidade entre a ética religiosa e as práticas capitalistas. Essa relação se mostra claramente na ética do

- A Catolicismo romano, que por meio da cobrança de dízimos e vendas de indulgências estimulou a acumulação de capital.
- B Puritanismo calvinista, que concebe o sucesso econômico como indício da predestinação para a salvação.
- C Luteranismo alemão, que defendia que cada pessoa devia seguir a sua vocação profissional para conseguir a salvação.
- D Anglicanismo britânico, que, ao desestimular as esmolas, permitiu o incremento da poupança nas famílias burguesas.
- E Catolicismo Ortodoxo, que, ao abrir mão dos luxos nas construções arquitetônicas, canalizou capital para investimentos econômicos.

- 14 No início da Época Moderna pode-se relacionar a Reforma luterana, nos campos político e cultural, respectivamente:

- A à fragmentação do poder temporal na Inglaterra e à disseminação do racionalismo.
- B ao enfraquecimento do poder central no Sacro Império e à divulgação da língua alemã, a partir da tradução da Bíblia.
- C ao surgimento do poder de origem divina na França e ao progresso científico.
- D ao desaparecimento do poder absolutista e à valorização do individualismo, na Espanha.
- E à expansão do poder feudal e ao desenvolvimento da estética barroca na pintura e na escultura, na Itália.

- 15 O Pai e o Filho vêm a um homem e nele fazem sua morada, se ele amar Jesus Cristo (São João, XV, 23). Daí resulta a necessidade das obras porque o amor, a caridade só se manifesta pelas obras (São João, XIV, 21: Mateus, VII, 21), são obras que contam e Deus dará a cada um segundo suas obras.

Roland Mousnier. “Os séculos XVI e XVII”. In: *História geral das civilizações*. [s.n.t.].

A importância do acúmulo gradual de boas obras para a salvação da alma é uma concepção:

- A luterana.
- B católica.
- C sunita.
- D jansenista.
- E anabatista.

16 PUC-SP 2018 A Reforma Protestante, iniciada em 1517 com Lutero, espalhou-se pela Europa nas décadas seguintes, alimentando revoltas sociais e conflitos políticos. Entre os reformadores, Calvino mostrou-se mais radical em sua crítica ao catolicismo por que

- A negava qualquer tipo de autoridade religiosa, pois afirmava a supremacia absoluta do indivíduo e da sua capacidade de, ao ler a Bíblia, atingir a graça do conhecimento como caminho para a salvação.
- B criticava as igrejas nacionais e as lideranças dos reis nos cultos, entendendo que os fiéis atingiriam a salvação por meio de boas obras como a conversão dos pecadores pela pregação da palavra de Deus.
- C afirmava a predestinação absoluta dos eleitos de Deus, reconhecíveis por sinais tais como uma vida simples e austera, a frequência ao culto, o trabalho árduo e honesto, e o cuidado com a família.
- D indicava que a salvação pela fé poderia ser conseguida também com o uso da razão, e que os fiéis que viveram uma vida santa e celibatária eram modelos a serem discutidos e ensinados nos seminários.

17 Classifique como verdadeiro (V) ou falso (F).

Com relação à Reforma protestante pode-se afirmar:

- a doutrina calvinista, exaltando o trabalho e desprezando o lazer e o luxo, foi a grande alavanca na direção do Capitalismo;
- tanto Frei Martinho Lutero como o monge dominicano Tetzel defendiam as indulgências papais como forma de perdão dos pecados na Terra e no céu;
- o parlamento inglês apoiou Henrique VIII no rompimento com a Igreja de Roma e aprovou, em 1534, o Ato de Supremacia que mantinha a Igreja da Inglaterra sob a autoridade do Rei, surgindo a Igreja Nacional Anglicana independente de Roma;
- com o objetivo de evitar a expansão da Reforma, a Igreja Católica reagiu com o movimento da Contrarreforma;
- o movimento reformista na Alemanha funcionou como um fator de unidade nacional, provocando a unidade dos estados do Sul com os estados do Norte.

18 Todas as alternativas contêm objetivos da política da Igreja Católica, esboçados durante o Concílio de Trento, **exceto**:

- A A expansão da fé cristã.
- B A moralização do clero.
- C A reafirmação dos dogmas.
- D A perseguição às heresias.
- E O relaxamento do celibato.

19 FGV 2017 A colonização do Novo Mundo na época moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva, da época do capitalismo mercantil. Na realidade, nem toda colonização se desenrola dentro das travas do sistema colonial, pois a colonização inglesa na América do Norte, colônias de povoamento, deu-se fora dos mecanismos definidores do sistema colonial mercantilista.

Fernando Novais. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1989. (Adapt.)

A partir do texto, é correto afirmar que

- A coexistem, no processo de colonização na Idade Moderna, dois tipos de colônias: as de exploração e as de povoamento, sendo estas as mais encontradas, uma vez que se baseiam em pequena propriedade, trabalho livre e mercado interno; além disso, o Antigo Sistema Colonial garantia superlucros às respectivas metrópoles.
- B dois tipos de colonização significam a coexistência de dois processos históricos diferentes, um ligado à Idade Média e outro ligado à Idade Moderna, com características semelhantes, como o comércio triangular, a grande e a pequena propriedades, o autogoverno e o exclusivo metropolitano.
- C a colonização de povoamento, típica do Sistema Colonial Mercantilista, baseia-se em grande propriedade, trabalho escravo e produção voltada para o mercado externo, o que implica o exclusivo metropolitano como base das relações entre Metrópole e Colônia.
- D os dois tipos de colonização, de exploração e de povoamento, explicam-se por processos diferentes: a de exploração está ligada à acumulação de riqueza para a Metrópole moderna, com grande propriedade e trabalho escravo, enquanto a colonização de povoamento liga-se à Metrópole industrializada.
- E o sentido profundo da colonização moderna é comercial e capitalista, pois as colônias de exploração, típicas do Antigo Sistema Colonial, nasceram para as Metrópoles acumulem riqueza; e é dentro desse processo de análise de conjunto que se torna inteligível a existência do outro tipo, a colonização de povoamento.

20 Uma das características do mercantilismo foi:

- A liberalismo econômico.
- B protecionismo estatal.
- C eliminação do metalismo.
- D oposição ao absolutismo.
- E restrição à exportação.

21 Mercantilismo significa a transferência do afã de lucro capitalista à política.

Max Weber.

Pode-se concluir que:

- A na formação dos Estados nacionais, não se incorporou o típico lucro capitalista à política.
- B havia incompatibilidade entre o lucro capitalista e o poder político.
- C o objetivo fundamental do Mercantilismo era tomar o poder político.
- D o Mercantilismo não apoiava a interferência do Estado na economia.
- E para fortalecer os Estados nacionais, os governos passaram a interferir na vida econômica com objetivos de lucro.

- 22** Sobre as concepções e práticas mercantilistas, é correto afirmar que:
- A buscavam alcançar uma balança comercial favorável através do liberalismo alfandegário.
 - B baseavam-se em rigorosas proibições das práticas protecionistas e dos monopólios comerciais.
 - C condenavam o dirigismo econômico e a regulamentação da proteção exercida pelos reis.
 - D fundamentavam-se na expansão do poderio naval como forma de sustentar o comércio externo.
 - E negavam a importância dos investimentos em atividades manufatureiras, privilegiando as agrícolas.
- 23 Acafe 2020** Articulando uma relação íntima entre o Estado e a economia, o mercantilismo caracterizou-se por uma política pela qual o Estado buscava garantir desenvolvimento comercial e financeiro. Foi típico das Monarquias Absolutistas da Europa. Acerca do mercantilismo, todas as afirmações abaixo estão corretas, **exceto** a alternativa:
- A As medidas alfandegárias incentivavam as importações e liberavam o mercado interno para os produtos estrangeiros, incentivando, desta maneira, as relações comerciais.
 - B Necessitando de ouro e de prata para o fortalecimento das moedas nacionais, o metalismo foi também um importante instrumento do mercantilismo europeu.
 - C Na Inglaterra, ocorreu o desenvolvimento da frota naval e da marinha mercante, essenciais para a expansão do comércio externo.
 - D O domínio de colônias, dentro do Pacto Colonial, também caracterizou o mercantilismo, destacando-se os países ibéricos. Criava-se uma relação de dependência da colônia em relação à metrópole.
- 24** Uma das bases do conjunto de práticas mercantilistas era a criação do chamado Antigo Sistema Colonial. Assinale a única das alternativas que **não** corresponde a esse sistema:
- A produção colonial com caráter complementar à metropolitana.
 - B colônia servindo como mercado consumidor para os produtos metropolitanos.
 - C proibição da entrada de manufaturados não metropolitanos nas colônias.
 - D colônias com autonomia política, apesar de a administração colonial ser controlada pela metrópole.
 - E monopólio metropolitano sobre o abastecimento de mão de obra para as colônias.
- 25** Durante o século XVI, a chegada de grandes quantidades de prata e ouro provenientes das colônias espanholas na América à Europa provocou:
- A o desenvolvimento de manufaturas nos países da Península Ibérica.
 - B um déficit financeiro das metrópoles nas relações comerciais com suas colônias.
 - C um processo inflacionário denominado revolução dos preços.
 - D a desestruturação do sistema mercantil e o fim da acumulação primitiva de capital.
 - E a instituição de moedas nacionais como padrão nas trocas internacionais.
- 26 ESPM 2016** Já que os governos acreditavam nessa teoria de que quanto mais ouro e prata houvesse num país, tanto mais rico este seria, o passo seguinte era óbvio. Baixaram-se leis proibindo a saída desses metais do país. Um governo após outro tomou essa medida. Tais medidas podiam conservar no país o ouro e a prata já existentes nele. Mas como se haviam os países que não dispunham desses recursos? Como podiam enriquecer?
- Leo Huberman. *História da Riqueza do Homem*.
- Assinale a alternativa que apresente, respectivamente, do que trata o texto e qual o mecanismo que responde à interrogação ao final do trecho:
- A Feudalismo – Metalismo.
 - B Feudalismo – Monopólio.
 - C Mercantilismo – Balança Comercial favorável.
 - D Mercantilismo – Livre cambismo.
 - E Liberalismo – Intervencionismo.
- 27 Famerp 2019** A base comum das ideias mercantilistas consiste na atuação de dois novos fatores: os Estados modernos nacionais, ou seja, as monarquias absolutas, e os efeitos de toda ordem provocados pelas grandes navegações e descobrimentos sobre a vida das sociedades europeias.
- (Francisco Falcon. *Mercantilismo e transição*, 1986. Adaptado.)
- Os dois fatores mencionados no texto expressam-se, respectivamente,
- A no intervencionismo econômico dos Estados modernos e no aumento dos metais nobres entesourados.
 - B na redução significativa do comércio interno europeu e na colonização da América e da África.
 - C no desenvolvimento de teorias voltadas à defesa do livre comércio e na política de degredo de encarcerados.
 - D na difusão das ideias sociais libertárias e no aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas de navegação.
 - E no controle político burguês dos Estados modernos e no surgimento de órgãos regradores do comércio internacional.
- 28** O modelo colonial vigente no Brasil a partir de sua inserção no espaço econômico europeu foi produto direto da prática do mercantilismo, que caracterizava a estrutura econômica dos países daquela época.
- Luiz Roberto Lopes. *História do Brasil imperial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- A respeito do Mercantilismo e das relações metrópole-colônia, é correto afirmar que:
- 01 a colônia só podia produzir o que a metrópole pudesse revender com lucro no mercado europeu.

- 02 a colônia podia desenvolver indústrias locais, cujos produtos pudessem garantir seu desenvolvimento autônomo.
- 04 a acumulação de saldos positivos, convertidos em metais preciosos, fazia parte da política mercantilista, em benefício da metrópole.
- 08 dentro da política mercantilista, o tráfico de escravos tornou-se uma das formas eficazes de acumulação de capital.
- 16 o monopólio comercial não era fundamental para a metrópole, que dava às colônias liberdade de comércio.
- 32 a produção da colônia permitia à metrópole disputar e conquistar mercados, favorecendo o acúmulo de metal precioso, nos termos da prática mercantilista.

Soma:

29 Sobre a revitalização de formas compulsórias de trabalho nas áreas coloniais durante a Época Moderna – quando na Europa ocorria um movimento inverso da liberação de mão de obra – podemos afirmar que:

- I. a adoção do trabalho compulsório de escravos africanos insere-se na lógica do Antigo Sistema Colonial, pois o tráfico negreiro, controlado pela burguesia mercantil metropolitana, era uma atividade altamente lucrativa e contribuía para a acumulação primitiva de capital na metrópole.
- II. a grande disponibilidade de terras impediu a exploração de trabalhadores livres e assalariados, que poderiam ter acesso à terra e desenvolver uma economia de subsistência, o que seria contrário ao sentido da colonização e à organização de grandes propriedades produtoras de mercadorias para o comércio metropolitano.
- III. a adoção do trabalho escravo na colônia se deveu à falta de dinheiro dos grandes proprietários de terra para pagar salários, pois, como vendiam seus produtos a baixos preços aos comerciantes metropolitanos, só podiam utilizar mão de obra que não exigisse nenhum investimento de capitais.

Assinale a opção que contém a(s) afirmativa(s) correta(s):

- A apenas I.
- B apenas II.
- C apenas I e II.
- D apenas III.
- E todas.

30 Considerando as peculiaridades da colonização europeia, numere as colunas e assinale a alternativa que corresponde à sequência correta:

- | | |
|------------|---------------|
| 1. Espanha | 4. Inglaterra |
| 2. França | 5. Portugal |
| 3. Holanda | |

Não respeitava o Tratado de Tordesilhas. Foi o primeiro país a fazer uma séria tentativa de colonização no Canadá.

- Possuía o principal banco da Europa. Criou a Companhia das Índias Ocidentais.
 - Seus filhos nascidos na América tinham situação inferior à dos nascidos no país de origem. Buscava metais preciosos.
 - Inicialmente mandou algumas expedições exploratórias para conhecer as possibilidades da terra. Passou a colonizá-la com o declínio do comércio de especiarias.
 - Sua colonização teve caráter ocupacional. Buscava terras, liberdade religiosa e política.
- A 1, 5, 3, 4 e 2. D 4, 2, 5, 1 e 3.
 B 3, 1, 4, 2 e 5. E 2, 3, 1, 5 e 4.
 C 5, 4, 2, 3 e 1.

31 O puritanismo era uma teoria política quase tanto quanto uma doutrina religiosa. Por isso, mal tinham desembarcado naquela costa inóspita, [...] o primeiro cuidado dos imigrantes (puritanos) foi o de se organizar em sociedade.

Essa passagem de *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, diz respeito à tentativa:

- A malograda dos puritanos franceses de fundarem no Brasil uma nova sociedade, a chamada França Antártida.
- B malograda dos puritanos franceses de fundarem uma nova sociedade no Canadá.
- C bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no sul dos Estados Unidos.
- D bem-sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no norte dos Estados Unidos, na chamada Nova Inglaterra.
- E bem-sucedida dos puritanos ingleses, responsáveis pela criação de todas as colônias inglesas na América.

32 No século XVI, a conquista e ocupação da América pelos espanhóis:

- A desestimulou a economia da metrópole e conduziu ao fim do monopólio.
- B contribuiu para o crescimento demográfico indígena.
- C eliminou a participação do Estado nos lucros obtidos.
- D dizimou a população indígena e destruiu as estruturas agrárias existentes.
- E impôs o domínio político e econômico dos criollos.

33 UFJF 2015 Leia o seguinte texto:

O mercantilismo envolve um conjunto de práticas e teorias econômicas desenvolvidas ao longo da Idade Moderna. Nesse contexto histórico, observamos a relevante associação entre os Estados nacionais, que buscavam meios de fortalecer seu poder político, e a classe burguesa, que era responsável pelo empreendimento das atividades comerciais. Essa experiência de longo prazo teve grande importância para a acumulação primitiva de capitais.

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/mercantilismo.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

Sobre o mercantilismo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A O termo “mercantilismo” se refere a um conjunto de práticas econômicas marcadas pelo controle do Estado.

- B O mercantilismo era a política econômica típica dos Estados no Antigo Regime, que também foram marcados pelo Absolutismo e pela sociedade estamental.
- C Uma das características desse período é a adoção de padrões comuns de comércio, como a criação de tributos, moedas, pesos e medidas compartilhados, o que facilitava o controle centralizado.
- D O colonialismo era um de seus elementos fundamentais, pois, com o monopólio comercial as colônias mantinham-se em situação periférica e complementar à Metrópole.
- E A teoria da balança comercial favorável defendia uma maior entrada de produtos importados, de forma a fomentar o comércio e aumentar o acúmulo de capitais.

34 UPF 2018 Na conquista europeia da América, muito mais do que na guerra, os processos de trabalho e o consequente controle disciplinar imposto pelos espanhóis resultaram na mortandade da população nativa. Dentre os processos de trabalho impostos aos indígenas e que resultaram em sua dizimação, podemos apontar

- A o assalariamento, que era pago em valores muito baixos e geralmente em espécie.
- B a peonagem, na qual os indígenas trabalham em troca de comida, embora essa fosse racionada.
- C a escravidão imposta aos indígenas, semelhante à dos africanos trazidos para América para trabalhar na extração de metais.
- D a *encomienda*, forma de trabalho compulsório imposto a toda uma tribo para executar serviços agrícolas e de mineração.
- E a parceria, na qual os indígenas eram obrigados a trabalhar na agricultura e nas minas, destinando dois terços da produção aos espanhóis.

35 Escreva e justifique as diferenças entre as colonizações inglesa e espanhola, na América do Norte e na América hispânica.

36 Durante o século XVII grupos de puritanos ingleses, perseguidos por suas ideias políticas (antiabsolutistas) e por suas crenças religiosas (calvinismo), abandonaram a Inglaterra, fixando-se na costa leste da América do Norte, onde fundaram as primeiras colônias. A colonização inglesa nessa região foi facilitada:

- A pela propagação das ideias iluministas, que preconizavam a proteção e respeito aos direitos naturais dos governados.
- B pelo desejo de liberdade dos puritanos em relação à opressão metropolitana.
- C pelo abandono dessa região por parte da Espanha, que então atuava no eixo México-Peru.
- D pela possibilidade de explorar grandes propriedades agrárias com produção destinada ao mercado europeu.
- E pela consciência política dos colonos americanos, desde logo treinados nas lutas coloniais.

37 UFRGS 2020 A respeito da expansão europeia, da conquista e da ocupação da América Espanhola, considere as afirmações abaixo.

- I. A *encomienda* era um sistema no qual indígenas deveriam fornecer mão de obra e pagar tributos a colonos espanhóis.
- II. A conquista foi pacífica em relação aos Estados indígenas organizados, elemento que facilitou a rendição dessas populações.
- III. A escravidão de povos autóctones foi um expediente comum, utilizado pela Coroa, contra indígenas capturados em guerras ou que se rebelassem.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e III.
- E I, II e III.

38 Unesp 2017 Os deuses disseram entre si depois de criar o homem: "O que os homens comerão, oh deuses? Vamos já todos buscar o alimento." Enquanto isso, as formigas vermelhas estavam colhendo e carregando os grãos de milho que traziam de dentro do Tonacatepetl (Montanha do Sustento). O deus Quetzalcoatl encontrou as formigas e lhes disse: "Digam-me, onde vocês colheram os grãos de milho?". Muitas vezes lhes perguntou, mas as formigas não quiseram responder. Algum tempo depois, as formigas disseram a Quetzalcoatl: "Lá." E apontaram o lugar. Quetzalcoatl se transformou em formiga negra e as acompanhou. Desse modo, Quetzalcoatl acompanhou as formigas vermelhas até o depósito, arranjou o milho e em seguida o levou a Tamoanchan (moradia dos deuses e onde o homem havia sido criado). Ali os deuses o mastigaram e o puseram na nossa boca para nos robustecer.

Apud Eduardo Natalino dos Santos. *Cidades pré-hispânicas do México e da América Central*, 2004.

O texto asteca

- A promove a divulgação das qualidades nutricionais do milho para o fortalecimento dos guerreiros mesoamericanos.
- B oferece uma explicação mítica para a importância do milho na base da alimentação dos povos mesoamericanos.
- C demonstra sustentação histórica e claro desenvolvimento de pensamento lógico e racional.
- D procura justificar o fato de apenas os governantes dos povos mesoamericanos poderem exercer atividades agrícolas.
- E revela a influência das fábulas europeias na construção do imaginário dos povos mesoamericanos.

39 Os astecas e os incas diferem das demais organizações socioeconômicas indígenas por:

- A terem excedente de produção e força de trabalho organizados.
- B desenvolverem formas de organização tribal.
- C associarem-se pacificamente aos povos vizinhos.
- D terem economias monetarizadas.
- E desconhecem a atividade mineradora.

40 O que aproxima as civilizações hidráulicas da América das do Crescente Fértil é:

- A a difusão da escravidão comercial.
- B os tributos monetários.
- C o trabalho coletivo compulsório.
- D o uso de animais de carga.
- E a atividade artesanal-manufatureira.

41 Uepa 2015 Os conquistadores espanhóis dos povos da América Pré-Colombiana adaptaram as formas de exploração do trabalho indígena, antes praticadas nos impérios Asteca e Inca (mita, yanacona, coatequitl), aos interesses mercantilistas europeus. Isto foi possível em razão da:

- A aliança firmada entre os conquistadores e os governantes locais em torno da administração partilhada da força de trabalho.
- B servidão estatal vigente entre povos pré-colombianos corresponder à condição de servidão que se impunha aos camponeses europeus no século XVI.
- C manutenção parcial da hierarquia preexistente nas sociedades ameríndias combinada à exploração do trabalho de camponeses e servos do estado.
- D incompatibilidade da introdução de formas modernas de produção entre os povos ameríndios, habituados ao trabalho compulsório.
- E abolição das formas tradicionais de exploração do trabalho e imposição de modernas relações de produção.

42 Nos dois séculos iniciais da era Moderna (XV e XVI), a Itália e a Espanha ocupavam posição de liderança na Europa, e a Holanda e a Inglaterra tinham um papel secundário; no século seguinte, essas posições se invertem. Indique as razões dessa inversão.

43 O início da época Moderna está ligado a um processo geral de transformações. A concentração de poder promoveu um tipo de Estado. Para alguns pensadores da época, que procuravam fundamentar o absolutismo:

- A a função do Estado é agir de acordo com a vontade da maioria.
- B a história se explica pelo valor da raça de um povo.
- C a fidelidade ao poder absoluto reside na separação dos três poderes.
- D o rei governa por vontade de Deus, sendo assim considerado seu representante na Terra.
- E a soberania máxima reside no próprio povo.

44 Após ter conseguido retirar da nobreza o poder político, os soberanos atraíram-na para a corte, atribuindo-lhe funções diplomáticas e administrativas.

O texto explica o momento em que, na Europa:

- A destruiu-se a dominação social da nobreza, na passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea.
- B estabeleceu-se a dominação social da nobreza, na passagem da Antiguidade para a Idade Média.
- C fez-se da nobreza uma ordem privilegiada, na passagem da Alta para a Baixa Idade Média.

D conservou-se os privilégios políticos da nobreza, na passagem do Antigo Regime para a Restauração.

E permitiu-se ao Estado dominar politicamente a nobreza, na passagem da Idade Média para a Moderna.

45 A monarquia absoluta foi uma forma de monarquia feudal diferente da monarquia dos Estados Medievais que a precedeu; mas a classe dominante permaneceu a mesma, tal como uma república, uma monarquia constitucional e uma ditadura fascista podem ser todas [elas] formas de dominação burguesa.

Christopher Hill. "Um comentário". In: Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*. [s.n.t.].

O texto apoia a seguinte afirmação:

- A os Estados Medievais precederam a monarquia.
- B a expressão "monarquia feudal" não é aplicável aos Estados Medievais.
- C os Estados Medievais podem ser considerados Estados de transição.
- D o absolutismo foi uma forma de dominação feudal.
- E o absolutismo foi politicamente neutro do ponto de vista social.

46 O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor [...]

Jacques Bossuet.

Essas afirmações de Bossuet referem-se ao contexto:

- A do século XII, na França, no qual ocorria uma profunda ruptura entre Igreja e Estado pelo fato de o Papa almejar o exercício do poder monárquico por ser representante de Deus.
- B do século X, na Inglaterra, no qual a Igreja Católica atuava em total acordo com a nobreza feudal.
- C do século XVIII, na Inglaterra, no qual foi desenvolvida a concepção iluminista de governo, como está exposta no texto.
- D do século XVII, na França, no qual se consolidavam as monarquias nacionais.
- E do século XVI, na Espanha, no momento da união dos tronos de Aragão e Castela.

47 O soberano não é proprietário de seus súditos. Deve respeitar sua liberdade e seus bens em conformidade com a lei divina e com a lei natural. Deve governar de acordo com os costumes, verdadeira constituição consuetudinária. [...] O príncipe apresenta-se como árbitro supremo entre as ordens e os corpos. Deve impor a sua vontade aos mais poderosos de seus súditos. Consegue-o na medida em que esses necessitam dessa arbitragem.

André Corvisier. *História Moderna*.

Essa é uma das caracterizações possíveis:

- A dos governos coloniais da América.
- B das relações entre fiéis e as Igrejas Protestantes.
- C do Império Carolíngio.
- D dos califados islâmicos.
- E das monarquias absolutistas.

- 48 Sobre o governo dos príncipes, Nicolau Maquiavel, pensador italiano do século XVI, afirmou:

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. [...] Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião [...]. O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário.

Nicolau Maquiavel. "Os pensadores". In: *O príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 102-3. (Adapt.).

A partir do texto, responda:

- Qual o maior dever do príncipe?
- Como o príncipe deveria governar para ter êxito?

- 49 Em seu livro *O Leviatã*, Thomas Hobbes defende uma forma de governo na qual:

- os reis teriam recebido de Deus o direito de governar despoticamente.
- o melhor governante seria aquele que menos interferisse na sociedade, pois a bondade natural dos seres humanos permitiria que cada um se autogovernasse.
- os reis não deveriam deter o poder absoluto mas sim executar as decisões emanadas dos representantes do povo.
- o responsável pelo governo deveria ser eleito com eleições populares.
- os reis teriam o direito de governar despoticamente porque o povo lhes deu o poder absoluto.

- 50 **Unesp 2017** Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado.

Nicolau Maquiavel. *O príncipe*, 1983.

O texto, escrito por volta de 1513, em pleno período do Renascimento italiano, orienta o governante a

- defender a fé e honrar os valores morais e sagrados.
- valorizar e priorizar as ações armadas em detrimento do respeito às leis.
- basear suas decisões na razão e nos princípios éticos.
- comportar-se e tomar suas decisões conforme a circunstância política.
- agir de forma a sempre proteger e beneficiar os governados.

- 51 **PUC-PR 2017** Com a formação dos Estados nacionais europeus, surgiu em vários países um sistema de governo centralizado denominado de "monarquia absoluta". Sobre o caráter desse sistema de governo, diz o historiador Perry Anderson:

(...) De fato a monarquia absoluta no ocidente foi, portanto, sempre duplamente limitada: pela persistência de corpos políticos tradicionais colocados abaixo dela e pela presença de uma lei moral situada acima. Por outras palavras, a dominação do Absolutismo exerceu-se, no fim das contas, necessariamente nos limites da classe cujos interesses ele preservava.

ANDERSON, Perry. "Classes e Estados – problemas de periodização." In: HESPAÑA, António Manuel. Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 133.

Considerando o texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- Na monarquia absolutista, o poder político era igualmente dividido entre o monarca, a aristocracia e o clero, sendo que os plebeus ficavam completamente excluídos.
- A formação das monarquias absolutistas corresponde ao crescimento de poder da classe burguesa, pois com os impostos vindos do crescimento do comércio e da navegação, o rei tornou-se dependente dessa classe.
- Na monarquia absolutista, o poder real era exercido com certos limites, oferecidos pela aristocracia, classe que participava do poder político, e pela Igreja, que oferecia as bases morais para o sistema.
- No momento da formação dos Estados nacionais europeus, o poder da Igreja cresceu, fazendo com que os reis precisassem se submeter ao poder papal.
- No sistema de governo da monarquia absolutista, apesar da centralização política, o rei tinha sempre os seus poderes limitados por uma constituição, à qual deveria obedecer.

- 52 **Udesc 2018** Leia o texto a seguir:

Todo poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. Resulta de tudo isso que a pessoa do rei é sagrada, e que atacá-lo de qualquer maneira é sacrilégio. [...]

O poder real é absoluto. O príncipe não precisa dar contas de seus atos a ninguém.

Jaqués-Bénigne Bossuet, 1627 1704.

Assinale a alternativa que apresenta a forma de governo à qual o trecho se refere.

- Democracia representativa
- Monarquia constitucional
- Absolutismo monárquico
- República monarquista
- Monarquia populista religiosa

- 53 A frase de Luís XIV, *L'Etat c'est moi* (O Estado sou eu), como definição da natureza do Absolutismo monárquico, significava:

- a unidade do poder estatal, civil e religioso, com a criação de uma Igreja Francesa (nacional).
- a superioridade do príncipe em relação a todas as classes sociais, reduzindo a um lugar humilde a burguesia enriquecida.

- C a submissão da nobreza feudal pela eliminação de todos os seus privilégios fiscais.
- D a centralização do poder real e absoluto do monarca na sua pessoa, sem quaisquer limites institucionais reconhecidos.
- E o desejo régio de garantir ao Estado um papel de juiz imparcial no conflito entre a aristocracia e o campesinato.

54 De que forma o Estado absolutista procurou se relacionar com os dois setores sociais que predominavam na vida política europeia, a nobreza e a burguesia?

55 UEPG 2018 Formados a partir da crise política e social que pôs fim ao feudalismo, os Estados Nacionais Modernos emergiram na Europa trazendo consigo novas organizações e estratégias econômicas, sociais e, especialmente, políticas. É, portanto, neste cenário, que nasceram as chamadas monarquias absolutistas. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01 Em "O Príncipe", Nicolau Maquiavel considera que não há limites morais ou éticos nas ações de um monarca, desde que os atos praticados por ele tivessem como objetivo manter o Estado funcionando de modo pleno.
- 02 Os Estados Modernos estão assentados no princípio do contrato social, ou seja, o princípio de que todos são iguais perante as leis e que nenhum grupo social poderia ter privilégios em relação a outros. Além disso, o contrato social estabelece que os meios de produção pertencem exclusivamente ao Estado e não aos indivíduos.
- 04 O principal vínculo social dos monarcas absolutistas foi com as camadas mais empobrecidas da sociedade. Em todos os Estados Modernos percebe-se um forte vínculo entre o rei e os camponeses, por exemplo. Ao mesmo tempo, há um nítido distanciamento entre o soberano e a burguesia nascente.
- 08 Formulada a partir das ideias de Jean Bodin e Jacques Bossuet, a teoria do direito divino dos reis partia do princípio que o poder real tem origem divina e, portanto, voltar-se contra um rei era o mesmo que se voltar contra Deus.
- 16 Uma das características centrais dos Estados Nacionais Modernos foi o não investimento na formação de exércitos. Na medida em que os reis centralizaram o poder e que as fronteiras nacionais foram definidas, as estruturas militares foram consideradas desnecessárias.

Soma:

56 Absolutismo, mercantilismo e colonialismo são algumas das características da vida europeia nos séculos XVI e XVII. Estabeleça a relação entre elas, tendo em vista a conquista e a colonização da América.

57 Sobre as Guerras de Religião ocorridas na França durante o século XVI, é correto afirmar que:

- A decretaram o fim da dinastia dos Bourbon, através do Edito de Nantes, proclamado na "Noite de São Bartolomeu".
- B aceleraram o processo de consolidação do Estado absolutista, permitindo a chegada ao poder de reis protestantes aliados à burguesia mercantil católica.
- C motivaram a aliança do Partido Huguenote com a Rainha Catarina de Médicis, provocando, na célebre "Noite de São Bartolomeu", o massacre dos membros da Santa Liga, aliada da nobreza calvinista.
- D expressaram o confronto político religioso entre a nobreza católica, liderada pelos Guises, e os huguenotes, ligados aos Bourbon, ocasionando crises no processo de consolidação do absolutismo.
- E provocaram o confronto entre os huguenotes, membros do Partido Papista, e os calvinistas, integrantes da Santa Liga, fortalecendo o absolutismo.

58 UFRGS 2014 Em 1648, foi celebrada a Paz de Vestfália, um conjunto de tratados que encerrava a Guerra dos Trinta Anos e, como consequência, o período de guerras religiosas europeias, causadas pela Reforma Protestante.

Entre os principais efeitos da Paz, pode-se citar

- A a unificação política do Sacro Império Romano Germânico e o surgimento do Estado-nação alemão.
- B o reconhecimento da soberania nacional como elemento lapidar das relações internacionais entre os diferentes Estados europeus.
- C a supressão do luteranismo do Sacro Império Romano Germânico e o reconhecimento do catolicismo e do calvinismo como únicas religiões permitidas nos Estados alemães.
- D a ascensão da Casa dos Habsburgo como a mais poderosa das dinastias reais europeias.
- E a subjugação completa da Revolta Holandesa contra a Espanha e a anexação dos Países Baixos ao Império Espanhol.

59 O período de Luís XIV (1643-1715) apresenta-se como o auge do absolutismo na França. Descreva a estrutura social da sociedade francesa desse período.

60 De que forma as Guerras de Religião, ao final da Dinastia Valois, dificultaram o estabelecimento do absolutismo na França?

61 O que foi o Edito de Nantes e qual seu significado para a consolidação do absolutismo na França?

62 Assinale a proposição correta:

- A o pacto político religioso entre católicos e calvinistas, coordenado por Luís XIV, eliminou as lutas religiosas na França.
- B a revogação do Edito de Nantes por Luís XIV intensificou a repressão religiosa aos protestantes.

- C a legitimidade parlamentar ao absolutismo de direito divino explica o sucesso político das monarquias absolutistas europeias.
- D o fortalecimento do absolutismo inglês se deu após a Revolução Puritana.
- E a doutrina da predestinação de Calvino foi fundamental para a teoria do direito divino dos reis.

63 PUC-PR 2017 O mapa mostra as Treze Colônias inglesas na América do Norte, normalmente divididas entre Norte, de Massachusetts até a Pensilvânia, e sul, a partir de Maryland até a Geórgia. Colonização de iniciativa particular no século XVI, as Treze Colônias inglesas mantinham grandes diferenças entre si, sendo as principais entre o Norte e o Sul.

As Treze Colônias



Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 199. p. 125.

Dentre elas, podemos citar

- A as colônias do sul eram voltadas à exploração, possuíam um sistema de produção baseado no plantation, portanto, com trabalho escravo, monocultura e exportação.
- B o norte foi caracterizado por receber um grande fluxo de imigrantes ingleses, estimulados pelos cercamentos e pelas perseguições religiosas sofridas na Inglaterra, vieram para colônia e montaram grandes fazendas de açúcar, tabaco e algodão, voltadas à exportação para a Europa.
- C o sul abrigou colônias de povoamento, onde a pequena propriedade para subsistência e o trabalho livre foram predominantes.
- D a coroa inglesa se manteve presente nas Treze Colônias, cobrando impostos e fundando a Companhia Geral do Comércio, órgão cuja competência era fiscalizar e manter o monopólio inglês sobre os produtos exportados pela colônia.
- E as colônias ao norte foram conhecidas pela exploração de matéria-prima que abastecia as manufaturas inglesas, contudo, a partir das revoltas de escravos e o início do trabalho assalariado, o valor das transações aumenta muito, tornando inviável para a Inglaterra continuar ligada às colônias.

- 64** No século XVII, a rainha Elizabeth I estabeleceu várias leis, entre elas a Lei dos Cercamentos (*Enclosures*) que instituía:
 - A a venda de terras aos camponeses, constituindo a pequena propriedade rural para a produção de lã.
 - B o fechamento das igrejas católicas, consolidando a Reforma Anglicana e provocando a fuga dos protestantes para a América do Norte.
 - C a ocupação e o cercamento das terras comunais, levando parte dos camponeses ao êxodo, formando grandes propriedades produtoras de lã.
 - D a divisão das terras ociosas entre aqueles pobres, punindo com castigos corporais aqueles que não trabalhassem na terra.
 - E os limites territoriais da colonização da América do Norte, demarcando as terras pertencentes à colônia da Virgínia.

65 Qual o efeito do final da Guerra das Duas Rosas para a consolidação da Monarquia Inglesa?

66 Henrique VIII é visto como um soberano de fundamental importância para a consolidação do absolutismo inglês. Cite e comente ao menos dois aspectos em que sua política foi decisiva pra isso.

67 Estabeleça uma diferenciação clara entre o absolutismo da França e a forma como ele se manifestou na Inglaterra, demonstrando como o tipo de absolutismo inglês contribuiu para a precocidade com que a burguesia conseguiu chegar ao poder nesse país.

68 No século XVII, a Inglaterra conheceu revoluções que levaram à execução de um rei e à deposição de outro. Apesar das modificações significativas que ocorreram na primeira fase, foi o período final que ficou conhecido como Revolução Gloriosa. Isso se explica porque:

- A em 1688, a Inglaterra passou a controlar totalmente o comércio mundial, tornando-se a potência mais rica da Europa.
- B auxiliada pela Holanda, a Inglaterra conseguiu conter, em 1688, forças contrarrevolucionárias que ameaçavam as conquistas de Cromwell.
- C a tradição liberal inglesa desejou encorajar a nova monarquia parlamentar consolidada em 1688.
- D as forças radicais do movimento foram destruídas em 1688 por Guilherme de Orange.
- E só então se estabeleceu um pacto entre a burguesia e a aristocracia, que anulou as aspirações políticas da *gentry*.

69 Observadas as realidades históricas pertinentes ao absolutismo na Europa moderna, é possível apresentar-se a seguinte conclusão:

- A as monarquias absolutistas foram mais expressivas nos países em que predominou a influência protestante, haja vista que o luteranismo exaltava os poderes do Estado como necessários para a glória de Deus.

- B na Inglaterra, a monarquia absoluta é suprimida, ainda no século XVII, através da revolução com que Cromwell derrubou a Dinastia Stuart e consagrou o papel do Parlamento como agente constitucional britânico.
- C nos países em que foi menos expressiva a presença da Igreja Católica, inexistiu, de fato, a monarquia absoluta, como se vê em relação à Espanha e a Portugal.
- D as monarquias absolutas resultaram, em última análise, das profundas transformações produzidas pelo fim do feudalismo. Na Itália, por exemplo, o desmoronamento da ordem feudal resultou na formação do Estado italiano moderno.
- E na França, o apogeu do absolutismo ocorreu em um momento em que a economia experimentava uma fase de desenvolvimento e consolidação, graças à política executada por Colbert no governo de Luís XIV.

70 FGV 2016 Leia o documento a seguir.

Não estabeleceremos no nosso reino nenhum subsídio ou escudagem (imposto) sem o consentimento comum do nosso reino [...].

Nenhum homem livre será detido, preso ou privado de seus bens [...] ou levado de qualquer maneira [...] salvo em virtude de um julgamento legal por seus pares [...]. A ninguém venderemos, recusaremos [...] o direito ou a justiça. Todos os mercadores poderão livre e seguramente sair da Inglaterra, aí vir e morar e aí passar, por terra ou por mar, para comprar e vender [...].

Instituímos e concedemos aos nossos barões a garantia seguinte: eles elegerão 25 barões de reino, que lhes aprouverem, os quais deverão com todo o seu poder, observar, manter e fazer observar a paz e as liberdades que nós concedemos e confirmamos pela presente carta. [...]

apud Gustavo de Freitas, 900 textos e documentos de História, volume II. 1976.

O trecho refere-se

- A à Declaração de Direitos, de 1689, na qual o rei Stuart Jaime II perde todo o seu poder para o Conselho Comum dos 25 Barões, e que impõe a liberdade econômica e política no reino da Inglaterra.
- B ao Conselho Comum dos 25 Barões, órgão do qual nascerá a Câmara dos Lordes, isto é, o parlamento inglês, em 1215, para limitar os abusos do rei João Sem Terra, garantindo a justiça e a liberdade econômica.
- C à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1689, limitadora dos poderes do rei Tudor Henrique VIII que, de forma violenta e arbitrária, aumentava os impostos, prejudicando o comércio da Inglaterra.
- D ao acordo da Guerra das Duas Rosas, que estabeleceu o fim dos conflitos internos, em 1485, possibilitando ao rei Tudor Henrique VII a concentração do poder em suas mãos, com o apoio do Conselho Comum dos 25 Barões.

- E às cláusulas da paz, estabelecidas após a Revolução Puritana, em 1649, com a morte do rei Stuart Carlos I, que favorecem os ricos comerciantes ingleses, representados no Conselho Comum dos 25 Barões.

71 UEM 2019 Segundo René Rémond, na obra *O Antigo regime e a Revolução* (1974), “o absolutismo consiste num poder não partilhado, concentrado na pessoa do rei”. Sobre o absolutismo monárquico, assinale o que for correto.

- 01 Thomas Hobbes, autor de *Leviatã*, acreditava que o poder do monarca era divino e que o soberano era o representante de Deus na terra.
- 02 No século XVII, com a constituição do poder absoluto na França, houve três estamentos: o clero, a nobreza e o terceiro estado. A camada social mais privilegiada era o terceiro estado, que gozava de privilégios fiscais e de justiça.
- 04 O fim do absolutismo na Inglaterra foi estabelecido após a Revolução Gloriosa, quando Guilherme III, de Orange, assumiu o trono britânico e assinou a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) que limitava os poderes do rei.
- 08 Dentre os teóricos do poder absoluto estão Jacques Bousset, Jean Bodin e Nicolau Maquiavel.
- 16 Luís XIV, autor da célebre frase “L’État c’est moi” (O Estado sou eu), estimulou a ascensão da burguesia, controlou a nobreza e aboliu o Édito de Nantes.

Soma:

72 O Ato de Navegação de 1651 criou uma situação nova no comércio internacional, determinando, em consequência:

- A um bloqueio das nações do Mediterrâneo, que se julgavam prejudicadas pela Inglaterra.
- B um conflito armado entre as colônias exportadoras, que se sentiram altamente prejudicadas.
- C uma revolta da aristocracia rural inglesa, que se julgava preterida em seus interesses.
- D um entreechoque armado com a Holanda, que detinha a hegemonia do comércio marítimo.
- E uma situação de beligerância com os Estados Unidos, que começavam a expandir seu comércio.

73 A “Declaração de Direitos”, assinada pelos soberanos ingleses Guilherme II e Maria, foi resultado concreto da Revolução Inglesa e comprometia-os com cláusulas que os obrigavam a cumprir leis votadas pelo Parlamento, sem ter direito a veto; impedimento de lançar impostos sem a aprovação dos representantes populares; proibição de manter um exército permanente, em tempo de paz, sem a anuência do Parlamento.

Em relação à Revolução Inglesa, podemos afirmar que: A concretizou a preponderância católica irlandesa sobre o protestantismo britânico.

- B enfraqueceu o poder político do Parlamento inglês, aumentando o do soberano Guilherme II.
- C introduziu uma crescente influência política francesa sobre o Parlamento inglês.
- D proporcionou a ocupação dos principais cargos políticos pelos católicos.
- E representou a vitória definitiva do sistema parlamentar britânico sobre o absolutismo monárquico.

74 A Revolução Gloriosa (1688-1689) permitiu a ascensão da burguesia na Inglaterra. John Locke, ideólogo do movimento, escreveu o *Tratado do governo civil*, defendendo ideias que caracterizarão mais tarde o liberalismo político.

A respeito dessas ideias e dessa conjuntura, é correto afirmar que:

- 01 foi contestado o direito divino dos soberanos, próprio do absolutismo real.
- 02 defendia-se que o poder monárquico seria exercido segundo um contrato de governantes e governados.
- 04 defendia-se que os homens possuíam “direitos naturais” (vida, liberdade, propriedade).
- 08 tais ideias fizeram parte das bases do Iluminismo.
- 16 seus pressupostos permitiram estabelecer o absolutismo real de direito divino.
- 32 ao término da Revolução Gloriosa, foi elaborada a Declaração de Direitos (1689), pela qual o rei se subordinava ao Parlamento.

Soma:

75 UEG 2015 Leia o texto a seguir.

Após a decapitação do rei, o Parlamento sofreu nova depuração. Um Conselho de Estado, com 41 membros, passou a exercer o Poder Executivo. Mas o controle do Estado estava de fato nas mãos de Cromwell [...] Ofereceram-lhe a coroa, mas ele a recusou: na prática já era um soberano e podia até fazer seu sucessor.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 2000, p. 228.

Após a morte de seu líder, em 1658, o destino da chamada “República de Cromwell” foi marcado pela

- A deposição, já no ano seguinte, de seu filho e sucessor, Richard Cromwell, permitindo o início da fase de Restauração.
- B reformulação e fortalecimento do Parlamento inglês, num golpe militar conhecido como Revolução Gloriosa.
- C proibição das práticas puritanas, fazendo com que muitos membros do movimento migrassem para a América.
- D invasão de Guilherme de Orange, que implantou a Lei do Teste, obrigando a todos os funcionários públicos a se declararem católicos.

76 Que importância se pode atribuir à Magna Carta na formação do pensamento político inglês?

77 Em que aspectos se pode entender as ideias de John Locke como precursoras do pensamento político que marcaria a Europa no século XVIII?

Textos complementares

Algumas das 95 teses de Lutero

Por amor da verdade e desejo de pô-la em evidência, as teses que se-guem serão discutidas em Wittenberg, sob a presidência do reverendo Padre Martinho Lutero, mestre em artes e em teologia e leitor ordinário de teologia neste mesmo lugar. Por isso pede àqueles que não pos-sam estar presentes para discuti-las conosco, que o façam, posto que ausentes, por escrito. Em nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1. Dizendo “Fazei penitência...”, nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis seja uma penitência.

2. O papa não quer, nem pode, perdoar alguma pena, exceto aquelas que ele tenha imposto por sua própria vontade [...]

[...]

20. O papa, quando fala de remissão plena de todas as penas, não as compreende todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.

[...]

21. Erram, pois, os pregadores das indulgências que dizem que, pelas indulgências do papa, o homem fica livre de toda a pena e fica salvo.

[...]

27. Pregam doutrina puramente humana os que dizem que “logo que o dinheiro cai na caixa a alma se liberta (do Purgatório)”.

28. É certo que, desde que a moeda cai na caixa, o ganho e a cupidez podem ser aumentados; mas a intercessão da Igreja só depende da vontade de Deus.

[...]

32. Serão condenados para toda a eternidade, com os seus mestres, aqueles que creem estar seguros da sua salvação por cartas de indulgências.

[...]

35. Pregam o contrário da verdade cristã os que ensinam que a contrição não é necessária às pessoas que querem remir ou adquirir bilhetes de confissão.

36. Qualquer cristão, verdadeiramente arrependido, tem plena remissão da pena e da falta: ela é-lhe devida mesmo sem cartas de indulgências.

[...]

43. É preciso ensinar aos cristãos que aquele que dá aos pobres, ou empresta a quem está necessitado, faz melhor que se comprasse indulgências.

Martinho Lutero. “Debate para o esclarecimento do valor das indulgências”. In: *Martinho Lutero: obras selecionadas*. Tradução de Annemarie Hohn et al. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

O poder real segundo Maquiavel

Daqui nasce um dilema: é melhor ser amado que temido, ou o inverso? Respondo que seria preferível ser ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece-me muito mais seguro ser temido do que amado, se só se puder ser uma delas. Há uma coisa que se pode dizer, de uma maneira geral, de todos os homens: que são ingratos, mutáveis, dissimulados, inimigos do perigo, ávidos de ganhar. Enquanto lhes fazes bem, são teus, oferecem-te o seu sangue, os seus bens, a sua vida e os seus filhos [...] porque a necessidade é futura; mas, quando ela se aproxima, furtam-se, e o príncipe que se baseou somente nas suas palavras encontra-se despojado de outros preparativos, está perdido. As amizades que se conquistam com dinheiro, e não pelo coração nobre e altivo, fazem sentir os seus efeitos, mas são como se não as tivéssemos, pois de nada nos servem quando delas precisamos. Os homens hesitam menos em prejudicar um homem que se torna amado do que outro que se torna temido, pois o amor mantém-se por um laço de obrigações que, em virtude de os homens serem maus, quebra-se quando surge ocasião de melhor proveito. Mas o medo mantém-se por um temor do castigo que nunca nos abandona. Contudo, o príncipe deve fazer-se temer de tal modo que, se não conseguir a amizade, possa pelo menos fugir à inimizade, visto haver a possibilidade de ser temido e não ser odiado, ao mesmo tempo. Isto sucederá, sempre, se ele se abster de se apoderar dos bens e riquezas dos seus cidadãos e súditos e também das suas

mulheres. E quando for obrigado a proceder contra o sangue de alguém, não deve agir sem justificação conveniente nem causa manifesta. Acima de tudo, convém que se abstenha de tocar nos bens de outrém, porque os homens esquecem mais depressa a morte do seu pai do que a perda do seu patrimônio.

[...] Todos concordam que é muito louvável um príncipe respeitar a sua palavra, e viver com integridade, sem astúcias nem embustes. Contudo, a experiência do nosso tempo mostra-nos que se tornaram grandes príncipes os que não ligaram muita importância à fé dada.

[...] Já que um príncipe deve saber utilizar bem a natureza animal, convém que escolha a raposa e o leão: como o leão não sabe se defender das armadilhas e a raposa não sabe se defender dos lobos, é necessário ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para meter medo nos lobos. Os que querem fazer apenas de leão não percebem nada do assunto. Por conseguinte, o senhor sensato não pode respeitar a fé dada se essa observância o prejudica e se as causas que o levaram a fazer promessas deixaram de existir. Se os homens fossem todos gente de bem, o meu preceito seria nulo, mas como são maus e não respeitariam a palavra que te dessem, se não lhes conviesse, também não és obrigado a respeitar a que lhes deres.

Nicolau Maquiavel. *O príncipe*. 7 ed. Tradução de Mônica Bana Álvares. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. (Adapt.)

O Estado segundo Thomas Hobbes

O único caminho para erigir semelhante poder comum, capaz de defendê-los contra a invasão dos estrangeiros e contra as injúrias alheias, assegurando-lhes de tal modo que por sua própria atividade e pelos frutos da terra poderão nutrir-se a si mesmos e viver satisfeitos, é conferir todo o seu poder e fortaleza a um homem ou a uma assembleia de homens, todos os quais, por pluralidade de votos, possam reduzir suas vontades a uma vontade. Isto equivale a dizer: eleger um homem ou uma assembleia de homens que representem sua personalidade; e que cada um considere como próprio e se reconheça a si mesmo como autor de qualquer coisa que faça ou promova aquele que representa sua pessoa, naquelas coisas que concernem à paz e à segurança comuns; que, além disso, submetam suas vontades cada um à vontade daquele, e seus juízos a seu juízo. Isto é algo mais que consentimento ou concórdia; é uma unidade real de tudo isso em uma e mesma pessoa, instruída por pacto de cada homem com os demais, de tal forma como se cada um dissesse a todos: autorizo e transfiro a este homem ou assembleia de homens meu direito de governar-me a mim mesmo, com a condição de que todos vós transferíreis a ele vosso direito, e autorizareis todos

seus atos da mesma maneira. Feito isto, a multidão assim unida em uma pessoa se denomina Estado, em latim, *Civitas*. Esta é a geração daquele grande Leviatã, ou melhor (falando com mais reverência), daquele Deus mortal, ao qual devemos, sob o Deus imortal, nossa paz e nossa defesa. Porque em virtude desta autoridade que se lhe confere por cada homem particular no Estado, possui e utiliza tanto poder e fortaleza, que, pelo terror que inspira é capaz de conformar as vontades de todos eles para a paz, em seu próprio país, e para a mútua ajuda contra seus inimigos, no estrangeiro. E nisso consiste a essência do Estado, que podemos definir assim: uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, por pactos mútuos, realizados entre si, foi instituída por cada um como autor, com a finalidade de poder utilizar a fortaleza e meios de todos, de maneira que julgar oportuno, para assegurar a paz e defesa comum. O titular desta pessoa se denomina soberano, e se diz que tem poder soberano; cada um dos que o rodeiam é seu súdito.

Thomas Hobbes. "O Leviatã". In: Adhemar Marques et al. *História moderna através de textos*. [s.l.]: Contexto, [s.d.], p. 61.

A monarquia de direito divino

Três razões fazem ver que esse governo é melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio... A segunda razão... é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos pobres que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado e trabalha para os seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino confundindo com o que tem pela família, torna-se-lhe natural... A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais. A inveja que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre tiveram

por superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar... O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus... Os reis são deuses e participam de alguma forma da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve-se acreditar que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.

Jacques Bénigne Bossuet. "Política tirada da sagrada escritura". In: Gustavo de Freitas. *900 Textos e documentos de história*. Lisboa: Plátano Editorial, [s.d.], p. 201.

O Estado absolutista como um Estado feudal

O contraste entre a estrutura da Monarquia medieval dos "estados" e a do início do Absolutismo moderno é suficientemente evidente para os

historiadores de hoje. O mesmo se pode dizer – ou mais, ainda, talvez – para os nobres que fizeram diretamente experiência deste estado de

coisas. Mas a grande força estrutural silenciosa que levou a uma reorganização completa do poder da classe feudal estava-lhe inevitavelmente escondida. O tipo de causalidade histórica que destruiu a unidade inicial da exploração extraeconômica que constituía a base de todo o sistema social – pelo desenvolvimento da produção e da troca de mercadorias –, e que centralizava no topo esta mesma unidade não podia ser posto em evidência nas categorias que formavam o universo mental da nobreza. Para muitos nobres, este desenvolvimento econômico ou mercantil constituiu mesmo uma oportunidade de fortuna e de glória apanhada com avidez; para muitos outros, isto foi o sinônimo de desonra e de ruína. E, então, eles revoltaram-se contra este estado de coisas; para a maior parte, ele originou um processo de adaptação e conversão longo e difícil, que se desenrolou ao longo de várias gerações antes que se tenha restaurado, de forma precária, a harmonia entre a sua classe e o Estado. No decurso

desse processo, a antiga aristocracia feudal foi obrigada a abandonar as suas velhas tradições e a adquirir outras numerosas aptidões. Ele teve que renunciar ao uso privado da força armada, ao modelo social de lealdade dos vassallos, aos seus hábitos econômicos de avidez hereditária, aos seus direitos políticos autônomos, e àquele atributo cultural que era a sua própria ignorância. Ela teve que se iniciar em novas ocupações: a de oficial disciplinado, de funcionário letrado, de cortesão e de proprietário fundiário mais ou menos esclarecido. A história do Absolutismo ocidental é, em grande parte, a história da lenta reconversão da classe dirigente fundiária às formas exigidas pela manutenção de seu próprio poder político, apesar e contra o essencial de sua experiência e dos seus instintos anteriores.

Perry Anderson. "Classes e estados: problemas de periodização". In: Antônio Manuel Hespanha. *Poder e instituições na Europa do antigo regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

O mercantilismo

Creio que se permanecerá facilmente de acordo neste princípio de que somente a abundância de prata num Estado faz a diferença de sua grandeza e de seu poder.

Sobre este princípio, é certo que saem todos os anos do reino, em gêneros de sua produção, necessários ao consumo dos países estrangeiros, cerca de 12 a 18 milhões de libras. Estão aí as minas do nosso reino, para a conservação das quais é preciso trabalhar cuidadosamente.

Os holandeses e outros estrangeiros fazem uma guerra perpétua a estas minas, e fizeram tão bem até o presente que, em lugar de que esta soma deva entrar no reino em prata corrente e aí produzir, por consequência, uma prodigiosa abundância, eles não-lá trazem em diversas mercadorias, ou de suas manufaturas ou que tiram nos países estrangeiros, pelos dois terços desta soma, de sorte que não entram todos os anos no reino, em corrente, senão 4,5 a 6 milhões de libras.

Os meios de que se servem são:

Em frete de navios, de porto em porto, 3 milhões.

Em mercadorias das ilhas dos franceses 2 milhões.

Em belos tecidos, com os quais excitaram nossa curiosidade, mercadorias das Índias, especiarias, sedas etc., 3 milhões.

Em gêneros do norte e mercadorias para a navegação, 15 milhões.

[...] Sua indústria e nossa pouca inteligência passaram tão adiante que, por intermédio dos fabricantes e dos comissários de sua nação, que tiveram poder de estabelecer em todos os portos do reino, tendo-se

tornado senhores de todo o comércio pela navegação, colocaram preços em todas as mercadorias que compram e nas que vendem.

Sobre esta suposição, é fácil concluir que quanto mais pudermos suprimir os ganhos que os holandeses obtêm sobre os súditos do rei e o consumo das mercadorias que nos trazem, tanto mais aumentaremos a prata corrente que deve entrar no reino por meio de nossos gêneros necessários, e tanto mais aumentaremos o poder, a grandeza e a abundância do Estado.

Podemos obter a mesma consequência em relação às mercadorias de entreposto, isto é, aquelas que poderíamos ir pegar nas Índias Orientais e Ocidentais para trazer para o Norte, donde traríamos por nós mesmos as mercadorias necessárias à construção dos navios, em que consiste a outra parte da grandeza e do poder do Estado.

Além das vantagens que produzirá a entrada de uma quantidade maior de prata corrente no reino, é certo que, através das manufaturas, as milhões de pessoas que enlanguescem na indolência ganharão sua vida.

Que número também considerável ganhará sua vida na navegação e nos portos do mar.

Que a multiplicação quase ao infinito dos navios multiplicará do mesmo modo a grandeza e o poder do Estado.

Eis, a meu ver, os fins aos quais devem tender a aplicação do rei, sua bondade e seu amor por seus povos.

Jean-Baptiste Colbert. In: P. Clement. *Lettres, instructions et mémoires de Colbert*. Paris, 1873.

Resumindo

As características que marcaram a Idade Moderna articularam-se a ponto de englobar todos os aspectos da vida econômica, social, política e religiosa, não apenas na Europa, mas também com desdobramentos claros para a América.

O pano de fundo é a formação do mundo moderno em dois aspectos essenciais: o desenvolvimento de práticas econômicas, que desencadeou o surgimento do capitalismo, e o fortalecimento das monarquias europeias, o qual levou ao absolutismo.

É da integração entre esses dois elementos que se desdobram todos os processos do Antigo Regime.

As reformas religiosas, embora frutos de uma reação à Igreja Católica, só lograram êxito na medida em que se articularam a aspectos políticos, casos da Alemanha e mais claramente da Inglaterra, ou econômicos e sociais, caso clássico do calvinismo. Da mesma forma, o Sistema Colonial está claramente ligado ao mercantilismo e ao absolutismo.

Por outro lado, o caráter transitório do período é decisivo para que se possa compreender suas contradições. A mesma monarquia absolutista, organicamente ligada à nobreza, acabou, por sua prática mercantilista, possibilitando a ascensão de uma nova classe, a burguesia, cuja riqueza passa a confrontar com o parasitismo na nobreza.



Livros

- **MAQUIAVEL, Nicolau.** *O príncipe*. São Paulo: Penguin Companhia, 2010.
- **HOBBS, Thomas.** *Leviatã: ou a matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.



Filmes

- **Lutero.** Direção: Eric Till. Alemanha/EUA, 2003. Duração: 112 minutos.
- **Elizabeth.** Direção: Shekhar Kapur. Inglaterra, 1998. Duração: 125 minutos.
- **Apocalypto.** Direção: Mel Gibson. EUA, 2006. Duração: 139 minutos.
- **A outra.** Direção: Justin Chadwick. Reino Unido/EUA, 2008. Duração: 115 minutos.

Exercícios complementares

- 1 Fuvest** Antes de o luteranismo e calvinismo surgirem, no século XVI, e romperem com a unidade do Cristianismo no ocidente, houve, na Baixa Idade Média, movimentos heréticos importantes, como o dos cátaros e dos hussitas, que a Igreja Católica conseguiu reprimir e controlar. Explique:
- como a Igreja Católica conseguiu dominar as heresias medievais?
 - por que o luteranismo e o calvinismo tiveram êxito?
- 2 UFJF 2020** Em 1517, a Reforma liderada por Martinho Lutero contestou dogmas da Igreja Católica, abriu caminho para a fragmentação da Cristandade entre católicos e protestantes e gerou a disseminação de outras religiões cristãs, tais como calvinismo, anglicanismo, anabatistas, etc. Sobre esse assunto leia os fragmentos de textos:

Texto 1

Carta acerca da tolerância

Desde que pergunta minha opinião acerca da mútua tolerância entre os cristãos, respondo-lhe, com brevidade, que a considero como o sinal principal e distintivo de uma verdadeira igreja. Porquanto, seja o que for que certas pessoas alardeiem da antiguidade de lugares e de nomes, ou do esplendor de seu ritual; outras, da reforma de sua doutrina, e todas da ortodoxia de sua fé (pois toda a gente é ortodoxa para si mesma); tais alegações, e outras semelhantes, revelam mais propriamente a luta de homens para alcançar o poder e o domínio do que sinais da igreja de Cristo. Se um homem possui todas aquelas coisas, mas se lhe faltar caridade, brandura e boa vontade para com todos os homens, mesmo para com os que não forem cristãos, ele não corresponde ao que é um cristão.

John Locke. Carta acerca da tolerância, São Paulo: Abril Cultural, 1973, Coleção Os Pensadores, vol. XVIII, p. 3.

Texto 2

Nota do jornal Estado de Minas

As perseguições contra cristãos aumentaram em 2018 no mundo pelo sexto ano consecutivo, de acordo com a

ONG Portas Abertas, que publicou nesta quarta-feira (16) o seu índice anual. Esta organização protestante analisa a situação dos cristãos que são vítimas de opressão, discriminação e até assassinatos em 50 países do mundo. No total, 245 milhões de cristãos - católicos, ortodoxos, protestantes, batistas, evangélicos, pentecostais, cristãos expatriados, convertidos - são perseguidos, o que equivale a "um a cada nove cristãos", em comparação com um em cada doze no ano passado, de acordo com a organização. O número de cristãos mortos aumentou de 3.066 para 4.305 entre novembro de 2017 e outubro de 2018, um aumento de 40%.

Notícia do Jornal Estado de Minas. Postado em 16/01/2019 09h47 - EM.com.br, 27º 14º. Belo Horizonte Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/01/16/interna_internacional,1021840/numero-de-persegucoes-contra-cristaos-aumentou-em-2018.shtml

Mortes e perseguições marcaram a propagação de religiões cristãs pela Europa após a Reforma protestante, tendo como consequências conflitos políticos e sociais. Sobre esse tema:

- Com base no texto 1, identifique um aspecto das guerras religiosas no contexto da Reforma protestante.
 - Destaque uma semelhança entre os contextos históricos indicados a partir dos textos 1 e 2.
- 3 UFSC 2018** O ano de 2017 marca os 500 anos da publicação do documento considerado o marco fundador da Reforma protestante: as 95 teses de Martinho Lutero. Sobre a Reforma protestante e seus desdobramentos, é correto afirmar que:
- Martinho Lutero recusava o princípio católico de que a salvação dependia da fé, das obras humanas e da graça divina porque, na sua concepção, apenas a fé levava à salvação.
 - ao contrário do que defendia a Igreja Católica, Lutero sustentava que todas as pessoas, religiosas ou leigas, deveriam ter acesso à Bíblia para que compreendessem individual e livremente a palavra de Deus.
 - de acordo com o sociólogo Max Weber, há uma adequação entre a atitude protestante e a atitude capitalista.

- 08 como consequência imediata da Reforma protestante, os camponeses, estimulados pelas palavras de Lutero contra a autoridade da Igreja Católica, iniciaram uma série de levantes contra a nobreza e o clero.
- 16 o movimento luterano, apesar de toda a sua crítica reformista, mantinha a defesa da negociação das indulgências (perdões) para os pecados que os infieis cometessem.
- 32 a Igreja Católica permitia que os cristãos aderissem à Reforma protestante, desde que obedecessem politicamente ao papado.
- 64 o movimento conhecido como Reforma protestante é encabeçado pela própria Igreja Católica na tentativa de se antecipar ao movimento crescente que, internamente, começava a questionar algumas condutas e dogmas da Instituição.

Soma:

- 4 UFRJ III** - Tem sido hábito, até agora, de certos homens segurar-nos como propriedade sua, visto que o Cristo nos libertou [...].

Por isso, julgamos estar garantido que seremos libertados da servidão.

Manifesto dos Camponeses Alemães Revoltados – 1525.

Deus prefere que existam governos, por piores que sejam, do que permitir à ralé que se amotine, por mais razão que tenha.

Martinho Lutero – Primeira metade do século XVI.

Por mais que Lutero e os camponeses alemães tivessem críticas comuns à Igreja Católica da época, existiam sérios pontos de conflito entre eles. A raiz deste choque está:

- A** na ideia de que somente aqueles que possuíssem instrução ou títulos podiam manifestar-se contra a Igreja Católica e suas práticas.
- B** no apoio mútuo existente entre Lutero e os setores da nobreza alemã que mantinham os camponeses sob servidão.
- C** no fato de os camponeses alemães defenderem o respeito absoluto ao dogma da infalibilidade papal, com o que Lutero não concordava.
- D** na excomunhão de Lutero pelo papa Leão X, já que os camponeses temiam aproximação com alguém acusado de heresia.
- E** no fato de a doutrina luterana defender a salvação do corpo e da alma, enquanto os camponeses só estavam preocupados com a salvação terrena.
- 5 Fuvest** A Reforma Religiosa do século XVI provocou na Europa mudanças históricas significativas em várias esferas. Indique transformações decorrentes da Reforma nos âmbitos:
- a) político e religioso.
- b) socioeconômico.

- 6 Unicamp** A base da teologia de Martinho Lutero reside na ideia da completa indignidade do homem, cujas vontades estão sempre escravizadas ao pecado. A vontade de Deus permanece sempre eterna e insondável e o homem jamais pode esperar salvar-se por seus próprios esforços. Para Lutero, alguns homens estão predestinados à salvação e outros à condenação eterna. O essencial de sua doutrina é que a salvação se dá pela fé na justiça, graça e misericórdia divinas.

Quentin Skinner. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 288-90. (Adapt.).

- a) Segundo o texto, quais eram as ideias de Lutero sobre a salvação?
- b) Quais foram as reações da Igreja Católica à Reforma protestante?

- 7 Vunesp** Um mercantilista inglês escreveu: Os meios ordinários para aumentar nossa riqueza e tesouro são pelo comércio exterior, para o que devemos obedecer sempre a esta regra: vender mais aos estrangeiros em valor do que consumimos deles.

Thomas Mun. *Discourse on England's treasure by foreing trade*. 1664.

- a) O autor desse fragmento exprime um princípio essencial da política mercantilista. Era através dele que os mercantilistas explicavam a origem da riqueza dos estados. Que princípio era este?
- b) Por que as áreas coloniais da América foram fundamentais para a satisfação desse princípio mercantilista?

- 8 Acafe 2017** A formação dos Estados Modernos, o Absolutismo Monárquico e o Mercantilismo caracterizaram a centralização política em várias partes da Europa, em oposição ao poder político descentralizado do sistema feudal. Nesse sentido é correto afirmar, **exceto**:
- A** O mercantilismo foi caracterizado pelo controle estatal da economia e priorizava o domínio de colônias para fornecer matérias primas e criar mercados consumidores para a metrópole.
- B** O casamento de Fernando, herdeiro do trono de Aragão, com Isabel, do trono de Castela, consolidou a formação do território que corresponde à Espanha.
- C** O processo de fortalecimento do poder real atingiu seu ápice com o absolutismo. O monarca passou a exercer o controle total sobre o comércio, as manufaturas e sobre a máquina administrativa.
- D** As Guerras da Reconquista, ao expulsarem os muçulmanos da Europa, contribuíram decisivamente para a formação da Monarquia francesa numa aliança com setores da nobreza.

- 9 FGV (Adapt.)** Leia atentamente as afirmações abaixo, sobre mercantilismo, e assinale a alternativa correta.
- I. São características essenciais do Mercantilismo: o monopólio, o protecionismo e a balança comercial favorável.
- II. O objetivo fundamental do Mercantilismo, como política de acumulação de capitais, é a livre concorrência sem a intervenção do estado-nação.

- 02 Em uma região isolada da Amazônia brasileira, viviam os quéchuas, que detinham grandes conhecimentos em Matemática e em Astronomia. No entanto, em razão de desconhcerem a utilização da pólvora, foram rapidamente vencidos.
- 04 Os astecas tinham na agricultura a sua principal atividade econômica, e o milho era um alimento básico. A partir do cacau produziram uma bebida que deu origem ao chocolate.
- 08 Embora não dominassem o uso do ferro e da roda, os incas, que habitavam as encostas dos Andes, na América do Sul, construíram obras arquitetônicas, como terraços para plantio, palácios, templos, fortalezas.
- 16 A religiosidade era uma característica comum às diversas populações americanas nativas. Elas cultuavam os mesmos deuses, como o Sol, a Lua, e desconheciam rituais de sacrifício humano ou animal.

Soma:

- 15 Uece 2019** No que diz respeito aos Maias, Astecas e Incas, considere as seguintes afirmações:
- Tendo a elite formada por nobres e sacerdotes, a sociedade maia caracterizava-se pela hierarquia.
 - A cidade asteca Tecnochtitlán resistiu aos espanhóis e manteve a sua autonomia até 1521.
 - A capital inca ficou famosa por suas construções planejadas e seus templos decorados.

É correto o que se afirma em

- I e II apenas.
- II e III apenas.
- I e III apenas.
- I, II e III.

- 16 Unesp** A conquista sanguinária da América espanhola é dominada por (uma) paixão frenética. Rio da Prata, Rio do Ouro, Castela do Ouro, Costa Rica, assim se batizavam as terras que os conquistadores desvendavam ao mundo [...]

Paulo Prado. *Retrato do Brasil*, 1928.

A “paixão frenética” da conquista da América a que se refere o autor está relacionada:

- à irracionalidade da expansão comercial e marítima europeia, realizada sem conhecimentos tecnológicos adequados.
- às condições de crise econômica das populações nativas dominadas pelo império dos astecas e dos incas.
- à ação da burguesia espanhola que agiu isoladamente, dado o desinteresse do governo espanhol pelos territórios americanos.
- ao acordo entre banqueiros e sábios europeus para ampliar o conhecimento científico e facilitar a exploração econômica da região.
- ao esforço de solucionar a crise da economia europeia motivada pela escassez do meio circulante.

- 17 UEL 2020 (Adapt.)** Analise a figura a seguir e responda a questão.



Figura 1: RIGAUD, F. J. H. *Retrato de Luís XIV*. 1701. Óleo sobre tela, 277x184cm. Museu do Louvre (Paris, França).

Com base na figura e nos conhecimentos sobre o reinado de Luís XIV, na França, assinale a alternativa correta.

- Como fonte histórica, a pintura é considerada produção estética destituída de articulações com a sociedade do período.
- Essa pintura representa, da perspectiva política, símbolos do Absolutismo, ao tornar reconhecida a figura do rei.
- O monarca Luís XIV dispunha de autoridade limitada, recordando a divisão iluminista do poder em três esferas.
- A extensão de direitos de cidadania ao Terceiro Estado foi um dos principais traços políticos do período.
- A característica política do reinado de Luís XIV foi a separação entre a instituição religiosa e o Estado.

- 18 UFPR** Aquele que deu reis aos homens, quis que os respeitasse como seus lugares-tenentes, reservando apenas a si próprio o direito de examinar sua conduta. Sua vontade é que qualquer um nascido súdito obedeça sem discernimento; e esta lei tão expressa e tão universal não foi feita em favor dos príncipes apenas, é salutar ao próprio povo ao qual é imposta.

Memórias para a instrução do *Delfim*. Luís XIV.

O texto anterior, atribuído ao rei francês Luís XIV, bem como sua frase *O Estado sou eu*, dão as indicações sobre como se concebia a política e o poder real nos séculos XVII e XVIII. Defina tal concepção e os elementos em que se baseava.

19 UEL Aliás, o governo, embora seja hereditário numa família, e colocado nas mãos de um só, não é um particular, mas um bem público que, conseqüentemente, nunca pode ser tirado das mãos do povo, a quem pertence exclusiva e essencialmente e como plena propriedade. [...] Não é o Estado que pertence ao Príncipe, é o Príncipe que pertence ao Estado. Mas governar o Estado, porque foi escolhido para isto, e se comprometeu com os povos a administrar os seus negócios, e estes por seu lado, comprometeram-se a obedecê-lo de acordo com as leis.

D. Diderot. (1717-1784). *Verbetes políticos da Enciclopédia*. São Paulo: Discurso, 2006.

Com base no texto, é correto afirmar que:

- A mesmo em Monarquias absolutas, o soberano é responsável pelos seus súditos.
- B ao príncipe são concedidos todos os poderes, inclusive contra o povo de seu reino.
- C o governante é ungido pelo povo, podendo agir como bem lhe convier.
- D o povo governa mediante representante eleito por sufrágio universal.
- E príncipes, junto com o povo, administram em prol do bem comum.

20 Fatec O calvinista Jean de Léry compara a violência dos tupinambás e a dos católicos franceses que naquele dia fatídico (24.8.1572) trucidaram e, em alguns casos, devoraram seus compatriotas protestantes: E que vimos na França (durante o São Bartolomeu)? Sou francês e pesa-me dizê-lo. [...] O fígado e o coração e outras partes do corpo de alguns indivíduos não foram comidos por furiosos assassinos de que se horrorizam os infernos? Não abominemos, pois, em demasia a crueldade dos selvagens (brasileiros) antropófagos. Existem entre nós (franceses) criaturas tão abomináveis, se não mais, e mais detestáveis do que aquelas que só investem contra nações inimigas de que têm vingança a tomar. Não é preciso ir à América, nem mesmo sair de nosso país, para ver coisas tão monstruosas.

Denis Diderot. *Verbetes políticos da enciclopédia*. São Paulo: Discurso, 2006.

Através da comparação feita por Jean de Léry, que visitou o Brasil na segunda metade da década de 1550, pode-se afirmar que este:

- A chama a atenção para a aberração do canibalismo existente na França, coisa nunca antes vista na história da humanidade, e para a guerra santa travada no continente americano.
- B elabora, ao comparar os selvagens brasileiros aos católicos franceses, uma reflexão original em que o canibalismo sai do âmbito da animalidade e passa a integrar a história da humanidade, mais ainda a história europeia de seu tempo.
- C defende os católicos franceses quanto aos acontecimentos que testemunhou e dos quais foi quase vítima na França de 1572 (a Noite de São Bartolomeu), e acusa os tupinambás de seres irremediavelmente selvagens.
- D concorda com a ideia de que os católicos, apesar da brutalidade praticada contra os protestantes,

agiram forçados pela rainha Catarina de Médicis, diferentemente dos tupinambás, que agem pela sua natureza não humana.

- E considera que a Noite de São Bartolomeu se transformou num símbolo das guerras religiosas de seu tempo e a prática do canibalismo se transformou no símbolo da selvageria do Novo Mundo.

21 UFPel Daqui nasce um dilema: é melhor ser amado do que temido, ou o inverso? Respondo que seria preferível ambas as coisas, mas, como é muito difícil conciliá-las, parece-me muito mais seguro ser temido do que amado, se só se puder ser uma delas. [...] Os homens hesitam menos em prejudicar um homem que se torna amado do que outro que se torna temido, pois o amor mantém-se por um laço de obrigações que, em virtude de os homens serem maus, quebra-se quando surge ocasião de melhor proveito. Mas o medo mantém-se por um temor do castigo que nunca nos abandona. Contudo, o príncipe deve-se fazer temer de tal modo que, se não conseguir a amizade, possa pelo menos fugir à inimizade, visto haver a possibilidade de ser temido e não ser odiado, ao mesmo tempo.

Luís Felipe de Alencastro. Folha de *S. Paulo*. São Paulo, 12 out. 1991. Caderno especial, p. 7.

O documento embasa:

- A a organização de uma sociedade liberal, precursora dos ideais da Revolução Francesa.
- B o direito divino dos reis, reforçando as estruturas políticas e religiosas medievais.
- C o Absolutismo monárquico, sob a ótica de um escritor renascentista.
- D a origem do Estado Moderno, através do Contrato Social.
- E o republicanismo como regime político, apropriado para os Estados Modernos.

22 UFRGS No século XVI, a Espanha oscilava entre períodos de extrema riqueza econômica e bancarrotas vertiginosas.

Considere as afirmações a seguir acerca dessa oscilação.

- I. A rebelião dos Países Baixos, parte integrante dos domínios imperiais dos Habsburgos, durou oitenta anos, contribuindo para corroer as finanças espanholas.
- II. A política expansionista dos Habsburgos, que incluía planos de invasão da Inglaterra com a participação decisiva da “Invencível Armada”, concorreu para as bancarrotas espanholas.
- III. A entrada de capital monetário era destinada quase totalmente à industrialização espanhola, gerando deficiências crônicas na manutenção do Império.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas I e II.
- D Apenas II e III.
- E I, II e III.

- 23 UFRGS** O Sistema Monárquico Absolutista, que atingiu seu apogeu sob o reinado de Luís XIV, apresenta-se como o modelo de gestão política característico do período histórico moderno. Sobre esse sistema, é correto afirmar que:
- A não era arbitrário, pois o monarca não podia transgredir certas leis e costumes fundamentais do reino.
 - B foi responsável pelo desenvolvimento do conceito de cidadania, ao afirmar as liberdades individuais em contraposição ao sistema político medieval.
 - C apresentava, entre seus princípios teóricos, a noção de que a potência soberana do Estado emana do povo.
 - D foi enaltecido pelos iluministas, notadamente pelo filósofo Montesquieu, admirador da tripartição do poder político adotada pelo Absolutismo.
 - E não foi bem-sucedido como forma de governo, pois desprezava a racionalização burocrática da máquina estatal.

- 24 Unifesp** Do ponto de vista sociopolítico, o Estado típico, ou dominante, ao longo do Antigo Regime (séculos XVI a XVIII), na Europa continental, pode ser definido como:
- A burguês-despótico.
 - B nobiliárquico-constitucional.
 - C oligárquico-tirânico.
 - D aristocrático-absolutista.
 - E patricio-republicano.

- 25 Unifesp** O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza.

Nicolau Maquiavel. O príncipe. Lisboa: Europa - América, 1976.

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades [...]. O príncipe não deve se desviar do bem, mas deve estar sempre pronto a fazer o mal, se necessário.

Thomas Hobbes. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

Os dois fragmentos ilustram visões diferentes do Estado moderno. É possível afirmar que:

- A ambos defendem o Absolutismo, mas Hobbes vê o Estado como uma forma de proteger os homens de sua própria periculosidade, e Maquiavel se preocupa em orientar o governante sobre a forma adequada de usar seu poder.
- B Hobbes defende o Absolutismo, por tomá-lo como a melhor forma de assegurar a paz, e Maquiavel o recusa, por não aceitar que um governante deva se comportar apenas para realizar o bem da sociedade.
- C ambos rejeitam o Absolutismo, por considerarem que ele impede o bem público e a democracia,

valores que jamais podem ser sacrificados e que fundamentam a vida em sociedade.

- D Maquiavel defende o Absolutismo, por acreditar que os fins positivos das ações dos governantes justificam seus meios violentos, e Hobbes o recusa, por acreditar que o Estado impede os homens de viverem de maneira harmoniosa.
- E ambos defendem o Absolutismo, mas Maquiavel acredita que o poder deve se concentrar nas mãos de uma só pessoa, e Hobbes insiste na necessidade da sociedade participar diretamente das decisões do soberano.

- 26 Uerj** O rei é vencido e preso. O Parlamento tenta negociar com ele, dispondo-se a sacrificar o Exército. A intransigência de Carlos, a radicalização do Exército, a inépcia do Parlamento somam-se para impedir essa saída “moderada”; o rei foge do cativo, afinal, e uma nova guerra civil termina com a sua prisão pela segunda vez. O resultado será uma solução, por assim dizer, moderadamente radical (1649): os presbiterianos são excluídos do Parlamento, a Câmara dos Lordes é extinta, o rei decapitado por traição ao seu povo após um julgamento solene sem precedentes, proclamada a República; mas essas bandeiras radicais são tomadas por generais independentes, Cromwell à testa, que as esvaziam de seu conteúdo social.

Renato Janine Ribeiro. In: Christopher Hill. O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

O texto faz menção a um dos acontecimentos mais importantes da Europa no século XVII: a Revolução Puritana (1642-1649). A partir daquele acontecimento, a Inglaterra viveu uma breve experiência republicana, sob a liderança de Oliver Cromwell. Dentre suas realizações mais importantes, destaca-se a decretação do primeiro Ato de Navegação. Explique a importância do Ato de Navegação para a economia inglesa e aponte duas ações políticas da República Puritana.

- 27 PUC-Campinas** No século XVIII, enquanto a Europa Continental era abalada por guerras constantes, na Grã-Bretanha, a burguesia – camada social que dominava o Parlamento – não era onerada por impostos muito pesados e:

- A negava ao Estado o direito de intervir diretamente na economia, reservando-lhe, entretanto, o papel de incentivador dos setores que o capital particular não tinha condições de desenvolver.
- B propunha reformas que buscavam conciliar a autoridade absoluta do monarca com as propostas de liberdade.
- C financiava a instalação de organizações militares, que internamente garantiam a força repressiva e fiscalizadora necessária ao Estado.
- D procurava abrandar os vínculos coloniais, a fim de garantir o pleno cumprimento do pacto colonial.
- E desenvolvera condições de acumular capitais mais rapidamente, o que lhe permitiu investir em inovações técnicas, possibilitando a eclosão da Revolução Industrial.

28 UFJF Leia o fragmento a seguir.

O século XVII é decisivo na história da Inglaterra. Os problemas desse país não lhe são privativos. Toda a Europa enfrentava uma série de conflitos, revoltas e guerras civil. [...] Contudo, apenas na Inglaterra ocorreu uma ruptura decisiva no século XVII.

Christopher Hill. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa.

Essa ruptura ficou conhecida como Revolução Inglesa, um processo que se estendeu de 1640 a 1660. A respeito desse processo, é incorreto afirmar que:

- A foi decisivo na derrocada do Absolutismo na Inglaterra.
- B consolidou um mercado nacional, com um governo que priorizava as questões comerciais.
- C privilegiou os interesses dos setores agrários e da Igreja Católica, que passaram a ser financiados pelo governo.
- D as decisões tomadas durante esse processo garantiram que a Inglaterra fosse governada por uma assembleia representativa.
- E foi marcado por manifestações no campo contra as mudanças no regime de propriedade da terra, com destaque para grupos como os “diggers” e “levellers”.

29 UFRGS Ao longo da Revolução Inglesa, ocorrida no século XVII, emergiu um regime republicano, que durou cerca de uma década, sob o comando de Oliver Cromwell, o “Lord Protector” da Inglaterra.

Sobre esse período republicano, é correto afirmar que:

- A a Inglaterra, enfraquecida pela transição de regime, ficou à mercê das demais potências europeias, às quais foi obrigada a conceder uma série de vantagens comerciais.
- B Cromwell, no intuito de proteger a economia interna, elaborou diversas restrições comerciais que o colocaram em conflito direto com os holandeses.
- C a morosidade com que Cromwell implantou sua política econômica contribuiu para a curta duração de seu governo.
- D ele teve como particularidade o retrocesso do puritanismo religioso, característica marcante nos tempos do monarca Carlos I.
- E ele representou uma fase de distensão entre a Inglaterra e as oposições irlandesas e escocesas.

30 UFRJ A sociedade feudal era uma estrutura hierárquica: alguns eram senhores, outros, seus servidores. Numa peça teatral da época, um personagem indagava:

— De quem és homem?

— Sou um servidor, porém não tenho senhor ou cavaleiro.

— Como pode ser isto? retrucava o personagem.

Christopher Hill. O mundo de ponta-cabeça. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 55. (Adapt.).

No século XVI, a sociedade rural inglesa, até então relativamente estática, estava se desagregando.

Apresente um processo socioeconômico que tenha contribuído para essa desagregação.

31 UFPR 2014 Na figura abaixo vemos à esquerda uma ilustração de Guy Fawkes, inglês católico morto em 1605 após tentar explodir o Parlamento inglês na “Conspiração da Pólvora”, e um manifestante inglês usando a máscara de Guy Fawkes em 2011 (inspirada na *graphic novel* “V de Vingança”, transformada em filme em 2006) e portando um cartaz no qual se lê: “O povo não deve temer seu governo”.



Sobre os contextos do século XVII e do século XXI em que a figura de Guy Fawkes aparece, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- Guy Fawkes pertenceu a uma legião de opositores católicos à dinastia dos Stuart, que tentou estabelecer um regime absolutista na Inglaterra ao longo do século XVII.
- Atualmente, o uso da máscara de Guy Fawkes mantém o ativismo católico do personagem original, ao defender a opção preferencial pelos pobres e uma teologia de libertação através do ciberativismo.
- Enquanto Guy Fawkes foi demonizado como traidor à Coroa inglesa desde o século XVII, atualmente as máscaras de Guy Fawkes representam a contestação ao autoritarismo e à injustiça, como no movimento Ocupe Wall Street e em diversos protestos pelo mundo.
- Após a Conspiração da Pólvora, outras revoltas ocorreram no século XVII na Inglaterra, culminando na Revolução Puritana (1640) e na Revolução Gloriosa (1688), seja por questões religiosas, seja pelos cercamentos, seja disputa de poder entre a monarquia e o parlamento. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.
A V – F – F – V.
B F – F – V – F.
C F – V – F – V.
D V – V – V – F.
E V – F – V – V.



Jean-Pierre Houël/Museu de História da França, Versalhes

Jean-Pierre Houël. *A tomada da Bastilha*, c. 1789-91. Óleo sobre tela, 58 x 73 cm. Museu de História da França, Versalhes.

FRENTE 2

CAPÍTULO

6

O fim do Antigo Regime e a montagem do mundo burguês

Neste capítulo, estudaremos o surgimento do mundo moderno e a consolidação do capitalismo e do poder da burguesia, processo que ocorre em três níveis.

O primeiro é o econômico: a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo industrial, submetendo todas as demais atividades e gerando uma nova realidade urbana. O segundo é o ideológico: novos conceitos marcam a passagem para esse momento histórico, o que fica evidente ao analisarmos a influência do Iluminismo na Europa e nas colônias. O terceiro nível é o político, assinalando as revoluções que sepultaram o absolutismo, levaram a burguesia ao poder, e significaram o fim do Sistema Colonial mercantilista, consubstanciando a independência das colônias.

A Revolução Industrial

Todos os processos já estudados, compreendendo os períodos da Baixa Idade Média e da Idade Moderna, convergiram, em meados do século XVIII, na chamada **Pri-meira Revolução Industrial** ou Revolução Industrial inglesa. Tratou-se basicamente do advento do capitalismo em sua fase industrial, com o predomínio da produção sobre a circulação. Em outras palavras, da passagem da manufatura para a maquinofatura.

De uma forma mais ampla, podemos entender a Revolução Industrial como a consolidação do capitalismo como uma economia essencialmente industrial na qual o lucro fundamental é fruto da exploração da mão de obra assalariada por uma elite de proprietários dos meios de produção. Nessa economia, os meios de produção concentram-se nas mãos da burguesia, e à massa da população (o proletariado) restou só uma mercadoria, a força de trabalho, que é vendida em troca do salário.

A consolidação do capitalismo significou também profundas transformações em todos os aspectos da vida em termos mundiais. Ela gerou o estabelecimento do poder político da burguesia, traduzido no processo de revoluções burguesas que se abriu a partir do final do século XIX; contribuiu também para o declínio do Sistema Colonial mercantilista e, ao mesmo tempo, da escravidão. Paralelamente a isso, criou um imenso proletariado urbano, cuja luta por melhores condições de vida e salário deu origem ao novo componente político que caracterizou o século XIX, o movimento operário e o advento das ideias socialistas. A consolidação do capitalismo também gerou, ao longo do século XIX, uma imensa expansão em busca de novos mercados, dando origem a um novo colonialismo e ao imperialismo, criando uma divisão internacional do trabalho e acentuando o abismo entre os países industrializados, ricos, e aqueles que se constituem em áreas periféricas, fornecedores de matérias-primas e de mão de obra barata, além de mercados consumidores para os excedentes industriais das potências capitalistas. É o conjunto dessas transformações, decisivas para a humanidade, que permite chamar esse processo de revolução.

Razões do pioneirismo inglês no processo de industrialização

No século XVIII, a Revolução Industrial foi um fenômeno predominantemente inglês, expandindo-se, em escala muito menor, para a Bélgica. Somente ao longo do século XIX é que outros países europeus iniciaram um processo de efetiva industrialização. As razões para o pioneirismo inglês devem ser buscadas no conjunto dos elementos que estudamos ao longo de nossa análise sobre a Europa e o mundo colonial durante a Idade Moderna.

A primeira das razões que explica esse pioneirismo liga-se ao próprio caráter maior assumido pela Idade Moderna, o mercantilismo. Vimos que o significado e o efeito mais amplo do mercantilismo foi possibilitar o acúmulo de capitais nas mãos dos países europeus. Esse acúmulo deu-se em função de vários elementos: o comércio entre países da Europa, a exploração colonial, o tráfico negreiro e todos os demais componentes das práticas mercantilistas. Ora, nenhum país europeu teve uma atuação tão eficiente, em todos esses níveis, quanto a Inglaterra. Não apenas ela era detentora de um significativo império colonial próprio como também, por meio do domínio econômico que exercia sobre Portugal e Espanha, teve condições de impor uma política que fez dela a grande beneficiária das riquezas geradas pelas colônias ibéricas. Uma comprovação disso pode ser verificada quando analisamos a relação de endividamento de Portugal em relação à economia inglesa ao longo do século XVIII, consubstanciada definitivamente a partir do **Tratado de Methuen** (ou Tratado de Panos e Vinhos), o qual fez com que grande parte da riqueza gerada pelo ouro brasileiro acabasse carregada para a Inglaterra.

Além disso, a vitória sobre a Holanda na Guerra Anglo-Holandesa (1651-1654) fez da Inglaterra a grande potência naval e comercial europeia, possibilitando-lhe o controle do comércio europeu e do tráfico negreiro. Dessa forma, percebemos que em nenhum país europeu a acumulação de capital ao longo da Idade Moderna ocorreu em um nível tão alto quanto na Inglaterra.

Outro aspecto a ser considerado é a estrutura política da Inglaterra. Já a partir de meados do século XVII, com a Revolução Inglesa, embora a burguesia não tivesse atingido diretamente o poder político, todos os pedágios, barreiras e limites internos à expansão do capital foram abolidos na Inglaterra. Um século antes de qualquer outro país europeu, a burguesia já estava livre das imposições do Estado absolutista.

A evolução econômica interna do país também contribuiu enormemente para esse pioneirismo. Desde o século XVI, a atividade manufatureira, ligada basicamente à produção de tecidos, vinha crescendo no país. A riqueza gerada por ela fez com que o Estado absolutista protegesse-a, em detrimento do velho artesanato individual. Paralelamente a isso, o processo de **cercamentos** gerou uma massa de ex-camponeses sem terra e sem trabalho no campo, dado que grande parte das terras, agora ocupadas pela nobreza, era utilizada como pastagem para a criação de ovelhas, visando produzir matérias-primas para a atividade manufatureira têxtil. Dessa forma, ao mesmo tempo que os

Mansfield, Richard. Cotton Spinning: its development, principles and practice. p. 203.

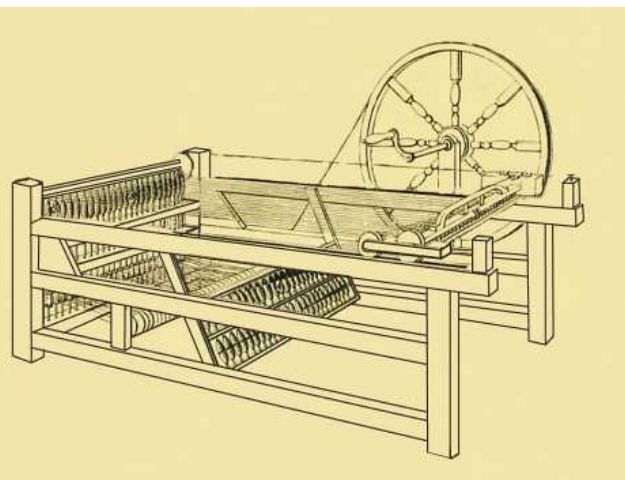


Fig. 1 Desenho da Spinning Jenny, apelido dado por James Hargreaves à sua máquina de fiar hidráulica, um dos principais símbolos do avanço técnico da Revolução Industrial.

cercamentos geravam a produção de matérias-primas, eles foram também responsáveis por um amplo êxodo rural que gerou nas cidades inglesas uma mão de obra abundante e excepcionalmente barata. É essa mão de obra que deu origem ao proletariado industrial inglês. A separação entre capital e trabalho, fruto dos cercamentos e originadora do proletariado inglês, é o que Karl Marx chamou, em *O capital*, de “acumulação primitiva de capital”, isto é, o patrimônio (no caso, terras e ferramentas) acumulava-se nas mãos dos capitalistas agrários, a *gentry*.

Ao mesmo tempo, no decorrer do século XVIII, o campo inglês passou por uma revolução agrícola. Novas técnicas agrícolas e a racionalização da produção provocaram o aumento da produtividade da economia rural. Esse fato acentuou a tendência ao êxodo urbano, gerando uma massa que foi igualmente canalizada para o nascente sistema fabril.

Além disso, havia na Inglaterra uma abundância de gêneros fundamentais à industrialização, como o ferro e o carvão. A combinação desses elementos encontrou seu ponto decisivo na vitória inglesa sobre a França na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Essa vitória consolidou a condição inglesa como potência hegemônica mundial, assegurando-lhe a posse do Canadá e da Índia e ampliando sua participação no mercado. As exportações inglesas, que haviam dobrado de valor entre 1720 e 1760, dobraram mais uma vez entre 1760 e 1790. A burguesia inglesa reinava soberana no mundo. Tudo decisivamente possibilitava um amplo aumento da produção, o que veio por meio do progresso técnico, possível agora de ser absorvido.

O avanço técnico

Nesse contexto, uma série de invenções para solucionar problemas práticos surgidos pela concentração dos produtores nas fábricas, ou para adequar o conjunto da produção ao avanço obtido em uma área produtiva específica, acabou tendo um impacto revolucionário. A “invenção mãe” da Revolução Industrial foi a máquina a vapor, criada por Thomas Newcomen, em 1712, e aperfeiçoada por James Watt, em 1765. Seu efeito radical foi permitir ao ser humano, pela primeira vez, o controle absoluto sobre uma força motriz, sem maiores preocupações com as forças da natureza. Os ciclos produtivos passaram a ser ininterruptos, possibilitando sua rápida adequação às flutuações da demanda. O produtor subordinava-se à máquina; e grandes contingentes de mão de obra, treinada rapidamente em tarefas simples e repetitivas, foram utilizados no processo produtivo, originando a maquinofatura.

Paralelamente a ela, outros inventos surgiram, tais como a máquina de fiar, em 1764, de James Hargreaves; o tear hidráulico, em 1768, de Richard Arkwright; e o tear mecânico, de Edmund Cartwright, inventado em 1785.

Vários foram os efeitos econômicos imediatos: o aumento da produção, que passou a se dar por meio da produtividade, a padronização da produção e a diminuição do custo unitário do produto.

Três setores formaram o tripé do processo produtivo: a indústria têxtil do algodão, a siderurgia, com a utilização

do ferro como metal básico, e a mineração de carvão, o combustível padrão da máquina a vapor.

A máquina a vapor permitiu uma revolução no sistema de transportes. Pela primeira vez o transporte de cargas pesadas e volumosas pôde ser feito por via terrestre, utilizando-se ferrovias, em detrimento da navegação fluvial ou de cabotagem.



Fig. 2 O motor a vapor de James Watt.

Cabotagem: navegação entre portos de um mesmo país ou a distâncias pequenas, dentro das águas costeiras.

As transformações sociais

Ao lado dos efeitos políticos e das relações entre os países, a Revolução Industrial trouxe inúmeras transformações sociais, de significados amplos e de grande impacto para a vida europeia e, conseqüentemente, em todo o mundo.

Uma das características básicas da Revolução Industrial foi o desenvolvimento urbano. As cidades que sediavam indústrias aumentaram de tamanho rapidamente: Londres chegou a um milhão de habitantes em 1800; Manchester pulou de 17 mil habitantes em 1760 para 180 mil em 1830; por volta de 1850, várias cidades industriais inglesas, como Bradford, Liverpool, Leeds, Sheffield, Birmingham e Bristol, tinham mais de 300 mil habitantes. A população rural da Inglaterra, que era de 87% em 1750, baixou para 48% em 1851.

Naturalmente que esse novo contingente urbano constituiu-se em uma massa de trabalhadores vivendo nas condições mais precárias possíveis. O fato de se tratar de uma atividade nova possibilitou condições para uma exploração desenfreada da mão de obra – a qual era formada por uma massa gigantesca de trabalhadores saídos do campo, em uma situação de absoluta miséria e sem nenhuma outra possibilidade de sobrevivência –, ao lado das péssimas condições de moradia que se apresentavam nessas cidades superpovoadas. Os salários baixíssimos, no nível da mais estrita sobrevivência, eram possibilitados pelo fato de que a oferta de mão de obra era muito maior do que a demanda da produção industrial. A generalização do pagamento de salários diários aos trabalhadores urbanos reflete o grau de miséria a que eles se viram reduzidos. O emprego da força de trabalho de mulheres (maioria

esmagadora na indústria têxtil) e de crianças, a partir de 6 anos de idade (contingente importante na mineração de carvão), agravou o quadro geral, pois realizavam as mesmas tarefas que os homens e recebiam pagamento menor. O cotidiano da classe operária era formado por longas jornadas de trabalho, de 14 e até 16 horas diárias, seis dias por semana; habitação em cortiços sem as mínimas condições higiênicas e constante situação de desemprego de um ou mais membros das famílias operárias.



Fig. 3 Philip James de Loutherbourg. *Coalbrookdale à noite*, 1801. Óleo sobre tela. Science Museum, Londres, Inglaterra. Na imagem, do início do século XIX, a cidade inglesa de Coalbrookdale, um dos berços da industrialização.

O trabalhador viu-se transformado em componente acessório à produção, podendo ser substituído a qualquer tempo sem prejuízo desta. No sistema artesanal, o trabalhador estava habituado a controlar o tempo de seu trabalho e a ver seu resultado final. Ao ser tornar um operário, teve de se submeter à rígida disciplina da fábrica e deixou de visualizar o produto acabado.

Ante essa situação de absoluta miséria e exploração, sem nenhuma lei que pudesse proteger sua condição, o proletariado inglês viu-se obrigado a lutar diretamente por suas reivindicações. As primeiras manifestações de reação contra essa situação deram origem ao **movimento ludista**. Esse movimento tem origem em grupos de trabalhadores industriais e artesãos arruinados pela indústria, que percorriam as várias regiões inglesas quebrando máquinas. O nome do movimento deriva de seu primeiro líder William Lud, um artesão de Lancaster. Naturalmente, essa forma de luta denota um nível ainda incipiente de consciência e de organização por parte dos trabalhadores. Da mesma forma, os efeitos desses movimentos foram nulos; até que comesçassem a surgir formas mais profundas de organização, com o fortalecimento dos sindicatos (*Trade Unions*), durante a segunda metade do século XIX.

Foi no século XIX que a luta operária ganhou corpo por meio de reivindicações precisas e de um movimento organizado. Essa luta deu origem ao **movimento cartista**, da década de 1830, lutando por uma legislação trabalhista e pelo sufrágio universal. Embora duramente reprimido, o movimento foi responsável pelas primeiras conquistas trabalhistas inglesas. Em 1833, o trabalho infantil nas empresas têxteis teve sua jornada reduzida para 12 horas diárias, o trabalho subterrâneo feminino e infantil nas minas de carvão foi proibido em 1842, e, em 1847, foi fixada

uma jornada diária máxima de dez horas para o trabalho de mulheres e crianças em todas as fábricas. Esses resultados, todavia modestos, devem ser vistos como enormes avanços se levadas em consideração as condições de vida e trabalho dos operários até ali. Mais que isso, foi essa luta, mesmo incipiente, que deu origem às ideias socialistas, cujos efeitos foram muito além das simples conquistas trabalhistas, representando uma perspectiva de superação do próprio capitalismo.

O Iluminismo

Nas duas últimas décadas do século XVII e no século XVIII, surgiu no continente europeu um movimento intelectual chamado de **Iluminismo**, também conhecido por **Ilustração**, **Esclarecimento** ou **Filosofia das Luzes**. A proposta central do Iluminismo seria levar a razão – a luz – aonde houvesse, segundo seus seguidores, a ignorância – às trevas. A luz representava a filosofia ilustrada, e as trevas, a que os filósofos chamaram de **Antigo Regime**, permeado pelo dogmatismo, no plano religioso; pela autoridade do absolutismo, no plano político; pelo mercantilismo, no plano econômico; e pela sociedade de privilégios, no plano social. O Antigo Regime, entretanto, não se referia ao passado, mas ao mundo em que eles viviam – o que expressava uma vontade de destruir esse mundo, de virar a página e criar algo novo.

De acordo com Karl Marx, o Iluminismo expressava, do ponto de vista ideológico, a ascensão da burguesia e do capitalismo na busca por reformas econômicas, na construção do liberalismo e na exigência do fim dos privilégios nobiliárquicos. Para Marx, o Iluminismo seria burguês e ideológico não porque era “pensado por burgueses” (havia iluministas nobres e operários, por exemplo), mas porque defendia uma falsa universalidade ao afirmar que protegia a liberdade e a igualdade de todos, sendo que, na realidade, no plano econômico, por exemplo, só beneficiava um grupo restrito: a burguesia.

Sob outro ponto de vista, em seu texto de 1783 (“O que é o Esclarecimento?”), Kant definiu o Iluminismo como “a saída do homem da menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo”. O esclarecimento, em Kant, não era um processo restrito ao século XVIII, mas um progresso da condição heteronômica – da dependência em relação às autoridades – em direção à autonomia – de livre pensamento e uso público da razão. O homem do Iluminismo, portanto, renunciava ao socorro vindo do alto e percorria o próprio caminho para alcançar a verdade, extraída de suas próprias forças.

As origens do pensamento iluminista

Em uma visão mais ampla, o Iluminismo estabeleceu a relação entre sociedade e produção cultural que marcaram a Idade Moderna, caracterizando o predomínio de uma tendência crescente à visão racionalista do mundo, que traduzia a afirmação da burguesia como classe social hegemônica. Esse processo, que em última análise propunha-se a laicizar a cultura, tirando-a do domínio do sagrado para

contextualizá-la na razão, iniciou-se como o Renascimento, que deu origem ao Classicismo do século XVI. A reação da Igreja, consubstanciada na Contrarreforma, representou um golpe sobre a tendência humanista e racional trazida pelo Renascimento.

Entretanto, ao longo do século XVII, a atitude científica e racional foi sendo retomada. Na verdade, essa foi a época do nascimento da ciência moderna, baseada no uso combinado da razão matemática com o método de observação e experimentação, cujas regras foram formuladas pelo inglês Francis Bacon (1561-1626). Ao lado dele, surgiram nomes como René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1642-1727). Descartes defendeu a universalidade da razão como o único caminho para o conhecimento, sintetizando seu método na frase “penso, logo existo”. Newton, por meio do princípio da gravitação universal, reforçou a ideia de que o Universo é regido por leis físicas, e não por interferências divinas.

Todas essas novas concepções, complementadas pelo avanço no estudo e na observação da natureza, avanço esse possibilitado por invenções como o telescópio, microscópio, máquina pneumática e barômetro, entre outras, lançaram as bases de uma nova atitude mais científica e racional por parte do ser humano.

Junto com esses acontecimentos, verificou-se também um progresso nas concepções políticas, as quais tiveram em **John Locke** (1632-1704) seu grande nome. Escrevendo no contexto das Revoluções Inglesas (embora sua obra sobre política, queimada publicamente em Oxford, seja considerada muito mais radical que o pensamento *whig*), seu livro *Segundo tratado sobre o governo civil* é considerado, por muitos, inaugurador do liberalismo político. Para o autor, os homens, no estado de natureza, gozariam dos direitos naturais de liberdade, igualdade e propriedade privada, essa última advinda do trabalho. O pacto entre os homens, que teria criado o governo, não seria uma negação desses direitos; pelo contrário, os homens teriam transferido o poder de justiça ao Estado, com a função de preservar esses direitos. Nesse sentido, o **povo** – que para Locke era sinônimo de homens brancos e proprietários – poderia derrubar o governo (direito de resistência), caso ele não garantisse os direitos naturais. Locke acreditava que o Poder Legislativo deveria criar as leis a partir da vontade do povo; o Poder Executivo, que nada criava, apenas executaria os mandos do Legislativo; e, ao Poder Federativo, caberia cuidar da política externa. É importante ressaltar que essa não é uma “divisão de poderes”, como defendeu Montesquieu, uma vez que os poderes, na visão de Locke, não se vigiam. Na verdade, trata-se de uma “divisão de tarefas”, nas quais o Federativo e o Executivo subordinavam-se ao Legislativo.

Essas concepções dão origem ao pensamento liberal, base das concepções políticas do Iluminismo.

Elementos básicos do pensamento iluminista

Inegavelmente, o elemento mais visível do pensamento iluminista é o **racionalismo**. Essa concepção defende que a razão é a única guia para o conhecimento e o único critério

para o julgamento do bem e do mal. Mais do que uma simples formulação teórica, há aqui um forte conteúdo de crítica ao papel desempenhado pela Igreja e pela fé, vistos como entraves ao progresso humano.

A crítica ao absolutismo traduz-se em uma forte defesa da **liberdade política**. Tal liberdade manifesta-se na existência de órgãos de participação política que limitem o poder do governante e permitam aos cidadãos expressarem seus anseios acima e além da vontade do governante. A concepção liberal não se confunde com o conceito de democracia. Ao contrário, para a maioria dos pensadores da época, o conceito de cidadania permanece limitado a uma elite econômica, excluindo a grande massa da participação política.

Outro elemento central do pensamento ilustrado é o da defesa da **liberdade econômica**, negando a intervenção do Estado na economia e defendendo o primado das leis naturais de mercado. Essa concepção representa uma crítica direta à atuação do Estado absolutista, caracterizada por um forte intervencionismo.

No aspecto social, a defesa da **igualdade** surge como o princípio central. Entretanto, há de se perceber que essa defesa limita-se à negação dos privilégios da nobreza, defendendo a eliminação das desigualdades baseadas no nascimento. Não significou uma defesa da ampla igualdade que incluísse os setores populares na medida em que, à exceção do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, os demais pensadores iluministas defenderam de uma forma ou de outra a divisão censitária da sociedade.

Por outro lado, a negação dos privilégios significou não apenas um ataque à nobreza, mas também ao clero e seu papel obscurantista e parasitário na sociedade. O Iluminismo apresenta um forte caráter **anticlerical**, não apenas pelo que o clero representa em termos de uma negação às novas ideias como também pelos privilégios e isenções de que ele desfrutava.

Os filósofos iluministas

De modo geral, os principais pensadores iluministas apresentam concepções ligadas a uma visão de mundo na qual a burguesia é a grande camada empreendedora e responsável pelo progresso material e social da humanidade. Dessa forma, é compreensível que suas formulações políticas e sociais expressassem posturas essencialmente burguesas ou, ao menos, que possibilitassem a vitória dos interesses da burguesia.

No plano das ideias essencialmente políticas, o nome mais importante é o de Charles-Louis de Secondat, barão de **Montesquieu** (1689-1755). Considerado, ao lado de Locke, um dos fundadores do liberalismo político clássico, ele defendia que a natureza do poder era expandir-se ao máximo e abusar das próprias prerrogativas; sendo o homem guiado pelo interesse, só o poder seria capaz de frear o próprio poder. Em sua obra, *O espírito das leis*, Montesquieu estabeleceu a teoria da divisão dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) cuja independência e equilíbrio eram a única maneira de se assegurar a liberdade. Cabe lembrar que Montesquieu falava desses assuntos considerando a

real utilização. Ele idealizava, dessa forma, um mundo de pequenos proprietários, que favoreceria à igualdade moral e legítima.

Nicolas Henri Jeaurat de Bertry



Fig. 5 Nicolas Henri Jeaurat de Bertry. *Uma alegoria da Revolução com um medalhão de Jean-Jacques Rousseau, 1794*. Óleo sobre tela. Musée de la Ville de Paris, Musée Carnavalet, Paris, França. Essa obra associa Rousseau à Revolução Francesa de 1789, movimento influenciado pelas ideias do filósofo.

Os economistas do Iluminismo

O pensamento econômico do século XVIII tem como elemento central o **liberalismo econômico**, ou seja, a luta contra a intervenção do Estado na economia, e repousa essencialmente na crítica ao comportamento econômico do Estado absolutista. Na verdade, o próprio termo mercantilismo, designando a política econômica das monarquias absolutistas, foi criado pelos pensadores liberais do século XVIII.

Os economistas iluministas propunham o fim do mercantilismo e da interferência do Estado na economia. Refletindo os novos tempos, pregavam a plena liberdade econômica, opondo-se a toda e qualquer regulamentação.

A escola **fisiocrata** (de fisiocracia, ou “poder da natureza”), francesa, propunha que a economia funcionasse de acordo com suas próprias leis, semelhantes às da natureza. Tal escola considerava a agricultura a única fonte de toda riqueza, enquanto o comércio e a indústria apenas circulavam ou transformavam a riqueza natural.

Seus teóricos mais destacados foram **Quesnay** (1694-1774), **Turgot** (1727-1781) e, especialmente, **Gournay** (1712-1759), que, em nome da plena liberdade para todas as atividades comerciais e industriais, defendia a abolição das

aduanas internas, das regulamentações e das corporações. Gournay consagrou a frase “*Laissez faire, laissez passer*” (Deixe fazer, deixe passar).

O escocês **Adam Smith** (1723-1790), na obra *A riqueza das nações*, afirmou que nem o comércio, como afirmavam os mercantilistas, nem a agricultura, como defendiam os fisiocratas, eram fonte de riqueza, mas apenas o trabalho. E trabalho livre, sem interferências, norteado de modo espontâneo pela natureza. Adam Smith foi o maior crítico do mercantilismo, que considerava um entrave ao desenvolvimento econômico. Ele argumentava que apenas seria possível atingir a harmonia e a justiça social com a livre concorrência, a divisão do trabalho e o livre-comércio. Seus postulados deram origem à chamada escola clássica do pensamento econômico e constituíram-se na bíblia do pensamento liberal capitalista.

O despotismo esclarecido

O pensamento iluminista apresentava, ao lado de uma crítica candente ao que ele próprio chamou de Antigo Regime, uma nova postura em relação ao mundo, uma nova visão do poder e uma nova atitude do ser humano – mais racional, mais científica – rompendo com velhos padrões incompatíveis com os novos tempos. Esse conteúdo modernizador do Iluminismo teve um efeito aparentemente contraditório, mas perfeitamente compreensível dentro da estrutura política da época. Esse efeito refere-se ao fato de vários soberanos europeus, ao longo do século XVIII, terem realizado amplas reformas em seus Estados, procurando racionalizar e modernizar seus governos, reformas essas que se baseavam em princípios claramente iluministas, sem abrir mão de seu poder absoluto.

A esses monarcas dá-se usualmente a denominação de **déspotas esclarecidos**. São “déspotas” porque a estrutura absolutista de seus governos não foi alterada. Da mesma forma, não houve nenhuma mudança significativa na estrutura social, mantendo-se os velhos privilégios à nobreza. Entretanto, são considerados “esclarecidos”, pois sua visão modernizadora coloca-os em um plano diferenciado em relação aos monarcas típicos do absolutismo europeu, procurando promover algumas reformas que aumentassem a eficiência da administração pública e o poder da nação.

Entre os adeptos do despotismo esclarecido, podemos citar **Frederico II** (reinado de 1740-1786), da Prússia, que deu liberdade de culto à população e tornou obrigatório o ensino básico; aboliu a tortura, organizando um novo código de justiça; e estimulou o desenvolvimento econômico do país, buscando uma modernização econômica. Entretanto, seus vínculos com a nobreza ficam claros quando percebemos que a servidão não foi abolida, com a grande massa da população ainda submetida a obrigações de origem feudal.

Catarina II (reinado de 1762-1796), da Rússia, atraiu muitos filósofos para sua corte e contribuiu para a divulgação das novas ideias. Da mesma forma que na Prússia, entretanto, essas reformas tiveram um efeito cosmético, significando uma maior educação para a nobreza, uma mudança de comportamento social, sem que as reais condições de vida da massa camponesa fossem alteradas.

José II (reinado de 1780-1790), da Áustria, foi o que mais realizou mudanças: aboliu a servidão, deu igualdade tributária e jurídica à população e uniformizou a administração do Império.

O conde de **Aranda** (reinado de 1718-1799), ministro de Carlos III da Espanha, estimulou o desenvolvimento das manufaturas de tecidos e de artigos de luxo e dinamizou a administração visando fortalecer o poder real. Da mesma forma, procurando conter os focos de reação ao domínio metropolitano na América, deu aos *criollos* alguns direitos políticos, como a participação nos cabildos.

O **marquês de Pombal** (1699-1782), ministro de José I de Portugal, realizou importantes reformas: a produção manufatureira cresceu e foram criadas companhias monopolistas de comércio para controlar o comércio colonial; a agricultura foi estimulada e o clero e a nobreza foram submetidos ao poder do rei. Seu objetivo era reduzir o atraso e a dependência econômica de Portugal. Para isso, procurou ampliar a arrecadação no Brasil, ao mesmo tempo que combatia os focos de dispersão do poder e da renda do Estado. Nesse contexto, teve como grandes adversários os jesuítas, detentores de uma imensa riqueza e constituindo quase um Estado dentro do Estado. A reação dos jesuítas, bem como a natureza retrógrada das elites portuguesas, representou uma força contrária ao seu projeto modernizador. Com a morte de José I, Pombal foi afastado e Portugal retomou as mesmas características do período anterior.

De qualquer forma, há um fato a ser considerado. Em todos os países em que essas reformas ilustradas foram realizadas, mesmo que minimamente, o absolutismo ganhou uma sobrevida que lhe permitiu superar a primeira leva revolucionária iniciada com a Revolução Francesa.



Fig. 6 Frederico II, da Prússia: um exemplo de déspota esclarecido.

A independência dos Estados Unidos

No ano de 1776, verificou-se a independência das Treze Colônias da América Continental Britânica, as quais, em 1787, deram origem aos Estados Unidos da América, a primeira nação independente do continente americano.

Esse fato assumiu um significado particularmente importante, pois deu origem a um amplo processo de descolonização da América, pondo fim ao Sistema Colonial mercantilista. Mais do que isso, a forte presença de ideias liberais e iluministas, não apenas na luta pela independência,

mas na própria formação do novo país, colocam-no como elemento decisivo no processo mais amplo de crise do Antigo Regime e de edificação de um novo mundo com base nas novas condições determinadas pelo capitalismo industrial e pelo avanço político da burguesia.

Não é um acaso o fato de a primeira nação a se tornar independente fosse justamente formada por colônias inglesas, a nação que vencera a competição capitalista e dava origem à Revolução Industrial. Na verdade, como veremos, o processo de consolidação do capitalismo e da industrialização na Inglaterra foi decisivo para provocar o movimento de independência das suas colônias.

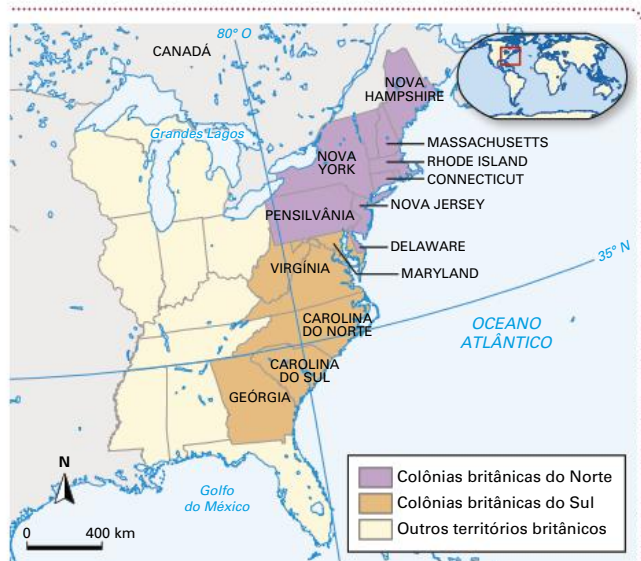
Abordaremos, embora de modo sucinto, algumas peculiaridades do colonialismo inglês na América do Norte, que foram decisivas no processo de emancipação das Treze Colônias.

Particularidades da colonização inglesa

Vimos que, ao contrário da colonização portuguesa ou da espanhola, muito mais rígidas e centralizadoras, a Inglaterra manteve uma conduta mais liberal em relação às suas colônias da América do Norte, até meados do século XVIII. Essa atitude, chamada pelos ingleses de **negligência salutar**, era muito mais clara no que se refere ao seu relacionamento com as colônias do Norte. A ausência de produtos tropicais, a presença francesa no Canadá, a turbulência político-religiosa inglesa durante o século XVII e as guerras com a Holanda e a França pela hegemonia europeia explicam essa conduta inglesa.

Com isso, as colônias da Nova Inglaterra gozavam de uma ampla autonomia comercial, impensável para as colônias ibéricas e totalmente em desacordo com os princípios elementares do pacto colonial mercantilista. Vimos que essas colônias chegavam a realizar os chamados triângulos comerciais, atingindo áreas externas aos domínios ingleses e mesmo as colônias do Sul, as quais tinham uma presença muito mais intensa do comércio metropolitano.

As Treze Colônias



As relações da Inglaterra com as colônias eram de relativa harmonia, não se verificando maiores entrechoques políticos até o início da década de 1760 – mesmo existindo a condição colonial, que em si só é geradora de tensões e conflitos, além das diferenças regionais de suas colônias.

Essa situação só começou a se alterar quando o comércio colonial cresceu a ponto de concorrer com o metropolitano, justamente quando a Inglaterra iniciava sua Revolução Industrial, o que impunha a ampliação do mercado para consolidar o desenvolvimento industrial. Já a partir daí, a Inglaterra procurava limitar o comércio colonial, gerando as primeiras reações. Mais que isso, produtos coloniais gozavam de vantagens no comércio com a Inglaterra, numa face oposta do mesmo pacto colonial, onerando a economia metropolitana no momento em que mais precisava de recursos para a industrialização.

O ponto de ruptura foi a **Guerra dos Sete Anos**, que na América foi chamada de Guerra Franco-Índigena (1756-1763). Apesar da vitória da Inglaterra, que recebeu o Canadá e a Índia, os custos da guerra e a necessidade de ampliar a administração colonial fizeram-na passar por uma crise econômica.

A conquista inglesa do Canadá – afastando a ameaça francesa sobre as colônias de exploração do sul – e o comportamento dos colonos, que, além de não terem contribuído para o esforço de guerra, auferiram grandes lucros comerciando com os franceses nas Antilhas, e mesmo no Canadá, levaram o governo inglês a decidir que as colônias deveriam arcar com parte dos custos da guerra.

Com o objetivo de aumentar as taxas e os direitos da Coroa na América e impor o pacto colonial com vigor, cerceando o comércio e a autonomia coloniais, o Parlamento aprovou uma série de leis e novos impostos.

A política repressiva britânica, a tradição de autonomia político-administrativa dos colonos e a difusão dos ideais iluministas de liberdade acabaram deflagrando um processo revolucionário.

O arrocho colonial inglês

O incentivo a que os colonos ocupassem novas terras em direção ao oeste havia sido uma política inglesa até 1763. A razão para essa política era a de fazer frente à presença de franceses e espanhóis na região, garantindo, pela ocupação, a posse dessas áreas. A vitória sobre os franceses, assim como a decadência da Espanha, incapaz de fazer frente à presença britânica, tornava essa prática desnecessária. Ao mesmo tempo, ao derrotar os franceses, a Coroa inglesa apossara-se do rico comércio de peles na região, sobre o qual visava estabelecer um monopólio, não desejando a concorrência dos colonos. Outro elemento que veio nesse mesmo sentido foi o fato de que, dentro dessa nova política centralizadora por parte da Coroa inglesa, era mais interessante manter os colonos restritos à área litorânea, facilitando o controle político e fiscal. Com base nesses motivos, a Proclamação Régia de 1763 demarcou a área a oeste dos montes Alegheis como reserva indígena, vetando-a à penetração de pioneiros. No ano seguinte, pelo **Ato de Quebec**, as terras do centro-norte da colônia

passaram à jurisdição do governador real de Quebec, o que impedia o deslocamento dos colonos para a região. Os pequenos agricultores, que tradicionalmente vendiam suas terras avançando sobre as terras virgens, foram profundamente atingidos. E os grandes proprietários sulistas, que necessitavam de uma expansão constante em razão do esgotamento do solo, viram-se bloqueados.

Outras medidas restritivas vieram na sequência. Em 1764, a **Lei da Moeda** (*Currency Act*) proibiu a emissão de dinheiro na colônia, inibindo a elevação dos preços dos produtos agrícolas e tornando ainda mais difícil a situação dos agricultores. Ao mesmo tempo, a tentativa inglesa de restringir a liberdade do comércio colonial gerava leis como a **Lei do Açúcar** (*Sugar Act*), de 1764, e a **Lei do Selo** (*Stamp Act*), de 1765.

A primeira estabelecia que todo açúcar não procedente das Antilhas britânicas sofreria alta taxaço, prejudicando diretamente os triângulos comerciais que eram a grande fonte de riqueza do Norte. A segunda exigia que todos documentos, livros, jornais, e mesmo baralhos, recebessem um selo, cujo valor seria incorporado a seu preço. Não se tratava apenas de uma questão financeira, mas do fato de que a Inglaterra passaria a ter um controle direto sobre toda a atividade pública nas colônias.

No Congresso da Lei do Selo (1765), em Nova York, os colonos, argumentando que se tratava de imposto interno, não votado por eles, pois não tinham representantes no Parlamento, declararam um boicote ao comércio inglês. Já nesse episódio, manifesta-se uma clara influência de princípios liberais, baseados na ideia de que não se pode aceitar leis formuladas por um órgão no qual aqueles que são afetados por elas não estão representados.

O clima de tensão que se anunciava explodiu em 1773, com a **Lei do Chá** (*Tea Act*), que dava o monopólio do comércio do chá à Companhia das Índias Orientais. Em meio a protestos generalizados, colonos disfarçados de índios destruíram um carregamento de chá no porto de Boston (*Boston Tea Party*).



Fig. 7 Litografia de 1846 aludindo ao *Boston Tea Party*.

A resposta do parlamento foi a promulgação das **Leis Intoleráveis** ou Coercitivas (1774): o porto de Boston foi interditado até o pagamento dos prejuízos, a colônia de Massachusetts foi posta sob ocupação militar inglesa e os funcionários ingleses, caso cometessem algum delito, seriam julgados em outra colônia ou na Inglaterra.

Em 1774, no **Primeiro Congresso Continental** da Filadélfia, decidiu-se pelo boicote total ao comércio inglês e por uma petição ao rei e ao Parlamento pela revogação das leis, em nome da igualdade de direitos dos colonos. Verifica-se ainda nesse momento uma situação negociável, manifesta no próprio reconhecimento do Parlamento inglês pelos colonos. Todavia, a recusa inglesa foi total. Em 1775, tropas inglesas realizaram ataques às localidades de Lexington e Concorde, que causaram várias mortes entre os colonos, levando-os a se organizar militarmente. Era o início da **Guerra de Independência**. Nesse momento, um dos maiores pensadores iluministas, o inglês Thomas Paine, publicou, em janeiro de 1776, o que é considerado um dos clássicos da civilização norte-americana, *The Common Sense* (traduzido como *Senso comum*), e o segundo panfleto mais influente de todos os tempos. Ele propôs que os Estados Unidos da América (termo utilizado nesse momento) se tornassem o primeiro país a combinar república e democracia, conceitos antes separados. Segundo o autor, “o que Atenas foi em miniatura, a América será em magnitude. A primeira era a maravilha do mundo antigo, a outra está se tornando a admiração e o modelo do presente”.

A Guerra de Independência

Não se pode deixar de considerar como foi possível que colônias, teoricamente áreas periféricas, de economia bem menos desenvolvida e muito menos populosas, foram capazes de enfrentar e derrotar a maior potência da época. O primeiro elemento a ser levado em consideração é o fato de que o poderio inglês dificilmente poderia ser transportado para a América do Norte. As óbvias dificuldades de transporte da época tornavam limitada a presença

de tropas inglesas na região. Além disso, as colônias norte-americanas não eram como as outras, pois possuíam relativa riqueza e certo grau de desenvolvimento, além de uma experiência de organização militar decorrente das batalhas ao lado das tropas inglesas durante a Guerra dos Sete Anos contra a França. De qualquer modo, é inegável que a vitória dos colonos norte-americanos significou um estímulo considerável para que outras colônias passassem a ver como possível a vitória sobre suas metrópoles. Não por acaso, a independência das colônias inglesas acendeu a luta anticolonial em todo o restante da América.

As primeiras vitórias dos colonos abriram a perspectiva de que decisões políticas fossem tomadas no sentido do rompimento. Em 1776, a colônia da Virgínia declarou sua independência ao promulgar a **Declaração dos Direitos do Homem**. No mesmo ano, no Segundo Congresso da Filadélfia, representantes de todas as colônias assinaram a **Declaração de Independência**, elaborada por Thomas Jefferson, com a colaboração de Benjamin Franklin e Samuel Adams.

Naturalmente, tratava-se de uma declaração unilateral. O fato de as colônias declararem-se independentes não significava o fim da Guerra ou a aceitação por parte da Inglaterra. Ao contrário, a Guerra prosseguiu ainda por cinco anos e foi árdua. Os colonos, comandados por George Washington, sofriam de falta de organização e tinham interesses divergentes. Seu exército de voluntários, engajados por um ano, penalizava o treinamento e a eficiência – muitas vezes, os homens abandonavam a luta para cuidar de suas tarefas particulares. Das colônias sulistas, apenas a Virgínia empenhou-se a fundo e os canadenses permaneceram fiéis à Coroa.



Fig. 8 John Trumbull. *Declaração de Independência*, 1819. Rotunda do Capitólio dos Estados Unidos, Washington, Estados Unidos. Na imagem, a entrega da Declaração da Independência no Segundo Congresso Continental.

Após algumas derrotas frente às tropas inglesas, a vitória de Saratoga (1777) reacendeu o ânimo dos colonos para continuar a luta e facilitou a tarefa de Benjamin Franklin, embaixador em Paris, empenhado em obter auxílio da França.

A intervenção francesa foi decisiva. Procurando recuperar as áreas coloniais perdidas para a Inglaterra em 1763, a França aliou-se formalmente aos americanos, fornecendo-lhes recursos econômicos e enviando tropas para o combate. Envolvendo a Espanha na aliança antibritânica, ampliou as operações militares para a Índia e o Caribe, sujeitando a Inglaterra a uma guerra em larga escala e em múltiplas frentes.

A partir de 1779, um exército franco-espanhol de mais de sete mil homens participou ativamente das operações na América. Em 1781, sitiado em Yorktown, o exército inglês se rendeu, pondo fim à guerra.

Em 1783, pelo Tratado de Paris, a Inglaterra reconheceu a independência das colônias, fixando-lhes as fronteiras nos Grandes Lagos, ao norte, e no Mississippi, a oeste.

John Ward Dunsmore/Wikipedia



Fig. 9 John Ward Dunsmore's. *George Washington e Marquês de Lafayette em Valley Forge, 1909.* A ajuda francesa foi decisiva para a independência dos Estados Unidos.

A organização do novo Estado

A Declaração de Independência, de 1776, havia estabelecido alguns princípios de unidade, mas nada que caracterizasse a efetiva união das antigas colônias, agora Estados independentes, num único país. Essa tarefa coube à Convenção Constitucional de Filadélfia, reunida em 1787. Os anos que se seguiram à Declaração de Independência geraram a certeza da necessidade da união dos Estados, embora ainda houvesse divergências quanto à forma que assumiria essa união. No Congresso, duas tendências predominaram: a republicana, liderada por Thomas Jefferson, que propunha um poder central simbólico com ampla autonomia para os Estados membros; e a federalista, chefiada por Alexander Hamilton, que desejava um poder central forte.

É interessante notar que o modelo que acabou adotado incorporou elementos de ambas. Pela Constituição de 1787, estabelecia-se uma república federalista presidencialista. Nela, os Estados gozariam de autonomia quanto a assuntos especificamente internos. Caberia à União, entretanto, atuar

sobre temas como defesa, política tributária e economia. Ao mesmo tempo, a presença das ideias liberais e iluministas ficava clara na ampla autonomia que se atribuía aos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e na obrigatoriedade de sufrágio para o preenchimento dos cargos públicos. O Poder Legislativo era composto de duas casas: a Câmara dos Representantes, com um número de membros proporcional à população de cada Estado; e o Senado, com dois membros por Estado. O presidente seria eleito de forma indireta, por um colégio eleitoral formado por delegados eleitos nos vários estados, proporcionalmente à população de cada um, e teria um mandato de quatro anos, sendo permitida uma única reeleição.

Numa postura típica do liberalismo da época, o voto obedecia a um critério censitário. Outro limite típico do liberalismo era o fato de que as mulheres não tinham direito de voto. Além disso, a Constituição, ao garantir a autonomia de cada estado, não tocava na questão da escravidão, que foi motivo de sérios confrontos ao longo do século XIX, os quais convergiram na Guerra de Secessão.

A Revolução Francesa

A abolição dos privilégios feudais, o fim do absolutismo monárquico, a afirmação dos princípios da igualdade jurídica e da liberdade econômica, a ascensão da burguesia ao poder e a extinção do Antigo Regime são algumas das consequências atribuídas à Revolução Francesa. Entretanto, não cabem à França méritos como pioneirismo ou maior grau de perfeição no modelo político e social criado. O absolutismo na Inglaterra começou a ser sepultado 150 anos antes, com a Revolução Puritana. O modelo de Estado criado pela Revolução Gloriosa na Inglaterra (a Monarquia Parlamentar), um século anterior à Revolução Francesa, subsiste até hoje, ao passo que a França passou por sucessivas formas diferentes de governo nos anos que se seguiram à Revolução. A Constituição criada pela Revolução Francesa no primeiro momento não sobreviveu por mais de dois anos.

Tudo isso demonstra que, se analisada pela perspectiva dos resultados práticos imediatos, a Revolução Francesa perde grande parte de sua importância. Todavia, essa importância não reside apenas aí. Sua riqueza reside na sua extraordinária repercussão externa e na fantástica diversidade apresentada no transcorrer do processo, inclusive tendo como componente fundamental a intensa participação popular, com reivindicações que iam muito além dos limites impostos pelas demais revoluções burguesas.

Mais que isso, a Revolução Francesa pode ser vista como a culminância de um processo revolucionário mais amplo, que corresponde à hegemonia da burguesia e à implantação de seus valores. Tal processo compreende a Revolução Industrial inglesa, a independência dos Estados Unidos e, como desdobramento da Revolução Francesa, a independência da América Latina. E não se trata apenas de uma culminância, mas do caráter profundamente irradiador do processo revolucionário francês, sua decisiva influência para a ocorrência de uma série de outros processos revolucionários. Cabe lembrar que a Revolução Francesa não

foi, a todo momento, liderada pela burguesia. O historiador Georges Lefebvre, por exemplo, disse que a revolução, principiada pela nobreza, foi ora protagonizada pela burguesia, ora pelo proletariado urbano (*sans-culottes*), ora pelos camponeses. Sendo assim, essa revolução é chamada de “burguesa” não por ter “colocado a burguesia no poder” (termo demasiado vago), mas por criar condições para que o modo de produção capitalista vigorasse, ao derrubar a aristocracia. Thomas Paine, pensador iluminista que participou do processo de independência dos Estados Unidos, também fez parte da Revolução Francesa; esse protagonista criou o termo “Era das Revoluções”, pois, para ele, o que ocorreu na França foi um aprofundamento e uma radicalização do que houve na América do Norte.

Por outro lado, a violência e a dramaticidade da Revolução Francesa, principalmente se comparada às demais revoluções burguesas, só podem ser compreendidas de forma mais concreta à luz das condições apresentadas pela França às vésperas da Revolução. A grandiosidade das contradições apresentadas pelo modelo francês constitui o cenário ideal para a eclosão de uma revolução de enormes proporções.

A França às vésperas da revolução

No século XVIII, a França encontrava-se submetida ao modelo clássico que se atribui ao Antigo Regime. A sociedade, embora altamente diversificada, quando vista pela perspectiva do Estado, apresentava uma divisão em três ordens ou estamentos (ou, ainda, Estados): clero (Primeiro Estado), nobreza (Segundo Estado) e povo (Terceiro Estado). Essa divisão, totalmente artificial para a época, que remontava à Idade Média, jogava na vala comum do povo elementos totalmente díspares: industriais, ricos comerciantes, banqueiros, operários, camponeses, lojistas, aprendizes, artesãos, mendigos, pequenos proprietários, servos etc.

Nesse momento, a França ainda era um país agrário: de uma população de 25 milhões, 20 milhões viviam no campo. Desses, 4 milhões eram servos e 10 milhões, camponeses semilivres. A talha e a corveia eram as formas padrão de tributação, e a produtividade era baixa. Além disso, a terra estava quase inteiramente concentrada nas mãos da Igreja e da nobreza.

A miséria da grande massa contrastava com aqueles setores que compunham a burguesia. Porém, um elo os unia: constituíam o enorme contingente que, por estar privado de qualquer privilégio ou direito político, representava uma forte oposição ao Antigo Regime.

Clero e nobreza, por outro lado, apresentavam uma característica em comum. Antes de qualquer coisa, os altos dignitários da Igreja eram nobres. A condição da Igreja como instituição era a de grande proprietária, o que aproximava, de forma inseparável, seus interesses aos da nobreza. Esses segmentos gozavam de uma série de

Sans-culottes: literalmente “sem calções”; pessoas que não usavam calções, vestimenta típica da nobreza; as camadas populares.

privilégios, tais como isenção da maioria dos impostos (eles pagavam apenas dois impostos diretos: a capitação e o vigésimo) e monopólio de determinados cargos públicos e pensões, o que os levou a agarrar-se a essas prerrogativas. Esse fator contribuiu para agravar ainda mais a tensão revolucionária.

Toda estrutura tributária e fiscal do país repousava nos ombros do Terceiro Estado, dado que clero e nobreza eram isentos do pagamento de tributos. Além disso, contribuía de forma absoluta para onerar o Estado, através das pensões e regalias que recebiam. Esse era apenas um dos elementos de contradição da estrutura francesa.

Politicamente, o absolutismo em sua forma clássica caracterizava a França. Existiam poucos instrumentos de limitação ao poder real. Curiosamente, apesar de os reis Luís XIV e Luís XV terem sido conhecidos pelo seu autoritarismo, o monarca Luís XVI, que reinava à época da revolução, era abertamente reformista e influenciado pelo contexto do despotismo esclarecido. Contudo, as contradições e as condições objetivas da França, como será visto, impossibilitaram tais tentativas de reforma.

Economicamente, a França pré-revolucionária vivia uma crise cujas razões devem ser buscadas na combinação de elementos estruturais com questões conjunturais que contribuíram para um agravamento dos problemas. Numa análise mais ampla, vemos que a economia francesa sofria um anacronismo em relação à sua grande rival, a Inglaterra. Ao mesmo tempo que os ingleses viviam o processo de Revolução Industrial, intensificando brutalmente sua produção e monopolizando mercados, a França ainda se via às voltas com as velhas manufaturas estatais e com as excessivas regulamentações econômicas impostas pelo Estado absolutista. Dessa forma, a concorrência tornava-se impossível, levando grandes parcelas da população ao desemprego e à fome. Além disso, o luxo da Corte, a isenção de impostos para a nobreza e o clero e a ineficiência administrativa contribuía para uma situação de insustentabilidade da economia francesa.



Fig. 10 Joseph Siffred Duplessis. Luís XVI, 1777. Óleo sobre tela. Palácio de Versalhes, França. Luís XVI: seu governo conheceu a decadência definitiva da monarquia francesa.

Os antecedentes imediatos da revolução

A economia francesa sofreu, ainda, um processo de quebra acentuada com os enormes gastos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), cujo resultado adverso acarretou a perda de importantes áreas do império colonial. Além disso, ao participar da Guerra de Independência dos Estados Unidos (1763-1781), a França acabou perdendo sua última área colonial de importância econômica na América continental, a Louisiana. Esta foi cedida à Espanha como compensação pela participação como aliada na guerra da independência americana. E ainda que a França tenha recuperado o Senegal e algumas ilhas das Antilhas, em razão de sua colaboração na independência americana, o ganho nem de longe correspondeu ao dispêndio efetuado.

Além disso, em uma situação de endividamento externo, a França foi obrigada a ceder às pressões inglesas e assinar o Tratado Eden-Rayneval, celebrado em 1786. Pelos termos desse tratado, semelhante ao Tratado de Methuen, a França passou a permitir a importação de tecidos ingleses com baixas tarifas aduaneiras, o que levou as manufaturas têxteis francesas à crise, comprometendo ainda mais a arrecadação de impostos.

Naturalmente, a monarquia foi obrigada a tomar medidas no momento em que a crise passou a afetá-la diretamente. O declínio da arrecadação fazia com que o Estado francês já não tivesse recursos para as despesas elementares, como o pagamento de funcionários ou a manutenção do Exército. E foi somente a essa altura que algumas medidas foram tomadas.

Em 1787, o ministro das Finanças, Calonne, com apoio do rei, convocou a **Assembleia dos Notáveis**, composta do clero e da nobreza. O ministro propôs que essas duas ordens colaborassem com uma tributação provisória para salvar o Estado da falência. A nobreza não só se recusou a abrir mão de seus privilégios fiscais, como também provocou várias revoltas nas províncias onde tinha maior influência, contestando a autoridade real, na chamada revolta aristocrática.

Em meio a uma situação que beirava o caos, em 1788, a França perdeu a maior parte da safra agrícola devido a uma seca que se prolongou por três anos: os preços subiram, os camponeses passaram fome e a miséria atingiu as cidades.

O Estado francês literalmente faliu: a dívida pública era o dobro do meio circulante nacional. Ante a revolta da nobreza e do clero e da recusa destes em aceitar a tributação, a única esperança de Luís XVI era aumentar a tributação que incidia sobre o Terceiro Estado. Foi com esse objetivo que ele decidiu convocar os **Estados Gerais**. Cabe fazer, aqui, duas observações sobre o início da revolução. Em primeiro lugar, sendo o absolutismo, fundamentalmente, uma aliança entre o rei e a nobreza, é possível observar que tal aliança desmoronou exatamente no momento em que o rei tentou taxar o grupo social que deveria proteger. Em segundo, é possível perceber que a revolução começou a partir de uma revolta aristocrática; como observou o historiador Modesto Florenzano, um “erro de cálculo” da nobreza revelou-se, no final das contas, um “suicídio”.

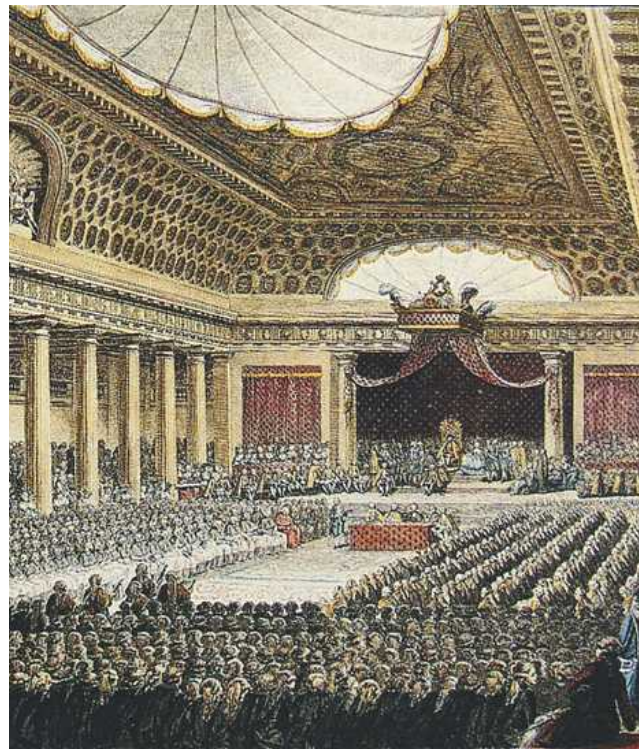


Fig. 11 A Assembleia dos Estados Gerais.

A Assembleia dos Estados Gerais era uma instituição tradicional da monarquia francesa, remontando à Idade Média. Consistia em um órgão meramente consultivo sobre o qual a monarquia tinha direto controle, podendo ser convocada e destituída a critério do rei. Acreditava Luís XVI na sua capacidade de controlá-la, sem perceber que as condições de então tornavam esse controle impossível.

A situação de crise econômica e miséria, o descontentamento da burguesia e o fervilhamento das ideias iluministas estavam se chocando com a muralha intransponível da monarquia francesa; essa era a primeira brecha que se abria no absolutismo francês. O espaço será ocupado pela propaganda revolucionária burguesa que buscava transformar os Estados Gerais em um amplo palco de reformas na estrutura francesa.

A deflagração da revolução

Em maio de 1789, os Estados Gerais reuniram-se em Versalhes. O Primeiro Estado tinha 291 representantes, o Segundo, 270, e o Terceiro, 578. A concessão para que o Terceiro Estado tivesse um número maior de representantes é facilmente explicada quando nos lembramos que, pelos critérios tradicionais que regiam os Estados Gerais, o voto era por Estado, e não por cabeça, como pretendia o Terceiro Estado.

Esse foi o primeiro momento de atrito. Ante a pressão do Terceiro Estado, o qual contava com o apoio de alguns representantes do baixo clero e mesmo da nobreza, Luís XVI tentou dissolver os Estados Gerais. A reação do Terceiro Estado foi imediata. Reunindo-se na Sala do Jogo de Pela, os representantes do povo romperam com os Estados Gerais, exigindo do rei a transformação destes em **Assembleia Nacional Constituinte**, no dia 9 de junho.

Acreditando ser possível manobrar a situação, Luís XVI fingiu ceder, ao mesmo tempo que procurava reunir forças para deter a **sedição**. Nesse meio tempo, a situação deteriorou-se de tal maneira que foi impossível de ser contida. A população urbana dos *sans-culottes* começou a se armar. Em Paris, criou-se a **Guarda Nacional**, uma milícia burguesa para resistir ao rei e tentar controlar a massa popular. No dia 14 de julho, populares invadiram o Arsenal dos Inválidos, o depósito de armas do exército, e depois a fortaleza da Bastilha, um presídio político que simbolizava a natureza violenta do regime contra seus opositores.



Fig. 12 Georges Danton, o principal líder dos primeiros tempos da Revolução Francesa, em retrato anônimo.

De Paris, a insurreição popular alastrou-se para todo o país. Na área rural, as massas camponesas rebelaram-se com uma intensidade até então impensável. Castelos e mosteiros foram atacados e incendiados; cartórios invadidos e títulos de propriedade queimados; nobres e seus funcionários massacrados.

A intensidade da revolta popular ecoou na Constituinte. Apavorados com as notícias das províncias, deputados da nobreza e do clero acovardaram-se ante o Terceiro Estado. A mais clara demonstração disso foi a noite de 4 para 5 de agosto de 1789, na qual todas as propostas encaminhadas pelo Terceiro Estado foram aprovadas, sem nenhum veto. Nessa noite, foi aprovada a abolição de todos os privilégios feudais. Suprimiram-se as obrigações devidas à Igreja e à realeza e, acima de tudo, não se permitiria mais o estabelecimento de privilégios com base no nascimento. Era o fim da estrutura social do Antigo Regime. Esse evento faz parte do período do **Grande Medo**.

Sedição: sublevação contra qualquer autoridade constituída; revolta, motim.

Em 26 de agosto, a Assembleia proclamou a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. De nítida inspiração iluminista, afirmava o direito à liberdade, à igualdade jurídica de todos, à inviolabilidade da propriedade e o direito de resistir à opressão.



Fig. 13 Jean-Jacques François Le Barbier. *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, 1789. Óleo sobre madeira, 71 x 56cm. Musée Carnavalet, Paris.

Entretanto, cabe aqui uma consideração de natureza política. Toda a vitória representada pela ampla mobilização popular foi canalizada para dentro da Assembleia Constituinte, na qual os deputados do Terceiro Estado eram vistos como representantes do povo. Essa categoria ainda remontava àquela velha visão medieval, totalmente inadequada ao novo momento. Claramente, existiam discrepâncias básicas entre os interesses dos setores populares e da burguesia. Por outro lado, as eleições para os Estados Gerais obedeceram a critérios censitários, ou seja, os representantes do povo eram indivíduos ricos, com interesses que os afastavam da grande massa camponesa e de trabalhadores urbanos. Numa palavra, os setores populares entregaram suas conquistas nas mãos da burguesia.

Esta, por sua vez, buscou realizar seu projeto de revolução da forma menos “revolucionária” possível, visando basicamente eliminar o absolutismo e os privilégios, entraves para seu pleno desenvolvimento. O que a burguesia pretendia era um projeto baseado no liberalismo econômico e político.

Dessa forma, a abolição dos direitos feudais foi confirmada, o que implicou na eliminação da servidão e da semisservidão, mas os camponeses deveriam resgatar sua plena liberdade, pagando-a à nobreza.

J. CARON/JACQUES-LOUIS DAVID/
LIBRARY OF CONGRESS

Jean-Jacques François Le Barbier/Musée Carnavalet, Paris

A Igreja foi objeto de tratamento mais drástico. Em 1790, foi elaborada a **Constituição Civil do Clero**, que determinou o confisco dos bens eclesiásticos, os quais passaram para o Estado. Esses bens serviram de lastro para a emissão dos *assignats* (bônus do Estado), a nova moeda que deveria restabelecer a saúde financeira do país. Os padres passaram a subordinar-se ao Estado, na condição de funcionários públicos. O papa Pio VI condenou as medidas, levando o clero francês a dividir-se: uns aceitaram a constituição, os juramentados; outros rejeitaram-na, os refratários, emigrando ou provocando agitações nas províncias.

Em 1791, a Assembleia concluiu a primeira Constituição da França (Constituição de 1791), que estabelecia uma monarquia constitucional, com três poderes. O Executivo seria exercido pelo rei, cuja sucessão permanecia hereditária; o Legislativo, por deputados eleitos para mandatos de dois anos, segundo um critério censitário que dividiu os cidadãos em duas categorias: os ativos, que pagando impostos exerciam o direito de voto, e os passivos. O Poder Judiciário foi delegado a juízes eleitos pelo povo.

Apesar da intensa participação popular, essa primeira fase revolucionária deve ser vista como uma revolução burguesa. Coube à burguesia a liderança do processo, da mesma forma que as conquistas desse período foram diretamente canalizadas para a edificação de um estado burguês na França.

A burguesia encontrou enormes dificuldades para consolidar seu poder. Como a Constituição foi imposta a Luís XVI, o rei conspirava com elementos contrarrevolucionários, dificultando a eficácia do governo. Muitos nobres emigravam (os *emigrés*), levando seus bens móveis, o que empobrecia o país, e acabavam se fixando nos territórios fronteiriços, onde conspiravam, buscando apoio para a volta do absolutismo.

No exterior, o êxito da revolução estimulou movimentos burgueses, na Holanda, Bélgica e Suíça, e manifestações de apoio pela Itália, Inglaterra, Alemanha e Áustria, provocando alarme nos Estados absolutistas. Vários déspotas esclarecidos suspenderam as reformas e passaram a adotar uma postura reacionária.

Em agosto de 1791, os soberanos da Áustria e da Prússia, por meio da Declaração de Pillnitz, ameaçaram a França de intervenção armada, para restaurar a dignidade real e afastar a ameaça representada pelos “abomináveis princípios franceses”.

Foi nesse momento de aguda tensão que Luís XVI tentou fugir com sua família para a Áustria. No entanto, a fuga foi malograda. Reconhecido na cidade de Varennes, foi preso e enviado de volta a Paris, onde passou a ser mantido sob vigilância.

A **prisão de Luís XVI** acrescentou um dado novo à situação francesa. Desmoronava o último símbolo de estabilidade e autoridade no país. A própria manutenção da monarquia, após essa prova inequívoca de traição real, tornava-se muito difícil. Mais que isso, o esgarçamento das estruturas de poder abria caminho para a ascensão das massas populares, que durante muito tempo buscavam melhorias efetivas nas condições de vida e de participação política. O próprio controle exercido pela burguesia estava ameaçado.



Fig. 14 Prisão de Luís XVI, em Varennes.

A revolução popular

Os problemas internos e a ameaça externa levaram à radicalização do processo revolucionário. A unidade política da Assembleia, já frágil, quebrou-se, dando origem a uma divisão partidária antagônica. Os **girondinos**, representantes da alta burguesia, defendiam um governo descentralizado, federalista e economicamente liberal. O girondino Brissot, grande orador, sustentava que a França deveria declarar guerra às potências estrangeiras para exportar os princípios da revolução. Em contrapartida, os **jacobinos** representavam a burguesia média e pequena e, buscando o apoio dos *sans-culottes*, adotavam uma postura mais centralizadora, a favor de uma economia controlada pelo Estado e contrária à guerra externa. Nesse sentido, Robespierre dizia que ninguém gostava de “missionários armados”, isto é, pessoas que tentavam exportar os princípios da revolução por meio da guerra. Havia ainda o grupo do **pântano**, que assumia uma posição centrista. É importante destacar, também, a origem dos nomes: **girondinos** referem-se ao fato de a maioria deles provir da região da Gironda; **jacobinos**, ao hábito de reunirem-se no convento de São Jacques. Nasceu nessa época, aliás, a denominação de esquerda (jacobinos) e direita (girondinos).

Em abril de 1792, os exércitos austro-prussianos e os nobres *emigrés* invadiram a França. Com isso, a situação dos girondinos, que, com apoio do rei, vinham impedindo a deportação do clero refratário e a convocação do exército para combater os contrarrevolucionários internos, tornou-se insustentável.

Os jacobinos proclamaram a pátria em perigo e convocaram todos os homens válidos para formar um exército nacional. A **Comuna Insurrecional** de Paris, liderada por Marat, Danton e Robespierre, assumiu a direção da luta contra os invasores, que foram derrotados em setembro, na batalha de Valmy, às portas da capital. O povo parisiense invadiu as prisões, eliminando os aristocratas considerados traidores (Massacre de Setembro). O rei, também acusado de traição, foi preso, e a República proclamada em 20 de setembro.

Os girondinos perderam a maioria na Assembleia para os jacobinos, os quais estavam aliados a grupos mais

radicais de *sans-culottes*, como os **enraivecidos**. O grupo composto de jacobinos e, também, de outros grupos mais radicais da esquerda era chamado de **montanha**.

O rei acabou guilhotinado em janeiro de 1793. Áustria, Prússia, Holanda, Espanha e Sacro Império formam a Primeira Coligação, financiada pela Inglaterra, temerosa da concorrência econômica de uma França modernizada.



Fig. 15 Louis-Léopold Boilly. *Retrato de um sans-culotte*, 1792. Óleo sobre tela. Museu Carnavalet, Paris, França.

O primeiro ano da **República**, 1793, foi chamado de Ano I, segundo o novo calendário, e uma nova Assembleia, a **Convenção Nacional**, tomou posse. Jacobinos e grupos ainda mais radicais formavam a maioria e elaboraram a Constituição do Ano I, que instituiu o sufrágio universal masculino, democratizando o processo político. Foram criados o **Comitê de Salvação Pública**, responsável pela administração e pelo exército; o **Comitê de Segurança Nacional**, encarregado da segurança interna; e o **Tribunal Revolucionário**, para julgar os contrarrevolucionários.

À ameaça externa, somavam-se as dificuldades internas, como a crise econômica, as divisões políticas, os distúrbios generalizados e mesmo as revoltas antirrepúblicas de âmbito regional, como a da Vendéia. Nesse ambiente, os jacobinos prendem os representantes girondinos e assumem o controle total do governo.

O assassinato de Marat, líder radical conhecido como “o amigo do povo”, por uma jovem chamada Charlotte Corday, em julho de 1793, desencadeia a ira popular. Entre julho de 1793 e julho de 1794, ocorre o **Terror**, a eliminação dos adversários da Revolução, reais ou potenciais, sob a liderança de Robespierre.

Milhares de pessoas acusadas de serem contrarrevolucionárias são guilhotinadas, desde a ex-rainha até líderes girondinos: a Revolução depurava-se em um banho de sangue (mais de 300 mil pessoas foram presas e 17 mil, executadas). Ao mesmo tempo, o radicalismo social avançava: os preços foram tabelados (**Lei do Máximo**); os exploradores e atravessadores presos; os impostos sobre a riqueza aumentados; o ensino público gratuito estabelecido; pobres e idosos protegidos por leis especiais; o catolicismo abolido e, em seu lugar, foi introduzido um culto revolucionário fundado na razão e na liberdade.

Ao mesmo tempo que se praticava o terror, o governo revolucionário aboliu a escravidão nas colônias da França e anunciou o confisco das propriedades dos nobres emigrados, embora não tenha tido tempo de colocar essa lei em ação.

O recrutamento em massa permitiu a formação de um grande exército, que afastou os invasores e inverteu as posições destes: os franceses avançavam no norte da Itália, na Alemanha e na Bélgica. Com isso, a França deixava de ser uma nação em perigo, fato que foi usado como desculpa para a sustentação do regime do Terror.

De fato, a grande justificativa utilizada por Robespierre para incitar tamanha violência política era o risco que a França corria ante a ameaça externa. No momento em que esta deixa de existir, a tendência passou a ser a contestação ao Terror. Isolado por sua própria política, Robespierre não teve como conter a reação do Pântano, com o apoio da burguesia. Em 27 de julho de 1794 (**9 de Termidor**), os girondinos retomam o poder na Convenção (reação termidoriana); Robespierre, Saint-Just e outros líderes jacobinos são guilhotinados.



Fig. 16 Anônimo. *Retrato de Robespierre*, 1790. Óleo sobre tela. Museu Carnavalet, Paris, França.

A contrarrevolução burguesa

O fim do governo de Robespierre marcou o fim dos Comitês (de Salvação Pública e o de Segurança Nacional) como órgãos executivos. Em meio a uma violenta repressão sobre os setores populares, foi criada uma nova forma de governo, na qual o poder seria exercido por cinco membros eleitos com o cargo de “diretores”. Essa nova forma de governo foi estabelecida por uma nova Constituição (Constituição do Ano III), de 1795, a qual, dentro do projeto de retomada do poder pela burguesia, reinstituía o voto censitário.

Ainda predominava uma visão liberal burguesa, segundo a qual era possível a manutenção do poder por meio de um governo representativo, apenas assegurando aos “setores produtivos” o monopólio legal dos direitos políticos.

Entretanto, as condições eram outras. O novo governo, o **Diretório**, iria defrontar-se com um quadro político altamente instável. Sofrendo violenta oposição tanto da nobreza quanto dos setores populares, o Diretório mostrava-se incapaz de conter as rebeliões que assolavam a França, dentre as quais se destacou a **Conspiração dos Iguais**, que, liderada por Graco Babeuf, defendia que as medidas da Revolução Francesa eram insuficientes e que somente o fim do direito de herança, a partilha de bens e uma sociedade rural comunal garantiriam a verdadeira liberdade. O movimento de Babeuf, embora duramente reprimido, é considerado um antecessor do comunismo do século XIX.

Por outro lado, o governo do Diretório mostrava-se também incapaz de promover a retomada do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico, demonstrava sua incapacidade para atender os interesses da burguesia. Esta necessitava, antes de qualquer coisa, de um governo forte, capaz de conter as agitações sociais; e de um regime cuja ênfase seria a proteção à propriedade e ao capital, sendo para isso imprescindível a paz interna. A burguesia francesa necessitava ampliar seus mercados, o que exigiria a expansão militar.

Ao mesmo tempo, o Exército era um componente político que merecia atenção nesse momento. A ascensão do prestígio de um jovem general chamado Napoleão Bonaparte era um fato notório. Sua participação na repressão aos movimentos políticos internos e suas vitórias externas, contra Áustria e Itália, bem como a conquista do Egito, tornavam-no uma figura fundamental no momento em que a burguesia vislumbrava a necessidade de um Estado forte, ao mesmo tempo que sua confiança no regime representativo esfacelava-se.

Tudo aponta, portanto, para uma aliança entre a burguesia e a única instituição capaz de prover-lhe essas condições: o Exército. Daí o apoio burguês ao golpe que, no dia 9 de novembro de 1799 (**18 de Brumário**), colocou **Napoleão Bonaparte** e o Exército no poder. É curioso como a Revolução Francesa terminou com a emergência de um governo centralizado. Se o historiador Eric Hobsbawm, por um lado, enfatizou que a revolução contribuiu para a ascensão do capitalismo, por outro lado,

liberais como Alexis de Tocqueville (no século XIX) e François Furet (no século XX) defenderam que a herança básica da revolução Francesa foi a centralização. Isso porque, após a revolução, o governo central, por mais que fosse democrático, acabou com as autonomias locais, centralizou a cobrança de impostos, uniformizou as leis e aumentou imensamente o número de servidores públicos; em suma, ampliou o aparelho estatal, que, desde então, passou a ser maior do que no período absolutista, por mais paradoxal que pareça. Por isso, Alexis de Tocqueville afirmou que a Revolução Francesa aperfeiçoou a centralização iniciada pelo absolutismo e criou uma nova nobreza, a burocracia e um novo absolutismo – o democrático, no qual o centro comandaria tudo, as partes da nação seriam ceifadas e a individualidade, reprimida. Para o liberal, não é à toa que, terminada a Revolução, o governo centralizado de Bonaparte ascendeu.



Fig. 17 François Bouchot. *O general Bonaparte no Conselho dos Quinhentos*, 1840. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Versalhes, Versalhes, França. Uma visão artística do golpe que levou Napoleão Bonaparte ao poder.

O Período Napoleônico e o Congresso de Viena

A ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder na França não significou uma tomada do poder pelo Exército ou mesmo um afastamento da Revolução de seus rumos iniciais. Ao contrário, se é possível definir o Período Napoleônico em uma única expressão, esta será certamente a da consolidação do domínio burguês na França. Embora fosse um militar e filho de um modesto advogado da Córsega, nada tendo em sua origem de classe ou em sua carreira que o levasse a se aproximar dos interesses burgueses, Napoleão edificou um governo burguês, não no aspecto externo, mas nos reais interesses que defendeu.

François Bouchot/Wikimedia Commons



Fig. 18 Jacques-Louis David. *O imperador Napoleão em seu estúdio em Tuilerie*, 1812. Óleo sobre tela. National Gallery of Art, Washington, Estados Unidos. Uma célebre imagem de Napoleão.

Ao longo de mais de 15 anos de governo na França, Napoleão estabeleceu uma ditadura interna capaz de conter todos os focos de reação, ao mesmo tempo que promoveu o desenvolvimento econômico. Mais que isso, por meio de um Estado forte, garantiu a propriedade e o lucro da burguesia, gerando um clima de paz interna que refreou o ímpeto revolucionário dos setores populares. Numa política conciliatória, trouxe de volta o apoio do clero e eliminou a oposição da nobreza.

Em termos de política externa, sua ação ampliou os horizontes da economia francesa, buscando novos mercados e enfrentando o predomínio inglês.

O Consulado

Ao depor o Diretório e assumir o poder, Napoleão criou na França uma nova forma de governo, o Consulado. O Poder Executivo passava a ser exercido por três governantes, com o título de cônsules. Pela nova constituição, a Constituição do Ano VII (1799), Bonaparte obtinha amplos poderes, na condição de cônsul principal.

Durante os primeiros anos de seu governo, Napoleão procurou concentrar-se na recuperação da economia francesa e na restauração da paz social. Em 1801, a Concordata com a Igreja restabeleceu as relações entre esta e o Estado francês. O culto católico voltou a ser permitido e os membros do clero, embora fiéis a Roma, passavam a jurar fidelidade ao governo francês.

A administração foi reorganizada, houve a criação de um corpo de funcionários públicos encarregados da arrecadação tributária e a fundação do Banco da França (1800), que passou a emitir um novo padrão monetário, o *franco*. A indústria e a produção agrícola foram estimuladas com financiamento estatal. O ensino secundário foi organizado com a função de formar quadros para o serviço público.

Em 1804, promulgou-se o **Código Civil Napoleônico**, que em essência continua em vigor até hoje, tendo influenciado praticamente toda legislação ocidental semelhante. As conquistas burguesas, como a igualdade perante a lei e o direito de propriedade, foram asseguradas; a proibição de greve e de organização associativa dos trabalhadores foi mantida e a escravidão, restaurada nas colônias.

Externamente, a Paz de Amiens, um tratado de 1802, entre França e Inglaterra, trouxe paz para a Europa, depois de dez anos de guerra ininterrupta. As conquistas territoriais francesas foram confirmadas, e a Espanha cedeu a Louisiana, que ocupava desde 1783, à França (vendida por Napoleão aos Estados Unidos em 1803).

Após os conturbados anos de revolução, portanto, a paz parecia voltar ao lar dos franceses. Bonaparte, extremamente popular, revelava sua ilimitada ambição pelo poder. Sendo assim, em 1802, uma nova Constituição, confirmada por plebiscito, reforçava o Poder Executivo e dava a Napoleão o cargo de cônsul vitalício e único. Em 1803, os ingleses, junto a um grupo de monarquistas franceses, articularam a Conspiração de Cadoudal, visando restaurar os Bourbon na França. Com isso, Napoleão alegou a necessidade de centralização do poder e, pela Constituição de 1804, tornou-se imperador da França.



Fig. 19 Jacques-Louis David. *Coroação de Napoleão*, 1805-07. Óleo sobre tela. Museu do Louvre, Paris, França.

O Império

Na França, o regime instalado por Napoleão representou uma retomada de práticas comuns ao absolutismo. As Assembleias foram suspensas ou perderam suas funções, os direitos individuais e a liberdade política eram letra morta, e a imprensa foi censurada.

Contudo, a França prosperava. Os camponeses produziam mais, a atividade industrial desenvolveu-se e a economia como um todo cresceu muito. As cidades embelezavam-se e o Estado realizava numerosas obras de infraestrutura: canais, portos, estradas etc. Os Códigos Comercial e Penal completaram a obra legislativa da modernização.

Por outro lado, é a política externa o elemento mais visível e mais efetivo de seu governo. As Guerras Napoleônicas visaram ampliar os mercados franceses, bem como o próprio poderio militar e político da França. Rapidamente, a França convertia-se na grande potência da Europa continental, pondo em risco os regimes absolutistas bem como a supremacia econômica inglesa. Foi o medo desse crescimento francês que levou a Inglaterra a abandonar sua política de isolamento e passar a fomentar a formação de alianças para deter a França.

Em 1803, a Inglaterra proclamou o bloqueio do comércio internacional francês e, em 1805, agrupou Rússia, Áustria e Suécia na Terceira Coligação. A França foi derrotada na batalha naval de Trafalgar, mas arrasou os austro-russos na Batalha de Austerlitz. Como consequências dessa batalha, a Itália foi submetida à França e o Sacro-Império dissolvido. Em seu lugar, foi criada a Confederação do Reno, sob tutela francesa, e a Áustria perdeu todas as suas possessões ítalo-germânicas. A vitória francesa sobre os países aliados na Terceira Coligação (1805) significou o início da concretização da hegemonia francesa sobre a Europa continental, sob a forma do Grande Império que, de uma forma ou de outra (anexações, retificações de fronteiras, alianças obrigatórias, imposições de governantes), fez da França, sempre por meio da força das armas, o poder dominante sobre o continente europeu.

As vitórias seguintes sobre a Rússia, Prússia e Áustria garantiram à França a conquista de amplos territórios e um crescente poder político na Europa. Demolindo impérios tradicionais e destronando casas reais, Napoleão desarticulou toda a estrutura do Antigo Regime na Europa, passando, por meio da política de empossar parentes, a ter o controle da Itália, da Holanda e da Espanha.

A ameaça representada pelos países absolutistas já havia sido afastada. Entretanto, a Inglaterra ainda representava o grande risco econômico e, por isso, político para a França. Impossibilitado de derrotá-la militarmente (como a derrota sofrida na batalha de Trafalgar demonstrara), restou a Napoleão a tentativa de derrotá-la economicamente, estrangulando o comércio inglês com os demais países europeus.

Em 1806, em Berlim, Napoleão decretou a proibição de que qualquer país da Europa continental mantivesse relações comerciais com a Inglaterra, sob pena de invasão pelos exércitos franceses. Essa medida, chamada de **Bloqueio Continental**, acabou representando mais problemas do que benefícios efetivos para a França.

Em primeiro lugar, a fiscalização de toda a costa europeia era uma tarefa inviável. Além disso, ao tornar a Inglaterra um alvo declarado de sua política, Napoleão tornava-se vítima da pressão exercida pelos ingleses sobre os demais países europeus, os quais eram cronicamente

dependentes da economia inglesa. Um exemplo claro foi Portugal. Incapaz de romper seu comércio com a Inglaterra, o governo português desafiou o bloqueio, obrigando Napoleão a decretar a invasão sobre Portugal em 1808. A família real portuguesa fugiu para o Brasil, dando origem ao processo que levou à independência brasileira em 1822.

Outra reação muito mais grave veio da Rússia. Em verdade, os russos jamais acataram o bloqueio. Entretanto, entre 1807 e 1811, o comércio com a Inglaterra foi feito de forma velada, com desembarque de mercadorias em alto-mar e a utilização de navios sem bandeiras que os identificassem.

A partir de 1811, esse comércio passou a ser feito às claras. Sabedor das dificuldades óbvias de invasão da Rússia (extensão territorial, tamanho de exército, quantidade de habitantes, disciplina do povo, além do frio enregelante), Napoleão evitou enquanto pôde uma ação militar. Todavia, ante o ostensivo desafio que ameaçava seus planos de colocar a Inglaterra de joelhos e inebriado pelas próprias vitórias, Napoleão passou a organizar uma ofensiva militar contra os russos.

A **campanha da Rússia**, iniciada em 1812, marca o início da decadência de Napoleão. Contra o gigantesco exército francês de cerca de 700 mil homens, os russos adotaram a tática da terra arrasada, a qual consiste em fazer a população ir fugindo cada vez mais para o interior, destruindo tudo o que ia deixando para trás, de modo que o exército invasor não tivesse condições de se reabastecer. No limite de seus recursos, o exército napoleônico chegou a Moscou, encontrando a cidade em chamas e completamente abandonada; a população havia fugido, bem como o governo russo.

Sem alimentos, água potável e com armas e homens congelando à medida que se intensificava o inverno russo, não restou a Napoleão outra opção a não ser ordenar a retirada. Assim, contra Napoleão, inicialmente foi enviado o chamado “primeiro exército russo”, formado pela fome, pelas doenças, pela inanição, pela neve e pelas temperaturas baixíssimas. A seguir, homens, canhões e armas em geral dizimaram as tropas francesas. Menos de 100 mil homens cruzaram a fronteira de volta. Era o fim do exército francês, instrumento de terror com o qual Napoleão impusera seu poder sobre toda a Europa.



Fig. 20 Adolf Northern. *A retirada de Moscou*, 1812. Napoleão retirando-se de Moscou.

A derrota na Rússia levou os países dominados à rebelião aberta: a Sexta Coligação reuniu russos, austríacos, prussianos, suecos e ingleses. Derrotado em Leipzig (1813), na chamada Batalha das Nações, Napoleão não conseguiu evitar a invasão da França no ano seguinte.

Pelo Tratado de Paris (1814), Napoleão renunciou ao trono francês, sendo exilado na ilha de Elba, no Mediterrâneo. O trono francês foi entregue ao meio irmão de Luís XVI, Felipe de Bourbon, coroado com o nome de Luís XVIII.

Esse foi o primeiro sintoma da tendência que passou a predominar na vida política europeia: a de varrer qualquer lembrança da Revolução. Era o princípio da **restauração** que se impunha sobre a Europa.

Napoleão ainda recobrou o poder por um curto período. Em 1815, ele conseguiu fugir da ilha de Elba e chegar à França. Gozando ainda de imenso prestígio popular e, com o que restava do Exército, fez com que Luís XVIII fugisse para Viena e retomou o poder. Iniciava-se o período conhecido como **Cem Dias**.

Durante esse curto espaço de tempo, Napoleão procurou por todas as formas juntar os cacos do exército francês, para fazer frente à reação que fatalmente viria por parte dos países europeus, particularmente da Inglaterra. Não foi suficiente. Derrotado em **Waterloo** pela marinha inglesa, Napoleão foi deposto pela segunda vez e preso agora na ilha de Santa Helena, encravada no meio do Atlântico, de onde não havia a menor possibilidade de fuga. Foi nessa ilha que ele veio a morrer anos depois, supostamente envenenado pelos ingleses, seus carcereiros.



Fig. 21 William Sadler. *Batalha de Waterloo*. Óleo sobre tela.

O Congresso de Viena

Com a derrota de Napoleão, em 1814, as potências vitoriosas reuniram-se em Viena, sob sugestão do ministro austríaco Metternich, para **reorganizar o mapa político da Europa**, após as conturbações causadas pela Revolução Francesa e pelo Período Napoleônico.

Essa reorganização obedeceu a um princípio básico, o da restauração da velha ordem, recompondo a estrutura do Antigo Regime e o poder das antigas dinastias governantes.

Dois princípios básicos nortearam essa restauração: o da **legitimidade** e o do **equilíbrio europeu**.

O princípio da legitimidade tinha um sentido político e outro geográfico. Pelo primeiro, as dinastias que reinavam no período pré-revolucionário foram reconduzidas ao governo de seus países. Dessa forma, a monarquia francesa foi restaurada com Luís XVIII de Bourbon. Pelo segundo, as fronteiras retornariam à situação de 1789. A França teve

suas fronteiras restauradas, em grande parte pela ação diplomática de seu representante, Talleyrand, que impediu que sanções fossem aplicadas sobre o país.



Fig. 22 François Pascal Simon Gérard. *Carlos X*, 1825. Óleo sobre tela. Museu do Prado, Madrid, Espanha. Carlos X: sua posse na França é um dos símbolos da restauração que foi a tônica do Congresso de Viena.

A Rússia recebeu a maior parte da Polônia, da Finlândia e da Bessarábia. A Áustria, a Lombardia e Veneza adquiriram a supremacia na Itália. A Bélgica foi anexada pela Holanda. A Prússia recebeu parte da Polônia e a região do Reno. Os 39 Estados alemães (na maioria pequenos principados) foram agrupados na Confederação Germânica, da qual também faziam parte a Áustria e a Prússia.

A Inglaterra foi a grande beneficiada, pois garantiu sua hegemonia naval pela incorporação de vários territórios coloniais: a ilha de Malta, no Mediterrâneo; a Colônia do Cabo, no sul da África; o Ceilão, no Oceano Índico; a Guiana e ilhas nas Antilhas.

O princípio do equilíbrio europeu visava recompor as relações de força entre as potências europeias, de modo que uma individualmente não pudesse aspirar à hegemonia. Sua influência foi decisiva no estabelecimento das alterações geográficas processadas.

Decorrente desse princípio, e com o objetivo de barrar a difusão das ideias liberais, formou-se a **Santa Aliança**. Inspirada pelo czar Alexandre I, ela agrupou a Rússia (ortodoxa), a Prússia (luterana) e a Áustria (católica), que prometeram ajuda mútua em caso de problemas internos ou externos. Seu objetivo não declarado era triplo: manter a

França sob vigilância, reprimir movimentos revolucionários e liberais europeus e impedir movimentos separatistas de independência colonial ou nacionalistas. Em 1818, a França aderiu formalmente à Santa Aliança, que passou a se chamar Quádrupla Aliança.

A Aliança foi o instrumento armado da reação contra a revolução. Em 1819, ela ajudou a reprimir um movimento de estudantes nacionalistas alemães, efetuando prisões, vigiando universidades e censurando a imprensa. Em 1821, interveio militarmente na Itália, anulando a constituição que o rei Fernando I, das Duas Sicílias, reino ao sul da atual Itália, fora obrigado a aceitar. E em 1823, o rei Fernando VII, da Espanha, foi reconduzido ao trono como monarca absoluto pela força dos exércitos da Aliança.

Por outro lado, a ação efetiva da Santa Aliança foi limitada pela rivalidade entre os países que a compunham e pela oposição exercida em muitos casos pela Inglaterra. Por exemplo, foram os ingleses que, por meio de uma forte ação diplomática, impediram o envio de tropas da Santa Aliança para deter os movimentos de independência na América Espanhola e mesmo no Brasil.

De qualquer modo, essa tentativa de restauração do Antigo Regime foi efêmera e incompatível com o novo

momento histórico. O desenvolvimento capitalista e a ascensão da burguesia, bem como a persistência de profundas contradições sociais na Europa, tornavam impossível a manutenção desse modelo. Cedo o vento da revolução soprou novamente na Europa, varrendo, agora definitivamente, todos os resquícios da velha ordem.

Europa após o Congresso de Viena



Revisando

1 Quais as relações existentes entre o processo de cercamentos (*enclosures*) e a industrialização inglesa?

2 Todos os dias, o apito pungente da fábrica cortava o ar esfumaçado e pegajoso que envolvia o bairro operário e, obedientes ao chamado, seres sombrios, de músculos ainda cansados, deixavam seus casebres acanhados e escuros, feito baratas assustadas.

Máximo Gorki. *A mãe*. Companhia Editora Americana, 1967.

O texto acima descreve a situação dos operários no início da Revolução Industrial.

Identifique os recursos relativos à contagem do tempo e ao desempenho no interior da fábrica, utilizados pelos industriais para disciplinar os seus trabalhadores.

3 O mundo (ou o homem) só será livre (ou deixará de ser miserável) quando o último rei (ou déspota) for enforcado nas tripas do último padre.

A frase, atribuída a Diderot, segundo alguns, e a Voltaire, segundo outros, é uma das mais conhecidas do pensamento iluminista. Que razões explicam o ódio nutrido pelo Iluminismo com relação ao clero, colocando-o no mesmo plano do rei e da nobreza como elementos a serem destruídos pela nova sociedade?

4 Que elementos típicos do pensamento liberal estão presentes na atitude dos colonos das Treze Colônias ao exigirem, no Primeiro Congresso Continental, a revogação das Leis Intoleráveis?

5 Indique três características de natureza político-social da sociedade do Antigo Regime na França.

6 Indique três transformações operadas durante o primeiro momento da Revolução Francesa, fase aqui chamada de revolução burguesa (1789-1792), que evidenciam o caráter revolucionário dessa experiência histórica.

7 Mencione ao menos três realizações do governo de Robespierre que permitem sua caracterização como um regime de natureza popular.

8 Qual a origem e o significado do termo “reação termidoriana”?

9 Em que aspectos podemos afirmar que o Período Napoleônico significou a consolidação do poder da burguesia na França?

10 Quais os significados que podemos atribuir ao termo “restauração”, usualmente empregado para definir o sentido político das decisões do Congresso de Viena de 1815?

Exercícios propostos

- 1 A Revolução Industrial foi possível também graças à liberação de mão de obra que levou à formação do proletariado, causada:
 - A pelos cercamentos, que expulsaram os camponeses das terras comuns.
 - B pelo intenso cultivo de algodão nos campos ingleses.
 - C pelo processo de reforma agrária inglês.
 - D pelo processo de imigração colonial.
 - E pela produção agrícola organizada coletivamente.
- 2 A Revolução Industrial influenciou os rumos das antigas colônias porque:
 - A procurava abrir os mercados e operava contra o tráfico negroiro.
 - B condenava a escravidão por não atender aos princípios humanitários das nações modernas.
 - C mantinha os monopólios os quais eram a base do liberalismo econômico.
 - D introduzia o mercantilismo.
 - E permitia aos ingleses a imposição de pactos coloniais.
- 3 Sobre as transformações trazidas pela Revolução Industrial, é correto dizer que:
 - A houve um enorme aumento de produtividade que beneficiou o trabalhador, o qual passou a trabalhar menos e a receber maiores salários.
 - B o desenvolvimento do sistema fabril permitiu um aumento incrível de produtividade e a desqualificação do trabalho manual.
 - C o aumento da produtividade só foi possível pelo aumento da carga de trabalho imposta.
 - D a fábrica dispensa o trabalho manual, executando todas as tarefas através de máquinas.
- 4 [...] o produto da atividade humana é separado de seu produtor e açambarcado por uma minoria: a substância humana é absorvida pelas coisas produzidas, em lugar de pertencer ao homem [...].

A partir do texto, pode-se dizer que a Revolução Industrial:

 - A produziu a hegemonia do capitalista na produção social.
 - B tornou a manufatura uma alternativa para o artesanato.
 - C introduziu métodos manuais de trabalho na produção.
 - D tornou o homem mais importante que a máquina.
 - E valorizou o produtor autônomo.
- 5 Um fator decisivo para o processo de industrialização inglês do século XVIII foi:
 - A a abertura dos mercados da Alemanha e da França, por meio do acordo conhecido como Pacto de Berlim.
 - B o movimento ludista que, ao destruir as máquinas obsoletas, incentivou a invenção de novas máquinas.
 - C a expulsão das tropas napoleônicas do território inglês, que uniu os interesses nacionais em torno da industrialização.
 - D a concorrência tecnológica entre ingleses e americanos, que estimulou o desenvolvimento tecnológico.
 - E a acumulação de capital resultante da exploração colonial praticada pela Inglaterra através do comércio.
- 6 A superioridade da indústria inglesa, em 1840, não era desafiada por qualquer futuro imaginável. E esta superioridade só teria a ganhar se as matérias-primas e os gêneros alimentícios fossem baratos. Isto não era ilusão: a nação estava tão satisfeita com o que considerava um resultado de sua política, que as críticas foram quase silenciadas até a depressão da década de 1880.

Joseph A. Schumpeter. *História da análise econômica*.

Dessa exposição conclui-se por que razão a Inglaterra adotou decididamente, a partir de 1840, o:

 - A isolacionismo em sua política externa.
 - B intervencionismo estatal na economia.
 - C capitalismo monopolista contrário à concorrência.
 - D agressivo militarismo nas conquistas coloniais ultramarinas.
 - E livre-comércio no relacionamento entre as nações.
- 7 Identifique a alternativa que se refere às consequências da Revolução Industrial.
 - A Redução do processo de urbanização, aumento da população no campo e sensível êxodo urbano.
 - B Maior divisão técnica do trabalho, utilização constante de máquinas e afirmação do capitalismo como modo de produção dominante.
 - C Declínio do proletariado como classe na nova estrutura social, valorização das corporações e manufaturas.
 - D Formação, nos grandes centros urbanos, de associações de operários, denominados *trade unions*, as quais promoveram a conciliação entre patrões e empregados.
 - E Manutenção da estrutura das grandes propriedades, com as terras comunais, e da garantia dos direitos dos arrendatários agrícolas.
- 8 **Fuvest 2019** Sob qualquer aspecto, este [a Revolução Industrial] foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha. É evidente que isto não foi acidental.

Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 19ª edição, p. 52.

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra nos séculos finais do século XVIII,

 - A deveu-se ao pioneirismo científico e tecnológico dos britânicos, aliado a uma grande oferta de mão de obra especializada e a uma política estatal pacifista e voltada para o comércio.

- B originou-se das profundas transformações agrárias expressas pela concentração fundiária, perda da posse da terra pelo campesinato e formação de uma mão de obra assalariada.
- C vinculou-se à derrocada da aristocracia e à ascensão da burguesia, orientada pela política mercantilista e sintetizada na filosofia de Adam Smith.
- D resultou da supressão de leis protecionistas de inspiração mercantilista e do combate ao tráfico negreiro, com vistas à conquista de mercados externos consumidores.
- E decorreu da ampla difusão de um ideário Ilustrado, o qual teria promovido aquilo que o sociólogo alemão Max Weber descreve como o “espírito do capitalismo”.

9 [...] agiam em grupos de cinquenta e desciam rápidos a uma aldeia após outra para destruir as máquinas de malhas, desaparecendo tão silenciosamente como tinham vindo [...]

W. O. Henderson. *A Revolução Industrial*.

A qual movimento operário decorrente da Revolução Industrial o texto se refere?

- A Socialismo.
- B Ludismo.
- C Reformismo.
- D Cartismo.
- E Liberalismo.

10 **Mackenzie 2019** A Revolução Industrial, que ocorreu no final do século XVIII, e início do século XIX, enquanto processo global às sociedades ocidentais, pode ser caracterizada como sendo

- A os aperfeiçoamentos da máquina a vapor, aplicados sobretudo na produção têxtil e metalúrgica, que eram superior à força da água, do vento, do animal e do homem. A grande mudança é que as ferramentas não somente auxiliam o trabalho humano mas também o substituem.
- B o conjunto de descobertas e a evolução tecnológica em que as ferramentas, que desde a Pré-História são fundamentais para o trabalho humano, são aperfeiçoadas graças ao uso da força hidráulica e a eólica, nunca antes utilizadas na produção de bens materiais.
- C a utilização e dinamização de outros setores da economia, como o têxtil e o metalúrgico, graças à utilização de novas fontes de energia, como os derivados do petróleo (diesel e gasolina) e da energia hidráulica.
- D a reunião de todas as invenções, que desde a Renascença com a divisão do trabalho nas corporações de ofício e a utilização de ferramentas na produção de liga de metal, possibilitaram o surgimento das fábricas.
- E o conjunto de medidas, que possibilitaram que o trabalho humano fosse totalmente substituído em todas as fases do processo produtivo pela força mecânica, graças ao forte intervencionismo e ao apoio estatal da Inglaterra.

11 A era da industrialização na Europa foi acompanhada por transformações no processo de trabalho, entre as quais podemos citar a:

- 01 passagem do sistema doméstico ao sistema fabril de produção.
- 02 concentração de trabalhadores em unidades fabris, desenvolvendo a divisão social do trabalho e a especialização em determinados ramos de produção.
- 04 manutenção da estrutura corporativa de trabalho, organizando os trabalhadores em corporações de ofícios.
- 08 promoção de um novo modelo de trabalho, pronto a aceitar a disciplina do trabalho fabril e constituindo a mão de obra assalariada.
- 16 utilização frequente de mão de obra feminina e infantil, submetida ao mesmo regime de trabalho, durante longas jornadas.

Soma:

12 Entre as consequências sociais forjadas pela Revolução Industrial pode-se mencionar:

- A o desenvolvimento de uma camada social de trabalhadores, que, destituídos dos meios de produção, passaram a sobreviver apenas da venda de sua força de trabalho.
- B a melhoria das condições de habitação e sobrevivência para o operariado, proporcionada pelo surto de desenvolvimento econômico.
- C a ascensão social dos artesãos, que reuniram seus capitais e suas ferramentas em oficinas ou domicílios rurais dispersos, aumentando os núcleos domésticos de produção.
- D a criação do Banco da Inglaterra, com o objetivo de financiar a monarquia e ser também uma instituição geradora de empregos.
- E o desenvolvimento de indústrias petroquímicas, favorecendo a organização do mercado de trabalho, de maneira que assegurasse emprego a todos os assalariados.

13 Podem ser apontadas como características da Revolução Industrial:

- A a substituição da manufatura pela indústria, a invenção da máquina-ferramenta, a progressiva divisão do trabalho e a submissão do trabalhador à disciplina fabril.
- B o aprimoramento do artesanato, a crescente divisão do trabalho, um forte êxodo urbano e o aumento da produção.
- C a substituição do artesanato pela manufatura e o conseqüente aumento da produção acompanhado pelo recrudescimento da servidão.
- D a total substituição do homem pela máquina e o aumento do nível de vida da classe trabalhadora.
- E a modernização da produção agrícola, o êxodo rural e uma diminuição do nível geral da produção.



Tendo como base de análise a figura e os aspectos que definiram a Primeira Revolução Industrial, considere as afirmativas a seguir:

- I. Inicia-se nas últimas décadas do século XVIII e estende-se até meados do século XIX. A invenção da máquina a vapor e o uso do carvão como fonte de energia primária marcam o início das mudanças nos processos produtivos.
- II. O Reino Unido foi o primeiro país a reunir condições básicas para o início da industrialização devido à intensa acumulação de capitais no decorrer do Capitalismo Comercial.
- III. Os mais destacados segmentos fabris desta fase foram o têxtil, o metalúrgico e o de mineração.
- IV. As transformações produtivas desta fase atingiram rapidamente outros países como a Alemanha, França e Estados Unidos ainda no Século XVIII recrutando operários com salários atrativos promovendo, assim, um intenso êxodo rural.

Estão corretas,

- A apenas I, II e III.
 - B apenas I, II e IV.
 - C apenas II, III e IV.
 - D apenas I, III e IV.
 - E I, II, III e IV.
- 15** A *riqueza das nações*, de Adam Smith, também defendia a ideia de que:
- A o trabalho é a fonte de riqueza, baseando-se o valor na lei da oferta e procura.
 - B a grandeza de um Estado exige a planificação e o dirigismo econômico.
 - C a riqueza deve basear-se, fundamentalmente, na exploração dos recursos da natureza.
 - D a socialização dos meios de produção e distribuição aumentam a eficiência da economia.
 - E a “mais-valia”, resultado da exploração do trabalhador, deve ser suprimida.



“Filósofos Iluministas reunidos no Salão de Madame Geoffrin” Charles Lamouhier. Disponível em: <<https://bertonesouza.wordpress.com/>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

O Iluminismo foi o movimento cultural europeu ocorrido entre a revolução inglesa (1688) e a Revolução francesa (1789). Acerca desse movimento assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A Em política atacava-se o poder absoluto dos governantes e propunha governos constitucionais.
 - B Criticava-se a Igreja Católica, sustentáculo ideológico do Antigo Regime e propunha a separação Igreja – Estado.
 - C As propostas do Liberalismo, tais como a não intervenção na economia, eram opostas ao Mercantilismo dos Estados Absolutistas.
 - D A representação da luz – o sol – símbolo da razão deveria nortear a construção de uma nova sociedade capitalista e dissipar a treva identificada com o Absolutismo.
 - E O movimento iluminista defendia a manutenção do direito divino dos soberanos em oposição ao obscurantismo da tradição.
- 17** A importância histórica de John Locke está no fato de ter:
- A elaborado o Ato de Navegação que deu à Inglaterra o domínio dos mares.
 - B defendido os princípios do absolutismo monárquico.
 - C participado da revolta de Cromwell contra o despotismo dos Tudor.
 - D formulado a teoria dos direitos naturais do homem.
 - E combatido a influência da burguesia na vida política.
- 18** UEM 2017 Sobre o Iluminismo e o Liberalismo, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).
- 01 Para o pensador inglês John Locke, a vida, a liberdade e a propriedade são direitos naturais dos homens.
 - 02 Os valores e os ideais defendidos pelos pensadores iluministas constituíram a base teórica da crítica ao Antigo Regime e à desigualdade jurídica.
 - 04 Os filósofos iluministas construíram um corpo teórico coeso. Isso pode ser observado, por exemplo, nas críticas que Voltaire e Rousseau fizeram à propriedade privada e à burguesia, consideradas por eles a raiz da infelicidade humana.

- 08 Adam Smith combatia as ideias e as práticas mercantilistas, pois as considerava prejudiciais à economia. Para esse autor, com a adoção da livre concorrência, com a divisão do trabalho e com a liberdade do comércio, alcançar-se-ia a justiça social.
- 16 Com base em princípios iluministas, alguns reis europeus colocaram em prática reformas que visavam harmonizar o poder régio com a modernização de seus países. Essas ações foram chamadas Despotismo Esclarecido.

Soma:

- 19 FGV 2016** O gênero humano é de tal ordem que não pode subsistir, a menos que haja uma grande infinidade de homens úteis que não possam nada.

Dicionário filosófico, verbete Igualdade.

O comércio, que enriqueceu os cidadãos na Inglaterra, contribuiu para os tornar livres, e essa liberdade deu por sua vez maior expansão ao comércio; daí se formou o poderio do Estado.

Cartas inglesas

Sobre os trechos de Voltaire, é correto afirmar que o autor

- A** define, com suas ideias, os interesses da burguesia como classe, no século XVIII: o comércio como condição para a acumulação de capital, a riqueza como fator de liberdade e do poder de Estado e a propriedade ligada à desigualdade.
- B** crê, como filósofo iluminista do século XVIII, nas igualdades social e política, pois a filosofia burguesa elabora uma doutrina universalista que confunde a causa da burguesia com a de toda a humanidade.
- C** critica a centralização do poder na medida em que ela breca a liberdade, impedindo o progresso das técnicas e a expansão do comércio que geram riqueza, e, ao mesmo tempo, aceita a propriedade como fundamento da igualdade.
- D** considera que a burguesia não se constitui em uma classe no século XVIII, e ela precisa do poder do Estado centralizado para garantir a sua riqueza e, nessa medida, aproxima-se da nobreza para obter apoio político.
- E** defende, como representante da Ilustração, a liberdade ligada à ausência da propriedade e elabora princípios universais, com direitos e deveres para todos os homens, o que faz a igualdade econômica ser o fundamento da sociedade.

- 20** Os chamados “reis filósofos”, temendo revoluções sociais, introduziram algumas reformas inspiradas nos ideais iluministas. Estamos falando de:

- A** Monarquias Constitucionais.
B Despotismo Esclarecido.
C Monarquias Parlamentares.
D Regime Social-Democrático.
E Principados italo-germânicos.

- 21 UFRGS 2020** Considere o texto a seguir.

Digo, sem fazer maiores declarações, que, se a Razão oferece sua sóbria luz, se as mulheres são realmente capazes de agir como criaturas racionais, que não sejam tratadas como escravas, nem como animais que, submetidos ao homem, dependem de sua razão; mas, ao contrário, cultivem sua mente, deem a elas o limite sublime e salutar dos princípios e deixem que alcancem a dignidade consciente, sentindo elas próprias que dependem apenas de Deus. Ensinem-nas, como aos homens, a se submeter à necessidade, em vez de atribuírem a um sexo a moral para torná-las mais agradáveis.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 57.

O texto, escrito pela filósofa inglesa Mary Wollstonecraft, no século XVIII, expressa ideais do

- A** Absolutismo.
B Iluminismo.
C Socialismo.
D Romantismo.
E Darwinismo.

- 22** A ação dos déspotas esclarecidos, na segunda metade do século XVIII, pode ser vista como:

- A** uma enérgica tentativa de reformular seus Estados, adotando indiscriminadamente os princípios iluministas.
- B** uma remodelação das arcaicas estruturas dos Estados, visando racionalizá-los administrativamente, sem efetuar mudanças estruturais.
- C** uma reação às pressões populares contra o absolutismo, que levou os monarcas europeus a democratizar a participação política.
- D** a adesão dos monarcas europeus ao ideário iluminista de instalação de monarquias constitucionais.
- E** a preocupação exclusiva com as atividades agrícolas, de acordo com os princípios da escola fisiocrática.

- 23 Udesc 2017** Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há nenhuma reparação possível para quem renuncia a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza do homem. Assim, seja qual for o lado por que se considerem as coisas, o direito de escravizar é nulo, não somente porque ilegítimo, mas porque absurdo e sem significação. As palavras escravidão e direito são contraditórias; excluem-se mutuamente.

Jean-Jacques Rousseau. *O Contrato Social*.

O livro *O Contrato Social*, escrito por Rousseau e lançado em 1762, apresenta ideias que confluem com as lutas por “liberdade, igualdade e fraternidade”, conhecido lema da Revolução Francesa.

Com base na citação de Rousseau – *O Contrato Social*, assinale a alternativa correta a respeito das relações entre a Revolução Francesa e a prática da escravidão.

- A Um dos princípios da Revolução Francesa, a igualdade, está previsto na Declaração dos direitos do homem e do cidadão. Por este motivo, a partir de 1791, a escravidão, em todas as suas formas, foi abolida e jamais restabelecida nas colônias francesas.
- B Ainda que o posicionamento dos revolucionários fosse homogêneo, no que diz respeito ao fim da escravidão, esta foi abolida apenas em 1791, com a assinatura de um tratado entre Napoleão e o líder haitiano Toussaint Louverture. Após a assinatura deste tratado, a escravidão jamais foi restabelecida em uma colônia francesa.
- C A defesa da liberdade e as lutas pelo fim da escravidão eram pautas bastante cômodas para os revolucionários franceses, pois a França nunca contou com pessoas escravizadas em suas colônias.
- D Os posicionamentos dos revolucionários a respeito da escravidão eram relativamente contraditórios. Apesar das preleções de Rousseau, alguns grupos defendiam, primeiramente, apenas o fim do tráfico negreiro. As lutas pela abolição da escravidão e a independência do Haiti, concretizada apenas em 1804, são representativas destas contradições.
- E Como a obra não cita as mulheres, pode-se concluir que Jean-Jacques Rousseau era um defensor da escravidão apenas para as mulheres.

24 UPF 2014 A revolução francesa consigna-se desta maneira um lugar excepcional da história do mundo contemporâneo. Revolução burguesa clássica, ela constitui, para a abolição do regime senhorial e da feudalidade, o ponto de partida da sociedade capitalista e da democracia liberal na história da França.

Albert Soboul. *A revolução francesa*. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 122.

A grande Revolução Francesa, como outras revoluções burguesas do século XVIII, refletiu as ideias dos filósofos iluministas. Dentre as características a seguir relacionadas, assinale a alternativa que apresenta a base do Iluminismo.

- A A defesa da doutrina de que a soberania do Estado absolutista garantiria os direitos individuais e eliminaria os resquícios feudais ainda existentes.
- B A proposição da criação de monopólios estatais e a manutenção da balança de comércio favorável, para assegurar o direito de propriedade.
- C A crítica ao mercantilismo, à limitação ao direito à propriedade privada, ao absolutismo e à desigualdade de direitos e deveres entre os indivíduos.
- D A crença na prática do entesouramento como meio adequado para eliminar as desigualdades sociais e garantir as liberdades individuais.
- E A defesa da igualdade de direitos e liberdades individuais, proporcionada pela influência da Igreja Católica sobre a sociedade, por intermédio da educação

25 Mackenzie 2019 O processo de emancipação política dos EUA esteve relacionado ao avanço do capitalismo

na Inglaterra, à expansão dos princípios liberais, à rivalidade anglo-francesa e ao próprio desenvolvimento das Treze Colônias. Portanto, a aceleração do processo de ruptura entre a metrópole inglesa e suas colônias americanas deveu-se

- A às tentativas de expansão francesa na América do Norte e ao apoio recebido por parte dos colonos residentes na região e das tribos indígenas, simpaticistas dos franceses.
- B ao natural desenvolvimento de um processo, próprio das colônias de povoamento, que sempre pautaram sua existência em uma enorme autonomia perante a metrópole inglesa.
- C às tentativas inglesas de aprofundar os laços de dominação colonial e à reação dos colonos americanos diante das medidas fiscais e administrativas que anulavam sua relativa autonomia.
- D ao desenvolvimento das práticas liberais dentro da economia metropolitana e à divulgação de princípios que combatiam o monopólio colonial, assim como a permanência da escravidão.
- E à tentativa inglesa de abolir a utilização da mão de obra escrava em suas colônias americanas e também de bloquear o contato comercial dos seus colonos nas Antilhas.

26 É notável no mundo político da atualidade a discussão entre os adeptos da intervenção do Estado na economia e aqueles que defendem a intervenção do Estado somente para fiscalizar e atuar no sentido de permitir o livre jogo das leis do mercado. Toda essa discussão tem sua origem no século XVIII, a partir do Iluminismo. Por conseguinte, é correto afirmar que:

- 01 a conjuntura do Iluminismo caracterizou-se por um amplo debate, movido inicialmente por intelectuais franceses que combatiam a intolerância religiosa, a injustiça, os privilégios e a falta de liberdade econômica.
- 02 nesse sentido, os economistas franceses do século XVIII, chamados “fisiocratas”, eram favoráveis às práticas econômicas que, na história da economia política, ficaram conhecidas como “mercantilismo”.
- 04 os fisiocratas tinham essa denominação porque defendiam que a economia deveria ser dirigida pelas leis naturais, havendo consenso de que a atividade verdadeiramente produtiva era a agricultura, pois a terra era considerada por eles como a principal riqueza.
- 08 os economistas ingleses do século XVIII, inspirados inicialmente pelos fisiocratas, foram adiante no combate contra a intervenção do Estado na economia, ou seja, desenvolvendo a ideia de que a economia deveria se desenvolver livremente, gerando assim a ideia do “liberalismo econômico”.
- 16 o Iluminismo foi a teoria que deu apoio ao Absolutismo Real de Direito Divino e da intervenção do governo na economia.

Soma:

27 A respeito do Estado Moderno, o pensador político inglês John Locke (1632-1704) escreveu:

Considero poder político o direito de fazer leis para regular e preservar a propriedade.

John Locke. In: Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*. [s.l.]: [s.ed.], 1984.

- a) Explique a função do Estado segundo essa tese de Locke.
- b) Como, a partir dessa tese, se explica a relação do Estado Moderno com a acumulação de capital?

28 UPE/SSA 2016 O Princípio de Separação dos Poderes, embora tenha sido positivado por meio da revolução constitucionalista do final do século XVIII, tem raízes muito mais profundas, tendo em vista que a preocupação de atribuir as funções fundamentais do estado a órgãos distintos é objeto de reflexão e discussão desde os primórdios da organização estatal. A separação dos poderes do Estado tem suas bases definidas por meio de uma teoria, que se desenvolveu ao longo do tempo, mediante a reflexão de filósofos que remontam à Antiguidade, consagrando-se efetivamente após a análise de Montesquieu, no século XVIII.

Marília Costa Barbosa. *Revisão da Teoria da Separação dos Poderes do Estado*. Escola Superior do Ministério Público do Ceará. (Adapt.).

Diante do contexto explicado, qual a principal característica da separação dos poderes no pensamento de Montesquieu?

- A Combater a expansão dos ideais socialistas.
- B Possibilitar a exploração dos trabalhadores.
- C Garantir a manutenção do Antigo Regime.
- D Propiciar a expansão da industrialização.
- E Assegurar a liberdade dos indivíduos.

29 UFU 2016 Uma verdadeira paixão pelos Estados Unidos tomara conta dos franceses nos anos que precederam a revolução, como testemunham Chateaubriand e o próprio Franklin, que escrevia de Paris a seus correspondentes americanos: “aqui é comum dizer que nossa causa é a do gênero humano”. Além do mais, essa república fora fundada por colonos com quem a França tecera contra a Inglaterra uma aliança vitoriosa: os que tinham se engajado na aventura eram conhecidos por ter sofrido [...] de “inoculação americana”.

OZOUF, Mona. *Varenes: a morte da realeza*, 21 de junho de 1791. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 175-176 (Adaptado).

A historiografia é consensual em afirmar que o movimento revolucionário francês e os ideais iluministas foram de grande importância para diversas lutas coloniais ocorridas na América. Menos estudada é a influência que os norte-americanos exerceram sobre os revolucionários franceses. Essa influência pode ser explicada, para além dos fatores mencionados na citação de Mona Ozouf,

- A pela forte tradição liberal dos colonos norte-americanos que, durante a luta pela independência, foram contrários a toda forma de exploração do trabalho.

B pelo forte apelo simbólico que exercia o exemplo norte-americano de emancipação colonial, visto como caso modelar de luta contra a opressão dos poderes instituídos.

C pelo desprezo que os colonos norte-americanos tinham em relação à religião, vista por eles como braço aliado do poder da metrópole inglesa, contra a qual deveriam lutar.

D pela defesa da doutrina fisiocrata que, no plano político, se traduzia na permanência de privilégios constitucionais para as camadas senhoriais.

30 Uma das características básicas do processo de independência dos Estados Unidos é:

- A o isolamento do movimento no contexto americano.
- B a ocorrência pacífica.
- C a adoção de uma constituição republicana parlamentarista.
- D a alteração da estrutura social vigente.
- E a preservação da unidade territorial.

31 No século XVIII, nas tensões entre Inglaterra e França, a questão dos domínios coloniais ocupou um lugar privilegiado, como se verifica pela Guerra dos Sete Anos, durante a qual:

A se consolidou o poder britânico sobre a América do Norte, com a vitória sobre os franceses em Quebec e pela ampliação da fronteira oeste com a conquista do México.

B os dois Estados lutaram pelo domínio da América do Norte sendo os ingleses os derrotados, perdendo o Canadá, que, no entanto, conserva a língua inglesa.

C os dois Estados disputaram possessões na América e na Índia, luta que acaba dando à Inglaterra a posse do Canadá, da Índia, do Senegal e parte das Antilhas.

D a Inglaterra incorporou a Escócia e transformou-se em Grã-Bretanha, estendendo também seu domínio sobre a Irlanda.

E a França adquiriu as Antilhas dos espanhóis e ampliou seu controle sobre a Ásia.

32 Quando da discussão no Parlamento Inglês das Leis do Açúcar e do Selo, os colonos americanos recusaram tais medidas baseando-se:

A no fato de não estarem representados na assembleia que votou as taxas.

B no princípio de isenção de taxas concedido pela Coroa.

C no direito inalienável dos súditos ingleses de se recusarem a obedecer leis injustas.

D nos direitos do cidadão à vida e à busca da felicidade.

E nos prejuízos financeiros advindos do bloqueio das Antilhas.

- 33** As novas leis inglesas acirraram as divergências entre os colonos e a coroa. Os objetivos dessas leis eram:
- A** aumentar a receita real, impedir o contrabando e o comércio intercolonial e recuperar economicamente a Companhia das Índias Orientais.
 - B** aumentar o consumo de chá e açúcar na colônia, obrigar o uso de selos e aumentar as exportações coloniais.
 - C** abolir a escravidão nas colônias, separar juridicamente as Treze Colônias e ajudar a Pensilvânia a anexar as terras do Oeste.
 - D** recuperar a Companhia das Índias Ocidentais, abrir o porto de Boston às nações amigas e aumentar as importações coloniais.
 - E** pagar indenizações à França, revogar as Leis Intoleráveis e favorecer os produtores de açúcar.
- 34** Os Estados Unidos, primeira colônia a se tornar independente, assumiram, no século XIX:
- A** uma posição estimulante aos movimentos revolucionários na Europa.
 - B** uma intransigente defesa da intervenção do Estado nas atividades econômicas.
 - C** a identificação com a religião puritana, obrigatória para todos.
 - D** uma política expansionista em direção à África e à Ásia.
 - E** uma política imperialista, de expansão para o Pacífico.
- 35** O processo de independência dos Estados Unidos articula-se a questões que estão em curso na Europa, com exceção de uma. Assinale-a.
- A** O conflito colonial entre França e Inglaterra, particularmente grave nas respectivas colônias da América do Norte.
 - B** A difusão das ideias liberais, ligadas ao Iluminismo, hostis à exploração colonial.
 - C** O desenvolvimento acelerado do capitalismo na Inglaterra.
 - D** A ampla divulgação das ideias fisiocráticas, favoráveis às restrições adotadas pelas autoridades inglesas contra a autonomia político-econômica das colônias.
 - E** A influência das ideias políticas e sociais contrárias ao absolutismo e aos privilégios.
- 36** Essas colônias unidas são, e têm o direito a ser, Estados livres e independentes e toda ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está e deve ser totalmente dissolvida.
- Thomas Jefferson. *Declaração de independência*, 1776.
- As palavras *livres* e *independentes* contidas no texto relacionam-se:
- A** ao propósito das colônias do Norte de se separarem do Sul escravista.
 - B** ao interesse dos colonos norte-americanos em se alinharem com a França revolucionária.
 - C** à reação dos colonos contra o reforço das medidas de exploração colonial da Inglaterra.
 - D** ao propósito de preservar o monopólio comercial que favorecia a economia do Norte.
 - E** à formalização de uma separação que já existia, como atesta a independência do Sul.
- 37** Entre os fatores que explicam a luta conjunta das colônias do Norte e do Sul pela conquista da autonomia frente à Inglaterra, pode-se incluir:
- A** o privilegiamento britânico no tratamento das questões relativas aos problemas agrários do Sul, em detrimento do Norte.
 - B** a convergência de interesses políticos entre os agricultores do Sul e os artesãos do Norte, interessados na manutenção do pacto colonial.
 - C** os interesses econômicos comuns do Norte e do Sul, prejudicados pela ação britânica de restringir o comércio intercolonial e a ocupação das terras do Oeste.
 - D** a posição britânica de obrigar o Sul a extinguir seu sistema produtivo escravista, com a adoção do trabalho assalariado.
 - E** o interesse inglês em taxar de forma distinta os produtos agrícolas sulistas e os manufaturados do Norte.
- 38 Unesp 2016** Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo governo, assentando seu fundamento sobre tais princípios e organizando seus poderes de tal forma que a ele pareça ter maior probabilidade de alcançar-lhe a segurança e a felicidade.
- Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776).
In: Harold Syrett (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*, 1988.
- O documento expõe o vínculo da luta pela independência das treze colônias com os princípios
- A** liberais, que defendem a necessidade de impor regras rígidas de protecionismo fiscal.
 - B** mercantilistas, que determinam os interesses de expansão do comércio externo.
 - C** iluministas, que enfatizam os direitos de cidadania e de rebelião contra governos tirânicos.
 - D** luteranos, que obrigam as mulheres e os homens a lutar pela própria salvação.
 - E** católicos, que justificam a ação humana apenas em função da vontade e do direito divinos.
- 39** Sobre a independência dos Estados Unidos (1776), é correto afirmar que:
- A** teve como inspiração as ideias do filósofo inglês Thomas Hobbes, defensor da monarquia absolutista.
 - B** resultou na construção de um país integrado em termos econômicos e raciais.

- C levou ao estabelecimento do pacto colonial na região.
- D inspirou-se no “direito de rebelião” de John Locke, rompendo com o domínio inglês.
- E foi um processo encabeçado pelas classes populares, ficando a elite relegada a um segundo plano.

40 Senhor, quando há incêndio na casa, não há por que cuidar das cocheiras.

Resposta do secretário de Estado da Marinha da França ao representante enviado pelo Canadá em 1759, durante a Guerra dos 7 Anos.

[...] mas, passo a passo, foram surgindo as reivindicações da América – a independência é o seu objetivo [...] se a América for bem-sucedida nisto, as Índias Ocidentais a seguirão; a Irlanda logo tomará o mesmo caminho e tornar-se-á um Estado separado [...] então esta Ilha (a Grã-Bretanha) ficará reduzida a si mesma e logo será uma Ilha pobre.

Carta de Jorge III, 11 jun. 1779.

Com base nas duas citações, comente as semelhanças e as diferenças existentes entre as políticas coloniais da França e da Inglaterra, na América.

41 UPE 2015 A Filosofia das Luzes teria destruído as bases sobre as quais a monarquia se mantivera durante séculos. Revolução, Iluminismo e Republicanismo formariam assim uma tríade inseparável para a compreensão dos acontecimentos que abalaram a França no final do século XVIII.

BIGNOTTO, Newton. *As aventuras da virtude: As ideias republicanas na França do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 16-17. Adaptado.

Sobre a temática e o período indicado no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- A O ideário republicano iluminista teve um papel muito importante na formação ideológica da Revolução Americana de 1776.
- B Na América Hispânica, esse ideário não influenciou o processo de independência das antigas colônias espanholas.
- C Jean-Jacques Rousseau foi um dos grandes críticos do Republicanismo.
- D As ideias republicanas francesas foram a base política do processo de independência do Brasil em 1822.
- E Apesar da força do pensamento republicano no processo revolucionário, a monarquia persistiu na França, após a Revolução de 1848.

42 Na passagem entre a Idade Moderna e a Contemporânea, há uma etapa que os historiadores têm chamado genericamente de “Era das Revoluções”. Nela:

- A fica sacramentado o mercantilismo como forma de operação econômica que perduraria ainda pelos próximos séculos.
- B iniciaram-se também os grandes descobrimentos, que, através das grandes navegações, tanto alargaram as fronteiras do mundo conhecido.

- C foi grande a estabilidade política, dado que os governos europeus não sofreram nenhum conflito interno.
- D ganha curso a Primeira Revolução Industrial, ocorrem as primeiras rupturas entre colônias e metrópoles e nestas o absolutismo sofre grandes abalos.
- E a religiosidade voltou a assumir papel de especial destaque e a nobreza, conseqüentemente, reassumiu todo o seu prestígio político e econômico.

43 Fatec 2016 Se não têm pão, que comam brioche!

A frase, erroneamente atribuída à rainha da França, Maria Antonieta, foi considerada uma resposta cínica às inquietações populares que levaram à eclosão da Revolução Francesa.

Assinale a alternativa que aponta corretamente algumas das causas da insatisfação da população francesa às vésperas dessa Revolução.

- A Contrários ao lema da monarquia, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, os camponeses alegavam que a distribuição de renda provocava o empobrecimento da classe média.
- B A grave crise econômica, aliada a condições climáticas adversas, inflacionou os preços nas cidades e no campo; sofrendo com a fome, a população pagava altos impostos para manter os privilégios do clero e da nobreza.
- C A substituição de culturas alimentares pelo algodão, decretada por Luís XVI, levou ao aumento da mortalidade infantil e da fome entre os camponeses, favorecendo a burguesia vinculada à indústria têxtil.
- D Para sustentar os custos das guerras napoleônicas, o rei Luís XVI aumentou a cobrança de impostos dos camponeses e dos trabalhadores das cidades que, insatisfeitos, se rebelaram contra o governo central.
- E Devido à falta de terras férteis, à baixa produção de alimentos e à fome, a população demandava o aumento da ocupação francesa nas Américas e na África para a ampliação da produção agrícola.

44 Nós, habitantes da paróquia de Longeley abaixo-assinados, tendo-nos reunido em virtude das ordens do rei, dia 6 do presente mês de maio de 1789, resolvemos o que se segue:

Pedimos que todos os privilégios sejam abolidos. Declaramos que se alguém merece ter privilégios e gozar isenções, são estes, sem contradição, os habitantes do campo, pois são os mais úteis ao Estado, porque por seu trabalho o fazem viver.

Cadernos de Súplicas para os Estados Gerais.

Essa reivindicação dos camponeses franceses traduzia o desejo comum dos demais membros do Terceiro Estado, a saber:

- A a convocação dos Estados Gerais para dar soluções à crise financeira.
- B a formação de uma democracia rural, composta por camponeses autônomos.

- C a supressão de uma ordem social baseada no privilégio e na sociedade estamental.
- D o advento de uma sociedade igualitária com o estabelecimento do sufrágio universal.
- E a distinção da sociedade fundamentada na proposta de cidadãos ativos e cidadãos passivos.

45 FGV-Rio 2017 Soberania popular, igualdade civil, igualdade perante a lei – as palavras hoje são ditas com tanta facilidade que somos incapazes de imaginar seu caráter explosivo em 1789. Não conseguimos nos imaginar num mundo mental como o do Antigo Regime...

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução.* Trad., São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 30.

As sociedades europeias do chamado Antigo Regime baseavam-se

- A na perspectiva da desigualdade social e em doutrinas religiosas democráticas.
- B no princípio da igualdade social e econômica e no direito divino de seus monarcas.
- C na efetivação da igualdade jurídica e na mentalidade clerical.
- D na ordenação social hierárquica e em concepções filosóficas ligadas a religiões.
- E na liberdade de expressão religiosa e no sentimento nacionalista.

46 A Revolução Francesa representou um marco da história ocidental pelo caráter de ruptura em relação ao Antigo Regime. Entre as características da crise do Antigo Regime na França, está:

- A a crescente mobilização do Terceiro Estado, liderado pela burguesia contra os privilégios do clero e da nobreza.
- B o desequilíbrio econômico da França, decorrente da Revolução Industrial.
- C a retomada da expansão comercial francesa, liderada por Colbert.
- D o apoio da monarquia às sucessivas rebeliões camponesas contrárias à nobreza.
- E o fortalecimento da monarquia dos Bourbon, após a participação vitoriosa na guerra de independência dos Estados Unidos.

47 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, traz o seguinte princípio: Os homens nascem e se conservam livres e iguais em direitos. As divisões sociais só podem ter por fundamento o proveito comum.

Tal princípio é decorrente:

- A da incorporação das reivindicações da classe média por maior participação na vida política.
- B do reconhecimento da necessidade de assegurar os direitos dos vencidos, sem distinção de classes.
- C da incorporação dos camponeses à comunidade dos cidadãos com direitos sociais e políticos reconhecidos na lei.

- D da crença popular na perspectiva liberal burguesa de que a Revolução fora feita por todos e em benefício de todos.
- E na determinação da burguesia de levar adiante um processo revolucionário de distribuição da propriedade privada.

48 Sobre o processo revolucionário francês, iniciado em 1789, é correto afirmar que:

- A foi um movimento conservador liderado pela aristocracia francesa, temerosa da ascensão das massas, principalmente parisienses.
- B foi o movimento revolucionário que levou à universalização dos conceitos de “liberdade, igualdade e fraternidade”.
- C inspirou o movimento de libertação dos Estados Unidos, ocorrido anos depois.
- D foi um movimento de inspiração socialista e democrática.
- E levou a um aumento do poder real, inspirando o surgimento dos teóricos do absolutismo.

49 A Constituição de 1791 consagrou como fundamento do Novo Regime:

- A a subordinação do Judiciário ao Legislativo, que passou a exercer um poder fiscalizador sobre os tribunais.
- B a identificação da figura do monarca com a do Estado, que a partir desse momento se tornou inviolável.
- C a supremacia do Poder Legislativo, deixando o rei de ser investido do poder moderador.
- D o poder de veto monárquico, que se restringiu a assuntos fiscais, limitando a soberania popular.
- E a separação dos poderes até então concentrados, teoricamente, na pessoa do soberano.

50 PUC-PR 2016 A Revolução Francesa foi um dos momentos mais importantes no processo de formação do mundo contemporâneo. Foi um movimento violento que sepultou o absolutismo na cena política e o mercantilismo na economia, tendo um papel de grande destaque a burguesia, interessada em instituir um regime que atendesse aos seus interesses. Durante a revolução tomou forma um corpo legislativo denominado Assembleia Nacional, que tomou parte central na consolidação das reformas objetivadas pela revolução. Dentre as principais reformas realizadas na fase moderada da Revolução Francesa (1789-1791), pela Assembleia Nacional, podemos citar

CORRETAMENTE:

- A Abolição dos privilégios especiais do clero e da nobreza; Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; subordinação da Igreja ao Estado; elaboração de uma constituição para a França; reformas administrativas e judiciárias; e ajuda à economia francesa.

- B Declaração Universal dos Direitos Humanos; elaboração do Editto de Nantes, que dava liberdade religiosa para os não católicos; criação do Banco da França; legalização da anexação dos territórios da margem esquerda do Reno; elaboração do Código Civil Francês.
- C Criação do Código Civil Francês; criação do Banco da França; elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; elaboração das primeiras leis trabalhistas que proibiam o trabalho infantil; concessão do direito ao voto às mulheres.
- D Direito de voto para todos os homens, independente da renda; favorecimento de legislação que incentivava o capitalismo comercial; reforma do sistema educacional com a criação dos liceus clássicos e de ofícios; maior autonomia para as províncias históricas da França; criação de uma estrutura descentralizada de governo na França.
- E Regulamentação das leis trabalhistas na França; extensão do direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos; reconhecimento do direito de minorias; criação do Código Civil; a França se tornou uma confederação descentralizada, dividida em cantões com alto grau de autonomia política; elaboração da Constituição Civil do Clero.

51 Em um panfleto publicado em 1789, um dos líderes da Revolução Francesa afirmava:

Devemos formular três perguntas:
Que é o Terceiro Estado? Tudo.
Que ele tem sido em nosso sistema político? Nada.
Que pede ele? Tornar-se algo.

In: Leo Huberman. *História da riqueza do homem*, 1979.

Explique as perguntas e respostas contidas no panfleto.

52 Durante a Revolução Francesa, a Assembleia Nacional redigiu uma Constituição cujo preâmbulo declarava:

[a Constituição] abole irrevogavelmente as instituições que feriam a liberdade e a igualdade de direitos.

Deixa de existir quer nobreza, [...], ou distinções hereditárias, ou distinções de ordens, ou regime feudal, ou justiça privada, ou quaisquer dos títulos, denominações ou prerrogativas daí derivados, ou qualquer cavalaria, ou quaisquer cavalarias, ou quaisquer corporações ou condecorações para as quais se exigiam provas de nobreza, ou que implicavam distinções de nascimento, ou qualquer outra superioridade [...]

Deixam de existir, para qualquer parte da nação e para qualquer indivíduo, qualquer privilégio ou exceção em relação à lei comum de todos os franceses.

Deixam de existir guildas, ou corporações de profissões, artes e ofícios.

William Doyle. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1991.

Assinale a alternativa que faz afirmações incorretas sobre o texto acima.

A O texto faz referência a elementos definidores do “Antigo Regime”, termo que foi uma criação da

Revolução Francesa, empregado pelos revolucionários para designar um período histórico que eles afirmavam estar destruindo.

- B** A Constituição mencionada buscava destruir um sistema político e social baseado no Estado absolutista, nas relações feudais de trabalho e em uma sociedade de ordens estruturada segundo noções corporativas de privilégio.
- C** De acordo com os revolucionários franceses, a condição social dos cidadãos deveria ser determinada pela liberdade e igualdade dos direitos e não pelos privilégios da nobreza baseados na hereditariedade.
- D** A Assembleia Nacional pretendia eliminar as prerrogativas individualistas da nobreza que se fundamentavam na propriedade privada e na ética da livre competição de mercado.
- E** As corporações de ofício deveriam ser abolidas, porque compreendiam uma série de monopólios locais em relação ao exercício das profissões, ferindo o princípio da competição e do livre ingresso dos indivíduos em determinada ocupação.

53 IFPE 2016 O governo revolucionário tem necessidade de uma atividade extraordinária, precisamente porque ele está em guerra. Suas regras não são uniformes nem rigorosas, porque as circunstâncias são tumultuadas e inconstantes [...]. O governo revolucionário não tem nada em comum com a anarquia nem com a desordem. Sua meta, ao contrário, é de as reprimir para implantar e consolidar o reinado das leis.

Discurso de Robespierre diante da Convenção, 25 de dezembro de 1793. In: M. Costa; F. Doublet (Coord.). *Histoire Géographie*, 4 ed. Paris: Magnard, 1998. p. 60.

Durante a Revolução Francesa, ao assumir a direção da Convenção (1792-1794), os jacobinos adotaram medidas para conter as forças contrarrevolucionárias. O discurso de Robespierre, ao afirmar que as ações do governo revolucionário não podem estar submetidas a regras uniformes e rigorosas, procurava justificativas para

- A** a criação do Tribunal Revolucionário, para julgar os suspeitos de atitudes contrarrevolucionárias. Muitas vezes, o destino dessas pessoas era a morte na guilhotina.
- B** a instituição do voto censitário, sendo assim apenas pessoas com posses poderiam exercer o poder de voto e se candidatar para mandatos eletivos.
- C** a convocação dos Estados Gerais, órgão consultivo formado por representantes dos três estados e que não se reunia desde 1614.
- D** a criação do Diretório, órgão que desempenhava o poder Executivo e era composto de cinco pessoas eleitas entre os deputados.
- E** a coroação de Napoleão Bonaparte, definida a partir de um plebiscito que aprovou o fim do Consulado e a transformação da França em Império.

54 Uepa 2015

Agora vai, agora vai, agora vai!
À força os aristocratas
Agora vai, agora vai, agora vai!
Os aristocratas serão enforcados,
A liberdade triunfará!
Apesar dos tiranos,
Tudo será alcançado,
Agora vai, agora vai, agora vai!

(Canção “Ça ira” (autor desconhecido), 1790. In FELIZARDO, Joaquim. A revolução francesa: Da queda da Bastilha ao 9 de Thermidor. Porto Alegre: LP&M, 1985, p. 15-6.)

As ideias presentes nos versos desta canção da França revolucionária indicam o/a:

- A sucesso da revolução que teve caráter aristocrático pois garantiu, durante o período do Diretório, as conquistas da armada francesa formada a partir da antiga cavalaria, reduto político da nobreza.
- B violência popular durante o período da Convenção, quando os sans-culottes apoiados pela Guarda Nacional invadiram a Bastilha e libertaram os presos políticos defensores da igualdade civil entre as ordens sociais.
- C aspecto agressivo da revolução durante o período da Monarquia Constitucional, quando os girondinos representantes dos trabalhadores urbanos aprovaram as punições severas aos inimigos do projeto revolucionário.
- D ânimo exaltado de determinados grupos que apoiavam os ideais revolucionários por considerarem o Absolutismo um regime opressor das liberdades de expressão e legitimador da dominação aristocrática.
- E contradição do processo revolucionário francês, que se apoiava em princípios liberais, mas na prática violava o direito de expressão dos nobres e desconsiderava o apelo popular em favor da aristocracia.

55 Udesc 2017 “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Estas três palavras, somadas à bandeira azul, branca e vermelha, tornaram-se símbolos das ideias defendidas e das reivindicações no movimento chamado Revolução Francesa.

Com relação à Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

- A Das revoluções de esquerda ocorridas no século XIX, a Revolução Francesa é das mais significativas, justamente por ser a primeira a contar exclusivamente com a participação de classes populares. Seu modelo foi reimplementado posteriormente apenas em 1917, durante a Revolução Russa.
- B Apesar de sua relevância histórica, a Revolução Francesa não influenciou qualquer movimento revolucionário ou reivindicatório fora do território europeu.
- C A relevância da Revolução Francesa pode ser compreendida por ter sido, entre outras coisas, o primeiro movimento político que instaurou

popularmente o governo de uma mulher. Esta foi personificada como “Marianne” e foi representada por Delacroix no famoso quadro *Liberdade guiando o povo*.

- D A Revolução Francesa teve reverberações não apenas na Europa, mas também na América. Uma das principais foi, certamente, a influência que exerceu sobre a Independência dos EUA.
- E A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 1789, ainda que ressaltasse a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei, era excludente em relação às mulheres. Tal fato auxilia compreender a composição da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita por Olympe de Gouges, em 1791.

56 Famerp 2017 A Revolução é feita de sombra, mas, acima de tudo, de luz.

(Michel Vovelle. A Revolução Francesa explicada à minha neta, 2007.)

A frase apresenta a Revolução Francesa, destacando:

- A a aliança de setores católicos, associados à luz da revelação divina, com a ação revolucionária, que representava as trevas da morte.
- B o contraste entre a obscura violência de alguns de seus momentos e a razão luminosa que guiou muitos de seus propósitos.
- C a vitória do projeto aristocrático, que representava a luz, sobre as lutas burguesas, que representavam as sombras.
- D o contraponto entre o esforço obscuro de impor o terror e a vontade iluminista de restaurar a monarquia parlamentar.
- E a derrota do ideal republicano, que associava a revolução às trevas, e o sucesso da monarquia absoluta, liderada pelo Rei Sol.

57 No contexto da Revolução Francesa, a organização do governo revolucionário significou uma forte centralização do poder: o Comitê de Salvação Pública, eleito pela Convenção, passou a ser o efetivo órgão do Governo [...] havia também o Tribunal Revolucionário, que tinha competência para punir, até a morte, todos os suspeitos de oposição ao regime. Essa etapa é conhecida como:

- A os Massacres de Setembro.
- B o Período do Terror.
- C o Grande Medo.
- D o Período do Termidor.
- E o Golpe de 18 Brumário.

58 Com a morte de Robespierre iniciou-se a fase denominada Reação Termidoriana, que assinala:

- A a ascensão de Napoleão pelo Golpe de 18 Brumário.
- B o início do Terror.
- C o fim da Assembleia Nacional.
- D a formação da Primeira Coligação contra a França.
- E a volta da alta burguesia ao poder.

59 PUC-RS 2016 A história moderna termina em 1789, com aquilo que a Revolução batizou de 'Antigo Regime' [...].

François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 17.

A partir do texto de Furet e dos conhecimentos sobre a Revolução Francesa, é correto afirmar:

- A A Santa Aliança foi uma reação repressiva aos movimentos liberais, buscando a restauração do Antigo Regime através de um pacto militar.
- B A homogeneidade social da burguesia conferia uma convergência de interesses comuns bem definidos aos rumos do processo revolucionário.
- C A Revolução Francesa alçou a burguesia ao poder político, ao derrubar a Monarquia Absolutista, mas, do ponto de vista econômico, manteve privilégios feudais.
- D A Revolução Francesa é um movimento que denota a maturidade burguesa ao remover os últimos entraves ao capitalismo, ao liberalismo e à democracia.
- E Os valores da Revolução Francesa, como igualdade, liberdade, fraternidade, justiça e democracia, não foram questionados nas disputas internas do movimento revolucionário.

60 O chamado período do Terror (1793-1794), no processo da Revolução Francesa, teve como uma de suas características:

- A o radicalismo político, centrado, especialmente, na figura de Robespierre.
- B a ocorrência de vários golpes de Estado ora à direita, ora à esquerda, com sucesso.
- C o afastamento dos jacobinos do poder, em face de seu espírito de conciliação.
- D o envolvimento dos girondinos na defesa das ideias de Saint-Just.
- E a preocupação em elaborar uma constituição que protegesse os direitos do homem.

61 Jean-Paul Marat, que editava o jornal *O Amigo do Povo*, assim expressou a sua posição:

A formação da primeira coligação antiafricana (fevereiro – março de 1793), a alta do custo de vida, a traição de Dumouriez e a revolta camponesa da Vendéia criaram uma situação dramática para a Revolução.

- a) Cite o nome dos dois principais grupos políticos rivais do período e indique qual deles adotou o ponto de vista expresso por Marat.
- b) Indique as camadas sociais que aqueles dois grupos políticos representavam.

62 Uern 2015

Hino da França – A Marselhesa (tradução)

Avante, filhos da Pátria,
O dia da Glória chegou.
Contra nós, a tirania

O estandarte encarnado se eleva!
Ouvís nos campos rugirem
Esses ferozes soldados?
Vêm eles até nós
Degolar nossos filhos, nossas mulheres.
Às armas cidadãos!
Formai vossos batalhões!
Marchemos, marchemos
Nossa terra do sangue impuro se saciará.

Disponível em: <www.vagalume.com.br/hinos/hino-da-franca-a-marselhesa--traducao.html#ixzz3KrRj5hUi>.

O Hino da Revolução Francesa, que mais tarde se tornaria o Hino da França, reflete muito do espírito de luta e sede de mudança que se expandiu principalmente entre

- A os clérigos e nobres, que procuravam manter os privilégios de que gozavam, principalmente em relação aos impostos.
- B os burgueses que, em muitos casos, apesar de possuírem condições econômicas, não possuíam a participação política desejada.
- C os camponeses, que pretendiam romper de vez com os laços escravistas que ainda ditavam as relações de trabalho na França.
- D os representantes do proletariado em ascensão na França que, apesar de ter uma indústria incipiente, começava o processo de Revolução Industrial.

63 Unesp 2018



www.fafich.ufmg.br

A gravura representa a marcha de mulheres revolucionárias até o palácio real de Versalhes em 5 de outubro de 1789.

A participação das mulheres na Revolução Francesa

- A levou à conquista do direito de voto, porém não do direito de exercer cargos executivos no novo governo francês.
- B teve ressonância parcial nas decisões políticas, pois apenas as mulheres da alta burguesia envolveram-se nos protestos políticos e civis.
- C foi notável nas manifestações e clubes políticos, porém seus direitos políticos e sociais não foram ampliados significativamente.
- D originou a igualdade de direitos civis em relação aos homens após a proclamação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- E diminuiu bastante após os conflitos e a violência generalizada que marcaram a tomada da Bastilha.

- 64** Em 1796, Graco Babeuf, seguidor de Marat, liderou a “Conjura dos Iguais”, movimento popular que pretendia:
- A** tomar o poder à força e abolir o direito de propriedade, estabelecendo uma sociedade comunitária, integrada por artesãos e camponeses, estabelecendo uma ditadura dos humildes.
 - B** estabelecer os direitos de todos perante a lei, a liberdade individual, a propriedade privada e a resistência à opressão.
 - C** abolir o feudalismo, estabelecer a liberdade de comércio, o voto censitário e confirmar o direito a propriedade privada.
 - D** concretizar os ideais iluministas em defesa dos interesses burgueses, direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.
 - E** separar os poderes em Executivo (administração), Legislativo (elaboração das leis) e Judiciário (aplicação das leis), afirmando que todos os homens são iguais e foram dotados pelo seu criador de certos direitos inalienáveis.

65 Uerj 2015

**CARTA DE CONVOCAÇÃO
DOS ESTADOS GERAIS**

Por ordem do Rei.

Temos necessidade de nossos fiéis súditos para nos ajudarem a superar todas as dificuldades em que nos achamos e para estabelecer uma ordem constante e invariável em todas as partes do governo que interessam à felicidade dos nossos súditos e à prosperidade de nosso reino. Esses grandes motivos nos determinaram convocar a assembleia dos Estados de todas as províncias sob nossa obediência, para que seja achado, o mais rapidamente possível, um remédio eficaz para os males do Estado e para que os abusos de toda espécie sejam reformados e prevenidos.

Versalhes, 24 de janeiro de 1789.

Adaptado de MATTOSO, K. de Q.. *Textos e documentos para o estudo de história contemporânea*. São Paulo: Edusp, 1976.

A convocação dos Estados Gerais deu início à Revolução Francesa, ocasionando um conjunto de mudanças que abalaram não só a França, mas também o mundo ocidental em finais do século XVIII.

Cite um motivo para a convocação dos Estados Gerais na França, em 1789, e apresente duas consequências da Revolução Francesa para as sociedades europeias e americanas.

- 66** [...] a revolução que não se radicaliza morre melancolicamente, como a burguesa. A rigor, uma só revolução existe, a que se deflagrou em 1789: enquanto viveu, ela quis expandir-se e, assim, a República Francesa se considerou e se tentou universal – até o momento em que a pretensão de libertar o mundo se converteu na de anexá-lo, em que os ideais republicanos, se reduziram ao imperialismo bonapartista.

Renato Janine Ribeiro. *A última razão dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O motivo pelo qual o conjunto de mudanças políticas que resultou na implantação do regime republicano na França, no século XVIII, pode, genericamente, ser classificado como uma revolução burguesa, é o fato de que nesse processo:

- A** a estrutura social francesa viu-se reduzida a uma polarização entre o bloco de apoio ao Antigo Regime – no qual se encontravam a aristocracia, os camponeses e os trabalhadores urbanos – de um lado, e o bloco de apoio à República operário-burguesa, de outro.
- B** a burguesia conseguiu a adesão ideológica da aristocracia, especialmente no que se refere à “abertura das carreiras públicas aos talentos individuais”, o que possibilitou a ascensão de seus representantes ao poder de Estado.
- C** o comando da burguesia desde o início se revelou como irrefutável, uma vez que ela colocou a serviço de seus objetivos revolucionários os mais variados setores da população, liderando assim uma restauração do Antigo Regime.
- D** as vanguardas operário-camponesas colocaram-se ao lado da burguesia, pois tinham claro que suas reivindicações somente alcançariam um patamar de consequência em uma sociedade em que as relações burguesas de produção já estivessem desenvolvidas.
- E** os resultados políticos das sucessivas convulsões sociais geradas nos quadros da crise do Estado monárquico francês foram, ao final, capitalizados pela burguesia, que pôde assim dar início à viabilização de seus interesses políticos e econômicos.

- 67** Mesmo se o alvo perseguido não tivesse sido alcançado, mesmo se a constituição por fim fracassasse, ou se voltasse progressivamente ao Antigo Regime, [...] tal acontecimento é por demais imenso, por demais identificado aos interesses da humanidade, tem demasiada influência sobre todas as partes do mundo para que os povos, em outras circunstâncias, dele não se lembrem e não sejam levados a recomeçar a experiência.

Kant. *O conflito das faculdades*, 1798.

O texto trata:

- A** do iluminismo e do avanço irreversível do conhecimento filosófico, revelando-se falso nos seus prognósticos sobre o futuro político-constitucional.
- B** do retorno do antigo Regime, na Europa, depois do fracasso da Revolução Francesa, revelando-se incapaz de vislumbrar o futuro da história.
- C** da Revolução Francesa, dos seus desdobramentos políticos e constitucionais, revelando a clarividência do autor sobre sua importância e seu futuro.
- D** da Revolução Inglesa, do impacto que causou no mundo, com seus princípios liberais e constitucionais, revelando-se profético sobre seu futuro.

E do despotismo ilustrado, dos seus princípios filosóficos e constitucionais e de seu impacto na política europeia, revelando caráter premonitório.

68 FGV-RJ 2015 Napoleão Bonaparte assumiu o poder na França, em 1799. A partir do chamado Golpe do 18 Brumário, tornou-se primeiro cônsul, depois primeiro cônsul vitalício e, posteriormente, imperador. Durante o seu governo,

- A retomou as relações com a Igreja Católica e permitiu total autonomia dos seus sacerdotes.
- B estabeleceu uma monarquia parlamentarista, nos moldes do sistema de governo vigente na Inglaterra.
- C estabeleceu um novo Código Civil que manteve a igualdade jurídica para os cidadãos do sexo masculino e o direito à propriedade privada.
- D procurou retomar antigas possessões marítimas francesas, envolvendo-se em uma guerra desgastante no Haiti e no sudeste asiático.
- E aliou-se aos “sans culottes”, grupos mais radicais da Revolução Francesa, e, por isso, foi derrubado em 1814.

69 UFRGS 2020 Considerando o contexto histórico e os desdobramentos da Revolução Francesa, assinale a alternativa que caracteriza a “Era Napoleônica”.

- A Consolidação da revolução burguesa na França, por meio da contenção dos inimigos internos (monarquistas e jacobinos), e sua expansão para a Europa.
- B Retorno da monarquia absolutista ao poder, por intermédio da extinção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- C Ascensão política das camadas populares, conhecidas como *sans-culottes*, o que provocou a radicalização do processo.
- D Fim do Antigo Regime e implementação da Monarquia Constitucionalista, inspirada nos ideais jacobinos.
- E Início da Assembleia dos Estados Gerais, repressão aos monarquistas e derrota da Primeira Coligação Europeia Antifrancesa.

70 UEMG 2016 Há duzentos anos, em 9 de junho de 1815, encerrava-se o Congresso de Viena, conferência de países europeus que, após nove meses de deliberações, estabeleceu um plano de paz de longo prazo para o continente, que vivia um contexto político conturbado [...]. Para alcançar esse objetivo, os diplomatas presentes ao Congresso de Viena criaram um mecanismo de pesos e contrapesos conhecido como “Concerto Europeu” [...]. O Concerto Europeu procurou substituir um arranjo unipolar por um sistema inovador de consultas plurilaterais. Esse esforço visava garantir a estabilidade europeia no pós-guerra.

Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/63-historia/146-200-anos-do-congresso-de-viena>>. Acesso em: 20 jul. 2015.



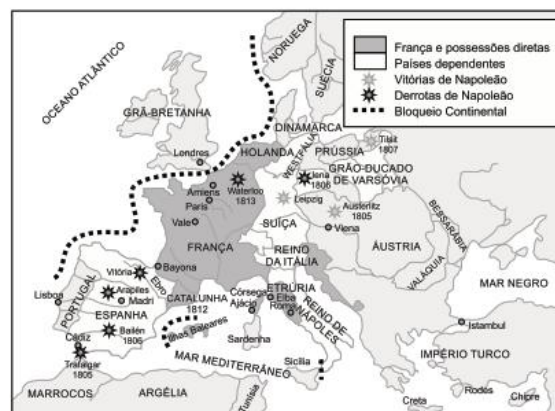
Disponível em <<http://blog.itamaraty.gov.br/images/viena.jpg>>. Acesso em: 19 set. 2015.

O contexto conturbado vivido pela Europa antes do Congresso de Viena e os resultados deste foram, respectivamente:

- A A guerra dos sete anos que colocaram em confronto Inglaterra e França em função de disputas territoriais na América. – A expulsão da França da Liga das nações por ter desrespeitado regras internacionais preestabelecidas.
- B A disputa imperialista protagonizada pelas nações europeias em função da crise econômica vivida no século XIX. – Evitou-se provisoriamente um conflito de proporções mundiais já que, por meio de concessões, garantiu-se um equilíbrio político.
- C A expansão napoleônica que destronou reis e promoveu a invasão e ocupação militar sobre diversas regiões. – Restauração das monarquias depostas por Napoleão, legitimação das existentes à época e a criação da Santa Aliança.
- D A primeira grande guerra, que foi consequência de um momento marcado pelo nacionalismo exacerbado e por rivalidades econômicas e territoriais. – A imposição de uma paz despreocupada com o equilíbrio mundial pois humilhava os derrotados.

71 Uema 2015 O mapa abaixo representa a divisão geopolítica europeia no início do século XIX, destacando a estratégia militar napoleônica conhecida como Bloqueio Continental.

A conquista da Europa



Fonte: Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

A linha de Bloqueio Continental que se estende de Portugal até a Noruega, representada no mapa, revela a intenção francesa de

- A integrar a economia europeia, com a isenção das tarifas alfandegárias.
- B fortalecer a França, garantindo-lhe a livre circulação pelos portos britânicos.
- C desenvolver a economia espanhola, consolidando seu monopólio comercial na Península Ibérica.
- D isolar a Grã-Bretanha, impedindo-lhe o acesso a importantes mercados da Europa continental.
- E inibir o comércio de escravos oriundos de portos africanos, situados ao norte da Linha do Equador.

72 Milhares de séculos decorrerão antes que as circunstâncias acumuladas sobre a minha cabeça vão encontrar um outro na multidão, para reproduzir o mesmo espetáculo (Napoleão Bonaparte).

Sobre o Período Napoleônico, podemos afirmar que:

- A anulou diversas conquistas do período revolucionário, como a igualdade entre os indivíduos e o direito de propriedade.
- B favoreceu a aliança militar e econômica com a Inglaterra, visando à expansão dos mercados.
- C enfrentou a oposição do exército e dos camponeses ao se fazer coroar imperador dos franceses.
- D manteve as perseguições religiosas e o confisco das propriedades eclesiásticas iniciadas no período revolucionário.
- E consolidou a revolução burguesa na França através da contenção dos monarquistas e dos jacobinos.

73 O Decreto de Berlim (21/11/1806) marcou uma nova fase na expressão napoleônica. Explique-o.

74 O Golpe de 18 de Brumário (9 de novembro de 1799), que levou Napoleão ao Consulado, recebeu o apoio incondicional:

- A da pequena burguesia descontente com a destituição de Robespierre da Comissão de Salvação Pública.
- B dos pequenos proprietários rurais descontentes com a repressão realizada pela Convenção à chamada Rebelião da Vendeia.
- C do operariado, já em pleno crescimento em decorrência da Revolução Industrial na França, e irritado com a sufocação da Conspiração de Babeuf.
- D da alta burguesia saturada de uma política oscilante e frequentemente contrária aos seus interesses econômicos.
- E dos monarquistas que viram no golpe a possibilidade de restaurar a monarquia colocando no trono francês outro Bourbon.

75 IFSul 2016 A respeito de Napoleão Bonaparte e da Era Napoleônica (1799-1815), afirma-se que

- A invadiu a Espanha, depôs o rei Fernando VII e conduziu ao poder seu irmão José Bonaparte.

B morreu em Portugal ao ser atacado pelas tropas joaninas na batalha de Waterloo em 1815.

C teve sua expansão amplamente aceita na Inglaterra no século XVIII.

D organizou um governo de cem dias após a vitória na batalha de Leipzig.

76 No Congresso de Viena (1815), as decisões foram tomadas pelas grandes potências – Rússia, Áustria, Inglaterra e Prússia –, tendo como um dos seus principais resultados:

- A a difusão das ideias revolucionárias, realizada, principalmente, pela maçonaria.
- B a restauração das fronteiras anteriores à Revolução Francesa.
- C a restauração das antigas monarquias parlamentares, como a de Portugal.
- D a intervenção do papado em domínios territoriais do Sacro Império Romano-Germânico.
- E o auxílio prestado a movimentos revolucionários embaixados nos princípios iluministas.

77 UFU 2015 Durante o Congresso de Viena, estabeleceram-se as bases políticas e jurídicas para uma nova ordenação da Europa destinada a durar um século redondo. O resultado dos pactos inaugurou uma época na qual os conflitos externos foram poucos; por outro lado, aumentaram as guerras civis e a “revolução” se fez incessante.

KOSSELLECK, Reinhart. La época das revoluciones europeas: 1780-1848. México: Siglo XXI, 1998. p.189. (Adaptado).

A constituição do Congresso de Viena, em 1815, evidenciava a instabilidade da geopolítica da Europa, e tinha entre seus objetivos

- A o incentivo aos movimentos de libertação colonial, como forma de reduzir os conflitos que pudessem ameaçar o equilíbrio europeu.
- B a recomposição do equilíbrio europeu sob o domínio das forças conservadoras, antirrevolucionárias e anti-iluministas.
- C a preservação das aspirações nacionais de vários povos europeus, com o objetivo de evitar novos conflitos que colocassem em risco o equilíbrio da Europa.
- D a aceitação das fronteiras nacionais existentes em 1815, o que era visto como essencial para o fim dos conflitos entre as grandes potências.

78 A atuação prática da Santa Aliança:

- A foi favorecida pelo apoio incondicional da Inglaterra.
- B encontrou respaldo na política isolacionista dos Estados Unidos.
- C conteve movimentos liberais na Espanha e na Itália.
- D revelou-se capaz de restaurar o domínio colonial ibérico.
- E conteve por algum tempo a afirmação política da burguesia europeia.

- 79** Na época do Congresso de Viena, o contexto europeu:
- A revelava uma Inglaterra enfraquecida política e economicamente pelas guerras napoleônicas.
 - B revelava a ascendência do Império Austríaco sobre os Estados alemães e a Itália.
 - C refletia uma hegemonia da Prússia sobre os Estados alemães.
 - D correspondia à afirmação política do Império Russo sobre a área balcânica.
 - E refletia a ampliação da influência ibérica sobre a área mediterrânea.
- 80 Ufes 2015** Em 9 de junho de 1815, encerrou-se o Congresso de Viena, que contou com a presença de representantes diplomáticos das principais nações europeias, após mais de uma década de conflitos intitulados, posteriormente, de guerras napoleônicas.
- a) Analise dois impactos das guerras napoleônicas para o Brasil.
 - b) Indique duas consequências ou resultados do Congresso de Viena para os países europeus.
- 81** Uma das consequências da queda do Império Napoleônico foi:
- A a unificação parcial dos Estados alemão e italiano, pelo Congresso de Viena, a fim de manter o equilíbrio de poder na Europa e evitar qualquer movimento de caráter nacionalista.
 - B a criação de um organismo político internacional destinado a difundir, dentro da lei e da ordem, os ideais revolucionários da Revolução Francesa.
 - C um desprestígio político para a Inglaterra, pois esta conseguiu assegurar apenas o domínio dos mares, graças à anexação de pontos estratégicos no Mediterrâneo, nas Antilhas e na rota para as Índias.
 - D a imposição das nações vencedoras à França, de uma constituição que limitasse a ação político-militar de seus governantes, com respeito aos problemas europeus.
 - E a decisão das nações vitoriosas de obter a paz europeia, por meio de um equilíbrio entre as nações e do retorno dos antigos soberanos a seus respectivos tronos.
- 82** O Tratado de Viena, assinado em 1815, tinha por principal objetivo:
- A estabelecer uma paz duradoura na Europa, que impedisse as guerras e revoluções, consolidando o princípio da legitimidade monárquica.
 - B ratificar a supremacia da Prússia, no contexto político da Europa ocidental, para garantir triunfo de uma onda contrarrevolucionária.
 - C assegurar ao Império Austro-Húngaro o controle da Europa continental, assim como da Inglaterra, a fim de impedir a expansão da Rússia.
 - D impedir a ascensão ao poder da classe média, que iniciara uma série de revoluções em vários países da Europa Ocidental.
 - E criar um sistema regressivo capaz de conter as primeiras vagas do movimento socialista na Europa, através da exclusão da influência da França.
- 83** A ideia básica que orientou os trabalhos do Congresso de Viena foi o princípio da legitimidade inventado por Talleyrand e adotado por Metternich, segundo o qual:
- A as dinastias anteriores à Revolução Francesa deviam ser restauradas e cada país deveria essencialmente readquirir o mesmo território que possuía em 1789.
 - B Napoleão Bonaparte era o legítimo imperador dos franceses e a sede do governo passava a ser Santa Helena, uma ilha rochosa do Atlântico Sul.
 - C eram legítimos os Decretos de Carlsbad, os quais estabeleciam que toda universidade teria um inspetor-oficial, os professores revoltosos deveriam ser removidos de seus cargos, as sociedades de estudantes seriam dissolvidas e a imprensa submetida a uma rígida censura.
 - D as alianças do tipo russo-turca de 1828-1829 eram ilegítimas porque procuravam oprimir países menores como a Grécia e a Romênia.
 - E socialistas notórios como o papa Gregório XVI e Carlos X da França deveriam ter suas autoridades respeitadas porque foram legitimamente designados para suas respectivas posições.
- 84** Caracterizou o Congresso de Viena:
- A a derrota da França, excluída do princípio de legitimidade.
 - B a Santa Aliança entre Áustria, Prússia e Inglaterra.
 - C a alteração geopolítica da Europa pós-napoleônica.
 - D o sucesso dos ideais liberais da burguesia.
 - E a vitória permanente do absolutismo europeu.
- 85** Napoleão Bonaparte foi vencido pelos ingleses em 1815. Relacione a esse fato o Congresso de Viena e a Santa Aliança.

I. A crítica iluminista ao absolutismo

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão [...] Toda outra autoridade (que não a paterna) vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se a fará remontar a uma destas duas fontes: ou a força e a violência daquele que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e aquele a quem deferiram a autoridade. O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo por que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem... O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem o seu uso legítimo útil à sociedade, vantajoso para a república, e que a fixam e restringem entre limites, pois o homem não pode nem deve dar-se inteiramente e sem reserva a outro homem, porque há um Senhor superior acima de tudo, ao qual somente ele pertence por inteiro. É Deus, cujo poder é sempre imediato sobre a criatura, senhor tão cioso como absoluto, que nunca perde os seus direitos nem os comunica. Ele permite, para o bem comum e a manutenção da sociedade, que os homens estabeleçam entre si uma ordem de subordinação, que obedeçam a um deles; mas quer que seja por razão e com medida, e não cegamente e sem reserva, a fim de que a criatura não se arroge os direitos do criador. Toda outra submissão é verdadeiro crime de idolatria.

DIDEROT, Denis; D'ALAMBERT, Jean Le Rond. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução de Maria das Graças Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 36 7.

II. A democracia na América

Mal se põe o pé no solo americano, já se fica abismado por uma espécie de tumulto; ouve-se por todos os lados um clamor confuso; e mil vozes exigem, simultaneamente, a satisfação de suas necessidades sociais. Tudo está em movimento à nossa volta; aqui, a quarta parte da população de uma cidade está reunida para decidir a construção de uma igreja; ali, está em curso a eleição de um representante; um pouco mais adiante, os delegados de um distrito estão pregando cartazes consultando a população sobre certos melhoramentos locais; noutra lugar, os trabalhadores de uma aldeia abandonam seus arados para deliberar sobre o projeto de uma estrada ou de uma escola pública. Fazem-se reuniões com o propósito exclusivo de se declarar a desaprovação pela conduta do governo; enquanto noutras assembleias cidadãos saúdam as autoridades do dia como os pais de seu país. Formam-se sociedades que consideram a embriaguez a causa principal dos males do Estado, e solenemente se comprometem a dar exemplos de temperança. A grande agitação política dos corpos legislativos americanos, a única que atrai a atenção de estrangeiros, é um mero episódio, ou uma espécie de continuação do movimento universal que tem origem nas classes mais baixas do povo, e se estende, sucessivamente, a todas as categorias da sociedade. É impossível despender mais esforço na procura da felicidade.

Os cuidados da política ocupam um lugar preeminente nas ocupações dos cidadãos dos Estados Unidos, e quase que o único prazer que os americanos conhecem é o de tomar parte no governo e discutir suas medidas. Este sentimento penetra nos hábitos mais triviais da vida: até as mulheres assistem, frequentemente, às reuniões públicas e ouvem as arengas políticas como distração de seus labores domésticos. Os clubes de debates são, até certo ponto, substitutos das distrações teatrais: o americano não pode conversar, mas pode discutir; e sua fala faz-se uma dissertação. Fala-nos como se estivesse falando numa reunião; e se, por acaso, se animar durante a discussão, dirá “Senhores” à pessoa com quem estiver conversando.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*.

III. O mito de Napoleão

O mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão do que nos fatos, então sem paralelo, de sua carreira. Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio César, mas Napoleão foi o “pequeno cabo” que galgou o comando de um continente por seu puro talento pessoal. (Isto não foi estritamente verdadeiro, mas sua ascensão foi suficientemente meteórica e alta para tornar razoável a descrição.) Todo jovem intelectual que devorasse livros, como o jovem Bonaparte o fizera, escrevesse maus poemas e romances e adorasse Rousseau poderia, a partir daí, ver o céu como o limite e seu monograma enfaixado em lauréis. Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser – os próprios clichês o denunciam – um “Napoleão das finanças” ou da indústria. Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão, então sem paralelo, de um homem comum que se tornou maior do que eles que tinham nascido para usar coroas. Napoleão deu à ambição um nome pessoal no momento em que a dupla revolução tinha aberto o mundo aos homens de vontade. E ele foi mais ainda. Foi um homem civilizado do século XVIII, racionalista, curioso, iluminado, mas também discípulo de Rousseau o suficiente para ser ainda o homem romântico do século XIX. Foi o homem da Revolução, e o homem que trouxe estabilidade. Em síntese, foi a figura com que todo homem que partisse os laços com a tradição podia-se identificar em seus sonhos.

Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais, também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas ideias – talvez todas – foram previstas pela Revolução e o Diretório; sua contribuição pessoal foi fazê-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. Mas

seus predecessores apenas previram; ele realizou. Os grandes monumentos de lucidez do direito francês, os Códigos que se tornaram modelos para todo o mundo burguês, exceto o anglo-saxão, foram napoleônicos. A hierarquia dos funcionários – a partir dos prefeitos, para baixo –, das Cortes, das universidades e escolas foi obra sua. As grandes “carreiras” da vida pública francesa, o exército, o funcionalismo público, a educação e o direito ainda têm formas napoleônicas. Ele trouxe estabilidade e prosperidade para todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora mesmo para os parentes deles tivesse trazido a glória. Sem dúvida, os britânicos se viam como lutadores pela causa da liberdade contra a tirania; mas em 1815 a maioria dos ingleses era mais pobre do que o fora em 1800, enquanto a maioria dos franceses era quase que certamente mais rica, e ninguém, exceto os trabalhadores assalariados, cujo número era insignificante, tinha perdido os substanciais benefícios econômicos da Revolução. Há pouco mistério quanto à persistência do bonapartismo como uma ideologia dos franceses apolíticos, especialmente dos camponeses mais ricos, depois da queda do ditador. Foi necessário um segundo Napoleão menor, entre 1851 e 1870, para dissipá-la.

Ele destruiu apenas uma coisa: a Revolução Jacobina, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi um mito mais poderoso do que o dele, pois, após sua queda, foi isso e não a sua memória que inspirou as revoluções do século XIX, inclusive em seu próprio país.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Resumindo

As contradições inerentes ao absolutismo manifestaram-se de forma aguda e em todos os níveis na segunda metade do século XVIII.

A primeira manifestação foi ideológica, por meio do Iluminismo e seu campo aparentemente inesgotável de críticas ao que o próprio movimento chamou de Antigo Regime. O mais visível foi o político – por meio do desenvolvimento do pensamento liberal que já começara a ganhar forma com John Locke e sua análise sobre a Revolução Gloriosa, ao final do século XVII. Também a análise econômica cristalizou-se pela obra de Quesnay e Gournay, atingindo seu ponto mais alto com Adam Smith. O liberalismo econômico foi a essência da crítica burguesa àquilo que o próprio pensamento liberal batizou como mercantilismo, afirmando uma posição de defesa da liberdade econômica que era, na verdade, a defesa da ação independente da burguesia. Outro elemento de crítica profunda foi o social, com a negação do caráter estamental da sociedade do Antigo Regime, que se manifestava na estrutura de privilégios que cercava a nobreza. No rastro dessa negação aos princípios que marcaram a vida europeia na Idade Moderna, o Iluminismo voltou-se contra os aspectos culturais do Antigo Regime, como a predominância da Igreja, encetando uma violenta crítica ao clero e uma defesa aberta da razão e da ciência como únicas guias para o conhecimento.

Outra manifestação deu-se no campo econômico. A Revolução Industrial coroou três séculos de ascensão da burguesia, com a acumulação do capital mercantil, fruto indireto da prática mercantilista das monarquias, revertendo-se na consolidação do capitalismo e da hegemonia econômica da burguesia.

A crise do Antigo Regime manifestou-se ainda na sua periferia. A independência das colônias inglesas, que mais tarde dariam origem aos Estados Unidos da América, foi o ponto de partida para um processo que levaria ao fim do sistema colonial, sustentáculo fundamental do mercantilismo e das monarquias europeias.

Por fim, essa crise encontrou sua manifestação mais explosiva na Revolução Francesa. Em um intervalo de apenas 25 anos, a monarquia, que sintetizou todos os componentes do que se chamou de Antigo Regime, foi destruída. A velha ordem em todos os seus aspectos foi suprimida, as ideias que marcaram a Revolução expandiram-se por toda a Europa e mesmo a tentativa de restaurar o Antigo Regime, com o Congresso de Viena, mostrou-se efêmera e inviável. Não por acaso, a Revolução Francesa é a síntese do que se chama de crise do Antigo Regime.

Quer saber mais?



Livro

- **HOBBSAWM, Eric.** *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Trad. de Marcus Penchel e Maria L. Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.



Filmes

- **Danton – O processo da Revolução.** Direção: Andrzej Wajda, 1982. Duração: 130 minutos.
- **Germinal.** Direção: Claude Berri, 1993. Duração: 160 minutos.

Exercícios complementares

- 1 Mackenzie** Assinale a alternativa que corresponde à Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII.
- A A consolidação do modo de produção capitalista estimulou a união entre o capital burguês e o trabalho operário.
 - B Promoveu a passagem do capitalismo monopolista para a fase do capitalismo concorrencial-comercial.
 - C As inovações tecnológicas possibilitaram melhorias nas condições de vida das classes populares e redução das jornadas de trabalho.
 - D Os trabalhadores, destituídos dos meios de produção, passaram a sobreviver da venda da sua força de trabalho.
 - E Introduziu, em massa, na indústria capitalista, métodos manuais de produção autônoma, devido às modificações tecnológicas.
- 2 UEMG 2018** Com base nos dois depoimentos e na imagem a seguir, considerando o que pode ser relacionado a essas fontes históricas, assinale a alternativa INCORRETA.

“Eu tenho conhecimento de mais acidentes no início do dia do que no final. Eu fui, inclusive, testemunha de um deles. Uma criança estava trabalhando a lã, isto é, preparando a lã para a máquina, mas a alça a prendeu, como ela foi pega de surpresa, acabou sendo levada para dentro do mecanismo; e nós encontramos seus membros em um lugar, outro acolá, e ela foi cortada em pedaços; todo o seu corpo foi mandado para dentro e foi totalmente mutilado”.

(John Allett começou a trabalhar em uma fábrica de têxteis quando tinha quatorze anos. Allett tinha cinquenta e três anos quando foi entrevistado por Michael Sadler e seu Comitê da Câmara dos Comuns, em 21 de maio de 1832.).

“Os primeiros dias de setembro foram muito quentes. Os jornais noticiavam que homens e cavalos caíam mortos nos campos de produção agrícola. Ainda assim, a temperatura nunca passava de 29°C durante a parte mais quente do dia. Qual era então a situação das pobres crianças que estavam condenadas a trabalhar quatorze horas por dia, em uma temperatura média de 28°C? Pode algum homem, com um coração em seu peito e uma língua em sua boca, não se habilitar a amaldiçoar um sistema que produz tamanha escravidão e crueldade?”

(William Cobbett fez um artigo sobre uma visita a uma fábrica de tecidos que aconteceu em setembro de 1824).



Lewis Hine. Some of the young knitters in London Hosiery Mills. Londres, 1910.

- A Os trechos e a foto são associados ao trabalho infantil na Revolução Industrial, pois aproximadamente 50% dos trabalhadores eram crianças que trabalhavam entre 12 e 16 horas por dia. Nas fábricas, as condições de trabalho eram precárias, pois não havia janelas e trabalhavam muitos operários, propagando-se as doenças mais facilmente.
- B Os trechos e a foto reforçam os aspectos negativos da Revolução Industrial, quando uma classe industrial nascente preferia empregar mulheres e crianças, pois estes recebiam metade do salário de um homem adulto, pela mesma carga horária. Contudo os aspectos positivos devem ser também ressaltados, mesmo porque essa situação foi modificada com máquinas adaptadas à altura das crianças, e a escola tornou-se obrigatória para o povo logo após o movimento ludista e o movimento cartista.

- C Os depoimentos e a foto retratam o fato de que muitas crianças com menos de 8 anos trabalhavam nas fábricas simplesmente para ganhar alojamento e comida, sendo que havia uma alta jornada de trabalho em condições deploráveis. O longo tempo de trabalho gerava cansaço nas crianças, o que acabava diminuindo o ritmo das atividades. Castigos, como socos e outras agressões, eram aplicados para punir a desatenção. As crianças que chegavam atrasadas ou que conversavam durante o trabalho também eram castigadas.
- D No início da Revolução Industrial, os operários viviam em péssimas condições de vida e trabalho. O ambiente das fábricas era insalubre, assim como os cortiços onde muitos trabalhadores viviam. As jornadas de trabalho chegavam a 80 horas semanais. Para mulheres e crianças, submetidas ao mesmo número de horas e às mesmas condições de trabalho, os salários eram ainda mais baixos.

3 Vunesp O historiador David Landes, referindo-se à Revolução Industrial, escreveu:

O cerne dessa Revolução foi uma sucessão inter-relacionada de mudanças tecnológicas. Os avanços materiais ocorreram em três áreas: (1) houve uma substituição das habilidades humanas por dispositivos mecânicos; (2) a energia de fonte inanimada – especialmente a do vapor – tomou o lugar da força humana e animal; (3) houve uma melhora acentuada nos métodos de extração e transformação das matérias-primas, especialmente no que hoje se conhece como indústrias metalúrgicas e químicas.

Prometeu desacorrentado.

- a) Qual foi o primeiro país a iniciar a industrialização com o uso tecnológico descrito pelo texto?
- b) Indique duas consequências da industrialização nos movimentos sociais e políticos europeus nos séculos XVIII e XIX.

4 UFMS 2019 Um dos eventos que mais influenciaram a história da humanidade nos últimos séculos foi a revolução industrial. Esse acontecimento impulsionou a economia, a exploração do trabalho, o domínio de algumas nações sobre vastas regiões do mundo e acentuou a divisão entre os países dominantes e os que eram dominados. Assim, a revolução industrial movimentou não apenas a economia, mas também a sociedade, a produção artística e cultural e a política de toda uma época. Assinale a alternativa que caracteriza corretamente os primeiros momentos da revolução industrial e que tornaram a Inglaterra pioneira no desenvolvimento de indústrias durante o século XVIII.

- A A Inglaterra, importante metrópole do século XVIII, possuía colônias na América do Norte, África e Ásia que favoreceram a exploração de matérias-primas e mão de obra, impulsionando o desenvolvimento de seu setor industrial.

- B A Inglaterra contava com um grande contingente de trabalhadores disponíveis, visto que a lei de cercamentos de terras desapropriou inúmeros camponeses, que passaram a atuar nas fábricas como trabalhadores e influenciaram decisivamente na divisão dos lucros e dos meios de produção, fatores que tornaram a Inglaterra uma grande potência industrial.
- C Caracterizada pela exploração do trabalho assalariado, a revolução industrial oferecia benefícios e estímulos para a população mais pobre (como ambiente salubre, jornadas de trabalho justas e salários que estimulavam a competitividade entre os trabalhadores fabris), e a burguesia industrial retroalimentava o sistema com o consumo interno, fortalecendo-o primeiro na Inglaterra para mais tarde estender suas redes de comércio com os demais países da Europa.
- D A mecanização do sistema de produção foi um fator determinante para que o sistema fabril de produção superasse o sistema de manufaturas, aliado ao fato de que a Inglaterra contava com grandes reservas de carvão mineral e ferro para alimentar e produzir novas máquinas para a produção.
- E A organização da produção manufatureira inglesa foi fundamental para o desenvolvimento da revolução industrial, visto que essa produção de manufaturas passou a contar com máquinas e motores que substituíram a divisão do trabalho e colaboraram para o acúmulo de lucro pelo detentor dos meios de produção.

5 Fuvest Seria mais correto chamarmos o Iluminismo de ideologia revolucionária [...] Pois o Iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa.

Eric J. Hobsbawm. A Era das Revoluções, 1789-1848.

Descreva a ordem política e social que o Iluminismo criticava e pretendia destruir.

6 Uerj 2019 Tudo que está escrito nas Sagradas Escrituras é verdade? De fato, cada uma das religiões diz: “Minha fé é a certa, e aqueles que creem em outra fé creem na falsidade e são inimigos de Deus”. Assim como minha fé me parece verdadeira, outro considera verdadeira sua própria fé; mas a verdade é uma só.

Marido e mulher estão em pé de igualdade no casamento.

Não podemos sair e comprar um homem como se fosse um animal.

Todos os homens são iguais na presença de Deus; e todos são inteligentes, pois são suas criaturas; ele não destinou um povo à vida, outro à morte, um à misericórdia e outro ao julgamento. Nossa razão nos ensina que esse tipo de discriminação não pode existir.

Adaptado de HERBJORNSRUD, Dag. “Os africanos que propuseram ideias iluministas antes de Locke e Kant”. *Folha de S. Paulo*, 24/12/2017.

As proposições acima foram escritas por Zera Yacob (1599-1692), pensador etíope que desenvolveu suas ideias antes de europeus associados ao Iluminismo. Identifique dois ideais das proposições do pensador africano presentes, também, no pensamento iluminista. Em seguida, ainda com base nas citações, apresente um aspecto que diferencia Yacob da maior parte dos pensadores iluministas europeus.

7 Uerj 2016



Pompeo Batoni. Kaiser José II e o Grão-Duque Leopoldo da Toscana. Óleo sobre tela, 1769.

Na pintura de Pompeo Batoni, de 1769, estão representados dois imperadores austríacos do Antigo Regime: José II e seu irmão Leopoldo II. No detalhe, pode-se observar um exemplar em francês do livro *O espírito das leis*, de Montesquieu, expoente da Ilustração ou Iluminismo. A presença do livro na pintura não é meramente decorativa, mas revela modos e práticas de governo adotados por diversos Estados europeus no século XVIII.

Nomeie esse modo de governar. Em seguida, apresente uma ação promovida por monarquias europeias que empreenderam tais práticas.

- 8 UFSJ 2012 Entre os processos políticos citados abaixo, aquele que instaurou um regime republicano fundamentado em princípios liberais como a eleição do chefe de Estado e a defesa da propriedade privada foi a
- Independência do Brasil, em 1822.
 - Revolução Gloriosa na Inglaterra, em 1688.
 - Independência dos Estados Unidos da América, em 1776.
 - Revolução Russa, em 1917.

- 9 PUC-Rio 2017 Às vésperas da independência das 13 colônias inglesas na América, em janeiro de 1776, Thomas Paine publica o seu famoso panfleto *Senso Comum*, no qual defendia enfaticamente a separação da Inglaterra:

“A Inglaterra é, apesar de tudo, a pátria-mãe, dizem alguns. Sendo assim, mais vergonhosa resulta sua conduta, porque nem sequer os animais devoram suas crias nem fazem os selvagens guerra a suas famílias; de modo que esse fato volta-se ainda mais para a condenação da Inglaterra. [...] Europa é a nossa pátria-mãe, não a Inglaterra. Com efeito, este novo continente foi asilo dos amantes perseguidos da liberdade civil e religiosa de qualquer parte da Europa [...] a mesma tirania que obrigou os primeiros imigrantes a deixar o país segue perseguindo seus descendentes”.

A partir da leitura do documento acima, faça o que se pede nos itens abaixo.

- Explique** as razões para a referência que o autor do panfleto faz à “vergonhosa conduta” e à “tirania” para descrever as relações da Inglaterra com suas colônias nesse momento.
- Indique duas** ações empreendidas pela coroa inglesa que exemplifiquem essa conduta.

- 10 UFRN A origem do processo de independência dos Estados Unidos, em fins do século XVIII, relaciona-se com a:

- crise do Antigo Regime, ocasionada, em grande parte, pela difusão de ideias políticas e sociais de cunho liberal, contrárias às determinações monopolísticas contidas no pacto colonial.
- intenção das colônias do Norte de se separarem do Sul escravista, em razão das dificuldades que a estrutura socioeconômica sulina criava ao desenvolvimento capitalista na região.
- tentativa de expansão francesa na América do Norte, em virtude da Guerra dos Sete Anos, que fortaleceu a hegemonia política da França no continente europeu e ameaçou o domínio britânico.
- influência da Revolução Francesa, que pôs fim à monarquia absolutista, criando, em seu lugar, instituições controladas pela burguesia, as quais impulsionaram o capitalismo.

11 Enem 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

Emília Viotti da Costa. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. *Revolução chinesa*. São Paulo: Unesp, 2003. (Adapt.).

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

- A A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- B O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- C Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- D Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- E Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

12 FGV São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de “vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade”.

Declaração de Independência, 4 jul. 1776.

Acerca da Independência das Treze Colônias, é correto afirmar que:

- A a ruptura com a metrópole foi efetivada pelas classes sociais dominantes coloniais, o que fez com que as demandas dos mais pobres fossem barradas e que não houvesse solução imediata para a questão escravista.
- B comandada pelos setores mais radicais da pequena burguesia, os colonos criaram uma república federativa, considerando, como pilares fundamentais da nova ordem institucional, as igualdades política e social.
- C sua efetivação só foi possível devido à fragilidade econômica e militar da Inglaterra, envolvida com a Guerra dos Sete Anos com a França, além da aliança militar dos colonos ingleses com a forte marinha de guerra da Espanha.

- D o desejo por parte dos colonos de emancipar-se da metrópole, Inglaterra, nasceu em uma conjuntura de abertura da política colonial, na qual, a partir de 1770, as Treze Colônias foram autorizadas a comerciarem com as Antilhas.
- E o processo de ruptura colonial foi facilitado em decorrência das identidades econômicas e políticas entre as colônias do norte e as do sul, praticantes de uma economia de mercado, com o uso da mão de obra livre.

13 PUC-Campinas Observe os detalhes da caricatura.



Leonel Itaussu A. Mello e Luís César Amad Costa. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1994, p. 360.

A caricatura retrata o jogo das relações entre os três estados que existiam na França antes da Revolução de 1789. A imagem da caricatura representa a:

- A aliança da burguesia e da nobreza para combater os membros do clero.
- B convergência de interesses políticos do clero, da nobreza e do povo.
- C luta pela liberdade desencadeada pelos membros do clero e da nobreza.
- D queda dos membros do clero e a ascensão da alta burguesia e da nobreza.
- E exploração dos camponeses pelas classes privilegiadas.

14 Fatec A Revolução Francesa foi o modelo clássico de revolução burguesa. No plano político, alçou a burguesia ao poder; pela profundidade das transformações que causou e pela extensão de sua influência, tornou-se o marco divisório entre o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea. A Revolução Francesa significou:

- A o fim do Antigo Regime, a eliminação das práticas feudais e a criação de instituições impulsionadoras do capitalismo.
- B o fim do Antigo Regime, a manutenção de algumas práticas feudais e da sociedade baseada nos três estados, a criação de instituições impulsionadoras do capitalismo.
- C o fim do Antigo Regime, a manutenção dos privilégios da nobreza e a criação de instituições impulsionadoras do feudalismo.
- D a manutenção do Antigo Regime, a eliminação de algumas práticas feudais e a criação de instituições impulsionadoras do capitalismo.
- E o fim do Antigo Regime, a eliminação das práticas feudais, a criação de instituições impulsionadoras do capitalismo e a manutenção do clero e da nobreza como camadas sociais dominantes.

15 FGV Quem, portanto, ousaria dizer que o Terceiro Estado não tem em si tudo o que é necessário para formar uma nação completa? Ele é o homem forte e robusto que tem um dos braços ainda acorrentado. Se suprimíssemos a ordem privilegiada, a nação não seria algo de menos e sim alguma coisa mais. Assim, o que é o Terceiro Estado? Tudo, mas um tudo livre e florescente. Nada pode caminhar sem ele, tudo iria infinitamente melhor sem os outros.

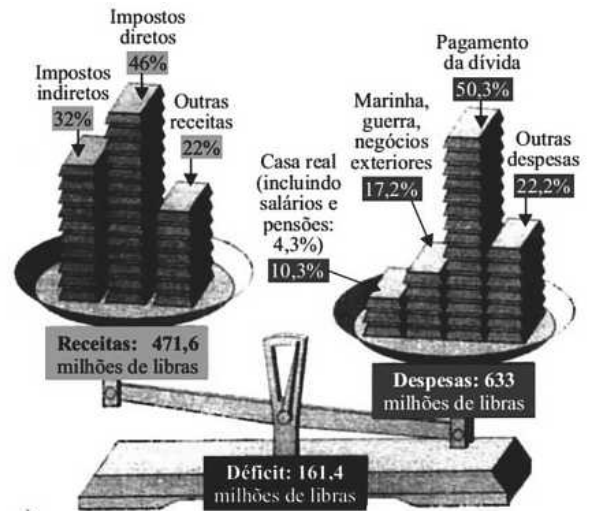
E. J. Sieyes. *Qu'est-ce que le Tiers État*.

O texto do Abade Sieyes nos remete a uma leitura da(o):

- A sistema de estamentos na França pré-revolucionária, privilegiando o papel realizador do clero.
- B França durante o período do Terror, quando Robespierre orienta os jacobinos à execução total do alto clero.
- C condição do Terceiro Estado, de não apenas desejar construir uma nação, mas, fundamentalmente, de ser efetivamente a nação.
- D necessidade de acordos entre os diferentes estamentos para a construção de uma nação próspera e republicana.
- E Terceiro Estado, composto pelo baixo clero, e representando 98% da população francesa, que buscava dar fim aos privilégios dos demais estamentos.

16 Uema 2016

Situação Econômica da França na Década de 1780



BERNET, Anne. Sem nenhum tostão em caixa. In: *História Viva*, 2004.

A imagem se refere à situação das receitas e das despesas do Estado francês na década de 1780. Pode-se analisar pelos dados que:

- A a maior arrecadação do Estado era proveniente dos impostos diretos, pagos, em sua grande maioria, pelos representantes da Igreja Católica francesa, uma das mais poderosas da Europa.
- B o elevado déficit público do Estado francês foi um elemento central para o contexto histórico de profunda crise econômica que favoreceu a eclosão da Revolução Francesa em 1789.
- C a crise econômica relacionava-se diretamente às questões internas, já que, no cenário internacional, os negócios contribuíram de forma significativa para as receitas do Estado francês.
- D os gastos com o pagamento da dívida representavam uma pequena parcela das despesas estatais, o que indicava a possibilidade de recuperação rápida da economia francesa.
- E a opulência da nobreza francesa era a responsável pela fração mais elevada dos gastos do Estado, seu principal financiador.

17 Unicamp As primeiras vítimas da Revolução Francesa foram os coelhos. Pelotões armados de paus e foices saíam à cata de coelhos e colocavam armadilhas em desafio às leis de caça. Mas os ataques mais espetaculares foram contra os pombais, castelos em miniatura; dali partiam verdadeiras esquadrilhas contra os grãos dos camponeses, voltando em absoluta segurança para suas fortalezas senhoriais. Os camponeses não estavam dispostos a deixar que sua safra se transformasse em alimento para coelhos e pombos e afirmavam ser a “vontade geral da nação” que a caça fosse destruída. Aos olhos de 1789, matar caça era um ato não só de desespero, mas também de patriotismo, e cumpria uma função simbólica: derrotando privilégios, celebrava-se a liberdade.

Simon Schama. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 271-2. (Adapt.).

- a) De acordo com o texto, por que os camponeses defendiam a matança de animais?
- b) Cite dois privilégios senhoriais eliminados pela Revolução Francesa.

18 UEG 2019 Observe a imagem a seguir.



O famoso quadro *A morte de Marat*, de Jacques-Louis David, produzido no contexto da Revolução Francesa, é um documento da:

- A atuação violenta do Tribunal Revolucionário durante o Terror Jacobino contra os “inimigos do povo”.
- B execução do rei francês, acusado de traição nacional, decretada pela Assembleia Revolucionária.
- C estratégia de ascensão política de Napoleão Bonaparte, marcada pelo assassinato de seus rivais.
- D violência repressora do Absolutismo francês contra as vozes críticas e contestatórias ao Regime.
- E disputa entre os girondinos e os jacobinos, que culminou na execução do famoso líder popular.

19 UFRJ Entre os séculos XVII e XIX, a Europa foi sacudida por uma série de revoluções sociais que resultaram na constituição do sistema político liberal e democrático. Entre elas destacaram-se as revoluções inglesa de 1688 e francesa de 1789.

Indique um princípio de natureza econômica e outro de natureza política presentes nessas duas revoluções.

20 PUC-RS A chamada Primeira República (1792-1795) marca o período de maior radicalização política do processo revolucionário na França, iniciado em 1789. Dentre as organizações políticas e institucionais atuantes na Primeira República, não é correto referir:

- A o Comitê de Salvação Pública.
- B o Código Civil.
- C o Tribunal Revolucionário.
- D o Partido Jacobino.
- E a Convenção Nacional.

21 UFRGS Considere as afirmações a seguir, referentes ao período napoleônico.

- I. Um dos objetivos do Bloqueio Continental era anular a defasagem industrial da França em relação à Inglaterra.
- II. As Guerras Napoleônicas produziram desdobramentos de cunho político na América do Sul.
- III. A expansão napoleônica debilitou os fundamentos do Antigo Regime europeu e estimulou o surgimento dos nacionalismos.
- IV. O Bloqueio Continental possibilitou a hegemonia do capitalismo industrial francês em toda a Europa.
- V. O Congresso de Viena confirmou, na Europa, os avanços sociais e políticos conquistados durante a Revolução Francesa.

Quais estão corretas?

- A Apenas I e II.
- B Apenas I e III.
- C Apenas I, II e III.
- D Apenas III, IV e V.
- E I, II, III, IV e V.

22 Ibmecc-SP A expansão napoleônica no século XIX influenciou decisivamente vários acontecimentos históricos no período. Dentre esses acontecimentos podemos destacar:

- A a Independência dos Estados Unidos. Com a atenção da Inglaterra voltada para as batalhas com a marinha napoleônica, os colonos americanos declararam sua independência, vencendo rapidamente os ingleses.
- B a formação da Santa Aliança, um pacto militar entre Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia que evitou a eclosão de movimentos revolucionários na Europa e impediu a independência das colônias espanholas e inglesas na América.
- C a Independência do Brasil. Com a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, houve um enfraquecimento da monarquia portuguesa que culminou com as lutas pela independência e o rompimento de d. Pedro I com Portugal.
- D a Independência das colônias espanholas. Em 1808, a Espanha foi ocupada pelas tropas napoleônicas ao mesmo tempo em que se difundiam os ideais liberais da Revolução Francesa que inspirou as lutas pela independência.
- E o Congresso de Viena. A França de Napoleão assinou um pacto com a Áustria, Inglaterra e Rússia cujo objetivo maior era estabelecer uma trégua e reorganizar todo o mapa europeu.

23 PUC-Rio Como general, cônsul e, depois, imperador, Napoleão Bonaparte transformou a França de um país sitiado numa potência expansionista com influência em todo o continente europeu. No entanto, a expansão francesa com seus ideais burgueses encontrou muitas resistências principalmente entre as nações dominadas por setores aristocráticos. Assinale a opção que identifica corretamente uma ação implementada pelo governo napoleônico.

- A O estabelecimento do catolicismo cristão e romano como religião de estado.
- B A descentralização das atividades econômicas, o que permitia que as economias locais prosperassem sem o pagamento de impostos.
- C A adoção do Código Civil que garantia a liberdade individual, a igualdade perante a lei e o direito à propriedade privada.
- D O estímulo, por parte das leis francesas, à criação de sindicatos de trabalhadores, livres da influência do Estado.
- E A estatização de toda a propriedade agrícola, comercial e industrial nas regiões dominadas pelo exército napoleônico.

24 UFF Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira.

Eric Hobsbawm. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 127.

O período conhecido como Restauração representou a vitória das potências europeias contra o domínio napoleônico. Reunidos no Congresso de Viena, entre setembro de 1814 e junho de 1815, os países vencedores estabeleceram o princípio da legitimidade, que significou a sua recomposição territorial e a restauração dos governos, tal como existiam antes do avanço napoleônico.

Análise o papel da Santa Aliança na preservação dos princípios estabelecidos pelo Congresso de Viena, indicando a nação cuja atuação foi decisiva para a Restauração.

25 PUC-Minas Em perfeita sintonia com o espírito restaurador do Congresso de Viena, a criação da Santa Aliança tinha por objetivo:

- A reprimir os movimentos revolucionários e liberais que eclodissem em qualquer parte do continente europeu.
- B difundir os princípios democráticos e parlamentaristas, promovendo a modernização das monarquias europeias.
- C garantir a liberdade comercial, tida como elemento indispensável à industrialização e à acumulação de capitais.
- D combater os focos da resistência aristocrática, geradores de tensão social e alimentadores da oposição burguesa.
- E inibir a formação de alianças entre as principais potências, o que ameaçava o equilíbrio de forças na Europa.

26 UFRGS No Congresso de Viena, concluído em 1815, pouco antes da derrota de Napoleão em Waterloo, os soberanos europeus vitoriosos fixaram os destinos da Europa. Nessa reconstrução geopolítica:

- A a Inglaterra, lesada em posições estratégicas, perdeu definitivamente o domínio dos mares para potências emergentes, como Espanha e Itália.
- B a nova carta político-territorial da Europa assegurou o equilíbrio entre as grandes potências ao reconhecer as aspirações nacionais.
- C a França, apesar da derrota, foi poupada, não perdendo seus territórios nem sendo obrigada a pagar indenizações de guerra, em nome do equilíbrio europeu.
- D a Rússia abdicou de qualquer pretensão de tornar-se a potência dominante da Europa oriental, enquanto a Áustria, que conquistou a Bélgica, perdeu seus domínios na Itália.
- E o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, o que permitiu a permanência da família real no continente americano, sem perda do trono.

27 FGV Os soberanos do Antigo Regime venceram Napoleão, em que eles viam o herdeiro da Revolução, e a escolha de Viena para a realização do Congresso, para a sede dos representantes de todos os Estados europeus, é simbólica, pois Viena era uma das únicas cidades que não haviam sido sacudidas pela Revolução e a dinastia dos Habsburgos era o símbolo da ordem tradicional, da Contrarreforma, do Antigo Regime.

René Remond. *O século XIX: introdução à história do nosso tempo*.

Acerca do Congresso de Viena (1815), é correto afirmar que:

- A tornou-se a mais importante referência da vitória do liberalismo na Europa, na medida em que defendia a legitimidade de todas as dinastias que aceitavam a limitação dos seus poderes por meio de cartas constitucionais.
- B países como a Inglaterra, Portugal e a Espanha, os mais prejudicados com o expansionismo napoleônico, defendiam que a França deveria tornar-se republicana, com o intuito de evitar novos surtos revolucionários.
- C foi orientado, entre outros, pelo princípio da legitimidade – que determinava a volta ao poder das antigas dinastias reinantes no período pré-revolucionário, além do recebimento de volta dos territórios que possuíam em 1789.
- D presidido pelo chanceler austríaco Metternich, mas controlado pelo chanceler francês Talleyrand, decidiu-se por uma solução conciliatória após o caos napoleônico: haveria a restauração das dinastias, mas não a volta das antigas fronteiras.
- E criou, a partir da sugestão do representante da Prússia, um organismo multinacional, a Santa Aliança, que detinha a tarefa de incentivar regimes absolutistas a se modernizarem com o objetivo de sufocar as lutas populares.



Adaptado de britishmuseum.org.
Caricatura de Napoleão Bonaparte, 1814.

A derrota de Napoleão Bonaparte, em 1814-1815, foi registrada de diversas formas nas sociedades europeias. Na imagem, o imperador francês tenta devorar o globo terrestre, sendo atacado por uma águia, um dos símbolos do Império Russo.

Dois impactos que as guerras napoleônicas exerceram sobre as relações internacionais na Europa da época foram:

- A crise agrária e consolidação dos Estados republicanos.
- B concorrência industrial e retomada de domínios coloniais.
- C integração comercial e declínio de monarquias absolutistas.
- D expansionismo territorial e reorganização das fronteiras políticas.

Frente 1

Capítulo 5 – O fim do pacto colonial no Brasil

Revisando

1. A decretação do Bloqueio Continental por Napoleão, visando enfraquecer a economia inglesa, colocou Portugal numa situação insustentável. Dependente economicamente e sujeito às pressões inglesas e, portanto, incapaz de acatar ao bloqueio, e sem poder fazer frente à ameaça de invasão pela França, D. João procurou manobrar a situação por mais de um ano. A assinatura entre a França e a Espanha do Tratado de Fontainebleau, decretando a invasão de Portugal, obrigou a família real portuguesa a fugir para o Brasil.
2. A abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas (eufemismo que excluía França e Espanha, com quem Portugal estava em guerra) representou, na prática, o fim das relações de monopólio comercial português sobre o Brasil. Seu aprofundamento, com os tratados de 1810, colocou o Brasil na órbita direta do capitalismo inglês, neutralizando qualquer predomínio português sobre sua antiga colônia. Ambos os fatos são decisivos no sentido da ruptura da dominação colonial portuguesa na América.
3. Naquilo que se refere às estruturas políticas em Portugal, a Revolução foi amplamente liberal, defendendo a constitucionalização do reino, com a restauração da monarquia portuguesa, mas sob a hegemonia de uma constituição e de um parlamento, formado pelas Cortes. Entretanto, a recuperação econômica de Portugal passaria, necessariamente, pela recuperação de sua hegemonia sobre o Brasil, neutralizando as transformações impostas pela vinda da família real e, na prática, reconduzindo o Brasil à antiga condição de colônia. Dessa forma, alguns afirmam que a Revolução do Porto era, ao mesmo tempo, liberal em relação a Portugal e altamente conservadora em relação ao Brasil.
4. O objetivo era conduzir o processo de independência por dentro das estruturas de poder existentes, de forma a não permitir que a luta pela independência abrisse espaço às reivindicações populares e à alteração da ordem social vigente no país, notadamente a estrutura escravista. Cabe lembrar que o exemplo da América espanhola e, particularmente, do Haiti estava muito claro e amedrontava as elites brasileiras, que desejavam que a independência não alterasse seu predomínio nem a escravidão.

Exercícios propostos

1. C
2. A dependência e o endividamento de Portugal com a Inglaterra, além da incapacidade da França de suprir o mercado português e de sua falta de interesse em defender Portugal contra eventuais represálias inglesas.
3.
 - a) Essa transferência deveu-se, diretamente, à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, dada a recusa de D. João a acatar o Bloqueio Continental imposto por Napoleão à Inglaterra.
 - b) A criação de uma série de órgãos de governo no Brasil, instituindo na antiga colônia uma estrutura de Estado; e a elevação do Brasil a Reino Unido, em 1815, rompendo de modo oficial com o *status* colonial.
4. V; V; V; V; F
5. C
6.
 - a) A abertura dos portos, em 1808, que liberou a entrada no país de produtos não advindos de Portugal, e, principalmente, os tratados de 1810 que deram aos produtos ingleses vantagens comerciais no Brasil.
 - b) Basicamente, o pagamento de alíquotas de importação menores que as pagas pelos produtos de qualquer outro país, inclusive produtos portugueses.
7. E
8. D
9. C
10. E
11. C
12. D
13. Soma: $01 + 04 + 08 + 16 = 29$
14. Entre as inovações de caráter cultural ou científico podem-se citar a criação da Biblioteca Real, hoje Biblioteca Nacional; a criação da Imprensa Régia; a vinda da Missão Artística Francesa; a criação da Academia Real Militar; o Jardim Botânico, entre outros. Quanto às transformações, podem ser citadas a abertura dos portos, o alvará de liberdade industrial, a assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra, a criação de uma estrutura de Estado no Rio de Janeiro e a própria elevação do Brasil a Reino Unido, em 1815.
15. A
16. E
17. Soma: $01 + 02 + 08 = 11$
18. A medida oficializava a nova condição brasileira, ao mesmo tempo que demonstrava que a transferência da Corte para o Brasil obedecera a interesses

que iam além da questão da invasão pela França. Afinal, naquele momento, Napoleão já havia sido derrotado, as tropas francesas já haviam sido retiradas de Portugal, não mais havendo, por esse ângulo, motivos para a permanência de D. João no Brasil.

19. C
20. O texto refere-se às pressões das Cortes portuguesas no sentido de que D. Pedro retornasse a Portugal, fato que seria decisivo no projeto de recondução do Brasil à condição de colônia.
21. A
22. C
23.
 - a) Uma relação de total dependência da economia colonial em relação à da metrópole, que tinha como traço mais marcante o monopólio comercial, além da falta de autonomia política e administrativa da Colônia.
 - b) No quadro de crise em que se encontrava a economia portuguesa, a única saída viável para sua recuperação seria contar novamente com o monopólio comercial e o livre acesso às riquezas do Brasil.
24. D
25. No aspecto social, pode-se verificar uma tentativa de fusão entre a aristocracia brasileira e a nobreza portuguesa através da prática de dar a aristocratas brasileiros títulos de nobreza e cargos na administração do Estado. Economicamente, a grande transformação é o fim do *status* colonial com a abertura dos portos e a eliminação de uma série de restrições econômicas, como a de existência de manufaturas no Brasil. No terreno político, a instalação de uma estrutura de Estado no Brasil, bem como a própria elevação do Brasil, mais tarde, a Reino Unido, romperam com a antiga condição de colônia.
26. A
27. E
28. A
29. B
30. D
31. D
32.
 - a) Porque a imprensa foi implantada no Brasil com a chegada da família real, que criou a Imprensa Régia.
 - b) Podem ser mencionadas a manutenção da escravidão e da economia agroexportadora como permanências; e a inserção do Brasil na economia capitalista como mudança.
33. Soma: $01 + 04 + 08 + 16 = 29$
34. Ao analisarmos a forma como foi conduzido o processo de independência do

Brasil, notamos que dois interesses centrais nortearam a atitude da aristocracia brasileira. O primeiro foi a preservação da ordem escravista. E o segundo foi o de impedir que a luta pela independência abrisse espaço à participação popular, de modo que esses setores passassem a reivindicar seus próprios interesses e participação política. Dessa forma, apesar de a independência constituir-se em uma luta, em tese, liberal, ela encontrou esses dois elementos fortemente limitadores. Com isso, as ideias liberais encontravam no Brasil uma impossibilidade lógica de se afirmarem. A primeira está justamente no alardeamento da palavra “liberdade” em um país de escravizados. E o segundo, no conceito de igualdade, enquanto o próprio modelo adotado no país consagrava todas as formas possíveis de desigualdade. Daí o alerta para que se restringisse ao máximo o debate político, de modo a não despertar nos setores populares e na massa escravizada qualquer interesse de luta.

Exercícios complementares

1. B
2. Essa medida significava uma opção de D. João por permanecer no Brasil, mesmo com a ocupação francesa sobre Portugal estando encerrada. Isso significa que Portugal perdeu sua condição de sede da monarquia e os privilégios do domínio sobre a antiga colônia.
3. E
4. A
5. B
6. B
7. C
- 8.
- a) O pai (branco), à frente dos demais membros da família, simboliza a autoridade e o poder dos homens sobre as mulheres na sociedade da época. O lugar ocupado pela dona de casa (branca) na fila, atrás dos filhos – fossem esses meninos ou meninas – e à frente dos escravizados, evidencia, respectivamente, seu papel de mãe dos filhos do marido e de administradora de um lar extenso. A mulher branca exercia, portanto, o domínio sobre os escravizados no espaço da casa. As redes de poder e hierarquia envolvendo a própria comunidade negra também são perceptíveis na imagem: os escravizados que aparecem com melhores vestimentas provavelmente desfrutavam uma posição vantajosa em relação aos seus pares na hierarquia social. Os pés descalços marcam a condição de escravizado, diferenciando-os dos libertos e dos livres.
- b) O governo de D. João VI proporcionou uma série de melhorias na cidade do Rio de Janeiro e beneficiou os grandes proprietários e comerciantes das

capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais que, por estarem próximos da Corte, desfrutavam de privilégios, proteção e prestígio social. A política joanina gerou um aumento significativo dos impostos para a manutenção da Corte na cidade do Rio de Janeiro, que passou a ser identificada como “nova Lisboa”, sobretudo por aqueles que habitavam as demais regiões do Brasil. Comentava-se que o Rio de Janeiro passara a sediar grupos que defendiam os interesses “portugueses”, oprimindo os “brasileiros” do restante do país. Sendo assim, o domínio político da Colônia passara de Lisboa para o Rio de Janeiro. A Revolução Pernambucana de 1817 constitui um exemplo de tal insatisfação.

9. A
10. C
11. E
12. E
13. C
- 14.
- a) A primeira tela mostra uma cena basicamente militar, com a figura de D. Pedro cercada por soldados e exercendo uma liderança hierárquica. Já a segunda tela procura enaltecer uma imagem popular de D. Pedro.
- b) Em ambas as telas, D. Pedro é retratado como líder incontestável no processo de ruptura com Portugal.

Capítulo 6 – A montagem do Estado brasileiro

Revisando

1. Embora ambas apresentem uma característica elitista e aristocrática, preservando os privilégios das elites agrárias e mantendo a ordem escravista, há duas diferenças fundamentais entre os dois textos. O projeto de 1823 era claramente centrado nos interesses da aristocracia brasileira. Concentrava o poder no Legislativo, o qual seria monopolizado por ela através do voto censitário ao mesmo tempo em que retirava do imperador qualquer poder efetivo. Mais do que isso, garantia às várias províncias certa autonomia, ante o poder central, permitindo aos vários setores dessa aristocracia um controle ao menos de seus interesses locais. Ao fechar a Constituinte e impor uma constituição, D. Pedro I procurou assegurar o seu controle sobre o poder. A criação do Poder Moderador deu ao imperador a possibilidade de atuar acima dos demais poderes, inclusive o Legislativo. Ao mesmo tempo, essa constituição retirou qualquer autonomia das províncias, concentrando todo o poder na figura do imperador.

2. A expressão pode ser entendida em dois aspectos. Em um sentido mais estrito, a presença de D. Pedro I no trono, com suas óbvias inclinações e vínculos com os interesses portugueses, sempre foi vista como um risco de recolonização do Brasil. Outra possibilidade de interpretação da expressão pode ser encontrada no caráter por meio do qual se deu a luta pela independência. Para os vários setores da aristocracia brasileira, a independência era a forma de criar um Estado que assegurasse seus interesses e seu domínio. Na visão desses setores, D. Pedro I, valendo-se do poder Moderador e da rígida centralização, usurpou esse poder, retirando das elites o controle do poder central e mesmo de seu poder meramente regional. Sua derubada representou, portanto, para as elites agrárias do país, a forma de atingir seus objetivos de 1822.
3. Há um forte componente liberal no Ato Adicional. Aspectos como a eleição do regente pelos eleitores e não mais pela Câmara, o mandato temporário e o próprio caráter federativo da organização política, com o aumento da autonomia das províncias, são manifestações que fletam com o ideário liberal que teve no modelo dos Estados Unidos, criado em 1787, sua inspiração no continente. Tratou-se, efetivamente, de uma experiência liberal, com fortes inclinações republicanas, experiência frustrada pela instabilidade decorrente da descentralização política gerada pelo Ato.
4. A instabilidade que marcou o Período Regencial representou uma ameaça aos interesses da aristocracia dominante. As revoltas populares e/ou separatistas ameaçavam a unidade territorial e a própria estrutura social aristocrática e escravista. Assim, mesmo setores dessa aristocracia que antes clamaram por uma maior descentralização e por um regime liberal passaram a defender um retorno à centralização e a um Estado forte, o que só poderia ser obtido com a restauração da monarquia.

Exercícios propostos

1. C
2. Soma: $04 + 16 = 20$
3. Esses artigos estabelecem um regime centralizador, no qual o autoritarismo do imperador era escudado no poder Moderador e na absoluta ausência de autonomia das províncias. Mais do que isso, a forma monárquica afastava as possibilidades de disputa pelo poder, melhor atendendo, assim, ao conservadorismo e ao elitismo que marcou a estrutura política brasileira após a independência.
4. D
5. D
6. D

7. E
 8. D
 9.
 a) Era o poder de uso pessoal e exclusivo do imperador, que lhe dava a possibilidade de atuar acima dos outros três poderes. Na prática, era o instrumento de poder absoluto do imperador.
 b) A Confederação do Equador foi o maior movimento de reação à ordem estabelecida pela Constituição de 1824. Eclodindo em Pernambuco, alastrou-se por todo o Nordeste, gerando um governo republicano e federativo.
10. D
 11. A
 12. C
 13. D
 14. C
 15. A
 16. D
 17.
 a) A Constituição de 1824 determinou o voto indireto e censitário, ou seja, era excluído em relação às regras eleitorais.
 b) Podem ser mencionados os altos gastos com repressão a movimentos e envolvimento em conflitos, prejudicando a economia do Brasil, e sua política autoritária.
18. Trata-se do período imediatamente após a queda de D. Pedro, quando o caráter transitório da Regência abria espaço para que todas as reivindicações populares e provinciais, esmagadas pelo autoritarismo do Primeiro Reinado, viessem à tona.
19. A
 20. A
 21.
 a) Início do Período Regencial.
 b) O Restaurador é partidário da monarquia e os Moderados defendem a implantação da república.
 c) O jornal afirma que o modelo federativo levaria ao enfraquecimento do poder central, abrindo espaço para que as elites dominassem de modo total suas respectivas regiões.
22. D
 23. E
 24. D
 25. B
 26. C
 27. A
 28. A
 29. A
 30. C
 31. Bernardo Pereira de Vasconcelos foi um dos líderes da luta contra D. Pedro, luta essa que se havia caracterizado por uma

postura antiabsolutista, incorporando claros elementos do liberalismo. Assim, Bernardo traduzia, naquele momento, um anseio liberal que estava também presente em grande parte da aristocracia. Entretanto, essa aristocracia, ao se ver defrontada com a agitação social, decorrente da descentralização que marcou o início da Regência, rapidamente abandonou qualquer sonho liberal e passou a preconizar um retorno ao centralismo que havia caracterizado o Primeiro Reinado. Dessa forma, o discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos apenas traduz essa postura regressista da aristocracia brasileira, assustada ante a agitação que marcou a Regência.

32. A

Exercícios complementares

1. E
 2. C
 3. D
 4. D
 5. E
 6. B
 7. C
 8. A
 9. E
 10. D
 11.
 a) O episódio descrito no texto ficou conhecido como a Revolta dos Malês, que teve a participação de uma maioria de negros muçulmanos.
 b) Os africanos trazidos ao Brasil entre os séculos XVI e XIX procederam de duas grandes regiões distintas. Os povos sudaneses, que desembarcaram em maior quantidade na Bahia, eram provenientes da África Ocidental, da grande região do Golfo da Guiné ou Costa da Mina ou, ainda, Costa do Ouro, onde atualmente se localizam Gana, o Benin, a Nigéria e a Guiné, entre outros países. Já os povos bantus eram provenientes das atuais regiões do Congo e de Angola.
 c) A islamização de populações habitantes da África Norte ocidental foi feita a partir do século XI pelo contato delas com os mercadores árabes e berberes (viajantes do deserto do Saara). No século XVI, início do tráfico de escravizados para o Brasil, era o Reino Songai, atual República do Mali (daí uma das possibilidades para a origem do termo “malê”), que dominava todo o vale do rio Níger, região original das populações islâmicas (principalmente haussás e nagôs) que chegaram ao Brasil.
12.
 a) Entre as características do Período Regencial podem ser destacadas a instabilidade política, na qual emergiam projetos de natureza diversa, como o republicanismo,

a presença de restauradores, os embates entre liberais e conservadores e também o separatismo.

- b) Pode-se escolher qualquer uma das revoltas do período. A resposta mais comum leva à escolha da Revolta Farroupilha, com seu republicanismo e desejo de autonomia regional.
13. E
 14. D

Capítulo 7 – O Segundo Reinado

Revisando

1. O parlamentarismo foi criado na Revolução Gloriosa na Inglaterra como um instrumento de combate ao absolutismo. Nele, o Parlamento, visto como expressão da vontade da nação, uma vez que é formado por representantes eleitos da nação, tem a supremacia sobre o rei, considerado como um mero executor dessa vontade.
 No Brasil, a existência do Poder Moderador inverte esse processo. Por ele, o imperador pode nomear o ministro que quiser, formar o gabinete que desejar, e as eleições controladas e fraudadas permitem que o partido no poder imponha uma maioria no Parlamento, de modo que a supremacia caiba aos poderes Executivo e Moderador, subordinando a composição do Legislativo aos seus interesses.
2. O estímulo à vinda de imigrantes foi inicialmente fruto da dificuldade desse novo setor emergente em obter escravizados, dado o seu alto custo e a imobilização de capital que se fazia na sua compra. Posteriormente, com o declínio da escravidão e a escassez de mão de obra livre, o imigrante foi a forma escolhida para suprir a mão de obra necessária ao trabalho agrícola.
3. Principalmente a riqueza gerada pelo café, a qual possibilitava um desafogo econômico do governo brasileiro e uma menor dependência em relação à Inglaterra. Cabe lembrar que, com a Guerra do Paraguai e o aumento do endividamento do Brasil com os ingleses, essa tentativa de uma maior autonomia foi frustrada.
4. Em primeiro lugar, há o inegável expansionismo paraguaio, intensificado no governo de Solano López, com seu projeto de criação do Paraguai Maior, com a incorporação de áreas do Brasil, da Argentina e de todo o Uruguai. Também deve ser considerada a atitude imperialista brasileira, visando assegurar sua hegemonia no continente e impedir qualquer alteração que ponha em risco essa hegemonia.
 Por fim, deve ser salientado o interesse inglês de assegurar seu predomínio na região, fomentando uma guerra que, ao

mesmo tempo que deteria o crescimento interno do Paraguai, traria de volta sua influência sobre o regime brasileiro, ameaçada desde o início da década de 1860.

5. A defesa de um regime federativo, no qual as então províncias se tornariam partes integrantes de uma federação, claramente inspirada no modelo dos Estados Unidos, foi fundamental para que os republicanos buscassem apoio nas elites das províncias menores, afastadas do poder central na monarquia e sem qualquer autonomia diante da rígida centralização imposta pelo regime monárquico. Assim, a bandeira da autonomia regional, transformando as províncias em Estados autônomos, foi um dos principais elementos propagandísticos do republicanismo.

Exercícios propostos

1. B
2. A
3. D
4. A
5. A
6. C
7. Soma: $01 + 02 + 08 + 16 = 27$
8. D
9. D
10. B
11. D
12. D
13. Essas dificuldades decorreram da luta por parte de setores populares e mesmo de elite, em busca de maior autonomia ou de melhores condições de vida. Tal luta manifesta-se em movimentos separatistas liderados por elites locais, como a Farroupilha, ou em movimentos populares como a Sabinada ou, mais tarde, a Revolução Praieira.
14. Trata-se da Revolução Praieira, cujos fundamentos se encontram na luta tanto popular quanto de setores da elite pernambucana contra a crise econômica, o predomínio ainda de portugueses sobre o comércio local, o latifúndio, a miséria, a excessiva centralização e contra o Poder Moderador.
15. A
16. E
17. C
18. B
19. C
20. C
21. B
22. E
23. A
24. C
25.
 - a) Pelas próprias condições de vida do escravizado, as quais geravam um alto

índice de mortalidade e uma baixa expectativa de vida. Além disso, uma forma comum de resistência à escravidão foi a prática do aborto por parte de mulheres escravizadas.

- b) A utilização do imigrante em regime de parceria.
26. C
27.
 - a) O comércio ilícito ao qual Mauá refere-se é evidentemente o tráfico negreiro.
 - b) A Lei Eusébio de Queirós de 1850.
 - c) É evidente que esse não foi o único motivo. Na verdade, o impulso que o Brasil conheceu no Segundo Reinado deve-se a uma série de fatores, mas, principalmente, aos capitais gerados pelo café, parte dos quais puderam ser investidos nessa diversificação econômica.
28. Os imigrantes, originalmente trazidos para o trabalho agrícola, acabaram constituindo-se na origem da mão de obra urbana no Brasil. Isso se explica pelo fato de o trabalho industrial já ser uma realidade na Europa, o que fazia com que esses setores já o conhecessem e estivessem habituados às suas regras e características.
29. A
30. B
31. D
32. Soma: $02 + 04 + 08 + 16 = 30$
33. B
34. E
35. E
36. A
37.
 - a) O Brasil ainda mantinha uma estrutura agrária, escravista e fortemente dependente do mercado externo, ao passo que o Paraguai apresentava um processo de desenvolvimento autônomo, iniciando a industrialização e desvinculado dos interesses ingleses.
 - b) Não interessava à Inglaterra o desenvolvimento paraguaio, o qual poderia ameaçar o controle inglês sobre o mercado sul-americano.
38. C
39. E
40. D
41. C
42. Além das disputas políticas no Uruguai, havia o interesse de setores políticos argentinos, com apoio do Partido Blanco no Uruguai, de recriar o antigo Vice-Reino do Prata, com a fusão entre os dois países. Com isso, além do óbvio aumento do poderio argentino, criar-se-ia um novo panorama no qual o Prata, fundamental para o comércio com o interior da América do Sul, passaria a ser um rio interno ao território argentino, inviabilizando a navegação brasileira. Conforme

o risco de incorporação do Uruguai à Argentina aumentava, verificava-se uma intervenção militar brasileira na região.

43. B
44. A
45. E
46. A
47. E
48. D
49. D
50. C
51. E
52. C
53. E
54. A
55. E
56.
 - a) O autor aborda a Guerra do Paraguai como uma agressão violenta de um país poderoso e imperialista sobre outro, fraco e heroico em sua resistência.
 - b) A própria dificuldade do Brasil em derrotar o Paraguai serviu como evidenciador da incapacidade do regime monárquico, alimentando as críticas contra o regime brasileiro.
 - c) Porque existia a dificuldade em se ampliar o Exército brasileiro; porém, escravizados não podiam ser incorporados a ele, a menos que se desse a alforria ao escravizado, o que seria extremamente caro e inviável. Com isso, o exército passou a impulsionar o movimento abolicionista.
57. E
58. As velhas aristocracias eram escravistas na medida em que desejavam manter o *status quo* de grandes propriedades e mão de obra escrava. Por outro lado, os setores emergentes eram antiescravistas, mas não necessariamente desejam uma mudança profunda na sociedade. A luta pela abolição dos escravizados era uma bandeira usada pelos setores emergentes que desejam exercer o papel de protagonista na política do país. Ou seja, o fim da escravidão significou o relativo fim do poder político das velhas aristocracias e, conseqüentemente, da monarquia.
59. D
60. A
61. A monarquia era um regime político criado pelas elites tradicionais escravistas e a serviço dos interesses dessas elites. No entanto, é preciso destacar o aparecimento da elite cafeeira do Oeste Paulista e sua nova postura social e econômica, utilizando a mão de obra livre, investindo seus capitais excedentes em atividades como a indústria e constituindo-se cada vez mais na nova elite econômica do país. Esse novo poder

econômico vai confrontar o fato de o poder político continuar nas mãos das velhas elites escravistas. Essa oligarquia paulista passa a lutar pelo poder e faz uso da questão abolicionista como uma arma política contra a monarquia e as elites tradicionais. A partir do final da Guerra do Paraguai, a monarquia foi perdendo sucessivamente o apoio do Exército, da Igreja, dos intelectuais e dos setores médios, até que só lhe restasse o apoio dos senhores de escravizados. Assim, a Lei Áurea fez com que essa camada também se descontentasse com o regime. Desse modo, a queda da monarquia tornou-se inevitável.

Exercícios complementares

1. D
2. No Brasil, o imperador era peça-chave do sistema parlamentarista; na Inglaterra, o rei desempenhava papel meramente formal. Também no Brasil, as eleições para Câmara dos Deputados eram, geralmente, resultado da escolha do presidente do Conselho de Ministros, feita pelo imperador; na Inglaterra, a indicação do primeiro-ministro era fruto do processo eleitoral.
3. D
4. C
5. D
6. Trata-se de uma visão oficialista, ligada a órgãos que saudavam a restauração da monarquia, em substituição ao regime regencial, marcado por profunda instabilidade. A expressão “por graça de Deus” era bastante comum, justificando-se também pela estreita aliança entre a Igreja e o Estado no Brasil e o fervor religioso entre a população, decorrente da forte influência da mesma. Quanto à expressão “unânime aclamação dos povos”, ela omite o fato de que a coroação do imperador decorreu de manobras políticas do Partido Liberal que conduziu o chamado Golpe da Maioridade, manobra que antecipou a maioria civil do imperador para 15 anos, sob o pretexto de que sua coroação promoveria a estabilidade política, diante das agitações que marcaram o Período Regencial. As expressões “Imperador Constitucional” e “defensor perpétuo do Brasil” devem-se ao fato de a Carta Magna de 1824 definir a monarquia constitucional como forma de governo e o caráter vitalício do regime monárquico. Além disso, desde a aclamação de D. Pedro I, esse título de defensor perpétuo do Brasil ficou incorporado à figura do imperador.
7.
 - a) Podem ser citadas, por exemplo, o fim do tráfico negreiro, que liberou capitais que antes ficavam imobilizados na compra de escravizados para serem investidos, e os lucros gerados pelo café, o que

ampliou em muito a disponibilidade de capitais no país.

- b) A iluminação pública no Rio de Janeiro e os investimentos na modernização dos portos, entre vários outros.
8. C
9.
 - a) Porque os primeiros imigrantes vindos para o Brasil esperavam encontrar aqui uma vida de boas oportunidades, bem melhor do que a que enfrentavam nos seus países de origem, pois eram seduzidos por falsas propagandas. Quando aqui chegavam eram, em sua maioria, sujeitos à exploração e desmandos de latifundiários que preservavam uma mentalidade escravocrata.
 - b) Em decorrência da demanda por mão de obra na lavoura cafeeira em processo de expansão e da publicação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico negreiro africano para o Brasil, ambos em meados do século XIX, os imigrantes vieram atender a essa demanda, sendo fundamentais para a implementação do trabalho livre em substituição ao escravismo e a consequente modernização das relações de trabalho. Mais tarde, também foram fundamentais no processo de industrialização, sendo alguns na condição de empreendedores e a maioria como operários.
10. C
11. Soma: $02 + 04 + 08 = 14$
12. A política imigratória respondia tanto ao problema da mão de obra afetada pelo fim do tráfico de escravizados como à questão racial, incorporando imigrantes brancos (europeus) como forma de modificar o padrão racial do povo brasileiro (branqueamento). Relaciona-se também com a formação e ampliação do mercado consumidor interno.
13. A
14. D
15. A
16. A
17. C
18. C
19. E
20. A
21. A
22. D
23. B
24. D
25. B
26. C
27. B
28.
 - a) O regime monárquico de governo e o centralismo político-administrativo, sem autonomia para as províncias. Pode-se mencionar ainda o “parlamentarismo às

avessas”, no qual o imperador escolhia o primeiro-ministro, com a complacência dos partidos (Liberal e Conservador) que se revezavam no poder.

- b) Expansão da cafeicultura, principalmente no Oeste Paulista, crescimento do trabalho livre aliado ao declínio do escravismo, um surto industrial associado ao processo de modernização e urbanização.

Frente 2

Capítulo 5 – O Antigo Regime

Revisando

1. Há vários pontos de convergência entre ambos os movimentos, não tanto no plano das ideias em si. Afinal, as reformas foram responsáveis por um resgate de vários aspectos do pensamento teocêntrico medieval que o Renascimento buscou superar. Entretanto, a grande influência do Renascimento está na sua própria existência: pela primeira vez durante séculos ousou-se criticar dogmas católicos, ou seja, o Renascimento cultural foi responsável por criar um ambiente cultural no qual a Igreja poderia ser questionada.
2. Em primeiro lugar, a teologia pregada por Lutero não era, de modo algum, revolucionária no sentido social do termo. Sua própria defesa teológica da resistência passiva dos cristãos leva Lutero a não endossar movimentos violentos de negação à ordem vigente. Em uma análise mais fria, observamos que Lutero teve a alta nobreza alemã como sua aliada, aliança que não sobreviveria a qualquer manifestação dele em apoio a reivindicações e lutas camponesas.
3. Chamamos de mercantilismo a política econômica adotada pelas monarquias absolutistas europeias, consistindo em uma série de leis, práticas, ações diretas, regulamentações aplicadas pelo Estado. Nesse sentido, o rei é o sujeito, na medida em que é quem aplica essas ações. Ao mesmo tempo, toda essa ação econômica da monarquia tinha como objetivo fundamental seu próprio fortalecimento, ou seja, objetivava basicamente os interesses reais.
4. A origem da *mita* está ligada a uma forma de servidão coletiva imposta pelo Império Inca aos povos por ele dominados. A *mita* consistia na obrigação das várias aldeias sob o domínio do Império Inca de cederem a ele um determinado número de trabalhadores para trabalhar em qualquer obra e em qualquer lugar determinado pelo Império. Ao derrotar os incas e tornarem-se os senhores dos vários povos então dominados por ele, os espanhóis utilizaram-se dessa forma de mão de obra, a qual se constituiu na forma de trabalho típica na mineração.

Em que pese sua violência, responsável por um verdadeiro genocídio entre as populações nativas, a *mita*, em termos conceituais, não pode ser considerada como escravidão, mas sim como servidão coletiva.

5. Ambos eram órgãos de administração local, voltados às questões específicas das comunidades locais (vilas, cidades etc.). Entretanto, no caso do Brasil, a participação nas Câmaras era aberta aos chamados "homens bons" (senhores de terra e de escravos, grandes comerciantes), enfim, colonos. Já na América espanhola, mesmo nos *cabildos*, a participação era restrita à elite de nobres funcionários da Coroa espanhola, os *chapetones*, retirando da elite *criolla* qualquer acesso às decisões tomadas, mesmo que fossem locais.
6. Em uma época de forte efervescência religiosa, seria impensável um protestante assumir o trono em um país majoritariamente católico, como a França. Ao se converter ao catolicismo, Henrique IV efetuou um movimento de aproximação com a nobreza católica para que fosse aceito como rei. Nove anos depois, pelo Edito de Nantes, estabeleceu a paz com os protestantes, assegurando-lhes direitos militares e aos cultos religiosos. Outra forma de interpretar sua frase está na compreensão demonstrada por ele de que os assuntos religiosos estavam subordinados a interesses políticos.
7. Em termos religiosos, Elizabeth restaurou o anglicanismo, impondo seu controle sobre a Igreja e eliminando definitivamente o poder de Roma no país. A estruturação de um Estado organizado, com cargos administrativos e militares, permitiu-lhe atrair a nobreza para esses cargos, tornando-a dependente da monarquia e eliminando focos de reação. Por fim, o intenso desenvolvimento econômico do período por meio do comércio, navegação, pirataria, colonização e manufaturas não apenas garantiu certa proximidade com a nascente burguesia como também dotou o Estado de recursos que possibilitaram seu fortalecimento.
8. A Magna Carta, embora fruto de um movimento de nobres, foi responsável por criar uma tradição liberal na Inglaterra, segundo a qual o rei deve prestar contas aos representantes da nação. Essa visão permeou toda a história inglesa a partir desse fato, tendo sido decisiva nas chamadas revoluções inglesas. Ao se opor a Carlos I, por exemplo, o Parlamento encaminhou-lhe a Petição de Direitos, que nada mais era do que uma exigência de que o rei respeitasse os direitos já assegurados ao Parlamento desde a Magna Carta. A própria Declaração de Direitos, documento máximo da Revolução Gloriosa, nada mais é do que

um resgate de princípios que vinham desde a Magna Carta.

Cabe lembrar que o próprio nome do movimento, Revolução Gloriosa, expressa um desejo de celebrar o resgate de uma tradição cara ao pensamento político inglês: a monarquia limitada pelo Parlamento, tradição que se mantém até hoje.

Exercícios propostos

1. Soma: $02 + 04 + 08 + 16 + 64 = 94$
2. C
3. C
4. B
5. D
6. D
7. C
8. A
9. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 = 15$
10. Soma: $01 + 02 + 32 + 64 = 99$
11.
 - a) O Renascimento, ao se constituir no primeiro movimento intelectual a questionar a postura e os dogmas da Igreja, abriu a perspectiva para que outras interpretações da própria fé surgissem na Europa. Nesse contexto, a reforma de Lutero foi o exemplo maior dessa relação.
 - b) Em grande parte, o poder da Igreja Católica assentava-se sobre a unidade da fé, a qual só poderia ser garantida caso não fosse permitida qualquer forma de livre pensamento discordante dos dogmas da Igreja.
12. D
13. B
14. B
15. B
16. C
17. V; F; V; V; F
18. E
19. E
20. B
21. E
22. D
23. A
24. D
25. C
26. C
27. A
28. Soma: $01 + 04 + 08 + 32 = 45$
29. C
30. E
31. D
32. D
33. E
34. D
35. A colonização inglesa foi de caráter ocupacional, tipificando colônias de povoamento, com uma relativa autonomia

administrativa e com um pacto colonial pouco rígido. Sua função básica foi a de receber os desajustados da Inglaterra (condenados, desocupados e dissidentes políticos e religiosos), aliviando as tensões sociais na metrópole. Já a colonização espanhola deu-se através do estabelecimento de colônias de exploração, centradas na atividade mineradora. A presença do Estado espanhol foi grande e o pacto colonial foi rigidamente imposto. Sua função básica foi transferir renda para a metrópole.

36. C
37. D
38. B
39. A
40. C
41. C
42. No século XVII, em razão da expansão ultramarina e da montagem dos primeiros Impérios Coloniais, a Itália, enquanto expressão geográfica, sofreu um acentuado declínio econômico pelos seguintes motivos: o eixo econômico europeu deslocou-se do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico; o avanço dos turcos otomanos dificultou sobremaneira as condições de navegação e comércio dos europeus pelo Mediterrâneo, área privilegiada de atuação itálica, além de bloquear as tradicionais rotas comerciais com o Oriente; a Itália não se constituiu em Estado nacional e as cidades italianas exauriram-se em guerras internas inócuas; e a tradicional organização da produção manufatureira das cidades italianas em corporações de ofício mostrou-se inadequada para as novas condições advindas com o estabelecimento da economia-mundo. No mesmo período, a Espanha, mesmo contando com as riquezas minerais da América, tendo uma economia primária e não diversificada, acabou transferindo a maior parte dessas riquezas a seus vizinhos: França, Holanda e Inglaterra, através de constantes déficits em sua balança comercial. Também a árdua luta dos reis espanhóis da Dinastia Habsburgo contra a Reforma Protestante esgotou progressivamente os recursos do país, enquanto a falência de seu projeto de hegemonia sobre a Europa (especialmente durante os reinados de Carlos V, 1516-1556, e de Felipe II, 1556-1598) representou uma sangria adicional, que a exploração colonial da América não pode estancar. No século XVII, tanto a Inglaterra como a Holanda deram início à sua expansão colonial, feita em detrimento da navegação e das possessões espanholas; a Holanda (antiga região norte dos Países Baixos espanhóis), dirigida politicamente por ricos comerciantes e armadores, transformou-se na maior potência naval europeia (a tonelagem de sua marinha mercante correspondia a 60% do total europeu). No

mesmo período, a Inglaterra liquidou o Estado absolutista e os privilégios da nobreza, passando ao controle político da burguesia, que impulsionou seu desenvolvimento manufatureiro e comercial.

43. D

44. E

45. D

46. D

47. E

48.

- a) Manter o poder para assegurar a ordem e o bem-estar no reino, mesmo que para isso deva praticar o mal, se necessário. Trata-se da formulação da teoria de que “os fins justificam os meios”, que no Estado absolutista foi traduzida pela “razão de Estado”, justificando todas as atitudes do rei.
- b) Segundo Maquiavel, o príncipe não deve se desviar do caminho do bem. Contudo, na medida em que o bem social só será garantido com um poder forte e centralizado, o príncipe deve estar pronto para agir por mal se isso for necessário para manter a ordem. Essa é a ideia essencial contida em “agir bem, se possível, fazer o mal, se necessário”.

49. E

50. D

51. C

52. C

53. D

54. A prática do Estado absolutista foi a de garantir os privilégios da nobreza, ao mesmo tempo em que proporcionava um amplo crescimento econômico, beneficiando assim a burguesia.

55. Soma: $01 + 08 = 09$

56. O mercantilismo foi a política econômica empregada pelas monarquias europeias para o seu fortalecimento. A riqueza gerada pela atividade mercantil permitiu às monarquias absolutistas europeias os recursos necessários para seu fortalecimento. Por outro lado, dentro dessa atividade mercantil, as colônias ocuparam um papel fundamental, pelas extraordinárias riquezas geradas para as metrópoles.

57. D

58. B

59. Luís XIV herdou um país dividido por conflitos religiosos, sociais (as frondas da nobreza ou dos burgueses) e externos (Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648). Em seu longo reinado (1643-1715), impôs o catolicismo como religião oficial; submeteu a nobreza recolhendo-a a Versalhes; pacificou a burguesia, abrindo-lhe acesso a cargos importantes no governo; e impulsionou a expansão colonial e transformou a França na potência hegemônica da Europa, caracterizando uma época de notável prosperidade econômica, que favoreceu a consolidação do Estado absolutista.

60. As Guerras de Religião representavam um setor da sociedade francesa, no caso, os protestantes, majoritariamente burgueses, lutando contra o poder real, impedindo assim o pacto social que tornou possível o absolutismo. Ao mesmo tempo, o rei, para se impor sobre esse setor, foi obrigado a ceder espaço político a famílias nobres, em troca de apoio. Não por acaso, o absolutismo na França só se consolida após o término das Guerras de Religião.

61. O rei Henrique IV, primeiro rei da Dinastia Bourbon, concedeu liberdade de culto aos protestantes por meio do Editó de Nantes, acabando com as Guerras de Religião na França e eliminando a oposição representada pelos protestantes.

62. B

63. A

64. C

65. Ela significou a eliminação de todo um setor de nobreza opositor ao poder real, além de, através do casamento, estabelecer a aliança entre a nobreza e a monarquia, contribuindo para o definitivo fortalecimento do poder real.

66. Henrique VIII criou a Igreja Anglicana, eliminando o poder da Igreja Católica na Inglaterra e confiscando-lhe as terras, as quais puderam ser usadas como instrumento de aliança com a nobreza. Outro aspecto seria o intenso desenvolvimento comercial que deu à monarquia os recursos necessários para a consolidação do Estado.

67. Na França, o absolutismo manifestou-se em sua forma clássica, sem que existisse qualquer canal de participação política que pudesse, mesmo que formalmente, limitar o poder do rei. Na Inglaterra, ao contrário, o absolutismo teve de conviver com a existência do Parlamento, o qual acabou constituindo-se em um instrumento pelo qual a burguesia passou a lutar pelo poder. O fim do absolutismo na Inglaterra deu-se através do *Bill of Rights*, o qual mantinha a monarquia, mas limitava o poder do rei justamente por meio do Parlamento.

68. C

69. E

70. B

71. Soma: $04 + 08 + 16 = 28$

72. D

73. E

74. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 + 32 = 47$

75. A

76. Embora tenha surgido a partir de uma rebelião da nobreza, que buscava assegurar para si uma série de regalias, a Magna Carta acabou criando o princípio básico que norteou a partir daí o liberalismo inglês, sendo que o povo deve estar representado no Estado por

meio de indivíduos eleitos; sem essa representação, qualquer poder é considerado ilegítimo.

77. O liberalismo de Locke baseou-se na experiência da Revolução Gloriosa, tendo por princípio básico a ideia de que a legitimidade do poder só existe se ele contiver canais de participação do povo. Esse é o princípio central usado pelo pensamento iluminista em oposição ao absolutismo.

Exercícios complementares

1.

a) No combate às heresias medievais, a igreja utilizou-se da Inquisição das Cruzadas e do rígido controle ideológico sobre a sociedade, tendo na Inquisição seu principal instrumento.

b) As mudanças estruturais ocorridas entre a Baixa Idade Média e o início da Idade Moderna, como, por exemplo, o desenvolvimento comercial e urbano e o surgimento de novas elites econômicas, propiciaram o questionamento das interpretações que a Igreja fazia do cristianismo. Além disso, a corrupção do clero e particularidades regionais também contribuíram para o fortalecimento tanto do luteranismo quanto do calvinismo. O luteranismo contou ainda com o apoio da nobreza alemã, interessada em ampliar seus poderes políticos e econômicos, enquanto o calvinismo foi favorecido por burguesias locais que questionavam a mentalidade católica.

2.

a) O fato de esses conflitos ocorrerem mais por motivos políticos do que religiosos, como destaca John Locke no texto.

b) A prática da intolerância religiosa. Na época da Reforma Protestante, a Igreja Católica buscou combater o avanço do protestantismo com medidas que incluíram a reativação da Inquisição. Na atualidade, a intolerância religiosa tem como alvo diferentes religiões, como as diversas vertentes do cristianismo.

3. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 = 15$

4. B

5.

a) No âmbito político, favoreceu o fortalecimento da autoridade real em decorrência do enfraquecimento da Igreja Católica e ocorreram violentos conflitos religiosos envolvendo católicos e protestantes que influenciaram eventos como a migração de puritanos para as Treze Colônias Inglesas, a fundação da França Antártica no Brasil por huguenotes e os conflitos envolvendo os reis Habsburgos. No âmbito religioso, promoveu o segundo grande cisma no interior da cristandade devido ao advento do protestantismo.

b) No âmbito socioeconômico, o calvinismo, por meio da Teoria da Predestinação,

- ao estabelecer a salvação condicionada à acumulação material, contribuiu para ajustar a moral cristã ao capitalismo nascente. O calvinismo foi rapidamente incorporado pela burguesia por justificar moralmente a acumulação primitiva de capital.
- 6.
- a) Segundo o texto, para Lutero, o ser humano, por seus próprios esforços, não faria jus a salvação eterna, ficando dependente de sua fé na misericórdia divina.
- b) No que se convencionou chamar “Contrarreforma”, a Igreja Católica promoveu o combate ao protestantismo pela ação da Companhia de Jesus nos campos da catequese e da educação, por meio da Inquisição (Tribunal do Santo Ofício) e pela censura imposta no Índice dos Livros Proibidos (*Index*). No Concílio de Trento, a Igreja reviu e reafirmou os dogmas católicos e procurou reorganizar e moralizar o clero.
- 7.
- a) A manutenção da balança comercial favorável.
- b) Graças ao monopólio metropolitano sobre o comércio colonial, a metrópole mantinha uma balança comercial favorável em relação à colônia, o que favorecia a acumulação primitiva de capitais na Europa.
8. D
9. E
- 10.
- a) Mercantilismo.
- b) Metalismo, balança comercial favorável, protecionismo, monopólios estatais, intervencionismo do Estado na regulamentação da economia e exploração de colônias (Sistema Colonial).
11. C
12. C
13. D
14. Soma: $01 + 04 + 08 = 13$
15. D
16. E
17. B
18. A concepção é conhecida como absolutismo real e baseava-se na autoridade suprema do rei, sem qualquer limitação legal a esse poder. Essa autoridade sustentava-se sobre o apoio da nobreza e da burguesia e sobre uma ideologia que pregava esse poder como sendo de origem divina.
19. A
20. B
21. C
22. C
23. A
24. D

25. A
26. A decretação os Atos de Navegação (1651) determinou que o transporte de produtos importados pela Inglaterra deveria ser feito apenas em navios ingleses ou pertencentes aos países de origem dos respectivos produtos, ampliando o processo de acumulação de capitais. Algumas ações políticas da República Puritana:
- dissolução do Parlamento;
 - supressão da Câmara dos Lordes;
 - vitórias militares contra a Holanda e a Espanha;
 - submissão da Irlanda e da Escócia, outra vez, à Inglaterra;
 - confisco e leilão das terras pertencentes à Igreja Anglicana e aos nobres que apoiaram o rei;
 - autoproclamação de Cromwell como Lorde Protetor das Repúblicas da Inglaterra, Escócia e Irlanda.
27. E
28. C
29. B
30. Podem ser citados como aspectos dessa desagregação: as transformações no campo, como os cercamentos (expropriação dos camponeses tradicionais); o crescimento comercial e manufatureiro de Londres, atraindo populações rurais; a proliferação de seitas protestantes que procuravam se desvencilhar das tradicionais relações senhoriais.
31. E

Capítulo 6 – O fim do Antigo Regime e a montagem do mundo burguês

Revisando

1. Os cercamentos significaram a ocupação dos campos por nobres e burgueses nobilitados, transformando-o em pastagem para a criação de ovelhas. Não apenas geraram o estabelecimento de uma estrutura produtiva de matéria-prima para a manufatura, como provocaram o êxodo rural, introduzindo nas cidades inglesas uma massa de miseráveis e famintos, que se constituirá em mão de obra abundante e barata, origem do proletariado urbano inglês.
2. “Todos os dias o apito pungente da fábrica... casebres acanhados... feito baratas...”. Jornada extensa, controle de produção, maus tratos, regulação das horas de comer e de necessidades, exploração infantil e de mulheres com menores salários.
3. Há dois aspectos a serem considerados. Um deles é o fato de que o clero desfrutava de inúmeros privilégios sociais e econômicos na França, gozando do mesmo *status* social da nobreza e ainda detendo imensas quantidades de terras,

- isentas de impostos. Mais do que isso, é preciso compreender a aversão do Iluminismo aos mecanismos de pensamento impostos pelo clero, totalmente baseados na religião e nas tradições, vistos pelos iluministas como os inimigos do pensamento racional que deveria ser a única guia para o conhecimento.
4. Ao encaminharem ao Parlamento inglês a exigência de revogação das leis, os colonos utilizaram a alegação de que não aceitavam leis formuladas por um Parlamento no qual não estavam representados. Essa atitude é típica do pensamento liberal que deu origem à Revolução Gloriosa e ganhou corpo com o Iluminismo do século XVIII, segundo o qual o poder é a expressão da vontade dos governados, só sendo, então, legítimo se estes puderem participar de suas decisões por meio de seus representantes.
5. Podemos citar alguns exemplos, entre eles: o caráter estamental dessa sociedade e o fato de a nobreza e o clero serem estamentos privilegiados; o fato de caber à burguesia e às camadas populares toda a carga tributária; a vigência de uma monarquia absoluta; a legitimação do poder absoluto do monarca por meio da teoria do direito divino; o caráter consultivo e não deliberativo da Assembleia dos Estados Gerais; a concentração de poderes executivos, legislativos, judiciários e religiosos nas mãos do monarca; a subordinação da Igreja ao Estado.
6. Alguns exemplos de transformações podem ser citados, entre eles: o estabelecimento de uma monarquia constitucional; o estabelecimento de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; o fim dos privilégios; a abolição dos direitos feudais; a instituição da igualdade jurídica; o estabelecimento da liberdade de culto; o estabelecimento da liberdade de expressão; a afirmação da inviolabilidade da propriedade.
7. Podem ser mencionados: a nova constituição, estabelecendo o voto universal; a Lei do Máximo, limitando os preços dos produtos e estabelecendo punições aos sonegadores; a reforma agrária, dando terras pela primeira vez à massa de camponeses miseráveis; e o fim da escravidão nas colônias, abrindo uma possibilidade de trabalho para os milhares de desempregados parisienses.
8. O termo tem origem no golpe do 9 do Termidor, que destituiu Robespierre, durante a Revolução Francesa. Seu caráter, como um golpe burguês voltado a eliminar um governo popular, tornou o termo sinônimo de movimentos semelhantes ao longo da História, como a Guerra Civil Espanhola, na qual fascistas depuseram o governo republicano, ou o golpe que instalou a ditadura de Pinochet, no Chile, depondo o governo socialista de Salvador Allende.

9. No âmbito interno, pois Napoleão não apenas conteve as rebeliões que ameaçavam a propriedade e o lucro burgueses, como também garantiu, pela primeira vez, por meio de seu Código Civil, uma proteção estatal legal às práticas capitalistas. Externamente, além de ter neutralizado a ação de países que poderiam representar uma ameaça ao Estado burguês na França, Napoleão lutou por ampliar os mercados para a burguesia francesa, tentando reduzir a preponderância inglesa na economia europeia.
10. O Congresso de Viena resultou da ação das monarquias europeias após a derrota de Napoleão no sentido de reconstruir a velha ordem e o domínio dinástico na Europa. Assim, o termo "restauração" assume o significado de uma reconstrução da velha ordem, pautada pela retomada do mapa político europeu e dos antigos domínios dinásticos, anulando as transformações trazidas pela Revolução Francesa e a expansão napoleônica, e procurando neutralizar a influência das ideias liberais e nacionalistas do período.

Exercícios propostos

1. A
2. A
3. B
4. A
5. E
6. E
7. B
8. B
9. B
10. A
11. Soma: $01 + 02 + 08 + 16 = 27$
12. A
13. A
14. A
15. A
16. E
17. D
18. Soma: $01 + 02 + 08 + 16 = 27$
19. A
20. B
21. B
22. B
23. D
24. C
25. C
26. Soma: $01 + 04 + 08 = 13$
27.
 - a) O Estado tinha a função básica de garantir a propriedade.
 - b) Como o processo de acumulação de capital funda-se basicamente no direito de propriedade, o Estado deveria servir como um instrumento de sua legitimação. Para a burguesia politicamente

ascendente na Inglaterra, o pleno direito de propriedade e a ampla liberdade de se dedicar às atividades econômicas constituíam-se nos pilares do sucesso da acumulação de capital.

28. E
29. B
30. E
31. C
32. A
33. A
34. E
35. D
36. C
37. C
38. C
39. D
40. Ambas iniciaram a ocupação sistemática da América do Norte no século XVII, por meio da ação de Companhias de Comércio e estabeleceram colônias de exploração na área das Antilhas. Contudo, enquanto a colonização francesa logo adquiriu um caráter oficial, com a presença estatal e a vigência do pacto colonial, a inglesa, na região norte da América Atlântica, teve um caráter ocupacional, com uma fraca presença estatal, o que deu às colônias dessa área uma autonomia política e comercial. Pelo receio de que essas colônias não bloqueassem os avanços franceses em direção ao oeste e ao sul, o que ameaçaria diretamente as colônias de exploração inglesas do sul, foi que a Inglaterra persistiu nessa "negligência salutar", até 1763, ano em que conseguiu tomar o Canadá da França.
41. A
42. D
43. B
44. C
45. B
46. A
47. D
48. B
49. E
50. A
51. O Terceiro Estado, mesmo representando mais de 90% da população francesa (burguesia e povo: camponeses, servos e *sans-culottes*), sustentava o Estado francês por meio de impostos e do trabalho. O Primeiro e Segundo Estados (clero e nobreza), além de serem isentos de taxaço, recebiam regalias e pensões estatais e possuíam privilégios, formando a base de sustentação da monarquia absolutista. O que o panfleto propunha era a igualdade dos direitos políticos e civis, a fim de poder superar as estruturas arcaicas do Antigo Regime.
52. D

53. A
54. D
55. E
56. B
57. B
58. E
59. A
60. A
61.
 - a) Os principais grupos políticos rivais foram os girondinos e os jacobinos. Os jacobinos adotaram a postura defendida por Marat.
 - b) Os girondinos representavam grupos sociais que possuíam posições mais conservadoras, incluindo-se a alta burguesia, setores médios urbanos e pequenos e médios proprietários rurais. Os jacobinos, por sua vez, compunham-se de elementos da pequena burguesia intelectualizada (Robespierre, por exemplo, era advogado), que assumia as reivindicações dos pobres e despossuídos de Paris, conhecidos como *sans-culottes*.
62. B
63. C
64. A
65. A crise financeira vivenciada pela França no século XVIII. A tripartição dos poderes e o fim dos privilégios de nascimento e origem; a independência do Haiti e a vinda da família real portuguesa para o Brasil.
66. E
67. C
68. C
69. A
70. C
71. D
72. E
73. O Decreto de Berlim instituiu o Bloqueio Continental. Por esse bloqueio, as nações europeias que mantivessem relações comerciais com a Inglaterra seriam consideradas inimigas pela França. Napoleão esperava com tal medida enfraquecer os ingleses economicamente, fazendo da França a potência hegemônica da Europa.
74. D
75. A
76. B
77. B
78. E
79. B
80.
 - a) Podem ser mencionadas a modernização do Rio de Janeiro para adequá-lo à condição de sede da Coroa portuguesa após a vinda da família real, com a criação de instituições como o Banco do Brasil e a Biblioteca Real; e a abertura dos portos às nações amigas, permitindo

- que o Brasil recebesse mercadorias europeias sem a interferência de Portugal, pondo um fim ao pacto colonial.
- b) Podem ser mencionados o restabelecimento do absolutismo monárquico na Europa e a redefinição das fronteiras das nações europeias.
81. E
82. A
83. A
84. C
85. A queda de Napoleão em 1815 determinou uma série de mudanças realizadas a partir das decisões adotadas no Congresso de Viena. O absolutismo monárquico foi restaurado na Europa, com a eliminação dos ideais liberais. Consoante com esse espírito conservador, criou-se a Santa Aliança, cujos objetivos eram reforçar os princípios conservadores consagrados no Congresso de Viena, em detrimento dos ideais liberais e nacionalistas europeus. Cabe lembrar que o Congresso de Viena teve seu início em 1814, quando Napoleão foi forçado a abdicar pela primeira vez. A fuga de Napoleão da ilha de Elba e seu retorno ao poder levaram a uma interrupção do Congresso, que retomou suas decisões após Waterloo.

Exercícios complementares

1. D
2. B
- 3.
- a) A Inglaterra em meados do século XVIII.
- b) Os movimentos, como a Revolução Francesa e as Revoluções Liberais de 1830 na Europa, contribuíam para a consolidação do Estado burguês, enquanto o movimento ludista, o movimento cartista e a Primavera dos Povos de 1848 foram movimentos de contestação ao processo de industrialização.
4. D

5. O texto de Hobsbawm refere-se ao Antigo Regime, que vigorava em boa parte da Europa na Idade Moderna. Caracterizava-se, no campo político, pela monarquia absoluta, baseada na teoria do direito divino (o poder emana de Deus); no campo social, pela sociedade de privilégios, baseada no nascimento. O movimento iluminista tinha como bandeira a luta pela igualdade e pela liberdade – elementos básicos para se alcançar o progresso humano por meio do desenvolvimento científico.
6. O primado da razão e a defesa da igualdade; a crítica à escravidão e a defesa da igualdade entre mulheres e homens no casamento.
7. Despotismo esclarecido, que promovia ações como a racionalização e a modernização da administração.
8. C
- 9.
- a) Imposição de impostos e medidas para arcar com os gastos na Guerra dos Sete Anos e o controle do cotidiano dos colonos.
- b) Podem ser mencionadas a Lei do Açúcar e a Lei do Selo.
10. A
11. C
12. A
13. E
14. A
15. C
16. B
- 17.
- a) Segundo o texto, a matança de coelhos e pombos, promovida pelos camponeses no contexto da Revolução Francesa, foi motivada pela destruição da produção agrícola por esses animais. Mas também, sendo a caça um direito exclusivo da nobreza, a matança desses

- animais caracterizava-se como protesto a um privilégio da nobreza.
- b) De acordo com o texto, a exclusividade na caça, mas também foram abolidas a isenção de impostos e a exclusividade no exercício de altos cargos na administração pública, justiça, exército e Igreja, entre outros.
18. E
19. Princípio de natureza econômica: liberalismo. Ambas as revoluções possuíam uma burguesia desejosa de uma menor intervenção do Estado na economia. Princípio de natureza política: liberdade de expressão e representatividade no poder. Ambas as revoluções possuíam uma burguesia que almejava poder político, usando para isso reformas políticas que acabassem com os privilégios políticos da monarquia. Entre outros princípios, podem ser indicados a liberdade individual (político) e o respeito à propriedade privada (econômico/político).
20. B
21. C
22. D
23. C
24. A Santa Aliança surgiu por inspiração do czar da Rússia Alexandre I. Era uma organização de ajuda mútua das monarquias europeias, cujo objetivo era estabelecer o direito de intervenção em qualquer região da Europa em que irrompessem revoluções liberais. Todavia, com a interferência do chanceler austríaco Metternich, a Santa Aliança foi apenas um instrumento da restauração e durou até as revoluções europeias de 1848.
25. A
26. E
27. C
28. D

